



# Educação, Pobreza e Desigualdade Social

**I SIMPÓSIO ESTADUAL DA INICIATIVA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

**IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: SUJEITOS E CONTEXTOS SOCIAIS**

**CADERNO DE PROGRAMAÇÃO GERAL**

**E**

**ANAIS DOS TRABALHOS APRESENTADOS**

**24 E 25 DE NOVEMBRO DE 2017**

**UFT – Campus de Palmas**

### **ORGANIZADORES**

**JUCILEY SILVA EVANGELISTA FREIRE**

**JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA FREIRE**

**JOEDSON BRITO DOS SANTOS**

**VOLUME 2 (M – Z)**

**PALMAS - TO**



Núcleo de Estudo e Pesquisa em  
Educação, Desigualdade Social e  
Políticas Públicas - UFT  
**NEPED**



Curso de Especialização  
Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social

**SECADI**  
Secretaria de Educação  
Continuada, Alfabetização,  
Diversidade e Inclusão

Ministério da  
**Educação**



## COMITÊ CIENTÍFICO

Cleivane Peres dos Reis (EPDS/UFT – Palmas)

João Nunes da Silva (EPDS/UFT – Miracema)

José Lauro Martins (EPDS/UFT – Palmas)

José Wilson Rodrigues de Melo (EPDS/UFT – Palmas)

Klívya de Cássia Nunes (EPDS/UFT – Tocantinópolis)

Ladislau Ribeiro do Nascimento (EPDS/UFT – Miracema)

Layanna Giordana B. Lima (EPDS/UFT – Miracema)

Leonardo Rodrigo Soares (EPDS/UFT – Arraias)

Maria Irenilce Barros (EPDS/UFT – Miracema)

Rubens Martins da Silva (EPDS/UFT – Araguaína)

## COMISSÃO ORGANIZADORA

### Coordenador Geral

José Carlos da Silveira Freire (EPDS/UFT – Palmas)

### Coordenadora científica/Supervisora da Pesquisa EPDS

Juciley Silva Evangelista Freire (EPDS/UFT – Palmas)

### Membros

Ana Cristina Serafim (EPDS/UFT – Miracema)

Brigitte Ursula Stach Haertel (EPDS/UFT - Miracema)

Doracy Dias Aguiar Carvalho (EPDS/UFT – Palmas)

João Nunes da Silva (EPDS/UFT - Miracema)

Joedson Brito dos Santos (EPDS/UFT - Tocantinópolis)

José Wilson Rodrigues de Melo (EPDS/UFT - Tocantinópolis)

Layanna G. Bernardo Lima (EPDS/UFT - Miracema)

Maria de Lourdes Macedo (EPDS/UFT – Palmas)

Saulo Batista (cursista EPDS/UFT – Palmas)

Viviane Drumond (EPDS/UFT – Miracema)





Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social

Anais do I SIMPÓSIO ESTADUAL DA INICIATIVA EDUCAÇÃO,  
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL e IV SEMINÁRIO DE  
PESQUISA EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL  
24 e 25 DE NOVEMBRO DE 2017  
UFT - Campus de Palmas  
Palmas - Tocantins



## **REALIZAÇÃO:**

INICIATIVA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL –  
EPDS/UFT

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE  
SOCIAL - EPDS

NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE  
SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - NEPED

## **APOIO**

3

**MEC/SECADI/Iniciativa EPDS**



Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social



MINISTÉRIO DA  
**EDUCAÇÃO**



Núcleo de Estudo e Pesquisa em  
Educação, Desigualdade Social e  
Políticas Públicas - UFT

**NEPED**





## Universidade Federal do Tocantins

**Reitor:**

Luiz Eduardo Bovolato

**Vice-Reitora:**

Ana Lúcia Medeiros

**Chefe de Gabinete:**

Emerson Denicoli

**Pró-Reitora de Graduação:**

Vânia Maria de Araújo Passos

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:**

Raphael Sanzio

**Diretor do Campus de Palmas:**

Marcelo Leinerkt

**Diretor do Campus de Miracema:**

André Luiz Augusto da Silva

**Diretora do Campus de Tocantinópolis:**

Francisca Rodrigues Lopes

**Diretor do Campus de Arraias:**

Antonivaldo de Jesus

**Diretor do Campus de Araguaína:**

José Manoel Sanches

**Coordenador Adjunto do Curso de Pós-Graduação EPDS/UFT:**

José Carlos da Silveira Freire

**Coordenadora Pedagógica do Curso de Pós-Graduação EPDS/UFT:**

Layanna G. Bernardo Lima

**Supervisora da Pesquisa EPDS/UFT:**

Juciley Evangelista Freire





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins**  
**Campus Universitário de Palmas**

---

S612a Simpósio Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (1. : 2017 : Palmas, TO)  
Anais do Caderno de Programação Geral e Anais dos Trabalhos Apresentados: volume 2 (M-Z)/I  
Simpósio Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social e IV Seminário de Pesquisa  
em Educação, Pobreza e desigualdade social. Palmas, TO: UFT; EPDS; NEPED, 2017.  
723 p.

5

Caderno de Programação Geral e Anais dos Trabalhos apresentados. v. 2 (M-Z)  
Tema: Políticas educacionais, pobreza e desigualdade social: sujeitos e contexto sociais. Comissão  
Organizadora: Juciley Silva Evangelista Freire; José Carlos da Silveira Freire; Joedson Brito dos  
Santos.

24 e 25 de novembro de 2017.  
ISBN: 978-85-5659-021-3 - E-book

1. Políticas educacionais. 2. Desigualdade social. 3. Pesquisa educacional. 4. Educação – Contexto  
social. I. Freire, Juciley Silva Evangelista. II. Freire, José Carlos da Silveira. III. UFT. IV. EPDS. V.  
NEPED. VI. Título.

CDD 379.81

---

**Bibliotecário: Paulo Roberto Moreira de Almeida**  
**CRB-2 / 1118**

**Todos os Direitos Reservados – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio  
deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é  
crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.**





## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>PROGRAMAÇÃO GERAL.....</b>	<b>18</b>
<b>PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES.....</b>	<b>20</b>
<b>ANAIS - RESUMOS EXPANDIDOS.....</b>	<b>40</b>
<b>O CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA E SEUS EFEITOS INFERIORIZANTES SOBRE A POPULAÇÃO POBRE ..... 41</b>	<b>41</b>
<b>BOLSA FAMÍLIA: ORIGEM E CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA PARA A ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS TO ..... 46</b>	<b>46</b>
<b>PERSPECTIVA DOCENTE DIANTE DA REALIDADE DE ALUNOS “SOCIALMENTE EXCLUÍDOS” NA ESCOLA ESTADUAL PIAÇAVA NAZARÉ- TO. .... 51</b>	<b>51</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DR SIMAO LUTZ KOSSOBUTSZKI ..... 57</b>	<b>57</b>
<b>OCUPAÇÃO DANDARA: DA LUTA À MORADIA AO ACESSO À EDUCAÇÃO..... 62</b>	<b>62</b>
<b>TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL EM SÃO FÉLIX DO TOCANTINS, JALAPÃO .. 70</b>	<b>70</b>
<b>EDUCAÇÃO E POBREZA: MOTIVOS DE BAIXA FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS ALUNOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS - TO ..... 76</b>	<b>76</b>
<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU CONTEXTO EMPOBRECIDO: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DA ESCOLA ESPECIAL “UM PASSO DIFERENTE” – APAE TOCANTINÓPOLIS-TO. .... 82</b>	<b>82</b>
<b>O PAPEL DAS AVÓS NAS FAMÍLIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ..... 87</b>	<b>87</b>
<b>DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO..... 93</b>	<b>93</b>





**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS ..... 99**

**DISCUSSÃO DO PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO ESCOLAR: ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS –TO ..... 104**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CURRÍCULOS E O CONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO NO PPC DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO ..... 120**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O DESEMPENHO ESCOLAR E A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA – PALMAS-TO ..... 123**

**RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL DE PALMAS ..... 128**

**EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO PLANEJAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA DE PALMAS – TO ..... 134**

**O PAPEL DA ESCOLA, DOS PROFESSORES E DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM..... 140**

7

**O PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A ESCOLA E A FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL ..... 148**

**RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE ESCOLAR X PROGRAMAS SOCIAIS: REFLEXÕES ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ..... 154**

**“LER O OUTRO”: UMA REFLEXÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NA LITERATURA ..... 156**

**ESCOLA E POBREZA: SUAS IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO ESCOLAR .... 163**

**IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIADOS: UMA ANÁLISE DA ÓTICA DOCENTE ..... 168**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 173**

**ESPECIFICIDADES DAS ESCOLAS DO CAMPO: LUTAS, CONQUISTAS E AVANÇOS ..... 178**





**POBREZA E O APRENDIZADO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ... 182**

**PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COLÉGIO ESTADUAL LAVANDEIRA ..... 189**

**A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E POBREZA: A IMPORTANCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS CARENTES ..... 194**

**PROGRAMA BOLSA FAMILIA: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE A POBREZA DAS FAZENDAS PORÇÕES E BATIEIRO, NO MUNICIPIO DE ARRAIAS, TO..... 200**

**DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXOS DA POBREZA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM..... 205**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES ..... 210**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO TOCANTINS- ERRADICAÇÃO DA POBREZA ..... 213**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO CMEI SEMENTES DO AMANHÃ ..... 220**

**SENSIBILIZANDO O OLHAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS TURMAS DE 6º ANO ..... 225**

**CURRÍCULO ESCOLAR E CONTEXTOS DE POBREZA: CONSIDERAÇÕES SOBRE NECESSIDADE DE MUDANÇAS ..... 229**

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO DO TOCANTINS ..... 235**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O DESCOMPASSO ENTRE AS CONQUISTAS DA LEGISLAÇÃO E A REALIDADE DAS ESCOLAS INDÍGENAS..... 239**

**CONTEXTO SOCIO ECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ATENDIDOS POR UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PALMAS E SUA PERSPECTIVA DE VIDA FUTURA..... 244**

**REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NA ESCOLA**







<b>ESTADUAL SAMPAIO .....</b>	<b>250</b>
<b>POBREZA E DESIGUALDADE NO MEIO ESCOLAR: UMA ANALISE DA EVASÃO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>252</b>
<b>EMPREENDEDORISMO E POBREZA: UM OLHAR PARA PPROFISSIONAIS AUTÔNOMOS INSCRITOS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA BAIRRO BACURI EM IMPERATRIZ -MA .....</b>	<b>257</b>
<b>A ESCOLA E OS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>262</b>
<b>CONHECENDO A ATUAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS BENEFICIARIOS DO MUNICÍPIO DE COMBINADO – TO .....</b>	<b>269</b>
<b>ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO TEATRO- EDUCAÇÃO.....</b>	<b>274</b>
<b>LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO APRENDIZ NO PROGRAMA JOVEM EMPREENDEDOR .....</b>	<b>278</b>
<b>A DESIGUALDADE NO CONTEXTO INCLUSIVO ESPECIALMENTE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES: CONCEPÇÕES DA COMUNIDADE E DA ESCOLA.....</b>	<b>283</b>
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL: BRINCADEIRAS E INFLUÊNCIAS DO CONTEXTO SOCIAL.....</b>	<b>287</b>
<b>A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA JOANA BATISTA CORDEIRO.....</b>	<b>290</b>
<b>O IMPACTO DA POBREZA NO DESEMPENHO ESCOLAR DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR – UNIDADE IV .....</b>	<b>296</b>
<b>ESCOLAS MULTISSERVIADAS TEM SUAS PRÁTICAS RESSIGNIFICADAS POR PLANEJAMENTOS COLETIVOS A PARTIR DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS .....</b>	<b>301</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA POBREZA.....</b>	<b>307</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE (TO) .....</b>	<b>312</b>





<b>PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA EFICÁCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AS DESIGUALDADES .....</b>	<b>317</b>
<b>OS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO EM CENTENÁRIO – TO .....</b>	<b>321</b>
<b>O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NOVO JARDIM-TO .....</b>	<b>326</b>
<b>A REALIDADE VIVENCIADA PELOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO COLÉGIO RUI BARBOSA EM ARAGUAÍNA-TO: UM ESTUDO PAUTADO NO SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>332</b>
<b>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES DE MELHORIAS .....</b>	<b>336</b>
<b>O PAPEL DA ETI LUIZ GONZAGA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS: UM OLHAR A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>341</b>
<b>POBREZA E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM ESCOLAR ....</b>	<b>345</b>
<b>A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO SUPERIOR PRIVADA SOBRE A OFERTA DO ENSINO INCLUSIVO. ....</b>	<b>350</b>
<b>A PERCEPÇÃO DE POBREZA A PARTIR DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MANOEL GOMES DA CUNHA DE ARAGUAÍNA TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>356</b>
<b>BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM .....</b>	<b>361</b>
<b>CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: ESTIGMAS E DESIGUALDADES .....</b>	<b>367</b>
<b>A ESCOLA E O SEU PAPEL NO CONTEXTO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL .....</b>	<b>373</b>
<b>O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NA VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE WANDERLÂNDIA-TO.....</b>	<b>378</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA SOB A SUBJETIVIDADE DOS EMPOBRECIDOS.....</b>	<b>381</b>





<b>EDUCAÇÃO E POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA MUNICIPAL .....</b>	<b>386</b>
<b>EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - A IMPORTÂNCIA DE UM CURRÍCULO VOLTADO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA .....</b>	<b>391</b>
<b>INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AOS USUÁRIOS: PERSPECTIVAS DE MELHORIAS PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....</b>	<b>395</b>
<b>UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLA: ENQUANTO TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DE SABERES IDEOLÓGICOS.....</b>	<b>400</b>
<b>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: INFLUÊNCIA SOBRE A FREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR.....</b>	<b>405</b>
<b>DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO VALORES DE ALTERIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>409</b>
<b>A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA SALESIANA NO ENSINO/ APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES MATRICULADOS NO PROJETO BOM DE BOLA, BOM NA ESCOLA .....</b>	<b>415</b>
<b>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOB UMA PERSPECTIVA NÃO MONETÁRIA. ....</b>	<b>425</b>
<b>O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRÍNCIPES E PRINCESAS, SOBRE OS VIESES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>430</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ESCOLA ESTADUAL PIO XII, TOCANTINOPOLIS /TO.....</b>	<b>435</b>
<b>A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA DOS PROFESSORES AKWÊ/XERENTE .....</b>	<b>439</b>
<b>APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA A POBREZA: PERFIL EDUCATIVO-SOCIOECONÔMICO DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS EM PALMAS-TO .....</b>	<b>444</b>
<b>ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA E O ACESSO A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL.....</b>	<b>447</b>





**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AMPARO À  
INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA ..... 452**

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA  
EVASÃO ESCOLAR..... 458**

**ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, HUMANO E  
EDUCACIONAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO DE BARRA DO  
CORDA-MA ..... 461**

**POLÍTICAS PÚBLICAS COM O INTUITO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA .. 467**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA POLITICA DE REDISTRIBUIÇÃO  
DE RENDA ATUANDO NA REDUÇÃO A POBREZA E DESIGUALDADE NO  
MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS – TO ..... 471**

**A RELAÇÃO ENTRE A BOLSA FAMÍLIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA  
O ENFRENTAMENTO DA POBREZA: UM OLHAR ATRAVÉS DA ÓTICA DOS  
ALUNOS EGRESSOS DO CEM G.T.I DARCY MARINHO ..... 477**

**REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS:  
DESAFIOS E POTENCIALIDADES ..... 482**

12

**O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ..... 488**

**UM DESPERTAR ANALÍTICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O SEU  
CAMINHAR NO UNIVERSO ESCOLAR..... 493**

**PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: O CONTEXTO  
DAS FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL ..... 502**

**DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO: COMPETIÇÃO DESLEAL DIANTE DAS  
DESIGUALDADES SOCIAIS NA VIDA DOS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA . 506**

**POBREZA: A RELAÇÃO COMPLEXA E ESTREITA DA DESIGUALDADE SOCIAL  
COM A PROSTITUIÇÃO ..... 510**

**REFLEXÕES SOBRE A POBREZA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA  
MUNICIPAL DONA JOSINA PEREIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE-  
TO ..... 518**

**AS VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE INTERFEREM NO PROCESSO ENSINO  
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA PRIMEIRA FASE DO**





<b>ENSINO.....</b>	<b>524</b>
<b>GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM COMUNIDADE DE BAIXA RENDA .....</b>	<b>529</b>
<b>HABITAÇÃO: UMA LUTA E A ESPERANÇA DE QUEM FAZ PARA ALÉM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>536</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DOS DESCUMPRIMENTOS DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA .....</b>	<b>542</b>
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO ADQUIRIDO, ACESSO NEGADO .....</b>	<b>546</b>
<b>POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA NO PERÍODO DE 2015 E 2016 .....</b>	<b>551</b>
<b>EDUCAÇÃO E POBREZA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME DE COMBINADO-TO .....</b>	<b>556</b>
<b>POBREZA E CURRÍCULO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO PEDREIRA, EM PALMAS-TO.....</b>	<b>564</b>
<b>A UTILIZAÇÃO DA RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....</b>	<b>567</b>
<b>A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM.....</b>	<b>573</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PBF NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO - TO.....</b>	<b>579</b>
<b>A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES .....</b>	<b>583</b>
<b>METODOLOGIAS LÚDICAS COMO FORMA DE HOMOGENEIZAR O ENSINO, DIANTE DA DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>591</b>
<b>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO E POBREZA.....</b>	<b>603</b>
<b>A EFICÁCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE PALMAS-TO .....</b>	<b>607</b>





LÍNGUA MATERNA COMO DIMENSÃO IDENTITÁRIA E AFIRMAÇÃO DE PODER (CURRÍCULO E LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA) .....	611
O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS NA ESCOLA JOÃO PAULO II ....	615
O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO-TO .....	618
A INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESCOLAS PÚBLICA .....	623
A IMPORTÂNCIA DE INCORPORAR O TEMA POBREZA NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	628
O ENSINO DE INGLÊS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ALMEIDA EM TAGUATINGA-TO: UMA ANÁLISE DO ACESSO À LÍNGUA ESTRANGEIRA ...	639
COLETIVOS EMPOBRECIDOS NO SISTEMA ESCOLAR E O CURRÍCULO: LIMITES E POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL .....	645
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POBREZA, CIDADANIA E ESCOLA.....	650
PROJETOS SOCIAIS: MIRACEMA SOLIDARIA MÃOS QUE ABRAÇAM .....	655
ESCOLA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SUPERAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS .....	660
BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA ..	665
EDUCAÇÃO COMO MEIO TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE.....	670
O ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	674
DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	679
EXECUÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO	





<b>MUNICÍPIO DE ARAGUATINS: CAMINHOS A PERCORRER.....</b>	<b>683</b>
<b>POLÍTICA EDUCACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA: IMPASSES E PERSPECTIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS .....</b>	<b>688</b>
<b>DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ANÁLISE DO CONTEXTO DOS ALUNOS DO CAMPO DA ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO EM ARRAIAS-TO .....</b>	<b>693</b>
<b>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL .....</b>	<b>698</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS EM SÃO VALÉRIO -TO .....</b>	<b>703</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO NA VIDA DE MULHERES DO BARRA DA GROTA EM ARAGUAÍNA -TO.....</b>	<b>707</b>
<b>PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ANALISE DO CONTEXTO SOCIAL .....</b>	<b>713</b>
<b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS NA COMUNIDADE DE LUZIMANGUES EM PORTO NACIONAL-TO .....</b>	<b>718</b>





## APRESENTAÇÃO

A Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) é uma proposta do Ministério da Educação, com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC em parceria com universidades federais que tem como objetivo promover reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas. A EPDS parte da constatação da persistente existência da pobreza no País, que ao longo de nossa história tem afetado crianças, adolescentes, jovens e adultos. Apesar dos avanços das últimas décadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012), apresentou para 2012, o percentual de 12,09%, da população brasileira em situação de pobreza ou pobreza extrema, totalizando aproximadamente 22.230.000 pessoas, um número muito elevado. Tal aspecto evidencia que a pobreza não deixa de existir quando um sujeito entra na escola e permite abrir um debate sobre a relação educação, pobreza e desigualdade social. Permite, também, confrontar com as políticas educacionais, a gestão da educação, a formação de professores, o currículo, dentre outros aspectos do contexto da educação básica é tocado por essa temática.

A EPDS se organiza em torno de três dimensões: a Formação continuada (por meio do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social), apoio a pesquisa acadêmica e apoio à difusão do conhecimento. A Universidade Federal do Tocantins por meio do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas – NEPED, vem desenvolvendo o Curso de Especialização, atividades de extensão e uma pesquisa acadêmica intitulada: Educação, Pobreza e Desigualdade Social no estado do Tocantins: Estudo das configurações escolares de populações em situação de pobreza e extrema pobreza.

Nesse bojo de proposição, realizamos o **I Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, que refletiu sobre os desafios e perspectivas para a pesquisa e as políticas educacionais da relação educação, pobreza e desigualdade social no Brasil e no Tocantins. Esse primeiro evento ocorreu no Campus de Palmas, no período de 31 de novembro e 1º de dezembro de 2016.

No **II Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social** foi debatido o tema da Infância e sua relação com a Pobreza e a Desigualdade Social, no intuito de refletir sobre os desafios e perspectivas do direito à educação da criança num contexto onde os mais variados estudos, no Brasil e no mundo, apontam que as crianças das famílias mais pobres, logo as que mais precisam das vagas, tanto na creche quanto na pré-escola estão fora do acesso à educação. Esse segundo Seminário foi realizado no Campus de Tocantinópolis, no período de 9 e 10 de junho de 2017.

O **III Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, abordou a temática Educação e Diversidade Sociocultural pondo em relevo as questões relativas à pobreza e à desigualdade social que afetam essa relação. O evento foi sediado no Campus de Arraias que tem contemplado em seus estudos e em sua realidade as questões da diversidade sociocultural do







Tocantins, seja por meio dos cursos que oferece seja por meio do público que atende, em destaque para os quilombolas e os camponeses. Foi realizado nos dias 22 e 23 de Setembro de 2017.

Agora, no **IV Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, realizado conjuntamente com o **I Simpósio Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social**, que culminou com as atividades de encerramento do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social no âmbito da UFT, tem-se como tema principal “Políticas Educacionais, Pobreza e Desigualdade Social: contextos e sujeitos sociais”. O evento ocorreu nas dependências do Campus de Palmas e contou com a presença do Professor Miguel Arroyo como conferencista, e de todos os professores formadores, tutores e cursistas da Especialização, além dos pesquisadores da EPDS e demais interessados na temática.

Uma particularidade deste último Seminário foi a apresentação, em forma de comunicação oral, de todos os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da UFT. Foram 579 pessoas inscritas para o evento e 343 trabalhos submetidos e apresentados.

Esta publicação apresenta a programação geral dos dois eventos, destacando a programação das comunicações orais por eixos temáticos e os Anais com os resumos expandidos dos trabalhos apresentados.





## PROGRAMAÇÃO GERAL

**24/11/2017 – Sexta-feira**

### **14h – 18h CREDENCIAMENTO E ENTREGA DO MATERIAL**

Local: Hall Cuica – Campus de Palmas

### **19h SOLENIDADE DE ABERTURA**

Apresentação Cultural: Coral da UFT

Exibição do Vídeo Documentário da Iniciativa EPDS/UFT

Local: Auditório Cuica

### **19h30–21h CONFERÊNCIA DE ABERTURA**

**Políticas Educacionais, Pobreza e Desigualdade Social: sujeitos e contextos sociais**

**Dr. Miguel Gonzalez Arroyo - UFMG**

Coordenação: **Dr<sup>a</sup>. Juciley Evangelista Freire – UFT/EPDS/Palmas**

Local: Auditório Cuica

### **21h10 RODA DE CONVERSA**

**Arte e Cultura de Resistência à pobreza e à Desigualdade Social**

**Paulo Aires Marinho – Poeta**

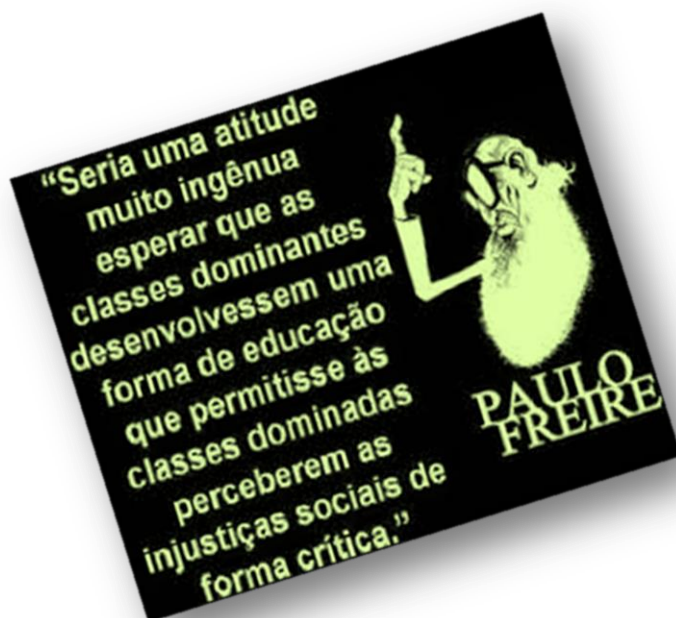
**Juraíldes da Cruz - Músico**

**Edy César - Fotógrafo**

Mediação: Dr. José Wilson R. de Melo

Local: Auditório Cuica

### **22h Coquetel – Hall do Cuica**





## 25/11/2017 - Sábado

### 8h – 9h45 MESA REDONDA I

**Educação, Pobreza e Desigualdade Social no Brasil e no Tocantins: políticas e estratégias de enfrentamento.**

**Dr<sup>a</sup> Simone Medeiros** – Coordenadora Geral de Inclusão Escolar - MEC/SECADI

**Dr. Joedson Brito dos Santos** – Pesquisador EPDS/UFT

Mediação: Dr<sup>a</sup> Brigitte Úrsula S. Haertel – EPDS/Miracema

Local: Auditório Cuica

### 9h45 – 10h Intervalo

Coffe Break

Local: Auditório Cuica

### 10h – 12h - MESA REDONDA II

**Formação e Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social: experiências institucionais.**

**Dr<sup>a</sup> Kilza Fernanda Moreira de Viveiros** –EPDS/UFRN

**Me. Ana Carolina Pontes Costa** – EPDS/ UFMS

**Dr. Adir Valdemar Garcia** – EPDS/UFSC

Mediação: Dr. José Carlos da S. Freire – EPDS/UFT

Local: Auditório Cuica

### 12h30 – 14h Almoço

Local: Restaurante Universitário – RU/UFT

### 14h às 17hs – SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Coordenação:

**Dr<sup>a</sup> Layanna G. Bernardo Lima** - EPDS/UFT

**Me. Maria de Lourdes Leôncio** – EPDS/UFT

Local: Salas do Bloco J





## PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

### SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ORAIS

#### EIXO 1 - Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas

##### EIXO 1 - Sessão 1

Coordenadora: **MARIA HELENA CARIAGA SILVA**

Local: **BLOCO J - Sala 203**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	A ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES E SUAS ONSEQUÊNCIAS PARA O APRENDIZADO DOS ALUNOS Adão da Costa dos Santos
14:10	O IMPACTO DA POBREZA NO CONTEXTO ESCOLAR Adriana Gonçalves de Oliveira; Daílson Evangelista Costa
14:20	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO ENTRE POBREZA, ADOLESCÊNCIA E EDUCAÇÃO Ana Cássia Chaves Barros; Klívia de Cássia Silva Nunes
14:30	EVASÃO ESCOLAR Ana Celia Ferreira Linhares; Ana Cristina Serafim da Silva
14:40	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS: LIMITES E POSSIBILIDADES SOCIAIS Ana Cléia Gomes da Silva; Rosilene Lagares
14:50	EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS: APONTAMENTOS SOBRE ALGUMAS CONTROVÉRSIAS André Honorio Gomes de Souza; Rachel Bernardes de Lima
15:00	EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA: O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MARANHÃO Andre Luiz Chaves Marinho; Klívia de Cássia Silva Nunes; Dhiogo Rezende Gomes
15:10	DESEMPENHO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PALMAS: UM ESTUDO DE CASO COM CRIANÇAS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL Andréa Maria Silva Costa; Raquel Bernardes de Lima
15:20	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL COM ÊNFASE NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO DOMINGOS Andreia Lopes Barros Silveira; Danielle Mastelari Levorato
15:30	A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA OS ALUNOS DO CAMPO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS MORADORES DO ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO - ANANÁS -TO (2015 -2017) Antonia Laudeci Oliveira Moraes; Danielle Mastelari Levorato
15:40	<b>DEBATE</b>
16:50	A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES Arilthon Romulo Cavalcante Casimiro; Leonardo Rodrigo Soares
16:00	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONABILIDADES: UMA ANÁLISE CIRCUNSTANCIAL DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO Artur Costa da Silva
16:10	EDUCAÇÃO, O CAMINHO PARA COMBATER À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL Beth Jane Rodrigues Castro; Ana Cristina Serafim da Silva
16:20	A INSERÇÃO DAS MULHERES EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO Bruna Borges Leite Alencar
16:30	A INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESCOLAS PÚBLICAS Carlos Mendes Rosa; Tatiana Andrade dos Santos





16:40	PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO QUE TANGE AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E QUALIDADE DE VIDA DO(A)S ALUNO(A)S Cássio Fonseca Alves; Rita de Cássia Domingues Lopes
16:50	A REALIDADE VIVENCIADA PELOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO COLÉGIO RUI BARBOSA DE ARAGUAINA-TO: UM ESTUDO PAUTADO NO SERVIÇO SOCIAL Michele Adriana Silva Pires; Célia Maria Grandini Albiero
17:00	O PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A ESCOLA E A FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL Célia Maria Grandini Albiero; Maria Aparecida Rodrigues da Silva
17:10	AÇÕES PRÁTICAS E PEDAGÓGICAS PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL LUZA MACHADO DE MIRANDA EM APARECIDA DO RIO NEGRO - TOCANTINS. Celma da Silva Santos Rodrigues; Raquel Bernardes de Lima
17:20	AVANÇOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO NA CIDADE DE ARRAIAS - TO Claudinéia Ferreira de Oliveira Alves; Gloriete Marques Alves Hilário
17:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO TOCANTINS- ERRADICAÇÃO DA POBREZA Maria do Desterro Ibiapina Soares; Marcos Felipe Gonçalves Maia
17:40	<b>DEBATE</b>

## EIXO 1 - Sessão 2

Coordenador: **JOEDSON BRITO DOS SANTOS**

Local: **BLOCO J - Sala 204**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	AS CONTRIBUIÇÕES DO PBF (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA) NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO(A)S ALUNO(A)S BENEFICIÁRIOS (A) NA ESCOLA MUNICIPAL SALOMÃO CARDOSO EM ARAGUAINA-TO. Cleide Barvosa de Sousa Andradre; Alberto Pereira Lopes
14:10	CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ABORDAGEM NOS LIVROS UTILIZADOS PELAS TURMAS DE 2º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO Cleidiane Alves Soares; Rachel Bernardes de Lima
14:20	EDUCAÇÃO E POBREZA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CRIANÇAS NEGRAS NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO Cristiane de Oliveira Rosa; Klívia de Cássia Silva Nunes
14:30	A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO PROGRAMA ASSISTENCIALISTA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE A POBREZA DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CABO APARÍCIO ARAÚJO PAZ EM ANANÁS-TO Cristina Mendes Araújo; Alberto Pereira Lopes.
14:40	A IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO MILITAR PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO NA CIDADE DE ARRAIAS TO. Daniela Aparecida da Conceição; Gloriete Marques Alves Hilário
14:50	ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL: UMA ALTERNATIVA PARA AS FAMÍLIAS SAÍREM DA LINHA DE POBREZA. Daniely Lima Silva; Alberto Pereira Lopes
15:00	COOPERATIVISMO UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA REDUZIR A POBREZA EXTREMA NO BRASIL Deuzivânia Carlos de Oliveira
15:10	A DESIGUALDADE SOCIAL E O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PAIS DOS ALUNOS DA CRECHE MARIA DE LOURDES DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS - TO Dinailde Alves Rodrigues Pimentel; Klívia de Cássia Silva Nunes
15:20	AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ARAGUAINA-TO A PARTIR DOS DADOS DO IDEB NO ANO DE 2015. Dione Cley Bento de Abreu; Roberto Antero da Silva
15:30	AS IMPLICAÇÕES DA CHEGADA DO AGRONEGÓCIO EM GUARÁ ENTRE 1990 A 2017: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA POBREZA NO SETOR AEROPORTO. Donizete Camargo da Silva; José Fernando Patino.





15:40	DEBATE
15:50	UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE ENSINO D ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALIINOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA D CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA. Antônia Flora Valeriano; Helena Quirino Porto Aires.
16:00	PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Arlene Dias Sousa Braga; Ladislau Ribeiro do Nascimento.
16:10	PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS EM CONTEXTOS EMPOBRECIDOS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE Eduardo Cunha da Silva; Verônica Dantas Meneses.
16:20	A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS . Edvaldo Chaves dos Santos; Yara Gomes Corrêa
16:30	EVASÃO ESCOLAR E BOLSA FAMÍLIA: CAUSAS E PROCEDIMENTOS PARA O CUMPRIMENTO DESTA CONDICIONALIDADE DO PROGRAMA. Eliene Martins Lopes; Verônica Dantas Meneses.
16:40	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E RENDIMENTO ESCOLAR: ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MIRANORTE. Elza Neres dos Santos; Layanna Giordana Bernardo Lima
16:50	BOLSA FAMÍLIA, POBREZA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À POBREZA E PERMANÊNCIA EM SALA DE AULA. Emival Sousa Carvalho; João Batista de Jesus Felix.
17:00	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA COMUNIDADE DE APINAJÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO – TO. Eva Linhares Cavalcante; Elisabete da Silveira Ribeiro.
17:10	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM RESPIRAR À DIGNIDADE. Fabio Aires Manduca; Maria de Lourdes L. Macedo
17:20	EDUCAÇÃO E POBREZA: O ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PBF NO ÂMBITO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS TO NO ANO DE 2016. Fabiula Rangel de Sousa
17:30	A EFICÁCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE PALMAS-TO Socorro Maria Modesto Corrêa Ana Cristina Serafim da Silva
17:40	DEBATE

22

### EIXO 1 - Sessão 3

Coordenadora: **MARIA IRENILCE RODRIGUES BARROS**

Local: **BLOCO J - Sala 205**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	BOLSA FAMÍLIA: A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA. Francisca da Silva Carvalho
14:10	IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO Francisca Emanuele Mendes Lima
14:20	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – AS PERSPERCTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLAR PÚBLICO. Francisca Ferreira da Silva Abreu
14:30	A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NA SALA DE RECURSOS DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL LIRA EM ARAGUAÍNA-TO. Francisca Maria Cardoso Correia; Maria da Conceição de Jesus Ranke
14:40	FORA DOS MUROS DA ESCOLA: UM TERRITÓRIO SOCIALMENTE VULNERÁVEL Francisco de Carvalho Neto; Maria da Conceição de Jesus Ranke





14:50	RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL ALDINAR GONÇALVES DE CARVALHO. Gildásia Pereira da Costa Borges; Juliana Chioca Ipolito
15:00	EVASÃO ESCOLAR E EXCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS - TO. Gilson Fernandes de Souza; Marilda Piccolo
15:10	A IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO MILITAR PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO EM ARRAIAS/TO. Gloriete Marques Alves Hilário; Daniela Aparecida da Conceição?
15:20	AVALIAÇÃO DA ACEITABILIDADE CULTURAL DE UMA FORMA ALTERNATIVA ALIMENTAR COM BASE EM INSETOS: A CRIAÇÃO DE INSETOS COMESTÍVEIS . Gloriete Marques Alves Hilário; Matheus Fernando da Silva; Maura Sousa da Silva de Paula.
15:30	<b>DEBATE</b>
15:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS ESCOLAS PÚBLICAS - A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR E SEUS EFEITOS CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Heleny Dias da Silva; Laura Cassia Barros Ferreira Maldaner
16:00	A EDUCAÇÃO NO CAMPO. Italo Schelive Correia
16:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A ESCOLA: BREVE ESTUDO NA ESCOLA ESTADUAL DONA ANAÍDES BRITO MIRANDA. Janaize de Jesus Figueiredo Pirolli; Deodete Maria das Neves Schmitt
16:20	A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE-TO. Jessica Ribeiro Carvalho; Maria Helena Cariaga
16:30	A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR, NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL. Joana Ribeiro Guedes; Margareth Leber de Macedo
16:40	O FORTALECIMENTO E O EMPODERAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Jocelia Alves da Silva; Gisélia Brito dos Santos
16:50	UM ESTUDO DE CASO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM PALMAS TOCANTINS. José Francisco Rocha Simão; Solange Lopes Lino Silveira
17:00	UM DEBATE TEÓRICO A RESPEITO DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR. Joyce Cavalcante Maceno; Ordália Dias da Silva Guilherme
17:20	POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO INFANTIL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) COMO MECANISMO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Kaline Carvalho Rocha; Layanna Giordana B. Lima
17:30	A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS. Katilvânia de Souza Guedes; Margareth Leber de Macedo.
17:40	<b>DEBATE</b>

**EIXO 1 - Sessão 4**  
**Coordenadora: DORACY DIAS AGUIAR CARVALHO**  
**Local: BLOCO J - Sala 206**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O ESPAÇO DA ESCOLA DO SISTEMA SOCIEDUCATIVO E AS RELAÇÕES COTIDIANAS COM A COMUNIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS. Keliene Morais Silva Santos Vale; Gisélia Brito dos Santos
14:10	PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SEMENTES DO AMANHÃ, PALMAS-TO. Kérica Ferreira dos Santos
14:20	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA: UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ARAGUAÍNA - TO. Kerlem Divina Alves Nogueira; Eliene Rodrigues Sousa





14:30	A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. Kerlly Regina Santos Pacheco; Eliene Rodrigues Sousa
14:40	APORTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTIGO AOS ALUNOS E SEUS FAMILIARES DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL LIRA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO, EM 2017 Laécio Francisco Ribeiro
14:50	O PAPEL DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO DOS ALUNOS BENEFICIADOS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA BRANDÃO RAMALHO. Leidivan Pascoal Virgilio
15:00	PROGRAMA BOLSA FAMILIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ESTUDO SOBRE AS FAMILIAS BENEFICIARIAS NA ESCOLA CÉSAR BELMINO EM ARAGUAÍNA-TO. Leila Alves da Cruz
15:10	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO FUNDAMENTAL: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA EM ARRAIAS-TOCANTINS. Lidianne Holanda Miranda Joaquim; Silvia Adriane Tavares de Moura
15:20	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL E NA REDUÇÃO DA POBREZA NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS. Lilian Moraes Mancini; André Luiz Augusto da Silva
15:30	OS PROCESSOS DE GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR. Liliane Moraes Santos de Alencar; Rubens Martins da Silva
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	OS POBRES, A EDUCAÇÃO E A ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Lohany Burjack Guimarães Bulhões; Fabrício Carlo Zanin
16:00	REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO. Luana Barros Mascarenhas
16:10	POLÍTICAS SOCIAIS COMO SUPERAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL. Luciene da Silva Augusto Moreira; Silvia Adriane T. de Moura
16:20	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS QUE ESTUDAM NA ESCOLA JOÃO PAULO II . Lucimar Santana Mendes.
16:30	PERSPECTIVA DOCENTE DIANTE DA REALIDADE DE ALUNOS SOCIALMENTE EXCLUÍDOS NA ESCOLA ESTADUAL PIAÇAVA NAZARÉ -TO. Mara Graciella Dias Correia Belarmino; Maria do Socorro Soares Bezerra
16:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. SIMAO LUTZ KOSSOBUTSZKI. Marcela Ferreira da Silva; Rubens Martins da Silva
16:50	TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL EM SÃO FÉLIX DO TOCANTINS, JALAPÃO. Marcela Ribeiro da Silva; Yara Gomes Corrêa
17:00	EDUCAÇÃO E POBREZA: AS DIFICULDADES PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS ALUNOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS - TO. Marcella Maciel Uchoa; Juciley Evangelista Freire
17:10	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. Marcia Alencar Carvalho; Rubens Martins da Silva
17:20	EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU CONTEXTO EMPOBRECIDO: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DA ESCOLA ESPECIAL “UM PASSO DIFERENTE” – APAE TOCANTINÓPOLIS-TO. Marcia Consuelo Carvalho Neri; Maria do Socorro Soares Bezerra
17:30	<b>DEBATE</b>







**EIXO 1 - Sessão 5**  
**Coordenador: ELISEU RISCAROLI**  
**Local: BLOCO J - Sala 207**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O PAPEL DAS AVÓS NAS FAMÍLIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Márcia Oliveira Ferreira; Fabiola Andrade Pereira
14:10	DISCUSSÃO DO PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO ESCOLAR: ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS -TO Marcilene Montelo Miranda; Edisselma dos Santos Alecrim
14:20	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O DESEMPENHO ESCOLAR E A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA EM PALMAS-TO. Márcio Ferreira de Oliveira; Maria de Lourdes Leôncio Macedo
14:30	RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL DE PALMAS. Marco Antonio Ferreira
14:40	O PAPEL DA ESCOLA, DOS PROFESSORES E DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. Maria Aparecida Martins da Silva Nogueira; Jaumineide Oliveira dos Santos Soares; Zelina Mendes Bueno
14:50	A POBREZA E O APRENDIZADO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. Maria de Fátima Aires da Silva
15:00	A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E POBREZA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS CARENTES. Maria de Fátima Félix Rocha; Raylinn Barros da Silva
15:10	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES. Maria do Carmo Carneiro de Oliveira; Marcos Felipe Gonçalves Maia
15:20	CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO CMEI SEMENTES DO AMANHÃ. Maria do Socorro Alves Dias Silva
15:30	IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E SOCIO ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO. Maria dos Anjos Alves do Nascimento Cruz; Solange Aparecida do Nascimento
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA ESTADUAL SAMPAIO. Maria Edna Carneiro dos Santos; Fabíola Andrade Pereira
16:00	POBREZA E DESIGUALDADE NO MEIO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA EVASÃO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL. Maria Eudilene Maciel; Raylinn Barros da Silva
16:10	CONHECENDO A ATUAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE COMBINADO - TO. Maria José Rodrigues da Silva; Barbara Doukay Campanini
16:20	A DESIGUALDADE NO CONTEXTO INCLUSIVO ESPECIALMENTE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES: CONCEPÇÕES DA COMUNIDADE E DA ESCOLA. Maria Rosilene Gomes dos Santos Carvalho
16:30	O IMPACTO DA POBREZA NO DESEMPENHO ESCOLAR DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR UNIDADE IV. Marisdalva Ribeiro da Silva; Gloriete Marques Alves Hilário
16:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA POBREZA. Marisete Gonçalves
16:50	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE (TO). Marizeth Pereira da Silva Menezes; Dailson Evangelista Costa
17:0	O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NOVO JARDIM-TO. Méssia de Abreu Sales Gomes; Doracy Dias Aguiar Carvalho
17:10	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES DE MELHORIAS. Michele da Silva Mesquita; Kênia Paulino de Queiroz Souza
17:20	POBREZA E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM ESCOLAR.





	Michely Castro Neves; Adelaide Gomes de A. Franco
<b>17:30</b>	<b>DEBATE</b>

**EIXO 1 - Sessão 6**  
**Coordenador(a): DEODETE MARIA DAS NEVES SCIMTT**  
**Local: BLOCO J - Sala 208**

<b>HORÁRIO</b>	<b>COMUNICAÇÃO</b>
<b>14:00</b>	BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. Misleyanne Alves Rosa; Adelaide Gomes de A. Franco
<b>14:10</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA SOB A SUBJETIVIDADE DOS EMPOBRECIDOS. Nelba Fonseca Lima; Kênia Paulino de Queiroz Souza
<b>14:20</b>	EDUCAÇÃO E POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA MUNICIPAL. Nelsilene Alves dos Santos Araújo; Kênia Paulino de Queiroz Souza
<b>14:30</b>	INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AOS USUÁRIOS: PERSPECTIVAS DE MELHORIAS PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Nilma Santos Rangel Sousa
<b>14:40</b>	UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLA ENQUANTO TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DE SABERES IDEOLÓGICOS. Olinda Amaral dos Santos; Maria de Lourdes Leoncio Macedo
<b>14:50</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: INFLUÊNCIA SOBRE A FREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR. Olívia Fragozo Pereira Sousa
<b>15:00</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOB UMA PERSPECTIVA NÃO MONETÁRIA. Patrícia Aguiar Tavares
<b>15:10</b>	O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRÍNCIPES E PRINCESAS, SOBRE OS VIESES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Paula Cristina de Carvalho Gonçalves; Valterlan Teixeira Araújo
<b>15:20</b>	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A DESIGUALDADE SOCIAL : DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ESCOLA ESTADUAL PIO XII, TOCANTINÓPOLIS- TO. Paula Valéria dos Santos Macêdo; Klívia de Cássia Silva Nunes
<b>15:30</b>	ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA E O ACESSO A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL. Rafaela Brito da Silva; Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus
<b>15:40</b>	<b>DEBATE</b>
<b>15:50</b>	ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, HUMANO E EDUCACIONAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO DE BARRA DO CORDA-MA. Raniere Abreu de Sousa; Eliseu Riscaroli
<b>16:00</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS COM O INTUÍTO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA. Raphiza Alves Mota; Adaires Rodrigues de Sousa
<b>16:10</b>	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA POLÍTICA DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA ATUANDO NA REDUÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS – TO. Riquelle Aparecida da Silva
<b>16:20</b>	A RELAÇÃO ENTRE A BOLSA FAMÍLIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA: UM OLHAR ATRAVÉS DA ÓTICA DOS ALUNOS EGRESSOS DO CEM G.T.I DARCY MARINHO . Robério Pereira do Nascimento; Eliseu Riscaroli
<b>16:30</b>	O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL . Rogério Dias da Cruz; Dailson Evangelista Costa
<b>16:40</b>	UM DESPERTAR ANALÍTICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O SEU CAMINHAR NO UNIVERSO ESCOLAR. Romário Milhomem da Cruz; Ana Beatriz Araújo Velasques
<b>16:50</b>	AS VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE INTERFEREM NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA PRIMEIRA FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL. Rosiane Martins da Silva Costa; Adaires Rodrigues de Sousa
<b>17:00</b>	HABITAÇÃO: UMA LUTA E A ESPERANÇA DE QUEM FAZ PARA ALÉM DAS POLÍTICAS





	PUBLICAS. Rosilene Ferreira da Cruz Macedo; Adriano Castorino
17:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DOS DESCUMPRIMENTOS DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA. Ruth Vieira Silva; Júlio César Rocha
17:20	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA NO PERÍODO DE 2015 E 2016. Satila Evely Figueiredo de Souza; Doriane Braga Nunes Bilac
17:30	<b>DEBATE</b>

**EIXO 1 - Sessão 7**  
**Coordenadora: ROSIMEIRE SANTOS**  
**Local: BLOCO J - Sala 209**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	EDUCAÇÃO E POBREZA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME DE COMBINADO/TO. Sátilla Menezes Ares; Helena Quirino Porto Aires
14:10	A UTILIZAÇÃO DA RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Sayonara da Costa Brito
14:20	A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PBF NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO - TO. Silvana Fagundes de Azevedo Dendena; José Lauro Martins
14:30	BOLSA FAMÍLIA: ORIGEM E CONTRIBUIÇÃO PARA A ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS/TO. Maguinólia Bueno Maia; Silvia Adriane Tavares de Moura
14:40	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO E POBREZA. Simone Rosa de Martins Negreiros; Diógenes Alencar Bolwek
14:50	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS NA ESCOLA JOÃO PAULO II. Suely Mota Rodrigues; Diógenes Alencar Bolwek
15:00	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO - TO. Tânia Graziela Kerber; Diógenes Alencar Bolwek
15:10	POLÍTICA PÚBLICA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA. Thambata W. Santos Farias; Célia Maria G. Albiero
15:20	EXECUÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS: CAMINHOS A PERCORRER. Vanessa Pereira Costa; Maristela dos Santos Mousinho
15:30	POLÍTICA EDUCACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA: IMPASSES E PERSPECTIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. Walisson Mariano Carvalho Silva; Juciley Silva Evangelista Freire
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ANÁLISE DO CONTEXTO DOS ALUNOS DO CAMPO DA ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO EM ARRAIAS - TO. Walkíria Oliveira Bueno Batista Sena
16:00	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES: UM ANÁLISE NA ESCOLA GETÚLIO VARGAS EM SÃO VALÉRIO - TO. Walter Pereira de Sousa; Luzani Cardoso Barros
16:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS NA COMUNIDADE DE LUZIMANGUES EM PORTO NACIONAL. Zeli Pereira da Silva
16:20	IDOSO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. Greize Alves da Silva; Patrícia Fernandes de Carvalho





16:30	A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA. Adriana Cristina Lima Beserra Poncion
16:40	BOLSA FAMÍLIA E SEUS BENEFÍCIOS. Ana Paula Gomes da Silva; Danielle Mastelari Levorato
16:50	AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A LÓGICA DO TERCEIRO SETOR: CONTRIBUIÇÕES PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA. Ariella Oliveira de Mello Holanda Matos
17:00	CHEFIA FEMININA: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES PESQUISADAS NO ANO DE 2010 RESIDENTES NO BAIRRO ARAGUAIA EM COLINAS DO TOCANTINS APÓS SEREM BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Aurileia Reis da Costa Sousa; Raquel Bernardes de Lima
17:10	ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E AS PERSPECTIVAS DE MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO E DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS. Cleidiana Santana Parente
17:20	GESTÃO DA INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO MARCO NA GARANTIA DE DIREITOS. Deiliane Alves dos Santos Araújo; Elisabete da Silveira Ribeiro
17:30	A EDUCAÇÃO A DISTANCIA, UMA ESTRATÉGIA PARA COMBATER A POBREZA. Homero Fernandes Rosa
17:40	<b>DEBATE</b>





## EIXO 2 - Formação, Práticas Educativas e Desigualdades Socioculturais

### EIXO 2 - Sessão 1

Coordenador: **DAILSON EVANGELISTA COSTA**

Local: **BLOCO J - Sala 210**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	OS PRINCIPAIS REFLEXOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS FRENTE À EDUCAÇÃO. Alan Costa Da Silva
14:10	A SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA COMO ELEMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO NO SETOR RAIZAL EM ARAGUAÍNA – TO. Alana Dias Cardoso da Silva Lopes; Airton Sieben
14:20	EDUCAÇÃO PRISIONAL: UM CAMINHO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO. Alessandra Barbosa Silva Resende; Dailson Evangelista Costa
14:30	AÇÕES EDUCACIONAIS PARA ALÉM DE JOGOS INTERCLASSES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM CURSO. Alysson Carlos Ribeiro Gomes Antônio Chadud Jorge; Jefferson Francisco Cândido; Moniquy Samara De Sousa Barbosa; Raysuanni Paiva Lira Reis.
14:40	CONCEITUAÇÃO DA POBREZA E DA CIDADANIA NO ÂMBITO DA ESCOLA MEU CASTELINHO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA-TO. André De Oliveira Moura Brasil; Danielle Mastelari Levorato
14:50	IDENTIDADE E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA . André Luiz Gomes da Silva ; Rosemary Negreiros de Araújo.
15:00	A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFT: UM INSTIGANTE DESAFIO. Célia Maria Grandini Albiero; Rogério Silva Leite; Thiago Alves Silva
15:10	O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO: DOCENTES NEGROS NA REDE BÁSICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA – TO. Claudenor Pereira dos Santos; Rita de Cassia Domingues Lopes
15:20	SATISFAÇÃO DOS ALUNOS E QUALIDADE DO ENSINO EM CONTEXTOS EMPOBRECIDOS: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL ANA ALVES DE BRITO – TOCANTÍNIA – TO. Cláudia Nolêto Maciel Luz; Doriane Braga Nunes Bilac
15:30	EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS. Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho; Rosemeire Dos Santos
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	EDUCAÇÃO POPULAR, CAPOEIRA E A COR DA POBREZA. Deyze Ilma Oliveira Silva ; Rodrigo Barbosa E Silva.
16:00	A ORIENTAÇÃO ACADÊMICA NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS FORMATIVOS: A EXPERIÊNCIA DA PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO PÓLO DE TOCANTINÓPOLIS. Fabiola Andrade Pereira
16:10	A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JACY ALVES DE BARROS NA CIDADE DE ARRAIAS – TO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS. Flavia Dayane Pereira da Silva; Samuel Correia Duarte
16:20	AVANÇOS E RETROCESSOS NA ALFABETIZAÇÃO EM SALA MULTISSÉRIE: UMA REFLEXÃO INTERESSADA. Gilda Lopes De Sousa; Maria da Conceição de Jesus Ranke
16:30	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO. Gilmaria Aquino Silva ; José Lauro Martins
16:40	A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA EVITAR OU MINIMIZAR OS IMPACTOS DO PROCESSO DE EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL LADISLAU DE OLIVEIRA, EM NOVA OLINDA, TOCANTINS. Glauciene dos Santos Magalhães da Silva; Maria Da Conceição de Jesus Ranke
16:50	POBREZA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE JACURUTU. Isac Assunção Teles; Yara Gomes Correia





17:00	OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO: DIFICULDADES E FACILIDADES ENCONTRADAS NO PERÍODO DE ESTÁGIO. Jakson Barros de Sousa
17:10	PERFIL SOCIOECONÔMICO, FAMILIAR, CONDIONANDO A RELAÇÃO NO DESEMPENHO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS DE ARAGUAÍNA-TO. Jeana Maria de Moura Telles; Maria Célia dias de Castro
17:20	MEU CORPO, MEU BRINQUEDO E MEU MUNDO DE DESCOBERTAS. Jefferson Francisco Cândido; Antônio Chadud Jorge; Alysson Carlos Ribeiro Gomes
17:30	O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DA POBREZA: PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL - UM ESTUDO SOBRE UMA FAMÍLIA EM ARRAIAS - TO Luciana Pereira de Moura; Silvia Adriane Tavares de Moura
17:40	<b>DEBATE</b>

## EIXO 2 - Sessão 2

Coordenadora: **ORDÁLIA DIAS DA SILVA GUILHERME**

Local: **BLOCO J - Sala 211**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO. Joany Miranda Brandão; Maria Célia Dias Castro
14:10	PRESENÇA ONLINE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E SOCIEDADE (EPDS). José Lauro Martins; Elaine de Jesus Alves
14:20	EXCLUSÃO DO SURDO: ATÉ ONDE A ESCOLA CONTRIBUI PARA ISSO? Katia Maria Vieira da Silva; Vanessa Pereira Costa; Haysa Fernandes da Silva
14:30	PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COMBATE À POBREZA E A DESIGUALDADE: OCASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PALMAS. Katiane Machado Gomes Barbosa; Ordália Dias da Silva Guilherme
14:40	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM FOCO: DESAFIOS DE SER TUTOR EM UM CURSO DE EAD. Luzani Cardoso Barros ; Débora Cristiana Alves Soares de Albuquerque ; Wander Alberto José
14:50	O CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA E SEUS EFEITOS INFERIORIZANTES SOBRE A POPULAÇÃO POBRE. Madson Pinto dos Santos; Maria do Socorro Soares Bezerra
15:00	"LER O OUTRO": UMA REFLEXÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NA LITERATURA. Maria Célia Gomes de Souza
15:10	DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO. Márcia Pessoa De Sousa Noronha
15:20	IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIADOS: UMA ANÁLISE DA ÓTICA DOCENTE. Márcia Pessoa de Sousa Noronha; Arlane Silva Carvalho Chaves; Layane Mota Souza De Jesus; Patrícia Delmiro de Sousa Takahagassi; Klécios Eufrasio Xavier; Jose Lauro Martins
15:30	APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA A POBREZA: PERFIL EDUCATIVO-SÓCIO-ECONÔMICO DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS EM PALMAS-TO. Paulo Rodrigues de Sousa; Marcos Felipe Gonçalves Maia
15:40	A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA JOANA BATISTA CORDEIRO. Marisa Silva De Oliveira; Barbara Doukay Campanini
15:50	ESCOLAS MULTISSERVIADAS TEM SUAS PRÁTICAS RESSIGNIFICADAS POR PLANEJAMENTOS COLETIVOS A PARTIR DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS/ Maristela dos Santos Mousinho; Maria Aparecida Martins da Silva Nogueira; Vanessa Pereira Costa
16:00	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO APRENDIZ NO PROGRAMA JOVEM EMPREENDEDOR. Maria Margarida Pessoa Batista; Ladislau Ribeiro do Nascimento





16:10	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA EFICÁCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AS DESIGUALDADES. Marly Gonçalves Silva; Leonardo Rodrigo Soares
16:20	A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO SUPERIOR PRIVADA SOBRE A OFERTA DO ENSINO INCLUSIVO. Miliana Augusta Pereira Sampaio; Denise de Barros Capuzzo; Simone Lima de Arruda Irigon
16:30	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA EVASÃO ESCOLAR. Raimunda Ires Soares da Cruz Martins
16:40	REFLEXÕES SOBRE A POBREZA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA MUNICIPAL DONA JOSINA PEREIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE-TO. Rosemary Nunes De Cerqueira; Helena Quirino Porto Aires
16:50	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES. Simone Lima de Arruda Irigon; Denise de Barros Capuzzo; Miliana Augusta Pereira Sampaio
17:00	METODOLOGIAS LÚDICAS COMO FORMA DE HOMOGENEIZAR O ENSINO DIANTE DA DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL. Simone Magna Menezes Carneiro Lopes
17:10	CURRÍCULO E LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Sueli Leopoldina de Souza Moura; Rosemary Negreiros de Araújo
17:20	O ENSINO DE INGLÊS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ALMEIDA EM TAGUATINGA-TO: UMA ANÁLISE DO ACESSO À LÍNGUA ESTRANGEIRA NA ESCOLA PÚBLICA. Tatiara José dos Santos; Luzani Cardoso Barros
17:00	<b>DEBATE</b>





### EIXO 3 - Direitos Humanos, Pobreza e Educação

#### EIXO 3 - Sessão 1

Coordenadora: **ELISABETE DA SILVEIRA RIBEIRO**

Local: **BLOCO J - Sala 212**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	AUTONOMIA PARA QUEM? O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIACOM MEIO DE AUTONOMIA DAS MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE SÃO MÃES Ana Rosa Carvalho de Oliveira; Danielle Mastellari Levorato
14:10	DA RESISTÊNCIA À MARGINALIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA POBREZA EM FABIANO, DA OBRA VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS. Carlos Henrique de Souza; Leonardo Rodrigo Soares
14:20	DA MÃO QUE CUIDA, A MÃO QUE MALTRATA E QUE DESTRÓI Carmem Lucia Coronheira Silva Queiroz; Rita de Cássia Coronheira Silva
14:30	BOLSA PERMANÊNCIA COMO UMA AÇÃO DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS. Chera Rosane Leles de Bessa; Gloriete Marques Alves Hilário
14:40	EDUCAÇÃO, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR REFLEXIVO EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL ESTEVÃO CASTRO. Cléia Conceição de Souza; Rodrigo Barbosa e Silva
14:50	A FACE OCULTA DA DESIGUALDADE SOCIAL: A POBREZA E SUAS CONSEQUÊNCIAS. Danilla Mendes Nunes Façanha
15:00	DIREITOS HUMANOS, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL - UM OLHAR PARA TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS. Denis Sousa Cruz; Rodrigo Barbosa e Silva
15:10	CRIANÇAS INDÍGENAS KAIAPÓ NA REDE REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PASTOR JOVERCI ALVES, EM REDENÇÃO-PA. Diuly Gonçalves de Araujo Abreu; Roberto Antero da Silva
15:20	O DIREITO À EDUCAÇÃO E A HEGEMONIA DA LÓGICA DO CAPITAL. Domingos Pereira da Silva; Viviane Drumond
15:30	SISTEMA DE COTAS COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À DESIGUALDADE RACIAL. Douglas Gabriel Cunha Abreu; Marcelo Marques de Almeida Filho; Pedro Henrique Rodrigues Silva
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	PERFIL DOS CRIMES E ATOS INFRACIONAIS NO ÂMBITO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PEIXE-TO E SUA EVENTUAL RELAÇÃO COM A POBREZA. Douglas Tarciano Zimmermann
16:00	A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Edivan Pereira do Nascimento; Roberto Antero da Silva
16:10	ESTUDO SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZADO DOS ALUNOS QUE RECEBEM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA PAROQUIAL SÃO VICENTE DE PAULO EM ARAGUAÍNA-TO. Edmundo Rodrigues Costa; Roberto Antero da Silva
16:20	COMO A POBREZA INTERFERE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM? Eliana Ferreira da Silva; Adriano Castorino
16:30	POBREZA E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP E O CURRÍCULO DA ESCOLA CEM PAULO FREIRE NA CIDADE ARAGUAÍNA - TO. Eliene Alves da Silva Borges; Antônia Marcia Duarte Queiroz
16:40	DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE OS PROBLEMAS DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA ESCOLA M. V.R.F.C. EM ARAGUAÍNA-TO. Eudarcia Silva Barros; Antônia Marcia Duarte Queiroz
16:50	EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Eva Ferreira Costa Silva; João Nunes da Silva.
17:00	EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Gislânde P. de Moura Alves de Araújo







17:10	AS POLÍTICAS SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO AKWĒ/XERENTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (1970-2010). Gislene Ferreira da Silva Araujo; Rosemary Negreiros de Araújo
17:20	BOLSA FAMÍLIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOB A ÓTICA JURÍDICA. Gloriete Marques Alves Hilário; Marcelo Marques de Almeida Filhos; Suzy Erika de Sousa Lima
17:30	<b>DEBATE</b>

**EIXO 3 - Sessão 2**  
**Coordenadora: ANA CRISTINA SERAFIM DA SILVA**  
**Local: BLOCO J - Sala 301**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA ESTADUAL WELDER MARIA DE ABREU SALES NO BAIRRO ELDORADO ARAGUAÍNA (TO). Graziane de A. Pitombeira Carvalho; Airton Sieben; Laira de Cassia B. Maldaner
14:10	ESCOLA E TERRITÓRIO: DE UM ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA POBREZA À UM LUGAR POSSÍVEL DE RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS. Grazielly dos Santos Germano; Laira de Cássia Barros Ferreira Maldaner
14:20	A POBREZA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Ioiete de Jesus Dias da Silva; Laira de Cássia Barros Ferreira Maldaner
14:30	POBREZA, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO POBRE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO. Ivana Oliveira de Sousa; Maria Célia Dias Castro
14:40	POBREZA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA, AUTONOMIA E DIREITOS HUMANOS. Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda; Marcos Felipe Gonçalves Maia
14:50	A PRÁTICA DA CIDADANIA NO COMBATE A POBREZA E AS DESIGUALDADES COMO FORMA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL. Jurafídes Alves de Araújo
15:00	POBREZA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO E SUPERAÇÃO DA POBREZA. Karla Rayane Alves da Silva
15:10	EDUCAÇÃO, POBREZA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA PAROQUIAL CRISTO REI. Kátya Cyne Soares Moura Labre; Juliana Chioca Ipólito
15:20	DIREITOS HUMANOS: A POBREZA COMO ATO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS. Kenise Ferreira da Costa Alves; Raylinn Barros da Silva
15:30	PARTICULARIDADES DA ESCOLARIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS. Leandro Bezerra de Sousa
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL. Lucia Alves da Silva
16:00	AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ESCOLA PÚBLICO. Lusileia Rocha dos Reis; Rosimeire dos Santos
16:10	OCUPAÇÃO DANDARA: DA LUTA À MORADIA AO ACESSO A EDUCAÇÃO. Marcela Magalhães Sathler Máximo
16:20	RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE ESCOLAR E PROGRAMAS SOCIAIS: REFLEXÕES ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Maria Benta Pereira Chaves; Fabíola Andrade Pereira
16:30	ESCOLA E POBREZA: SUAS IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO ESCOLAR. Maria Conceição José da Silva
16:40	ESPECIFICIDADES DAS ESCOLAS DO CAMPO, LUTAS, CONQUISTAS E AVANÇOS. Maria das Graças Rodrigues Pereira; Francisco Neto Pereira Pinto





16:50	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE A POBREZA DAS FAZENDAS PORÇÕES E BATIEIRO, NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS, TO. Maria de Lourdes Lopes; Barbara Doukay Campanini
17:00	SENSIBILIZANDO O OLHAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS TURMAS DE 6º ANO. Maria do Socorro Assis Maranhão; Francisco Neto Pereira Pinto
17:10	CONTEXTO SÓCIO ECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA ATENDIDOS POR UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PALMAS E SUA PERSPECTIVA DE VIDA FUTURA. Maria dos Reis Pereira de Araújo Góis; Solange Aparecida do Nascimento
17:20	O BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO EM CENTENÁRIO. Maysa Alves da Silva
17:30	<b>DEBATE</b>

**EIXO 3 - Sessão 3**  
**Coordenador: LADISLAU RIBEIRO DO NASCIMENTO**  
**Local: BLOCO J - Sala 302**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	O PAPEL DA ETI LUIZ GONZAGA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS: UM OLHAR A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Michele Pereira de Barros; Kênia Paulino de Queiroz Souza
14:10	A PERCEPÇÃO DE POBREZA A PARTIR DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MANOEL GOMES DA CUNHA DE ARAGUAÍNA TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO. Mirna Grasielle de Sousa Coelho
14:20	CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: ESTIGMAS E DESIGUALDADES. Mizia Avelino Oliveira Mourão
14:30	A ESCOLA E O SEU PAPEL NO CONTEXTO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL. Nadjacoely Silva Pereira; Kênia Paulino de Queiroz Souza
14:40	DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO VALORES DE ALTERIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR. Osielma Assis Maranhão; Rubenilson Pereira de Araújo
14:50	A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA DOS PROFESSORES AKWÊ/XERENTE. Paulo César Pereira Xerente; Rosemary Negreiros de Araújo
15:00	O REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DO TOCANTINS: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTIGMA EM TORNO DA PALAVRA POBREZA. Rhoselly Marques da Silva Xavier
15:10	REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES. Rodrigo Monteiro de Oliveira; Marilda Piccolo
15:20	PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: O CONTEXTO DAS FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL. Rosa Miranda da Luz Costa; Viviane Drumond
15:30	POBREZA: A RELAÇÃO COMPLEXA E ESTREITA DA DESIGUALDADE SOCIAL COM A PROSTITUIÇÃO. Rosely Auxiliadora Pereira Penoni
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM COMUNIDADE DE BAIXA RENDA. Rosilene Lopes Pereira da Luz; Adriano Castorino
16:00	EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO ADQUIRIDO, ACESSO NEGADO. Sandra Soares Brito
16:10	PROJETOS SOCIAIS: MIRACEMA SOLIDARIA MÃOS QUE ABRAÇAM. Telles Gabriel Leite Araújo; João Nunes da Silva
16:20	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POBREZA, CIDADANIA E ESCOLA. Thatiane Sousa Silva
16:30	EDUCAÇÃO COMO MEIO TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE. Valdemir Lacerda dos Santos





16:40	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO NA VIDA DE MULHERES DO BARRA DA GROTA EM ARAGUAÍNA -TO. Wanessa Lorena de Sousa Miranda Costa
16:50	BULLING: UMA VIOLÊNCIA INVISÍVEL. Clorivaldo Gomes da Silva; Remy Santana Araujo Gomes Silva
17:00	CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA AMENIZAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Fábia Ramos dos Anjos Fonseca
17:10	RENDIMENTO ESCOLAR E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO NO PRÉ ESCOLAR AVÓ VIRGILINA. Iolanda Ribeiro dos Santos; Juliana Chioca Ipolito
17:20	A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA COMO COMBATE ÀS DESIGUALDADES. Joaquim Rodrigues de Almeida; Ordália Dias da Silva Guilherme
17:30	<b>DEBATE</b>





## EIXO 4 – Infância, Currículo e Pobreza

### EIXO 4 - Sessão 1

Coordenador: **JOÃO NUNES DA SILVA**

Local: **BLOCO J - Sala 303**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO. Ana Gorete Alves das Chagas
14:10	A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM. Antonio Marcos Pereira Marinho; Severina Alves de Almeida Sissi
14:20	CURRÍCULO ESCOLAR E CONTEXTOS DE POBREZA: CONSIDERAÇÕES SOBRE NECESSIDADE DE MUDANÇAS. Elaine Jesus Alves; Maria do Socorro da Silva
14:30	MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Eva Lúcia Andrade da Silva; João Nunes da Silva
14:40	POBREZA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Fernanda Luz de Oliveira; Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho
14:50	EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. Francisca Silva Machado Rodrigues; José Fernando Patino Torres
15:00	CURRÍCULO E POBREZA: UM ESTUDO SOBRE A ABORDAGEM DO TEMA POBREZA NO CURRÍCULO ESCOLAR. Helena Felipe Napoleão; Margareth Leber de Macedo
15:10	O GRANDE DESAFIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – SUPERLOTAÇÃO NAS SALAS DE AULAS DA ESCOLA TIA MIRÊTA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO. Isabel Ferreira e Sena Rodrigues; Margareth Leber de Macedo
15:20	O LÚDICO NA EDUCAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NA CRECHE MUNICIPAL DE JESUS RIBEIRO. Leunisilva de Sousa Passos; André Luiz Augusto da Silva
15:30	GESTÃO EDUCACIONAL E POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE A REALIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM ARAGUAÍNA (TO). Lucielly Tavares Bagugen Reis; Rubens Martins da Silva
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	EDUCAÇÃO INFANTIL: BRINCADEIRAS E INFLUÊNCIAS DO CONTEXTO SOCIAL. Marina Carla da Cruz Queiroz; Ilda Neta Silva de Almeida; Ivanildes da Glória Nunes da Cruz
16:00	A PRESENÇA OU NÃO DA POBREZA NO CURRÍCULO DA ESCOLA MUNICIPAL FLORACY NA CIDADE DE PARANÁ/TOCANTINS. Rorimeire Bispo Rodrigues; Helena Quirino Porto Aires
16:10	POBREZA E CURRÍCULO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO PEDREIRA, EM PALMAS-TO. Saulo Batista de Freitas
16:20	A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM. Seila Sousa dos Santos Ferreira; Valdenir Castro Bezerra
16:30	COLETIVOS EMPOBRECIDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE NAZARÉ SILVA COSTA, ARAGUANÃ - TO. Suely Pereira da Silva; Doriane Braga Nunes Bilac
16:40	A IMPORTÂNCIA DE INCORPORAR O TEMA POBREZA NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Tatiane Ribeiro Mota; Maria Irenilce Barros
16:50	COLETIVOS EMPOBRECIDOS NO SISTEMA ESCOLAR E O CURRÍCULO: LIMITES E POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL. Thaira Rosana Alves Paz; Doriane Braga Nunes Bilac
17:00	O ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO. Valder Almeida Nogueira; Ademir Brandão Costa; Ritiane de Fátima da Silva Oliveira; José Wilson Rodrigues de Melo





17:10	EDUCAÇÃO E INFANCIA EM HEGEL. Eliseu Riscaroli
17:20	<b>DEBATE</b>

**EIXO 4 - Sessão 2**  
**Coordenadora: AMANDA PEREIRA DA COSTA**  
**Local: BLOCO J - Sala 304**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	ESCOLA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SUPERAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Thais de Maria Cunha Sousa
14:10	A RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR. Keila Maria Castro Alves dos Santos ; Thiago Ramos Machado
14:20	O ORIENTADOR EDUCACIONAL FACE ÀS VULNERABILIDADES SOCIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR. Vanda Elizete Vieira da Costa; Vonio Lira Mendes
14:30	O ORIENTADOR EDUCACIONAL E A SITUAÇÃO DE POBREZA DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR Diva Nunes Rezende; Juciley Silva Evangelista Freire
14:40	A EDUCAÇÃO PARA OS ESTUDANTES QUE DEPENDEM DO TRANSPORTE FLUVIAL EM BABAÇULÂNDIA - TO. Johannes Marinho Lustosa
14:50	FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIROS PARA EFETIVAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA ESCOLA MUNICIPAL TEREZA HILÁRIO RIBEIRO - ARAGUAÍNA TO. Fabiana Ramos dos Anjos Nascimento
15:00	O CONTEXTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ALTERADOS PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Giovanna Felipe C. E Costa; Luiza Vargens Ramos; Garithuzy Macedo Oliveira; Mikael Henrique De Jesus Batista; José Lauro Martins
15:10	PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COLÉGIO ESTADUAL LAVANDEIRA Maria de Fátima Pereira Evangelista; Marcelo Marques de Almeida Filho
15:20	ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO TEATRO -EDUCAÇÃO. Maria Madalena Pereira Soares; Ladislau Ribeiro do Nascimento.
15:30	A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA SALESIANA NO ENSINO/APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADOS NO PROJETO BOM DE BOLA BOM NA ESCOLA. Patricia Gonçalves dos Reis
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DR. SIMÃO LUTZ Jaqueline Araujo de Lima
16:00	A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM CICLOS: EM BUSCA DA IGUALDADE Johannes Marinho Lustosa
16:10	AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA. Jonathas Alencar.
16:20	CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Jonathas Alencar.
16:30	DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES. José Wilson Rodrigues de Melo.
16:40	DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E DIREITOS HUMANOS: A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NOS CURSOS NOTURNOS DE GRADUAÇÃO DA UFT. José Wilson Rodrigues de Melo; Thatianne R. L. O. Gonçalves; Paulo Alexandria.





16:50	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Julio Cesar e Zanin.
17:00	CULTURA, POBREZA, EXCLUSÃO, DESQUALIFICAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS MIGRANTES MARANHENSES. Karoline de Oliveira Rebouças.
17:10	<b>DEBATE</b>

**EIXO 4 - Sessão 3**  
**Coordenadora: ANA PAULA DOS SANTOS**  
**Local: BLOCO J - Sala 306**

HORÁRIO	COMUNICAÇÃO
14:00	A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE ACESSO E DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MARECHAL RONDON. Lucymara da Silva Santos Sobrinho; Rubens Martins da Silva.
14:10	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO PARA A SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA NO BRASIL. Luziane Laurindo dos Santos; Maria do Socoro Soares Bezerra.
14:20	A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CURRÍCULOS E O CONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO NO PPC DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO. Marxiléia Vieira Viana.
14:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Maria da Guia Rodrigues Correia; Fabricio Carlos Zanin.
14:40	PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COLÉGIO ESTADUAL LAVANDEIRA Maria de Fátima Pereira Evangelista; Marcelo Marques de Almeida Filho.
14:50	DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXOS DA POBREZA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. Maria de Lourdes Oliveira.
15:00	CURRÍCULO ESCOLAR E CONTEXTOS DE POBREZA: CONSIDERAÇÕES SOBRE NECESSIDADE DE MUDANÇAS. Maria do Socorro da Silva; Elaine Jesus Alves.
15:10	A ESCOLA E OS DIREITOS HUMANOS. Maria José da Silva Leite.
15:20	ANÁLISE DAS VANTAGENS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Michele da Silva Mesquita; Kênia Paulino de Queiroz Souza.
15:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – RESULTADO DAS ANÁLISES DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS (CAPES) DO PERÍODO DE 2012 A 2016. Midian dos Santos Amorim; Maria de Lourdes L. Macedo.
15:40	<b>DEBATE</b>
15:50	IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NA VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS. Neise Valadares Guimarães.
16:00	O TRABALHO INFANTIL NA REGIÃO SUL DE PALMAS E ATUAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NA SUA ERRADICAÇÃO. Osmilde Miranda da Silva
16:10	TEMA: BOLSA FAMÍLIA. Reny Santana Araujo Gomes da Silva.
16:20	DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO: COMPETIÇÃO DESLEAL DIANTE DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA VIDA DOS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA. Rosane Aquino Cordeiro Mota
16:30	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: VANTAGENS E DESVANTAGENS. Shirley Francisca Bonfim.
16:40	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR. Thaynara Sorrana da S. Santos.





16:50	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. Walter Albino da Silva; Ana Cristina Serafim da Silva.
17:00	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO 1o. AO 5o. ANO DO ENSINO FUNDAMETAL. Josemara de Almeida Furtado; Elizabete da Silveira Ribeiro.
17:10	A POBREZA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Iolete de Jesus Dias da Silva.
17:20	<b>DEBATE</b>





**ANAIIS**  
**RESUMOS EXPANDIDOS**

40

**VOLUME 2 (M - Z)**







## O CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA E SEUS EFEITOS INFERIORIZANTES SOBRE A POPULAÇÃO POBRE

Madson Pinto dos Santos

Maria do socorro Soares Bezerra

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar as discussões que encontram-se em torno dos efeitos que o currículo exerce sobre a população pobre dentro de um contexto estabelecido por relações desiguais, tendo em vista a já posta localização do pobre e os processos pelos quais estes sujeitos são inferiorizados, marginalizados e subalternizados, cabendo à escola oferecer-lhes um currículo mínimo e os colocar em condição de selvagens, imorais e incivilizados, castigando-os psicologicamente a ponto de os deixar submissos e ainda a falta de cuidado dispensada à esta população largando-os a mercê das intempéries. A metodologia aqui utilizada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando em sua maioria livros tendo como principais autores para a discussão L. S. Vygotsky, Pierre Bourdieu, Peter Berger e Lúcio Kowarick, além de documentos oficiais como os PCNs, tendo em vista abordar as questões relacionais à moradia, cognição, herança cultura, num contexto empobrecido para, por fim, entender como esse processo serve para marginalizar e inferiorizar o pobre.

**Palavras-chave:** Identidade. Currículo. Pobreza. Inferiorização.

### Introdução

As discussões iniciam-se a partir de aspectos como a localização geográfica e social da população pobre e como estas posições estão diretamente relacionadas às maneiras de ver e ser vistos pelo mundo e conseqüentemente a construção de sua identidade a partir dessas perspectivas. Destarte, coloca-se em foco questões como as más condições de moradia, a incivilidade e indolência como sendo culpa da própria condição do pobre, tendo conceitos como meritocracia e capacidade para ajudar a entender este debate da capacitação do pobre. Há também os estigmas que rondam esta população e suas moradias que são tidos como criminosos e violentos, além de serem selvagens e incivilizados.

A partir desta visão e relação com o mundo, também acontece sobre as perspectivas quanto à educação. As famílias pobres tendem a enxergar na educação cominhos para condições de vida melhores. Contudo, vale questionar, por que a educação pública não cumpre com esse intuito, visto que o Estado fornece um ensino para o trabalho. É oportuno refletir que este ensino oferecido pelo Estado e aceito de bom grado pelas famílias pobres não seja suficiente para a emancipação dos menos favorecidos. Por isso, põe-se em questão o ensino que não atende a integralidade do sujeito, que gere nele imaginação e criatividade, além de simplesmente saber repetir o que os outros dizem. Um ensino que só gera a obediência e a servidão, um ensino que nunca questiona. Um ensino subalternizador e inferiorizante e que impede, portanto, a ascensão e mobilidade social.





Somando a esses fatores, há que se pensar sobre seus efeitos da pobreza na capacidade de aprendizagem desses alunos que frequentam a escola pública. Devido às condições e localização da população pobre, suas práticas culturais são mínimas, as experiências e desafios de aprendizagens são pobres tais como eles próprios, refletindo na sua relação com o currículo formal. Não se trata de ser um mistério, portanto, algumas crianças se sobressaírem sobre as demais. Pois a capacidade de aprendizagem está relacionada a fatores econômicos e culturais que as famílias dispõem. Na sala de aula, isso se manifesta de várias maneiras, através da violência simbólica e de humilhações a ponto de afetar a autoestima de alguns discentes. Portanto, relacionar aspectos como a cognição, identidade, moradia, herança cultural, prática cultural e currículo escolar pode dizer muito do sucesso ou fracasso que um sujeito tem na escola e conseqüentemente, na vida.

### **Resultados e Discussão**

Partindo do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky (2008), entende-se que duas crianças de mesma idade frente a determinados desafios podem alcançar resultados maiores ou inferiores com desenvolvimentos distintos. A capacidade cognitiva está estreitamente relacionada ao quanto o sujeito está submetido às riquezas de experiências, principalmente àquelas contempladas no currículo formal, pois maior será seu sucesso escolar e na vida. Por isso, há que se dizer que a pobreza influencia no nível de capacidade de resolução de problemas ou construção de saberes.

Se no exemplo dado acima sobre as duas crianças, uma delas for pobre, é bem provável que sua capacidade de aprendizagem seja aquém do das crianças mais favorecidas economicamente. Pois estas possuem maiores chances de experiências que contam no currículo formal, que por sua vez, influenciará na postura que são tratados dentro do currículo oculto. Aquilo que é considerado dom ou talento, sociologicamente não passa de códigos e conceitos assimilados quase que de maneira natural devido às práticas culturais e à herança cultural familiar (Bourdieu, 2015). Não tardará para que o aluno pobre seja tratado como incapaz de aprender, de atrasado, desinteressado, indolente e tantos outros adjetivos similares. Junte-se ao fato de sua capacidade de aprendizagem ser menor e ainda seus modos de falar, de andar, de vestir-se, de sentar e outros comportamentos próprios de quem vive na pobreza. Isso, com certeza, agrava a situação. Violência simbólica, humilhação, isolamento e ostracismos fazem parte do pacote de inferiorização dispensada a esta parcela da população.





Privações que se materializam através do isolamento da moradia na periferia e na construção da formação de uma identidade e personalidade fragilizadas que são postas em condições inferiores e subalternas. Além de ser lugar estigmatizado, tido geralmente como reduto de criminalidade e violência (Kowarick 2009). Esses sujeitos são, portanto, passíveis de serem eliminados e de receberem menos cuidados e atenção, ficando sujeitos a uma infinidade de intempéries, que podem ir desde se acidentar durante o recreio porque a professora descuidou ou mesmo em atravessar a faixa de pedestre na frente da escola sem que um adulto pegue na mão ou seja acompanhada por um olhar cuidadoso e vigilante de um responsável até a humilhações em ambientes que não sejam de seus pares, posto que seus comportamentos são tidos como rudes e selvagens.

Logicamente, então, para esta população, um ensino tão pobre quanto, um ensino técnico, voltado exclusivamente para a prática, um ensino tido como útil, porque voltado para o trabalho. Dessa maneira, o Estado cumpre com sua obrigação e ideologicamente faz parecer que as oportunidades são para todos, não sabendo os pobres, portanto, que a falta de um ensino que contemple a integralidade, não os faz emancipar-se, mas apenas a obedecer e repetir vontades de terceiros, pois estão desprovidos de outras habilidades e competências que as relações sociais mais complexas exigem. Ou seja, as condições limites ficam postas de tal maneira que os pobres não conseguem transpor (Berger, 1986), vítimas de um ciclo vicioso e cruel que se retroalimenta num sistema de reprodução da pobreza.

43

### **Procedimentos Metodológicos**

O trabalho aqui realizado é de base teórica e para percorrer e analisar os processos e elementos pelos quais os pobres são marginalizados e inferiorizados recorreu-se principalmente a autores como Peter Berger, Pierre Bourdieu e Vygotsky. Além de autores como Paulo Freire, Philippe Coulangeon e Lúcio Kowarick. Peter Berger e Lúcio Kowarick contribuem com a discussão sobre a formação da identidade do sujeito e sua relação com a moradia e sua localização geográfica que considera o contexto social e econômico. Pois as perspectivas que um sujeito possui constitui-se a partir da localização geográfica e social e que esta situação é determinante e de caráter permanente, difícil de ser alterada. E esse fator influencia na constituição da identidade do sujeito, de tal maneira que o jeito de falar, de andar e do imaginário são afetados. Essa maneira de ser influencia nas relações sociais que se estabelece. Isso reflete nas amizades e nos empregos e serviços realizados. A bem saber,





portanto, a identidade se constitui a partir do ponto em que o sujeito se encontra e das relações a que está à mercê. A identidade é atribuída socialmente, portanto.

Pierre Bourdieu corrobora quando trata da origem social familiar para o êxito ou fracasso da criança na escola e a constituição de atitudes diante do currículo e do domínio da cultura. Para este autor quanto mais elevada é a origem social da família, mais chances de êxito frente ao currículo escolar, e em grau oposto, as famílias de baixa renda, a escola reproduz de maneira similar a desigualdade de nível escolar. Que a prática cultural regular, constante e intensa está relacionada às famílias mais abastadas. Isso significa que as crianças que chegam à escola advindas deste meio social estão mais preparadas para os conteúdos escolares. E que, por isso mesmo, as crianças que alcançam sucesso na escola não são necessariamente dotadas de dom ou que são pequenos gênios, mas possuidores de uma herança cultural. Mesmo assim as crianças de baixa renda sofrem de violência simbólico por não terem inculcado signos e códigos próprios do currículo formal.

Por fim, Vygotsky aborda sobre a aprendizagem e sua relação com o meio. Pois segundo o autor o estímulo ao intelecto depende de novos desafios e experiências para que o raciocínio alcance estágios elevados. Nesse sentido, o conteúdo escolar possui uma história prévia para a criança e isso está ligado diretamente ao contato frequente ou não com determinado objeto de estudo. Pois o discurso da criança é resultado da sua prática social. É assim com uma palavra nova e seu significado. Quanto mais se conhece o objeto, mais o discurso sobre ele torna-se amplo e seguro, deixando de apelar para exemplos ou gestuais.

44

### **Considerações Finais**

Parece que para ser pobre não basta não ter dinheiro, é preciso também ser posto em condições subumanas. Por isso que lodo, piolhos, ratos, baratas, catarro, feridas, escuridão e atmosfera sufocante fazem parte da composição da pobreza. Há ainda aquilo que mais dói, a humilhação. O endereço e a condição social podem ser sinais de desconfiança, pois a partir desses referenciais, as representações são geralmente negativas: incivilizados, lascivos e selvagens, desumanos, portanto. E há quem diga que existe igualdade de condições nesta corrida pela sobrevivência. O pobre não possui condições para competir. Seu corpo é raquítico e seus conhecimentos, limitados. A meritocracia, portanto, é um engodo. Sabe-se que o arsenal de um sujeito abastado é escandalosamente superior ao de um pobre.

O pobre tem esperança na educação. Sonha que seu filho poderá ascender socialmente na hierarquia social e angariar frutos fartos. Contudo, a criança pobre recebe educação distinta





daquela que uma criança de escola particular goza, embora o currículo tenha uma base comum para todos. A formação depende de outros fatores adquiridos através de uma regular, constante e intensa prática cultural. O currículo voltado exclusivamente para o trabalho não dá conta das complexidades que é ser um cidadão pleno de direitos e com formação integral. É, portanto, um currículo que inferioriza e treina para a subalternização. Além do currículo formal, escasso, diga-se de passagem, existem suas variações: o real e o oculto. Crianças pobres recebem menos atenção e cuidados. Isso os coloca em situação de risco permanente, porque estão mais suscetíveis a sofrerem vários tipos de agressões, inclusive a violência simbólica.

A condição de pobreza rouba-lhes a capacidade de desenvolvimento pleno de suas potencialidades humanas. Crueldade maior não há. Nascer pobre já atesta uma desvantagem e muito provavelmente o sujeito pobre poucas chances terá para superar esta condição. São nos primeiros anos de vida que a subjetividade se forma e os códigos são assimilados e inculcados, inclusive o gosto pela leitura. Políticas públicas, quaisquer que sejam e independente de seu alcance, não são capazes de remediar o sujeito pobre em sua integralidade. A equidade não pode ser tardia. O Ensino Integral no seu formato atual e o PBF contribuem para amenizar a pobreza, mas não são suficientes. Pois os caminhos e processos pelos quais perpassam a reprodução da pobreza estão interligados de maneira tão imbricadas que pouco sobram brechas para escapar de situação tão rígida e determinista

45

### Referências

- BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**; tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis, Vozes, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**; tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COULANGEON, Philippe. **Sociologia das práticas culturais**; tradução Constancia Eggejas. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- KAWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**; fotografias de Antonio Saggese. – São Paulo: Ed. 34, 2009.





VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**; tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores; organização COLE, Michael... [et al]; tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Astro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

## **BOLSA FAMÍLIA: ORIGEM E CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA PARA A ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS TO**

**Maguinólia Bueno Maia**

**Silvia Adriane Tavares de Moura**

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como objeto de estudo o Programa Bolsa Família em seus contextos históricos, bem como sua integração com o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Silva Dourado, que tem suas instalações no município de Arraias -TO. Avalia a eficácia do mesmo para a melhoria das condições de vida dos assistidos em especial na educação. Ficou definido como tema: Bolsa Família: origem e contribuição pedagógica para a Escola Estadual Silva Dourado no município de Arraias TO. Utilizou – se como procedimento metodológico a Pesquisa Documental, pela análise do Projeto Político Pedagógico da escola, Ata de reuniões, pautas de reuniões da Escola Estadual Silva Dourado e coleta do resultado com entrevista em forma de questionários. O artigo tem por base a pesquisa qualitativa desenvolvida a partir da definição do tema, do levantamento de bibliografia, de estudos e reflexões norteadas a partir dessas leituras, a maioria encontradas em monografia e artigos disponíveis em ambientes virtuais (internet), seguido de uma entrevista/questionário aplicado a uma amostra de alunos e a seus respectivos pais. Para fundamentá-la pode destacar alguns autores como: Ianni (1994) Mioto (2013); Nogueira(2013) Carvalho(2008), Gentili (1996) e outros. Com essa pesquisa pôde se constatar que mesmo o Programa Bolsa Família ter sua condicionalidade voltada não somente para educação, ele contribui significativamente com o aumento de crianças na escola e com sua permanência na escola. Ficando evidente a falta de integração entre o Programa Bolsa Família e o Projeto Político Pedagógico da escola.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, frequência, Projeto Político Pedagógico, escola

### **Introdução**

O presente artigo traz como tema “**Bolsa Família: origem e contribuição pedagógica para a Escola Estadual Silva Dourado no município de Arraias TO**”. A pesquisa tem por objetivo: Conhecer a trajetória dos programas assistencialistas da pobreza no Brasil em especial, o Bolsa Família e analisar a integração entre o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada e o programa, avaliando sua eficácia para a melhoria das condições de vida dos assistidos em sua formação integral.

O Programa Bolsa Família criado em 2003, hoje, com seus quatorze anos de existência é constituído como uma política de maior alcance já tida no Brasil. Seu objetivo sempre foi promover o acesso à redes de serviços públicos, em especial, a saúde, a educação e a assistência social e principalmente o combate a fome de famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza.





Pelo fato do Bolsa família (BF) ter como uma das condicionalidade para a transferência de renda a manutenção das crianças na escola. Esta pesquisa se torna uma importante ferramenta para análise se os projetos desenvolvidos na escola estão em consonância com o programa; em específico o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Portanto a hipótese da pesquisa é que o fato do BF ser um programa de bem estar social, tendo como condicionalidade o controle da frequência escolar, ele pode contribuir de forma positiva para a manutenção dos índices de matrícula e de frequência dos alunos da escola referida e tendo estas ações intensificadas em seu Projeto político Pedagógico.

Mas quem são esses beneficiários do programa?

Com base em dados da Wikipédia, a população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

A Escola Estadual Silva Dourado, objeto da pesquisa, situada no município de Arraias – TO, cerca de 450 quilômetros da capital, consta atualmente com 103 alunos bolsistas do PBF.

Com a pesquisa foi possível verificar a falta de relação entre o Programa Bolsa Família do município e o Projeto Político Pedagógico da escola.

O artigo tem por base a pesquisa qualitativa desenvolvida a partir da definição do tema, do levantamento de bibliografia, de estudos e reflexões norteadas a partir dessas leituras, a maioria encontradas em monografia e artigos disponíveis em ambientes virtuais (internet), seguido de uma pesquisa entrevista/questionário aplicado à diretora e a uma amostra e alunos e a seus respectivos pais. Ambas informações nortearam toda pesquisa e contribuíram para melhor conhecimento e propriedade acerca da temática abordada. Fundamentadas a partir de concepções de autores que nos ajudam a compreender a pobreza em sua lógica bem como o sistema de distribuição de renda e a relação de poder da sociedade, são eles: Ianni (1994) Mito (2013); Nogueira(2013) Carvalho(2008), Gentili (1996) e outros.

Utilizou – se como procedimento pesquisa documental a análise do Projeto Político Pedagógico da escola, Ata de reuniões e pautas de reuniões da escola.





Em face dessa questão, o estudo assumiu como objetivo geral: Conhecer trajetória dos programas assistencialista da pobreza no Brasil em especial o Bolsa Família e analisar a integração entre o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada e o programa avaliando a eficácia do mesmo na melhoria das condições de vida dos assistidos.

Como suporte ao objetivo supracitado, bem como da questão levantada, a pesquisa está orientada pelos seguintes objetivos específicos: Aprofundar conhecimentos sobre os programas assistencialista dos governos em especial o Bolsa Família; Caracterizar o local da pesquisa; analisar o PPP refletindo sobre a existência ou inexistência de ações que fomentem o Programa BF e analisar questionários.

Depois de tudo, sabe-se que o Bolsa Família surge para enfrentar o grande problema da sociedade brasileira, que é combater a fome e a miséria, promovendo a emancipação das famílias mais pobres do país condicionadas a saúde, educação e assistência social. A questão é, com relação a educação será que mais precisamente na Escola Estadual Silva Dourado, o programa tem atingido os objetivos de contribuir com a permanência de alunos? E a escola tem promovido ações que reforçam o Programa para melhorar seus índices e a qualidade de educação? O Programa Bolsa Família é integrado ao Projeto Político Pedagógico? Faz integração na Pauta de reuniões do Conselho de classe? Todas essas inquietações serão discutidas ao longo da segunda sessão deste artigo.

Consta neste artigo, além da introdução e considerações finais, uma divisão em três sessões, sendo: a primeira trata-se do “Programa Bolsa Família e suas concepções históricas”; a segunda parte abordará a caracterização do local da pesquisa, bem como a relação do PPP e o programa; e Análise de dados obtidos nos questionários dos alunos, pais e diretora.

Contudo, o Programa Bolsa Família a partir das análises dos resultados vem apresentando melhorias no sentido de combater a fome e oferecer melhores condições de acesso à escola; precisa intensificar a redução da desigualdade social e para isso novas políticas públicas precisam ser intensificadas.

### **Procedimentos metodológicos**

O artigo tem por base a pesquisa qualitativa desenvolvida a partir da definição do tema, do levantamento de bibliografia, de estudos e reflexões norteadas a partir dessas leituras, a maioria encontradas em monografia e artigos disponíveis em ambientes virtuais (internet) como já foi mencionado, seguido de uma pesquisa de campo com entrevista/questionário aplicado à diretora e a uma amostra de alunos e a seus respectivos pais.







Ambas informações nortearam toda pesquisa e contribuíram para melhor conhecimento e propriedade acerca da temática abordada. Os resultados foram organizados de forma a contemplar os objetivos estabelecidos para esta pesquisa.

A pesquisa de campo foi feita por meio de questionário/entrevista aplicada a diretora da escola e 18 alunos e 18 mães/pais da turma do 7º ano.

Utilizou-se como procedimento pesquisa documental a análise do Projeto Político Pedagógico, Ata de reuniões e pautas de reuniões da escola – todos tendo como ano base 2017. A coleta de dados foi feita por amostragem, uma vez que dos 58 alunos matriculados na turma do 7º ano, pesquisada, apenas quatro dos alunos não são contemplados com o programa. Foram aplicados 18 questionários. Como amostra o questionário foi aplicado à diretora e a seis alunos de cada turma do 7º ano e para seus respectivos pais distribuídos aleatoriamente nas três turmas que funcionam duas no período matutino e uma no período vespertino. A escolha se deu pelo fato de serem maiores do turno diurno do ensino Fundamental e de mais de 90% possuírem o benefício do BF. A identidade dos entrevistados foram preservadas, os questionários não foram nomeados. A análise dos dados da diretora foram utilizados trechos das respostas.

49

### **Resultados e discussão**

A pesquisa possibilitou conhecer a trajetória dos programas assistencialista da pobreza no Brasil em especial o Programa Bolsa Família, bem como identificar a falta de integração entre o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Silva Dourado e o Programa.

Conforme análise do Projeto Político Pedagógico, atualmente a escola atende 265 alunos matriculados nos turnos matutino, vespertino e noturno, tendo a clientela de baixa renda. O perfil da comunidade se altera em sua maioria entre famílias com Ensino médio completo, Ensino médio incompleto, Ensino fundamental completo, Ensino fundamental incompleto e analfabetos. As famílias residem em moradias próprias ou alugadas. A renda mensal em sua maioria não chega a dois salários mínimos e completadas com o BF.

A escola possui 103 beneficiários do Bolsa Família. Nos questionários ficou confirmado que usam esse benefício como meio de aquisição de alimento, roupas e material escolar.





Isso fica evidente quando os maiores anseios das família é emprego/trabalho. Dos 265 alunos matriculados na escola pesquisada, a maioria sobrevivem com média de dois salários mínimo e isso somado ao auxílio recebido do Bolsa Família.

Ao considerar que uma das condicionalidades do PBF seja o acesso e permanência na escola ficou constatado que o objetivo se concretiza e foi reafirmado pela diretora na questão 3 “nos últimos três anos a frequência por parte dos beneficiários vem aumentando e que as famílias se preocupam *em evitar a falta dos filhos sem motivos justificáveis*”. Vale lembrar que influenciou apenas na frequência, pois no PPP a participação dos pais ainda é um ponto fraco da escola.

Quando o assunto e a integração do programa ao projeto da escola, a diretora afirmou que *nos anos anteriores, durante as reuniões de pais, previstas no PPP, a escola abordava assuntos relacionados a frequência dos alunos(...)* contudo ao analisar o PPP, o programa não é citado em nenhum momento, nem no contexto, ou clientela atendida pelo programa ou em quaisquer dado fornecido ficando evidente a falta de integração entre o Programa Bolsa Família e o Projeto Político Pedagógico da escola. É preciso entrelaçar o trabalho desenvolvido por essas instituições para que os beneficiários e seus pais encontrem na educação uma chave para a transformação social e isso é por considerar que o Bolsa Família contribui para a emancipação dos sujeitos envolvidos por meio da inserção com permanência na escola.

50

### **Considerações finais**

A pesquisa realizada na Escola Estadual Silva Dourado nos desperta a necessidade de formar parceria entre a instituição que coordena e fiscaliza o Programa Bolsa Família e a escola por meio da elaboração e efetivação das ações do Projeto Político Pedagógico. Tanto o programa quanto o projeto tem condições de contribuir para que os bolsistas melhorem suas condições de vida por meio da melhoria dos rendimentos escolares. Não basta frequentar a escola é preciso adquirir escola com qualidade. A escola deve educar para a democracia, principalmente quando o público já é de baixa renda e desassistidos.

É notório que o Programa Bolsa Família por ter sua condicionalidade voltada não somente para educação, vem contribuindo significativamente com o aumento de crianças na escola e com sua permanência na mesma. Estudos sobre essa relação de interferência do programa aos projetos escolares ainda é raro. Fica evidente pela falta de material de estudo.





Portanto precisa ser estreitado esta relação e estudos mais aprofundados precisam ser intensificados.

Portanto para que a educação no Brasil eleve sua qualidade de ensino é preciso ir além de uma inserção e frequência de seus alunos. Só a frequência como é condicionado o Programa a educação, o pobre, não vais sair jamais do estado de pobreza, embora seja a educação o caminho mais curto para inserção social.

### Referências

CARVALHO, G. F. A assistência social no brasil: da caridade ao direito. 2008. 57f. Monografia apresentada Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro para obtenção do grau de bacharel em Direito.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. Revista Karálysis, v. 16, p. 61–71, 2013.

Wikipédia. Bolsa Família. Disponível em < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa\\_Fam%C3%ADlia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Fam%C3%ADlia) >. [Consultado em 11/11/2017]

## PERSPECTIVA DOCENTE DIANTE DA REALIDADE DE ALUNOS “SOCIALMENTE EXCLUÍDOS” NA ESCOLA ESTADUAL PIAÇAVA NAZARÉ-TO.

51

**Mara Graciella Dias Correia Belarmino**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo identificar se a exclusão social e as mazelas provocadas por esta, poderão interferir no rendimento escolar dos alunos da Escola Piaçava -TO, bem como analisar a visão dos professores em relação a eles e, se esse fator contribui para que o aluno perca seu interesse na vida estudantil. Muitos alunos encontram dificuldades em superar condições de exclusão por crescerem em um ambiente empobrecido, não conseguem ver na escola uma oportunidade de superação, trazendo consigo sequelas no seu desenvolvimento pessoal e intelectual ao longo de sua vida. A metodologia utilizada neste trabalho foi aplicação de questionários para os professores, Coordenadores e o Gestor da Unidade Escolar, bem como observação da sua prática pedagógica em sala de aula com intuito de identificar alunos que apresentavam baixo rendimento. Na visão dos professores, os alunos de menor poder aquisitivo e que sofrem privações sociais são os que apresentam maiores problemas relacionados à aprendizagem na escola.

**Palavras-chave:** Pobreza; Exclusão Social; Relação Professor – Aluno; Rendimento Escolar.

### Introdução

Atualmente percebemos a necessidade de um aprofundamento da discussão acerca do rendimento escolar de alguns alunos que passam por diversas privações sejam elas alimentares, afetivas ou sociais, este cenário encontra-se entrelaçado com vivências sociais e educacionais destes sujeitos. Muitos alunos encontram dificuldades em superar tais condições por crescerem em um ambiente empobrecido, não conseguem ver na escola uma oportunidade





de superação uma vez que vivem sob vulnerabilidade social e acabam se perpetuando na exclusão. É notório que quando submetidos a privações sociais e nutricionais a criança poderá ter sua capacidade de aprendizado comprometida o que é refletida na limitação de suas ações no decorrer de sua vida.

PILETTI (1999) reporta que:

“As situações de injustiça e desigualdades presentes em nossa sociedade, onde as famílias lutam para sobreviver, reflete no aprendizado das crianças. Esses problemas atingem as crianças, que enfrentam inúmeras dificuldades para aprender”. Ele destaca ainda, que vários são os fatores que interferem, sendo alguns deles: carência afetiva, deficientes condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição; ambientes repressivos; nível elevado de ansiedade; relações inter familiares; métodos de ensino impróprio e inadequado. (PILETTI, 2009, p.151)”

A escola deverá oportunizar o reconhecimento de sujeitos viventes em extrema pobreza e condicionar o entendimento de pobreza e desigualdade social como fator a ser corrompido com a efetiva educação.

O grupo inserido neste contexto pertence àqueles oriundos de família com poucos recursos que incluem: filhos de mães solteiras que detém exclusivamente da responsabilidade familiar tendo que trabalhar para garantir o sustento e assim acabam por deixar os filhos sozinhos em casa; crianças hostilizadas pelos próprios pais; outras educadas por avós analfabetos ou semianalfabetos vivendo na faixa de pobreza extrema, crianças agredidas fisicamente e psicologicamente; crianças que passam por privações alimentares e de higiene.

52

Partindo deste pressuposto houve a necessidade de realizar um estudo acerca das perspectivas dos docentes da Escola Estadual Piaçava a fim de que fosse analisada a princípio a relação entre desigualdade social com rendimento escolar de seus alunos.

O objetivo dessa pesquisa foi identificar se o fator exclusão social pode interferir no rendimento escolar dos alunos e, diante dessa realidade identificar se a escola através do professor contribui para levar o aluno a perder o interesse na vida estudantil interrompendo-a assim que achar necessário ou quando as condicionalidades exigidas pelo programa Bolsa Família já não poderá mais mantê-los efetivos na escola.

### **Metodologia**

A pesquisa foi aplicada em uma escola localizada na zona rural da cidade de Nazaré - TO que atende 130 alunos nas modalidades Ensino Fundamental II e Médio oriundos de um contexto social empobrecido.





O projeto foi desenvolvido em duas etapas distintas. A primeira foi a observação do trabalho do professor e suas atitudes diante dos alunos e das diversas situações a que estão sujeitos. Para essa etapa os alunos foram observados dando maior ênfase àqueles que possuem baixo rendimento escolar. A segunda etapa foi a aplicação de questionário fechado com os professores, diretor e coordenador pedagógico para que houvesse a coleta de dados a serem discutidas diante das análises dos resultados obtidos.

No questionário foram levantadas questões acerca da formação dos professores, experiências docentes, atitudes e reações diante de algumas circunstâncias que envolva os alunos e de forma geral o mesmo através dos enunciados procurou analisar qual a visão dos professores em relação ao desenvolvimento dos alunos, o contexto social que o mesmo está inserido, e por fim se este contexto interfere diretamente na vida escolar do estudante.

### **Resultados e Discussão**

Entendemos que a escola é um espaço de comunicação, onde professores e alunos possam escutar uns aos outros. Dessa forma, a formação dos sujeitos deverá ser entendida como de socialização e humanização, para que eles também aprendam através da convivência e da troca de experiências. Diante deste contexto em relação à escola estudada inferimos os seguintes resultados:

Na primeira etapa do projeto foram realizadas observações em sala de aula o que proporcionou uma ideia de como professores e alunos se relacionavam. Através da pesquisa em acervo didático, experiências profissionais anteriores e observações feitas *in loco* foi decidido o ponto inicial do desenvolvimento do trabalho o qual seria a relação do ambiente do qual os alunos de família de baixa renda eram submetidos com o seu baixo nível acadêmico e as atitudes dos professores diante de várias situações adversas que eram submetidos dia-a-dia.

Foram observados que em muitas situações os alunos trazem consigo experiências que adquirem ao longo de suas vidas, o que estão relacionados aos ambientes que estão submetidos. Neste ponto percebeu-se que se esse ambiente for favorável ao aprendizado, isso incidirá no desenvolvimento das atividades, caso contrário, poderá causar nos alunos algumas dificuldades. Boa parte da formação de um ambiente favorável deve-se às famílias.

Para os professores participantes deste estudo, os alunos de menor poder aquisitivo e que sofrem de privações são os que apresentam maiores problemas relacionados à aprendizagem na escola.





Diante disso, essa pesquisa foi desenvolvida através de questionários aplicados, onde os resultados serão discutidos por pontos afins.

Quando perguntados acerca da formação acadêmica dos professores, observou-se que neste quesito houve um grau de excelência, logo que todos os entrevistados possuem curso de graduação em nível superior e trabalham na sua área de formação. A maioria possui tempo de docência maior que 10 anos, porém menos da metade compõe o quadro efetivo e os demais possuem contrato de serviço temporário.

Em se tratando das dificuldades encontradas em sala de aula, ao analisarmos as respostas do questionário, constatou-se que os mesmos culpam os alunos por seu desenvolvimento não satisfatório sendo assim 50% dos professores entrevistados acreditam que os alunos não conseguem aprender por falta de interesse e os outros 50% acreditam ser por culpa dos pais.

Quando perguntados acerca dos problemas de indisciplina envolvendo os alunos, 50% responderam que recorrem ao diretor, 40% ao coordenador pedagógico e apenas 10% resolvem sem recorrer a ninguém.

Outro ponto do questionário tratou sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos e para este dado 90% dos professores acreditaram que falta a presença dos pais na escola para acompanhar de perto a vida estudantil do seu filho e 10% argumentaram que esse acompanhamento poderia ser feito em casa com o auxílio nas tarefas escolares, o que implicou em outra pergunta discutida no questionário onde os professores indicaram que a minoria dos alunos traz o para casa sem fazer e esses por sua vez geralmente são os que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Quando foram perguntados sobre os motivos pela não realização das tarefas, os professores apontam que 90% ocorre por falta de interesse, 10% por falta de participação dos pais. Relacionando as dificuldades e falta de interesse dos alunos foram discutidos o perfil das turmas pesquisadas onde os professores enfatizaram que são consideradas turmas mistas no quesito indisciplina o que acarreta a dificuldade em assimilar o conteúdo. A frequência dos alunos foi considerada satisfatória uma vez que ficou na variação de 75% a 100% e levantou a questão da participação da maioria dos alunos em programas sociais como o Bolsa Família que possui a frequência como condicionalidades de recebimento da Bolsa.

Neste momento, o mesmo questionário foi direcionado ao diretor e coordenador, e o primeiro levantamento foi questionado se a escola executa um trabalho pedagógico específico





para os alunos que passam por diversas privações, os mesmos responderam que não trabalham diretamente com esses alunos nem tampouco existe um olhar diferenciado para esse público.

Questionados se no Projeto Político Pedagógico da escola existia alguma ação que abordasse esse público, a equipe afirmou que até o momento era inexistente. Diante disto e sob resposta da maioria inferimos que na visão dos professores e corpo gestor da escola há uma grande relação de alunos socialmente excluídos com o baixo rendimento escolar.

Percebeu-se diante das respostas dos entrevistados que os alunos mais carentes, que possuem família desestruturada, não conseguem desenvolverem-se em ritmo igual aos demais colegas e vários seriam os fatores. A escola ao receber esses alunos, mesmo percebendo que o contexto social no qual estão inseridos atrapalha no seu aprendizado, não disponibiliza de um trabalho pedagógico exclusivo para essas situações o que está relacionado talvez por razões que fogem de seu poder de atuação.

No que refere à estrutura familiar, nem todos os alunos da pesquisa em questão são pertencentes a uma família que possuem o mínimo para uma vida digna, como a pesquisa mostra, maioria dos alunos com dificuldades de aprendizagem, são provenientes de famílias desestruturadas, com 90% incluídos na categoria de baixa renda, residindo em moradias semi acabadas (tijolos e telhas) ou de pau a pique.

55

A exemplo podemos inferir: como esperar que o aluno traga o “para casa feito se os mesmos são filhos de pais analfabetos ou semianalfabetos? Com base na pesquisa, percebemos que os professores conhecem o grau de escolaridade dos pais de seus alunos (talvez por ser uma comunidade pequena onde todos se conhecem), mas ainda assim, enviam tarefas para serem feitas com ajuda dos pais. Diante desse fator, os alunos que recebem o para casa e não o fazem, são vistos pelos professores como desinteressados e descomprometidos com as atividades escolares.

A baixa escolaridade impede que muitos saiam da pobreza, e ainda faz com que essa seja transmitida de pai para filho, criando assim um ciclo de reprodução da mesma. Dessa forma, se a escolaridade é uma das principais causas do ciclo de reprodução da pobreza, a manutenção de crianças na escola é vista pelo Programa Bolsa Família como uma solução para romper esse ciclo. Os alunos que sofrem com a exclusão social tendem a ter menores resultados nas escolas, pois lhes falta motivação, muitos por sua vez podem sentir-se triste por conta de situações vivenciadas fora da escola o que acaba contribuindo na distração durante as aulas.





## Considerações Finais

Essa discussão colabora para a compreensão do fator educação e exclusão social existente em nossa sociedade, colaborando com demais discussões acerca da compreensão do universo da educação para os excluídos, fator que necessita de muito estudo para a busca desses alunos até então perdidos em meios a muitos conflitos de ordem pessoal e social.

Conhecer esses problemas é importante para a superação desse ciclo de insucesso escolar no qual estão submetidos alunos e educadores. Esses alunos precisam ser visto pela sociedade e pelas famílias como sujeitas de direito à educação de qualidade que sejam levados as inclusões e as eliminações de práticas discriminatórias existentes nas escolas.

Dessa forma, percebemos a escola como um fator determinante na superação das dificuldades de aprendizagem vivido pelos alunos, uma vez que ela detém de boa parte do tempo na vida de cada um, podendo, através da educação levá-los a situação de superação de sua condição de pobreza e exclusão social, oferecendo atenção, sendo sensíveis as situações enfrentadas, sem tornar-se omissa para os problemas existentes, simplesmente reprovando-os ou ainda passando-os de ano sem grau de qualidade o que implicará para ele o fim de sua vida acadêmica. Portanto, diante do contexto em que se encontram esse grupo de alunos cabe aos professores, coordenadores e diretor, observar as situações diversas que eles estão inseridos fora do ambiente escolar, e que reflete negativamente no seu aprendizado dentro da escola.

Espera-se que o resultado dessa pesquisa possa ajudar em um planejamento educacional de inserção do aluno, e que a escola também possa trazer a reflexão acerca dos problemas sociais no qual estão inseridos, na dificuldade que os mesmos encontram para permanecerem na escola, e mais ainda, que essa permanência seja feita com excelência, onde o professor atua como um canal de comunicação entre escola e família.

Diante das discussões, e análises, concluímos a pesquisa com resultados que convergem para ideias de que os alunos expostos a fatores de exclusão social encontram maiores dificuldades na escola desde o início da vida estudantil até o momento em que decidem desistir da escola, ou até concluem o Ensino Médio, mas, sem condições psicológicas ou até acadêmicas de prosseguirem.

## Referências.

PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. São Paulo: Ática, 1999.

PNUD-Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Edição do 20º Aniversário. A Verdadeira Riqueza das Nações: Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/2010>. Acesso em: 10 de Novembro de 2017.







## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DR SIMAO LUTZ KOSSOBUTSZKI

Marcela Ferreira da Silva

Rubens Martins da Silva

**Resumo:** O presente artigo retrata sobre as contribuições do Programa Bolsa Família para a educação escolar, descrevendo a realidade de caso na Escola Municipal Dr Simao Lutz Kossobutski. Visa compreender as ações de inclusão e as contribuições para os alunos na escola a partir do programa, como a permanência destes no âmbito escolar. Busca também, verificar as contribuições e benefícios do PBF quanto uma política pública social, na rede pública municipal de ensino. Esta pesquisa inicia discutindo sobre a política social no Brasil, e a implantação de programas sociais como proposta de inclusão social. Posteriormente faz uma análise das contribuições que a implantação do PBF trouxe para a educação. No último capítulo relata a importância do PBF para famílias beneficiárias na Escola Municipal Dr. Simao Lutz Kossobutski para suas vidas. As principais técnicas utilizadas no trabalho serão a observação do espaço a ser estudado e entrevista informal com os sujeitos da pesquisa: os profissionais envolvidos no processo escolar, gestão do PBF (Programa Bolsa Família), como também, os beneficiários do Programa.

**Palavras Chaves:** Programa Bolsa Família, Política social, escola.

### Introdução

O Brasil é um dos países em que a distribuição de renda da população é bastante desigual, pois grande parte das pessoas não consegue atender suas necessidades básicas.

Dessa forma, o governo inicialmente com o Programa Bolsa Escola, e em seguida com o Programa Bolsa Família (PBF), utiliza da transferência direta de renda, como uma Política Pública, sendo que um dos objetivos do programa é a permanência dos beneficiários na escola.

As políticas públicas são ações governamentais que tem o objetivo de garantir o acesso a toda a população aos direitos básicos para atender suas necessidades, que muitas vezes está restrita apenas as pessoas que dispõem de mais recursos.

Baseando-se na educação como meio de inclusão social, os órgãos governamentais buscaram novas oportunidades sociais, criando políticas públicas e sociais na esfera Federal, Estadual e Municipal. De maneira geral, as políticas sociais como o principal objetivo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, e o acesso efetivo dos direitos de cidadania. Esses programas são destinados a pessoas de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa Família.

As políticas sociais no Brasil surgiram especialmente com o advento do capitalismo, pois foi quando o Estado viu a real necessidade do enfrentamento da questão social, uma vez que o desenvolvimento desigual aumentava na sociedade brasileira.





Entende-se por Políticas Sociais a intervenção do Estado nas questões sociais existentes, para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que discrimina e faz com que a distância entre ricos e pobres seja cada vez maior. As famílias na sociedade capitalista não dispõem de igualdade de condições sendo que os mais pobres tendem a reproduzir continuamente o ciclo da pobreza: baixo nível educacional, má alimentação e saúde, instabilidade no emprego e baixa renda. (BEZERRA, Virgínia, 2015 p.02).

O enfrentamento no combate à pobreza foi iniciado principalmente pela pressão da classe trabalhista para implementação e garantia efetiva de seus direitos.

O Programa Bolsa Escola tinha como objetivo principal “promover a admissão e permanência na escola pública de crianças de 7 a 14 anos completos, em condição de carência material e precária situação social e familiar”. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 1997). O principal objetivo do programa era a retirada das crianças das ruas para irem à escola, isso seria verificado por meio da frequência escolar, dessa maneira não visava o desempenho do aluno e sim sua permanência na escola.

### **Procedimentos metodológicos**

As principais técnicas utilizadas no trabalho serão a observação do espaço a ser estudado e entrevista informal com os sujeitos da pesquisa: os profissionais envolvidos no processo escolar, gestão do PBF (Programa Bolsa Família), como também, os beneficiários do Programa. Buscar ainda, em fontes da Secretaria de Educação nas esferas municipal e estadual, dados que possam mostrar e confirmar a diminuição da evasão escolar.

Foi realizada o uso de entrevistas, porque é a técnica de coleta de dados mais flexível dentro das ciências sociais. Como coloca Whitaker (2002), as entrevistas informais é um tipo de entrevista menos formal possível, que se pretende obter uma visão geral do problema pesquisado.

### **Resultados e discussão**

Um passo interessante no desenvolvimento das políticas públicas sociais é assegurar que todos têm direito de ter acesso à educação. A educação pública é um direito de todos os cidadãos brasileiros, assegurada pela Constituição Federal de 1988. Um dos educadores mais representativos desse momento, “entende a educação como um ato político, que exige de todos nós, educadores (as) e educandos (as), um posicionamento a respeito do nosso compromisso social” Freire, *apud* Leite (2015 p.23).

A educação é uma condicionalidade no PBF, pois assim se deseja conseguir a permanência do aluno na escola e tentar quebrar o ciclo da pobreza gerando mais





oportunidade e inclusão social. Dessa maneira, para que as famílias de baixa renda continuar recebendo os benefícios de transferência direta como o PBF, uma das condições é a obrigatoriedade da frequência escolar, essas são repassadas à gestão do programa, para análise, e posteriormente, se cabíveis, provocando advertências, sendo essas, imposta na forma de cancelamento ou bloqueio do benefício.

Para Rego; Pinzani (2015) obter somente na frequência escolar não é suficiente para obter um bom desempenho escolar;

Portanto, convém ressaltar que a permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de qualidade, sem boas condições<sup>22</sup> de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida. (REGO; PINZANI 2015 P. 25).

Um dos principais problemas que a educação pública enfrenta principalmente na modalidade EJA é a evasão escolar. .

A Escola Municipal Dr. Simão Lutz Kossobutski é situada na zona urbana do Município de Araguaína-TO, no bairro Araguaína-Sul. A escola tem cerca de 675 alunos que estudam nos níveis de educação infantil e nível fundamental. E na modalidade EJA são aproximadamente 85 alunos.

Muitos alunos desta escola são beneficiários do Programa Bolsa Família e os docentes avaliam o recebimento do benefício condicionado com a educação como um ponto positivo.

O acompanhamento da frequência dos estudantes é realizado a cada dois meses pela escola. A instituição envia a cada trimestre os dados para a prefeitura, que se encarrega, então, de emitir o parecer sobre a frequência às aulas ao Ministério da Educação (MEC). O MEC e a prefeitura municipal juntamente com escola fazem o acompanhamento da frequência escolar. Os dados coletados são repassados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o qual é responsável pela liberação dos recursos para as famílias. A frequência escolar é um importante mecanismo de controle e a não informação desses dados durante cinco períodos consecutivos leva ao cancelamento do benefício para a família.

Na presente pesquisa foi entrevistados 10 famílias entre pais e estudantes da Escola Municipal Dr. Simão Lutz Kossobutski beneficiários do PBF. Quando perguntado para um dos entrevistados sobre a importância do PBF em suas vidas;

Eu mudei de cidade, e passei a receber menos, e antes tinha o marido e a renda dele, separei do marido e a renda aqui em casa diminuiu também. Não entendi por que





meu bolsa família diminuiu. Mas esse pouco que recebo pra fazer muitas coisas, não é muito, mas já ajuda né. Faço faxina e o dinheiro do bolsa família é meu complemento. Meus meninos não faltam a escola, quando não vão eu mando alguém dizer o motivo da falta. (Entrevista realizada dia 06 de nov de 2017).

Apesar de ser uma quantia pequena serve para comprar material escolar, uniforme e também ajuda no transporte pra eu levar as crianças para a escola, pois ajuda meu marido a colocar gasolina na moto. Atualmente meu marido ta desempregado e eu to fazendo um bico fazendo tapete de crochê pra ajudar na renda. Então o dinheiro do bolsa família eu vejo assim como muito importante. (Entrevista dia 06 de nov de 2017).

Uma condição importante nas regras do PBF é que preferencialmente o titular do cadastro para receber o benefício precisa ser no nome da mulher que é denominado de responsável familiar. Então, cabem as mulheres o recebimento e administração dessa renda, tendo que cumprir todos os critérios exigidos pelo programa.

Outra entrevistada, uma estudante da modalidade EJA quando diz a respeito da importância do recebimento do benefício diz;

É algo bastante importante para mim e para meus filhos, e para nosso desempenho na escola. A gente vê como um incentivo para termos mais interesse de estudar. Esse benefício me ajuda eu complementar a renda e meus filhos não falta a escola. São bastante estudiosos. Eu ajudo meus filhos conversando que a escola é o futuro deles. (Estudante da EJA. Entrevista 09 de nov de 2015).

60

Em conversa com o gestor da escola, afirma que a liberação do benefício ajudou a manter os alunos na escola. Foi analisado em conversa com os educadores da escola que as crianças atendidas pelo programa faltam menos às aulas quando comparadas as crianças que não recebem o benefício. Ainda foi notado que a falta injustificada de crianças assistidas pelo programa é menor que o de crianças não atendidas.

Dessa maneira fica perceptível que a possibilidade de crianças beneficiárias abandonarem a escola é menor, o que também mostra uma associação positiva do programa em relação à taxa de evasão. A Professora Luciana do 3º ano do nível fundamental afirma que o benefício contribui para que a criança vá bem alimentada para escola e que têm acesso a material escolar, por exemplo, possuindo assim mais prazer em frequentar as aulas.

### Considerações finais

O Interesse em desenvolver esta pesquisa foi em avaliar as possíveis contribuições do PBF na educação, especialmente na Escola Municipal Dr. Simao Lutz Kossobutski, desse modo foi notável perceber que houve uma participação positiva do programa nas escolas





como, por exemplo, aos índices de matrícula, frequência escolar, interesse em participar das aulas e a diminuição da evasão dos alunos.

Entretanto pode-se perceber em conversas informais com alguns professores da Escola Municipal que o PBF valoriza muito a frequência e a permanência dos alunos na escola. Não incluindo, por exemplo, o aproveitamento e o rendimento destes alunos. Muitos educadores afirmam que alguns dos pais não se preocupam quanto a essa questão, somente percebe a ida dos seus filhos para a escola como forma de garantia de sua renda.

A conclusão deste trabalho foi de extrema importância, uma vez que falar de questões sociais e pobreza no Brasil que é algo tão complexo e mesmo existindo programas de transferência direta como o Programa Bolsa Família, ainda não foi possível combatê-la. Muitos estudos e reformulações ainda se farão necessários, bem como novas medidas complementares até que se consolide de fato a erradicação da pobreza.

### Referências

BRASIL, 2007. **Governo do Brasil** disponível em [www.brasil.gov.br/educacao](http://www.brasil.gov.br/educacao) Acesso em 16 nov 2017.

BRASIL. **Políticas Sociais no Brasil: Pequena História dos programas de transferência de renda.** Online disponível em <http://www.pesdb.org.br/acompanhe/politicas-sociais-no-brasil-pequena-historia-dos-programas-de-transferencia-de-renda/>. Acesso em: 17 nov 2017.

CORREA, Jamuciani S. **As contribuições do programa Bolsa Família; Inclusão e permanência escolar.** Seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Programa Bolsa-Escola e Poupança-Escola:** Programa Bolsa Familiar para a Educação. Secretaria de Educação, Brasília, 1997.

LEITE, Lucia Helena A. **Escola: Espaços e tempos de reprodução e resistência de pobreza.** Módulo III, 2015

MARTINS, MARIA L. **A contribuição do programa bolsa família no número de matrículas, frequência e evasão escolar dos estudantes bolsistas da Escola Orlando Umbassahy no município de Salvador Bahia.** Salvador 2009.

MELO, Nara L **O programa bolsa família e suas contribuições para a redução da evasão escolar: Um estudo de caso sobre o Município de Santa Fé do Araguaia-TO.** Araguaína, 2015

REGO, Walquria L; PINZANI Alessandro. **Pobreza e Cidadania.** Módulo I. 2015.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricature? In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: Questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau/São Paulo: Letra à Margem, 2002. P. 115-120.





## OCUPAÇÃO DANDARA: DA LUTA À MORADIA AO ACESSO À EDUCAÇÃO

Marcela Magalhães Sathler Máximo

Fabrizio Carlos Zanin

**Resumo:** O artigo tem o objetivo de analisar como, durante o processo de efetivação do direito à moradia, moradores de uma ocupação urbana passam por processos de estigmatização e dificuldades de acesso a direitos e serviços públicos. O foco principal da análise é o acesso às escolas próximas à área da ocupação pesquisada. O caso investigado será o da Comunidade Dandara, no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Através de pesquisa bibliográfica, pretende-se traçar um panorama dos direitos sociais legalmente estabelecidos, a dificuldade de acesso à cidade e ao sistema educacional do município por parte dos estudantes da educação e entender até que ponto a omissão do Estado tem, ou não, o respaldo de educadores.

**Palavras-chave:** Ocupação urbana. Direitos sociais. Desigualdade. Educação. Segregação.

### Introdução

Muitas são as garantias sociais previstas por um aparato jurídico internacional e nacional. Leis que em uma sociedade desigual tentam indicar parâmetros ideais para uma sobrevivência digna, porém a realidade mostra que apenas leis não são suficientes para a efetivação de direitos. Exemplo disso é compromisso constitucional firmado pelo Estado brasileiro em sua Constituição de oferecer, entre outras garantias, moradia e acesso à educação.

Este trabalho visa investigar como uma população vulnerável luta pela efetivação de direitos que deveriam ser inerentes a todos os cidadãos. Primeiramente, busca-se entender de que forma esses direitos estão previstos na legislação nacional e internacional, posteriormente será descrito como as insuficientes políticas públicas habitacionais se ligam ao grande aumento de ocupações urbanas em Belo Horizonte – MG.

A partir daí o trabalho será seguirá pautando na questão do estigma dos moradores da ocupação que provoca dificuldades no acesso à educação. Entender como o próprio sistema educacional é segregador é um dos objetivos desse artigo que pautará como uma situação de desigualdade pode desencadear outras vulnerabilidades.

O objetivo geral é o de comparar o que legalmente é previsto em termos de garantias sociais com o que de fato é executado pelo Estado, especialmente no tocante ao acesso justo à educação. Especificamente, os objetivos são: elaborar uma revisão bibliográfica sobre direito à moradia e política habitacionais no município de Belo Horizonte – MG; descrever e justificar o surgimento de movimentos sociais pró-moradia e da Ocupação Dandara; analisar os fatores que motivam as dificuldades de acesso dos estudantes da Ocupação Dandara às escolas de sua região.





No Brasil, a desigualdade gera um contingente populacional que não tem condições de adquirir um imóvel ou pagar mensalmente aluguel. A moradia deixou de ser tratada como um direito social e passou a ser tratada como bem que tem seu valor definido pelo mercado, a especulação imobiliária agravou a desigualdade neste setor e cada vez mais as ações estatais e sociais são a expressão dessa mercantilização da terra e dos direitos. Nesse cenário, a ocupação de terrenos em grandes e médias cidades passou a ser a alternativa de resistência e de luta rumo à conquista da casa própria e à concretização de direitos fundamentais.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais a realidade não é diferente de outras capitais nacionais, o número de ocupações aumentou significativamente na última década. A ocupação Dandara, que surge em 2009, é uma delas. Em visitas à comunidade, foi observado que a luta dos moradores, a partir do momento em que ocupam um terreno, não é só por moradia. A estigmatização sofrida por eles impede o acesso a outros bens e serviços públicos, uma vez que a exigência de comprovantes de endereço limita o acesso a esses serviços e acaba vulnerabilizando ainda mais esses moradores, sobretudo quando essa restrição diz respeito à educação, isto é, ao acesso às escolas. Desta forma, a pesquisa se justifica ao tentar demonstrar como o Estado e os agentes públicos se transformam em violadores de direitos.

Os moradores da ocupação Dandara têm como objetivo a conquista da terra para a efetivação do direito de morar, mas, a partir do momento em que ocupam, outras questões até então secundárias se tornam problemáticas. A partir do estudo de caso certas questões foram levantadas: como, por exemplo, o posicionamento de agentes públicos diante de situações de desigualdade podem agravá-las ainda mais. Assim, a questão da dificuldade de acesso dos moradores dessa ocupação às escolas mais próximas de suas casas seriam meros entraves burocráticos ou fruto da omissão ou ação inadequada de profissionais? A rede de educação pública de Belo Horizonte é preconceituosa, discriminatória e excludente?

A principal hipótese é a de que os moradores de uma ocupação, ao irem contra a lógica do sistema imobiliário, enfrentam também entraves impostos pelo Estado e pelos agentes públicos no acesso a direitos e serviços públicos. A metodologia utilizada é a de estudo de caso e pesquisa bibliográfica.

### **Resultados e Discussão**

Na capital de Minas Gerais, a situação de reserva de lotes visando a valorização imobiliária é crítica e é quase nulo o poder de ações públicas que visem diminuir o déficit habitacional do município. Dados da Política Habitacional da Prefeitura de Belo Horizonte





(PBH) atestam que em onze anos, de 1994 a 2015, apenas 24 mil casas foram construídas a partir do programa de habitação popular da capital mineira, o que significa pouco mais de mil unidades residenciais por ano. Dessas, 9 mil foram destinadas ao reassentamento de famílias que já possuíam casas, mas que se encontravam em situação precária. Tais números são insuficientes perante o déficit habitacional, estimado pela própria PBH, que é de 65 mil unidades habitacionais (PÉRICLES, 2016).

Dados mais atuais, como os do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam o aumento do déficit de 2007 a 2012 para 123 mil famílias sem teto. Se analisado o ritmo de construção de casas por parte da prefeitura, em um cenário imaginário onde não exista crescimento populacional, levaria pelo menos 107 anos para que o déficit fosse zerado. Fica claro assim, que não há interesse por parte do poder público em resolver o problema habitacional existente (PÉRICLES, 2016).

Frente a um cenário de impossibilidade de mudança, grande parte da classe trabalhadora que já não tinha acesso à terra passa também a não mais acreditar na possibilidade de efetivação de políticas públicas habitacionais que os contemplem. Dessa forma, na última década, assim como em outros grandes centros urbanos brasileiros, o número de ocupações em Belo Horizonte e em sua região metropolitana aumentou. O grupo de pesquisa Praxis, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizou um estudo apontando que, apenas nas principais ocupações que têm presença de movimentos, as chamadas ocupações “organizadas”, habitam cerca de 15 mil famílias. (PÉRICLES, 2016), porém um levantamento realizado a partir de dados dos próprios movimentos sociais, estima a existência de pelo menos 25 mil famílias em ocupações, se somadas às “não organizadas”. (PÉRICLES, 2016). Ainda segundo Péricles (2016) os números obtidos se mostram superiores aos da política “oficial” da prefeitura. O que denota que na prática ocupações têm se sido mais eficientes na busca pela efetivação do direito à moradia que qualquer outra política pública habitacional no município de Belo Horizonte.

O foco de análise deste trabalho é a Comunidade Dandara, ocupação situada na regional da Pampulha, zona norte da capital mineira. A especulação imobiliária também se coloca como pano de fundo da história de lutas dos moradores dessa comunidade. Batizada em homenagem a companheira de Zumbi dos Palmares, a Comunidade Dandara foi uma ação realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as Brigadas Populares e o Movimento Sem Terra (MST). A ação reivindicava um terreno que há cerca de quarenta anos







não tinha qualquer proveito ou função social e possuía 40 mil metros quadrados no bairro Céu Azul, na periferia de Belo Horizonte. A ideia inicial foi dar uma moradia às famílias, das quais 80% possuíam renda mensal abaixo de três salários-mínimos. A ocupação foi realizada na madrugada do dia 9 de abril de 2009, com 150 famílias. Segundo informações dos líderes da associação comunitária, o terreno estava abandonado desde a década de 1970, ou seja, quase 40 anos, além de acumular dívidas de impostos que na época do início da ocupação, somavam cerca de 18 milhões de reais. (RAGGI et al., 2016).

Originalmente, o terreno foi ocupado em 15% de sua totalidade. Logo após a primeira fase da ação, diante da concretização da ocupação, as lideranças do movimento reuniram uma equipe de profissionais das áreas do urbanismo, da geografia e do direito, visando a elaboração de um projeto urbanístico de ocupação de toda a gleba. Assim, a ocupação Dandara começou a assumir seu caráter original.

O objetivo era ter um planejamento com alto grau de legitimidade diante do Estado, que respeitasse primeiro, à legislação urbanística atual, com base na lei federal do Estatuto da Cidade, de 2001, e sua exigência da função social da propriedade; segundo, às questões ambientais, preservando a parte determinada como Área de Preservação Permanente (APP), assim como as nascentes e o córrego Olhos d'Água, que serpenteia às margens do terreno; e, por fim, terceiro, às questões urbanísticas, obedecendo, por um lado, aos padrões de parcelamento e de ocupação da legislação municipal e, por outro, criando boas condições para uma eventual introdução de infraestrutura. Em pouco tempo, mais de mil famílias estavam construindo casas de alvenaria, num processo de autoconstrução, e com isso consolidando a ocupação (MAGALHÃES, 2012).

A moradia surge como principal pauta de reivindicação dos moradores de ocupações urbanas no Brasil. O anseio pela posse de um terreno ou do imóvel faz com que a busca pela efetivação do direito à moradia seja um processo penoso, no qual uma série de violações de direitos serão enfrentadas. Essa realidade geral enfrentada em ocupações não difere da realidade dos moradores da comunidade Dandara. Durante os nove anos de existência da ocupação, os moradores têm vivenciado uma série de entraves na busca ao acesso a direitos sociais básicos que, por lei, são garantidos a todos os cidadãos brasileiros.

Os direitos sociais foram estabelecidos com finalidade de garantir aos indivíduos condições materiais consideradas imprescindíveis para o pleno gozo de sua cidadania, por isso se constituem como próprias às funções do Estado, pois cabe a ele intervir na ordem





social a fim de assegurar os critérios de justiça distributiva e diminuir as desigualdades sociais. A construção de políticas que visam a constituição de um arcabouço de direitos sociais efetivos tende a possuir um custo excessivamente alto e a se realizar em longo prazo (PESSOA, [s.d]).

Na Constituição Federal de 1988, garantiu aos cidadãos brasileiros uma série de compromissos estatais. Assim, o Estado brasileiro se tornou responsável por assegurar o exercício tanto dos direitos sociais, como individuais, garantindo ainda a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. O compromisso do Estado é manifestado durante todo o texto constitucional. É necessário retomar tal ponto para que seja possível apontar o não cumprimento de tais compromissos a determinadas camadas da sociedade brasileira, estando os moradores da Dandara incluídos neste recorte.

Após o surgimento da ocupação, houve dificuldade no acesso à escola pública situada ao lado do terreno onde a comunidade se estabeleceu, a Escola Estadual Manuel Costa, situada no Bairro Céu Azul. Para os moradores, o preconceito com crianças e adolescentes do local seria o fator que impediria o acesso à escola. A direção da escola impunha barreiras aos pais que pretendiam ali matricular seus filhos. A exigência de comprovante de residência era o entrave imposto, uma vez que, por não haver regulamentação dos lotes, seria impossível a obtenção de tal documento. Desta forma, os estudantes precisavam se deslocar para bairros distantes. Parte das crianças e adolescentes foram inscritas na Escola Municipal Alice Nacif que fica aproximadamente há 7 quilômetros da ocupação. A prefeitura disponibilizou um ônibus destinado ao transporte dos estudantes da Dandara, mas foi fixado um ponto distante de embarque e desembarque que dificultava o acesso. Nos dias de chuva, por não haver calçamento ou asfalto nas ruas, a lama impedia o deslocamento até o ponto estabelecido pela prefeitura (MAGALHÃES, 2012)

Além da Escola Municipal Alice Nacif, outra instituição pública de ensino básico recebia os estudantes oriundos da Dandara nos primeiros anos de ocupação, a Escola Estadual Itália Cautiero Franco, localizada no bairro Luar da Pampulha, no município de Ribeirão das Neves, cidade que compõe a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Um fato incomum, pois há em tal situação uma inversão de demanda no acesso da população a uma instituição pública. Ribeirão das Neves é uma das cidades da região metropolitana que possui maior precariedade no acesso a serviços públicos. Por isso, a ausência de estrutura e equipamentos sociais disponíveis à população da cidade faz com que haja intensa demanda por serviços e





acesso aos bens sociais da capital mineira, Belo Horizonte. Entretanto, existe uma contradição neste processo a partir do momento que se verifica que a rede de educação de Belo Horizonte é incompleta e excludente. Por isso, a população da Comunidade Dandara, que está situada dentro dos limites territoriais da capital, foi obrigada a buscar acesso à educação na Escola Estadual Itália Cautiero Franco em Ribeirão das Neves (RAGGI et al, 2016, p.02).

A metrópole de Belo Horizonte e suas instituições públicas de ensino não apenas segregam a Comunidade Dandara, deixando-a à margem, mas também retiram esses moradores de seu território a partir do momento em que não garantem o acesso à educação e a outros bens sociais, forçando os habitantes dessa comunidade a procurarem por escolas no município de Ribeirão das Neves (RAGGI et al., 2016, p.14)

As famílias moradoras da ocupação enfrentam em seu cotidiano algumas violações aos direitos humanos. Se o foco da análise for somente a questão da moradia, ainda assim se tem o Estado como violador de um direito legalmente instituído. Porém, os entraves impostos para a matrícula de crianças e adolescentes nas escolas que circundam a comunidade demonstram como a relação entre direitos humanos e educação é frágil numa esfera que tal associação deveria ser intrínseca. Quando se pensa em educação e direitos humanos, é importante ter em mente que a escola deve se constituir como um local em que os sujeitos envolvidos no processo educativo possam usufruir de forma igualitária e em sua totalidade de seus direitos. É papel também da escola a constituição de um esforço em se integrar com outras instituições estabelecendo redes que garantam os direitos desses sujeitos. (MENDONÇA, 2015, p.8).

Moradores de ocupações urbanas passam por uma série de dificuldades de acesso a serviços. Vários sistemas excluem esses cidadãos com a exigência de documentos e comprovantes que não há como possuírem, justamente pela situação de ilegalidade a eles imposta durante o período de luta pela efetivação da posse do imóvel que habitam. A impossibilidade de acesso gera, em longo prazo, mais desigualdade e colabora para a perpetuação de um ciclo de pobreza que, para as Ciências Sociais e Humanas, possui caráter de fenômeno social decorrente da maneira como se estruturam os modos de produção vivenciados pela humanidade; fruto da forma injusta como estão organizados os sistemas econômicos (MENDONÇA, 2015, p.29).

A própria pobreza se constitui como uma violência e uma forma de violação dos direitos humanos. Entender tal ponto é crucial para que pense em estratégias a fim de eliminar as causas que a originam e as injustiças cometidas contra as populações mais vulneráveis. O





sistema educacional deve se comprometer com a criação de condições e estruturas que corroborem para a ampliação dos graus de consciência sobre a dimensão desse problema e dos fatores que o geram. Dificultar o acesso de uma população já excluída à escola agrava o reconhecimento e possibilidade de superação da pobreza. Ressaltando que o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos enfatiza que os indivíduos e as instituições devem se esforçar para que, através do ensino e da educação, seja possível promover o respeito aos direitos ali consignados (MENDONÇA, 2015, p.29)

Deveria ser função dos educadores a (re) politização da escola, partindo da conceituação de Paulo Freire de que a educação não é neutra. A partir dessa visão, a escola como espaço de transformação social precisa se posicionar diante das desigualdades sociais, assumindo papel de instrumento ativo em seu combate, pautando a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para isso, as instituições de ensino públicas precisam repensar suas práticas, sua cultura e sua relação com a sociedade (LEITE, 2015, p.31)

### **Considerações Finais**

A luta por moradia é o fio condutor desse trabalho que busca demonstrar que, juntamente ao direito de moradia, o acesso a outros serviços básicos precisam ser conquistados. A imposição burocrática que exige comprovante de residência é a justificativa institucional que impede que moradores da ocupação usufruam plenamente de bens que são seus por direito. A busca pela matrícula dos estudantes na escola mais próxima a suas casas aparece como luta e resistência contra a barreira mais evidente imposta aos moradores.

O sistema de educação básica de Belo Horizonte aparece como instituição segregadora. Dessa forma, é possível questionar de que lado do sistema se encontram os educadores desta rede, pois não se enxerga o engajamento desejado com o dever de ensinar, socializar e preparar para a cidadania. A escola, que deveria funcionar como espaço que diretamente colabora para a diminuição de desigualdades, coloca-se como mais um entrave na busca pela emancipação do sujeito e pela sua formação cidadã.

A realidade da Dandara está prestes a mudar. A situação do acesso à escola mais próxima do bairro já foi solucionada, mas não é incomum que escolas ao redor de ocupações urbanas realizem tal prática. A escola não segrega apenas quando impede a matrícula de alunas e alunos oriundos de espaços estigmatizados fazendo com que estes se desloquem para um município vizinho, mas também ao fortalecer a noção de que há ilegalidade na luta pela moradia e de que o grupo que ali habita não é digno de adentrar aos seus portões. Nessa





lógica, a exigência do comprovante de endereço é tida como a ação burocrática que respalda o preconceito, a discriminação e a exclusão baseada na classe social.

Outro aspecto analisado a partir dos entraves no acesso à educação pública no município de Belo Horizonte é a própria ação do Estado em sentido mais amplo. Ao mesmo tempo em que propicia as condições que levam ao surgimento de ocupações, não busca criar políticas públicas que amenizem tais desigualdades. A exclusão por falta de condições econômicas de grande parte da população do mercado imobiliário formal resulta em uma inserção marginal na cidade, o que produz grande parte dos problemas urbanos. Aos excluídos do mercado é destinado o acesso à moradia à margem da cidade (mesmo esta não sendo conquistada por meios formais). Assim, a exclusão que passa pelo sistema educacional, atravessa diversas instâncias, criando um contingente de cidadãos fadados a uma vida vulnerável, que não têm reconhecidas socialmente suas necessidades básicas de serviços coletivos e são mais suscetíveis a permanecerem em um ciclo vicioso de pobreza.

### Referências

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: Espaço e tempos de reprodução e resistência da pobreza. In: MEC; SECADI. (Org.). **Educação, pobreza e desigualdade social**. 1aed., v.III, p. 1-85, 2015.

MAGALHÃES, Felipe. **Dandara e a luta por habitação em Belo Horizonte**. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/dandara-e-a-luta-por-habitacao-em-belo-horizonte/>>. Acesso em: 03 mai 2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: MEC; SECADI. (Org.). **Educação, pobreza e desigualdade social**. 1aed., v. II, p. 1-70, 2015.

PÉRICLES, Leonardo. **As ocupações urbanas, a luta pela moradia e o direito à cidade**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/12/06/as-ocupacoes-urbanas-a-luta-pela-moradia-e-o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 03 maio 2017.

PESSOA, Eudes André. **A Constituição Federal e os Direitos Sociais básicos ao cidadão brasileiro**. [s.d]. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9623](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623)> Acesso em 17 jun. 2017.

RAGGI, Mariana Guedes et al. Redes e Fluxos da educação: A problemática entre a E.E. Itália Cautiero Franco e a Comunidade Dandara. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, [S.l.], v. 11, n. 14, out. 2016. ISSN 2359-0017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/12968>>. Acesso em: 14 junho 2017





## TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL EM SÃO FÉLIX DO TOCANTINS, JALAPÃO

Marcela Ribeiro da Silva

Yara Gomes Corrêa

**Resumo:** Este artigo objetivou analisar a percepção da comunidade local quanto à inclusão social, no contexto das políticas públicas de turismo, na cidade de São Félix do Tocantins, Jalapão. Para tanto desenvolveu-se uma pesquisa exploratória e qualitativa, em que se realizou uma revisão de literatura e se foi à campo para a aplicação de instrumento de coleta de dados em forma de questionário, contendo seis (6) questões abertas, à quatro (4) famílias que residem no referido município. Os resultados obtidos mostraram que a comunidade local percebe o crescimento acentuado da atividade turística na região, que o mesmo vem trazendo expectativas e reais melhorias na vida dos moradores. A renda das famílias abordadas gira em torno da confecção e comércio do artesanato do capim dourado e da seda de buriti. Concluiu-se que a comunidade local se sente incluída socialmente, mas as políticas públicas locais carecem de ações mais eficazes que envolvam mais rapidamente as famílias envolvidas neste processo.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Artesanato de capim dourado. Artesanato da seda de buriti.

### Introdução

Nas últimas décadas o turismo apresenta um crescimento considerável e tem-se mostrado uma das mais promissoras atividades econômicas mundiais, gerador de emprego e renda, diretos e indiretos.

O turismo cria possibilidade aos países com potencial natural e histórico/cultural que se desenvolvam economicamente, apostando nessa atividade como alternativa de investimento, visto o número de pessoas que viajam e pelo volume de recursos financeiros que o movimenta.

De acordo com Sancho (2008), a sociedade contemporânea convive com diversos problemas associados à pobreza, às desigualdades sociais e às altas taxas de concentração de renda. Debates sobre o caminho da atividade turística surgem nas discussões sobre as políticas públicas que servem como alternativa para diminuir esses problemas, sendo considerado como mecanismo em potencial para a promoção da inclusão social.

Neste sentido, o Plano Nacional de Turismo - PNT - 2007/2010 - uma Viagem de Inclusão – orienta as questões sociais do turismo, notadamente a inclusão social, como base no princípio da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, através da redução das desigualdades regionais, estímulo ao turismo interno com oportunidade de trabalho para a população, qualificação profissional, entre outros fatores de inclusão. As políticas públicas direcionadas à inclusão social, no contexto da sustentabilidade social, possuem o dever de orientar o comportamento e a prática do turismo.





O município de São Félix do Tocantins integra o Parque Estadual do Jalapão, área privilegiada composta pelo bioma de Cerrado, dona de inúmeros atrativos, advindos dos seus rios, cachoeiras e de suas paisagens exóticas, fatores estes responsáveis pelo crescimento acentuado do turismo na região nos últimos anos e que vêm oportunizando geração de renda às famílias locais, com potencial de concretizar-se rumo à sustentabilidade, desde que fomentada por políticas públicas adequadas, como no caso do Plano Nacional de Turismo-PNT, supracitado.

A partir dessa problemática, que envolve o turismo nesta região, a necessidade de geração de renda sustentável pelas famílias, numa das regiões mais pobres do país, a garantia da preservação e da conservação do potencial de riquezas naturais do Jalapão e o desenvolvimento de políticas públicas que promova a inclusão social; levantou-se o seguinte questionamento: “*Qual a percepção das famílias que estão diretamente ligadas a estas atividades em São Félix? Elas se sentem incluídas socialmente? Elas reconhecem a eficácia das políticas públicas afins?*”.

Diante do exposto, o presente artigo objetivou diagnosticar a percepção das famílias do município de São Félix do Tocantins, impactadas diretamente pelo turismo, em relação à inclusão social e às políticas públicas afins.

71

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa seguiu com a construção metodológica exploratória descritiva, qualitativa, por meio de uma revisão de literatura que trouxe à tona opiniões de diversos autores sobre a problemática apresentada.

De acordo com Cervo e Bervian (2002), a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e visa descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma. Essa pesquisa requer um planejamento bastante flexível, para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação. Recomendando-se o estudo exploratório quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado.

Inicialmente, desenvolveu-se a revisão bibliográfica acerca do assunto, através de busca de publicações em bases de dados confiáveis, sobre o turismo, políticas públicas afins e inclusão social. O intuito foi relacionar as políticas públicas que fomentam o turismo e seu direcionamento quanto à inclusão social.





Cervo e Bervian (2002), afirmam que a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em documentos. Busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema. Este tipo de pesquisa é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado e da arte sobre determinado tema.

A partir daí, realizou-se as atividades de campo, entre os meses de setembro e novembro de 2017, coletando-se os dados por meio de aplicação de questionário (Apêndice A), conforme preconiza Gil (2008), contendo seis (6) questões abertas, a quatro (4) famílias pertencentes à comunidade do município de São Félix do Tocantins.

O critério de escolha foi o fato de estarem diretamente envolvidas com o objeto de estudo. As famílias abordadas colaboraram com esta pesquisa, assinando, um Termo de Consentimento (Apêndice B), autorizando o uso dos dados obtidos na mesma. Posteriormente, os dados coletados foram analisados e discutidos à luz da revisão de literatura prévia, por meio dos quais obteve-se uma conclusão.

## Resultados e Discussão

72

Classificamos as quatro (4) famílias entrevistadas em A, B, C e D. Através de um questionário foram feitas seis (6) perguntas. Durante o trabalho de campo foi perceptível o impacto do crescimento da atividade turística na região na vida dos moradores.

Em todas as famílias entrevistadas a resposta foi unânime ao questionar se teriam sido beneficiados com a intensificação do turismo na região, e como ocorreu este benefício. As famílias A, B e D relataram que, através do turismo, a renda da família aumentou e que os artesanatos de capim dourado e de seda de buriti por eles confeccionados têm muita aceitação por parte dos visitantes. A família C, além de comercializar a varejo seu artesanato, construiu três (3) quartos que atendem aos turistas como uma pousada, diversificando seus negócios.

No geral, todas as famílias questionadas comercializam produtos advindos da natureza como os artesanatos de Capim Dourado, referência na região. Segundo Fernandes (2017, p24), os turistas consomem bem o artesanato de capim dourado do Jalapão porque:

“[...] é algo delicado e belo, ao mesmo tempo imponente, em razão do brilho e da centelha de luxo que ostenta, é olhar e ultrapassar fronteiras de espaço e de cultura, ele invoca em seu brilho as paisagens exuberantes do Cerrado no Tocantins, suas veredas e campos, suas águas e desertos, suas chuvas e estiagens, suas plantas e animais, sua gente e sua história. Na beleza que confere as joias ou ambientes, a arte do Jalapão percorre as estradas do mundo e se afirma em seu encanto perene.”







Quanto a opinião das famílias sobre o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da cidade, todas as famílias abordadas declararam se sentirem inseridas no processo de desenvolvimento de São Félix do Tocantins. A família A acrescentou que, sem o envolvimento da população local, os turistas não teriam alimentação, hospedagem e nem artesanatos para levarem como lembrança do local. A família C ressaltou a necessidade de apoio por parte das instituições públicas, sobretudo no tocante à realização de cursos de capacitação e atualização dos seus negócios (artesanatos) e melhoria da qualidade do atendimento ao turista. A família D mostrou-se otimista quanto à perspectiva futura em relação ao turismo na região.

De acordo com Bruni (1997), o turismo permite que um lugar se desenvolva através da transformação e adequação estrutural, que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no próprio território, leva a uma melhoria do bem-estar da população local, sendo ela capaz de conduzir este processo de transformação estrutural, por meio de ações emergentes que envolvem o processo de inovação resultando em uma realidade territorial nova que se origina da ação contínua das forças internas, possibilitando melhor qualidade de vida.

Ao serem instigados se é perceptível a inclusão social através das políticas públicas adotadas pelos gestores públicos locais, as famílias A, B e D apresentaram respostas parecidas. Elas perceberam melhoria na estrutura da cidade, bem como o incentivo dado pelo prefeito, preocupando-se com a organização local e com a produção de artesanato de Capim Dourado. Somente a família C, ressaltou que a comunidade precisa de mais apoio da administração atual, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas de turismo, considerando-as lentas para a inserção da comunidade no turismo. No Tocantins a política pública para o turismo está tomando novos rumos com iniciativas focadas na estrutura física dos atrativos de cada região turística no estado com maior potencial de visitação, onde já se realizam atividades de ecoturismo, sol e praia, pesca esportiva, turismo de aventura, turismo histórico-cultural e de negócios com ações de capacitação em gestão e oficinas de capacitação da governança local.

Com relação a atividade turística, perguntou-se sobre a percepção das famílias em relação ao incentivo dado pelo representante do poder público local. Todas as famílias responderam que a comunidade local é beneficiada com a atividade turística na região e que o





prefeito incentiva, porém quando pediu-se para exemplificar tipos de incentivos, não souberam relatar.

Debates juntos aos órgãos como o Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura – Seden, propõe novas expectativas para o turismo no Tocantins, através de políticas públicas para as comunidades envolvidas com o turismo buscando trocas de experiências e melhoria das práticas do dia a dia das famílias.

Considerando os resultados obtidos foi possível perceber que o crescente número de visitantes na região, que a renda das famílias aumentou, bem como a quantidade de postos de trabalho na cidade.

### Considerações Finais

Concluiu-se que o aumento do turismo na cidade de São Felix do Tocantins influenciou diretamente a vida das famílias. Muitas delas viviam do meio rural, consumiam o que plantavam.

Atualmente possuem como fonte de renda, o comércio de artesanatos de capim dourado e seda de buriti oferecidos aos visitantes. Através da pesquisa, verificou-se uma evidente inclusão social no contexto das políticas públicas de turismo em São Félix do Tocantins, apesar de que na percepção da comunidade esteja se desenvolvendo lentamente. Sugere-se, à comunidade, acompanhar esse crescimento por meio da eleição de ações prioritárias, tais como a qualificação profissional e a participação direta no planejamento da atividade turística da região.

### Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo:** 2007-2010, o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Min. Turismo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/>> Acesso em: 09 novembro de 2017.

BRASIL. Plano Nacional de Turismo, junto com o plano plurianual: 2012-2015, Disponível em:< [ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2015.pdf](http://ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2015.pdf)>. Acesso em: 17 novembro de 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo:** 2013-2016, o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Min. Turismo, Disponível em:< [ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf)>. Acesso em: 17 novembro de 2017.

BRASIL. **Ministério do turismo:** 2003, Disponível em:< [ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2003.pdf](http://ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2003.pdf)>. Acesso em: 17 novembro de 2017.

BRASIL. **Ministério do turismo:** 2017, Disponível em:< [ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2017.pdf](http://ww.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2017.pdf)>. Acesso em: 18 novembro de 2017.





BUARQUE, C. Turismo, Solidariedade e Inclusão. In: Brasil. –Ministério do Turismo. **Turismo Social: Diálogos do Turismo.** –Uma Viagem de Inclusão. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. –Rio de Janeiro: Ibam, 2006.

BRUNI, Dorival Correia. **Volume de resumos World Ecotour' 97.** Rio de Janeiro: 1997.

CASTRO, L. L. C. **O Projeto Expedições pra o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão – Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo.** São Luís, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES NETO, OTONIEL. **Impressões do Jalapão; projetos e pinturas.** ed. Do autor, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUCN Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 2002. 183p.

NOGUEIRA, Cristiano de Campos. **Plano Estratégico para a Introdução de Corredores Ecológicos na Região do Jalapão.** Produto 1: Diagnostico e Justificativa. Brasília: ICMBio/JICA, 2010.

RUA, M. das G. Turismo e políticas públicas de inclusão. In: Ministério do Turismo - Mtur. **Turismo Social: Seminário Diálogos do Turismo - Uma Viagem de Inclusão.** Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

SANCHO, A.; IRVING, M. de A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2008 sob a ótica da Inclusão Social. In: **Caderno Virtual de Turismo**, v.10, n. 03, publicado em dezembro de 2010.

SANTOS, Renato Prado, POSSAPP, James Jacques, Plano de Manejo do Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono.São Félix do Tocantins, 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de janeiro: WVA, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SCHIDT, Isabel Belloni. **Ethnobotany and population ecology of Syngonanthus nitens: "evergreen" used for handicrafts in Jalapão, TO.** Dissertion (master's degree), Univeraity of Brasilia, 2005.

THEOBALD, William F. (Org.). Turismo global. Tradução: Anna Maria Capovilla, Maria Cristina, 2002.

TOCANTINS. História. Disponível em: [http://www.brasilchannel.com.br/estados/index.aspx? nome=Toocantins&area= história](http://www.brasilchannel.com.br/estados/index.aspx?nome=Toocantins&area=história) 2016. <Acesso em 17 nov 2017>.





## EDUCAÇÃO E POBREZA: MOTIVOS DE BAIXA FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS ALUNOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

Marcella Maciel Uchôa

Juciley Evangelista Freire

**Resumo:** Este artigo discute a importância da condicionalidade educacional do Programa Bolsa Família e analisa suas contribuições para a manutenção das crianças na escola, bem como, busca identificar quais os principais problemas que afetam a frequência escolar dos beneficiários na escola do Bairro Novo Horizonte de Miracema do Tocantins – TO.

**Palavras-Chave:** Educação. Pobreza. Bolsa Família. Condicionalidades. Baixa Frequência.

### Introdução

O presente artigo analisa as contribuições do Programa Bolsa Família (PBF) no desempenho escolar dos beneficiários na escola do Bairro Novo Horizonte de Miracema do Tocantins – TO, tendo como base informações do Censo 2010, o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, Secretaria Municipal de Educação e a Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Manoel Messias. Através dos dados obtidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tornou-se possível apresentar as características da população assistida pelo programa residente no município de Miracema do Tocantins – TO e no Bairro Novo Horizonte.

Os procedimentos metodológicos para a construção desse artigo foram levantamento bibliográfico por meio de livros, revistas, artigos científicos, entre outros, e análise documental através de coletas de dados obtidos a partir de documentos de arquivos na unidade de ensino, pesquisas e sites. O objetivo da pesquisa foi analisar as contribuições do Programa Bolsa Família (PBF) no desempenho escolar dos beneficiários na escola do bairro Novo Horizonte de Miracema do Tocantins – TO.

As discussões sobre as condicionalidades em educação do PBF devem ser refletidas em uma perspectiva mais ampliada, não se restringindo somente aos seus efeitos práticos (frequência escolar), além disso, é necessário fortalecer as potencialidades enquanto indivíduos e o reconhecimento social dessa população pelo cumprimento das condicionalidades em educação. Conforme o Ministério de desenvolvimento Social – MDS (2017) o programa Bolsa Família foi criado em 2003 com o objetivo de beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o intuito de combater à desigualdade social no Brasil.





## Programa Bolsa Família e a Condicionalidade Educacional

A Constituição Federal de 1988 surge para garantir direitos a todos os cidadãos, no seu art. 3º estabelece os objetivos fundamentais:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

As políticas públicas surgem com a CF/88, garantindo o direito universal à saúde, à educação e define a Seguridade Social constituída pelas políticas de Previdência Social - Saúde e Assistência Social, por meio dos entes federados (União, Estado e Município) cada um com suas responsabilidades. Dessa forma, com o sistema de proteção social no Brasil, surgem programas de transferências de renda<sup>1</sup> como estratégia para à redução da pobreza e da desigualdade social.

De acordo com as autoras SILVA E LIMA (2016, p. 26):

É no contexto de um Sistema de Proteção Social que avança na articulação entre as políticas contributivas ou semicontributivas e as políticas assistenciais não contributivas que surgem, se consolidam e se ampliam os programas de transferência de renda no Brasil, de versões locais (municipais e estaduais) para programas nacionais, cujo maior exemplo é o Programa Bolsa Família, instituído em 2003, mediado por um processo de unificação de outros programas em implementação desde 1995.

77

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS o Programa Bolsa Família – PBF contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Foi criado em outubro de 2003, pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e possui três eixos principais:

**Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.  
**Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e

<sup>1</sup> A transferência de renda é concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, sendo esses programas considerados no contexto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, com base em duas características essenciais: são destinados ao público-alvo da Política de Assistência Social e sua concessão independe de contribuição prévia, isto é, representam a garantia de uma renda mínima de subsistência, em complementação à renda do trabalho. São programas situados no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro, atualmente representando sua dimensão mais significativa e mais prevalente em razão do quantitativo do público-alvo atendido, da abrangência geográfica e do volume de recursos a eles destinados. (SILVA E LIMA 2016, p. 29).





à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

Importante — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços.

**Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (MDS, 2017).

De acordo com os eixos expostos acima, as famílias que recebem o benefício devem realizar o cumprimento de algumas exigências do programa, as condicionalidades, denominadas como compromissos, destacando a área da educação<sup>2</sup>, que passam a demandar do Poder Público a ofertar os serviços nas áreas da assistência social, saúde e educação.

O município de Miracema do Tocantins – TO de acordo com o Censo do IBGE de 2010 tem uma População de 20.684, sendo a população estimada pelo instituto no ano de 2017 para 19.055. O porte do município é pequeno (porte II), possuindo um total de 10,3% da população vivendo em extrema pobreza, ou seja, de 2.125 pessoas. (IBGE, Censo Demográfico – 2010).

Segundo o Relatório sobre o bolsa família e Cadastro Único/MDS(2017) no município há 1.674 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família sendo o mês de referência até agosto/2017. Na área da educação no município de Miracema do Tocantins - TO são acompanhados 1.556 beneficiários de 06 a 15 anos e 268 beneficiários de 16 a 17 anos. São acompanhados com frequência acima da exigida de (06 a 15 anos – 85%), 1.366 beneficiários, equivalente a 85%; Acompanhamento com frequência abaixo da exigida (06 a 15 anos – 85%) 83 beneficiários; Conforme o quadro 1 a seguir, podemos observar o quantitativo dos beneficiários acompanhados a partir da frequência escolar:

---

<sup>2</sup> Na área de educação: os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; A frequência escolar deve ser de pelo menos 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês. Para as situações em que as crianças ou os adolescentes tenham que faltar às aulas, é importante que a família informe o motivo na escola, que o marcará no sistema onde se registra o acompanhamento da frequência escolar, o Sistema Presença/MEC. Para isso, são disponibiliza 88 motivos no Sistema. (MDS, 2017).





### Quadro 1 – Acompanhamento dos beneficiários na educação

<b>Mês de referência: Maio/2017</b>	
<b>Total de beneficiários com frequência acima exigida – 75%</b>	<b>Idade</b>
219	16 a 17 anos
<b>Total de beneficiários com frequência abaixo da exigida – 75%</b>	<b>Idade</b>
49	16 a 17 anos
<b>Total de beneficiários sem informação de frequência escolar</b>	<b>Idade</b>
233	06 a 15 anos
88	16 a 17 anos

Fonte: Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro Único/MDS.

### Os Alunos Beneficiários da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Manoel Messias

A Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Manoel Messias, fundada em 1991, localizada na rua 03, s/n, Bairro Novo Horizonte II, cidade de Miracema do Tocantins – TO, atualmente atende 145 alunos da rede estadual (3º ao 5º ano), e no ano de 2017 iniciou uma parceria com a rede municipal, atendendo 80 alunos (1º e 2º ano).

A unidade educacional é mantida pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins – SEDUC, que envia recursos para a manutenção da mesma. A Prefeitura Municipal também contribui com o funcionamento, ofertando lanche e os professores das referidas séries (1º e 2º ano). A escola é de Tempo Integral, com início das aulas de 07:15h às 16:00h.

Em termos quantitativos, por meio de dados acessados na Secretaria de Educação do município de Miracema do Tocantins – TO sobre o acompanhamento das condicionalidades na educação da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Manoel Messias, conforme tabela abaixo para o semestre janeiro a julho de 2017 destacaram o seguinte desempenho no acompanhamento dos alunos PBF:





**Quadro 2 – Dados sobre a frequência dos alunos do PBF**

Período 2017	Publico acompanhado	Total acompanhado	Motivos de baixa frequência <sup>3</sup> 75%	Motivos de baixa frequência 85%
<b>Fev/Março</b>	Beneficiários (06 a 15 anos)	60 alunos- 85%	Não houve	Frequência 100%
<b>Abril/Maio</b>	Beneficiários (06 a 15 anos)	102 alunos – 85%	Não houve	58D/72M/1A 58B/7B/64A 65A
<b>Junho/Julho</b>		104 alunos com 85%		58B/58D/1A 64A/65A/68E 07A

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins.

Conforme os dados do quadro acima, os motivos de baixa frequência dos beneficiários com faixa etária entre 06 a 15 anos, nos meses de fevereiro a março, somavam no sistema 60 alunos, sendo que nenhum teve baixa frequência, atingindo os 100%. Enquanto nos meses de abril a maio foram cadastrados 102 alunos com frequência de 85% havendo motivos de baixa frequência. E nos meses de junho a julho, 104 alunos foram cadastrados com frequência de 85%, também apresentando motivos de baixa frequência.

80

Foram identificados os motivos de baixa frequência conforme os códigos mencionados acima, por meio do Guia de orientações para gestores do programa bolsa família na educação, destacando-se entre eles: a) Motivo da baixa frequência não informado: **58D** - Não foi identificado motivo adequado. b) Beneficiário sem vínculo escolar: **72M** - Transferência em andamento/pendente. c) Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno: **1A** - Doença/problemas físicos. d) Motivo da baixa frequência não foi informado: **58B** - A escola esclarece que a família não informou o motivo. e) Suspensão escolar: **7A** - Com tarefas domiciliares. f) **7B** - Sem tarefas domiciliares. g) Desinteresse/Desmotivação pelos estudos: **64A** - A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação. h) Abandono Escolar/Desistência: **65A** - A Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento.

<sup>3</sup> A baixa frequência escolar sinaliza sempre que algum fato está perturbando, desestimulando ou impedindo a ida diária do(a) aluno(a) à escola. Portanto, é preciso identificar a causa da baixa frequência para que seja evitado o abandono escolar. Se, durante o processo de registro de frequência escolar no Sistema Presença, houver registro de baixa frequência, será aberta uma nova janela para que sejam identificadas as causas de tal ocorrência. Posteriormente, é preciso efetuar uma verificação real dos motivos que estão provocando a baixa frequência escolar do(a) estudante. Cada motivo é um indicador de ações e medidas para solucionar os problemas levantados. (MDS, 2017)







Questões sociais, educacionais e/ou familiares: **68E** - Falta de uniforme/calçado/roupa adequada.

Através dos dados obtidos observa-se que alguns motivos vêm se repetindo no decorrer do bimestre, como: 58D/58B/64A/65A; percebe-se que esses beneficiários ao faltar a escola, a família não justifica a ausência do mesmo, além disso, os outros motivos mostram que os alunos não estão tendo interesse para permanecer estudando, e em outros casos, ocorrendo o abandono escolar.

O bolsa família é uma maneira de amenizar o estado de pobreza dessas famílias em situação de vulnerabilidade social e as condicionalidades relacionado a educação, foi uma maneira que o governo encontrou para que essas crianças e jovens permanecessem na escola. Mas, ao iniciar a juventude alguns preferem desistir dos estudos e tendem a buscar o mercado de trabalho.

Portanto, apontamos que apesar do bolsa família aumentar a permanência dos beneficiários na escola – que é, afinal, o objetivo principal das condicionalidades – principalmente entre aqueles grupos onde o custo da escolarização é maior (jovens) possui ainda várias fragilidades para uma política social que se propõe amenizar a pobreza no País.

81

### Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios> acesso em 28 de agosto de 2017.

BRASIL. Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro Único/MDS. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=extrema\\_pobreza](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza) acesso em 24 de setembro de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) acesso em 28 de Agosto de 2017.

BRASIL.MEC. disponível em: [www.educacao.ba.gov.br/system/.../guia-de-orientacao-motivos-baixa-frequencia.pdf](http://www.educacao.ba.gov.br/system/.../guia-de-orientacao-motivos-baixa-frequencia.pdf) acesso em 16.11.2017

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: Curso de Especialização: Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília, DF, MEC, 2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Educação em Direitos Humanos: políticas e desafios. Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira. Condicionalidades no Bolsa Família: Controvérsias e Realidade. In: SILVA, Maria Ozanira Silva. **O Bolsa Família: Verso e Reverso**. Campinas: Papel Social, 2016.





SILVA, Maria Ozanira da Silva; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Antecedentes e contextualização: trajetória de desenvolvimento do Bolsa Família. In: SILVA, Maria Ozanira Silva. **O Bolsa Família: Verso e Reverso**. Campinas: Papel Social, 2016.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU CONTEXTO EMPOBRECIDO: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DA ESCOLA ESPECIAL “UM PASSO DIFERENTE” – APAE TOCANTINÓPOLIS-TO.**

**Márcia Consuelo Carvalho Neri  
Maria do Socorro Soares Bezerra**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre a realidade da Escola Especial “Um Passo Diferente” APAE Tocantinópolis-TO, abordando as questões socioeconômicas que dificultam o desenvolvimento da Educação Especial e do contexto educacional dos alunos com algumas deficiências. Para tanto, fez-se necessário leituras sobre a historicidade legal da Educação Especial visando conhecer um pouco mais sobre as discussões nessa área. Nesse sentido, pretendo fazer uma retrospectiva histórica legal da Educação Especial a partir da década de 80, mas antes farei um breve aporte ao Brasil Império e República sobre a temática. Tal retomada é relevante para o entender o surgimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs no Brasil e no Tocantins, a fim de identificar mudanças ocorridas na Escola Especial APAE Tocantinópolis-TO e seu desenvolvimento escolar. Para tanto utilizamos como metodologia, visita institucional, estudo bibliográfico e relatos orais de profissionais que participam das atividades realizadas na Associação. Sustentando-se nessas bibliografias e relatos, podemos concluir e ter como resultado, o seguinte olhar: que mesmo diante dos avanços legais na Educação Especial sua efetivação está distante de acontecer; sem apoio de entidades públicas e governo é difícil a implementação das leis e isso reflete na realidade das APAES que enfrentam dificuldades socioeconômicas de contexto empobrecido demonstrado também por seus alunos e famílias que tem renda de Benefício para Pessoa com deficiência (BPC), dificuldade essas que contribuem para a baixa qualidade de atendimento educacional especializado. Acreditamos que uma instituição de educação especial, embora ainda seja vista como uma aprendizagem inferior e enfrente muitas dificuldades, é um importante espaço de inclusão e desenvolvimento do aprendizado para a pessoa com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação especial. APAE. Pessoa com Deficiência. Deficiência. Inclusão.

### **Introdução**

O estudo surgiu pela necessidade em conhecer a realidade da educação especial vivenciada nas APAEs, assim, como objeto de estudo tivemos a Escola Especial “Um Passo Diferente” APAE-Tocantinópolis, localizada no estado do Tocantins. No contexto reconhecemos a Associação como relevante na educação especial de alunos com deficiência no município de Tocantinópolis –TO mas, ao mesmo tempo, fazendo uma caracterização da escola especial e as reais dificuldades dos alunos no atendimento especial

Desenvolvemos três capítulos para atingir os objetivos deste tema: primeiro realizamos uma abordagem dos aspectos legais mais importantes, a partir da década de 80, que permitiram o avanço da educação especial, seus desafios e lutas para sua efetivação a fim de entendermos como a educação especial surgiu. Depois avançamos para o surgimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil, fazendo um breve histórico das





APAES no Brasil e no município de Tocantinópolis, dando ênfase em sua fundação e a partir dessa compreensão, entender a realidade da instituição filantrópica e assistencial nos dias atuais, seus enfrentamentos no atendimento da educação especial e o contexto empobrecido em que esta inserida.

### **Procedimentos Metodológicos**

Como metodologia utilizou-se a visita institucional, observação, relatos orais de professores, pesquisas bibliográficas diversas e legislações relacionadas à discussão da educação especial situadas em sites, as quais deram embasamento à produção do texto.

### **Resultados e Discussão**

O processo histórico da humanidade revela a rejeição às pessoas que apresentassem alguma deficiência. No século V, na antiguidade, Fernandes (2007) retrata que o corpo perfeito e forte era valorizado principalmente para as guerras, e aqueles que detinham o poder da fala em discursos eram valorizados dentro da sociedade. As pessoas que não tinham o padrão de perfeição eram consideradas subumanas, portanto as pessoas com deficiência física ou mental eram discriminadas e abandonadas ou até exterminadas por não manterem o padrão que a sociedade almejava.

A história da Educação Especial no Brasil teve influência estrangeira, principalmente europeia até o final do século XIX, sua implementação foi marcada seguindo modelos de internação, trabalhos de cunho assistencialista e uma visão segregativa a qual dificultou o desenvolvimento da formação escolar se tornando isolada e distanciada da sociedade. Teve início na época Imperial, em 1854 por iniciativas de caráter privado. Nesse período, destaca-se o atendimento clínico especializado com inclusão da educação escolar e nessa época foram fundadas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiência mental, física e sensorial que seguiram o exemplo do pioneiro Instituto dos Meninos Cegos, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1854, sendo o primeiro no atendimento escolar às pessoas com deficiência, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant.

No âmbito da legislação, a Constituição de 1824 foi consagrada com o direito a educação para todos os brasileiros. O mesmo direito foi mantido nas constituições vindouras de 1934, 1937 e 1946. Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU, na qual se afirma o princípio da





não discriminação e proclama o direito à educação para todos, inclusive às pessoas com necessidades especiais, isto em 1948.

Por volta de 1957, surgiam discussões mais amplas sobre educação no Brasil e o atendimento educacional que já apresentava deficiência foi assumido explicitamente pelo governo federal. O Estado aumenta os números de classes especiais, principalmente para deficientes mentais, nas escolas públicas. Sobre o contexto, Januzzi (1992) e Ferreira (1989) ressaltam que as ofertas para escolarização das classes mais populares aumentaram e a implantação de classes especiais nas escolas regulares foi bem menor que o esperado diante das campanhas e incentivos do governo.

Como o sistema público não dava conta da demanda e não se responsabilizava de maneira satisfatória, observou-se, a partir de 1960, o crescimento das instituições de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, as APAES (associações e Pais e Amigos de Excepcionais) que ofereciam atendimento aos casos mais graves de deficiência mental, sendo influenciada pela Sociedade Pestalozzi. Em 1954, foi fundada a primeira APAE no Brasil, APAE Rio. Os pais eram de grande relevância para as mudanças no atendimento às pessoas com deficiência, algumas instituições eram gerenciadas pelos próprios pais de alunos e assim se faziam iniciativas importantes no processo histórico da educação especial no Brasil.

84

Em 1971, na LDB nº 5692/71, em seu capítulo I, art. 9º, declara que as pessoas com necessidades especiais fossem contempladas com atendimento especial de acordo com normas fixadas pelos conselhos de educação, os quais teriam sentido de regulamentar os serviços implantados nos Estados. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece a integração escolar enquanto preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1986, é criada a Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa com Deficiência (CORDE) que tem como objetivo coordenar as ações em Educação Especial. A Secretaria Nacional de Educação Básica assume a responsabilidade na implementação da política de Educação Especial e o Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que reitera os direitos garantidos na Constituição. Em 1994 a Declaração de Salamanca foi um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394), anunciada em 1996, ajustou-se aos princípios da Declaração de Salamanca e a partir dela verifica-se toda uma alteração na legislação brasileira com a intenção de mudanças relevantes a construção de uma escola





inclusiva. A autora Mantoan (2003) defende a Inclusão escolar, a qual prevê a inserção de todos os alunos, sem exceção, nas escolas regulares de forma radical, completa e sistemática.

Nesse contexto de implantação da Educação Especial, surgia as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em 1954, presente no Brasil há 62 anos. É um Movimento que se destaca no país por ser a primeira instituição criada para atender pessoas com deficiência. Constituem-se como movimento social de grande relevância no Brasil e no mundo, de caráter filantrópico, em defesa de direitos e prestação de serviços, visando proporcionar qualidade de vida, educação, promoção social e inclusão social da pessoa com deficiência.

Em 16 de fevereiro de 2000, foi criada no município de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. A implantação da Escola Especial “Um Passo Diferente” – APAE se deu em 02 de setembro de 2000. A escola conta neste ano com: 27 professores pagos pelo Estado, alunos excepcionais com idade de 05 a 65 anos e 72 alunos em regime escolar nos dois turnos. Segundo o histórico da instituição, a Escola Especial “Um passo diferente” APAE-Tocantinópolis, através de seus representantes legais, profissionais, pais de alunos, parcerias e comunidade, tem se esforçado para cumprir seus objetivos, priorizando a educação das pessoas com deficiências, bem como favorecendo melhor qualidade de vida e também inserção dos alunos na sociedade.

A APAE- Tocantinópolis, não oferece atendimento especializado multiprofissional, como terapia ocupacional, fonoaudiólogo, neurologista mensal, psicólogo e outros, sendo este privilégio apenas das grandes cidades, ou melhor, das capitais e segundo relato do professor, os mesmos não trabalham com um currículo específico para a educação especial e sim com o mesmo currículo da educação regular. Relata que a Federação Nacional das APAES estão trabalhando na elaboração de novas diretrizes para a educação especial nas APAES para que possam trabalhar com currículo próprio. Silva (2006, p. 51) reflete sobre a importância do currículo, “o currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que tem o mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustenta, permitindo uma reflexão do seu cotidiano”.

A maioria dos alunos da APAE usufruem do Benefício de Prestação Continuada - BPC para Pessoa com Deficiência, alguns mantêm concomitância com o benefício do bolsa família. De acordo com os relatos dos professores, alguns acreditam que os benefícios servem para outros fins distantes do fortalecimento da autonomia dos alunos, manutenção alimentar,





higiene e manutenção escolar, pois percebe essa má administração do benefício gerada pelos familiares dos alunos. Em algumas famílias, o BPC é a única fonte de renda que mantém as necessidades básicas do grupo, - necessidades mínimas-, principalmente quando o grupo familiar contém muitas pessoas; e mesmo providos de algum benefício, este não chega a ser suficiente para ter qualidade de vida.

Percebe-se que grande parte dos alunos vive em contexto empobrecido e são de famílias pobres onde a realidade socioeconômica e cultural é um agravante que reflete na escola, em seu estado nutricional, na comunidade, bem como nas condições de higiene, assim também, os professores enfrentam dificuldades em como lidar com alunos envolvidos nesse contexto. Arroyo (2014) adverte que: “Essas questões são desafiadoras para profissionais e escolas em contextos de pobreza e para as teorias pedagógicas e curriculares, pois a vivência da pobreza é uma das experiências mais condicionantes na formação humana, na desumanização de tantos seres humanos desde sua infância”.

### **Considerações Finais**

Desde 1998 com a promulgação da Constituição, onde previa o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e não somente a Educação especial prevista, causou certo temor entre os profissionais, pois esse atendimento especializado teria que ser em rede regular de ensino e até os dias atuais vemos a dificuldade dos professores em atuar no atendimento educacional especializado.

Através deste estudo compreendemos que as pessoas com deficiência são cidadãos dotados de direitos e leis específicas, dentre essas se encontra o direito de receber educação de qualidade. Os alunos e suas famílias tem realidade envolvida em contexto empobrecido, e sua maioria tem renda proveniente do benefício assistencial que sem administração correta traz prejuízos à manutenção das necessidades básicas dos alunos. Compreendemos que apesar dos avanços conceituais sobre a pessoa com deficiência e as leis que os amparam, existe uma barreira a qual separa as leis de sua efetivação, seja por descaso do governo em não conseguir garantir a educação pública ou por dificuldades estruturais do atendimento escolar especial.

### **Referências**

APAE. Disponível em: [apae.com.br/](http://apae.com.br/) Acesso em: nov. 2017.

APAE TOCANTINÓPOLIS. Disponível em: <http://www.apaetocantinopolis2013.blogspot.com>. Acesso em: out. 2017.





BATISTA, Cristina A. Mota. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2ª edição, 1997.

BRASIL. Lei no 5.692/71, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, 12 de agosto de 1971.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: out. 2017.

EITLER, Kitta; BRANDÃO, Ana Paula (org); André Lazaro, (coordenador) **POR QUE POBREZA?** : educação e desigualdade. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, p. 89-114, 2014. Disponível em: [http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno\\_artigos\\_digital.pdf](http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno_artigos_digital.pdf). Acesso em: nov. 2017.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: Ibepex, 2007.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2ª Ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo; 2ª Ed.: Moderna, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas**. São Paulo; Ed.: Cortez, 1996.

## O PAPEL DAS AVÓS NAS FAMÍLIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**Márcia Oliveira Ferreira**

**Fabiola Andrade Pereira**

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as situações de Pobreza e Desigualdade social tendo como enfoque principal o papel das avós nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Pensar no enfrentamento da Pobreza e da Desigualdade Social a partir dessa ótica nos mostra que a referência familiar das avós tem sido essencial na vida escolar dessas crianças, posto que o ato de cuidar e acompanhar diariamente, embora pelo que se percebeu no decorrer do trabalho, grande parte não possua formação escolar suficiente tem sido desempenhado por esses sujeitos, pois são elas que assumem para si a responsabilidade de zelar pela vida escolar dos netos. Uma situação que acreditamos está arraigada na formação da sociedade brasileira, posto que a questão da vulnerabilização da realidade social, política, econômica estão culturalmente construídas. Contudo, este estudo, traz em sua essência os resultados de uma pesquisa de campo, que teve como lócus de investigação a escola Estadual Pio XII em Tocantinópolis-TO, Escolhemos esta vertente metodológica por ter clareza que esta nos auxiliaria em nossas observações dentro daquele espaço. Assim, buscamos com esta reflexão ampliar a compreensão acerca do programa e além disso apresentar novas perspectivas que poderão servir de subsídio para a releitura do mesmo, sobretudo num contexto em que a população vive cada vez mais.

**Palavras-chave:** Pobreza; Bolsa Família; Velhice; Avós; Escola.





## Introdução

A discussão em torno das políticas públicas de proteção social e dos direitos humanos tem sido algo essencial nos dias atuais. Pensar acerca de ações que viabilizem a realização de intervenções estatais de combate à fome e à pobreza no Brasil, significa considerar alguns elementos históricos que apontam ser esta uma experiência não muito recente, posto que surge na década de 90.

A literatura aponta que há registros que evidenciam essa assertiva, a exemplo cita-se a mobilização social conduzida pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, que resultou numa campanha profícua criada pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que veio perder força no governo FHC (1995-1998 e 1999-2002), embora o mesmo tenha criado outros como, por exemplo, a PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição que acarretou na criação de outros vários programas como o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nesse sentido, o mundo globalizado nos leva a vislumbrar várias situações de uma maneira bem ampla, algumas delas são a pobreza e a desigualdade existente em nosso país, nos mostrando que ela não é um caso isolado e sim uma questão social de grandes proporções, que diz respeito à sociedade de um modo geral.

O Bolsa Família criado em 2003 pelo governo Lula, é um programa de transferência de renda com o objetivo de ajudar os indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza a saírem da situação de vulnerabilidade e miséria e inseri-los na sociedade através da educação e/ou do mercado de trabalho. O PBF, de maneira geral, vem apresentando bons resultados no sentido de diminuir a condição de miséria das famílias mais vulneráveis, à medida que concede renda. Nessa direção, as famílias cadastradas assumem o compromisso de manter as crianças na escola e estar em dia com as vacinações e o acompanhamento da saúde de seus membros (crianças, gestantes e nutrízes) como contrapartida para a manutenção do recebimento do benefício. (BRASIL, 2008).

Vimos por meio da literatura que a pobreza é vista apenas como ausência de algo (comida, roupa, educação), quando na realidade ela não é. Ela constitui sim um conjunto de faltas, que somadas a outras várias situações associadas aos aspectos sociais, políticos, culturais, históricos e econômicos, acabam por afetar de forma direta a vida de todos nós, sobretudo quando nos permitimos conduzir pelo poder da mídia que age de acordo como o







interesse das classes dominantes, até por que ela ajuda a veicular discurso de ódio e discriminação em relação à pobreza.

Diante dessa afirmação fica claro que a escola tem um grande desafio pela frente, qual seja, fazer a adequação dos currículos para que sejam trabalhadas questões acerca da desmistificação da desqualificação da pobreza e do “pré-conceito” criado em cima do sujeito advindo das classes sociais menos favorecidas, e isso se faz necessário começar desde nós professores, pois temos em nós arraigada a cultura de que pobre é menos inteligente ou que só pelo fato de ser pobre já apresenta alguma dificuldade de aprendizagem.

Nessa direção ARROYO (2013) afirma que “Enquanto não se dá a centralidade devida às carências materiais da pobreza, a tendência será reduzi-la a uma questão moral, à falta de valores, a mentalidades primitivas em relação ao trabalho.” Segundo ele:

[...] Há diversas críticas que rotulam de assistencialistas as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Contudo, se a vida é o primeiro direito do ser humano e garanti-la é o dever mais elementar do Estado, não pode ser considerado assistencialismo algo que efetive essa garantia. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família assume como inspiração política que o reconhecimento do direito à vida é um dever público, logo, a ser traduzido em políticas de Estado, como uma responsabilidade pública, para além do tradicional assistencialismo. (Arroyo, 2013, p. 14)

89

A apreensão crítica desta realidade somada ao interesse em entender o porquê a maioria das crianças cadastradas no programa recebiam de suas avós o acompanhamento e cuidados devidos, ganhou força, à medida que se começou a observar que na Escola em questão, as mulheres acima dos 60 anos de idade constituem a maioria absoluta no acompanhamento escolar de seus netos, diante disso buscamos verificar qual a ligação dessas avós com o cadastro do PBF. Assim, fez-se necessário apreender que o fenômeno do envelhecimento, apesar de repercutir de forma diferente nos diversos países, ressoa de forma intensa em todos os espaços e classes sociais, e que, cabe a ciência acompanhar essas transformações, bem como contribuir na obtenção de respostas satisfatórias aos diversos aspectos que envolvem tal fenômeno.

### **Procedimentos Metodológicos**

Na tentativa de ordenar uma base lógica para esta investigação, tentou-se eleger um caminho metodológico que nos auxiliasse na escolha dos procedimentos e de investigação.

Assim, iniciamos nosso percurso fazendo a realização do levantamento bibliográfico que nos auxiliou na reformulação dos nossos objetivos. Estes por sua vez ajudaram a eleger o





tipo de pesquisa que seria desenvolvida a fim de obtermos o melhor resultado. Contudo, este estudo, traz em sua essência os resultados de uma pesquisa de campo, que teve como lócus de investigação a Escola Estadual Pio XII, contando assim com um percentual de 15% dos sujeitos que fazem parte do PBF. Escolhemos esta vertente metodológica por ter clareza que esta nos auxiliaria em nossas observações dentro daquele espaço.

Para tanto fez-se uso de uso do questionário semiestruturado contendo 18 questões que tinham como propósito colher informações e assim traçar o perfil do público atendido pelo programa em questão.

### **Resultados e Discussão**

O Brasil, apesar de ser considerado um país em desenvolvimento de extensões territoriais continentais tem sido, através de seus programas de transferência de renda, referência no combate da pobreza extrema, posto que os mesmos buscam amenizar a situação de miséria em que se encontram boa parte das famílias brasileiras.

Diante desse contexto vemos que a escola tem papel fundamental na aplicabilidade do PBF, visto que um dos objetivos do programa é que os dependentes dos beneficiários menores de 17 anos estejam matriculados e frequentando a mesma, pois,

O PBF traz esperança às famílias pobres de conseguir com que os filhos estudem e não continuem a viver em condições de precariedade. Assim, apesar de ser uma forma paliativa de resolver a questão da pobreza no Brasil, no momento, o Programa se constitui como um meio de garantir a sobrevivência dessas famílias.

O objetivo central do Programa é promover a superação da condição de pobreza em que os beneficiários se encontram. Embora se possa perceber que isso seja, praticamente impossível, os idealizadores do PBF compreendem que é por meio da educação que se inicia o rompimento do histórico ciclo da pobreza. Neste aspecto, tanto a Escola quanto a Família enquanto formadoras do sujeito, têm responsabilidade de juntas, trabalharem neste processo para formar o aluno e o cidadão. (SOUZA,2015 p.12)

A valorização social da maternidade tem sido um dos fenômenos que, historicamente, tem garantido a naturalização dos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade. As mudanças na condição feminina, no interior das famílias, não foram suficientes para deslocar o lugar das mulheres como a principal responsável pela educação dos filhos, sendo essa uma prerrogativa para a “boa mãe”.

O aumento da longevidade traz à tona uma questão: a situação das mulheres avós que de acordo com o que estamos observando são maioria absoluta no cuidado e sustento das famílias, é comum atualmente vermos as casas cheias. Os filhos que saíram e não





conseguiram sucesso na vida voltam para a casa dos pais, trazendo consigo seus filhos que são fruto da busca de um viver mais digno não encontrado. Este retorno acaba promovendo a condição dos avós ampararem seus filhos e netos principalmente no âmbito financeiro como aponta (Coelho, 2014 p.1)

Atualmente, ampliou-se o número de lares em que se verifica a coresidência, nos quais várias gerações residem juntas, assim como aqueles em que os avós criam seus netos integralmente. Nessa circunstância, eles são chamados “pais substitutos”, “avós em tempo integral”, “avós com custódia” (quando detêm a guarda dos netos judicialmente), “avós cuidadores” e também “avós guardiões” (Dias et al., 2005; Dias & Costa, 2006; Lopes et al., 2005). Pode-se perceber que são diversas as situações que, entrelaçadas a uma multiplicidade de motivações, levam os avós a participar da vida dos netos assumindo papéis de relevância para a família e para a comunidade (Dias, Aguiar & Hora, 2009).

As razões que levam as avós a criarem ou cuidarem integralmente de seus netos (as) são as mais variadas, porém todas as observadas durante a pesquisa decorrem da desestrutura familiar, o que nos leva a suscitar que se faz necessário como já citado anteriormente políticas públicas que valorizem o idoso, que as escolas incluam em seus currículos questões sobre o envelhecimento e a relação entre as várias gerações que estão surgindo.

A partir das impressões obtidas na pesquisa, é perceptível a construção de um eixo norteador de uma ação conjunta onde a escola se torne palco principal de superação das desigualdades, visto que a escola deve ter um olhar crítico sobre os sujeitos do processo educativo, levando em consideração todas as transformações pelas quais a sociedade contemporânea vem passando, principalmente nas relações familiares que estão cada dia mais diferentes.

### **Considerações Finais**

Pode-se perceber por meio de dados preliminares que ainda há um grande abismo entre os reais objetivos do PBF e sua efetividade, posto que se busca ao longo do processo promover a emancipação das famílias atendidas, o que se vê na prática são casos onde as mesmas apesar de receber o benefício a algum tempo, sua situação permanece a mesma e em alguns casos ainda piorou, como o das avós que verificamos no decorrer da pesquisa, pois sua renda que em tese deveria ser apenas para o seu sustento, agora tem que ser dividida entre os netos e/ou filhos que vivem sob sua tutela.

Por outro lado, há de se ressaltar a necessidade implantação de políticas sociais de valorização do papel da mulher na sociedade, sobretudo aquelas que tem mais idade, dando-lhes condições de assumir de fato e de direito a sua situação social, pois a velhice concebida,





hoje, enquanto construção social, histórica e cultural tem um lugar diferenciado em todos os espaços. (PEREIRA, 2016). O aumento da longevidade tem permitido a convivência mais prolongada entre as gerações, levando às avós a participarem voluntariamente ou não, da vida de seus familiares, e quando se fala no papel dessas avós vimos que são elas o esteio das famílias desestruturadas pois é nelas que as mães sentem segurança ao delegarem a responsabilidade sobre seus filhos para saírem em busca de trabalho e melhoria da renda, pois as mulheres tem uma relevância ativa na vida familiar em todos os aspectos, inclusive no econômico. Ao longo da vida tem se observado uma participação mais intensa principalmente quando se tornam avós, período este, em que seu papel deveria ser apenas na relação afetiva. É visível as situações em que as avós se tornam a referência de mãe para estas crianças.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Módulo Introdutório – Conteúdo da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC, Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2017.
- COELHO, Maria Tereza Barros Falcão. **Avós Guardiões: Uma Revisão Sistemática de Literatura do Período de 2004 a 2014**. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 23 out. 2017.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: **Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência a Pobreza**. Módulo III – Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC, Brasília, 2015.
- PEREIRA, Fabíola Andrade. **Educação de pessoas idosas: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins** / Fabíola Andrade Pereira (Tese de Doutorado) - João Pessoa, 2016.
- SOUZA, Ângela Silva. **Programa Bolsa Família e sua relação com a escola** 2015. 52 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.





## DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO

**Márcia Pessoa de Sousa Noronha**

**Arlane Silva Carvalho Chaves**

**Layane Mota Souza de Jesus**

**Patrícia Delmiro de Sousa Takahagassi**

**Klécios Eufrasio Xavier**

**Resumo:** as Tecnologias Digitais (TD), são recursos importantes para o processo de ensino aprendizagem e favorecem o trabalho docente, porém estes ainda enfrentam alguns desafios quanto a sua utilização. Objetivou-se, realizar uma revisão bibliográfica dos principais desafios enfrentados pelos docentes para implementação das TD no ambiente acadêmico. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo narrativa, onde foram selecionados 14 artigos, 02 dissertações, 01 monografias e 02 livros, publicados em português na base de dados da CAPES, no período de 2012 a 2017. Utilizou-se os termos tecnologias digitais de informação, desafios/dificuldade, implementação e docente, e associações de descritores (tecnologias digitais de informação AND desafio AND docente). Os principais desafios apontados são: resistência docente à mudança, ausência de autonomia docente frente ao uso das TD, ausência de capacitação para uso, bem como de políticas que favoreçam a apropriação crítica dos docentes quanto as tecnologias.

**Palavras-chave:** Tecnologias digitais. Desafios docentes. Autonomia.

### Introdução

A educação e a comunicação evoluem com as oportunidades oferecidas pelas mais diferenciadas inovações tecnológicas, impactando até mesmo a forma de transmissão de informações no processo educacional. O professor precisa estar disposto a aprender e a desconstruir seus saberes, a sua maneira de ensinar e de aprender. Deve atuar como mediador, promovendo desafios de aprendizagem, elos de afetividade e propiciar uma troca continua de saberes entre professor e aluno (VALENTE, 2014).

A transição da educação deixa de ser a simples e tradicional “transferência de conhecimentos”, para uma renovação constante e desafiadora, com aulas mais criativas e dinâmicas, que leve a plena participação dos aprendentes no novo meio/ambiente de estudo (ARAÚJO, 2014). Desse modo, os professores devem preparar seus alunos para enfrentar novos desafios propostos pelos usos das Tecnologias Digitais (TD) que fazem parte do cotidiano dos docentes e discentes.

É grande o desafio de aproximar o saber pedagógico das tecnologias digitais que incorpora as transformações da contemporaneidade (SPAGNOLO, MANTOVANI, *et al.*, 2014) e utilizá-las para estabelecer redes de conexões de pesquisa e conhecimento, de interação e imersão em ambientes de aprendizagem.





A rapidez dos avanços tecnológicos foge, muitas vezes, do domínio e da capacidade do docente em acompanhar, reproduzir e aplicar seus conhecimentos e saberes, o que pode resultar em uso incorreto das ferramentas disponíveis ou até mesmo no não uso.

Diante disso, o objetivo desse trabalho<sup>4</sup> foi realizar uma revisão bibliográfica, com o intuito de buscar na literatura os principais desafios para implementação das tecnologias digitais no ambiente acadêmico/escolar, com o intuito de desafiar o professor a pensar na possibilidade de romper com as práticas estabelecidas e a reconfigurar sua inserção e ação no mundo das tecnologias digitais.

### Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo narrativa. Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho (PIZZANI, SILVA, *et al.*, 2012).

As revisões narrativas tratam-se, basicamente, da interpretação da literatura existente de um determinado assunto de acordo com análise crítica pessoal do autor, possibilitam a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período de tempo; no entanto, não possui metodologia que viabilize a reprodução dos dados e nem traz respostas quantitativas para determinados questionamentos por não adotarem critérios a priori para a seleção das publicações (ROTHER, 2007).

O corpus da pesquisa foi composto por uma literatura relacionada ao tema indexada nos bancos de dados da CAPES. Quanto à amostra, foi selecionada a partir da variável de interesse, utilizando-se os termos tecnologias digitais de informação, desafios/dificuldade, implementação e docente e associações de descritores (tecnologias digitais de informação AND desafio AND docente), totalizando ao final 14 artigos, 02 dissertações, 01 monografias e 06 livros.

Foram incluídos trabalhos completos, que responderam à questão do estudo, publicadas no período de 2012 a 2017, em português, e excluídos os trabalhos com delineamento metodológico de revisão, e aqueles não disponíveis para download. A seleção foi realizada a partir da leitura criteriosa dos documentos que atenderam aos critérios de inclusão definidos nesse estudo.

Após a coleta dos dados foi procedida a leitura de todo o material e compiladas as principais informações. Posteriormente foi realizada uma análise descritiva das mesmas

<sup>4</sup> Trabalho orientado pelo dr. Jose Lauro Martins (UFT)





buscando estabelecer uma compreensão e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado, para construção do referencial teórico.

### Resultados e Discussão

As tecnologias digitais aplicadas na educação como parte das metodologias e estratégias de ensino estimulam a autonomia, criação e recriação dos alunos. Permitem acompanhar de forma mais efetiva a aprendizagem dos discentes e podem ser aplicadas no ensino presencial ou a distância, permitindo estender a escola virtual em que o aprendente não tenha mais o limite espaço e tempo (ARAÚJO, 2014).

As tecnologias exploram o uso de imagens, sons e movimentos simultaneamente, levando a uma máxima velocidade no atendimento das demandas do usuário e proporcionando informações dos acontecimentos em tempo real. Colocam professores e alunos, dialogando, discutindo, pesquisando, perguntando, respondendo e comunicando por meio de recursos que possibilitam aos interlocutores enriquecerem-se com contatos mútuos (PIMENTA, 2016).

Os avanços tecnológicos trouxeram mudanças nos paradigmas de ensino e desafios a prática docente, por isso, há uma necessidade de implementação do ensino aprendizagem com vista aos avanços das tecnologias e desafios para a educação com base na reformulação do ensino, as escolas a equiparem-se com recursos tecnológicos e os professores a buscarem capacitação e aperfeiçoamento na área das tecnologias quanto ao uso pedagógico desses novos recursos de ensinar e aprender (GIL, 2015).

Ademais, como manter as práticas pedagógicas atualizadas com esses novos processos de transação de conhecimento não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e sobretudo os papéis de professor e de aluno (LEVY, 2009).

Dessa forma, é preciso pensar a integração das tecnologias digitais no currículo em todos os níveis. Contudo, é relevante destacar que a tecnologia sempre se apresenta com características de instrumentos e, como tais, exigem eficiência e adequação aos objetivos aos quais se destinam, o que muitas vezes se tornam desafios e barreiras para sua implementação (MARTINS e SILVA, 2015).

Pimenta (2016) destaca que o maior desafio talvez esteja no fato de que não se trata mais de garantir ao aluno o maior número de informações, mas sim de formar pessoas para se





auto realizarem, preparadas para aprender a aprender. As transformações não devem ocorrer por imposições, mas sim por meio de reflexões conscientes da comunidade escolar e que esta deve promover o envolvimento e concentração de esforços para o processo de mudança.

A escola parece ser uma instituição resistente às transformações resultantes do avanço científico e tecnológico, mantendo-se à margem desse processo de desenvolvimento, tornando a sua contribuição, no papel que lhe é exigido, insuficiente para a educação e inserção dos alunos nesta sociedade complexa e competitiva (SANCHO, 2008). Em meio a todos os avanços tecnológicos, os recursos didático-pedagógicos, hoje denominados por alguns autores de recursos tecnológicos educacionais, foram privilegiados com a evolução tecnológica, possibilitando inovações na maneira de ensinar e de aprender (PIMENTA, 2016).

Destarte, a modernização da escola com vistas às transformações, não sobrevirá com a simples aquisição de recursos tecnológicos, mas é imprescindível que a comunidade escolar se constitua em uma equipe que assuma esse trabalho e que compreenda as transformações ocorridas em relação ao conhecimento na sociedade contemporânea. A mudança de atitude é uma condição imperativa, não só para os professores, mas para todos os colaboradores. Dessa forma, a tecnologia na educação encontrará seu espaço (PIMENTA, 2016).

Em um processo educativo mediado pelas Tecnologias Digitais, as novas possibilidades de criação coletiva distribuída, aprendizagem cooperativa e colaboração em rede oferecidas no ciberespaço colocam novamente em questão o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho, tanto nas empresas como nas escolas (LEVY, 2009).

Contudo, as tecnologias digitais aplicadas a educação ainda são pouco discutidas nos cursos de formação inicial de professores o que dificulta a sua aplicação, pois diante desse cenário de constante transformação, as tecnologias digitais devem fazer parte dos ambientes de aprendizagem, dos temas de estudos e do cotidiano do graduando para que este possa trabalhar em sua sala de aula como algo natural, assim como trabalha com sua área de conhecimento. Apesar das escolas possuírem e utilizarem das tecnologias, que tem quebrado diversas fronteiras como tempo e espaço, o uso dá-se de forma mecanicista envolvendo a repetição e memorização do aluno, mantendo-o ainda sob custódia, estreitando o universo de pesquisa e informação (BOUCHERVILLE, 2016).

Assim, a forma de realizar o trabalho docente se torna fundamental para vencer este desafio. Porém, observa-se hoje um professor mobilizado por falsos paradigmas quanto á







tecnologia e sua aplicação na prática, que ainda tem dificuldade em usar as TD na prática cotidiana e, sobretudo, em se apropriar delas para uso didático pedagógico (ROSA, 2013).

É necessário investimento na formação dos professores e empoderamento do conhecimento sobre a integração das mídias pelos docentes, haja vista a expressa resistência de muitos quanto ao uso das mídias, especialmente em meios digitais. Certamente, por não acreditarem nas contribuições que os meios tecnológicos oportunizam aos processos de ensino e de aprendizagem; outros, por medo de serem manipulados ou substituídos por eles (BOUCHERVILLE, 2016).

Ademais, para que concretize mudanças na sala de aula, deve-se alterar as políticas educacionais que regem a esfera escolar. Assim, assume-se que o lançamento das diretrizes educacionais almeje levar os agentes do currículo a se apropriarem criticamente dessas tecnologias, de modo que descubram possibilidades que elas oferecem no incremento das práticas educacionais e do professor e, sob essa perspectiva, contribui para a inclusão digital (NANTES, JUNIOR, *et al.*, 2016).

Portanto, não há como a escola produzir uma educação dissociada do contexto social, sendo necessário assumir uma postura que venha a propiciar uma troca generalizada de saberes. Para que possa enfrentar os desafios e garantir a todos uma formação de qualidade, é necessário que a escola esteja aberta a mudanças de comportamentos e embasamento pedagógico (ROSA, 2013).

97

### **Conclusão**

As TD são abordadas como ferramentas contemporânea, cuja presença contribui para a atribuição de um 'ar moderno' à instituição e/ou ambiente no qual se aplica. Nessa perspectiva elas exercem um aparente fascínio sobre aqueles que as veem, porém não se propõem a alteração de práticas/métodos de ensino já enraizadas. Mas, se impõem como uma ferramenta que, além de viabilizar a construção do conhecimento, trazem uma proposição de interatividade que rompe barreiras nas formas de pensar, possibilita a construção de uma sociedade de conhecimento coletivo, o que implica ir além da sociedade de informação, conduzindo à uma imensa rede de aprendizados.

Elas são recursos importantes para o processo de ensino aprendizagem e que favorecem o trabalho docente, porém, estes ainda enfrentam alguns desafios quanto a sua utilização e aplicação como meio de conexão e favorecimento de saberes. Os principais desafios encontrados na literatura revisada foram: inserir novas metodologias de ensino





aplicadas as tecnologias digitais, trabalhar a organização em redes dos seres humanos através das tecnologias, resistência docente à mudança, ausência de autonomia docente frente ao uso dos recursos tecnológicos e empoderamento, ausência de capacitação para uso, bem como de políticas que favoreçam a apropriação crítica dos docentes quanto as tecnologias como meio de implementação do trabalho de ensino-aprendizado.

Portanto, faz-se necessário maior investimento em capacitação docente quanto ao uso das TD, de modo a suscitar maior adesão e desejo em usar as tecnologias de maneira mais autônoma, desmistificando conceitos e reelaborando uma nova forma de programar aulas, que corroborem efetivamente para o aprendizado. Quem sabe até mesmo superar o modelo de ensino baseado em aulas e turmas, para um modelo referenciado pela construção do conhecimento. Bem como, disponibilização do espaço e de estrutura física necessária ao empoderamento e utilização das TD, o que possibilitara a modernização dos métodos e de práticas docentes construídas e efetivadas coletiva.

### Referências

ARAÚJO, J. C. D. As tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Geografia do 3º ano do ensino médio na escola estadual Cícero dos Anjos, São Vicente do Seridó- PB. **Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de ensino médio, Técnico e Educação à Distância**. São Vicente do Seridó, p. 48. 2014.

BOUCHERVILLE, G. **Transposição didática em sistema aberto de educação no uso da tecnologia móvel dentro de sala de aula**. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 19. 2016.

GIL, A. **Didática do Ensino Superior**. 1. ed. São Paulo: Altas, 2015.

LEVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Ireneu da Costa. São Paulo: 34, 2009.

MARTINS, J. L.; SILVA, B. D. Teach the difficulties in online courses. **Observatório**, v. 1, n. 3, p. 100-118, 2015. ISSN 2447-4266. <http://nbn-resolving.de/http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n3p100>.

NANTES, E. A. S. et al. Ferramentas Digit@is e Educação Básica: Lacunas Entre a Teoria e a Prática Docente. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 53-65, 2016. ISSN 2447-8733.

PIMENTA, M. C. **Tecnologia da Informação e Comunicação: a prática pedagógica do IFNMG/Campus Montes Claros**. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, p. 122. 2016.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 53-66, Julho





2012. ISSN 1678-765X. Disponível em: Acesso em: 27 ago. 2017.  
doi:<http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896>.

ROSA, R. TRABALHO Docente: Dificuldades Apontadas pelos professores no Uso das Tecnologias. **UNIUBE**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 214-227, 21 a 25 Outubro 2013. ISSN 2237-8022.

ROTHER, E. T. **Revisão Sistemática x Revisão Narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem. São Paulo: Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. 20 Junho 2007. p. v-vi.

SANCHO, J. M. **De Tecnologías de la Información y la Comunicación a Tecnologías de la**. VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR – EDUCERE III CONGRESSO IBERO – AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS – CIAVE. Curitiba: [s.n.]. 2008. p. 11.

SPAGNOLO, C. et al. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO COMO MEDIADORAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE:UM RECORTE NOS GRUPOS DE TRABALHO DA ANPED – 2009 A 2012. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2014. ISSN 1982-9949.

VALENTE, J. A. A Comunicação e a Educação baseada no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. **Revista UNIFESO – Humanas e Sociais**, Duque de Caxias, v. 1, n. 1, p. 141-166, 2014.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

99

**Márcia Alencar Carvalho**

**Rubens Martins da Silva**

**Resumo:** O presente artigo analisa a aplicação da lei de educação inclusiva em Araguaína-TO e como os Assistentes Sociais que trabalham na rede de educação deste município têm contribuído para efetiva aplicação da lei. É sabido, que a lei da inclusão, pretende, ao menos teoricamente, possibilitar aos estudantes com necessidades especiais as mesmas oportunidades que os alunos regulares. O papel dos Assistentes Sociais, neste caso, é de acompanhar a efetivação e o cuidado com o estudante, garantido um tratamento igualitário. Em verdade, este artigo pretende tratar teoricamente dos avanços adquiridos por essa classe, quando inseridos na educação, em função da aplicação da lei de inclusão.

**Palavras-Chave:** Educação, Assistência Social, Educação Inclusiva.

### Introdução

A educação formal pode ser considerada uma condição básica para acesso aos direitos elementos de qualquer cidadão, que é a educação e o trabalho. Desta forma se esta for suficientemente eficaz de forma que aumente essa laboralidade podendo assim contribuir para





inserção bem-sucedida no mercado de trabalho, ainda que não seja a única arma para a geração de emprego e renda, dependendo muitas vezes de políticas públicas eficientes para esse fim.

Dentre os direitos tidos como fundamentais pela Constituição de 1988, a educação é a única que permite às pessoas o ganho do seu sustento com dignidade, e que pode proporcionar uma ascensão profissional e social. A educação no município de Araguaína -TO, hoje oferece a sua população em âmbito público municipal as modalidades: Creche que inclui alunos do maternal ao II período do Ensino Fundamental; Ensino Fundamental compreende alunos do 1º ao 5º ano que será o foco central do nosso estudo; e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dentre os direitos tidos como fundamentais pela constituição de 1988 a educação, é a única que permite às pessoas o ganho do seu sustento com dignidade, sendo assim adquirir uma profissão com um salário melhor e possivelmente proporcionar uma ascensão profissional e social. A Educação no município de Araguaína-TO, hoje oferece a sua população em âmbito público municipal as modalidades de ensino: Creche que inclui alunos do maternal ao II período do ensino fundamental, ensino Fundamental a alunos do 1º ao 5º ano foco central do nosso estudo, e a modalidade EJA ( Educação de Jovens e Adultos), especificamente no 1º segmento.

Sendo assim a implementação da educação Inclusiva no Brasil ainda é um desafio constante, se levarmos em consideração as dificuldades em formação e estrutura, para além dos preconceitos e massiva exclusão desta população dos meios de educação formal, trabalho e cultura. A escola tem sido, há muito tempo, um dos lugares essenciais de formação de caráter e saberes.

Dentro desse contexto este artigo desenvolvido no Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal do Tocantins, junto ao núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação e Pesquisa e Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas- NEPED, busca a realização de um estudo centrado na percepção da atuação do assistente social em relação ao processo de educação inclusiva e ao enfrentamento das desigualdades sociais.

Os objetivos específicos deste trabalho concentram-se em: discutir a educação inclusiva e o papel desenvolvido pelos Assistentes Sociais na educação; demonstrar como a escola tem buscado combater as desigualdades; apresentar discussão teórica sobre pobreza e desigualdade e o papel do Assistente Social no processo de Educação inclusiva. E busca





esclarecer qual o papel desempenhado pelo Assistente Social na efetivação da lei da educação inclusiva.

O tema em questão é justificado devido ao trabalho desenvolvido pelos educadores e seus pares, que aqui é representado pelos Assistentes Sociais, assume neste sentido a responsabilidade sobre a educação formal dos estudantes com necessidades especiais.

É nesse contexto que os profissionais de educação e os Assistentes Sociais inseridos no âmbito da educação têm procurado promover debates e processos inclusivos. Nosso compromisso é em poucas páginas demonstrar como a parceria entre escola/comunidade pode resultar em um ambiente diverso, coerente e inclusivo. Compreendendo que uma instituição que se propõe a uma educação inclusiva se dispõe a combater pobreza e desigualdades, criando meios de acesso aos direitos dos seus estudantes.

O Assistente Social inserido na educação tem como função principal auxiliar os profissionais no combate à evasão escolar, deste modo contribuindo com a permanência das crianças na escola promovendo a educação, com ações que visem à inclusão social.

Garantindo às crianças o direito à cidadania e emancipação dos sujeitos sociais em sua formação, sendo que tanto o assistente social quanto os profissionais da escola, possam de forma direta trabalhar com a educação oportunizando as pessoas para que se tornem cidadãos conscientes e sujeitos de direitos e responsáveis pela construção de sua própria história.

O Assistente Social tem importância fundamental no espaço educacional, sendo que este se vincula com o propósito de possibilitar encaminhamentos necessários aos serviços sociais e assistenciais, contribuindo para a inclusão e permanência do direito à educação.

### **Procedimentos Metodológicos**

Nesta pesquisa foi usada a metodologia qualitativa sendo que serão utilizados discursos através do referencial teórico, relações de variações nas respostas sendo que as principais são de como ocorre a intervenção do assistente social na qualidade da educação e na busca por uma educação inclusiva com qualidade. Será utilizada nesta pesquisa a metodologia de estudo de caso, ou seja, a análise de uma escola ambiente de inclusão.

Para esse trabalho, estão sendo levantadas referenciais teóricos que servirão como pilares na realização desta pesquisa, desta forma estão sendo utilizados artigos como: DALLAGO que faz referências do papel fundamental do Assistente Social na garantia dos direitos bem como ALVES (2010) o qual fala das dificuldades encontradas pelo Assistente Social inserido na educação.





## Resultados e Discussão

A educação deve ser compreendida como uma parte importante da vida do ser humano, sendo que esta faz parte da formação da vida social dos seres humanos, haja vista que este é um dos processos mais complexos. Os cidadãos brasileiros por sua vez possuem amparo legal quando se fala em educação, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 205 aborda,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123).

Sendo a educação compreendida como um direito de todos, vale ressaltar que ao evidenciar que a educação inclusiva é apresentada pelo Ministério da Educação como uma educação especial sendo “uma modalidade que perpassa os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira e atende a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2014, p. 24).

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, Ministério da Educação, 2014, p. 24).

A educação especial em seu caráter inclusivo nos apresenta uma proposta pedagógica da escola, onde seu intuito seja a promoção do atendimento escolar, este de forma especializadas sendo complementar ou até suplementar a esses alunos que tenham alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou até superdotação. ( ORLANDINI, 2015, p.2-3)

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o ensino será ministrado com,

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar;





- VI - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - valorização da experiência extra-escolar;
- IX - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- X - consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 1996, p.1)

Para uma melhor compreensão a respeito da educação especial se deu a partir da LDB, na qual contem em sua legislação um capítulo específico sobre a educação especial na rede regular de ensino. Em seu Art. 58 apresenta a definição de educação especial como uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996,p.17).

Antes de iniciarmos uma discussão sobre educação inclusiva é necessário uma reflexão sobre os direitos humanos, chama-nos a atenção o fato de serem processos constantemente em construção, e conseqüentemente revela-se como respostas às desigualdades vividas por determinados grupos sociais, que sofrem com as violações dos direitos humanos em todas as épocas e regiões do mundo.

É importante, neste sentido, tomar conhecimento sobre o desenvolvimento histórico dos direitos humanos, fazendo-nos perceber a relação resistente entre direitos humanos e desigualdade, ou seja, os direitos humanos procuram respostas para suprir situações de desigualdades vivenciadas em uma sociedade, a qual está historicamente marcada por lutas e conflitos.

Contudo, vale ressaltar: A educação é um direito humano, e destaca-se por ser um direito muito especial, já que o indivíduo que passa por um processo educativo adequado e de qualidade pode exigir e exercer melhor todos os seus direitos. Acreditamos que a educação resulta na diminuição das desigualdades, porém, é evidente a falha do sistema educacional. Tal questão é de responsabilidade do Estado, que, ao ser omissor, gera pobreza e falta de oportunidade, comprovando a tamanha desigualdade social.

### **Considerações Finais**

Pode-se concluir que, a compreender a relevância do Assistente Social na educação, sobretudo na educação inclusiva faz necessário pensar em intervenções que venham a garantir os direitos desses alunos, no entanto englobam muitos desafios a serem enfrentados para uma





educação inclusiva de qualidade para tanto há a necessidade de ocorrerem ainda avanços em termos de recursos humanos, financeiros e na estrutura física das instituições de ensino O município de Araguaína -TO a cada dia se torna referencia na educação inclusiva, isso se dá por esforços dos gestores da educação seja na oferta de formações para os profissionais imbuídos desta tarefa, seja por se incluírem a muitos projetos promovidos pela esfera Federal que fazem parte das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência. As escolas municipais apesar de muitas ainda terem uma infraestrutura física precária, vem aos poucos se adaptando a alunos com deferências os educadores cada vez mais procuram se informar nesta temática de educação inclusiva. As salas de recursos multifuncionais estão aquém do ideal, porém graças aos esforços de inúmeros profissionais vem tendo êxito em seu proposito.

### Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 28 Ago. 2017.

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro (1996) **LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

104

ORLANDINI, Alessandra de Sousa e ORLANDINI Andressa de Sousa. **Serviço Social e Educação Inclusiva na Perspectiva da Garantia dos Direitos.** Cascavel PR – 2015.

## DISCUSSÃO DO PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO ESCOLAR: ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS –TO

**Marcilene Montelo Miranda**

**Edisselma dos Santos Alecrim**

Resumo: Este artigo busca discutir o papel do estado no contexto escolar, tendo como enfoque o município de Dois Irmãos do Tocantins – TO. A pesquisa apresenta um levantamento histórico de como a política de educação foi se estruturando no Brasil para, a partir disso, tratar o ambiente local. A pesquisa identificou que a o direito à educação foi adquirido por meio de lutas da população brasileira, e que sua priorização depende de vontade política. Identificou-se, ainda, que o município de Dois Irmãos do Tocantins não possui política de educação eficaz que garanta a permanência dos alunos na escola além do Programa Bolsa Família.

Palavras-chaves: Estado; Educação; Dois Irmãos do Tocantins.

### Introdução







A partir de um levantamento bibliográfico sobre a história do direito à Educação vem sendo adquirido no Brasil, busca-se debater sobre como a política de educação vem sendo desenvolvida em Dois Irmãos do Tocantins – TO. Com isso, levanta-se a discussão do papel do estado no contexto escolar, tendo como enfoque o município de Dois Irmãos do Tocantins – TO, o qual possui mais da metade de seus alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). A escolha do tema a ser explorado apresenta-se com relevância social frente às demandas educacionais, como um norteador para desenvolvimento de ações que correspondem às necessidades reais dos processos pedagógicos e educacionais, visto que faz relevante pensar como a política de educação é gestada e, principalmente, efetivada, considerando-se a realidade do município pesquisado.

O estudo apontou que, embora o direito à educação seja garantido no Município de Dois Irmãos do Tocantins – TO, ainda não temos políticas educacionais efetivas que garantam a permanência dos estudantes nas escolas. Temos um cenário em que mais de 50% da população estudantil é constituída por pobres, considerando-se os dados do PBF, no entanto, não foram identificados projetos que busquem reverter tal situação, além da participação no PBF.

Esse é um dado importante, que requer atenção do estado enquanto responsável em garantia à criança, ao adolescente e ao jovem o “direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990), conforme preconizados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e Estatuto da Juventude.

Os procedimentos metodológicos adotados ao longo da elaboração deste trabalho constituíram-se de uma revisão histórico-bibliográfica acerca da política de educação brasileira, utilizando-se referências bibliográficas que abordam o tema, tanto por meio impresso, quanto por consulta on-line. Além disso, os Planos Nacional, Estadual (Tocantins) e Municipal (Dois Irmãos do Tocantins) de Educação foram consultados para melhor embasamento desta pesquisa. Esta pesquisa utilizou ainda os dados do sistema presença que acompanha a frequência escolar de crianças e adolescentes entre 6 (seis) e 17 (dezesete) anos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei que orienta os estados e municípios a traçar diretrizes e metas para a educação no Brasil por um período de 10 (dez) anos. O atual PNE possui vigência de 2014 a 2024 . O Plano Estadual de Educação (PEE/TO) – 2015 a





2025 foi instituído pela Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015 . Já o Plano Municipal de Educação de Dois Irmãos foi instituído pela Lei nº 473/2015, de 18 de junho de 2015 – 2015 a 2025.

### **Educação enquanto direito adquirido – histórico**

A educação é um direito básico e deve ser assegurado da infância à juventude. Seus registros no Brasil são identificados a partir da tentativa de catequização dos nativos por meio de missionários da Companhia de Jesus no intuito de adquirir fiéis ao catolicismo. Mais tarde, era voltada para homens de classe dominante e primogênitos. A partir do século XIX, com a ascensão da burguesia, essa classe passou a reivindicar o direito à educação. Segundo o ECA,

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. BRASIL, Lei Federal nº 8.069/1990).

Considerando a estrutura político-administrativa adotada no Brasil em que o estado: federado é composto pelo poder central (união), poderes políticos regionais (Estados) e poderes políticos locais (municípios), neste estudo, entendemos a distribuição de competências entre os entes federados a partir da compreensão de Falleti (2006), a qual é feita “por mecanismos de descentralização via políticas públicas que transfere responsabilidade, recurso ou autoridade do nível mais elevado de governo para os inferiores”.

106

Assim sendo, esta pesquisa considera que as esferas federal, estadual e municipal devem atuar em conjunto para implementação de políticas educacionais que visem o desenvolvimento cognitivo e, também, socioeconômico dos alunos de forma a superar a dependência da transferência de renda por meio de programas sociais. Logo, o PBF não deve ser, nos municípios, a única política que atenda essa finalidade.

Ao abordar sobre o papel da educação, Durkheim, (2011, p. 62) destaca que ela “desempenha acima de tudo uma função coletiva e tem como objetivo adaptar a criança ao meio social no qual ela está destinada a viver”. Nesta perspectiva, faz-se importante refletirmos sobre seu processo de estruturação ao longo dos anos como forma de melhor compreender sua história, para, a partir disso, discutir a interação educativa no contexto escolar, conforme trataremos a seguir.

A educação brasileira passou por diversas reformas, reformulando principalmente o ensino médio e superior. No período da Primeira República, também conhecido como





República Velha ou República dos Coronéis (1889 – 1930) as principais reformas foram: 1) Reforma Benjamin Constant (1890); Código Epiácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925)

O século XIX passou a apresentar uma estratificação social mais complexa que a do período colonial. A pequena burguesia, classe emergente, desempenhou papel relevante, afirmando-se como classe reivindicadora e, assim, agiu sobre a educação escolarizada na busca de frequentar a escola da mesma forma que a aristocracia.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, o sistema universitário foi “organizado”, e, em seguida, o ensino secundário passa por reformas, que não atenderam integralmente os anseios da sociedade. Com isso, a Constituição de 1934 dedica um capítulo à Educação, atribuindo à União, a competência de traçar as diretrizes educacionais do país, criando-se os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, e estabelecendo verbas mínimas a serem aplicadas para o ensino, a partir disso, a Educação passa a ser entendida como direito de todos. Nesse contexto histórico, surge um movimento de cunho pedagógico, o Escola Nova que, no Brasil, defende o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório. Segundo Leite (2015, p. 70), o Escola Nova “foi um documento assinado por diversos (as) intelectuais brasileiros (as) na década de 1930 que propunha mudanças na educação nacional, de maneira que ela pudesse se diferenciar do modelo religioso até então vigente”.

107

No entanto, é a partir de 1946, com Clemente Mariani à frente do Ministério da Educação, que se verifica a sinalização para uma reforma mais efetiva na educação. Em sua gestão, propõe-se a constituição de uma comissão de educadores com o objetivo de elaborar um projeto para uma reforma geral na Educação do país, a qual foi presidida por Lourenço Filho. O projeto foi proposto em 1948, entretanto, somente em 1961 tornou-se lei, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Após isso, a LDB teve novas versões, em 1971 como lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que tinha como principal preocupação a profissionalização, e em 1996 com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que encontra-se em vigência.

A Educação brasileira é marcada por um histórico de lutas para que o direito do acesso ao ensino fosse garantido a toda a população. Entre as décadas de 1960 a 1980 temos uma intensificação dos movimentos sociais no sentido de reivindicar a priorização de políticas de educação em todo o âmbito nacional, em que a classe operária passa a exigir ensino elementar





e médio a seus filhos para um melhor preparo ao mercado de trabalho. Esse período também é marcado por repressões militares. Foram estabelecidas leis para reprimir as manifestações populares, com destaque para o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 (AI-5), e o Decreto-lei 477/69, que proibia o corpo docente de se manifestarem politicamente, podendo ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

A partir da década de 1980 o ensino passou a ter uma proposta mais humana, voltada para a cidadania. “Essa década engloba o período compreendido pelas reformas da educação nacional, pautadas pela pedagogia do capital humano (concepção produtivista de educação), até a aprovação e implementação da nova LDB”. (LOMBARDI, 2008, p. 207).

A chegada do governo Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) ao poder não apresentou destaque para as políticas educacionais. Com uma gestão conservadora, a ascensão das políticas de educação passou a ser reguladas, sofrendo reajustes e privatizações. Collor renunciou ao mandato em 29 de dezembro de 1992 poucas horas antes de ser condenado pelo senado por crime de responsabilidade, sendo substituído por seu vice Itamar Franco para integralização do mandato.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) foi marcado por um processo de estagnação das universidades, com a desvalorização profissional e diminuição do papel do estado na educação. Por outro lado, “uma das principais medidas educacionais de seu governo foi desencadear o processo de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), prevista na Constituição Brasileira de 1988”. (BITTAR & BITTAR, 2012, p. 164).

Com a implementação da LDB a partir de 1996, algumas mudanças foram priorizadas, como adequação dos profissionais da educação básica e a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola). Nesse mesmo ano também foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), substituído após 10 anos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, que beneficia a educação básica, da creche ao ensino médio com recursos federais.

A história da educação demonstra que ela foi um direito conquistado a custo de uma luta que se intensifica até os dias de hoje. Na história recente da educação, com os governos progressistas Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 – 2016)





tivemos uma maior atenção às políticas de educação, com investimentos na educação infantil, expansão das universidades e mais abertura para a diversidade. Dentre os principais programas propostos nos governos Lula e Dilma, destacam-se

[...] o sistema de cotas nas universidades, a reforma universitária, o Programa Universidade para Todos (ProUni), Universidade em Ação, Escola Aberta, Escola de Fábrica (ensino médio) e Brasil Alfabetizado, bem como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), que compõe parte da polícia pública governamental. (BITTAR & BITTAR, 2012, p. 166).

Entretanto, o cenário atual, com o governo de Michel Temer tem demonstrado uma falta de priorização para as políticas educacionais, com cortes orçamentários e desvalorização profissional dos profissionais de educação.

Segundo Durkheim (2011, p. 63) “é preciso que a educação estabeleça a uma comunhão de ideias e sentimentos suficiente entre os cidadãos, comunhão sem a qual qualquer sociedade é impossível; a educação não pode ficar totalmente a mercê das arbitrariedades individuais”. No entanto, não temos visto a priorização do ensino por nossos governantes.

Por outro lado, o Programa Bolsa Família, criado por meio do decreto n.º 5.209 de 17 de setembro de 2004 apresenta-se como importante política de incentivo às crianças e jovens a frequentar a escola. O PBF consiste na “unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal e do Cadastro Único do Governo Federal”. (BRASIL, 2004).

Embora não se apresente com uma política específica de educação, condicionar o benefício à frequência escolar é um importante mecanismo que garante a permanência dos estudantes na escola, elevando a taxa de frequência escolar. No entanto, somente o benefício do bolsa família não pode ser compreendido como suficiente para melhorar os índices da educação, tampouco tem conseguido garantir a redução das desigualdades sociais no Brasil. Essa é uma questão mais complexa, que requer uma maior mobilização dos entes federados em todas as esferas (nacional, estadual e municipal).

Dentre os Objetivos do Milênio (ODM), que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo – metas para serem atingidas por todos os países até 2015 – Erradicar a extrema pobreza e a fome é uma meta a ser atingida, entretanto, essa não tem sido a realidade vivenciada pelos brasileiros . Entre 2004 e 2014 tivemos um avanço em que dezenas de milhões de brasileiros saíram do mapa da pobreza, no entanto, houve retrocessos logo em





seguida. O Banco Mundial calcula que cerca de 28,6 milhões de brasileiros saíram da pobreza entre 2004 e 2014, mas a entidade também avalia que, em 2016, entre 2,5 milhões e 3,6 milhões de pessoas voltaram a viver abaixo do nível de pobreza .

Quando nos voltamos para a cidade de Dois Irmãos do Tocantins – TO, objeto de estudo desta pesquisa, temos uma melhor compreensão da contextualização e realidade de como a política de educação chega à ponta, esse detalhamento será feito por meio da contextualização a seguir.

### **Dois Irmãos do Tocantins – contextualização da organização do ensino**

O município de Dois Irmãos do Tocantins encontra-se localizado no Vale do Araguaia, sua origem é resultado da descoberta de garimpos de cristal de rocha. Um dos seus primeiros habitantes foi Pedro Montelo, que, em 1925, possuía uma fazenda no local denominado "Dois Irmãos", nome dado em função da existência de dois morros paralelos que dominavam a paisagem local. No período compreendido entre outubro de 1942 e agosto de 1943.

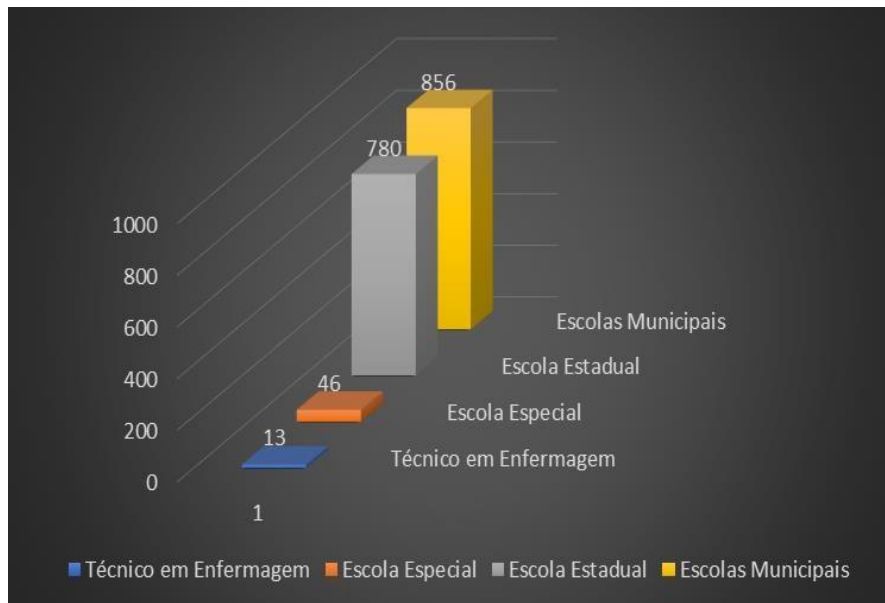
O município de Dois Irmãos do Tocantins viveu a sua época áurea com a consolidação do povoado construída por pessoas oriundas de Santa Maria do Araguaia (atualmente Araguacema), Pedro Afonso e Bela Vista, além de paraenses e maranhenses. O povoado foi elevado à categoria de Distrito, sob a denominação de Dois Irmãos, por meio da Lei Municipal nº 58, de 10 de abril de 1956. Sete anos mais tarde a Lei do Estado de Goiás nº 4.550, de 4 de setembro de 1963, elevou Dois Irmãos à categoria de Município, instalado em 1º de janeiro de 1964. Os aspectos demográficos em relação à população de Dois Irmãos do Tocantins – TO, de acordo os dados do IBGE/2010 temos 2.777 habitantes de população urbana, 4.384 habitantes população rural, totalizando de 7.161 habitantes. As principais fontes de renda são: agricultura, pecuária e serviços públicos.

O município de Dois Irmãos do Tocantins conta com nove (9) unidades de ensino: uma (1) estadual, com 780 alunos, e ensino Técnico em Enfermagem, com 13 alunos; uma (1) Escola Especial (APAE), com 46 alunos; e sete (7) escolas municipais, com 856 alunos, sendo: cinco (5) no campo e duas (2) urbana, conforme gráfico 1.





**Gráfico 1.** Quantitativo de estudantes no município de Dois Irmãos do Tocantins – TO



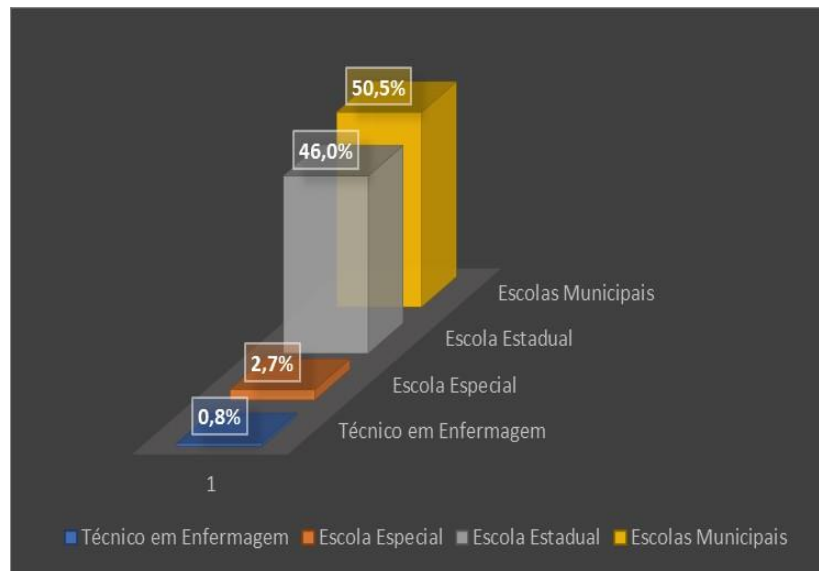
Fonte: elaboração própria, com base nas informações do Plano Municipal de Educação do município de Dois Irmãos do Tocantins.

Quando convertemos esses dados em porcentagem, temos a situação em que 50,5% dos estudantes são provenientes de públicas municipais, 46,0% são estudantes da rede estadual, 2,7% são estudantes da Escola Especial (APAE) e 0,8% são estudantes do curso técnico em enfermagem, que tem aulas ministradas na escola estadual do município. Destaca-se que há um equilíbrio no quantitativo de alunos da rede estadual e municipal, conforme veremos no gráfico 2.

111

**Gráfico 2.** Quantitativo de estudantes no município de Dois Irmãos do Tocantins – TO em % (porcentagem)





Fonte: elaboração própria, com base nas informações do Plano Municipal de Educação do município de Dois Irmãos do Tocantins.

A Secretaria de Educação garante a disponibilidade de vagas em todas as etapas e modalidades da educação básica para atender a toda sua população em idade escolar. Segue as orientações do Guia de matrículas da Secretaria de Educação, Juventudes e Esporte do Estado do Tocantins – SEDUC, que define quantidade de alunos por turma, conforme etapa, segmento e modalidade. As escolas do campo funcionam com turmas multisseriadas, dispõem de profissionais em quantidade suficiente à realização das atividades previstas para a jornada escolar, no entanto, há carência de professores habilitados para atuar nos anos iniciais e finais do ensino fundamental nas escolas do campo. O município não tem Conselho Municipal de Educação, nem sistema de ensino, segue o do estado.

No que se refere ao transporte, identificou-se que o município fornece regularmente o transporte escolar para os estudantes da rede pública. Devido a extensão territorial, as rotas são longas e de difícil acesso, alguns trafegam com superlotação. Muitos veículos em mau estado de conservação, sem conforto e quebram constantemente. Para atender essa demanda há necessidade de apoio dos Entes Federados (Estado e União) para aquisição de novos veículos e ampliação da frota escolar, que é de fundamental importância para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, pois todos os alunos da rede pública residentes no campo, independente da esfera, utilizam o transporte escolar.

Em se tratando de infraestrutura, dentre as 7 (sete) unidades de ensino de ensino do município, somente 1 (uma) unidade de educação infantil (Proinfância Tipo B - FNDE), na







área urbana, inaugurada em 15 de maio de 2015, possui prédio com infraestrutura física apropriada, salas de atividades e demais instalações em quantidade suficiente e compatíveis com a faixa etária dos usuários, tem parquinho, dispõe de mobiliário e equipamentos em quantidade suficiente, possui computadores com acesso à *internet*. As demais escolas não possuem prédios com infraestrutura física apropriada e não apresentam condições adequadas de segurança, as salas de atividade e as demais instalações não são suficientes. Há necessidade de novos prédios escolares e/ou reforma e/ou ampliação dos existentes para atendimento à demanda.

Chama-nos a atenção que as escolas municipais não possuem bibliotecas, a maioria possui cantinhos de leituras dentro das salas de aula. As escolas não dispõem de mobiliário e equipamentos em quantidade suficiente e espaços adequados, não atendem aos requisitos de conforto, segurança e acessibilidade, conforme a idade e a modalidade de ensino. Há necessidade de aquisição de novos mobiliários, equipamentos e adequação dos espaços existentes. Há disponibilidade de *internet* em 3 (três) escolas, porém os computadores são insuficientes para atender professores e alunos. Há necessidade de aquisição de mais equipamentos e melhoria no sinal de transmissão.

Tanto a escola do estado quanto a escola especial (APAE), necessitam de adequação e/ou reforma nos prédios existentes; possuem acesso à *internet*, porém os computadores são insuficientes para atender professores e alunos. Possuem bibliotecas em condições regulares. Possuem laboratórios de informática, mas a maioria dos computadores não funciona.

Quando nos voltamos ao acompanhamento dos dados sobre o PBF, a pesquisa identificou que há controle e registro da frequência escolar dos educandos beneficiários do Programa Bolsa Família, orientado e institucionalizado pela secretaria de educação. São observadas as regras do PBF sobre o descumprimento da frequência escolar mensal mínima e a tabela dos motivos de baixa frequência do Sistema MEC de acompanhamento da condicionalidade em educação do PBF.

A discussão pedagógica acontece em cada período bimestral de coleta, ocasião em que a frequência é informada com relatórios que identificam os motivos de baixa frequência. Os procedimentos são regulares e há necessidade de melhorar a interação entre a escola, a família e a rede de proteção social do município. Não foi identificado no plano estadual, nem no plano municipal, projetos de enfrentamento à pobreza, tampouco ações que



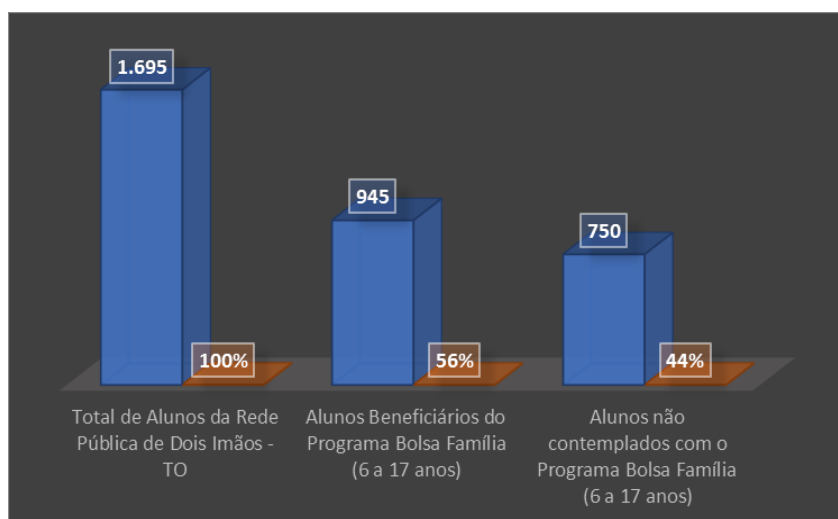


provoquem a discussão da temática nessas escolas além do PBF.

Há 760 alunos de 6 a 15 anos e 185 alunos de 16 e 17 anos, no total de 945 alunos são de famílias beneficiárias do programa bolsa família<sup>513</sup>, com idade entre 6 e 17 anos, conforme gráfico 3 a seguir. O recorte de 6 a 17 anos foi feito devido o acompanhamento da frequência escolar acontecer para essa faixa etária, logo, é possível haver um maior percentual de alunos que sejam beneficiários pelo PBF.

Embora a gestão tenha conhecimento desse quantitativo elevado de estudantes beneficiários pelo PBF, não há preocupação por parte da gestão em pensar estratégias de enfrentamento à pobreza e manutenção do aluno com dignidade na escola, pois a maioria permanece para manter o benefício da família e não por entender que a escola é um local público de direito e de exercício da cidadania.

**Gráfico 3.** Quantitativo de estudantes beneficiários do PBF em Dois Irmãos do Tocantins – TO



Fonte: elaboração própria, com base nas informações do Plano Municipal de Educação do município de Dois Irmãos do Tocantins.

Ao analisar o Plano Municipal de Educação (PME) de Dois Irmãos do Tocantins, nota-se que a menção à palavra “pobre” é feita uma única vez, entretanto, sua menção não se apresenta diretamente no sentido de superação da pobreza, apenas com intuito de atingir o mínimo de 12 anos de escolaridade para os empobrecidos e pretos, conforme podemos verificar na Meta 8, a seguir. Nesse sentido, a expectativa é igualar os anos de estudos dos

<sup>5</sup> Para mais informações, consultar: <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/aluno/manterAluno.php>  
<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/aluno/manterAlunoMaior16Anos.php> Acesso em 20/nov/2017.





estudantes, o que não deixa de ser positivo, entretanto, para essa população, apenas igualar os anos de estudos aos demais não é suficiente, há que se pensar em ações mais efetivas de empoderamento social:

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste PME, para as populações do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS, p. 16).

Ao analisar o PEE do Tocantins, esta pesquisa não identificou nenhuma menção às palavras pobre/pobreza/empobrecido (a), o que causa estranheza, pois, a meta 8 que consta no PME de Dois Irmãos do Tocantins encontra-se no PNE, logo, o termo “pobre” foi retirado do Plano Estadual do Tocantins. A invisibilização da pobreza não significa a ausência de sua existência, tampouco encerra as ocorrências de desigualdade. É importante a tomada de consciência do estado de seu papel enquanto articulador de políticas. Logo, pautar a pobreza faz-se fundamental para que a discussão adentre as salas de aulas e o enfrentamento à pobreza comece a ser discutido.

Quando nos voltamos ao PNE, além da meta 8, ele também traz, na meta 6, a estratégia 6.2, a qual busca “instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social”. (BRASIL, 2014).

Pensar em locais adequados para receber os alunos é uma importante estratégia para que eles possam melhor se desenvolver. Em algumas comunidades, onde a pobreza é vivenciada pelos alunos, ter acesso a uma escola em tempo integral significa a garantia de pelo menos três refeições diárias. Nessa perspectiva, a pobreza não deve ser ignorada pelo poder público.

Ao discorrer sobre a emancipação e cidadania dos jovens, Castro (2014, p. 33), pondera que “vivemos em um clima generalizado de medo, criminalização dos pobres, apoio estimulado pela mídia, a medidas punitivas rígidas, como a da maioridade penal e o enquadramento de jovens codificados como “vândalos”.

Neste sentido, muitas políticas públicas direcionadas à população pobre ainda vêm sendo no intuito de manter o controle social, como forma de evitar o contato com a





criminalidade, e a preocupação com um ensino digno para esse público ainda fica em segundo plano, pensar no lazer para esse grupo soa como uma transgressão às normas. Nesse contexto, muitas crianças e jovens acabam sacrificando sua infância e tempo, que deveria se dedicar ao lazer, para ajudar os pais nas tarefas domésticas, às vezes assumindo a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais jovens, e, também trabalhar para garantir o próprio sustento.

Segundo Martins e Souza, (2007, p. 118), “são os diferentes modos de estar no universo social e possíveis recortes analíticos – como, por exemplo, a raça, classe social e a região de moradia – que apontam os limites de acesso ao lazer”. Nessa mesma perspectiva, Arroyo (2014, p. 38) destaca que

[...] a maioria das crianças e adolescentes pobres são obrigadas a alguma forma de trabalho para sobreviver, para ajudar a família. No caso das meninas, muitas vezes a jornada de trabalho é dupla, tanto saem para trabalhar como realizam os afazeres em casa. É preciso observar se essa realidade de trabalho de crianças e adolescentes pobres tem estado presente ou ausente nos currículos, nos conhecimentos recebidos por eles (as) nas escolas.

É importante lembrar que a pobreza existe, é uma realidade do nosso país, a desigualdade social permanece alarmante e muitos brasileiros ainda estão em condições de pobreza e pobreza extrema, condenados a vidas em situação crítica de subsistência: sem moradia digna, água, comida, trabalho. De acordo com Pinzani e Rego (2014, p. 21), “[...] pobres são geralmente indivíduos sem educação formal e sem formação profissional, obrigados, por isso, a exercerem atividades pesadas, mal remuneradas e não qualificadas”.

Diante disso, a escola não pode desconsiderar a origem de seus alunos. Cabe à escola oferecer condições de acolhimento a eles, considerando-se o contexto que os envolve e oferecer condições de aprendizagem que possibilitem o reconhecimento da condição em que se encontram para, a partir disso, buscar mecanismos de rompimento com o ciclo de pobreza e desigualdade que os envolvem.

É necessário que os currículos dialoguem com a pobreza. Arroyo (2014) destaca que currículos bem articulados:

[...] consideram as diferenças regionais, culturais, econômicas e políticas existentes e reconhecem os coletivos empobrecidos como portadores de vivências e de questionamentos que refletem a própria realidade. avaliam todos(as) os(as) alunos(as), valorizando, também, os “outros” saberes trazidos; dão centralidade aos corpos, reconhecendo-os como o eixo das vivências e dos saberes de alunos e alunas e estimulam o questionamento crítico a respeito da realidade social, abrem espaço para a reflexão sobre os problemas sociais, entre eles a existência e a persistência da pobreza. (ARROYO, 2014, p. 22).





É importante ressaltar que no período escolar as crianças e jovens devem ter acesso às mais diversas possibilidades de aprendizagem e assumir papéis que ainda não são de sua responsabilidade, tais com: trabalhar para ajudar no sustento familiar ou assumir a responsabilidade de cuidar de seus irmãos mais novos poderá vir a prejudicar a aprendizagem, a qual requer tempo e dedicação. Nesse sentido, faz-se importante que a escola esteja atenta a esse tipo de situação no sentido de melhor acolher alunos pobres, assim como discutir a temática e buscar mecanismos que garantam o direito de aprendizagem deles.

Uma escola que não busca garantir o acesso e permanência de seus estudantes poderá contribuir para sua exclusão do processo de ensino-aprendizagem. Considerando que a exclusão econômica poderá resultar em exclusão social e política, visto que muitos pobres passam a viver à margem da sociedade, com pouca capacidade de se organizarem para fazer com que suas vozes sejam ouvidas. Assim, chamamos a atenção ao fato de que a pobreza não deve ser considerada apenas na perspectiva econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda ou sua insuficiência, mas como um processo de privação de liberdades.

Corroborando com essa discussão, Amartya Sen,

[...] o desenvolvimento humano é primeira e primariamente um aliado dos pobres, mais do que dos ricos e abastados. Um país que garante a todos cuidados de saúde e educação pode conseguir resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida de toda a população. A natureza geradora de trabalho dos cuidados de saúde e da educação básica torna-os suficientemente baratos nos primórdios do desenvolvimento econômico, quando os custos laborais são baixos. (SEN, 2010, p. 39).

117

Seguindo essa linha de pensamento, Fraser (2008), desperta à reflexão sobre a justiça nos dias de hoje. Para a autora, a justiça requer tanto a redistribuição de bens e riquezas sociais, como o reconhecimento valorativo-cultural das diferenças, com vistas a promover a todos condições iguais. Fraser reforça que *superar la injusticia significa dismantelar los obstáculos institucionalizados que impiden a algunos participar a la par con otros, como socios con pleno derecho en la interacción social*. Quando trazemos essa abordagem para o Brasil e, especialmente, para o caso de Dois Irmãos do Tocantins, compreende-se a necessidade de se adotar mecanismos que visem oportunidades sociais, culturais e financeiras mais equitativas entre as classes.

É desejável que a escola seja um ambiente prazeroso tanto para os estudantes quanto para os profissionais que ali trabalham e desenvolver práticas de convívio sadio é um de seus





papéis fundamentais. A escola deve ser o lugar onde o educando possa ter acesso as todas as possibilidades para um bom desenvolvimento como profissional e cidadão.

É importante que o estado esteja atento às condições das escolas, à capacitação dos profissionais que ali trabalham, bem como do público que a frequenta. Considerando o elevado quantitativo de alunos beneficiários do PBF, o estado não deve ficar alheio a essa situação.

### Considerações Finais

O município de Dois Irmãos do Tocantins possui a maioria de seus alunos usuários do bolsa família, caracterizando-os, assim, em situação de pobreza. Observa-se que, embora o direito ao ensino venha sendo assegurado, no Município de Dois Irmãos do Tocantins – TO não há políticas além do PBF para reverter a situação de pobreza em que os estudantes se encontram. Nota-se que o estado não tem desempenhado seu papel de priorizar políticas que visem o desenvolvimento e empoderamento dos estudantes.

É importante que o estado busque formas de superar a dependência do bolsa família, uma vez que esta política não deve ser o único mecanismo de desenvolvimento social. Chamamos a atenção à falta de prioridade ao segmento juvenil, já que é atribuída a ele a responsabilidade de ser o alicerce do futuro, entretanto, os investimentos não ocorrem na mesma proporção que a cobrança feita a esse público.

Nesse sentido, buscar alternativas de combate às desigualdades por meio de políticas públicas torna-se vital para se alterar o ciclo de marginalização que se perpetua para com os pobres. Para tanto, investimentos em saúde, educação, cultura, lazer e profissionalização, por meio de programas de geração de renda, apresentam-se como alternativas importantes para o cultivo de hábitos e práticas saudáveis para o desenvolvimento dos estudantes de Dois Irmãos do Tocantins.

### Referências

ARROYO, Miguel G. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo IV – **Pobreza e Currículo**: uma Complexa Articulação. SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2014.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil**: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Revista Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 34, n.º 2, p. 157 – 168, jul. – dez., 2012.





BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8.069/1990. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm) Acesso em 20/out/2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Programa Bolsa Família. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm) Acesso em 25/out/2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em 25/out/2017.

CASTRO, M. G. **Emancipação, cidadania e juventude**: estes tempos. Rio de Janeiro: Flacso, 2014. 40 p.

DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 473, de 18 de junho de 2015, 2015.

DURKHEIM, Emile, 1858-1917. **Educação e Sociologia**. Tradução: Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FALLETI, T. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: O Brasil em perspectiva comparada. (*online*), **Sociologias**. Porto Alegre, nº 16, p. 46-85, jun/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a04n16.pdf> Acesso em 3/dez/2017.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça**. Tradução Antoni Martínez Riu, Barcelona: Heder editorial, 2008.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo III – **Escola**: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza. SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2015.

LOMBARDI, José Claudinei. **Periodização na história da educação brasileira**: aspecto polêmico e sempre provisório. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p. 200 – 209, dez/2008 -  
ISSN: 1676-2584. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art14\\_32.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art14_32.pdf) Acesso em: 1º/dez/2017.

MARTINS, C. H. D. S.; SOUZA, P. L. A. D. Lazer e Tempo dos jovens brasileiros (as) - escolaridade em gênero e perspectiva. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Unesco, 2007. 342 p.

PINZANI, Alessandro e REGO, Walquíria Leão. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo I - **Pobreza e Cidadania**. SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOCANTINS. **Plano Estadual de Educação**. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, 2015. Disponível em: [file:///F:/Downloads/lei\\_2977-2015\\_38073%20\(2\).PDF](file:///F:/Downloads/lei_2977-2015_38073%20(2).PDF) Acesso em 25/out/2017.





## A RESSIGNIFICAÇÃO DOS CURRÍCULOS E O CONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO NO PPC DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO<sup>6</sup>

Marciléia Vieira Viana

**Resumo:** Este artigo fala das vivências e das observações realizadas no Campus Colinas do Tocantins/IFTO a respeito dos sujeitos que ali adentram, carregando em seus corpos ora os matizes da pobreza ora a precarização causada pelo sistema política e o não conhecimento dos direitos humanos aos quais são submetidos. E tem como objetivo fazer levantamentos das necessidades reais dos alunos vinculados. Perceber de que forma esses alunos se enxergam em relação à pobreza. Realizar alterações nos currículos para que esses sujeitos sejam atendidos na suas necessidades reais de acordo com a realidade em que vivem. Verificar se os mesmos possuem conhecimentos dos seus direitos. Algumas conclusões a que chegamos foram que a melhor maneira de alterar a situação é trabalhar o currículo para que cada disciplina contemple em particular a vivência desses alunos, pois cada um possui uma história e, é nesse sentido que olhamos esses sujeitos, cada realidade deve ser observada como uma oportunidade de transformação não apenas daqueles sujeitos, mas da sociedade, que cria seus reflexos no imaginário social da pessoas por meio da escassez dos bens materiais que tanto castiga seus corpos e sua mente. Por isso nos propomos a analisar dentro dessa escola como acontece essa relação do olhar com os olhos não apenas de professor, mas como um profissional que angaria desejos de melhorias para a comunidade e a cidade.

**Palavras-Chave:** Pobreza; Currículo; Direitos Humanos.

### Introdução

A transformação dos currículos escolares faz-se necessária para que a pobreza seja enxergada e combatida através dos Direitos Humanos e ainda possa ser vista de modo que as vivências desses sujeitos sociais incorpore uma nova visão aos educadores no que tange a uma ressignificação da educação. Somente através da educação é que a sociedade consegue alcançar um nível de cada um a necessidade de buscar e usufruir dos direitos de que são dotados. Arroyo questiona:

Nas escolas os corpos se entendem? São entendidos ou obrigados a esquecer-se, de tão silenciados, ocultados e controlados? Que leituras fazemos de suas manifestações corpóreas tão explosivas? Como as crianças, os adolescentes e jovens com quem trabalhamos lidam com seus corpos? (2012. P. 24)

O espaço escolar é o laboratório vivo para nós educadores lançarmos um olhar crítico sobre as diversas realidades que se encontram dentro desse espaço, posto que nos afirma Schilling:

Educar desenvolvimento em todas as áreas, pois o reconhecer-se como portador de direitos já altera na consciência, ensinar, é alguém em presença de certos elementos da cultura a fim de que deles se nutra, que eles os incorpore à sua substância, que ele

<sup>6</sup> Este artigo configura-se como Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado sob orientação do professor doutorando Francisco Neto Pereira Pinto e apresentado à Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Pobreza e Desigualdade Social.







construa sua identidade intelectual e pessoal em função colocar deles.  
(2011.p.93).

### **Procedimentos metodológicos**

Para dar embasamento teórico-metodológico ao nosso trabalho que tem por finalidade problematizar e contextualizar a existência da pobreza dos alunos no Campus Colinas do Tocantins/IFTO, buscamos suporte em vários autores na intenção de retratar como se dá o processo de ensino e aprendizagem de maneira que os currículos possam abranger as diferenças sociais ali adentram em busca de adquirir conhecimento.

Encontramos em Schilling<sup>1</sup> uma maneira de nos direcionarmos na busca de uma metodologia que explique a relação entre democracia, educação e direitos humanos, em Arroyo e Silva<sup>2</sup> uma análise que nos auxilie no entendimento do processo de formação da sociedade e o estado, no sentido de que as esferas públicas não podem ignorar a presença de corpos precarizados no meio social. Encontramos ainda em Borba<sup>3</sup> uma maneira de analisarmos o cotidiano da pobreza que se constituem de sujeitos que são interrogados a todo o instante se a culpa e deles e, se não é de quem seria. Utilizamos bibliografias também de outros autores e mais precisamente utilizamos como fonte documental o PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio para verificarmos como está sendo distribuída e trabalhada as disciplinas e seus respectivos conteúdos e de que forma essa questão da pobreza e da desigualdade social está sendo abordada.

121

Notamos a existência de uma grande diversidade de classes sociais, de hábitos e costumes que engendram a realidade das nossas crianças e adolescentes, ora sentida, ora vivida por todos nós que trazemos para a nossa vida todos os questionamentos para tentar entender por que da existência da pobreza e da desigualdade vivenciada e sentida dentro da escola, mas que infelizmente, ainda é invisível.

Posto isso, neste trabalho vamos falar sobre a necessidade de transformação dos currículos escolares, focando, especificamente, o do IFTO, campus Colinas, defendendo uma mudança no sentido de dar visibilidade às diversidades sociais que ali adentram e que sejam observadas com mais rigor e, neste sentido, daremos ênfase aos estudantes pobres. Para tanto, estabelecemos como objetivos os seguintes: a) verificar através de levantamentos e catalogação de núcleos familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade para dessa forma estabelecer uma relação que permita reconhecer as dificuldades e as realidades dos alunos; b) oferecer sugestões que, se inseridas no currículo, possam contribuir para amenizar





a situação de pobreza, por se tratar de políticas afirmativas que garantam não apenas sua permanência da instituição, mas amenizem suas dores e sofrimento e os orientem a ver as realidades sociais de outro ângulo, posto que, do nosso ponto de vista, ainda se faz necessário que haja adaptações dos educadores para trabalhar a questão da pobreza que é tão latente nessa realidade.

### **Resultados e Discussão**

O resultado proposto por mim para a alteração no currículo do ensino médio do Campus Colinas do Tocantins foi analisado pela gerência de ensino e será repensado daqui a dois anos quando o projeto do curso deverá ser alterado. Acreditamos que essas alterações devam ser positivas no sentido de que a pobreza deva ser tratada como uma anomalia social, verificada através dos estudantes que adentram a instituição. O currículo vigente na sua totalidade apresenta aspectos que demonstra uma pequena parcela de preocupação com a condição de pobreza desses sujeitos. Pequena porque se resume em analisar não o histórico dos alunos apenas com suas presenças, mas apenas enquanto estão ali dentro do espaço escolar, e também existindo o intuito de atender demandas econômicas no município, ou seja, mão de obra para o mercado de trabalho, esquecendo que tais sujeitos trazem em seus corpos as marcas de suas vivências e principalmente explicitando através de seus comportamentos a dura realidade em que vivem. Dessa forma, compreendemos que é possível abordar nos currículos ferramentas que aproximarão mais esses sujeitos dos professores e dos educadores envolvidos no processo educacional.

122

### **Conclusão**

A escola é um local onde se constrói ideias e ideologias engendradas na capacidade de raciocínio dos estudantes, portanto, ensinar e educar significa formar conscientemente valores e costumes. Segundo Borba<sup>3</sup>:

Pobres e pobreza constituem-se sujeitos e processos a serem interrogados, numa direção contrária às investigações cuja regra geral é escrever, informar ou denunciar as faces do seu infortúnio. (2010. pg.20)

Baseados nisso enfrentamos no campus Colinas/IFTO uma problemática que é o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais e, apontamos como propostas alterações nos currículos, servindo de aporte para o ensino e aprendizagem e uma percepção





mais clara para reconhecer a condição da pobreza, ou seja, a situação em que se encontram os nossos alunos.

Já afirmamos que a pobreza é uma anomalia social causada pela má distribuição da renda e má administração dos governantes. Isso significa que os pobres em suas condições de miserabilidade necessitam enxergar-se como fio condutores de uma sociedade, que por mais que estejam em condições precárias gera recursos, especialmente para as escolas, pois várias famílias tem seus filhos matriculados em escolas e essas recebem as verbas de acordo com a quantidade de alunos vinculados.

### Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez; Silva, Maurício Roberto da (organizadores). **Corpos – Infância: exercícios tensos de ser criança: por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, resistência e criação: personagens no encanto da arte com a vida**. São Paulo, Cortez, 2010.

SCHILLING, Flávia, (org.); BENEVIDES, Maria Victória. **Direitos Humanos e educação: outras palavras, outras práticas**. 2ª. Edição. São Paulo, Cortez, 2011.

LEÃO, Rego. Walquíria & Pinzani, Alessandro: **Pobreza e Cidadania**, 1ª Ed. Ministério da Educação, Secadi, 2016.

123

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O DESEMPENHO ESCOLAR E A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA – PALMAS-TO

Márcio Ferreira de Oliveira  
Maria de Lourdes L. Macedo

**Resumo:** O presente artigo teve por finalidade analisar a relação entre a condicionalidade da frequência obrigatória, o desempenho escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, matriculados na Escola Municipal Aurélio Buarque de Holanda em Palmas - TO, e o exercício do programa na superação da situação de vulnerabilidade. A escola foi escolhida para a realização das investigações que embasaram este trabalho, por sua localização geográfica e por possuir um público com perfil e situação econômica de baixa renda e viverem em situação de vulnerabilidades sociais, o que os encaixou dentro das exigências da pesquisa. Outro ponto verificado, é o de como a escola procede com seus alunos beneficiários ou não beneficiários, quais metodologias são usadas, uma vez que os índices registrados pela escola e avaliações externas se mostram de forma satisfatória, estando acima da média estabelecida pelo governo federal. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com Professores, Coordenadores pedagógicos (um trabalha no turno matutino e outro no vespertino), Orientador Educacional, Secretário e Diretor Escolar. Estas entrevistas buscam constatar a importância de trabalhar com uma política educacional de qualidade e o exercício desta na superação da situação de vulnerabilidade.

**Palavras chaves:** Programa Bolsa Família. Educação. Condicionalidade. Benefício. Vulnerabilidade Social.





## Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é maior programa de assistência social no Brasil, que beneficia famílias em condições de pobreza e pobreza extrema. O Programa foi instituído pela Medida Provisória nº 132/2003, transformada na Lei nº 10.836/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209/2004, para sua criação foi unificado os programas Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio-Gás e do Cadastramento Único do Governo Federal.

O PBF possui três eixos principais, **Complemento da renda**, o **Acesso a direitos**, neste as famílias devem cumprir algumas condicionalidades, que objetivam reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, e **Articulação com outras ações, garante a possibilidade de integração e articulação do PBF**. Como foco deste trabalho, destaca-se uma atenção especial à condicionalidade do segundo eixo, a de que para recebimento do benefício, a família deve cumprir a matrícula e permanência das crianças e adolescentes na escola, ou seja, os filhos entre 06 e 17 anos devem ter frequência de no mínimo 85% para que não percam o benefício da bolsa, objetivando proporcionar ao estudante a inserção ao mercado de trabalho, e ainda, reduzir os níveis de evasão escolar, bem como, o exercício na superação da situação de vulnerabilidade das famílias beneficiárias.

124

Diante do exposto, despertou-se o interesse no estudo de como a escola Escola Municipal Aurélio Buarque de Holanda procede com seus alunos beneficiários, quais metodologias são usadas para melhoria na aprendizagem, que abordagens são feitas com pais e alunos. Nesse sentido o estudo discute como esse trabalho junto ao Programa Bolsa Família influência no desempenho escolar dos alunos tal como tem influenciado no desenvolvimento das famílias na superação da situação de vulnerabilidade.

## Procedimentos Metodológicos

O presente artigo analisou a relação entre a condicionalidade da frequência escolar obrigatória e o desempenho escolar dos alunos beneficiários da Escola Municipal Aurélio Buarque de Holanda em Palmas - TO, objetivando discutir e dimensionar o impacto que a contrapartida exerce no aprendizado dos discentes e o exercício desse na superação da situação de vulnerabilidade. A coleta de dados ocorreu no mês de outubro de 2017 envolvendo membros da comunidade escolar (diretora e secretário escolar, dois coordenadores pedagógicos, uma orientadora pedagógica e três professores, de Língua Portuguesa, Matemática e História).





A entrevista foi estruturada com questões que visavam levantar quantidades de alunos beneficiários, índices de frequência, participação e compromisso das famílias na vida escolar do estudante, ações que a escola desenvolve para estes alunos e metodologias aplicadas pelos professores. Também se utilizou de pesquisa bibliográfica em sites governamentais regulamentadores do programa, busca em acervo bibliográfico autores que abordam o Programa Bolsa Família como instrumento de superação da situação de vulnerabilidade das famílias e de alunos bolsistas. E por fim fez-se uma análise da base dos dados do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), das atas de resultados finais entre os anos de 2016, das atas de conselho de classe dos 03 primeiros bimestres do ano letivo de 2017 e os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB /Prova Brasil). Desse modo, a metodologia utilizada para este artigo é caracterizada como qualitativa com objetivos exploratórios, uma vez que, ela tem o propósito de buscar os significados presentes nas relações sociais e por assimilar o contexto em que o sujeito da pesquisa está inserido e os conceitos que este atribui as suas relações com o meio e com os outros.

### **Resultados e Discussão**

125

A escola escolhida para a realização das investigações que embasam este trabalho, chama a atenção por sua localização e por possuir um corpo discente com perfil compatível com a intenção da pesquisa, uma vez que, que suas famílias se enquadram em situação econômico baixa e vivem em situação de vulnerabilidades sociais, o que os encaixa dentro das exigências do PBF. Outro ponto determinante para a escolha foram os números da escola, registrados em atas de resultados finais, bem como os índices do IDEB e SAEB /Prova Brasil, estes últimos se mostram de forma satisfatória, estando acima da média estabelecida pelo governo federal, o que nos remetem um trabalho realizado pela escola, provendo uma educação de qualidade e que possibilita ao aluno sair da situação de vulnerabilidade.

As entrevistas foram elaboradas com roteiros semiestruturados e aplicadas a membros da comunidade escolar escolhidos por suas participações diretas e indiretas no cotidiano e acompanhamento das condicionalidades de educação dos alunos beneficiários do PBF. Durante as entrevistas, todos os interrogados se posicionaram a favor do PBF na escola. Creem que a obrigatoriedade da frequência escolar, além de reduzir a evasão escolar, pode favorecer aos projetos educacionais que visem a qualidade do ensino, também afirmam, que é essencial a participação da família no processo.





A Diretora escolar relata que “a relação entre a escola e a comunidade ficou mais fortalecida, com um maior comprometimento dos pais para com seus filhos, participando mais das ações que a escola promove.” Os documentos escolares são elaborados com a participação de todos colaboradores da Unidade Escolar, Conselho escolar, Associações Comunitárias, pais e alunos. Além das reuniões de pais e mestres, a escola realiza parcerias com outros setores do serviço público, o Programa Saúde na Família (com atendimentos oftalmológicos e odontológicos), estudantes de Medicina da Universidade Federal do Tocantins – UFT, com ações preventivas, palestras, tudo com o objetivo aproximar os familiares ainda mais da escola, no entanto, nem todos comparecem. Durante as reuniões periódicas são realizadas conversas de conscientização com os pais, de alunos beneficiários, sobre o programa e a importância de cumprir com as condicionalidades para que não seja cortado os benefícios. Contudo, “o número efetivo de familiares que participam das reuniões, ações e da vida escolar do filho ainda é baixo, mesmo com o risco de perder o benefício”, de acordo com a Coordenadora Pedagógica.

A escola não realiza um acompanhamento quanto ao desempenho escolar específico para os alunos beneficiários, os alunos que estão com baixo rendimento, são encaminhados para o Programa Novo Mais Educação do Governo Federal. Mesmo com o índice de acompanhamento da família não seja o adequado, a taxa de evasão é de 1% para os ensinos fundamentais regulares e 5% na EJA. Esses percentuais mostram os efeitos da obrigatoriedade da frequência escolar condicionada ao recebimento do benefício do Bolsa Família, um índice quase zerado de evasão, motivado pelo medo do não recebimento do recurso, relata o Secretário Escolar.

Ao questionar sobre os benefícios que o PBF trouxe à escola, os entrevistados foram quase unânimes em dizer que sim, pois, além de diminuir o índice de evasão, contribuiu para a redução da reprovação, com o benefício os alunos se tornam mais motivados a aprender e evoluir, já que passam a estar em igualdade aos não beneficiários, “o dinheiro que recebem serve para colocar alimento em casa, comprar roupa e material escolar”, conforme a Diretora Escolar.

Durante a entrevista com o Secretário escolar, com a abordagem frequência escolar dos alunos beneficiário, destaca-se os índices da escola que ultrapassam os 85% exigidos pelo PBF, esses números veem desde o ano letivo de 2016 e perduram no ano corrente registrados nos três primeiros bimestres. O que comprova que a exigência do cumprimento da frequência





mínima que o PBF propõe surte efeitos na presença do aluno na escola, ou seja, ele tem ido à escola.

Por isso tudo, a educação, enquanto contrapartida, do PBF, tem seus efeitos positivos circunscritos no aumento da frequência e redução das taxas de abandono escolar. Se o intuito do programa é erradicar a pobreza e estimular o desenvolvimento das famílias, cooperando para que estas superarem sua situação de vulnerabilidade e de pobreza, o programa minimamente consegue cumprir o seu papel, porém, sozinho nada mais é que um programa assistencialista.

### **Considerações Finais**

O presente estudo permite afirmar que o PBF atende, mesmo que minimamente, as necessidades básicas das famílias. Demonstra desempenhar um papel positivo em relação à condicionalidade educação, pois contribui na garantia da frequência, conseqüentemente, no baixo índice de evasão escolar. Garante condições mínimas de acesso à educação e de cuidados com a saúde, obrigando as famílias a adotarem práticas que não eram comuns em suas rotinas, como, manter frequência escolar de seus filhos, bem como, acompanhar cotidianamente. O fato de estarem na escola já garante aos alunos um ambiente de socialização e de aprendizado que nenhum outro lugar pode proporcionar. Estar na escola significa não estar nas ruas, expostos a criminalidade, vulneráveis a riscos acentuados.

127

Por meio das falas dos entrevistados é possível compreender que a Escola Municipal Aurélio Buarque tem desempenhado bem seu papel perante a sociedade, busca proporcionar uma educação de qualidade aos seus alunos, para que estes não permanecerem em sua condição eternamente de beneficiários, mas queiram estudar, e posteriormente trabalhar para proverem seus sustentos de forma digna. É evidente que é preciso corrigir os aspectos negativos como a falta de acompanhamento de rendimento escolar específico aos alunos beneficiário, a falta de reuniões específicas, bem como visitas in loco às famílias bolsistas e a não cobrança, por parte do PBF, do bom rendimento escolar do aluno bolsista, assim como, o acompanhamento mais efetivo da família. Fortalecer os pontos positivos como, as parcerias com os órgãos públicos da área de saúde, assistência social, segurança, trabalho e principalmente, desenvolver um trabalho com os alunos e pais descompromissados com a aprendizagem, pois, estes devido a diversos fatores não têm consciência da oportunidade que as condicionalidades proporcionam em acessar serviços sociais que contribuam para a superação da situação de vulnerabilidade.





## Referências

- BRASIL. **LEI N. 10.836, de 09/01/2004**. Brasília, 2004. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm). Acesso em: 27/09/2017
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 03/11/2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SAEB**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 03/11/2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Novo Mais Educação**. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em: 01/10/2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família: Gestão do Programa: Condicionalidades**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em: 01/10/2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em:  
[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil). Acesso em:  
01/10/2017
- ESCOLA MUNICIPAL AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA. **Projeto Político-pedagógico**, 2ª ed., Palmas, 2016.

## RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL SETOR SUL DE PALMAS

128

Marco Antonio Ferreira

**Resumo:** Este trabalho investiga a situação do rendimento escolar dos alunos do ensino médio da Escola Estadual Setor Sul em Palmas Tocantins. Foram realizados estudos relacionados às séries do ensino médio, com o intuito de mostrar que os alunos apresentam rendimento escolar insuficiente, além de verificar, como a escola e o poder público desenvolve políticas sociais de educação para uma melhoria de aprendizado.

**Palavras-Chave:** Rendimento Escolar. Aprendizado. Educação. Política Social

## INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolve um estudo de análise comportamental dos alunos de Ensino Médio da Escola Estadual Setor Sul, localizada na região sul de Palmas. Para tanto, investigou-se as turmas de 1º, 2º e 3º anos matutino e vespertino da unidade escolar. Foram realizadas duas investigações, a saber: uma quantitativa, relacionando todas às séries do Ensino Médio, totalizando seis turmas, e uma qualitativa, avaliando a série com índice de aproveitamento dos conteúdos aplicados e rendimento referente às médias obtidas por alunos. A análise quantitativa buscou verificar o quanto representa, percentualmente, a clientela com baixo rendimento de aprendizagem, observando as causas de origem para tal situação.







O estudo qualitativo foi desenvolvido por meio de entrevistas aos alunos das turmas e questionários elaborados para identificar de que maneira a família participa da vida escolar do aluno. O foco principal do questionário foi levantar problemas que interferem no aprendizado e conseqüentemente no rendimento do aluno, compreendendo as ações necessárias a serem utilizadas no âmbito escolar, e como agir para orientar os pais em uma intervenção para melhorar o desempenho dos alunos destas séries.

Na perspectiva de Vygotsky (1991, pág. 47) “a aprendizagem é o resultado da interação dinâmica entre a criança com o meio social”, sendo que o pensamento e a linguagem recebem influências do meio em que convivem.

O funcionamento cognitivo da mente está relacionado à reflexão, ao planejamento e à organização das estruturas lógicas e vai adequando-se à mediação simbólica e social.

Entretanto, propõe-se desenvolver medidas educacionais com o auxílio familiar na perspectiva de elevar o rendimento escolar do aluno, não somente no contexto de notas, mas também relacionar quesitos necessários para o crescimento social.

Souza (1996, Pàg, 78) “afirma que o fator ambiente escolar contribui de forma decisiva para um bom desenvolvimento do aluno, por ser o espaço em que o educando passa a maior parte do tempo”.

129

O processo de formação na educação requer autonomia, representação social e formação para a cidadania. A participação das entidades governamentais e não governamental contribui significativamente de forma social e econômica, auxiliando na formação destes alunos. O desempenho dos alunos na Escola Estadual Setor Sul mostra através dos estudos realizado com entrevistas e da realização do questionário de pesquisa que a família acompanha raramente os estudos dos alunos e que as metodologias aplicadas pela escola são insuficientes para resolver o baixo rendimento escolar.

O acompanhamento familiar e as atividades propostas pela unidade escolar devem vir orientando à conduta do alunado em busca de caminhos que possa levá-lo a ter oportunidades de uma melhoria de vida, com novas oportunidades de inclusão social, elevando, principalmente, a relação dos alunos da do Ensino Médio ao mundo profissional preparando-o para o mercado de trabalho. Assim, desenvolver habilidades do aluno significa cuidar não apenas de tarefa de ensinar, mas de dar conta de muitas outras dimensões que fazem de cada pessoa um ser qualificado e apto em suas funções.





Uma educação de qualidade transforma cidadãos em seres com habilidades e vontade para vencer os obstáculos da vida. Os programas sociais proposto pelos governantes contribuem para amenizar a situação de pobreza, mas é através dos ensinamentos educacionais que eliminaremos a carência cultural de muitas pessoas, de muitas áreas consideradas sem valores de dignidade e humanidade.

O processo de formação na educação requer autonomia, representação social e formação para a cidadania. A participação das entidades governamentais e não governamental contribuiria significativamente de forma social e econômica, auxiliando na formação destes alunos. Souza (1996, Pàg , 78)” afirma que o fator ambiente contribui de forma decisiva para um bom desenvolvimento do aluno, por ser o espaço em que o educando passa a maior parte do tempo”.

Na perspectiva de Vygotsky (1991, Pàg, 48) “a aprendizagem é o resultado da interação dinâmica entre a criança com o meio social”, sendo que o pensamento e a linguagem recebem influencias do meio em que convivem. O funcionamento cognitivo da mente está relacionado à reflexão, planejamento e à organização das estruturas lógicas e vai adequando-se a mediação simbólica e social.

para Souza (1996)” o contexto ambiental é o meio em que a criança vive e está diretamente relacionada ao nível socioeconômico dos pais, a quantidade de filhos, a convivência familiar, ocupação e escolaridade dos pais”.

O desenvolvimento das funções sociais na educação depende do envolvimento de todos os que cercam o individuo necessitado de cuidados, sendo eles profissionais da educação, família e governantes. A gestão educacional desenvolve-se associada a um contexto de outras idéias como, por exemplo, transformação e cidadania. Isto permite pensar gestão no sentido de uma articulação consciente entre ações que se realizam no cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e social. Uma educação de qualidade transforma cidadãos em seres com habilidades e auto-estima para vencer os obstáculos da vida.

A comunidade escolar da escola estadual setor sul apresenta diferenças sociais entre os indivíduos gerando desigualdades, onde, o aprendizado do alunado é de suma importância para a redução destas desigualdades sociais que passa pela democratização do ensino de qualidade. Embora a pobreza seja um fenômeno complexo associado a muitas causas, está fortemente correlacionada ao baixo nível de escolaridade.

Sendo assim, uma necessidade dos jovens que estão cursando o ensino médio é o conhecimento dos direitos e dos deveres que o cidadão deve exercer com a comunidade. Um





fator importante para se ver uma juventude politizada é o aprendizado das ações civis e democráticas de uma sociedade consciente e mais justa e com menos desigualdades sociais, pois, como teremos um país menos desigual se nossos jovens não têm consciência de seus direitos e deveres.

Em respostas aos questionamentos com as famílias em relação à educação, foi relatada a falta de conhecimento dos pais entrevistados nas questões políticas, pois enquanto nossos jovens não se perceberem dos atos político, com capacidades de participar, lutar por seus direitos, organizar mudanças, dificilmente conseguirá êxito em sua jornada profissional.

### PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho desenvolve uma pesquisa quantitativa e qualitativa, visando o entendimento de dados descritivos mediante contato direto com o aluno.

os passos da pesquisa Segundo Piore (1979, p. 560), “o emprego de métodos qualitativos pode conferir redirecionamento da investigação, com vantagens em relação ao planejamento integral e prévio de todos”.

”. Já para Manzo (1971, p. 32), a bibliografia “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

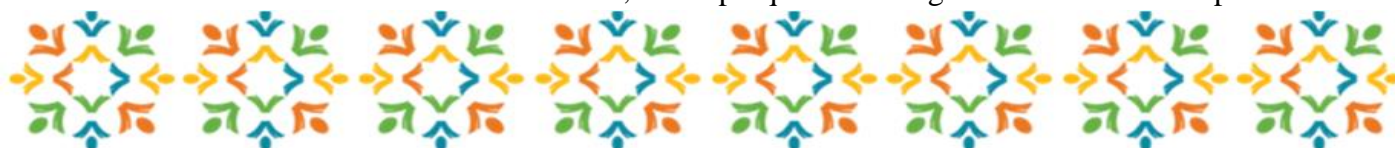
131

É denominada qualitativa por estudar toda a hipótese que abrange o rendimento educacional e social do aluno, buscando soluções para a melhoria do comportamento humano.

Na pesquisa qualitativa segundo Piore, vem desenvolver a utilização de diversas estratégias com repercussões para as práticas de gestão dos profissionais e para a escola. A pesquisa quantitativa segundo Manzo é importante para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade.

É nesta visão que a metodologia aplicada neste trabalho se dará através de bibliografias de vários autores comentando sobre o tema, Educação nas séries do Ensino Médio, objetivando-se com, isso comparar, analisar e cruzar dados e informações obtidas a partir de diferentes fontes, tais como artigos publicados em revistas e livro de renomados autores conforme citado nas referências.

Acredita-se que, dessa maneira, os resultados se aproximarão do rigor científico e da realidade estudada, por meio do material bibliográfico que será analisado em busca da base referencial com estratégias de políticas públicas administrativas na busca do desenvolvimento educacional, cultural e social dos alunos do ensino médio. Para o desenvolvimento deste estudo buscou-se uma base teórica, em pesquisa bibliográfica acerca das políticas





educacionais de descentralização, participação dos alunos que convivem no bairro Setor Sul de Palmas.

Sendo assim, exige-se cada vez mais em relação à educação, busca-se a qualificação necessária no desenvolvimento, e acima de tudo, uma equalização no ensino de modo geral, no intuito de minimizar essa disparidade social crescente, em parte causada pela desigualdade nas condições da aprendizagem. Diante disto, discutem-se programas compensatórios na educação no intuito de solucionar as desigualdades sociais.

Conforme de acordo com Gentili (2005, p. 11): “A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais”.

Elas são vistas, como, as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação de melhorar a qualidade da educação pública. Entretanto é preciso atentar para algumas questões. Primeiramente, sabe-se que a falta de estrutura causada pela má distribuição de renda influencia negativamente a qualidade da aprendizagem. Ainda que, a maioria das escolas públicas encontra-se com estruturas precárias, sem recursos físicos e financeiros necessários às pratica educacionais.

Além da falta de incentivo aos profissionais da educação, gerando desmotivação e falta de condições para investir numa formação continuada, que vise um aperfeiçoamento da prática docente necessária para uma educação de qualidade, há que se analisar também o currículo estabelecido para a educação que não leva em conta as diversidades sociais. As escolas ainda trabalham com um currículo ineficiente para o contexto educacional de uma classe menos baseada nas práticas educacionais, historicamente constituídas pelas classes mais altas e favorecida.

Desta forma, o problema detectado em relação ao baixo rendimento escolar dos alunos do ensino médio não está só na qualidade e nível do ensino, mas sim na maneira que determina as condições do aluno pelas notas obtidas, através de uma avaliação hegemônica que não considera a evolução e conhecimentos diversos do educando. Nesse sentido, a escola pública requer mudanças tanto no currículo quanto na avaliação com práticas que valorizem uma construção de conhecimento mais abrangente, considerando outros saberes e as múltiplas aprendizagens.





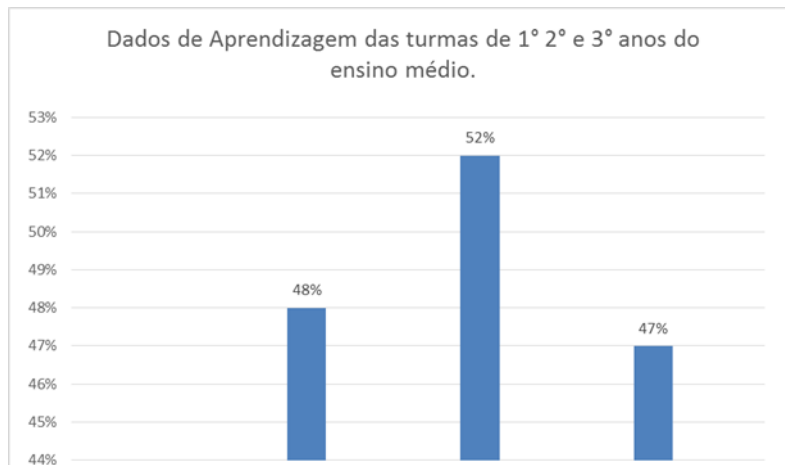
Para o desenvolvimento do estudo em questão formalizou uma base teórica, em pesquisa bibliográfica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos estudo acerca das políticas educacionais, participação dos alunos, e, de questionário direcionado aos educando do Ensino Médio. Fez-se questionamento à relação da educação para a formação do cidadão além de temas sociais e políticos, procurando entender como a família envolve na vida estudantil do aluno e como a comunidade se relaciona com as questões educacionais da escola e dos problemas sociais que envolvem tosos do bairro.

Por meio do questionário constatou que o aluno do Ensino Médio tem índices baixos de aproveitamento escolar devido ao pouco acompanhamento dos pais nas atividades de casa a ausência da participação da família na escola e a não presença dos pais nas reuniões bimestrais.

O gráfico abaixo mostra os dados estatísticos objetivando o conhecimento sobre a participação da família na Escola Estadual Setor Sul na cidade de Palma Tocantins.



133

## CONCLUSÃO

A presente investigação do Rendimento escolar dos alunos do ensino médio requer uma melhora na metodologia aplicada e da qualidade de educação da escola Estadual Setor Sul, da participação ativa da família e de suporte por parte dos governantes. Observa que os alunos apresentam déficit de aproveitamento devido a fatores que foram levantados por questionamentos entre alunos e familiares.

A escola necessita da participação da família e de toda comunidade governamental e não governamental para conseguir ajudar na formação acadêmica e social do aluno.





Assim sendo, dos muitos desafios que se colocam na agenda da educação, no que tange ao Ensino Médio, está a aprendizagem na distorção de idade certa, uma política pública indutora de qualidade, o reforço à cultura de avaliação e de uso de indicadores, a inclusão digital e tecnológica, e o aumento dos investimentos públicos para proporcionar qualificação e interesse por parte dos alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANZO, A. J. Manual para La preparacion de monografias: una guía presentear informes y tesis. Buenos Aires: Humanista, 1971, p. 32.

PIORE, Michael J, vol, 24 n° 4 dezembro, 1979, PP. 560-569

SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem - criança de 8 a 11anos**. Bauru: EDUSC, 1997.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989(Pág, 48). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO PLANEJAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA DE PALMAS – TO

Maria Aparecida Pires Pinto

134

Juciley Silva Evangelista Freire

**Resumo:** O texto apresenta uma parte do relatório com os resultados finais do Plano de Trabalho “Educação Pobreza e Desigualdade Social no Planejamento e na Gestão da Escola Pública de Palmas-TO (2016-2017)”, que teve por objetivo geral averiguar como é tratada a relação educação, pobreza e desigualdade social nos processos de planejamento e gestão educacional, expresso no âmbito da política municipal de educação de Palmas. Para alcançar este objetivo foram desenvolvidas atividades de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Plano Municipal de Educação de Palmas. Política Educacional.

### Introdução

O presente texto apresenta os resultados finais do Plano de Trabalho “Educação Pobreza e Desigualdade Social no Planejamento e na Gestão da Escola Pública de Palmas-TO (2016-2017)” desenvolvido com apoio do PIBIC/UFT (2016-2017), e que teve por objetivo geral averiguar como é tratada a relação educação, pobreza e desigualdade social nos processos de planejamento e gestão educacional, no âmbito da política de Educação do município de Palmas. O objetivo específico do Plano de Trabalho foi conhecer no Plano Estadual de Educação (PEE 2015-2025) e no Plano Municipal de Educação de Palmas (PME 2016-2026) as diretrizes políticas, metas e estratégias propostas para garantia do direito à educação das crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza.





### **Procedimentos Metodológicos**

Para alcançar este objetivo foram desenvolvidas atividades de pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica realizou-se leitura e síntese de referencial teórico sobre as concepções de pobreza e desigualdade social. Tomou-se como referencial as ideias de Arroyo (2012; 2011), Duarte (2011); Yannoulas (2011) e Santos (2009). Para a pesquisa documental, foi produzida uma guia de documentação e leitura (ver apêndices) para análise do Plano Municipal de Educação de Palmas (2015-2025) e do Plano Estadual de Educação do Tocantins (2015-2025), cujo objetivo foi identificar nesses documentos as metas e estratégias propostas para garantia do direito à educação das crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse texto, apresentaremos apenas os dados relativos ao Plano Municipal de Educação de Palmas para o decênio 2015-2025.

Os dados apresentados a seguir são fruto do levantamento realizado por meio do uso de uma guia de documentação e leitura das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Palmas com destaque para aquelas referentes ao enfrentamento da desigualdade educacional e a garantia do direito à educação de crianças e jovens em situação de pobreza. Os dados estão agrupados por metas.

135

### **Concepções de Pobreza e Desigualdade Social**

A primeira e mais importante diferença entre pobreza e desigualdade social é que enquanto a pobreza é uma condição que afeta os indivíduos, a desigualdade refere-se ao conjunto da população em sua totalidade (SANTOS 2009).

A pobreza é uma condição do indivíduo ou grupos os quais se encontram privados de meios adequados de subsistência. Já a desigualdade é uma propriedade da distribuição da riqueza, em uma dada população ou sociedade. (SANTOS, 2009.p.17).

A pobreza, no âmbito das políticas neoliberais, passou a ser identificada como “exclusão social”. No entanto, essa denominação não acrescenta nada de novo ao conceito, apenas é “um novo nome para um antigo problema” conforme alerta Duarte (2011). Segundo essa autora, as aproximações da pobreza estabelecidas por contornos relacionais são mais adequadas para defini-la. Para ela, citando Townsend, “indivíduos, famílias e grupos podem ser considerados pobres quando lhes faltam recursos para obter uma dieta básica, participar socialmente e não ter condições de vida que são as validadas pela sociedade à qual pertencem” (apud PEREIRA, 2006, p. 235).





No Brasil, a pobreza e a desigualdade social são problemas que persistem por séculos. Assim, “no Brasil a pobreza é o mais agudo problema econômico e a desigualdade o maior problema estrutural” (HENRIQUES, 2000, p.03, *apud* DUARTE, 2011, p. 3).

No que se refere ao seu enfrentamento, observa-se no Brasil a ausência de políticas públicas sociais universalistas e adoção de “políticas residuais e focalizadas, que não têm conseguido alterar o perverso quadro de pobreza e desigualdade em um país rico como o Brasil” (p.3). Esse quadro de pobreza é mantido e perpetuado, segundo Duarte (2011), por alguns fatores, tais como “a dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado” (LAVINAS, 2003, p.26 *apud* DUARTE, 2011, p.3).

As políticas de enfrentamento da situação de pobreza e de garantia de direitos sociais a todos os cidadãos no Brasil são recentes e têm sido desenvolvidas por meio de programas e ações voltadas à população pobre e extremamente pobre. Segundo Duarte (2011), para o enfrentamento da pobreza os estados utilizam as políticas sociais para “preservar bem estar, estabilidade social e certo grau de coesão” (MORENO, 2004). A inserção da população em situação de pobreza na escola ocorreu tardiamente, e foi caracterizada pelo fracasso escolar e por uma ampliação para menos, sobretudo da qualidade da educação ofertada aos mais pobres. (ALGEBAILLE, 2009 *apud* DUARTE, 2011, p. 4) É necessário perceber que a pobreza persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Segundo Arroyo (2012), nas salas de aula “essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres” (p.6).

136

Das escolas e de seus profissionais, espera-se uma postura crítica perante essa relação entre escolarização e a situação de pobreza dos seus estudantes.

Afinal, não podemos atribuir à escolarização, isoladamente, a tarefa de solucionar a questão da pobreza, pois isso seria desconsiderar as complexidades do sistema capitalista e suas crises. (ARROYO, 2012, p. 13).

Se a maioria das crianças pobres adentram as escolas públicas e é dever do Estado oferecer-lhes as condições de acesso, permanência e conclusão, quais tem sido as estratégias pensadas para oferecer essas condições? A seguir, apresentamos o que o Plano Estadual de Educação do Tocantins para o decênio 2015-2025, e o Plano Municipal de Educação de







Palmas (2015-2025), apresentam como estratégias para o enfrentamento da desigualdade no acesso e na permanência das crianças e jovens pobres e extremamente pobres na educação.

### **Metas e Estratégias para o enfrentamento da desigualdade social no Plano Municipal de Educação de Palmas (2015-2025)**

No Plano Municipal de Educação de Palmas, as metas 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 9 referem-se à ampliação da oferta de educação infantil, à universalização da oferta do ensino fundamental, à alfabetização de todas as crianças e à garantia da qualidade da educação básica, com aprendizagem e domínio dos conhecimentos e saberes. Essas metas referem-se, também, à universalização do acesso na rede regular de ensino à educação formal e o atendimento educacional especializado para crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Orientam-se, ainda, para a elevação dos níveis de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais, e para ampliação das matrículas de educação de jovens e adultos. A meta 10 é a que mais diretamente se refere aos sujeitos em situação de pobreza, pois objetiva “Implementar, em regime de cooperação/colaboração com o Estado e a União, o sistema municipal de oferta educacional para criança, adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sobretudo, as que trabalham e/ou moram nas ruas, as abrigadas e as que cumprem medidas socioeducativas”.

137

As metas 12, 13, 14 e 15 referem-se à formação de professores, à elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior e à formação inicial e continuada dos profissionais da educação do sistema municipal de ensino de Palmas, e à regulamentação da gestão democrática e as condições para sua efetivação nas escolas públicas do município de Palmas.

Nas estratégias do Plano Municipal de Educação de Palmas, decênio 2015-2025, para enfrentar as desigualdades sociais e atender o público em situação de pobreza e extrema pobreza, encontramos referência a cinco grupos sociais: os alunos em situação de vulnerabilidade, os indígenas, os quilombolas, os do campo e os com deficiências.

O quadro abaixo mostra o agrupamento dessas estratégias a partir dos grupos sociais mais citados no PME-Palmas.





**Quadro 1 – Estratégias de enfrentamento da desigualdade no PME-Palmas (2015-2015)  
por grupos sociais**

GRUPOS SOCIAIS	ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAMENTO A DESIGUALDADE
<p><b>Alunos do Campo, Indígenas, Quilombolas e itinerantes,</b></p>	<p>3.7) garantir formação continuada específica, para professores que atendam às população campesinas, tendo em vista a identidade cultural e a diversidade do campo.</p> <p>3.10) produzir, em articulação com as universidades, grupos sociais e organizações da sociedade Civil, materiais didáticos e paradidáticos que contemplem a pluralidade das relações étnico-raciais, socioculturais e a identidade cultural da população do campo.</p> <p>7.10) garantir, articular e fortalecer o monitoramento do acesso, permanência e desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/surdotação beneficiários de programas de transferência de renda, combatendo às situação de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude:</p> <p>12.2) implementar e apoiar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial.</p> <p>14.7) proporcionar atendimento específico a população do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuações, no âmbito do município de Palmas.</p>
<p><b>Alunos(as) com Deficiências</b></p>	<p>7.3) construir, no 1º (primeiro) ano de vigência do PME, um plano intersetorial com políticas públicas que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente para efetivação de um sistema de educação inclusiva de apoio aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação.</p> <p>7.10) garantir, articular e fortalecer o monitoramento do acesso, permanência e desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/surdotação beneficiários de programas de transferência de renda, combatendo às situação de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.</p> <p>9.11) acompanhar e implementar programas específicos de formação e preparação para o mundo do trabalho aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.</p> <p>13.5) implantar e implementar, em regime de colaboração com o Estado, programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica.</p>
<p><b>Alunos em situação de vulnerabilidade</b></p>	<p>1.6) Implantar em 1 (um) ano um sistema de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção á infância.</p> <p>2.2) articular e implementar no prazo de até 1 ( um) ano junto á rede estadual de ensino, à inclusão de ferramentas no sistema de gestão escolar, para acompanhamento pedagógico dos benefícios de programas de transferência de renda, realizando o monitoramento individualizado do acesso, da permanência e aproveitamento escolar dos educandos do ensino fundamental.</p> <p>2.3) propor a articular, junto aos órgãos competentes, a construção de um plano intersetorial, para estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e monitoramento do</p>





	<p>acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos benefícios de programas de transferência de renda, em como das situações de discriminação, preconceitos, violência na escola, articulando, sistematicamente, ações de prevenção e correção, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde, segurança e proteção à infância e juventude.</p> <p>7.10) garantir, articular e fortalecer o monitoramento do acesso, permanência e desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/surdotação beneficiários de programas de transferência de renda, combatendo às situação de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude:</p> <p>10.2) assegurar, juntamente com os órgãos de segurança pública a oferta de vagas em instituições pública de educação infantil a crianças de 0 (zero) a 3 (três)anos, filhos e filhas das mulheres que se encontrem em privação de liberdade.</p> <p>14.3) apoiar a ampliação da formação de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior do município de Palmas, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.</p>
--	--

Fonte: Elaboração das autoras a partir da Guia de leitura do Plano Municipal de Educação do Município de Palmas (2015-2025)

### Conclusões

A pesquisa realizada permitiu identificar no Plano Municipal de Educação de Palmas para o decênio 2015-2025, as metas e estratégias que se referem às propostas de ações que buscam garantir o direito à educação das crianças e jovens que vivem em situação de pobreza por meio de políticas que objetivam ampliar os níveis educacionais, bem como dar acesso, permanência e conclusão dos estudos a essa população. Identificamos que essas estratégias referem-se, basicamente, a cinco grupos sociais: as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, os alunos indígenas, os alunos quilombolas, os itinerantes (ciganos) e os alunos com deficiências. Conclui-se, portanto, que o Plano Municipal de Educação de Palmas propõem, em várias de suas metas, estratégias para garantir o direito à educação dos sujeitos que vivem em situação de pobreza e daqueles que historicamente são excluídos do acesso, permanência e conclusão dos estudos, ou seja, os indígenas, os quilombolas, ciganos e crianças e jovens com deficiência.

139

### Referências

ARROYO Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. & Soc.**, Campinas, v.31, n.113, p1381-1416, out.-dez. 2010

ARROYO, Miguel G. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: ARROYO, Miguel G; SILVA, Maurício R.da (Org.). **Corpo – infância:** exercício tensos de ser crianças; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: vozes, 2012. p 23 -54.

DUARTE, Natália de Souza. Política educacional e o percurso escolar da população em situação de pobreza. In: **XI CONLAB**, Salvador:UFBA,7 a 11 ago. 2011.





YANNOLAS, Silvia Cristina; DUARTE, Natália de Souza. Política educacional e o percurso escolar da população em situação de pobreza. In: **XV Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Diversidades e Desigualdades, Salvador, UFBA, 07 a 10 de agosto de 2011.

SANTOS, Maria Paula gomes dos. Pobreza, desigualdade, exclusão e cidadania: correlação, interseções e oposições. In **\_\_\_O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de ciências da Administração/UFSC; Amostra do texto Pobreza, desigualdade, exclusão e cidadania; correlações, interseções oposições. (BRASILIA):CAPES:UAB,2009, p 16 -25.

PALMAS. Lei nº 2.238 de 19 de janeiro de 2016, institui o Plano Municipal de Educação de Palmas. **Diário Oficial** do Município de Palmas, nº 1424, terça-feira, 19 de janeiro de 2016.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, institui o Plano Estadual de Educação do Tocantins (2015-2025). **Diário Oficial**, nº 4.411. Ano XXVII - Estado do Tocantins, Palmas, quinta-feira, 09 de julho de 2015.

## O PAPEL DA ESCOLA, DOS PROFESSORES E DA FAMÍLIA NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Maria Aparecida Martins da Silva Nogueira  
Jaumineide Oliveira dos Santos Soares  
Zelina Mendes Bueno

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade apresentar os resultados de um estudo sistematizado desenvolvido na Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Milhomem Fernandes nas turmas do 1º ao 3º ano do ciclo de alfabetização. O enfoque deste trabalho baseia-se, fundamentalmente, na problemática que envolve a aprendizagem, o espaço e a contribuição da escola, da família e dos profissionais da educação na superação das dificuldades apresentadas pelos alunos. Trata-se de um estudo de caso com abordagem exploratória que a partir das considerações de Paulo Freire, Angela Kleiman, Maria Helena Martins e Emília Ferreira, entre outros autores, subsidiou a aplicação de questionários destinados aos pais, professores e o trabalho de acompanhamento da aprendizagem dos alunos onde foi possível verificar que a falta de motivação dos alunos, a inadequação do espaço escolar e falta de acompanhamento dos pais, são entre outras problemáticas, a razão das dificuldades de aprendizagem na leitura apresentadas pelos alunos da referida unidade de ensino. Em contrapartida, o trabalho de intervenção que entre outras medidas foram articulados para atender a este público contribuíram para a realização de uma análise sistematizada e subsidiaram a construção de uma rotina escolar mais organizada efetiva e que melhorou em 60% o rendimento dos alunos no que se refere a assiduidade no reforço escolar, a participação dos pais e a organização do espaço de reforço para recebê-los.

**Palavras-chave:** Dificuldade. Aprendizagem. Leitura. Família. Escola.

### INTRODUÇÃO

As reflexões presentes neste estudo têm como finalidade fazer algumas considerações sobre a realidade da Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Milhomem Fernandes que apresenta entre outros aspectos as dificuldades de aprendizagem na leitura dos alunos do 1º ao 3º ano e verificar que fatores contribuem para esta dificuldade, tem também como finalidade encontrar mecanismos para superar essas fragilidades no que diz respeito à leitura dos alunos do ciclo de alfabetização.





A escolha do tema justifica-se por perceber na leitura um processo fundamental de interação entre o indivíduo, a sociedade e o mundo letrado e, promover experiências significativas de comunicação e de trabalho coletivo entre a escola, a família e a comunidade. São utilizados como métodos de pesquisa o estudo de caso, com base numa abordagem exploratória que utilizou como instrumentos de pesquisa os resultados obtidos através de questionários semiestruturados que foram fundamentais na realização de um trabalho de intervenção diferenciado e participativo entre as turmas supracitadas.

As leituras propostas neste material são destinadas aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, aos acadêmicos e profissionais da educação e aos demais interessados na temática proposta por este estudo, pois acredita na leitura como um processo constante de aprendizagem que integra a criança a seu meio social e permite o desenvolvimento de suas múltiplas capacidades. Deve contribuir, portanto, não apenas no entendimento sobre as práticas de leitura realizadas, mas na interpretação do cotidiano escolar em que se desenvolve o processo educativo.

## **AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LEITURA: COMO SÃO CAUSADAS?**

141

Os problemas de aprendizagem no desenvolvimento da leitura podem ser considerados como um dos maiores e mais complexos desafios no trabalho do professor como mediador do conhecimento dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Muito se tem discutido a respeito desse assunto, mas na verdade o que se pode perceber é um grande número de escolas de educação básica que não conseguem resolver o problema e acabam deixando de lado algo essencial que deveria ser resolvido nos primeiros anos de escola.

Conceber o processo de aprendizagem como propriedade do é importante na interação da criança com o meio social e, particularmente com a escola. Situações de ensino e aprendizagem desenvolvidas na escola fazem com que alunos e professores atuem como corresponsáveis no êxito do processo educativo. (PCN's, 2001. p.52)

Tendo em vista que, os grandes problemas relacionados às dificuldades na aquisição da leitura e estão justamente ligados às dificuldades em decodificar e compreender o significado daquilo que se lê.

A criança com dificuldade de aprendizagem é aquela que apresenta bloqueios na aquisição do conhecimento, na fala, leitura e no raciocínio. Por se apresentar como uma barreira no processo, à leitura se difunde através de textos que fogem um pouco da capacidade do aluno, posto que sejam cansativos, desatualizados e apresenta muitas vezes uma linguagem





complexa, o que dificulta o acesso á leitura e suas manifestações. Entende-se que cada aluno apresenta sua dificuldade, alguns tem bloqueios para escrever, expressas suas emoções e falar.

Nesse contexto o professor precisa estar atento a essas dificuldades, a fim de criar mecanismos para seu enfrentamento, reconhecendo que nas fases iniciais, a criança absorve o que lhe é repassado e que no decorrer da vida escolar se interagem com os outros, podendo gerar conflito ou dificuldades. Portanto, a leitura passa a ser uma via acesso á participação do homem nas sociedades letradas na medida em que permite a entrada e a participação no mundo da escrita.

### **A importância da escola e da família na superação das dificuldades de aprendizagem na leitura**

No processo de aprendizagem, os indivíduos não podem deixar de levar em consideração que a escrita e a linguagem oral através das atividades de leitura, desenvolvem a interação, a reflexão e o conhecimento de mundo que motiva o desenvolvimento de inúmeras outras habilidades de comunicação. Desse modo, o trabalho de motivação para a leitura, a curiosidade, o raciocínio e a capacidade de interpretar e interagir com o mundo que o cerca, é um trabalho coletivo que deve ser desenvolvido tanto pela escola quanto pela família que diretamente está ligada ao trabalho educativo vivenciado pela criança desde o nascimento.

Tais reflexões, apontam para o ato de repensar a prática educativa inspirada em princípios que levam ao desenvolvimento de um trabalho de superação das dificuldades de aprendizagem. Segundo Zabala (1998, p.27) “por trás de qualquer proposta metodológica se esconde uma concepção do valor que se atribui ao ensino, através dos esforços da família e da própria escola”.

Nesse sentido, é primordial estar inserido em uma sociedade repleta de famílias que permitam o acesso de seus filhos a uma escola que ofereça condições básicas para aprimorar os seus conhecimentos e desenvolver nestes, suas habilidades, objetivando o trabalho com a diversidade e buscando atender a demanda social em diferentes situações.

Diante das mesmas reflexões, entende-se que o acompanhamento da aprendizagem dos alunos deve ser a rotina das famílias que buscam na escola um ensino de qualidade e a superação das dificuldades de aprendizagem de seus filhos. Não se pode conceber um ensino diferenciado sem o apoio da família que detém dos alunos a maior parte do tempo e o controle sobre sua formação educativa. Para isso, é preciso despertar nas famílias, nos alunos e na





própria escola, desde cedo, a dinâmica do trabalho coletivo, da participação e do acompanhamento escolar, pois só assim a escola, a família e a sociedade de um modo geral promoverá a existência de cidadãos críticos e participativos na construção de uma sociedade igual para todos, uma sociedade onde todos terão o direito de praticar sua cidadania e exercer sua função social no contexto em que está inserido.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso, de caráter exploratório que de acordo com Gil (2008, p.27), tem a finalidade de familiarizar o pesquisador com o assunto ainda pouco conhecido e explorado para fazê-lo construir suas próprias hipóteses. Por ser um tipo de pesquisa específico, a exploração dos dados é realizada de maneira mais enfática e, como qualquer outra, também depende de um embasamento bibliográfico.

Para tornar evidentes os dados a serem apresentados, utilizou-se como procedimentos metodológicos a aplicação de questionários destinados aos professores e aos pais dos alunos, além do trabalho de intervenção que prioritariamente foi articulado com a finalidade contribuir com o trabalho educativo já desenvolvido pela escola. Nas reflexões de Gil (2008, p.22), esse tipo de pesquisa possui amplo alcance informacional e permite o conhecimento exato sobre o universo do problema, gerando informações imediatas.

143

### **Área de estudo: justificativa e problematização**

O referente estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Fernandes Milhomem, localizada na Rua Dom João VI, s/n no município de Araguatins – TO, e justifica-se por ser um assunto pertinente a realidade educacional na interação entre a família, a escola e a aprendizagem dos alunos, promovendo experiências significativas entre a concepção dos pais e a proposta de ensino promovida pela escola, cuja responsabilidade é garantir a todas as crianças o acesso ao conhecimento necessário para o exercício de sua cidadania. Desse modo, questiona-se: a Escola Municipal Professora Maria de Lourdes possui espaço adequado para o desenvolvimento das aulas de reforço? Os pais acompanham o processo de aprendizagem de seus filhos? Os professores estão empenhados em promover aulas atrativas que motivem para a aprendizagem da leitura?

Com base nessas considerações, este trabalho a partir de agora evidenciará a pesquisa desenvolvida entre os professores e os pais dos alunos, além do trabalho de intervenção desenvolvido em parceria com os pais e os demais profissionais da escola.





## Análise dos Questionários

### *Questionário com os professores*

De acordo com os resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários direcionados aos professores, observa-se que a leitura é uma atividade fundamental na formação do aluno enquanto instrumento mediador do processo de aprendizagem, pois promove a interação com os conteúdos ministrados em sala e o conhecimento de mundo adquirido através do contato desta com os objetos de leitura.

Sendo assim, percebe-se que as atividades destinadas ao reforço escolar são instrumentos importantes na superação das dificuldades de aprendizagem, pois, estimulam amotivação e promovem um acompanhamento mais efetivo e direcionado. Com base nessas considerações, questionou-se aos professores: A escola em que você leciona desenvolve as atividades necessárias para a superação das dificuldades de aprendizagem na leitura? Quais?

Sim. A escola realiza com frequência projetos de correção de aprendizagem dos alunos e trabalha diariamente com o incentivo para a leitura em todas as modalidades de ensino, em especial, às séries iniciais do Ensino Fundamental que atualmente contam com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, um projeto do Governo Federal que veio para fortalecer o trabalho de alfabetização já promovido pela escola.

Ao serem questionados sobre a insuficiência do espaço escolar no desenvolvimento das aulas de reforço e na articulação do trabalho educativo ministrado pela escola, os professores responderam que o espaço destinado à aprendizagem dos alunos é muito importante e deve ser organizado para favorecer a qualidade do ensino. Ao considerar a participação da família como um importante instrumento de apoio no desenvolvimento das atividades escolares e consequentemente, na aprendizagem efetiva da leitura e no bom relacionamento entre a escola e a família, questionou-se: Como você avalia a participação da família na proposta educativa promovida pela escola?

Com relação às atividades diárias de leitura dos alunos nessa fase de escolarização, os professores enfatizaram que boa parte dos alunos não recebe esse acompanhamento no reforço à leitura e às atividades de casa e, logicamente, é prejudicado o seu desenvolvimento.

Tendo em vista a importância de um trabalho de motivação para a leitura bem articulado e que contribua para o aperfeiçoamento da aprendizagem dos alunos nessa fase de escolarização, questionou-se aos professores: Os alunos são motivados para participarem do reforço escolar?







De acordo com as respostas obtidas observou-se de acordo na fala dos professores que as atividades realizadas em sala de aula são sempre planejadas com o objetivo de estimular a criatividade e despertar o hábito de ler. Entre as mais utilizadas estão às rodas de leitura, a leitura coletiva, os projetos que mandam livros de literatura para casa entre outras atividades que trabalham preferencialmente a liberdade do aluno que busca o prazer em realizá-la.

Quando questionados sobre a origem das dificuldades de aprendizagem no ensino da leitura 100% dos educadores responderam que grande parte dos problemas relacionados a esse fator, está relacionada justamente a falta de acompanhamento dos pais, a falta de motivação para a leitura e a indisciplina das salas de aula.

Para Martins (2002, p. 25) “o papel da escola na motivação para o hábito da leitura deve estar intrínseco em sua própria filosofia”. Nesse sentido, uma escola que realmente se preocupa com a aprendizagem de seus alunos busca alternativas para solucionar as problemáticas que fazem parte do seu dia-a-dia, procurando os pais e familiares para reunirem-se e solucionar os problemas dos alunos.

Levando em consideração as reflexões acima supracitadas, é importante ressaltar que a escola sozinha não desenvolve um processo educativo efetivo, é preciso articular parcerias para que todos tenham acesso a aprendizagem e sintam-se parte das conquistas da escola. Para Kleiman (2001.p.45), “o trabalho em grupo com a ampliação dos processos metodológicos e a diversificação das práticas de ensino na escola ainda é um desafio que deve ser superado dia após dia”.

145

### *Questionário com os Pais*

O trabalho de investigação com os familiares dos alunos desenvolveu-se através da aplicação de um questionário semiestruturado que indagou: Você está consciente da importância da participação da família no trabalho educativo desenvolvido pela escola? 100% dos pais que participaram do projeto responderam que “sim”, no entanto, as atividades do dia-a-dia impedem que esse trabalho de acompanhamento seja realizado de forma mais efetiva. Isso faz com nem todos os dias os alunos sejam acompanhados nessas atividades.

Quando questionados se estavam satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela escola os pais responderam que “sim”. A escola se preocupa com a aprendizagem dos alunos e busca parceria com as famílias, no entanto, o respaldo nem sempre é correspondido.





Ao serem questionados sobre quais são os obstáculos que impedem a sua participação de forma mais efetiva na aprendizagem de seu filho, os pais responderam que a falta de tempo e os afazeres domésticos e com o trabalho dificultam o acompanhamento de seus filhos na escola.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre as medidas tomadas para a intervenção, foram articulados os trabalhos de intensificação do reforço com a ajuda de todos os profissionais da Unidade de Ensino desenvolvendo atividades diferenciadas com os alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem da leitura e baixo rendimento escolar. Na ocasião, o acompanhamento dos pais foi fundamental para o êxito das atividades desenvolvidas.

Os pais acompanharam durante duas semanas o desenvolvimento do projeto de intervenção e eram mobilizados para auxiliar os alunos e o professor de seu filho nos momentos de dificuldade. O espaço escolar, também foi organizado para receber as crianças com seus familiares. Entre outras dependências da escola foi utilizado o pátio, a sala de computação que nesse período foi desativada para a realização do projeto, a biblioteca e a quadra de esportes.

A superação para as dificuldades de local para o reforço também foi sanada alugando um ambiente próximo a escola para atender os alunos.

Os resultados desse trabalho foi nitidamente proveitoso, pois melhorou significativamente o desempenho dos alunos que participou do projeto. Os que apresentavam dificuldades de leitura melhoraram em 40% o nível de aprendizagem, sendo que as atividades de casa obtiveram maior número de assiduidade desde o momento em que os pais começaram a participar mais ativamente da educação de seus filhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apontadas por este estudo permitiram concluir dentre outras considerações que a leitura é um importante instrumento de comunicação e utilidade para a vida em sociedade. Representa um marco na educação, sendo ela um elemento fundamental no ambiente escolar com o poder de ampliar e diversificar as diferentes visões, interpretações, e concepções que o homem desenvolve do mundo em que está inserido.

As dificuldades de aprendizagem na leitura é, em termos gerais, um estado preocupante para educação básica. Porém, ao levar em consideração o trabalho de intervenção





desenvolvido na Unidade Escolar, entende-se que é necessário propor metodologias de aprendizagem diferenciadas capazes de superá-las e oportunizar situações em que o aluno se relacione com os textos e exponha suas ideias para o mundo, participe de momentos coletivos e individuais de leitura promovidos pela escola e pela própria família.

Sendo assim, considera-se que este estudo trouxe respostas satisfatórias para os questionamentos levantados acerca das dificuldades enfrentadas pelos alunos e contribuiu ainda para a compreensão de que esses obstáculos precisam ser superados. A recomendação é que a escola se adapte às necessidades dos alunos e os pais mostrem mais interesse pela formação do hábito da leitura, propondo momentos de interação e viabilizando o contato da criança com o conhecimento acompanhando as atividades escolares e participando das atividades da escola.

Ao final deste trabalho, é possível considerar que os objetivos propostos pelo projeto de intervenção foram suficientemente alcançados e deixaram em evidência que as práticas de leitura outrora entendidas como instrumentos formadores de alunos leitores aliadas às diversas alternativas de ampliação de experiências culturais são fundamentais no processo de transformação da sociedade, pois estão associadas à melhoria da qualidade do ensino prestado nas escolas públicas e a formação de indivíduos mais autônomos.

147

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa. **Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade**: as diretrizes curriculares nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização. Caderno 01. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015.
- BRASIL. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: **projetos didáticos e sequências didáticas na educação do campo**: a alfabetização nas diferentes áreas de conhecimento escolar: educação do campo: unidade 06 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Metodologia científica**: Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAGE, Salomão Muffarej. Movimentos sociais do campo e afirmação do direito à educação: pautaando o debate sobre escolas multisseriadas na Amazônia Paraense. **Revista brasileira de estudos Pedagógicos**, Brasília, v.87, n.217, p302-312, set./dez.2006.
- KLEIMAN, Ângela. **Leitura, ensino e pesquisa**. São Paulo. Editora Pontes. 2001.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. Série primeiros passos. Brasiliense, 2002.





## O PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A ESCOLA E A FAMÍLIA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Maria Aparecida Rodrigues da Silva

Célia Maria Grandini Albiero

**Resumo:** O presente estudo foi elaborado a partir da pesquisa qualitativa e bibliográfica, baseada no Materialismo Histórico-Dialético, com o tema “o processo de mediação da (o) Assistente Social junto a escola e a família no enfrentamento da pobreza e desigualdade social”, cujo objetivo geral foi compreender o processo de mediação do (a) Assistente Social junto a escola e a família para o enfrentamento da pobreza e desigualdade social. Participaram da pesquisa a Escola Municipal de Tempo Integral São José e uma família moradora do Assentamento Pe. Expedito, localizado (a) na zona rural do município de Miranorte – TO. Foram realizadas entrevistas com duas mulheres, sendo uma funcionária da escola e uma mãe de alunos (as) da escola. As Políticas Sociais como estratégias para o enfrentamento da questão social e suas expressões, se desdobram entre as várias políticas como Educação e de Assistência Social, ambos os espaços de atuação do (a) Assistente Social. Na Assistência Social os Serviços de Proteção Básica são ofertados no Centro de Referência de Assistência Social, para as famílias que moram distantes ou em lugares de difícil acesso a Equipe CRAS Volante leva os serviços até elas. O (a) Assistente Social faz as mediações com outras políticas e junto à escola no enfrentamento da pobreza e desigualdade social. Na rede pública de ensino fundamental e médio ainda não houve a efetivação da obrigatoriedade do(a) profissional do Serviço Social para mediar a garantia e a efetivação dos direitos sociais. No resultado da pesquisa percebeu-se nas entrevistas que o público-alvo gostaria de receber uma educação de qualidade, porém, se sentem limitadas diante da ausência de recursos na escola que cerceia atividades, projetos e ações com os (as) alunos (as) e suas famílias. Percebemos que faltam projetos sobre temáticas relevantes à educação formal e a comunidade. Estes projetos poderiam ser inicializados na escola e expandidos à comunidade, trazendo a comunidade para dentro da escola. Essa mediação entre a comunidade e a escola é uma das atribuições do (a) Assistente Social no âmbito escolar, com intuito de fortalecer a relação ensino-aprendizagem, as relações sociais e fazer o enfrentamento da pobreza e desigualdade social.

**Palavras-chave:** Política Social. Política de Educação. Política de Assistência Social. Equipe CRAS Volante.

148

### INTRODUÇÃO

O presente artigo com o tema: “O processo de mediação da(o) Assistente Social junto a escola e a família no enfrentamento da pobreza e desigualdade social”, tem a justificativa pautada na importância de demonstrar a atuação do(a) profissional do Serviço Social na Equipe CRAS Volante, frente às demandas geradas pelas expressões da questão social e principalmente as que são específicas de um Assentamento Agrário na zona rural.

### 1. A POLÍTICA SOCIAL

Pautada em interesses da burguesia, segundo Faleiros (2006, p.33) “ as políticas sociais são, assim, formas de mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos” e surgiram num tempo de movimentos, na ascensão do capitalismo, na Revolução Industrial, nas lutas de classe e de desenvolvimento estatal, ao mesmo tempo que são resultados de manifestações populares.





## **2. A POLÍTICA SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS JUNTO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **2.1 Política de Educação**

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e em seu “Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”.

### **2.2 Política de Assistência Social**

A Proteção Social Básica é ofertada nos municípios pelo equipamento do SUAS, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS, onde são desenvolvidas as ações individuais e coletivas, como a acolhida, ações particularizadas, encaminhamentos, oficinas com famílias e ações comunitárias (MDS, 2016, p.12).

## **3. SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS**

O Serviço Social, enquanto profissão, realiza a mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, na implantação das políticas destinadas a atender as diferentes manifestações da questão social que, engendrada pelo sistema capitalista, ganha hoje novos contornos, a partir do complexo quadro formado pelos monopólios e pelo ideário neoliberal (ALBIERO, 2017, p.67).

149

### **3.1 Serviço Social na Educação**

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar (CFESS, 2001, p.12). Ainda não foi efetivada a obrigatoriedade nas escolas públicas de nível fundamental e médio.

### **3.2 A atuação do (a) Assistente Social no CRAS**

Um dos principais espaços de atuação do(a) Assistente Social é no CRAS, no serviço de Proteção Social Básica, onde busca contribuir para o fortalecimento e a garantia dos direitos sociais dos(as) usuários(as), diminuindo os riscos e as desigualdades sociais, acolhendo, atendendo e acompanhando as famílias





#### **4. A EQUIPE CRAS VOLANTE E A MEDIAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NOS ÂMBITOS FAMILIAR E ESCOLAR**

Quando existem na localidade muitas famílias moradoras em fazendas, Assentamentos Agrários e também em lugares de difícil acesso se instala uma Equipe CRAS Volante para levar os serviços

Em todas as regiões do Brasil, e aqui no Tocantins também, os trabalhadores conquistam a terra, mas esta nem sempre se constitui numa área com qualidade para a produção de alimentos, além da problemática das políticas de crédito e de assistência técnica aos camponeses e camponesas nos assentamentos [...] (OLIVEIRA, 2013, p.95).

A categoria de mediação passa a ter relevância na discussão metodológica do Serviço Social no Brasil, principalmente na segunda metade da década de 80, momento em que se processava no seio da categoria profissional uma significativa mudança nos quadros referencias da vertente inspirada no marxismo. Esta mudança expressou-se num nítido amadurecimento deste pensamento na profissão, que se refletiu nas várias instâncias do Serviço Social (PONTES, 1995, p.3).

#### **5. A RELAÇÃO POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO**

150

A pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano. Tem raízes sóciohistóricas e econômica da sociedade brasileira. (SILVA, 2010, p.03).

#### **6. FAMÍLIAS ASSENTADAS NO ASSENTAMENTO AGRÁRIO PADRE EXPEDITO E A NECESSIDADE DA ESCOLARIZAÇÃO – A VOZ DA ESCOLA E DA FAMÍLIA**

O Assentamento Agrário Pe. Expedito está localizado no município de Miranorte - TO, à distância até o centro da cidade é de mais ou menos 38 quilômetros. Seu início se deu em 2005, é um assentamento do INCRA, cada família já está assentada na sua parcela, As crianças e adolescentes que moram no Assentamento Pe. Expedito, estudam na Escola Municipal de Tempo Integral São José da zona rural do município de Miranorte. A Escola Municipal de Tempo Integral São José, antes chamada de Escola Municipal José Odilon Santos, está localizada na zona rural em Miranorte – TO, na Fazenda São Sebastião s/nº, na estrada que vai para o município de Dois Irmãos, a TO – 342.





## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do trabalho fizemos uma pesquisa bibliográfica, a pesquisa teve como base o Materialismo Histórico-Dialético, preconizado por Marx, a pesquisa foi qualitativa, realizamos uma entrevista como técnica de pesquisa com perguntas semiestruturadas, que foi gravada e transcrita para os resultados, a fim de serem analisadas. As entrevistas foram realizadas com 02 mulheres, 01 mãe de alunos(a) e moradora do Assentamento Agrário Pe. Expedido no município de Miranorte e uma Educadora funcionária da Escola Municipal de Tempo Integral São José na zona rural de Miranorte.

## RESULTADOS

No resultado da pesquisa percebeu-se nas entrevistas que o público-alvo gostaria de receber uma educação de qualidade, porém, se sentem limitadas diante da ausência de recursos na escola que cerceia atividades, projetos e ações com os (as) alunos (as) e suas famílias. Percebemos que faltam projetos sobre temáticas relevantes à educação formal e a comunidade. Estes projetos poderiam ser inicializados na escola e expandidos à comunidade, trazendo a comunidade para dentro da escola. Essa mediação entre a comunidade e a escola é uma das atribuições do (a) Assistente Social no âmbito escolar, com intuito de fortalecer a relação ensino-aprendizagem, as relações sociais e fazer o enfrentamento da pobreza e desigualdade social.

151

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um desafio conhecer os diversos enfrentamentos da pobreza que as famílias da zona rural têm e de fundamental importância para que este trabalho tivesse êxito, também as diversas formas de participação da família na vida escolar dos(as) filhos(as) que estudam na Escola São José. O processo de mediação que o(a) profissional do Serviço Social pode realizar com as famílias é muito abrangente e diante das várias políticas também é de muitas possibilidades, mesmo estando passando por tempos difíceis, visto que se tem um aumento de desigualdade social e de um retrocesso quanto as garantias dos direitos que já estavam sendo efetivados.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller(Orgs). **Família:** Redes, Laços e Políticas Públicas. PUC SP. CEPED. Cortez Editora. 6ª Edição. 2015.

ALBIERO, Célia Maria Grandini. 'Supervisão Sistemática' e 'Avaliação Qualitativa' no estágio em Serviço Social. In: ALBIERO, Célia Maria Grandini; LIMA, Giselli de Almeida Tamarozzi;





ARAÚJO, Gislene Ferreira da Silva; AIZZA, Leila Eliane. Orgs.). **Formação e exercício profissional em serviço social:** desafios presentes na realidade tocantinense. 1.ed. Curitiba. 2017.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação.** SECADI, Ministério da Educação. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** Fundamentos e história. 2ª ed. – São Paulo, Cortez : 2007.

\_\_\_\_\_, **Política Social:** Fundamentos e história. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, **Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional(LDB).** Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996. Com nova redação de 2015. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) > Acesso em 01.11.2017.

\_\_\_\_\_, **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_, **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.** Aprovado e, 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nºs 290/94 e 293/94.

\_\_\_\_\_, **Lei orgânica de Assistência Social(LOAS).** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm). Acesso em 12.10.2017.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília. 2005.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_, Site PNE em movimento. **PNE.** Disponível em <http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em 04.11.2017.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: **Assistente Social: Ética e Direitos.** 3.ed.(rev.ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 1996.(Coletânea de leis e resoluções).

CFESS, **Serviço Social na Educação.** Brasília. 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política social do Estado Capitalista:** as funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1980.

\_\_\_\_\_, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. In: **Revista Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014. Acesso em 21.04.2017.

GUEIROS, Dalva Azevedo; SANTOS, Thais Felipe Silva. In: **Revista Serviço Social & Saúde.** UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo. Ed. Cortez. 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.**

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Módulo III. **Escola:** espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2010.

LINHARES, Luciano Lempek; MESQUIDA, Peri e SOUZA, Laertes L. de – PUCPR. **Althusser:** a escola como aparelho ideológico de Estado. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf>. Acesso em 10.11.2017.







- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 8.ed. - São Paulo: Cortez. 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Estud. av. 01.12 no.34 São Paulo Sept./Dec. 1998. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002)>. Acesso em 30.10.2017.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, direitos humanos, justiça e educação**. Módulo II do Curso de Pós Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2013.
- MONTAÑO Carlos, Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. In: **Serv. Soc. Soc.** no.110 São Paulo Apr./June 2012.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 02, Brasília: CEAD - Universidade de Brasília, 1999.
- OLIVEIRA, Antonio Miranda de. **Territorialidades camponesas na educação de assentados: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins**, 2013. Tese de doutorado - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Rosselvelt José Santos. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social**. Disponível em < <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em 18.09.2017.
- RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009, pp. 377-392.
- SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Volume 6. São Paulo: Cortez, 2012.
- \_\_\_\_\_, **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- SILVA, Maria Osanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.
- VERGARA, Eva Maria Bitencourt. **O significado da categoria mediação no serviço social**. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo3/98evavergara.pdf>>. Acesso em 20.09.2017.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.





## RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE ESCOLAR X PROGRAMAS SOCIAIS: REFLEXÕES ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**Maria Benta Pereira Chaves**

**Fabíola Andrade Pereira**

**Resumo:** O texto em questão busca fazer uma reflexão acerca da relação entre comunidade escolar x programas sociais procurando dar ênfase ao Programa Bolsa Família. Tem como foco verificar quais tem sido os impactos desse programa na vida das famílias beneficiárias, posto que este constitui para alguns uma complementação de renda familiar, e para outros que compõe a grande maioria como a principal fonte de renda responsável por sanar as necessidades básicas de sobrevivência, pois estes vivem em situação de pobreza extrema não dispondo de outros recursos para se manterem. Metodologicamente este trabalho fez uso de uma pesquisa de campo e teve como suporte técnico a utilização de alguns instrumentos que viabilizaram significativamente a captação das informações. Contudo ficou claro que a má distribuição de renda que assola o país como todo, coloca grande parte dos brasileiros, sobretudo aqueles que vivem em municípios pequenos como é o caso de Angico em situação precária e muitas vezes desumana e que embora a escola tente, jamais conseguirá mudar essa realidade posto que a educação faz parte de um mecanismo social.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Ensino. Aprendizagem

### Introdução

A participação no Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, oferecido pela UFT, ampliou de maneira considerável a compreensão acerca de diversas questões. A exemplo cita-se a compreensão do Programa Bolsa Família, um programa social de transferência de renda do governo federal, criado para auxiliar na complementação financeira familiar e assim ajudar na permanência e prolongamento escolar das famílias beneficiárias, fato que acreditamos tem sido considerado como condição essencial para sua inclusão social desses sujeitos a uma vida mais digna.

154

Buscamos por meio deste conhecer melhor sobre o programa e através dos seus beneficiários, compreender como tem sido do processo de aprendizagem dos alunos matriculados na Escola Municipal Luiz Ramos dos Santos situada no município de Angico, norte do Tocantins, pois num primeiro diagnóstico observamos que a maior parte dos casos de reprovação, evasão e indisciplina estão presentes entre esses alunos.

### Procedimentos Metodológicos

O caminho metodológico que guiou a feitura do trabalho em questão, pautou-se inicialmente no levantamento bibliográfico acerca do tema em questão. Nessa direção, a opção pela pesquisa de campo foi essencial, posto que o processo de observação e coleta de dados ocorreu no âmbito escolar e por meio de visitas domiciliares. Convém aclarar ainda que a coleta de dados se deu por meio da utilização de instrumentos (questionário) o que





viabilizou significativamente a captação das informações que deram subsídio as nossas reflexões.

### **Resultados e Discussão**

Os dados preliminares sinalizam questões que de certa maneira não são novidades posto que é sabido que o processo de aprendizado do aluno é refletido em sua grande maioria pelo apoio familiar. Assim constatou-se que envolvimento das famílias no processo de acompanhamento é insignificante, pois segundo os entrevistados o que preocupa no desenvolvimento nos alunos é o fator indisciplina que não se configura apenas como um problema vinculado à escola, mas envolve sobretudo a ausência de um apoio familiar efetivo.

Dessa maneira, observa-se que a presença da família na vida escolar dos alunos deve se dar não só em razão do recebimento de um benefício, mas sobretudo para ajudar a escola a solucionar esses casos de alunos indisciplinados, pois como vimos estes que acabam trazendo consigo comportamentos, sentimentos e problemas diversos.

Importa frisar também que os dados colhidos por meio do cadastro único do município, nos oportunizou verificar que no mês de setembro de 2017, no município de Angico, existem 724 famílias são cadastrados no Cadastro Único. Dessas 319 que estão recebendo o auxílio, 213 estão em situação de extrema pobreza, ou seja, recebendo menos de 85,00. Assim, dos 3.195 habitantes dessa localidade, 72.75% estão inclusos em programas sociais, o que demonstra que Angico é por sua natureza considerado um município muito pobre.

155

### **Considerações Finais**

As impressões iniciais apontaram que a desigualdade no contexto pesquisado pode ser medida de diversas formas, tais como falta de oportunidade, baixa ou ausência de escolaridade, falta de alimentos, moradia, entre outros.

Sendo assim, a ausência desses elementos somados a má distribuição de renda que assola o país como todo, coloca grande parte dos brasileiros, sobretudo aqueles que vivem em municípios pequenos como é o caso de Angico em situação precária e muitas vezes desumana e que embora a escola tente, jamais conseguirá mudar essa realidade posto que a educação faz parte de um mecanismo social. Assim, e se a educação é uma função da sociedade, não se pode pensar em uma mudança na educação sem uma mudança na sociedade.





## Referências

- ARROYO, Miguel G. **Pobreza E Currículo: Uma Complexa Articulação**. Secadi Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Ministério da Educação. Brasília: DF, 2014.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça E Educação**. SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Ministério da Educação. Brasília: DF, 2014.
- MÉTODOS DE PESQUISA [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: uma década de inclusão e cidadania /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. –Brasília : Ipea, 2013.494 p. : gráfs., mapas, tabs.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão, **Pobreza E Cidadania**. SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Ministério da Educação. Brasília: DF, 2014.

## “LER O OUTRO”: UMA REFLEXÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA NA LITERATURA

156

Maria Célia Gomes de Souza

**Resumo:** Esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre a representação indígena nos textos literários e as consequências do olhar do não indígena para a formação do preconceito e desigualdade Socioculturais. Dada a diversidade de obras e a extensão temporal, foram feitos recortes, ora para aprofundar questões que as obras suscitam, ora para buscar trilhas que foram se consolidando com o tempo. Em virtude da existência na literatura contemporânea de uma produção indígena substancial, se fez necessário uma reflexão também sobre o fazer literário indígena, uma vez que, são eles, os protagonistas de suas histórias e os maiores responsáveis pela resistência às situações de violação de direitos imposta pelos não indígenas.

**Palavras-chave:** Literatura. Representação. Povos. Cultura. Indígenas.

### Introdução

O exercício do pensar a voz e a escrita do outro é dificultoso e um tanto complexo, tanto para quem redige, quanto para quem lê, pois requer certo cuidado e responsabilidade. Levando-se em conta que a literatura vai além do contexto histórico social, há que se considerar o fazer artístico. Esta pesquisa se constitui em um estudo teórico sobre a representação do indígena na literatura brasileira, sob o olhar do não índio. Neste sentido, buscou-se traçar um paralelo com a produção própria do indígena, apresentada em textos escritos, prática que se fortaleceu após a Constituição de 1988, bem como a Lei 11.645/2008.





Com isto, intenta-se evidenciar, também, o olhar do indígena através dessa ferramenta tão necessária para o conhecimento e o reconhecimento humano que é a literatura.

A literatura sempre existiu como expressão cultural entre os povos, faz parte da formação de qualquer cultura, via oral ou visual, de formas curtas e elementares ou formas complexas e extensas. Nas sociedades ocidentais há inúmeras definições de literatura e do papel que desempenha, contudo, é importante apontar o conceito expresso por um escritor indígena. Neste sentido, Daniel Munduruku aponta que:

No meu pensamento, a literatura indígena não é a literatura do livro, o livro é um instrumento da literatura. Mas eu entendo que dançar a dança indígena é literatura, é uma conversa com os espíritos ancestrais. O canto indígena é literatura, é poesia pura do jeito tradicional de ser. Os rituais que se faz, os ritos de passagem, as narrativas que são passadas, são recontadas, são atualizadas pelos velhos da aldeia, é pura literatura, porque ela tem essa função de jogar quem escuta, jogar quem participa no coração do mundo (MUNDURUKU, 2011, s./d.).

De igual maneira, sabe-se que a partir da escrita, o texto literário assume, deveras, seu papel de depositário de um mundo recriado. Mundo este que, de certa forma, por exclusão social, econômica, política e cultural, comumente, esteve à mercê dos que detinham certo poder ou que a ele tivesse acesso. Portanto, não é de se estranhar a longa tradição no Brasil de publicar, por escrito, mitos e lendas indígenas supostamente transcritos das ricas tradições orais por toda sorte de autores, desde viajantes estrangeiros até antropólogos renomados, que ganhavam reconhecimento sem, contudo, trazer qualquer retorno para os indígenas que viviam as margens da “sociedade”.

Infelizmente, apesar da grande produção oral, até segunda metade do século XX, os indígenas foram representados na literatura sob o olhar do outro, do não indígena. Ora por estes pesquisadores, ora por escritores que retratavam a figura do indígena sob um olhar conveniente para época. Nesse sentido, é fundamental levar em consideração que a literatura contribui para formação da história social humana. Assim sendo, é legítimo afirmar que, no construir literário brasileiro, se consolidou uma “história indígena” no imaginário dos leitores. E que grande parte do que foi escrito, no campo literário, sobre os povos indígenas, construiu e consolidou uma visão etnocêntrica repassada pelos livros didáticos. Estes se tornaram instrumento e veiculação de representações acerca do indígena que se solidificaram no imaginário social.





Nesta perspectiva, a necessidade da pesquisa acerca desta temática se torna premente, levando-se em conta que os indígenas sempre foram protagonistas de suas histórias e apesar disso, continuam sendo os mais excluídos da sociedade. Além disso, nas últimas décadas a produção literária desse povo ganhou força, mas sequer é mencionada nos livros didáticos, o que também motiva o pensar sobre a forma retratada pelo não indígena e pelo indígena que também ganha voz nos textos escritos.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo uma resposta para a pergunta: de que maneira a produção literária, com temática indígena, contribuiu para a consolidação da visão da sociedade contemporânea em relação aos povos indígenas? Para tanto, realizou-se, dada a diversidade de obras e a extensão temporal, recortes necessários, ora para aprofundar questões que as obras suscitam ora para buscar trilhas que foram se consolidando com o tempo, dada a forma de como é trabalhada a literatura nos livros didáticos, a periodização da mesma em séculos e respectivos movimentos através de recortes, bem como a contribuição para formação do imaginário do leitor, estes, não poderiam ser ignorados nesta pesquisa.

### Procedimentos Metodológicos

O método utilizado para esta pesquisa foi o indutivo, que conforme Gil (2009), procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares, nesse caso, narrativas literárias. A técnica aplicada a esta pesquisa foi a de coleta de dados, neste caso, bibliográficos e literários, para tanto se consultou o acervo existente na biblioteca acerca da temática, bem como em outras fontes. Quanto ao tipo de pesquisa optou-se pela qualitativa, uma vez que se busca apresentar o estudo de forma descritiva com base em estudos bibliográficos.

E como procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica, seguiu-se as etapas abaixo:

1. **Delineamento da pesquisa:** elaboração do projeto de pesquisa.
2. **Revisão bibliográfica:** para delinear melhor o problema de pesquisa, o pesquisador deve fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o seu objeto. Isso permite que o estudioso se aproprie de conhecimentos para a compreensão mais aprofundada do assunto e do tema.
3. **Coleta de dados:** leitura cuidadosa dos autores e obras selecionados para coleta de dados para análise.
4. **Organização dos dados:** estudo exaustivo dos dados coletados, organizado-os em categorias de análise.
5. **Análise e interpretação dos dados:** discussão dos resultados obtidos na coleta de dados.
6. **Redação final:** elaboração do relatório final da pesquisa na forma exigida para o nível de investigação empreendido - monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado ou outro tipo de relatório.





Quanto à ordenação, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro contém uma abordagem sobre representações e imaginário social da identidade indígena, no segundo capítulo, reflete-se acerca da tradição oral e das novas produções da literatura indígena contemporânea, e o terceiro capítulo trata-se da representação do indígena na literatura brasileira nos diferentes períodos e movimentos literários. E, por último, algumas considerações sobre a pesquisa.

### **Resultados e Discussão – A representação do indígena na literatura**

É sabido que o primeiro contato entre índios e os não índios no ato do “descobrimento” do Brasil foi, como diz o poeta Oswald de Andrade, “*debaixo de uma bruta chuva*”, isto é, marcado pela brutalidade e imposição da cultura do colonizador para com a do nativo. Imposição esta que o poeta denuncia através da “pena”, como resgate e admiração de uma cultura e ao mesmo tempo como lamento pela destruição da mesma, é, ainda com a “pena” que o poeta expõe o ofício de registrar, de oficializar, na maioria das vezes, versões como se verdades fossem. Nesta perspectiva o fazer literário, de certa forma, também corroborou para a consolidação de muitas destas “verdades”.

É tanto, que de lá para cá muito se escreveu sobre. Há os que os descrevem como seres exóticos, outros como seres selvagens, bárbaros e até mesmo, como contraponto ‘heróico’ como bons selvagens etc. Versões que pautam os escritos oficiais e que por muitas vezes foram reiteradas no campo literário e que serviram, através dos livros ‘indicados’ nas escolas, para consolidar uma “história contada”, marcada por uma visão preconceituosa e perversa que distorce a própria história dos povos indígenas. Portanto, secularmente, o que grande parte dos brasileiros sabe são recortes fragmentados e que, por sua natureza, tem como finalidade, na maioria das vezes, contemplar interesses dos não indígenas. É tanto que, infelizmente, até hoje, continua a dificuldade de pensar e admitir a diferença, e quer queira ou não, grande parte do que foi escrito, no literário, sobre os povos indígenas contribuiu para uma visão preconceituosa e etnocêntrica que está enraizada até hoje.

Os textos literários ao longo da história foram retratando os indígenas em diferentes épocas, o discurso literário ora consolida uma visão ora rompe. Inclusive o único período literário no qual os indígenas não foram mencionados foi o Realismo, que por coincidência, ou não, dialoga com a ideia implantada no período de que no Brasil não existiam mais índios.

De início, foi analisado a ‘A Carta de Pero Vaz de Caminha, o primeiro texto histórico/literário que informa sobre a existência de indígenas em terras recém descobertas





pelos europeus, registra o contato e também dar indícios da visão preconceituosa que mais tarde foi amplamente alimentada: “Há que se salvar essa gente”. Nos textos árcades de Basílio da Gama que visualizava o indígena como “homem natural”; de Santa Rita Durão, que pouco esteve no Brasil, mas, do alto de sua religiosidade, os via como “os bárbaros que comiam carne humana”, ideia certamente influenciada pelos relatos de Hans Staden, explorador alemão preso pelos tupinambás e que relatou suas viagens ao Brasil. Tal relato serviu para veicular a ideia de “barbárie” dos povos indígenas e justificar a ação dos colonizadores, pois estes promoviam a “civilização”. Os autores românticos que idealizavam e retratavam o índio como o bom selvagem, corajoso, honrado e submisso, enfim, um “índio bom”, mas que apesar disso não se integrou de fato ao meio social. O Realismo, como citado anteriormente, coincide com a visão histórica do sumiço dos indígenas, e anulou por completo sua presença dos textos literários e o Modernismo, movimento de ruptura, que buscou uma identidade nacional, e para isso, trouxe novamente a figura do indígena.

Dada a produção de um literário nas últimas décadas, que é feito pelo próprio indígena, que tomam da pena e reescrevem suas histórias, antes apropriada e divulgada de forma destorcida pelo não indígena, a pesquisa estendeu-se também para os textos indígenas, uma vez que os mesmos são o objeto do estudo. Segundo Munduruku (2013), há no país em torno de trinta e cinco autores indígenas que estão publicando regularmente suas obras, alguns com muitos títulos e outros ainda iniciando sua produção. “O mercado hoje tem mais de 100 títulos escritos por autores indígenas”, fato que motiva uma reflexão sobre esse novo olhar que toma forma nos textos literários, bem como sobre a inexistência dessa produção nos livros didáticos, apesar de quase meio século de escrita e de leis que asseguram o estudo da cultura e história dos povos indígenas.

Dessa forma, o trabalho trilhou através dos movimentos literários no Brasil, buscando dados que comprovam as injustiças sociais, exclusões e propagação de uma visão preconceituosa que os indígenas sofreram ao longo de suas histórias.

Assim, no decorrer deste trabalho apresentam-se alguns recortes de narrativas indígenas que serviram de embasamento para traçar um paralelo entre a literatura produzida pelos não indígenas e os indígenas. Dentre estes, destaca-se a produção de Ailton Krenak, Olívio Jekupé e Daniel Munduruku, bem como, escritores não indígenas como Gonçalves Dias, José de Alencar, Mário de Andrade, Oswald Andrade, dentre outros; e críticos literários, entre eles, Antonio Candido e Roberto Schwarz.







### Considerações Finais

Após os percursos empreendidos, pode-se dizer que a literatura sempre foi uma ferramenta importante na construção de uma identidade nacional, pois revela um Brasil não somente como um mero recorte temático, mas em constante construção. A literatura inserida em um dado contexto sócio histórico e cultural expressa discursos e representações que se projeta no imaginário popular.

Assim, um olhar particular constrói narrativas que quase sempre são reproduzidos sem grandes reflexões. Isso explica imagens e representações do indígena no imaginário popular brasileiro, divulgadas desde os primeiros séculos de colonização pelos viajantes e historiadores, e preconizada, posteriormente, por escritores em diferentes períodos e movimentos literários. Ora com um olhar que representa o colonizador, ora revisitando o passado de forma idealizada, ou crítica.

Nessa perspectiva, é necessário admitir a contribuição da literatura para formação de uma identidade nacional, no que se refere aos indígenas, apesar de ora romper, ora consolidar a imagem do mesmo, também foi um veículo importante de reconhecimento dos povos indígenas, uma vez que através de obras como: “*I-JucaPirama*” e “*Deprecação*” de Gonçalves Dias, ou nos escritos de Oswald de Andrade, dentre outros, tematizaram os indígenas, e de certa forma, deram voz aos mesmos. Contribuíram, assim, para que não caíssem no ostracismo.

Há que se admitir, contudo, mesmo que a literatura seja um instrumento de denúncia social, contraditoriamente, no Brasil, também contribuiu para o esquecimento dos indígenas, como citado ao longo do trabalho. Após todo sentimento nacionalista que reconheceram os povos nativos como representantes legítimos do Brasil, com exceção do Romantismo, os movimentos literários do século XIX comungaram com a vontade política de quem detinha o poder, isto é, os povos nativos foram invisibilizados e postulados como empecilho para o “progresso”, portanto, deveriam ser exterminados.

Nem mesmo o Modernismo, movimento que defendeu mais uma vez uma identidade nacional, dessa vez, não idealizada, mas com uma revisitação crítica do passado, escapou de ausentar a figura indígena dos textos literários. Na chamada geração de 30, que denunciava os problemas políticos sociais do Brasil, os autores não atentaram para os problemas sociais que os povos indígenas também enfrentavam e ainda enfrentam.





Foram eles, os indígenas que tomaram à pena, e como sempre fizeram, protagonizaram suas histórias e começaram a produzir narrativas que, agora, os não indígenas também têm acesso. Contam suas histórias, sua cultura e o seu jeito próprio de ver o mundo, de “ler pessoas”. Entretanto, a indiferença é muito presente entre os não indígenas. O protagonismo indígena sempre existiu e continuará existindo, mas pouco é noticiado através dos meios de comunicação. Sabe-se que muitos são marginalizados, não tem suas terras demarcadas e vivem em situação de extrema pobreza.

As práticas da colonização continuam presentes; afinal existem povos isolados, povos sem território, os problemas sociais são inúmeros, os massacres continuam, mas não são divulgados, a não ser quando o nativo aparece como vilão. Indiferença presente também nos livros didáticos em se tratando da produção literária, pois mesmo após a Lei 11.645/2008, os textos dos escritores indígenas, se quer são mencionados, diferente da Literatura Africana produzida em países de língua portuguesa, que já se fazem presente nesses há um bom tempo.

De alguma forma, o ativismo indígena, fora e dentro das reservas, ainda não foi suficiente para consolidação da produção literária desse povo. Infelizmente, a grande maioria dos professores brasileiros não sabe da existência dos escritores indígenas.

Diante disso, há que se promover mais formação com temática indígena para professores, principalmente do ensino fundamental e médio, para que os mesmos possam provocar essa mudança dentro da sala e assim estender para as editoras, a fim de preencher essa lacuna, uma vez que muitos professores reproduzem somente o que está previsto nos livros didáticos e continuam repassando a imagem unificada de um índio genérico.

162

### Referências

- ALANA FRIES. **Daniel Munduruku e KakaWeráJekupé**. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 287-308, jan./jun. 2013.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Esta é uma outra mesma história: os índios nos livros didáticos de História do Brasil**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2009. p. 131-156.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. *Cinco idéias equivocadas sobre os índios*. 2002. Disponível em: <[http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco\\_ideias\\_equivocadas\\_sobre\\_indios\\_palestraCE\\_NESCH.pdf](http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco_ideias_equivocadas_sobre_indios_palestraCE_NESCH.pdf)>. Acesso em: 15 de Out. 2015.
- BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. v. 2. São Paulo: Martins, 1971.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.





DIAS, Gonçalves. Disponível em: <http://www.jornal da poesia.jor.br/.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2016).

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, R. C. *O índio e o mundo dos brancos*: Uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna. São Paulo: LivrariaPioneiraEditora, 1972.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 2. ed. São Paulo: Duas cidades, 1981.

## ESCOLA E POBREZA: SUAS IMPLICAÇÕES NO DESEMPENHO ESCOLAR

Maria Conceição José da Silva

**Resumo:** Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de analisar possíveis interferências no desempenho escolar de estudantes matriculados na segunda fase do Ensino Fundamental da Escola Estadual Silva Dourado. Foi realizada entrevista com diretor, coordenador e professores para abordagem qualitativa. No entanto, fez-se necessário realizar conversas e propor momentos destinados à observação para coleta de informações necessárias para a execução e conclusão deste. O texto evidencia a relação das escolas públicas em condição de pobreza, bem como, o desenvolvimento e a aprendizagem do indivíduo. O resultado afirma a importância do acesso facilitado, da eficácia da boa alimentação e em horários adequados assim como do acompanhamento das famílias para melhor desempenho do aluno. O sucesso de crianças e jovens que frequentam escolas públicas depende também da boa relação com seus familiares, certos de que a motivação é algo que se adquire a partir da boa convivência e o fortalecimento dos objetivos individual de cada educando está assegurado no acolhimento e na boa interação entre escola/aluno. Foi analisado o Projeto Político Pedagógico da escola relacionando-o com material estudado nos módulos da pós-graduação. Tem como referencial a fala de autores envolvidos no sistema educacional, políticas sociais e direitos humanos, dentre eles alguns estudados nos módulos durante o curso. Trazendo-os como fundamentação teórica, utilizamos de ideias de autores como: BORBA (2010); BOAVENTURA SANTOS (2013) entre outros que se dedicaram a estudar a temática em pauta. Considero importante o diálogo com o aluno, os relatos sobre seu desenvolvimento, seu acolhimento, desafios e expectativas. A pobreza existe e é um desafio na vida de muitas crianças uma vez que a má distribuição de renda encarrega por proporcionar desconforto na adaptação dessas crianças frente à sociedade fluente podendo levar a desistência e ao abandono. A permanência do aluno na escola é a garantia de um amanhã melhor, é a certeza da construção de uma sociedade mais consciente e, no entanto, é a garantia dos direitos do cidadão.

**Palavras-chave:** Escola; Pobreza; Superação; Acolhimento.

### INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema que afeta grande parte da nação. Em nosso dia a dia vemos retratados no olhar de boa parte das pessoas de comunidades mais carentes uma tristeza em consequência do sofrimento de um problema que tende a diminuir com o passar do tempo e talvez necessite de longos anos para esse problema amenizar. Enquanto isso não acontece, muitas pessoas lutam constantemente em busca do mínimo para sua sobrevivência. Todos os administradores têm em seu programa de gestão o objetivo de erradicação da fome, essa é uma proposta que deve ser levada a sério, pois enquanto estudam uma forma de diminuir esse sofrimento muitas crianças e jovens têm seus sonhos interrompidos por não conseguirem estreitar a relação de existência e de subsistência. Vimos que a desnutrição leva ao sofrimento





como também mata no sentido de interromper a vontade de lutar por melhorias de vida e as pessoas que mais sofrem são as crianças indefesas.

Entender que nascemos munidos de nossos direitos bem como de nossos deveres é um meio de incentivo para lutarmos, mas nem sempre se consegue êxitos, pois no meio da caminhada existem fatores que auxiliam o crescimento e ao mesmo tempo podem ser desestimuladores.

Sabe-se que o ciclo da vida é natural, para que esse ciclo aconteça de forma serena temos que sentir estimulados e o principal caminho deve estar munido de alimentação, moradia, segurança e educação de qualidade.

O desenvolvimento humano necessita de uma boa relação entre indivíduo e sociedade. Vivemos em uma sociedade muito exigente onde somos o que temos. Infelizmente a influência do “poder” deixa o “pobre” cada vez mais às margens da sociedade, portanto, essa sociedade torna cada vez mais competitiva e o desejo de vencer leva a pessoa de comunidades carentes a si cobrar mais para tornar seus resultados melhores a cada dia e desse modo garantir sua cadeira em meios aos mais favorecidos financeiramente. É importante que todos tenham as mesmas oportunidades para vivermos mais dignamente. Ver o indivíduo desprovido de seus direitos muitas vezes o criticamos sem entender que ele é um cidadão excluído da sociedade, sem voz sem vez, teve sua dignidade levada pela enxurrada do desrespeito e da falta de oportunidade, gera um questionamento: Que cidadão é esse? É aquele que sofre com a falta de cultura que o impede de viver como gente, como qualquer um cidadão comum munidos de direitos e deveres. A pobreza está por todo lado, no entanto, vale entender que nossos governantes estão empenhados em diminuí-la através de projetos e programas que envolvem essa sociedade empobrecida. Sabe-se que é uma tarefa longa, pois necessita não somente dos projetos em si, mas a execução dos mesmos. É nesse momento que as equipes envolvidas conseguem perceber a complexidade do “ser pobre”.

A vulnerabilidade e a pobreza são fatores desestimulantes, visto que a criança com fome e sem cidadania terá um desempenho comprometido, a falta de orientação desfavorece o crescimento da democracia tendo em vista o bem-estar social, cultural e econômico.

A luta por melhorias leva o indivíduo buscar saberes que garantem melhores oportunidades no futuro. A chegada à escola pode lhe causar um sentimento de estranheza, de timidez e de insegurança, em muitos casos esse problema vai sendo superado aos poucos. Pensamos que quando o aluno é criança essa adaptação torna mais serena logo o entrosamento





e a boa relação acontecem. Mas nem sempre é assim, durante minha pesquisa pude perceber que principalmente àquelas crianças vindas da zona rural essa adaptação pode vir de modo mais tardio e isso implica no desenvolvimento dessa criança.

O bom acolhimento desse aluno pela escola influencia na boa adaptação, pois, quanto mais rápido acontecer mais rápido será seu desenvolvimento. Deve-se, no entanto, acreditar nas possibilidades de mudanças como diz Cerqueira:

“Pobres e pobreza constituem-se sujeitos e processos a serem interrogados numa direção contrária às investigações, cuja regra geral é descrever informar ou desarrumar as faces do seu infortunado. Importa aqui abordar a potência dos pobres sua capacidade de produzir vida na própria vida”. (Cerqueira, 2010, p. 25).

Nesse sentido a escola deve acreditar nos sonhos e nos desejos do aluno ainda que pareçam insignificantes certos de que, o reconhecimento gera esperança e o desejo de transformar surge para garantir a frequência e sustentar a permanência desse aluno dentro da escola.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

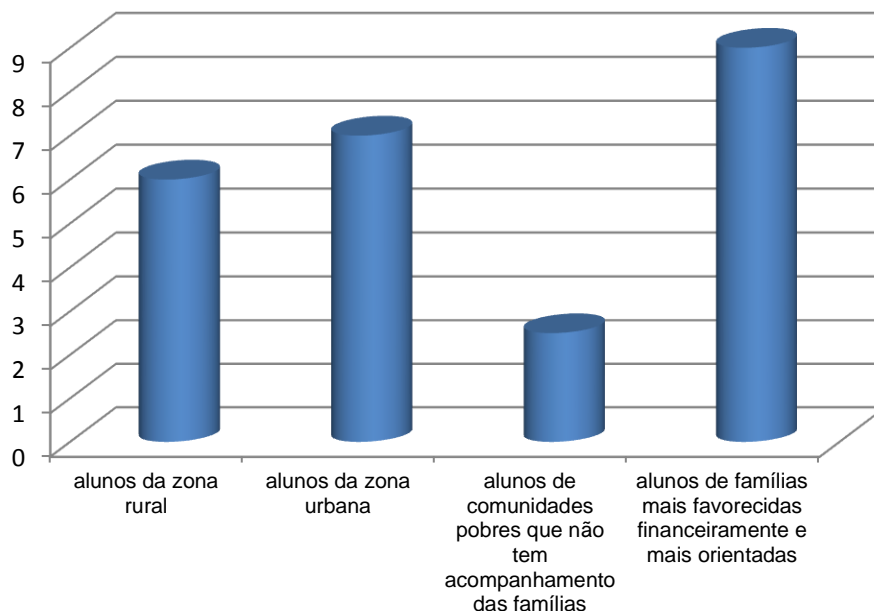
- Abordagem qualitativa e pesquisa de campo;
- Coleta de dados através de pesquisa de campo com os alunos;
- Conversas formais através de questionários com a equipe gestora, grupo docente e outros profissionais envolvidos no processo;
- Momentos destinados à observação;
- Análise dos dados;
- Leituras bibliográficas de autores que dedicam a estudar a temática em pauta.

165

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Escola Estadual Silva Dourado por ser uma escola pública não deixa de cumprir com seu papel de mediadora de conhecimentos e de transformadora de consciência. Encontra-se bem localizada e de fácil acesso. O prédio apresenta boas condições, no espaço físico se percebe algumas adaptações para melhor atendimento a seu público. O quadro de funcionários atende as necessidades da demanda, para tanto dispensam atendimento qualificado a cerca de 220 alunos, entre eles 50% são vindos de comunidades pobres assim como de comunidades distantes como zona rural, apresenta dados que visam o sucesso do aluno. O gráfico abaixo aponta os indicadores do progresso escolar do aluno matriculado na 2ª. Fase do Ensino Fundamental da Escola Estadual Silva Dourado em 2017:





Ao analisar o gráfico acima se percebe que os alunos da zona rural apresentam comprometimento em seu desempenho devido morarem distantes e seu acesso precário. De acordo com informações colhidas esse grupo compreende 25% de seus alunos. Ao chegarem à escola apresentam um cansaço visível, muitos deles saem de suas casas entre 4:00 e 4:30hs da manhã e retornam por volta de 13:00 e 14:00hs. Observa-se que esses devem estar na escola às 7:15hs e deixam a mesma às 11:30hs. Em relação ao aluno que mora nas proximidades da escola seu desempenho é considerado bom, devido às facilidades de acesso. Mas os mesmos que estão incluídos nas comunidades pobres nem sempre respondem ao esperado, pois seu fracasso está relacionado ao não acompanhamento das famílias.

166

No entanto, o melhor desempenho está entre as crianças de famílias mais orientadas, uma vez que as mesmas são mais conscientes e conseguem estabelecer uma boa relação com a escola, desse modo pode-se dizer que o bom rendimento depende do bem estar das crianças dentro e fora do espaço escolar.

De modo geral, a escola diz que o progresso e o bom desempenho é muito particular entre seus alunos, há àqueles que têm um bom desempenho inserido em comunidades carentes como também existe um número de alunos que estão em comunidades bem sucedidas e que, no entanto, apresentam pouco rendimento. Diante de todos os desafios escolares o grupo que sai de casa mais cedo e chega mais tarde acaba por ser vencido pelo cansaço físico em momentos importantes da aula. A alimentação nos horários inadequados é um dos fatores comprometedores nesse processo.





## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para tanto, busquei conhecer um público que se enquadre nesse processo. Foi necessário realizar entrevistas bem como observar a relação da escola com a comunidade, desse modo pude coletar informações importantes que favorecem a elaboração deste artigo. De início surgiu alguns questionamento: Que benefícios à formação e a informação trás ao homem pobre? Será que a criança oriunda de comunidades carentes tem sonhos?

Com esse desejo fui a campo e coletei informações necessárias de serem apreciadas, visto que o enfrentamento da pobreza ou extrema pobreza é uma luta constante contra a fome, a miséria e a falta de instrução, que por sua vez acaba esmagando os poucos direitos que esse sujeito empobrecido ainda pode ter.

No intuito de entender o que as crianças daquela comunidade sonham e desejam para seu futuro pude perceber que, em meio ao sofrimento e a falta de oportunidades ainda há àquelas que acreditam em sua capacidade de buscar então, dividem seu pouco conhecimento com trabalho duro e muitas vezes são explorados afetando a condição de estudar, mesmo assim eles são perseverantes a seus objetivos.

A escola apresenta o desejo de que toda criança matriculada permaneça e evolua, mas nem sempre isso ocorre, pois, muitas delas acabam desviando e se perdendo no meio do caminho dentre esses fatores estão a falta de colaboração da própria família, que a encarrega de algumas responsabilidades que comprometem a aprendizagem. Pude conhecer de forma gradativa o outro lado da pobreza e suas dependências. Na verdade a educação é um dos setores que mais sofre com a má distribuição de renda, visto que ela tem que lidar com pessoas que apresentam um desnível social muito grande. Sente comprometida em recuperar a sociedade do círculo vicioso da pobreza, bem como fazer um cidadão do bem.

Enfim, pude perceber que ser pobre é não ter cidadania, é sofrer as exigências da sociedade fluente, no entanto, deve-se acreditar nas possibilidades de mudanças, para livrar da miséria e da opressão. Pois, a sociedade democrática é aquela onde todos tenham oportunidades, onde o cidadão tem os direitos resguardados para então poder cumprir com seus deveres de forma mais consciente, mudando a visão de que todo pobre é marginal. Nessa expectativa percebi que a comunidade pesquisada tem dois desejos “crescer e transformar”.

## REFERENCIAS

ARROYO, Miguel G., **Trabalho e infância**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.





BOAVENTURA, Marilene Chauí de Sousa Santos, **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

CERQUEIRA, Monique Borba, **Pobres, resistência e criação: personagens no encontro da arte com a vida**. São Paulo, 2010.

Material estudado durante a pós-graduação: educação pobreza e desigualdade social.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. MOREIRA, Antônio Flávio B. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1999. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996

Matriz Curricular da Escola

Projeto Político Pedagógico da Escola

## IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIADOS: UMA ANÁLISE DA ÓTICA DOCENTE

Maria Dalva Carvalho da Silva

Fabiola Andrade Pereira

**Resumo:** O presente artigo versa sobre os impactos do Programa Bolsa Família na vida escolar dos estudantes da escola da rede municipal de ensino, Unidade Integrada Francisco de Assis Nóbrega, situada em Porto Franco. Busca apresentar os resultados da investigação que teve como objetivo, avaliar por meio da ótica docente quais seriam os reais efeitos do Programa para a permanência dos estudantes na escola, levando em consideração elementos como a frequência e no rendimento escolar dos beneficiários, condicionalidades necessárias para a permanência no mesmo. As informações que embasaram a pesquisa foram colhidas através de entrevista semiestruturada, com abordagem qualitativa aplicada junto aos professores que integram o quadro de profissionais da escola pesquisada. Entrementes os dados colhidos permitiram perceber que grande parte dos pais dos alunos, não demonstram muita preocupação com o futuro escolar de seus filhos, posto que muitos procuram manter seus filhos na escola apenas com o intuito de garantir a sua permanência no Programa Bolsa Família.

**Palavras-Chave:** Programa Bolsa Família. Professores. Desempenho Escolar.

168

### Introdução

A exclusão e a desigualdade social no Brasil se configuram como temas de grande relevância no debate atual. Com base nessa preocupação crescente, significativos avanços já foram conquistados no campo sociopolítico-econômico, no sentido do combater a pobreza e a desigualdade de renda, frutos do regime excludente que divide de forma desigual os capitais, por meio da criação de políticas públicas de amparo às classes menos favorecidas da sociedade. Dentre essas políticas de cunho social, destaca-se nesse contexto, o Programa Bolsa Família, do Governo Federal que desde de 2003 vem atuando de forma significativa acerca dos seguintes eixos: transferência de renda; ações e programas complementares e condicionalidades, atendendo atualmente mais de 13 milhões de famílias pobres e em extrema pobreza em todo o país.







O presente trabalho, desenvolvido na linha de pesquisa pobreza e desigualdade social direcionou sua atenção para o eixo condicionalidades, tendo em vista a sua intenção de investigar dentro desse programa de transferência direta e condicionada de renda, a ampliação do acesso à educação por meio da inclusão educacional que visa vincular a frequência escolar a um complemento na renda mensal das famílias beneficiadas.

Para a coleta das informações que embasaram este estudo, serviu-se da pesquisa de campo de caráter exploratório com abordagem qualitativa junto a professores da unidade escolar do município de Porto Franco do Maranhão, sob a hipótese de que a falta de acompanhamento familiar à vida escolar dos filhos, pode contribuir com a evasão e a repetência escolar e assim ser um fator agravante para a sua não permanência no Programa Bolsa Família.

Diante dessa suposição, buscou-se de maneira geral avaliar a visão dos professores, sobre os efeitos do Programa Bolsa Família para a permanência do aluno na escola, a fim de responder ao problema que suscitou a pesquisa, ou seja: Qual a visão dos professores da escola municipal Unidade Integrada Francisco de Assis Nóbrega, sobre a contribuição do Programa Bolsa Família no desempenho escolar dos alunos bolsistas?

169

### **Procedimentos metodológicos**

Para coletar os dados que fundamentaram o trabalho, partiu-se da Pesquisa de Campo, procedimento aplicado junto aos professores e equipe pedagógica da U.I Francisco Nóbrega em Porto Franco - Ma. É este tipo de pesquisa que busca “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar (...)” (LAKATOS, 2003, p. 186).

O trabalho teve início com uma visita in loco, para explanação dos objetivos do trabalho. A pesquisa foi direcionada por entrevistas com perguntas elaboradas de forma a colher as informações necessárias quanto aos impactos do Programa Bolsa Família no desempenho escolar dos alunos beneficiados. Para tanto, foram entrevistados em uma primeira categoria todos os professores e equipe pedagógica, para coleta geral dos dados de identificação.

Para isso, foi utilizada a entrevista semiestruturada contando com quinze questões direcionadas aos profissionais da escola que sediará a pesquisa. Defende Manzini (1991), que esse tipo de entrevista deve focalizar um assunto sobre o qual é elaborado um roteiro com as perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias





momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Quanto à abordagem, foi usada a pesquisa de abordagem qualitativa que segundo Gil (1999), faculta da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando o que é comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. Essa escolha se deve ao fato de não se ter a intenção de quantificar os resultados, mas de se conhecer e analisar uma determinada realidade.

A esse respeito Minayo (1994), afirma que:

A pesquisa qualitativa se preocupa, nas Ciências Sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21)

A pesquisa teve quanto aos objetivos um caráter exploratório que segundo Gil (1991), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema”. Assim, visa tornar o problema mais explícito ou a facilitar a construção de hipóteses. Tem como características a flexibilidade, de modo que qualquer aspecto relativo ao tema estudado tem importância.

170

### Resultados e discussões

De acordo com os dados colhidos na unidade escolar pesquisada, pode-se colher como resultado o que se expõe, no quadro abaixo, utilizado para demonstração dos resultados obtidos com o trabalho de campo realizado.

Demonstrativo sobre a escola, alunos beneficiários e situação familiar, no contexto escolar em 2016.

Quantidade de alunos matriculados (2016) - (2017)	321-320
Quantidade de bolsistas	230
Quantidade de famílias com benefício bloqueado	03
Quantidade de famílias advertidas	06





Quantidade de famílias suspensas	03
Quantidade de famílias canceladas	02
Renda mensal familiar predominante	Um salário ou menos de um salário mínimo
Faixa etária dos estudantes	06 a 18 anos

Fonte: Dados pesquisa de campo/2017

Elaboração: Autoria própria

Conforme os dados fornecidos pelos sujeitos envolvidos, da quantidade de alunos beneficiados com o programa, 03 famílias hoje estão com seu benefício bloqueado, 06 já foram advertidas, 03 estão suspensas do programa e 02 tiveram seu benefício cancelado

Nesses dados fornecidos pelos entrevistados eles afirmam que, embora a escola faça reuniões e esclareça para os responsáveis pelos alunos sobre as condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família, que “conforme determina o Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004, a manutenção do benefício depende do cumprimento das condicionalidades” (BRASIL, 2004, p.37). Acrescentando ainda, que “na área de educação, as condicionalidades previstas são a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos

171

Quanto aos questionamentos sobre a utilização do dinheiro do BF, embasados no contato mantido com os alunos e familiares, os professores entrevistados responderam que muitas famílias (62%) empregam o dinheiro em itens previstos pelo programa: materiais escolares e alimentação, porém há ainda aqueles cujo desvio é perceptível na sua própria conduta, por chegar à escola sem pelo menos um caderno ou lápis para escrever, e com traços de criança com fraca alimentação, por reclamar de está sentindo fome e ansioso pela chegada da hora do lanche.

O desempenho escolar como um dos focos centrais da pesquisa sinalizou que 50% dos alunos integrantes do PBF têm um desempenho regular, 37% estão na faixa de insuficiente e apenas 13% foram classificados como excelentes, dados colhidos pelos professores entrevistados e fichas individuais de desempenho do aluno.

Outros dados importantes colhidos com a entrevista apresentaram: 50% dos pais acompanham seus filhos na vida escolar, 37% demonstram pouca preocupação, e ainda existe um percentual de 13% que delegam à escola a responsabilidade de sozinha educar seu filho.





Outro resultado intrigante que precisa ser revisto e trabalhado pela escola junto à família, pois apenas 50% dos pais manifestaram preocupação com o futuro de seus filhos, um percentual de 37% declarou que os obrigam a irem à escola, para não perder a Bolsa Família e 13% demonstraram considerar a escola como uma jaula na qual ficarão trancados por um determinado período, estando livres do envolvimento nas ruas, “com coisas ruins”.

Quando questionados a respeito do acompanhamento e esclarecimento sobre o PBF feito pela escola para a família, 60% disse que raramente a escola faz, deixando esse assunto para ser tratado nos encontros “Família na escola”, pois, quando colocado previamente na pauta de reuniões, desperta o interesse dos pais em se fazerem presentes.

### **Considerações finais**

De acordo com os depoimentos colhidos dos professores da Unidade Escolar Francisco de Assis Nóbrega acerca do tema explorado, pode-se compreender que grande parte dos pais dos alunos, não demonstram muita preocupação com o futuro escolar de seus filhos, e que muitos mantêm os mesmos na escola, preocupados em garantir a sua permanência no Programa Bolsa Família.

Quanto ao desempenho escolar dos alunos beneficiados, os dados apresentados pelos professores, retirados da ficha de registro individual dos alunos sinalizam que 50% dos alunos inscritos no programa têm apresentado resultado satisfatório, tendo em vista, nem todos contarem com o acompanhamento dos pais em seu rendimento escolar.

Não que isso sirva de parâmetro para um julgamento depreciativo do comprometimento de cem por cento dos pais, pois um número significativo, equivalente a 50% deles, demonstrou comprometimento, porém não se pode descartar a preocupação gerada em torno dos que se omitem ao cumprimento de sua obrigação em acompanhar diariamente o desenvolvimento integral de seu filho.

De posse dessas informações, percebe-se a necessidade que a escola tem, de realizar reuniões para prestar os esclarecimentos devidos sobre a importância desempenhada pela escola na formação das crianças e jovens da comunidade, não de forma esporádica como vem acontecendo, mas com uma programação prévia a ser contemplada em seu Projeto Político Pedagógico de modo a integrar o Calendário Escolar anual da instituição de ensino.





## Referências

BRASIL (2004). Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm). Acesso em: 13 de jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos, **Dados e Técnicas de Pesquisa Social**/ Antônio Carlos Gil 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Maria da Guia Rodrigues Correia

Fabricio Carlos Zanin

**Resumo:** O Programa Bolsa Família (PBF) tem como foco atender às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, ou seja, os indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O trabalho apresenta como objetivo geral a identificação da importância do PBF junto à educação e além disso, analisar seu surgimento e suas condições. Partindo do princípio de que o PBF é uma política pública social de transferência direta de renda, que beneficia famílias que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. Considerando que o Programa tem mais de uma década, foi possível compreender que sua permanência está relacionada à desigualdade social interligada à questão da pobreza, ambas presentes em todo o país.

**Palavras Chaves:** Programa Bolsa Família — Educação — Pobreza.

### Introdução

O presente estudo apresenta aspectos relacionados ao PBF e sua contribuição com a educação, pois, durante a realização da Pós Graduação, despertou-me a refletir sobre o tema, surgindo assim a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto.

O objetivo geral é a identificação da importância do PBF junto à educação. Os objetivos específicos são a análise do surgimento do PBF, reflexões sobre a importância da educação, identificação de quais as condições para inserção e permanência no PBF.

O Bolsa Família é um programa social de transferência direta de renda, que beneficia famílias que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza.





Ao refletir sobre a atual conjuntura social, política e econômica enfrentada pela população brasileira, possibilitou identificar possíveis problemas enfrentados. Muitos desafios são impostos, situações possivelmente advindas do processo da revolução industrial, impulsionado no período da ditadura civil e militar.

Os problemas existentes na sociedade, dentre eles estão visíveis a desigualdade social e a má distribuição de renda. Nesta conjuntura surgiu a problemática deste estudo, bem como a indagação de como é realizada e quais as condições para inserção do indivíduo ao programa de transferência de renda no país? Tendo em vista que é necessário obedecer aos critérios estabelecidos para que as famílias sejam inseridas ao programa, é viável que os gestores municipais busquem de fato proporcionar a efetivação dos direitos de cada cidadão inserindo-os conforme os critérios estabelecidos pelo programa e realizar o acompanhamento das famílias buscando orientá-las a cerca das condicionalidades e critérios estabelecidos para a permanência no programa.

De acordo com a Lei nº 10.836/2004, o PBF tem como objetivo beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O Art. 1º diz: -Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Dentre as condições estabelecidas pelo Governo Federal, têm como obrigatoriedade o atendimento de algumas exigências, dentre elas a garantia da inserção e permanência dos dependentes com idade de 06 a 16 anos na escola tendo frequência e manter as vacinas atualizadas. Caso haja o descumprimento de alguma destas exigências pode ocorrer à suspensão do benefício.

174

### **Procedimentos Metodológicos**

O processo metodológico do presente estudo se constituiu em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, pesquisadas em obras específicas relacionadas sobre o tema, tais como livros, revistas, artigos, sites, documentários e reportagens. O estudo está dividido em cinco partes: a primeira trata sobre o surgimento do PBF, na segunda é realizado aborgagens sobre a importância da educação; na terceira, enfatiza a relação do PBF com a educação; na quarta as condicionalidades do PBF; e, na quinta, a política educacional.





### **O surgimento do Programa Bolsa Família**

O PBF surgiu no final do ano de 2003, o Programa é de transferência de renda dotado de condicionalidades na área de Assistência Social, Saúde e Educação e, surgiu com os principais objetivos: combate à fome, à miséria e a exclusão social com vista na promoção da inclusão social.

O PBF é sem dúvida é, um importante instrumento que visa atender famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, inserindo as famílias atendidas em cursos de qualificação, para que estes possam conquistar autonomia financeira, possibilitando a inclusão no mercado de trabalho, com o objetivo de superar a situação de pobreza.

### **A importância da educação**

Ao estudar sobre a importância da educação, foi necessário compreender o que de fato a mesma significa, pois a educação pode ser compreendida sobre diversos aspectos, sendo interpretada de acordo com local, tempo e espaço, gerando assim questionamentos sobre sua efetividade, qualidade bem como sua finalidade.

Considerada por muitos como um processo de ensino aplicado em sala de aula, no qual a mesma é direito essencial, fundamental e indispensável, que se encontra disponível a todo e qualquer cidadão, tornando assim como alicerce para o exercício da cidadania.

No contexto jurídico, sabe-se que a educação é um direito garantido, sendo definida como dever do Estado e direito do cidadão. O Estado promove articulações de diferentes maneiras/situações para que aconteçam a devida inserção e permanência do cidadão no ambiente escolar.

### **A relação do Programa Bolsa Família com a educação**

Partindo do pressuposto de que na conjuntura atual a educação tem sido objeto de reflexão e debate por toda a sociedade, pois é considerada como aspecto que o envolve. Essa, por sua vez, está interligada as questões sociais, culturais, econômicas e até mesmo religiosa.

A educação é constitucional e faz parte do rol de direitos fundamentais favorável à criança e ao adolescente, tendo como dever ser assegurada pelo poder público, a designar condições necessárias à efetivação, tendo o foco direcionado ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).





No contexto educacional o PBF proporciona o fortalecimento da inserção e permanência do indivíduo na escola. Acredita-se que é através da educação, que se pode desenvolver e despertar habilidades individuais e coletivas.

Considerando que, na atualidade, diferentes segmentos sociais se apropria da educação como mecanismo necessário à obtenção do emprego, pois é indispensável a formação de capital humano para obter sucesso no mercado de trabalho.

O programa tem como principal objetivo contribuir com as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza a saírem dessa situação de vulnerabilidade e miséria. Ele busca garantir às mesmas o direito à alimentação e o acesso à educação e saúde.

### **Política de educação**

Identifica-se que, atualmente, é de suma importância a efetivação e cumprimento das legislações sociais como, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, recomendam que a educação seja um direito social de todos, e que essa educação seja de qualidade, e um dever que deve ser afiançado pelo Estado e por toda a sociedade.

### **Conclusão**

O estudo buscou apresentar aspectos relacionados ao Programa Bolsa Família. As contribuições com a educação, a importância, e análise sobre o surgimento do Programa, possibilitando reflexões sobre a educação e identificação sobre as condições para inserção e permanência ao Programa.

Quando foi criado o PBF, foram estabelecido critérios para a permanência da família no programa, esses chamados de condicionalidades, que visam garantir o acesso dessas famílias aos direitos básicos, como saúde, educação e assistência social.

A família beneficiária tem o compromisso de efetivar a matrícula da criança e adolescente no estabelecimento regular de ensino. A criança e adolescente terá que atingir percentual e rendimento escolar para continuar no Programa, essas condicionalidades se refere à educação

Um primeiro aspecto é que as condicionalidades do programa tenha articulação entre as áreas de assistência social, de educação e de saúde em torno da população beneficiária.







Nessa conjuntura acredita-se que o PBF possui aspectos positivos e satisfatórios proporcionando assim o acesso dos cidadãos aos serviços públicos que deles necessitam.

### Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Educação pública e serviço social. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 63, 2005.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório: **Pobreza, desigualdades e educação**. Ministério da Educação, 2016.

BRASIL: **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Legislação citada anexada pela coordenação de Estudos Legislativos – CEDI, Brasília, D.F., 9 jan. 2004.

BRASIL.2015, **Ministério de Desenvolvimento Social – MDS**, disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades> acesso agosto de 2017.

Brasil, Senado Federal REQUERIMENTO Nº 1.327, DE 2013, p.1) Brasília – DF. BOAVENTURA, Edivaldo. **A Educação Brasileira e o Direito**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

CORRÊA, Juciani Severo. **As Contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência Escolar**. IX Anped Sul UNIFRA –2012. 14p.

177

CURY, C.R.J. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf> acesso em agosto de 2017.

EDUCAÇÃO, in **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/educa%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 24-08-2017].

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza**. Módulo III. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **Da Estratégia. “Fome Zero” ao Plano “Brasil sem Miséria** elementos da seguridade social no Brasil. 2013.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II: **Pobreza, Direitos humanos, justiça e educação**. Ministério da Educação, 2016.

MINISTÉRIO. **DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**. Disponível em: <https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-doprograma/condicionalidades> Acesso em 10 de Maio de 2017.

MUNIZ, Regina Maria Fonseca. **O Direito à Educação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.





OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINZANI, Alessandro. REGO, Walquiria Leão. Módulo I: **Pobreza e Cidadania**. Ministério da Educação, 2016.

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para política social**. Economia e Sociedade. Campinas, p. 141-151, 1996.

REIMERS, F.; SILVA, C.D.; TREVINO, E. **Where Is The -Education? In Conditional Cash Transfers In Education**. Montreal: UNESCO, 2006.

SANTOS. Iuri Sampaio. **Bolsa Família: concepções, aspectos positivos e negativos deste programa de transferência de renda com enfoque no assistencialismo**. SALVADOR, 2007

SCHWARTZMAN, S. **Bolsa Família: Mitos e Realidades**. Interesse Nacional, Ano 2, n.7, p. 20-28, dez. 2009.

SOARES, Fabio. **O assistencialismo e o Bolsa Família**. Correio Brasiliense. 2006.

## ESPECIFICIDADES DAS ESCOLAS DO CAMPO: LUTAS, CONQUISTAS E AVANÇOS

178

Maria das Graças Rodrigues Pereira

Francisco Neto Pereira Pinto

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo de refletir sobre as especificidades das escolas do campo no âmbito da educação, pobreza e da desigualdade social. Também refletir sobre a educação no campo, que são marcadas por lutas e conquistas em termos de políticas públicas para o campo. Todos têm direito a educação de qualidade, a escola teve como um de seus principais papéis selecionar os melhores para trabalhar, a educação definia aqueles que poderiam prosseguir com seus estudos ou buscar trabalho bem jovem, por não haver condições de estudar. A escola é um dos lugares de aprendizagem e é de fundamental importância que os sujeitos sejam compreendidos desde a sua origem. Pensar uma Educação no Campo significa pensar o campo em toda sua complexidade e dinâmica.

**Palavras-chave:** Escola. Conquistas. Qualidade

### Introdução

O presente trabalho tem por objetivo de refletir sobre as especificidades das escolas do campo no âmbito da educação, pobreza e da desigualdade social. Escola marcada por lutas e conquistas em termos de políticas públicas para o campo. Todos têm direito a educação de qualidade, a escola teve como um de seus principais papéis selecionar os melhores para





trabalhar, a educação definia aqueles que poderiam prosseguir com seus estudos ou buscar trabalho bem jovem, por não haver condições de estudar.

Entretanto, é importante salientar que o nome educação do campo, ainda que incorpore uma rica discussão e mobilização social, tem limites em termos de capacidade explicativa, tendo em vista a já assinalada diversidade de sujeitos, contextos, culturas e formas de produção e ocupação do meio rural (SOUZA, 2006).

A educação no campo tem sido amplamente discutida no Brasil (1996), a LDB 9394/96, reitera a educação como um direito social, a Constituição Brasileira em seu artigo 5º expressa que, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança.

### **Procedimentos Metodológicos**

Nesse trabalho a metodologia está baseada em revisões bibliográfica, isto é, de natureza bibliográfica e documental e a coleta dos dados com base em artigos científicos, livros, documentos e Leis Educacionais. A fundamentação teórica está baseada em autores que relatam esse assunto e contextualizam as informações que serão abordadas nesse trabalho.

179

Constatando do ponto de vista conceitual a contenção do contexto em estudo, consistindo em fundamentar em diversos autores da contemporaneidade na busca de expandir e aprofundar os conhecimentos. Utilizaram-se ainda trabalhos científicos, bem como artigos, monografias e dissertações voltadas para o respectivo tema.

### **Educação do campo**

A educação do campo como construção coletiva adentra a instituição escola e amplia as formas de lutas fora da escola por formação humana e pela efetivação de processos de conscientização política.

### **Escola do campo**

Criadas por Resolução do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (Resolução CNE/CEB n. 01/2002), a partir do Parecer CNE/CEB nº. 36/2001, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo vêm com intuito de estabelecer uma relação com as Diretrizes Curriculares Nacional (BRASIL, 2002).





A educação rural para Ribeiro (2012) é o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento.

### **Educação e pobreza**

Pelo prisma da pobreza, a relação educação e pobreza configura-se como mediação entre as políticas de assistência social e educação, espaço no qual as concepções de pobreza e cidadania definem padrões mínimos de direitos ao acesso à educação no âmbito de um espectro de necessidades que demandam provimento (YANNOULAS, 2013)

### **Desigualdade social**

Em relação à desigualdade social o Brasil apresenta um contexto bastante particular. Essa desigualdade é vista como natural e culturalmente aceita, sendo reproduzida pela nossa sociedade. Para Salvador (2011, p. 21) esse dado se torna concreto “a partir do momento que as ações e os pensamentos consideram determinadas premissas como verdadeiras, portanto naturais”.

### **Educação do campo e a desigualdade social**

A educação no campo ganha um novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo. A defesa de uma educação no campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural.

### **Considerações Finais**

O ensino no campo alcançou destaque no Brasil a partir da LDB 9394/96, que normatiza a educação como um direito social, que diante da Constituição Brasileira expressa que todos são iguais perante a lei, sem distinção, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança.

Todos têm direito a educação e a escola em um dos seus principais papéis é o de selecionar os melhores para trabalhar, a educação definia aqueles que poderiam prosseguir com seus estudos ou buscar trabalho bem jovem, por não haver condições de estudar.

A escola pública em sua complexa organização, envolve questões econômicas, políticas, culturais e educacionais. Os conhecimentos, lutas e conquistas da educação do





campo evidenciam a histórica desigualdade educacional dentro da sociedade brasileira, em que os trabalhadores são os que possuem menor escolaridade.

Enfatizando aos diversos problemas, tais como: concentração da terra e dificuldades para efetivação da produção agrícola, geração de empregos nas pequenas propriedades, nos assentamentos dentro da reforma agrária. Conhecer as marcas das desigualdades do sistema escolar do campo é condição para compreender os resultados obtidos por suas escolas e principalmente, para construir caminhos necessários à sua superação.

### Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Brasília: MEC/SECAD, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Artigo 5º da Constituição Federal, **LDB- Lei de Diretrizes e Bases – lei 9394/96** de 20 de dezembro de 1996.

RIBEIRO, Marlene. **Educação Rural.** In: RIBEIRO, M. et al (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012. pp. 293-298

SALVADOR, A. C. **Ação afirmativa na PUC – Rio: a inserção de alunos pobres e negros.** Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio, 2011.

181

SOUZA, Emerson Bellini Lefcadito de. **Os movimentos sociais e a educação do/no campo: a ausência de políticas públicas e as condições históricas que fizeram emergir a luta pela educação no MST.** 2006. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2006/Emerson%20Bellini%20Lefcadito%20de%20Souza.pdf>.

YANNOULAS, Sylvia C. **Literatura Recente sobre uma Antiga Problemática.** In: YANNOULAS, S.C. (org.) Política Educacional e Pobreza. Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber livro, 2013





## POBREZA E O APRENDIZADO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria de Fátima Aires da Silva

**Resumo:** Este trabalho investiga a situação de aprendizagem na educação da Escola Estadual Setor Sul em Palmas Tocantins. Foram realizados estudos relacionados às séries do ensino fundamental II, com o intuito de mostrar que os alunos apresentam déficit de aprendizagem escolar, além de verificar, como a política social de educação se relaciona com o alunado em situação de pobreza.

**Palavras-Chave:** Déficit de Aprendizagem. Educação. Política Social.

### INTRODUÇÃO

Do ponto de vista político e econômico trabalhar a educação dos jovens e dos adolescentes, torna-se um processo crítico para o desenvolvimento humano, pois representa solução mais imediata para diversos problemas de cunho social, cultural e econômico. O processo de formação na educação requer autonomia, representação social e formação para a cidadania. A participação das entidades governamentais e não governamental contribuiria significativamente de forma social e econômica, auxiliando na formação destes alunos.

Souza (1997, pág. 77), “afirma que o fator ambiente contribui de forma decisiva para um bom desenvolvimento do aluno, por ser o espaço em que o educando passa a maior parte do tempo”.

Diante desta realidade o presente estudo vem mostrar o desempenho dos alunos na escola Estadual Setor Sul que apresentam índices negativos em relação ao aprendizado, devido ao desinteresse, a falta de participação ativa dos pais e da desestrutura pedagógica da escola. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico baseada nas concepções de vários autores da área, e por meio de questionário com alunos das séries do Ensino Fundamental II, da referida escola, com o objetivo de verificar o pensamento de cada um deles acerca do tema proposto. Saber, também, a quantidade de alunos que apresentam problemas de aprendizado e detectar os fatores que contribuem para as dificuldades do baixo rendimento escolar.

Na perspectiva de Vygotsky (1991. Pag. 38) “a aprendizagem é o resultado da interação dinâmica entre a criança com o meio social”, sendo que o pensamento e a linguagem recebem influências do meio em que convivem. O funcionamento cognitivo da mente está relacionado à reflexão, planejamento e à organização das estruturas lógicas e vai adequando-se a mediação simbólica e social”.





Para Souza (1997, pág. 48) “o contexto ambiental é o meio em que a criança vive e está diretamente relacionada ao nível socioeconômico dos pais, a quantidade de filhos, a convivência familiar, ocupação e escolaridade dos pais”. O desenvolvimento das ações sociais e educacionais em benefícios ao crescimento do aluno depende do envolvimento da família, da escola e da sociedade. A gestão educacional desenvolve-se associada a um contexto de outras idéias como, por exemplo, transformação e cidadania.

Isto permite pensar gestão no sentido de uma articulação consciente entre ações que se realizam no cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e social. Uma educação com qualidade transforma os indivíduos em seres com capacidades de compreender ensinamentos básicos da educação, preparando-o adequadamente na constituição dos direitos cívicos e aumentando sua auto-estima para vencer os obstáculos da vida. O programa social contribui para amenizar a pobreza, mas é através dos ensinamentos educacionais que eliminaremos a pobreza de muitas pessoas, de muitas áreas consideradas sem valores de dignidade e humanidade.

A comunidade escolar da escola estadual setor sul apresenta diferenças sociais entre os indivíduos gerando desigualdades, onde o aprendizado do alunado é de suma importância para a redução da pobreza e da desigualdade social que passa pela democratização do ensino de qualidade. Embora a pobreza seja um fenômeno complexo associado a muitas causas, está fortemente correlacionada ao baixo nível de escolaridade.

Sendo assim, uma necessidade dos jovens que convivem na periferia do bairro da escola em questão é o conhecimento dos direitos e dos deveres que o cidadão deve exercer com a comunidade. Um fator importante para se ver uma juventude politizada é o aprendizado das ações civis e democráticas de uma sociedade consciente e mais justa e com menos desigualdades sociais, pois, como teremos um país menos desigual se nossos jovens não têm consciência da pobreza e da desigualdade de sua nação?

Em questionamentos com as famílias residentes no bairro Setor sul, principalmente em relação à educação, foi relatado à imaturidade das pessoas entrevistadas nas questões políticas, pois enquanto nossos jovens não se perceberem dos atos político, com capacidades de participar, lutar por seus direitos, organizar mudanças, dificilmente conseguirá superar os desafios e ultrapassar a linha da pobreza.

Em entrevista à Revista Rede (CORNILS, 2009, pág. 12) “afirmou que não podemos oferecer educação para os jovens das comunidades de periferia apenas para mantê-los longe





do crime e da violência, mas sim porque eles são cidadãos brasileiros aos quais os direitos à educação e demais direitos de cidadania estão sendo negados”.

Hoje o grande vilão da educação é a droga inserida na população, principalmente no público jovem promovendo o abandono escolar gerando conflitos na escola, nas ruas e nos próprios lares. Na escola Estadual Setor Sul o índice de alunos com envolvimento com drogas chega ser assustador e retrata o espelho da desigualdade social e da pobreza.

Para Morin (2002, pag. 70,75) “a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa; ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver e ensinar como se tornar cidadão”. A educação deverá ensinar metodologias de conhecimentos e princípios pertinentes a vida social e toda sua complexidade, ensinando as condições humanas e também a necessidade de enfrentar as incertezas, a compreensão e a ética do gênero humano. (Santos 2003, pag. 28), “ao falar de emancipação social, refere-se à dificuldade de compreensão e definição de emancipação social, questionando se é possível ou legítimo defini-la abstratamente”.

O autor questiona que se assim como a ciência, não será possível conceber a emancipação social a partir de uma natureza multicultural, definível e validável apenas em certos contextos. O cidadão que sabe pensar e construir conhecimento tem maior poder de luta porque sabe se organizar melhor e adquire melhores instrumentos para reivindicar por seus direitos e lutar contra a diversidade desse sistema capitalista, que desumaniza cada vez mais a sociedade, indo contra todas as conquistas no campo social até agora alcançadas. Educação e pobreza são temas muito discutidos nos órgãos governamentais e na sociedade civil. Por um lado a educação como sendo fundamental para o futuro do país, por outro a pobreza como uma barreira para essa educação. Políticas sociais são criadas no intuito de minimizar a pobreza, que no Brasil vem a cada ano se configurando de maneira evolutiva.

Segundo Luiz Fernandes Dourado (2007:24-27), as “dimensões mínimas comuns da qualidade da educação no plano extra-escolar devem incluir a dimensão socioeconômica e cultural dos entes envolvidos e a dimensão dos direitos, das obrigações e das garantias no nível do Estado”.

Neste sentido, quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, menos situação de pobreza terá na comunidade. Observa-se que mesmo entre a população de maior renda, a taxa de sucesso na progressão escolar não é adequada.







## ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este trabalho desenvolve uma pesquisa quantitativa através de levantamentos de dados em forma de questionário elaborado com a finalidade de saber numericamente como a família participa do desenvolvimento do aluno no ambiente escolar, visando o entendimento pedagógico do aprender e do saber. É denominada qualitativa por estudar toda a hipótese que abrange o rendimento educacional e social do aluno, buscando soluções para a melhoria do comportamento humano.

Na pesquisa qualitativa vem desenvolver a utilização de diversas estratégias com repercussões para as práticas de gestão dos profissionais e para a escola. A pesquisa quantitativa é importante para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade.

Segundo Piore (1979, p. 560), “o emprego de métodos qualitativos pode conferir redirecionamento da investigação, com vantagens em relação ao planejamento integral e prévio de todos os passos da pesquisa”. Já para Manzo (1971, p. 32), “a bibliografia “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

É nesta visão que a metodologia aplicada neste trabalho se dará através de questionário direcionado aos alunos do Ensino Fundamental da escola investigada e de bibliografias de vários autores comentando sobre o tema: Pobreza e Aprendizagem no Ensino Fundamental.

Acredita-se que, dessa maneira, os resultados se aproximarão do rigor científico e da realidade estudada, por meio do material bibliográfico que será analisado em busca da base referencial com estratégias de políticas públicas administrativas na busca do desenvolvimento educacional, cultural e social dos alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento deste estudo buscou-se uma base teórica, em pesquisa bibliográfica acerca das políticas educacionais de descentralização, participação dos professores em diálogos relacionados ao desempenho dos alunos da escola Estadual Setor Sul que convivem na periferia do bairro Setor Sul de Palmas, além, de questionário direcionado aos educando do Ensino Fundamental.

Em visitas a algumas residências de moradores do bairro, foi questionada a relação da educação para a formação do cidadão além de temas sociais e políticos, procurando entender





como a comunidade relaciona com as questões sociais do município e das normas da associação do bairro. Um ponto observado pelos entrevistados foi a necessidade de disciplinas sociais e educativas, recordando as disciplinas de educação moral e cívica e estudos sociais inseridos no tempo da ditadura.

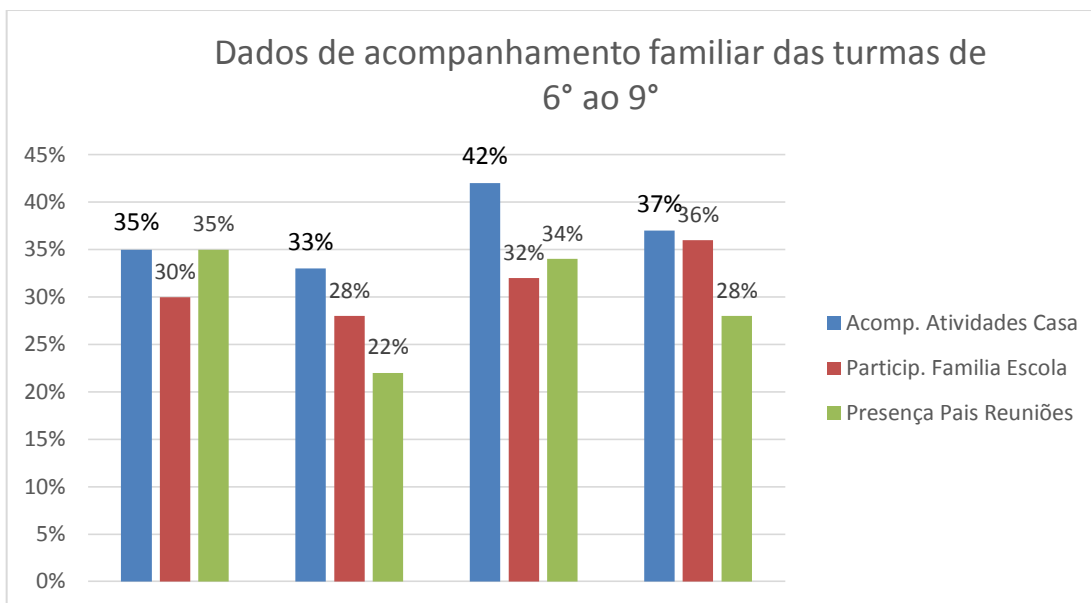
Muitas críticas foram feitas ao conteúdo e formato dessas disciplinas, que acabaram sendo vistas como um dos maiores símbolos da ditadura e de sua repressão ideológica junto às grandes massas. As disciplinas acabaram sendo retiradas do currículo e, desde então, as questões relacionadas ao conhecimento da organização política e ao civismo no Brasil passaram a ser tratadas de modo transversal, dentro das demais áreas de conhecimento

Por meio do questionário aplicado aos alunos do Ensino Fundamental foi analisado que o percentual do acompanhamento dos pais nas atividades de casa do 6º ano foi de 35%, do 7º ano 33%, do 8º ano 42% e do 9º ano 37%, onde se observa um índice baixo evidenciando uma das causas da dificuldade de aprendizagem. Outro fator negativo do rendimento escolar é a participação da família na escola, verificando-se que os pais, pouco visitam a unidade escolar. No 6º ano 33%, no 7º ano 28%, no 8º ano 32% e no 9º ano 36%.

Em relação à presença dos pais nas reuniões bimestrais constatou-se que o número dos responsáveis pelos alunos ainda deixa muito a desejar. No 6º ano 35%, no 7º ano 22%, no 8º ano 34% e no 9º ano 28%.

O gráfico abaixo mostra os dados estatísticos objetivando o conhecimento sobre as dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental da Escola Estadual Setor Sul na cidade de Palma Tocantins.





### QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AO ALUNO

1- Seus pais acompanham você em suas tarefas de casa?

sim  não

2- você necessita de reforço escolar em alguma disciplina?

sim  não

3- Você acha que os professores passam pouca tarefa de casa?

sim  não

4- seus pais visitam a unidade escolar regularmente?

sim  não

5- seus pais comparecem as reuniões da escola sempre que solicitados?

sim  não  às vezes

6- Quantas horas do dia você tira para estudar?

30 minutos  1 hora  2 horas ou mais

### CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu investigar até que ponto a qualidade da educação na escola Estadual Setor Sul nas séries de Ensino Fundamental apresenta dificuldades de aprendizagem. A partir da utilização de estudo comportamental e de questionamentos metodológicos aplicada no desenvolvimento do trabalho por meio de pesquisas principalmente pelo fato de que a família não acompanha adequadamente para contribuir para o sucesso de uma educação de qualidade para seus filhos.





A escola não consegue cuidar da aprendizagem de seus alunos se não tiver a participação da família e do governo. A cultura das escolas públicas precisam ser colaborativa e solidária em que as famílias e escola se unam num espaço de relações socioculturais em função de objetivos e valores que proporcionem ao estudante um desempenho capaz de retirá-lo da exclusão social a que está sendo submetido, onde só uma política assistencialista é capaz de conduzi-lo à universidade.

Assim sendo, os muitos desafios que se colocam na agenda da educação, no que tange ao Ensino Fundamental, está a aprendizagem na idade certa, uma política pública indutora de qualidade, a inclusão digital e tecnológica, o aumento dos investimentos públicos e maior ênfase na formação e qualificação dos professores. Portanto, Uma escola que reconheça a importância do aprendizado e que saiba lidar adequadamente com a aprendizagem de seus alunos, contribui para o fortalecimento da cidadania global emancipada e política formal de nossa juventude.

## REFERÊNCIAS

- DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação:** conceitos e definições. Brasília, DF: INEP, 2007.
- Manzo, A. J. Manual para La preparacion de monografias: una guia presentear informes y tesis. Buenos Aires: Humanista, 1971, p. 32.
- MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. ERA Executivo, São Paulo, v. 1, p. 70-75, 2002.
- Piore, Michael J, vol, 24 n° 4 dezembro, 1979, PP. 560-569
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos para a democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem - criança de 8 a 11anos.** Bauru: EDUSC, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003





## PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COLÉGIO ESTADUAL LAVANDEIRA

Maria de Fátima Pereira Evangelista

Marcelo Marques De Almeida Filho

**Resumo:** Este trabalho está situado sobre o tema: Perfil dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no Colégio Estadual Lavandeira, do município de Lavandeira (TO), onde busca analisar a realidade do perfil dos alunos com relação ao desempenho escolar, evasão e frequência. Para nortear a nossa investigação, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: Será que em Lavandeira Tocantins, mais precisamente no Colégio Estadual Lavandeira, o programa tem atingido os objetivos de contribuir com a permanência de alunos de baixa renda na escola evitando assim a evasão, infrequência e reprovação? Para enfrentar este problema, traçamos como objetivo geral compreender e avaliar se o Programa Bolsa Família tem conseguido atingir seus objetivos: melhorar as condições de vida dos alunos mais vulneráveis e contribuir para que eles tenham um bom desempenho escolar. Como desdobramento deste objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os fatores que dificultam o planejamento das ações que diminuem a evasão, o abandono e promovam a aprendizagem; (2) verificar na sala de aula a influência de transferência de renda no desempenho escolar de crianças e adolescentes beneficiários do PBF no Colégio Estadual Lavandeira; (3) identificar a importância da transferência de renda no desempenho escolar de alunos beneficiários do PBF e o desempenho escolar do aluno não beneficiário do PBF do Colégio Estadual Lavandeira. A justificativa desta pesquisa se dá pela necessidade de compreendermos o que as escolas estão desenvolvendo para que seja superada a evasão, infrequência e reprovação.

**Palavras-chave:** Colégio Estadual Lavandeira, desempenho escolar

### INTRODUÇÃO

Constituindo-se atualmente uma das políticas de maior alcance no Brasil, o Programa Bolsa Família – PBF – foi criado no ano de 2003, a partir da unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás, completando quatorze anos de existência. De acordo com a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, o Bolsa Família – BF - tem por objetivos a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; o combate a fome e promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e o combate a pobreza.

Enquanto Programa de Transferência Direta de Renda - PTR, o PBF se propõe a beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. A transferência de renda, as condicionalidades e programas complementares constituem seus três principais eixos de atuação. Segundo os termos do Programa a transferência de renda tem por finalidade o alívio imediato da pobreza. Já as condicionalidades são situadas como contrapartidas dos beneficiários tanto para a inclusão quanto para a permanência no Programa e como tal vinculam o acesso ao benefício a uma pauta de obrigações em relação a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Os programas complementares, por





sua vez, apresentam-se como meios para o desenvolvimento das famílias tendo em vista a superação da situação de vulnerabilidade

Este artigo trata do tema “Perfil dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no Colégio Estadual Lavandeira”. Para esta pesquisa, delimitamos a seguinte temática: Analisar a realidade do perfil dos alunos com relação ao desempenho escolar, evasão e frequência.

Para nortear a nossa investigação, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: Em Lavandeira - Tocantins, mais precisamente no Colégio Estadual Lavandeira, o Programa Bolsa Família tem atingido os objetivos de contribuir com a permanência de alunos de baixa renda na escola evitando assim a evasão, infrequência e reprovação?

Para enfrentar este problema, traçamos como objetivo geral compreender e avaliar se o Programa Bolsa Família tem conseguido atingir seus objetivos: melhorar as condições de vida dos alunos mais vulneráveis e contribuir para que eles tenham um bom desempenho escolar. Como desdobramento deste objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os fatores que dificultam o planejamento das ações que diminuam a evasão, o abandono e promovam a aprendizagem; (2) verificar na sala de aula a influência de transferência de renda no desempenho escolar de crianças e adolescentes beneficiários do PBF no Colégio Estadual Lavandeira; (3) identificar a importância da transferência de renda no desempenho escolar de alunos beneficiários do PBF e o desempenho escolar do aluno não beneficiário do PBF do Colégio Estadual Lavandeira.

Para o levantamento dos dados, optou-se por um instrumento de pesquisa: a entrevista. Por meio da técnica de entrevista, procurou-se conhecer de que forma os pais e os professores avaliam o PBF, no que se refere ao desempenho escolar de seus beneficiados. As entrevistas foram realizadas no Colégio Estadual Lavandeira, por meio de questões abertas, agrupadas de acordo com as categorias de análise da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa com metodologia qualitativa, pautada nos métodos exploratório-descritivo e indutivo.

De acordo com a pesquisa realizada podemos perceber que o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF, no mês de novembro de 2017 na cidade de Lavandeira Tocantins, beneficiou **173 famílias**, representando uma cobertura de 78,6 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com





valor médio de R\$ 172,15 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 29.782,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de julho de 2017, atingiu o percentual de 95,8%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 161 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 168. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 73,9%, resultando em 17 jovens acompanhados de um total de 23.

O primeiro grupo de entrevistas foi desenvolvido com beneficiários do PBF. Foram escolhidas aleatoriamente 03 famílias beneficiadas, residentes no município de Lavandeira - Tocantins, que possuíam crianças em idade escolar. As famílias foram entrevistadas em suas respectivas residências. A coleta dos dados foi feita por meio de entrevista com questionário, seguindo-se análise de conteúdo. O segundo grupo de entrevistas envolveu 03 três professores que exercem atividades na escola onde as crianças beneficiadas desenvolvem suas atividades escolares, no caso, o Colégio Estadual Lavandeira, seguindo o mesmo roteiro.

### **A ESCOLHA DA ESCOLA: O COLÉGIO ESTADUAL LAVANDEIRA**

Para a realização deste trabalho escolhemos a Escola pública da rede Estadual, tendo em vista uma boa concentração de famílias de baixa renda que recebem crianças e adolescentes beneficiários do PBF.

O Colégio Estadual Lavandeira esta localizado na Rua Maura Serafim s/nº. O seu primeiro prédio foi construído com placas de concreto pré moldadas, em caráter provisório, através de mutirão em 1985, época do então governador Íris Rezende Machado, com a finalidade de atender a comunidade de Lavanderia, que na época era um povoado, distrito de Aurora do Tocantins. No dia 25 de outubro de 1985, através da lei de criação nº123/85 foi inaugurada a Escola Estadual Lavandeira, com a presença da comunidade local

### **ANÁLISE DA ENTREVISTA**

Como podemos observar na entrevista, que as famílias entrevistadas relatam ter percebido melhorias após o recebimento do benefício, principalmente no que se refere à alimentação. Os professores, por sua vez, são mais desconfiados. Reconhecem algumas melhoras, mas destacam a dimensão paliativa e assistencialista do programa.

Em relação ao desempenho escolar, as famílias entrevistadas reconhecem que o PBF acontece de forma positiva. Alguns fatores, segunda elas, contribuem de forma direta: o medo





de perder o benefício como um dos fatores que auxiliam os alunos a permanecer na escola, maior motivação por parte dos alunos em estudar e terem mais condições financeiras de comprar materiais escolares, roupas e calçados, melhorando assim sua auto-estima. Os professores também reconhecem a importância do programa, pois o mesmo obriga as crianças a frequentarem regularmente a escola e a responderem por certas exigências. O PBF acaba sendo um instrumento de acompanhamento regular do Estado sobre o comportamento das famílias carentes em relação à educação e aos cuidados de saúde. A presença na escola retira as crianças das ruas, assegura alimentação e estimula novos aprendizados.

Quando se fala de frequência escolar, os beneficiários reconhecem que os filhos passaram a faltar menos à escola após receberem o benefício do PBF e estar na escola naqueles dias e horários significa, na prática, não estar em outros, como na rua e em outros lugares de riscos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a finalidade de levantar questões relativas à contribuição do Bolsa Família para a permanência dos alunos beneficiários do Programa na escola. Considera-se o Programa não como uma medida permanente, mas como um fator provisório que pode contribuir para a emancipação dos sujeitos envolvidos, através de sua inclusão e continuação no cotidiano da escola. Os pais incentivam os filhos a frequentar as aulas pela necessidade de conservação do benefício, as crianças procuram a escola pela pressão dos pais, mas sem um envolvimento maior com a educação e crescimento pessoal. Acredita-se que o Programa Bolsa Família atua de forma significativa no sustento de muitas famílias brasileiras, tem atenuado a pobreza, mas ainda não está conseguindo promover a emancipação de seus beneficiários.

Deste modo, as avaliações apresentadas neste estudo, tanto na análise bibliográfica, quanto na análise documental dos registros escolares, confirmam parcialmente a hipótese levantada na pesquisa de que pelo fato do Bolsa Família ser um programa de bem-estar social, tendo como uma das condicionalidades a manutenção dos filhos na escola, o mesmo contribui de forma positiva no número de matrícula, frequência e evasão escolar dos estudantes bolsistas do Colégio Estadual Lavandeira. Os resultados obtidos em relação à contribuição do programa acerca desses índices escolares apontam uma associação positiva do PBF no que diz respeito à frequência dos estudantes. Percebe-se que as crianças atendidas pelo programa faltam menos às aulas quando comparadas as crianças que não recebem o benefício. A falta







injustificada de crianças assistidas pelo programa é menor que o de crianças não atendidas. Ademais, a probabilidade de as crianças beneficiárias abandonarem a escola também é menor o que também mostra uma associação positiva do programa em relação à taxa de evasão.

Assim sendo, o que se verifica na pesquisa é que embora o Bolsa Família, não seja um programa com o eixo voltado exclusivamente para a educação, o mesmo pode contribuir positivamente em alguns aspectos escolares como na manutenção de crianças na escola. Os debates e pesquisas sobre a associação do Bolsa Família e Educação são algo novo, portanto, um tema ainda a ser tratado, questionado e discutido por todos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo. *Para superar o fracasso escolar*. 2005.

BOSQUETTI, Ivanete et al. **Política social no capitalismo: Tendências contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Cartilha **PBF** 2015.

DE PAULA, Rogéria. *Jornal MDS- Ministério do desenvolvimento Social e Combate á Fome*. Outubro/novembro 2009.

Decreto nº 5.209

Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004

Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news07\\_11.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news07_11.htm)>.

Escola Estadual Lavandeira- **Projeto Político Pedagógico** – Lavandeira – TO 2012.

[HTTPS//aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/)

LOPEZ, FL; MENEZES, NA. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n.32, v.3, 2002.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Elisa. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. 2009. Disponível em: [http](http://www.mds.gov.br/) . Acesso em: 20 abr. 2009.

Medida Provisória 815/95,

Medida Provisória nº 132

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. **O Brasil assume o desafio de acabar com a miséria**. 2013. Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/08/municipios-terao-ate-sexta-feira-16-para-cadastrar-propostas-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/plano-brasil-sem-miseria.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO, 2010. DILMA ROUSSEFF. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. Disponível em: [https://www.deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos\\_Programaticos\\_Dilma\\_13%20Pontos\\_pdf](https://www.deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_pdf)>. Acesso em 18 mar. 2014.

providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm) . Acesso em 05 de ago. 2013.





REGO, Walquíria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova**, São Paulo, nº 73, 2008.

SAGI/ Relatórios de Informações Sociais – MDS

Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. SEDUC - **Regimento Escolar- Palmas** – TO 2012.

Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. SEDUC - **Regimento Escolar- Palmas** – TO 2012.

TEREZA, Campello; NERI, Marcelo. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania**. Brasília. Ipea, 2013. p. 494. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/bolsafamilia/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/Livros/bolsafamilia10anos.pdf.pagespeed.ce.wA6LjIgPmF.pdf>>. Acesso em 04 ago. 2015

VALLA, Victor Vincent, STOTZ Eduardo Navarro, ALGEBAILÉ Eveline Bertino. **Para Compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: escola nacional de saúde Pública, 2005. pela coordenação de Estudos Legislativos – CEDI, Brasília, D.F., 9 jan. 2004.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que esta transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2006.

## A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E POBREZA: A IMPORTANCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS CARENTES

194

**Maria de Fátima Félix Rocha**

**Raylinn Barros da Silva**

**Resumo:** Este trabalho aborda o tema da relação entre a Educação e a pobreza, e a importância do Programa Bolsa Família –PBF na vida escolar do aluno. E tem por objetivo estudar e analisar os impactos e as incidências do Programa Bolsa Família - PBF. Sabendo que, o Programa Bolsa Família – PBF consiste em promover a proteção social às famílias que se encontram na situação de pobreza extrema e em situação de vulnerabilidade. A metodologia adotada engloba pesquisa de campo e documental. Este estudo trata-se de uma pesquisa de natureza e caráter descritivo. Como considerações, a partir do que foi verificado e analisado acredita-se que a discussão deste tema possibilite a compreensão dos fatores que possam contribuir futuramente como forma de melhoria na qualidade de vida dos estudantes em situação de pobreza.

**Palavras – Chave:** Pobreza. Educação. Programa Bolsa Família.

### **Introdução:**

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre Educação e pobreza, considerando os impactos possíveis da importância do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o perfil educacional dos estudantes beneficiários. O estudo faz parte de uma investigação de abrangência municipal sobre o Programa Bolsa Família. Cujo recorte, apresenta apenas os resultados preliminares referentes às entrevistas realizadas e tabuladas, entre novembro e dezembro de 2016, na cidade de Araguaína – Tocantins.





No contexto presente, o Programa Bolsa Família se configura como o programa social de maior sucesso do Governo Federal, atendendo, a mais de 11 milhões de famílias, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (BRASIL, 2016).

Este artigo foi desenvolvido No curso de especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Araguaína. E tem o objetivo de relatar as impressões e reflexões observadas nas entrevistas com pessoas que são beneficiárias do programa bolsa família e também estudantes de escola pública, na cidade de Araguaína – TO. Visando a identificação e caracterização desse programa na vida das pessoas carentes. Bem como a descrição de sua estrutura física, espacial, condições de vida e meio de sobrevivência. Para compreender a realidade da população carente que vive em situação de pobreza.

Sabendo que, o Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003, a partir da unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás. De acordo com a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), o Programa Bolsa Família tem por objetivos a promoção do acesso aos serviços públicos, de saúde, educação e assistência social; o combate a fome. Propõe – se a beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. De acordo com o Programa, a transferência de renda tem por finalidade o alívio imediato da pobreza.

O módulo III do curso de especialização na página 15, diz que: A escola é uma instituição social que carrega as promessas da Modernidade relativas ao progresso e ao desenvolvimento individual e social de seus cidadãos. Mas as expectativas relativas à ideia de que o processo de escolarização reverteria na melhora da qualidade de vida e na formação de uma sociedade mais igualitária apresentaram muitos contrapontos ligados ao insucesso, ao abandono de seus estudantes e à precarização da escola. Mas o que isso significa? Por que essa escola está sendo questionada e muitas vezes desacreditada nos dias de hoje? Que processos históricos estão por trás dessa dinâmica? Essas são questões que devem ser levadas em consideração para poder se chegar a uma possível solução dos problemas enfrentados pelas escolas nos dias de hoje.

E é aí que entra o papel do professor. Que é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, por meio da educação pode –se e deve – se mudar a realidade dura que cerca a pobreza.

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a





fazer algo. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons.

Para construir este trabalho na primeira fase foi realizado um trabalho a campo para coleta de dados diretamente com famílias beneficiárias do programa bolsa família. Posterior, foi feita uma reflexão acerca das implicações e importância deste benefício na vida das pessoas. Na segunda fase, através dos dados coletados, foi construído o presente relatório.

Observando o ambiente familiar podemos perceber inicialmente a organização e estrutura física de cada bairro, e as pessoas que moram nele. De início procuramos identificar as pessoas que são beneficiárias do PBF, inicialmente pode se perceber certa resistência por parte das pessoas em assumirem que recebem a bolsa família. Os olhares desconfiados, e alguns chegaram a confessar que tinham medo de serem pessoas do governo querendo cortar suas bolsas. Somente após um diálogo de apresentação e identificação por parte do entrevistador, as pessoas concordaram em responder as questões.

A partir da visita as famílias para entrevista, o que mais chamou a atenção foi o fato de a maioria das pessoas se declararem desempregadas, e alegarem viver apenas do dinheiro do PBF. Bem como também o fato de que em 90% das casas visitadas o chefe de família era a mulher, não existia a figura do marido. Outro fator bastante relevante também foi o fato de que apenas os filhos menos de idade estar estudando, os maiores de 18 anos além de terem abandonado os estudos não trabalhavam. Passando o dia ocioso sem nenhuma atividade produtiva.

É perceptível que a pobreza reina entre os beneficiários do PBF, são pessoas carentes, sem estudo, que sustentam as suas famílias com pouco dinheiro, sobrevivendo milagrosamente. Mas sem condições dignas de sobrevivência. Embora por onde passei nenhuma pessoa declarou doença grave ou algum mal estado de saúde. Mas um fato importante que observei é que as contas nunca batiam. Com o pouco dinheiro que declaravam receber, seria impossível arcar com as contas mensais básicas de água e energia mais alimentação, vestuários e medicamentos. Coisas básicas.

Este relatório foi desenvolvido no curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína. Onde o a pesquisa/entrevista foi de extrema importância para nossa formação, como futuros pós -





graduados. As entrevistas foram realizadas em bairros mais afastados do centro da cidade, onde naturalmente vivem as pessoas beneficiárias do PBF.

Todo trabalho feito a campo serve para se ter uma real noção das condições de vida em que as pessoas que vivem em situação de pobreza se encontram. Porque, uma coisa é estudar sobre o assunto, outra bem diferente é poder vivenciar de frente essa dura realidade.

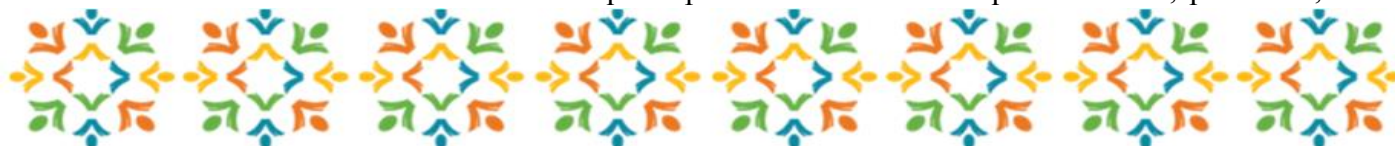
Portanto, como aponta um dos textos de apoio que “a existência da cidadania como situação histórica supõe, necessariamente, um complexo de condições políticas, sociais, econômicas e culturais”. A sociedade, o poder público/político não garante que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo. É como se fosse uma democracia para uns e outros não. Essas pessoas que vivem em situação de pobreza precisam viver de acordo com as regras da sociedade, no que diz respeito a tem obrigações a cumprir, como por exemplo: pagar seus impostos em dia, mesmo vivendo na miséria, mesmo estando as margens da sociedade. Sem poder desfrutar de uma educação de qualidade, saúde e moradia dignas, entre outros fatores a que teoricamente, democraticamente teria direito.

### **Pobreza, Relação de Desigualdades e a Educação**

Conforme leitura do texto complementar é possível perceber a relação que existe entre pobreza, desigualdades e educação. Elas estão interligadas, sendo a falta de uma consequência da outra. Então, poderíamos perguntar inicialmente por que estes três pontos andam juntos? Bom, essa é uma boa reflexão. Poderíamos afirmar quem, devido à desigualdade social existente, o pobre não tem uma educação adequada, de acordo com suas necessidades.

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 3º, afirma que se “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Ora, se a carta maior que rege nosso país, traz como princípio essas normas então, por conseguinte a pobreza e desigualdade já não deveriam mais existir. No entanto, como bem sabemos, ela ainda persiste, e está presente na presente em nossa sociedade. Embora, a Constituição assegure o direito à educação a todos sem discriminação, além de estabelecer o Estado como responsável, bem como também a família.

O texto de Miguel Arroyo pag. 16 nos afirma que “os pobres são os sem terra, sem teto, sem trabalho, sem renda, sem escola, sem saúde, cujas vidas se encontram no limite da sobrevivência”. Confirmando assim que a pobreza é assim uma questão social, política e,





portanto, um problema que envolve o Estado e a sociedade em geral. Talvez o problema esteja nesse ponto, à sociedade achar que o poder público é o único responsável e fazer vistas grossas para o problema. Onde, no entanto, deveriam fiscalizar e ajudar na busca de soluções para os problemas sociais. O Ministério da Educação, os Ministros e Secretários de Educação, estão sempre à procura de novos programas que combatam a evasão escolar e etc. Porém não procuram vivenciar de perto esta realidade, fica muito cômodo do alto de seus escritórios desenvolverem técnicas e programas mirabolantes, que nem de longe, resolvem os problemas reais. Onde na prática deveriam se empenhar mais de perto, na tentativa de sanar esses problemas que já são antigos.

Como bem sabemos, existem milhões de crianças em situação de extrema pobreza no Brasil, sofrendo com a desigualdade social que as assolam, aonde estas vão para as escolas com fome, desnutridos e adoentados, que vêm a escola apenas como um lugar onde tem lanche para saciarem sua fome por um momento breve, essa é uma triste realidade, pois que conhecimentos esses alunos em condições de vida tão precárias serão capazes de absorver. E é neste ponto onde ele o aluno pobre, é muitas vezes discriminado e taxado de burro além de outros adjetivos piores. Sem que percebam que são alunos capazes de aprender, não fossem as condições em que vivem.

198

Uma vez que, o público alvo do PBF são as famílias que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social e os valores referentes à que cada família receberá é de acordo com o perfil que se encontra registrado no banco de dados do Cadastro Único – CadÚnico. Que tem como centro de atuação os 16 milhões de famílias que encontram - se na situação de extrema pobreza no Brasil.

Pois, de acordo com Abramovay:

Vale notar que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais (ABRAMOVAY et al, 2002, p. 30).

E mesmo com muitos avanços, e programas de combate, as situações de vulnerabilidade social, persistem em acontecer. Sendo mais fácil atribuir – se a vulnerabilidade a alguém, ao invés de analisar o porquê daquela situação. E a busca de situações que o tire daquela condição, não de forma temporária, ou até mesmo fantasiosa. Mas, sim como algo concreto.





### Considerações Finais

O presente trabalho possibilitou ampliar a visão para novos horizontes, em se tratando de trabalhar a importância do tema abordado, a inserção de forma destacada sobre educação, pobreza e desigualdade social e a importância do programa – PBF, junto à sociedade que deste programa depende para ter uma possibilidade de vida mais digna.

Por outro lado, vale ressaltar que, os Programas de Transferências de renda tem ainda um longo caminho a percorrer, no que tange a reestruturação social das famílias brasileiras em situações de baixa renda e vulnerabilidade social.

### Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Miriam et al (coord.). **Bolsa Escola: melhoria Educacional e Redução da Pobreza.** Brasília: UNESCO, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – 2004.** Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília: MDS, 2005.

Disponível em:

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf/](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf/)

Consultado em 18/11/2017.

BRASIL (Governo). **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

199

### REFERÊNCIAS CONSULTADAS:

Texto Módulo I **Pobreza e Cidadania** (Alessandro Pinzani e Walquiria Leão Rego).

Texto Módulo II **Pobreza, Direitos humanos, Justiça e Educação.** (Erasto Fortes Mendonça).

Texto Módulo III **Pobreza, escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza.** (Lúcia Helena Alvarez Leite).

Texto Módulo IV **Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação.** (Miguel G. Arroyo).

TOCANTINS, **Regimento Escolar da Rede de Estadual de Ensino do Tocantins.** Seduc - TO 2017.





## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE A POBREZA DAS FAZENDAS POÇÕES E BATIEIRO, NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS, TO.

Maria de Lourdes Lopes

Barbara Doukay Campanini

**Resumo:** O Programa Bolsa família foi criado em 2004 com finalidade de unificação dos programas de transferência de renda, como Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, e Cadastramento Único do Governo Federal, com objetivos de promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de educação, saúde e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular o desenvolvimento das capacidades das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. O presente estudo teve como objetivo verificar se os requisitos do Programa contribuíram para melhoria de vida das famílias por ele assistidas, na região de Fazenda Poções e Batieiro, onde vivem pessoas que são beneficiárias do Programa. Foram entrevistadas 41 famílias dessas regiões. Do total de entrevistados, 44% são beneficiários do Bolsa Família e 12% tiveram o benefício cancelado.

**Palavras-chave:** Programa social, serviços públicos, desigualdade, pobreza.

### INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, o Brasil figurou como um dos países com maior desigualdade social do Mundo. A partir da década de 1990, houve uma preocupação com uma política nacional de segurança alimentar, resultado da campanha de mobilização social, criada pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, tendo como protagonista o sociólogo Herbet de Sousa.

200

### REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa Bolsa família foi criado em 2004, através da Lei nº10836 de 9 de janeiro do mesmo ano, pelo então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, com a finalidade de unificação dos programas de transferência de renda, como do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola (2001), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA (2003), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (2001), do Programa Auxílio-Gás ( 2002), e do Cadastramento Único do Governo Federal (2001) (Brasil, Lei nº10826, de 9 de janeiro de 2004).

Os objetivos do programa foram como promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de educação, saúde e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular o desenvolvimento das capacidades das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a







intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (Portaria 251, de 12 de dezembro de 2012).

Nesse sentido a competência de gestão e de distribuição dos recursos do Bolsa Família são dos municípios, através do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social, sendo assim, os municípios e o Distrito Federal são os responsáveis por manter o cadastro dos participantes, bem como a forma como os recursos recebidos são repassados aos municípios.

Dessa forma cabe ao beneficiário as seguintes condicionalidades: para crianças até 15 anos, em vulnerabilidade para o trabalho infantil, que possuam mais de 85% de assiduidade na escola, e para adolescentes entre 16 e 17 anos, a frequência precisa ser de 75%. Para as gestantes e nutrízes, pré-natal e que crianças de até 7 anos apresentem a carteira de vacinação atualizada. (Portaria nº 251 12 de Dezembro de 2012).

Contudo, para diversos pesquisadores, houve uma grande contribuição do programa Bolsa Família para a melhoria imediata das condições de vida de seus beneficiários. O valor transferido é pequeno, entretanto, é de relevância enorme para as famílias em situação de pobreza, especialmente para as que não possuem renda fixa ou que situações em que essa renda é baixa. Para alguns autores, o Bolsa Família é um mecanismo eficiente de combate a fome no Brasil, proporcionando a alimentação mínima a família menos favorecidas (Zimmermann e Espinola, 2015).

201

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Metodologia utilizada foi quali-quantitativo tratando-se de um método descritivo, sendo feita a aplicação de questionário para análise dos dados obtidos (Anexo 1). A aplicação dos questionários ocorreu em 10 dias consecutivos, sempre com o mesmo entrevistador, de modo a não haver mudanças na avaliação. E, em alguns casos, houve a necessidade de duas visitas para que as perguntas fossem respondidas a contento.

Todos os participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O tamanho da amostra foi definido de acordo com a disponibilidade dos participantes, mas o objetivo foi atingir o maior número de participantes.

Após a aplicação dos questionários, os dados foram analisados com auxílio do Programa da Microsoft Excel.





## RESULTADOS

Foram entrevistadas 41 famílias, moradoras das Fazendas Poções e Batieiro. Dessas, 44% (18/41) são beneficiárias do Bolsa Família e 5 tiveram o benefício cancelado.

Ao perguntar sobre possuir filhos na escola, 31,7% (13/41) disseram ter filhos em idade escolar e responderam achar ótimo a condição da frequência escolar para recebimento do programa. E, ao serem questionados sobre “*como era a vida antes?*” do Programa, 100% (18/18) dos beneficiários responderam que levavam os filhos para trabalhar na roça.

Quando perguntou-se “*Você atende as solicitações do posto de saúde?*”, todos responderam que sempre atende.

A pergunta se o benefício auxilia ou atrapalha, apenas 11% (2/18) responderam que o benefício atrapalha.

Em seguida, a pergunta foi como o benefício é gasto com os filhos e, 67% (12/18) responderam que gastam o dinheiro para a compra de alimentos e material escolar para as crianças.

E, em resposta à pergunta como era a situação financeira antes do Programa, 67% (12/18) relataram que era difícil, 22% (4/18) um pouco melhor e 11% (2/18) responderam que era igual.

Quando perguntou-se como eram as propostas de trabalho antes do Programa, a maioria respondeu que aceitava qualquer proposta de trabalho ou financeira.

Em relação ao futuro e a melhoria de oportunidades de trabalho, 44% (8/18) acreditam que pelo estudo isso é possível. 33% (6/18) disseram que pretendem mudar do meio rural para o urbano e 22% (4/18) que a situação deve seguir como está.

E, quando perguntados sobre sugestões de melhorias para a qualidade de vida, 28% (5/18) disseram acreditar que o trabalho poderia proporcionar isso. 28% (5/18) responderam que a implementação de cursos profissionalizantes poderia auxiliá-los e 33% (6/18) responderam que a saída do campo para a cidade poderia lhes proporcionar isso.

## DISCUSSÃO

O programa de Transferência de Renda Bolsa Família foi criado em 2013, com o objetivo de combate à fome e de garantia do direito humano à alimentação no Brasil e o Cadastro Único é a ferramenta que mapeia e caracteriza as famílias mais vulneráveis do Brasil. O cadastramento dos beneficiários do Bolsa Família é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, cabendo à sociedade civil a tarefa de controlar as políticas através de





conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal. Nota-se aqui uma diferença em relação ao antigo Programa Cartão Alimentação, haja vista que no Bolsa Família a participação da sociedade civil fica restrita ao controle das políticas públicas, deixando de exercer papéis de caráter deliberativo (Zimmermann, 2006).

A condicionalidade de frequência para crianças e jovens em idade escolar. Nessa pesquisa, 31,7% das pessoas disseram ter filhos em idade escolar e acham ótima a obrigatoriedade de se levar a criança à escola. Já que, com isso, o governo é obrigado a garantir vagas para todas as crianças em idade escolar. Para Pires et al. (2013), enfatiza que o incremento da frequência escolar de crianças e jovens de famílias pobres tem como objetivo promover melhores condições para que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho, quando adultas, aumentando a renda e, conseqüentemente, fazendo com que saiam da condição de pobreza em relação à geração de seus pais.

Entretanto, esse entendimento recebe críticas quando a simples frequência do aluno nem sempre garante o acesso à educação, no entanto, fato incontestável é que a exigência de frequência escolar para crianças e jovens também foi estabelecida com o intuito de contribuir para o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil e isso foi sentido em nosso estudo, pois a maioria dos pais disseram que antes da implementação do Programa, quando iam ao trabalho levavam os filhos às fazendas por não terem com quem deixa-los. No entanto, a proposição de condicionalidades é bastante controversa. Para Zimmerman (2006, p. 153) “Sob a ótica dos direitos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, uma vez que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos”.

Outra questão abordada no presente estudo foi em relação a verificar a eficiência do Bolsa Família sobre o bem-estar das famílias assistidas. Para isso, perguntou-se como eles empregam os proventos obtidos e, 67% dos entrevistados disseram gastar com alimentos e com material escolar para as crianças. Para Duarte et al. (2009), 88% do valor é utilizado para consumo de alimento, o programa de transferência condicionada Bolsa Família exerce um impacto positivo sobre o consumo de alimentos das famílias selecionadas. A maioria dos entrevistados acredita que o estudo pode melhorar as condições de vida, no futuro e evidenciaram esse fato com a sugestão de cursos profissionalizantes poderia tornar-lhes mais aptos para o emprego.

Assim, outro fato que também merece destaque é a resposta de que, a migração para a cidade poderia proporcionar uma vida melhor. Sabe-se que o êxodo rural não é a melhor saída





para a população, já que as cidades estão com excesso de pessoas, que vivem em condições sub-humanas. Cabe ao poder público implementar propostas que possam solidificar e fixar essa população em suas cidades, através da adoção de medidas sócio ambientais sustentáveis.

## CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo identificar os benefícios que o PBF oferece aos beneficiários das Fazendas Poções e Batiheiro Arraias –TO, sabendo que 44% das famílias entrevistadas das fazendas acima citadas são beneficiários do Programa Bolsa Família. Na pesquisa realizada verificou-se melhoria relacionada à alimentação sendo prioridade das famílias.

Apesar da informalidade, o benefício teve uma relevância também sobre as questões trabalhistas, possibilitando a negociação entre as condições de trabalho e remuneração, sobre a frequência escolar vem contribuindo muito no combate a desigualdade social, pois as autoridades atentam para melhoria do transporte escolar e condições das estradas no meio rural, conseqüentemente melhor rendimento. Relacionado à saúde, a frequência aos postos de saúde contribui na melhoria das condições da integridade física dos beneficiários, bem como da estrutura física do espaço. Observa-se grande dificuldade dos beneficiários para atenderem essa condicionalidade do programa.

204

Sabemos que o PBF tem como objetivo o desenvolvimento das capacidades das famílias, durante a pesquisa notamos a ausência de políticas públicas relacionadas aos beneficiários do meio rural. Portanto, conclui-se que o programa contribui no combate a pobreza e a desigualdade social, porém, existem lacunas que necessitam de estudos das regiões para que através do conhecimento de cada pessoa possa alcançar resultados.

## REFERÊNCIAS

- ZIMMERMANN, C.R.; ESPÍNOLA, G.M. **Programas Sociais No Brasil**: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. R H Salvador, 28 (73), p 147-164, 2015
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião pública**, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.
- ZIMMERMANN, C R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. 2006. (artigo).
- SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. **Revista katálysis**, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.
- COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano da; CAVALCANTI, Daniella Medeiros. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. 2013.





BRASIL. Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

SIMÕES P, SOARES R B. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, n. 4, p. 445-468, 2012.

## DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXOS DA POBREZA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

**Maria de Lourdes Oliveira**

**Resumo:** A pobreza e a desigualdade social, é um problema visto em quase todos os países do mundo decorrente má distribuição de renda. O Brasil é um exemplo importante para poder analisar essa situação tão gritante existente em nossa sociedade brasileira. Nas últimas décadas o Brasil tem se esforçado para combater essas desigualdades e tentar reverter essa situação, deixando de ser um dos países mais desiguais, onde as políticas públicas precisam priorizar o combate às desigualdades sociais e um dos maiores passos é promover a educação de qualidade como direito Social. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo compreender a relação entre desigualdade social e o reflexo no contexto educacional. Com base nos estudos realizados que discutem a temática “Desigualdade social: Reflexos da pobreza no processo de ensino e aprendizagem”, buscou-se algumas referências que foram de suma importância para a construção desse artigo tais como: Cunha, 2007; Gentili, 2005; Paro, 2007; Connell, 1995; Haddad, 2007; Silva, 2007; Scotti, 2007, Durkheim, 1978; Ferreira, 2000; MEC, 2005; Paiva, 2000 e Amaral, 2000. O estudo evidenciou que, nos últimos anos, algumas políticas públicas educacionais foram criadas para que o Estado redirecionasse as Metas Educacionais tendo como finalidade resolver ou até mesmo amenizar a problemática da desigualdade, pobreza que refletem na educação brasileira. Evidenciou também que, mesmo com poucos avanços que a educação procurou desenvolver, não se tem conseguido concretizar as Metas definidas no Plano Nacional de Educação, pois o desempenho educacional dos brasileiros é insatisfatório.

205

**Palavras-chave:** Educação. Desigualdade social. Pobreza e Políticas Públicas.

### Introdução

Iniciei refletindo sobre os meus próprios conceitos a respeito dessa tema “Desigualdade social: Reflexos da pobreza no processo de ensino e aprendizagem” que me contrariam devido às bases materiais do viver, do pensar, do ser sujeito intelectual e moral. O que me leva a analisar: Como a educação poderá distanciar-se de sua principal função social, instrução, e operar no enfrentamento das consequências da pobreza e desigualdades sociais?

Portanto, a proposta deste artigo consiste em falarmos um pouco sobre a pobreza e a desigualdade social inseridas no processo educacional. Onde um dos principais objetivos consiste em analisar e refletir sobre as desigualdades sociais, a pobreza e seus reflexos no sistema educacional, assim como o papel das políticas públicas no combate às desigualdades e pobrezas em uma sociedade brasileira.





## Procedimentos Metodológicos

Desenvolver uma pesquisa científica demanda uma trajetória que envolve um conjunto de atividades que possa possibilitar responder as inquietações propostas para sua realização. Com isso Vieira (2015, p.32), pontua que: “[...] o método delinear os passos pelos quais o pesquisador deverá seguir além, da obtenção de dados, realizar também a análise dos resultados de modo a não implicar posturas pragmáticas e acríicas”.

Por ser um estudo qualitativo de caráter bibliográfico, a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foram pesquisas de referenciais bibliográficos, bem como as discussões e leituras do material bibliográfico apresentado no estudo dos Módulos do Curso de Especialização em Educação, Pobreza, Desigualdade Social.

## Resultados e discussões

### A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A POBREZA

Para iniciarmos esse assunto é necessário primeiramente fazermos uma definição sobre o que vem a ser a Educação Escolar e a Pobreza. Pois ambas possuem uma relação significativa, onde contribuem para o processo de ensino e aprendizagem.

A definição de Pobreza depende muito do contexto em que está inserida ou até mesmo de uma determinada sociedade, ou seja, está relacionada principalmente às políticas e desenvolvimento social e produtivo. Assim como que a reeducação da pobreza relaciona-se à transformações estruturais no sistema educacional que garantam o acesso a uma educação de qualidade para todos.

O que se torna claro nos dias atuais, é que estamos perante a uma sociedade capitalista em constante desenvolvimento social e tecnológico que se intensifica mais a cada ano com essa realidade que tem gerado uma nova demanda na formação do cidadãos, principalmente em se tratando da relação à qualificação profissional.

No entanto, se de um lado o desenvolvimento da tecnologia substituiu o trabalho humano, o que contribui para o aumento de desemprego. De um outro lado, a tecnologia otimiza tempo, espaço e cria novas oportunidades, motivando assim, a necessidade de um trabalho mais pensado. Criando desta forma uma demanda de qualificação profissional. Onde é exigido cada vez mais da educação uma qualificação necessária no desenvolvimento, e acima de tudo um alinhamento no ensino de modo geral, tendo como finalidade minimizar essa desigualdade social crescente, que em parte é causada também pela desigualdade das condições de aprendizagem. Segundo Gentili (2005):





A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação. (GENTILI, 2005, pág. 11).

Educação Escolar e Pobreza são dois temas muito discutidos e de difícil compreensão por estarem conectados de uma forma bastante significativa no contexto educacional, nos órgãos governamentais e na sociedade civil. O que nos faz refletir a educação como sendo fundamental para o futuro de um país e a pobreza como uma barreira para que essa educação surja de fato. Ressaltando que a educação se dá em distintos espaços e a escola é um dos espaços dos quais as crianças pobres, possuem o maior acesso como principal fonte de educação escolar.

### **A DESIGUALDADE SOCIAL E OS REFLEXOS NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM**

A desigualdade social é um elemento cada vez mais presente no dia-a-dia de uma instituição de ensino sendo pública ou não e ocorre sobretudo em países não desenvolvidos.

207

A partir do momento em que refletimos sobre as Desigualdades Sociais de nosso país, Brasil, é sem sombra de dúvidas que estabeleçamos a Educação como a solucionadora ou, no mínimo, a minimizadora da situação em que envolve a Desigualdade Social inserida no contexto escolar. Pensar a educação como o alicerce que pode modificar todas essas questões de desigualdades sociais, não é uma questão de ser imparcial ou parcial. É uma questão de se compreender que para as metas do PNE – Plano Nacional da Educação surtirem o resultado almejado, seria necessário que as condições sociais de nossa população sejam muito melhores do que é hoje. De acordo com Scotti (2007),

A idéia de que a igualdade de acesso propicia igualdade de chances só poderia ocorrer se vários atributos e condições sociais dos indivíduos fossem constantes. Como não os são, a idéia de igualdade de acesso não pode ser confundida com igualdade de chances. (SCOTTI, 2007, pág. 5)

### **DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO**

Muitos são os fatores sociais que levam a pobreza e que infelizmente, afeta a educação. Falar de desigualdade social e não pensar na pobreza e na educação é impossível, pois esses três fatores estão relacionados.





Através da educação, um cidadão poderá se tornar mais crítico, construtivo, perceber as diferenças existentes ao seu redor, poderá buscar várias alternativas de melhoria da sua própria qualidade de vida. O que nos faz perceber sobre a importância de aprender, buscar conhecimento para atuar diretamente no desenvolvimento econômico, social e cultural.

De acordo com Ferreira (2000),

[...] pode implicar uma distribuição desigual de poder político, na medida em que a riqueza gera influência sobre o sistema político. E a desigualdade de poder político reproduz a desigualdade educacional, já que os detentores do poder não utilizam o sistema público de educação e não têm interesse na sua qualidade, dependendo de escolas particulares. Os mais pobres, por sua vez, não tem meios próprios (nem acesso a crédito) para frequentar as boas escolas particulares, nem tampouco poder político para afetar as decisões fiscais e orçamentárias que poderiam melhorar a qualidade das escolas públicas” (FERREIRA, 2000, pág. 135).

O autor Ferreira confirma que o nível educacional interfere inteiramente na desigualdade de renda, e conseqüente gerará a reprodução da pobreza e desigualdade social.

### **DESIGUALDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Sempre que ouvimos ou até mesmo lemos sobre o problema da desigualdade social em nosso país, Brasil, na maioria das vezes a respeito da relação entre pobreza e a riqueza através da distribuição desigual de renda. Todavia, deve-se ser ponderado que essa é apenas uma das partes de muitos outros fatores que contribuem fortemente para a construção social da desigualdade social no Brasil, destacando o acesso a uma educação de qualidade.

Sabemos que as políticas sociais definem o modelo de assistência social implementado pelo Estado, voltadas em princípio o direcionamento de melhorias sociais, dentre eles, o direito à educação. Que de acordo com Amaral, 2010

Políticas públicas em educação vieram a fazer parte da política de infraestrutura social na grande maioria dos países, a qual foi colocada sob total discricção do governo nacional. (AMARAL, 2010, pag. 43).

Desta forma, é claro a responsabilidade do Estado no que diz respeito a elaboração e implementação de políticas públicas que apontem para o bem estar da sociedade e a reparação das desigualdades sociais que refletem na pobreza. No entanto torna-se de grande relevância compreender e levar em consideração todos os aspectos que fazem parte e determinam os as políticas públicas e o que as mesmas poderão causar com a sua má distribuição.

### **Considerações Finais**







O artigo apresentado não teve por prioridade desenvolver simetricamente a estrutura da desigualdade social e da pobreza no Brasil, nem a articulação de sugestões estratégicas para o combate à desigualdade social e à pobreza. Verificou-se que a desigualdade social, que muitas vezes também é chamada de desigualdade econômica, é um problema presente em quase todos os países do mundo decorrente da falta de investimentos, principalmente na área social.

Através da pesquisa bibliográfica que foi realizada sobre a evolução da pobreza e a desigualdade no Brasil, notou-se que a pobreza e a desigualdade sociais são problemas estruturais da sociedade brasileira, caracterizada por um processo de exploração que nos acompanha desde o período colonial, contribuindo para que o Brasil chegasse a ser um dos países mais desiguais e que, infelizmente, aconteceu.

Nosso país, Brasil, vive de reformas na educação, mas não há prosseguimento nos processos educativos que visam priorizar a educação e atender as prioridades existentes e que podem ser percebidas claramente. O que torna necessário que as políticas públicas sejam voltadas para a educação, o que nos faz refletir que a educação é considerada como único meio de conscientização de uma nação consciente de seus deveres para com a sociedade brasileira.

209

Sem sombra de dúvidas que a educação pode sim mudar toda a sociedade e contribuir para fornecer melhorias na qualidade de vida de todos os cidadãos brasileiros. Porém se em seus princípios, as desigualdades sociais e a pobreza não forem levadas em consideração, certamente a educação jamais conseguirá mudar e tão pouco cumprir suas metas no Plano Nacional de Educação.

### Referencias Bibliográficas

AMARAL, M. P. **Política pública educacional e sua dimensão internacional: abordagens teóricas.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, p. 39- 54, 2010.

CONNELL, R. W. **Pobreza e Educação.** In: GENTILI, P. Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexion Editora Digital, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** São Paulo, Melhoramentos; Fundação nacional do material escolar, 1978, 11ª edição.

FERREIRA, F.H.G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional** in HENRIQUES, R Desigualdade e Pobreza no Brasil. R.J. IPEA, 2000.





GENTILI, P. **Educar na esperança em tempos de desencanto**/Pablo Gentili, Chico Alencar. –7. Ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HADDAD, S. **Educação e exclusão no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

PARO, Vitor Henrique. 1945. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES

Maria do Carmo Carneiro de Oliveira

Marcos Felipe Gonçalves Maia

**Resumo:** O Programa Bolsa Família foi criado com a finalidade de possibilitar a melhoria das condições socioeconômicas das famílias, tendo apresentado nos últimos anos uma evolução significativa, tanto nas despesas quanto no número de pessoas atendidas, fato que demonstrou sua priorização como política de governo. O programa, contudo, tem sido alvo de diversas críticas que demandam uma investigação mais aprofundada. Este trabalho teve por objetivo analisar alguns aspectos presentes no Bolsa Família a fim de compreender como esses aspectos estão sendo operacionalizados para o alcance do objetivo do programa, que é a melhoria das condições das famílias bem como discutir a repercussão do descumprimento das condicionalidades previstas no Programa. O Programa Bolsa Família abre espaço para a consolidação de propostas de transferências de renda e pode ser considerado um embrião para a conquista de uma nova base de direitos no Brasil.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Condicionalidades, Desigualdade Social.

210

### Introdução

A escolha do tema “ Programa Bolsa Família e suas Condicionalidades” que é um programa de transferência de renda se dá devido está acompanhando-o há muitos anos na função de Coordenadora Municipal do Programa Bolsa Família na Educação.

O trabalho faz um relato sobre a criação do Programa Bolsa Família que é um dos maiores programas de transferência de renda administrado pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

O programa se deu com a unificação de outros programas de transferência de renda condicionados como o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação e outros sem condicionalidades como o Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

É um programa de renda mensal disponibilizado pelo governo federal às famílias mais carentes onde a renda varia de acordo com o número de crianças e adolescentes da família. Sendo que as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem adquirir frequência mínima de 85% e adolescentes de 15 a 17 anos devem adquirir frequência mínima de 75%.





Este trabalho tem como objetivo demonstrar e analisar nos seus diversos aspectos o Programa Bolsa Família. De acordo com o decreto 5.209, no artigo 4º os objetivos essenciais para o desenvolvimento do Programa são:

- erradicação da pobreza e desigualdade social;
- promover acesso de serviços públicos em especial de saúde, educação e assistência social, combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- Estimular a emancipação sustentável das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

### **Procedimentos Metodológicos**

No decorrer do trabalho foram usadas várias metodologias como a pesquisa de campo e a pesquisa qualitativa que não se define por si só sendo associada à pesquisa quantitativa.

O trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas e entrevistas com família beneficiária e direção de uma escola municipal bem incluindo relatos referentes aos conhecimentos adquiridos no trabalho diário frente à Coordenação do Programa Bolsa Família na Educação no Município de Porto Nacional-TO.

### **Resultados e Discussão**

Através do trabalho apresentado, pode-se concluir que o Programa Bolsa Família tem ajudado muitas famílias no Brasil inteiro, e no município de Porto Nacional, o mais relevante se refere ao lado financeiro e principalmente na frequência dos beneficiários na escola, pois através do Programa os beneficiários são beneficiados com programas educacionais como o Novo Mais Educação onde a criança tem acesso mínimo de 07 horas diárias na escola auxiliando para a queda na evasão escolar, reprovação e infrequência dos alunos.

O município possui um acompanhamento de agenda de saúde baixo. Para melhorar essa situação o gestor municipal do PBF deve conhecer e articular com o coordenador municipal do PBF na Saúde que é o responsável técnico por esse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde. Eles podem solicitar orientação e, se for o caso capacitação e apoio técnico da Coordenação Estadual Intersetorial do PBF.

A partir disso devem ser realizadas atividades de orientação e esclarecimentos sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF para as equipes do Programa Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, e para os agentes comunitários de saúde; realizar





ações de orientações às famílias para que informem que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde e para que atualizem o Cadastro único quando mudarem de endereço, planejar ações periódicas de busca ativa de famílias não acompanhadas pela saúde.

### Considerações finais

Diante do sucesso do Programa ainda podemos ver na mídia os pós e contras, pois muitos veem o Programa Bolsa Família como um feito duvidoso onde mesmo com muitas críticas a favor ou contra o Programa tem contribuído em muito para a redução da pobreza no Brasil oferecendo a muitos brasileiros a oportunidade de adquirir melhores condições de vida reduzindo também o estado de vulnerabilidade das famílias.

### Referências

ABRANCHES, S. H. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 92p.

BARROS, R. P. et al. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. In: *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Ipea, 2006.

BRASIL, **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

BRASIL, **Portaria nº 251 de 12 de dezembro de 2012**. Regulamenta a gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (a)**. O que é Bolsa Família. SL. 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria MEC/MDS n. 3.789, de 17 de novembro de 2004. Brasília, DF, 2004b.

CAMARGO, J. M. **Um Investimento no Futuro**. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 out. 2006.

CARVALHO, J. BRUNO, P. H. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais**. 1995-2004. *Texto para Discussão nº 1236*. Brasília: IPEA, 2006. 39 p.

KAKWANI, N; NERI, M; SON, H. H. **Desigualdade e crescimento: ingredientes trabalhistas**. In: *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Ipea, 2006.

MDSA – **Instrução Operacional nº 86/SENARC/MDSA**. MDSA – [www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)

MEDEIROS, M; BRITTO, T; SOARES, F. **Programas focalizados de MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS)**. Portaria MS/MDS n. 2.509, de 18 de novembro de 2004. Brasília, DF, 2004<sup>a</sup>, nº 1283. 2007. Brasília: IPEA, 2007. 33 p.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2002.





## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO TOCANTINS- ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Maria do Desterro Ibiapina Soares

Marcos Felipe Gonçalves Maia

**Resumo:** Retratar a realidade da pobreza e da desigualdade, demonstrar a viabilidade econômica do combate à pobreza, justificar a importância de estudos sobre o atual contexto econômico e institucional brasileiro, e estabelecer estratégias que não descartem a via do crescimento econômico, mas que enfatizem, sobretudo, o papel de políticas redistributivas que enfrentem a desigualdade, tudo descrito acima, merecem um olhar cuidadoso dos estudiosos, políticos e população de modo geral. O Programa Bolsa Família, foi criado no primeiro mandato do presidente Lula pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003 e Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Tem o objetivo de diminuir a pobreza e, por consequência, a desigualdade de renda das famílias, impondo-lhes algumas condicionalidades que abrangem os direitos básicos, como a educação e a saúde. esse trabalho pretende verificar o impacto do Programa Bolsa Família no estado do Tocantins. Para isso, foram utilizados dados secundários do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, nos períodos de 2004 a 2006, o primeiro governo Lula, onde foi criado e implantado o programa, o período de 2007 a 2010 que corresponde ao segundo governo Lula, e os anos de 2011 a 2014, período do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, primeira mudança de governo após a implantação do programa. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema, seguido, uma caracterização de indicadores socioeconômicos do estado. foi realizado uma coleta secundária a partir do banco de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministérios do Desenvolvimento Social - (MDS), a fim de analisar o impacto da renda nessas regiões. O indicador da renda, foi colhido através de dados secundários do IBGE, mais precisamente, os dados do censo dos anos de 2000 e 2010, a fim de ser feito uma comparação dos níveis de renda entre o período dos dois censos.

**Palavras-chave:** Economia. Erradicação. Políticas Públicas.

213

### Introdução

Uma das formas mais tradicionais de se caracterizar a pobreza tem sido defini-la como “insuficiência de renda”. Para medir sua incidência sobre as populações, são utilizados indicadores tais como o PIB (Produto Interno Bruto) per capita de um país e/ou um percentual da renda média/mediana de seus habitantes. Muitas pessoas pobres não se utilizam de renda financeira para adquirir bens, mas através dele, podemos estabelecer um critério de “pobreza absoluta”, demarcando quem são os pobres e os indigentes em uma dada população.

Contudo, em países como o Brasil, o uso da renda como critério de pobreza ainda é útil, não só porque a economia é fortemente monetizada, como porque se dispõe, no

País, de dados estatísticos suficientes para se estimar a renda mínima necessária à sobrevivência de indivíduos e famílias, bem como para se identificar quem não a alcança.

Ainda é evidenciado no Brasil uma grande vulnerabilidade no que tange a desigualdade de renda em seu território, com destaques para a região Norte e Nordeste que apresentam índices mais elevados de desigualdade de renda e pobreza. Segundo Telles (2001), a pobreza no Brasil se faz presente nas discussões sobre o futuro do país, mas era formulada como sinal de atraso e como uma herança do passado.





A primeira tentativa de implantação de programa de transferência de renda no Brasil, foi a criação do “Estatuto do Trabalhador Rural” (Lei 4.214, de 02/03/1963) que não chegou a ser regulamentado. Após quatro anos, em 1967, institucionalizou-se a Fundação de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), este, tratava-se de um benefício previdenciário semicontributivo voltado para a população rural e funcionou com a colaboração dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e, em 1971, pela Lei Complementar nº 11, de 25.05.1971 (e regulamentado pelo Decreto 69.919, de 11.01.1972), foi dado, de fato, o primeiro passo largo em direção da previdência social, com a criação do Plano de Assistência ao Trabalhador Rural - Prorural .

O Programa Bolsa Família, foi criado no primeiro mandato do presidente Lula pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003 e Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004. Segundo Rocha (2008), não é só com a transferência monetária que se elimina a pobreza e a desigualdade de renda, pois essas têm caráter multidimensional. Portanto, as condicionalidades tornam-se cruciais para diminuir a armadilha da pobreza e, por consequência, a alta desigualdade de renda. Destaca-se, assim, a importância de acompanhar a eficiência e o impacto de programas sociais como esse programa. O Programa foi criado pelo Decreto de Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004 e tinha como principal objetivo gerenciar os quatro programas federais e organiza-los em apenas um. O programa também absorveu o vale gás, que não tinha contrapartida, mas foi incorporada com seus próprios critérios e valores de benefício. Para que essa unificação se tornasse possível, o PBF utilizou do Cadastro Único<sup>1</sup>, criado ainda com o Bolsa Escola em 2001 – e vinha sendo aperfeiçoado de forma lenta – e que integrava informações sobre os beneficiários. Após a consolidação dos quatro PTRC, em 2003, o Programa Bolsa Família não sofreu grandes alterações. Cabendo à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), o estabelecimento de normas para a execução do programa, definir o valor do benefício, manter um diálogo com as cidades, estados e outros órgãos federais criando parcerias, definir e acompanhar contrapartidas, como a frequência escolar e, conseqüentemente, propor o orçamento anual do PBF, acompanhar o andamento do programa em geral e fazer avaliações regulares do programa (IPEA,2010).

A SENARC tem a regência do PBF e toma todas as principais decisões relativas ao programa, estabelecendo os critérios de quem recebe e quanto recebe o benefício, pelos critérios de suspensão e corte dos benefícios, entre várias outras definições de parâmetros





operacionais, além da elaboração do questionário do Cadastro Único. Esse questionário é repassado aos municípios, pois dele é a responsabilidade de levantamento das informações necessárias para a elegibilidade das famílias (IPEA,2010). Vale ressaltar que o PBF não é um direito. Ele se encontra explicitamente condicionado à dotação orçamentárias. “O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes” (Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004, artigo 6, parágrafo único). Diferentemente da aposentadoria, por exemplo, o Programa Bolsa Família tem um orçamento pré-definido, a partir do momento em que se esgota a sua dotação orçamentária, há uma suspensão de novos beneficiários, pelo menos até que haja um crédito suplementar. Por se tratar de um programa com orçamento definido, é necessário a definição de metas, sem metas fiscais, não há a possibilidade de fazer um planejamento de orçamento anual. Segundo Mesquita (2007) o Bolsa Família é a proposta mais ampla de transferência direta de renda já implementada no Brasil. Quando o Programa Bolsa Família foi criado, a meta inicial era atingir 11,2 milhões de famílias, por razões operacionais e orçamentárias, houve uma necessidade de ir aumentando o número gradualmente até atingir a meta, o que ocorreu no fim de 2006, onde passou a ser uma das maiores políticas sociais brasileiras por número de beneficiário, ficando atrás apenas do Sistema Único de Saúde - SUS – que cobre toda a população brasileira – da educação pública e previdência social.

215

### **Procedimentos Metodológicos**

Para discutir e compreender a importância dos programas de transferência de renda mínima condicional, em estudo, o Programa Bolsa Família, este trabalho se baseou em propor uma análise do impacto sobre o rendimento das famílias de baixa renda no estado do Tocantins. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, seguido por uma caracterização de indicadores de status socioeconômico, desmembrando-o em microrregiões para facilitar a investigação, com a análise de dados secundários sobre os aspectos sociais e econômicos desses territórios. Uma vez que a estrutura conceitual inteira desta região foi criada. O indicador de renda foi coletado por meio de dados secundários do IBGE, dados censitários dos anos 2000 e 2010, a fim de comparar os níveis de renda entre os dois censos. Para esta análise, as tabelas de discriminação de todos os municípios separados por microrregiões foram utilizadas para uma melhor compreensão, sob os cortes de renda per capita que apresentam a linha de elegibilidade para o desempenho do programa e a recepção de benefícios.





## Resultados e Discussão

Pode-se observar o comportamento do bolsa família em seus primeiros anos de implantação, ressaltando que sua meta de 2004, por razões de ordem orçamentária, só pôde ser atingida em 2006. Após atingido a meta inicial, houve uma estabilização no número de beneficiários nos anos de 2007 e 2008, assim novas famílias só puderam entrar no programa em decorrência da saída de outras. Então, pôde-se perceber, que de 2004 a 2008, houve um aumento de 25,56% das famílias beneficiadas no programa, praticamente a mesma variação, se comparado o intervalo 2004-2006, que apresentou variação de 23,33%. e apresentado uma variação irrisória, no intervalo 2006-2008, que cresceu apenas 1,8%, visto a estabilização da meta nesse último intervalo. No tocante aos gastos com o benefício, teve aumento de 179,72% no intervalo 2004-2008, mesmo com o crescimento de famílias beneficiadas de apenas 25,56%. Esse aumento se fez tão discrepante, porque, embora a meta de famílias beneficiadas permaneceu congelada entre os anos de 2006 -2008, o valor do benefício, bem como a criação de um benefício variável que contemple outra classe de jovens, sofreram aumento no ano de 2007 e 2008, conforme será explicado no tópico a frente. Em termos orçamentários, no entanto, o PBF é relativamente pequeno, e até 2008 respondia por menos de 0,4% do PIB do país, a variação entre os anos explanados, não tem grande impacto nas contas nacionais, variando apenas, 0,07%.

216

É importante destacar uma grande diferença para a elegibilidade dos beneficiários do PBF com o BPC (Benefício de Prestação Continuada) o conceito de família. A composição da família, passa a ser definida como uma “unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (Lei no 10.836).

O PBF caracteriza a pobreza em duas linhas: as famílias em situação de pobreza extrema, e famílias em situação de pobreza não extrema, ou apenas linha de pobreza. Elas são definidas sempre pela renda familiar *per capita*. Como, a funcionalidade do programa é condicionada ao estabelecimento de metas, as pessoas que estão abaixo da linha da pobreza extrema, são elegíveis ao programa, porém, se a meta já estiver sido cumprida a mesma passa a ser uma “elegível não coberta”, pois não há a possibilidade de inclui-la no programa, sem que a meta se estenda ou que famílias deixem de receber o benefício. Essa família tem direito







a benefício fixo, independentemente do tamanho da família, e um benefício variável, cuja renda posiciona-se entre a linha de pobreza extrema e a linha de pobreza (IPEA,2010).

As famílias cuja a renda for superior a linha extrema de pobreza e inferior a linha de pobreza (não extrema), são elegíveis ao benefício variável, que depende do número de crianças de 0 a 12 anos, incluindo gestantes, adolescentes de 12 a 15 anos, com limite máximo de três vezes esse benefício por família. Desde meados de 2008, há um segundo benefício variável destinados à residentes adolescentes, na faixa de idade de 16 e 17 anos, limite de dois jovens por família, desde que estejam matriculados em unidades de ensino. O benefício é pago a mãe de família, e na ausência desta, a outro membro.

Houve aumento dos benefícios e linhas de pobreza nos anos de 2009 e 2014, e por fim, em 2016, onde a partir do Decreto 8.747 de maio de 2016, as famílias em situação de pobreza extrema estão situadas em níveis de renda abaixo de R\$82,00 mensais, a estas, são direcionadas o benefício fixo, agora, no valor de R\$82,00 além do benefício variável. Famílias com níveis de renda *per capita* acima desse valor, e abaixo de R\$164,00, são consideradas famílias em situação de pobreza, e tem direito, assim como a outra linha de pobreza, ao benefício variável no valor de R\$ 38,00 para crianças de até 15 anos de idade, com teto máximo de três crianças por família, e R\$ 45,00 para até dois jovens com idade entre 15 e 16 anos.

O benefício do bolsa família foi concedido, em princípio, por um período de dois anos. A atualização do cadastro era feita, ao fim de cada período, por meio de agentes municipais para verificar as condições das famílias da região. Além das visitas periódicas, há também uma uma verificação do status das famílias em bases de dados de fontes de rendas formais, como as bases do BPC e do restante da seguridade, que apontam se algum membro da família recebe um benefício previdenciário ou assistencial e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que indica se o membro passou a ser empregado no mercado formal. Caso positivo, essa nova renda eleva a renda *per capita* da família, acima dos limites impostos para o programa, então, após notificados, o benefício é bloqueado, podendo ser desbloqueado mediante a atualização do cadastro e as novas informações apontarem que a família deveria continuar recebendo, a despeito da nova renda, caso contrário, haverá cancelamento do benefício. O único cruzamento que leva ao cancelamento imediato do benefício é com o Sistema de Controle de Óbitos (Sisobi), para domicílios unipessoais cujos os beneficiários são falecidos. Porém, houveram problemas na consulta dos dados, os registros dessa plataforma,





principalmente a Rais, são disponibilizados com algum atraso. A Rais, por exemplo, é coletada anualmente, e até os dados estarem disponíveis, é possível que haja um atraso de até dois anos. Uma alternativa seria a consulta de outros registros administrativos mensais como o Cadastro Geral de Empregados (IPEA, 2010). Há também, um número expressivo de famílias que solicita a suspensão do benefício devido a melhora de vida. Segundo a Sistema de Beneficiários do Cidadão, porém, o quantitativo trata-se de uma subestimativa, visto que, muitos gestores vinculam o pedido de saída ao fato da renda ser maior que a estabelecida pelo programa, não distinguindo o número real de famílias que pediram voluntariamente. Então, embora os números sejam verdadeiros, há uma dificuldade de mensurar a variável que aponta a honestidade das famílias (IPEA,2010). Para ter direito ao benefício, as famílias devem inserir seus filhos na rotina escolar, e fazer exames de pré-natal e acompanhamento nutricional além de manter as vacinas em dia, contrapartidas essas, que já existiam em outros programas, outrora individuais que foram juntadas ao PBF. Cabia ao governo, por meio da SENARC, a fiscalização do cumprimento dessa contrapartida, e desde 2006, apresentaram fiscalizações mais rígidas. Não houve criação de novas exigências ao longo do tempo, e as exigências mais cobradas das famílias são aquelas em que se há uma obrigação legal de serem cumpridas por todos os cidadãos. Segundo o Capítulo 3 da Constituição de 88, estabelece que a educação é “dever do Estado e da Família” e o ensino fundamental obrigatório. As contrapartidas de saúdes não possuem acompanhamento tão rígido quanto ao de educação, embora a taxa de acompanhamento venha subindo com o passar dos anos.

218

É importante ressaltar as diferenças regionais, o percentual de domicílios urbanos supera a marca dos 80% na região Sudeste enquanto no Nordeste esse percentual é de 61,02%, o número de domicílios rurais supera a média nacional de 30,6%. O mesmo acontece com o a região Norte do Brasil, que superou a média nacional em 8,2% em domicílios rurais (38,8%) O Sudeste e Centro Oeste, por sua vez, praticamente com a mesma proporção, tem um perfil de população beneficiária quase que praticamente urbana, com aproximadamente 83% urbana e 17% rural.

### **Considerações Finais**

Conforme abordado pelo estudo, foi possível constatar que com o passar dos anos, o Programa Bolsa Família foi se consolidando e se tornando um importante instrumento no que tange a política social do país. Embora o programa tenha um orçamento definido e ainda não





contemple toda a população elegível para o benefício, é evidente os efeitos positivos sobre a desigualdade social do país.

Conforme a análise do perfil dos domicílios elegíveis ao programa, evidenciou que as famílias beneficiadas apresentam menores níveis de acesso a serviços básicos de saúde pública, como abastecimento de água e coleta de lixo, no caso da Região Norte, recorte mais próximo do objeto de estudo, demonstrou números menores ao da média nacional e de outras regiões.

Neste contexto, é importante ressaltar a importância da intervenção do Estado para garantir meios adequados para assegurar uma vida saudável e autônoma aos indivíduos assegurando-lhes condições dignas de sobrevivência. O acesso da população mais vulnerável à renda através de incentivos do Estado proporciona meios para a construção de uma sociedade com menor desigualdade social e deve fazer parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, foi a partir da constituição de 1988 que foi dada a largada para a construção de um sistema de proteção social. Através do Programa Bolsa Família foi consolidado um mecanismo de redistribuição de renda iniciado durante o governo FHC respaldado pela exigência constitucional de promoção da proteção social e da redução da desigualdade.

219

É notório que o programa promove a redução da desigualdade de renda já que foi possível observar uma queda no número de famílias com renda média de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo no estado como um todo. Ademais, é importante salientar que o programa gera outros impactos positivos devido a exigência das contrapartidas sociais. Foi possível constatar esse fator com a análise de um caso curioso no que diz respeito ao percentual de crianças matriculadas na educação básica. De acordo com os dados foi possível perceber que, dentre as microrregiões do estado, é exatamente a região do Bico do Papagaio (uma das mais pobres do estado) que possui a maior taxa de crianças matriculadas na educação básica (67,1%), o que pode estar relacionado com a obrigatoriedade do cumprimento das contrapartidas educacionais impostas pelo programa.

### Referências

BICHIOR, R. M. **O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda.** Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 87, p. 114-129, 2010.

Bolsa família 2003-2010: **avanços e desafios.** Brasília: Ipea, 2010. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> acesso em 13 de julho de 2016.





BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=2150>> Acesso em 13 de julho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estados @. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=to>>

IPEA, Bolsa Família 2003-2010: **avanços e desafios** - Volume 1: Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6604](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6604)> acesso em junho de 2017.

MESQUITA, C. M. Contradições do processo de implementação de políticas pública: uma análise do Programa Bolsa Família. **Revista do Serviço Público** (Brasília), v. 57, p. 465-487, 2006.ok

**Pobreza permanece concentrada no Norte e no Nordeste do Brasil**, diz estudo de centro da ONU. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu>> acesso em 15 de junho de 2017

ROCHA, S. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, 2008.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

## CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO CMEI SEMENTES DO AMANHÃ

Maria do Socorro Alves Dias Silva

220

**RESUMO** Este artigo apresenta reflexões sobre as classes, pobreza, desigualdade social, e teve como objetivo de estudo o Programa Bolsa Família, e as Contribuições para as pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família do Centro Municipal de Educação Infantil, CMEI Sementes do Amanhã, no município de Palmas TO. O Bolsa Família é um dos mais importante programas de renda, destinado as famílias carentes em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. Criado em 2003 e mantido pelo governo federal, com a finalidade de beneficiar milhares de famílias que sofrem com a desigualdade social, com fome e vivem em situação de vulnerabilidade. O Programa Bolsa Família foi instituído no governo Lula, por medida provisória em 2003 e no ano seguinte converteu em lei, unificando e ampliando alguns programas que já existiam, como por exemplo o Bolsa Escola e o Auxílio gás. Este artigo apresenta resultado de estudo sobre o Programa Bolsa Família e suas contribuições na alimentação e incentivo a permanência escolar, uma vez que a frequência escolar é obrigatória para que as famílias continuem recebendo o benefício, o que não é diferente para que as famílias carentes do CMEI Sementes do Amanhã, em Palmas -TO, onde afirmaram que, mesmo não superando as dificuldades sofridas no cotidiano, é de grande importância esse auxílio na vida de cada família.

**Palavras chaves:** Educação, Pobreza, Contribuições do Bolsa Família.

### Introdução

Este artigo tratará a questão da Educação e a relação com a pobreza e o contexto de desigualdade social a partir de análise sobre as contribuições do Programa Bolsa Família nas famílias beneficiárias do CMEI Sementes do Amanhã. Temos como objetivo de estudo conhecer um pouco mais sobre as reais contribuições do Programa Bolsa Família, nas famílias beneficiárias do Centro Municipal de Educação Infantil- CMEI Sementes do Amanhã no município de Palmas–TO.





O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 pelo Governo Federal a partir da necessidade de unificação dos programas de transferência de renda existentes no Brasil. O mesmo vem ajudando muitas famílias que vivem em estados extremos de pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso aos serviços sociais, de educação, à saúde e combate à desigualdade social. Estimula crianças com idade escolar a não abandonarem os estudos, vendo que alguns meninos e meninas têm que abrir mão do direito de estudar para trabalhar devido à pouca condição financeira de sua família. Visto que o PBF vem contribuindo para que as crianças tenham mais acesso à educação e ao mesmo tempo ter uma alimentação de qualidade.

Hoje o PBF atende as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza:

Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) e R\$ 70,00 (setenta reais), respectivamente. (BRASIL, 204)

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal pela Medida Provisória nº 132 em outubro de 2003, em seguida transformado em lei – Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL. Lei nº 10.836, 2004), como programa de transferência de renda, que tem como objetivo combater à fome. Com a sua criação o governo buscou unificar os programas já existentes como cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Escola, com a finalidade de combater a pobreza e a exclusão social.

Os programas sociais servem de apoio aos desamparados, abrem horizontes em que as pessoas envolvidas ampliam sua visão de mundo pelos conhecimentos adquiridos. Além de que, também, são mecanismos para as lutas históricas presentes no processo educacional, ou seja, a cada demanda da sociedade novas perspectivas são atendidas, fruto de necessidades de uma sociedade que buscam por seus interesses coletivos. Enquanto uma pequena parcela da população tem grande poder econômico e político que podia trabalhar em favor da população, essa só tem é tirado alguns direitos adquiridos ao longo dos tempos, deixando ainda mais difícil a situação. Ressalto ainda que o pobre por ser pobre, muitas vezes deixa de ser visto como cidadão e passa a ser visto como marginal, como se não tivesse direitos de um cidadão, direitos esses que são desrespeitados pela nossa sociedade, muitas vezes não tem nem oportunidade para se defender, sendo obrigado a permanecer calado mesmo estando em seu direito.





Partindo desta breve abordagem sobre o programa, este estudo pretende averiguar as contribuições para as famílias do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI Sementes do Amanhã assistidas pelo PBF, bem como conhecer um pouco mais sobre o programa. Neste sentido a pesquisa parte da inquietação de entender quais são as ajudas do Programa Bolsa Família na vida das famílias assistidas do CMEI Sementes do Amanhã. Falar nas contribuições do Programa Bolsa Família nas famílias beneficiárias do CMEI Sementes do Amanhã é um desafio, pois de certa forma está ligada ao contexto econômico, sendo um problema e uma preocupação social. Porém não sabemos como agir diante de questões como essa, a miséria, a violência, o crescimento enorme da sociedade capitalista, que nos afetam diretamente causando cada vez mais essa desigualdade.

É importante ressaltar que

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

O BF é o mais importante programa social do Brasil, foi instituído no governo Lula, para ser a solução para as pessoas que vivem em situações precárias em que a renda não permite o alcance das necessidades básicas, uma vez que em alguns casos é a única renda que elas recebem.

222

### **Pobreza e desigualdade social**

Tanto a desigualdade como a pobreza são problemas sociais que afetam diretamente uma grande parcela da população, decorrente da má distribuição de renda e principalmente, pelas transformações e diversidades social, cultural, político e econômica vivenciadas pela sociedade ao longo dos tempos, que vive um campo de batalha na luta de classes e que em geral quem sempre teve oportunidades, são as elites, que sempre marginalizaram os menos favorecidos.

### **Educação e as contribuições do PBF**

A escola deve se configurar como espaço legítimo, em que se dá o processo de conhecimento, pois desempenha papel importantíssimo neste contexto, sendo um lugar de formar cidadãos de direitos, vamos juntos levantar a cabeça e dar as mãos em prol desta luta, pois as necessidades emergentes da sociedade são desafios que exigem novas formas de





concepções e atuações. Com as contribuições do Programa Bolsa Família e a parceria com a educação, tem facilitado a permanência das crianças nas escolas uma vez que um dos critérios para ser beneficiário do programa é a frequência escolar, uma maneira de estimular na aprendizagem e a permanência na escola.

O papel da escola é também de levar o conhecimento dos direitos e deveres a todos. A classe empobrecida chega a ser significativa nas escolas públicas, no entanto o que falta é buscar seus direitos, é a capacidade de enfrentamento, de voz desse povo. O que vemos infelizmente é o poder dominante da elite sobre os demais. A escola deve repensar sua função social, e contribuir significativamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, ética e igualitária. Mesmo estes sendo o papel da escola, não pode achar que ela por si só irá resolver esse problema social.

Sobre a função da escola Arroyo afirma que

... Afinal, não podemos atribuir à escolarização, isoladamente, a tarefa de solucionar a questão da pobreza, pois isso seria desconsiderar as complexidades do sistema capitalista e suas crises. (s/d, p. 13)

A educação promove a cidadania como situação histórica num contexto de condições políticas, sociais, econômicas e culturais. Por exemplo, se uma sociedade não garante que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo, tal sociedade apresenta diferenças enormes de democratização de sua estrutura social e política. Nesse sentido, ampliar as reflexões sobre a pobreza e a desigualdade social é ressignificar a educação numa perspectiva de qualificar as teorias e práticas para superação da transmissão de conhecimentos assumindo efetivamente o educar para o comprometimento social.

223

### **O contexto da pesquisa**

Para o desenvolvimento deste trabalho optamos por realizar uma pesquisa de campo, além dos levantamentos de dados e estudos bibliográficos. Deste modo, ressaltamos que o desenvolvimento e a análise aqui discutida ocorreu com base nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado ao grupo participante e estudos realizados. Foi feito um levantamento de dados dos alunos do CMEI que são beneficiários do programa, assim posso afirmar que a Instituição atende 263 crianças, das quais 57 são assistidas pelo programa e representa 22% das famílias do CMEI que são assistidas pelo PBF, e estarei representando da seguinte forma, família A e B.





As entrevistas foram feitas com duas famílias e aconteceram de forma tranquila, quando procurei as famílias fui bem atendida, e não mediram esforços para ajudar. A realização dessa atividade também me proporciona um conhecimento da vivência das famílias que vivem em situação de pobreza e dependem do Programa Bolsa Família para sua sobrevivência. Presenciar o ambiente do entrevistado é contribuir para nossa aprendizagem na disciplina e no curso. Inclusive no momento da entrevista, levei o formulário estruturado, mas em alguns momentos fiz indagações que não continham no mesmo, pois achei importante, por exemplo: quando entrevistei a família B: perguntei se ela concordava que com o Programa Bolsa Família os alunos passaram a frequentar mais a escola? Ela respondeu que não, então falei, mesmo aqueles que trabalhavam nas roças? Logo ela concordou que nesses casos sim.

### **As famílias:**

As famílias entrevistadas moram nas quadras circunvizinhas do CMEI na região norte de Palmas, as duas famílias moram de aluguel, Na família A: a mãe é a única responsável pelo sustento e as despesas da família, tem 21 anos, trabalha apenas como diarista vive com o companheiro que está desempregado, trabalha de forma eventual (Bico), ela é mãe de três filhos de 1, 3 e 5 anos de idade, mora em uma quitinete pagando 350,00 de aluguel, há 2 anos é beneficiária do programa e o valor do benefício é 117,00 por mês. Escolaridade a mãe tem com o ensino médio incompleto, e ele com o ensino fundamental incompleto. Na família B: a qual eu fiz a visita, entrevistei a mãe, ela tem 23 anos de idade está desempregada, a família é composta por 5 pessoas, sendo três filhos de 1, 2 e 4 anos de idade, e o companheiro de 24 anos, sendo o único responsável pelo sustento e despesas da família, ganha 1.000 reais por mês, e paga 400 reais de aluguel, os dois tem o ensino médio completo.

224

### **Considerações Finais**

O Programa Bolsa Família foi criado com a unificação dos programas de transferência de renda do Governo Federal, com o objetivo de eliminar a miséria e a pobreza do nosso país. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso aos serviços sociais, de educação, à saúde e combate à desigualdade social. Para o desenvolvimento deste trabalho optamos por realizar uma pesquisa de campo, além dos levantamentos de dados e estudos bibliográficos.

Os programas assistenciais contribuí para o enfrentamento à pobreza das famílias mais carentes, e representa grandes avanços nas vidas das famílias, pois o mesmo possibilita o







acesso aos serviços público como saúde, educação e uma alimentação básica. A pesquisa nos possibilita a ter mais conhecimento de suas contribuições e nos leva a repensar a importância que o Programa tem na vida dessas famílias. Diante das informações podemos perceber que o programa além de combater a pobreza permite que as famílias contempladas tenham condições mínimas para a sua sobrevivência contribuindo principalmente na alimentação dessas famílias.

### Referências

ARROYO, Miguel. **Pobreza, desigualdades e educação** - Módulo Introdutório. Curso: EPDS. UFT, 2076. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em: 12/10/2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Bolsa Família** <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. acesso em 23/04/2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programas Sociais. < <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 20/08/2017.

## SENSIBILIZANDO O OLHAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS TURMAS DE 6º ANO

225

**Maria do Socorro Assis Maranhão**

**Francisco Neto Pereira Pinto**

**Resumo:** Este artigo trata de um estudo de caso realizado no Colégio Estadual Doutor Hélio Souza Bueno, no município de Nova Olinda – TO, em turmas de 6º Ano, com a parceria do Grêmio Estudantil com o intuito de sensibilizar para o tema Direitos Humanos, para que possa vivenciar a valorização do ser humano através da capacitação de disseminadores em Direitos Humanos; do conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos; do desenvolvimento da autonomia e responsabilidade do aluno; ocasionando momentos que proporcionem reflexões a respeito da dignidade do ser humano. Portanto, a partir da observação dos problemas mais recorrentes na escola, como desrespeito e discriminação no ambiente de ensino, houve a necessidade de realizar ações neste sentido. Algumas conclusões a que chegamos foram que a educação deve participar ativamente para a efetivação dos direitos humanos e que debater de forma aberta ocasiona momentos de reflexão e consequentemente, sensibilização.

**Palavras – Chave:** Direitos Humanos. Educação. Sensibilização.

### Introdução

Neste artigo iremos falar sobre um projeto escolar voltado à sensibilização em educação em Direitos Humanos, desenvolvido com alunos de 6º ano de um Colégio Estadual, situado na cidade de Nova Olinda, Estado do Tocantins, no período de janeiro a outubro de 2017. O objetivo geral do projeto foi propiciar um ambiente para vivenciar a valorização do ser humano de forma fraterna e, de modo mais específico, capacitar disseminadores em





Direitos Humanos; desenvolver autonomia e responsabilidade do aluno; proporcionar reflexões a respeito da dignidade do ser humano; sensibilizar para a igualdade, solidariedade, justiça, respeito mútuo e paz; formar cidadãos críticos, capazes de refletir sobre suas ações na convivência social e respeitar as diferenças, reconhecendo sua cidadania; conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além disso, este projeto fazia parte das atividades desenvolvidas no ambiente do curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social, que teve início em agosto de 2016 visando especializar profissionais que atuem com educação e políticas sociais em ambientes empobrecidos, através de debates, reflexões e promoções de práticas viáveis que transformem as vivências dos sujeitos envolvidos. Em resumo, podemos afirmar que é importante reconhecer que a pobreza e as desigualdades existem para que possamos adequar as nossas práticas pedagógicas e a gestão educacional visando o melhoramento dessas vidas.

É importante que a educação (escolas e teorias pedagógicas) deem enfoque maior aos processos de produção da pobreza e não apenas estudem as diferenças entre as classes sociais, onde há mais ou menos pobreza. Mas levar os alunos a compreenderem a importância das políticas sociais.

226

### **Procedimentos Metodológicos**

O projeto ocorreu primordialmente com alunos do 6º Ano e com a parceria do Grêmio Estudantil, que são jovens oriundos do Ensino Médio e possuem habilidades e desenvoltura para instruir os menores.

Para isso, primeiro o projeto foi apresentado à comunidade escolar – incluindo o Grêmio Estudantil, para que todos conheçam e compreendam sua importância para a educação dentro e fora da escola, assim como para a vivência em sociedade.

Em outro momento foi realizada uma oficina de estudos com o Grêmio Estudantil, tendo como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros textos da atualidade, de forma dinâmica, em slides, vídeos e atividades práticas.

Após este momento, os integrantes se reuniram para organizar palestras nas turmas citadas acima, concomitantemente com a organização de peças teatrais que foram apresentadas nos Momentos Cívicos dos quatro bimestres, sob a minha coordenação.

No entanto, para que não houvesse problemas em relação as aulas dos alunos disseminadores, eles se reuniram por turno, ou seja, formaram dois grupos e realizaram os trabalhos no contraturno, de acordo com o horário em que estudam.





No término do desenvolvimento das atividades, no mês de outubro, foram formulados relatórios pelos alunos participantes - 6º Ano e os pertencentes ao Grêmio Estudantil.

Para uma melhor visualização, dividimos a exposição nas seguintes partes: 1) apresentação do projeto; 2) oficina com grêmio estudantil; 3) palestras com as turmas; 4) apresentação teatral no momento cívico da Unidade Escolar e 4) entrega de relatórios pelos alunos envolvidos.

As turmas envolvidas e que receberam as palestras foram duas, deste modo, os disseminadores realizaram esta atividade uma vez por semana, sendo uma turma por semana, bimestralmente, portanto, os mesmos se reuniram para preparar as palestras e as peças teatrais, para efetivar o viver em fraternidade.

### **Resultados e Discussão**

Os dados obtidos a partir dos debates e dos relatórios dos alunos envolvidos no projeto revelaram os problemas recorrentes no ambiente escolar, assim como suas angústias e desejos de futuro.

O aluno A expõe em seu texto o que alguns de seus colegas reforçaram em suas falas – o direito à vida, à liberdade e a segurança, dando exemplos em seus comentários de alguns tipos de violência doméstica que ferem esses direitos, como mulheres que são impedidas por seus companheiros de estudar e ainda sofrem abusos físicos.

227

#### **Excerto 1**

A Professora Maria do Socorro Assis mostra vídeo pra nós sobre dois meninos e sobre direitos humanos e ela mostra que todos os indivíduos tem direito a vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa, o direito a integridade da vida.

A aluna B destaca o respeito pelo outro, que também foi bastante citado durante os comentários, sendo que, muitos afirmaram haver a presença de bullying através de apelidos que ofendem e machucam.

#### **Excerto 2**

Essa aula me ensinou que não devemos desrespeitar ninguém e tratar todas as pessoas como irmãos.

A aluna C lembrou o fato de sermos todos iguais, sem haver nenhum tipo de distinção. Fator este lembrado pela maioria dos alunos em seus relatórios, principalmente relacionado ao preconceito racial e social, bastante evidente não somente na turma em questão, mas vindo de alunos de outras turmas.





### Excerto 3

E por fim ela encerrou a aula nos conscientizando que somos todos iguais, independente da cor e da classe social, pois devemos ser respeitados e cumpridores das leis.

As peças teatrais chamaram a atenção por terem escolhido como questão central o preconceito, pois os alunos entraram em um consenso que é algo sério e que tem causado muitos problemas na escola.

O desenvolvimento do projeto demonstrou que os pré-adolescentes estão mais “abertos” para a compreensão dos direitos humanos que muitos adultos que usam termos pejorativos para tratar sobre o tema. Portanto, o impacto deste trabalho foi positivo, gerando discussões enriquecedoras para todos os participantes, que resultaram em questionamentos e esclarecimentos.

Mesmo que tenha sido em pouco tempo e que tenha sido explanado apenas o básico, pudemos perceber o avanço da sensibilização em direitos humanos, despertando os alunos para a reflexão necessária que deve resultar em mudanças de comportamento e senso crítico, capazes de conjecturar sobre a convivência social com respeito às diferenças.

### Considerações Finais

228

Este trabalho procurou mostrar que é importante reconhecer que a pobreza e as desigualdades existem para que possamos adequar as nossas práticas pedagógicas e a gestão educacional visando o melhoramento dessas vidas.

Sendo a Educação uma prática social, é imprescindível que a mesma participe ativamente na efetivação dos direitos humanos em nossa sociedade, através de metodologias que não excluam, mas que agreguem valores aos jovens, tornando-os críticos e politizados, capazes de buscar e cobrar o direito à qualificação.

Existem problemas recorrentes no ambiente escolar, como desrespeito à liberdade de culto e à orientação sexual, discriminação racial e social, negligência no ensino, crianças e adolescentes que convivem com maus tratos na família, evasão escolar e uso de drogas.

O projeto Sensibilizando o olhar sobre os direitos humanos nas turmas de 6º Ano abriu espaço para o debate sobre os direitos humanos na escola, principalmente revelando a realidade sobre a pobreza e a desigualdade, a partir do estudo e do conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Deste modo, trabalhar a temática deixa os





alunos mais esclarecidos, mais sensibilizados, mais críticos e contribui para a redução das pequenas iniquidades no âmbito escolar.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. **Ações Coletivas e Conhecimento: Outras Pedagogias?** 2009. Disponível em <[www.universidadepopular.org/site/media/leituras\\_upms/AcoesColetivas\\_e\\_Conhecimento\\_30-11-09.PDF](http://www.universidadepopular.org/site/media/leituras_upms/AcoesColetivas_e_Conhecimento_30-11-09.PDF)>. Acesso em: 19 set. 2017.
- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BITTAR, Eduardo C. B. (Coord.) – **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: Acesso em: 5 ago. 2017.
- Educação em Direitos Humanos: uma estratégia ao combate à violência escolar**. Messias, AL: Escola Municipal de Messias, 2010. Disponível em <[www.pedagogia.dmd2.webfactional.com](http://www.pedagogia.dmd2.webfactional.com)>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- FERREIRA, Aparecida José; FERREIRA, Elma. **Educação e Direitos Humanos: uma questão de cidadania**. Centro Municipal de Educação Infantil Costa e Silva, Rialma: 2010. Disponível em <<http://projetosrealizadosem2009.blogspot.com.br>>. Acesso em: 03/01/2017.
- TOCANTINS, **Sistema de Gerenciamento Educacional - SGE**, 2017.
- Projeto Escola de Formação Popular em Direitos Humanos**. Joinville, SC: Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz, 2006. Disponível em <[www.centrodireitoshumanos.org.br](http://www.centrodireitoshumanos.org.br)>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

229

## CURRÍCULO ESCOLAR E CONTEXTOS DE POBREZA: CONSIDERAÇÕES SOBRE NECESSIDADE DE MUDANÇAS

Maria do Socorro da Silva

Elaine Jesus Alves

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar o PPP de uma escola pública com fins de verificar as medidas para enfrentamento da pobreza. O estudo consiste na análise de conteúdo do documento que baseia as políticas educacionais (PPP) de uma escola pública estadual no município de Miracema do Tocantins. Na primeira parte do texto, são apresentados desafios que permeiam o contexto da educação na sua relação com a pobreza. Na parte subsequente são apresentadas o contexto do estudo, e análise dos resultados. É evidente que a administração burocrática e hierárquica do poder estatal para com a escola inviabiliza uma satisfatória autonomia. Portanto, o estudo aponta que é necessário a elaboração de propostas curriculares para cada unidade escolar, mediante uma autonomia administrativa, viabilizando práticas coerentes à realidade do contexto de pobreza de cada escola.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Pobreza. Políticas Educacionais.





## Introdução

Ao se referir à pobreza e cidadania, não se pode pensar no sistema educacional brasileiro sem atrelá-lo à sua trajetória ao longo do tempo. Evidentemente, por muito tempo, a educação não era vista como uma forma de adquirir conhecimentos, mas sinônimo de status e poder aquisitivo dos que tinham acesso à ela. Hoje, ela é encarada como uma forma de ascensão social, sua existência como sistema é vista como meio de se alcançar formações e profissões.

A educação se faz importante se considerarmos que ela pode quebrar ciclos de pobreza; porém, não se trata de qualquer educação, é necessário para tanto, reelaborar propostas curriculares para cada unidade escolar. Esse objetivo só pode ser alcançado mediante uma autonomia administrativa e uma boa gestão, que seja distante do partidarismo político, que por sua vez, inviabiliza práticas coerentes à realidade da escola.

Crianças e adolescentes têm sofrido bastante por não ter sua dignidade assegurada e ter ainda suas vidas dilaceradas com as consequências da pobreza, e que, por causa delas, não se identificam com expectativas de melhora. Portanto, até mesmo para com a formação profissional, à qual veem como um luxo, para os afortunados ou dignos de tal. A tarefa de conscientizá-los é árdua, mas fundamental para as transformações na sociedade.

230

## Procedimentos Metodológicos

Para procedimentos metodológicos, foram consultados documentos referentes a unidade escolar, como o Projeto Político Pedagógico. Bem como atas dos setores pedagógico e financeiro. É necessário pontuar que, complementar à análise bibliográfica, tivemos a contribuição evidente de observação do contexto da escola e experiências semelhantes que podem embasar uma visão mais abrangente e realista para a pesquisa.

## Política Educacional e Escola

Na visão de Arroyo (2016, p. 11):

Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os (as) pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los (as), não para garantir o direito deles (as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina.





Portanto, a postura moralista que a escola assume na sociedade precisa ser repensada em conjunto com os outros atores do setor público de modo a se responsabilizarem pela desordem social instaurada, manifestada às claras no contexto da escola.

Considerando a escola como imersa em contextos sociais diversificados, podemos afirmar que a forma como as políticas educacionais são dispostas, não há abertura para essas diferenças, colocando as escolas públicas como uma homogeneidade desprovida das realidades que as compõem.

A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe dêem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino. (VEIGA 1995, p.11/12 apud DESTRO).

Assim, não se deveria apresentar elaborações curriculares comuns, porque deve existir um Projeto Político Pedagógico para cada contexto, desta forma o currículo deve ser elaborado de acordo com o PPP da instituição e ter como objetivo o aprendizado do aluno.

### **A Escola Dona Filomena Moreira de Paula**

231

O Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula é uma Unidade Escolar pertencente à rede estadual, situado na zona urbana do município de Miracema do Tocantins. De acordo com o Projeto Político pedagógico (2014, p. 3), foi fundado em setembro de 1982, com a denominação de Escola Municipal 25 de agosto, (homenagem ao aniversário da cidade). Por ser contemporânea à expansão territorial da cidade em virtude das enchentes, é muito familiar à rotina da comunidade em geral.

Conforme o PPP (2014, p.12), determina-se que haja uma “Associação Escolar, para decidir sobre as prioridades da instituição em consonância com as Instruções Normativas dos Tribunais de Contas. Infelizmente, trata-se de execuções meramente protocolares, e que a escola realiza um esforço gigantesco para cumprir suas atribuições diante de um orçamento pequeno e tão incerto. É importante ressaltar que é pouquíssimo expressiva a participação da comunidade nessa gestão compartilhada.

Segundo o Projeto Político Pedagógico, desde sua fundação, esta unidade escolar teve oscilações significativas no que diz respeito ao seu quadro de funcionários em virtude das modificações curriculares e de modalidades de ensino (2014, p. 3), causadas por sua vez, pelas imposições hierárquicas por parte do estado do Tocantins de cumprir de forma





irreflexiva às demandas advindas de instâncias superiores. Como consequência têm-se uma assistência ineficiente, e por vezes dispendiosa, em relação aos problemas reais da comunidade. É importante ressaltar que a administração do dinheiro destinado à escola se dá de forma excessivamente burocrática, inviabilizando, assim, uma satisfatória autonomia.

As oscilações são bastante presentes na história dessa Unidade de Ensino, e mais uma vez a comunidade escolar interna e externa presencia mudança nas modalidades de atendimento:

Tomando por base o PNE (Plano Nacional de Educação) e PEE (Plano Estadual de Educação) na implementação ao Programa “Educação em Tempo Integral” esta o adotou a partir do início do ano letivo de 2017, de forma gradual, tendo como primeira etapa a primeira série do Ensino Médio, estando a escola funcionando com duas modalidades: Ensino Médio regular e Ensino Médio integral.

Evidencia-se no PPP que o Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula, assim como a maioria das escolas públicas no Brasil, apresenta problemas profundos que estão relacionados à formação anterior dos alunos, o que repercute decisivamente em sua vida estudantil (p. 5). O baixo desempenho somado à falta de perspectivas é responsável, certamente, pelo desinteresse dos alunos em recuperar os conteúdos correspondentes às séries iniciais. Sabemos que esse fenômeno é decorrente do descaso do poder público, e que se repete em todo o país.

232

Podemos perceber que o serviço público e a prestação de serviços figuram como principais fontes de renda da população, porém, infelizmente, o cenário de desemprego atinge diretamente a comunidade do entorno da escola, e os próprios alunos, os quais possuiriam ocupações para a própria subsistência. Esse quadro frequentemente impossibilita a permanência dos alunos, que por sua vez, preferem procurar outros meios de sustento fora da cidade, como evidencia o Projeto Político Pedagógico vigente.

Segundo ele, há uma falta de motivação dos jovens, público da educação, que se dá por várias circunstâncias e dificuldades, pois para alguns deles, a simples ida e permanência na escola é desafiadora (p.5). É importante considerar que algumas conquistas acadêmicas, como terminar o ensino médio, podem ser distantes para muitos, por vezes sendo alvo de rótulos (“desnecessário”, “difícil”), o que contribui para pensarmos sobre os efeitos da pobreza nos discentes.







A reflexão pode ser enriquecida quando pensamos que, promover a conscientização de educandos vítimas das desigualdades sociais é decisivo para o aprendizado do conteúdo aplicado em sala, e, de forma decisiva contribui para o reconhecimento da sociedade ao papel social da escola, que pode ir além das expectativas da comunidade que se utiliza de seus serviços.

### **Discussão**

O que se mostra necessário para o combate da pobreza e seus problemas paralelos é que a escola tenha autonomia para fazê-lo, pois cada unidade escolar apresenta uma realidade, à qual não cabe às instituições superiores. Os professores precisam ter participação nesse processo. É evidente que a comunidade na qual está inserida a escola não dispõe de perfil para o turno integral, visto que há demandas familiares e pessoais e de ordens financeira (alunos que precisam trabalhar). Então, se não foi feita uma consulta aos sujeitos a quem os serviços são dirigidos, assume-se a responsabilidade pelos prejuízos e desperdícios. O professor, por consequência, fica sobrecarregado.

Os contextos de pobreza se refletem, obviamente, no cotidiano da escola. Mas para se começar a fazer questionamentos é que é preciso ter a competência para isso, por competência, leia-se capacidade e permissão de realizar o que for proposto.

233

A falta de prioridade do poder público com a educação de qualidade é evidente. A presente meta de ensino de tempo integral do CEM D. Filomena retratam muito bem esse contexto: a imposição para que tal modelo se efetue mesmo sem a devida correspondência com a realidade. Presta-se um serviço de modo que o mínimo seja executado e que é registrado, por sua vez, como funcionando de forma satisfatória.

Diante do que foi exposto, é observável que a escola em questão não atende os parâmetros ideais de condições de combate à pobreza e de seus problemas paralelos, o que demanda, que cada vez mais o estado favoreça a participação da população nas decisões que a afetam.

Portanto, seria necessário discutir meios para:

- Relativizar o poder que as instituições superiores da escola têm sobre ela, para viabilizar a sua autonomia para enfrentamento das consequências.
- Participação dos professores, que vivem diretamente a realidade da escola, nas propostas que dizem respeito a ela.





-E com essa autonomia que a escola possa, então, debater as decisões com a comunidade e articular as políticas de acordo com sua realidade e questões de forma que ela possa ser contemplada.

### Considerações Finais

Os objetivos aqui apresentados visam que a escola possa atuar junto à comunidade, de modo que se perceba que é preciso elaborar propostas sólidas de conscientização, empoderamento, para enfrentar a pobreza nas particularidades de cada lugar e que haja autonomia para fazê-lo. Afinal, de que adiantaria propor as saídas junto à comunidade e à escola, se essa depende quase exclusivamente de ordens hierárquicas? Ou seja, que é necessário colocar as questões da pobreza nas pautas do ensino e das atividades da escola é sabido, mas é preciso se pensar quais meios há para que se efetue o que for proposto.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. **Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação**. Ministério da Educação, 2014, p. 37.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 65 p.
- DESTRO, Gabriela Gomes Zandonadi; GAZZETTA, Maria Cecília. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO—O QUE É?.
- LEITE, Maria Helena Alvarez. Módulo III: **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. Ministério da Educação, s/d.
- LIBÂNEO, José Carlos. O planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular. In \_\_. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004. Pg. 147-202.
- PAULA, Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de. **Projeto Político Pedagógico**. Miracema do Tocantins, 2014.
- SCHMIDT, Elizabeth Silveira. **Currículo: uma abordagem conceitual e histórica**. Publicada na UEPG, 2003.





## IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO DO TOCANTINS

Maria Dos Anjos Alves do Nascimento Cruz

Solange Aparecida do Nascimento

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo fazer uma pesquisa na escola Municipal Getúlio Vargas, sendo esta, portadora de alunos assentados dos arredores da cidade de São Valério – Tocantins, em que muitos são beneficiados com o programa Bolsa Família (PBF). A pesquisa trata-se do impacto na educação escolar e socioeconômica dos beneficiários do PBF, visto que, tem-se uma base de 150 alunos que são beneficiados no município. Foram escolhidas duas famílias para ser feita a pesquisa de perto, pois as mesmas representam todas as outras, e são casos que necessitam desse programa para ajudar no sustento da família, porém há alguns requisitos que foge do propósito do programa. O tema “impacto” foi escolhido devido à extrema desigualdade social e a pobreza presente no município, e famílias que não priorizam o benefício para cuidar da educação dos filhos, e sim de si mesmos. Sabe-se que no programa PBF é exigido a frequência do aluno, sendo que, aquele que não frequenta a escola de forma regular será retirado do benefício. A pesquisa de caso das famílias citadas a cima falará a infrequência dos alunos, e a insistência do corpo docente para o resgate dessas crianças, pois sabe-se que, a infrequência do aluno além de prejudicar na aprovação prejudica no rendimento escolar. Portanto é entendido que o PBF é direcionado a famílias pobres e pode interromper o ciclo vicioso da pobreza do presente e sua reprodução no futuro, sabendo utilizá-lo de maneira correta e direcioná-los para aquelas que mais precisarem.

**Palavras Chave:** Impacto, Pobreza, Benefício na educação escolar.

### Introdução

É notório que a pobreza e suas consequências em termos de liberdades individuais fazem hoje no nosso país parte das principais preocupações. Acabar com a fome e a miséria é a primeira das oito metas do milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações.

De acordo com leituras e pesquisas e dados (IPEA) mostram que a pobreza no Brasil nos últimos anos tem demonstrado que, no período 2003 a 2012, os níveis de pobreza e de pobreza extrema diminuíram sensivelmente. Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre as décadas de 1980 a 2010, a taxa de pobreza no Brasil passou de 41,29% para 16,48%, enquanto a taxa de pobreza extrema foi reduzida de 16,40% para 5,70%. Com isso acredita-se que se deva, em parte, às políticas públicas de transferência de renda aplicadas, no país, na última década.

Com efeito, no início da década de 1990, governos latino-americanos começaram, mesmo que timidamente, a programar políticas públicas de combate à pobreza com isso, o Programa Bolsa Família (PBF) segundo (CHIODA et al. 2015) foi criado em 2003, no Brasil (Brasil 2012). Na realidade, o PBF resultou da união de diversas políticas públicas, tais como o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e a Bolsa-Alimentação, mas seu alcance foi consideravelmente





ampliado ao longo dos últimos anos. O principal objetivo do programa é minorar de imediato a pobreza por meio da transferência condicional de renda para um grupo de famílias elegíveis<sup>1</sup>. Atualmente, o Programa Bolsa Família atinge mais de 11 milhões de famílias e custa aproximadamente 0,4% do PIB do país. Reafirma (MENEZES; SANTARELLI 2013, p28) que:

Ao final de 2013, o governo federal instituiu o programa Bolsa família PBF, um programa de transferência de renda condicionada e com dois objetivos principais: o combate à fome, à miséria e à exclusão social e a promoção da inclusão social, voltada à emancipação das famílias pobres e extremamente pobres.

É nessa visão que se pode perceber que o programa Bolsa família visa minimizar a pobreza, fome e miséria no nosso país, buscando alcançar meios e objetivos para se obter bons resultados com o benefício.

Partindo desse pressuposto, o principal foco do presente trabalho é voltado para o impacto que esse benefício causa às famílias que vivem no município da cidade de São Valério, visando uma análise de casos que mostrará a realidade do PBF para com as famílias carentes, e como estas administram esse recurso para facilitar e auxiliar a educação de seus filhos na escola.

236

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa é de campo, que visou mostrar as famílias carentes do Município de São Valério da Natividade, com o propósito de apresentar os impactos que o benefício Bolsa Família trás para cada uma delas. Para a realização da mesma, foi utilizada uma folha de pergunta elaborada, questões voltadas para a vida do entrevistado, e o que o PBF mudou na educação e alimentação das crianças beneficiadas com o programa.

Diante dos objetivos específicos propostos na seção anterior e do objetivo geral deste trabalho, o plano descritivo foi apoiado em pesquisa bibliográfica e institucional (IPEA). A pesquisa foi realizada com as bases de dados, estudos e pesquisas de fontes oficiais, e conhecimento da realidade das famílias carentes do município de São Valério, com base em uma pesquisa de caso entre duas desta, para informar e apresentar a realidade em que se vive hoje. Dentre os autores usados para pesquisas bibliográficas, destacam-se: (MENEZES; SANTARELLI 2013), (LAZANI, 2011; BICHIR, 2010), entre outros.





## Resultados e Discussão

Apresenta-se aqui o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes do Município de São Valério-TO, em seguida a conclusão em relação às questões referentes ao impacto das famílias com o recurso; sua opinião sobre o programa referente às melhorias nas condições de vida; sobre as consequências para a família se ocorresse à suspensão do programa; e o grau de dependência da família em relação ao recurso do Bolsa Família.

Através da pesquisa de campo realizada no mês de Agosto de 2017 com duas (02) duas beneficiárias, constatou-se que o Programa Bolsa família contribui para que as famílias tenham acesso à renda, pois sem o benefício muitas famílias vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Ambas famílias tiveram tempos de dificuldade na infância, com alimentos, trabalho infantil e dentre outros aspectos para ajudar no sustento de casa, hoje vivem com o PBF e ajuda dos filhos que já são independentes e trabalham em cidades vizinhas, como se pode perceber, com a exclusão do benefício é possível constatar que essas famílias não conseguirão manter o sustento, alimentação, roupa, etc.

A seguir, pode-se verificar que o acesso ao benefício gera impacto positivo para o desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiárias. Ao responder as perguntas (que segue em anexo), as entrevistadas expressaram suas opiniões sobre o PBF e todas foram unânimes ao afirmar que o acesso ao programa melhorou as condições de saúde, educação e alimentação. Segundo pesquisas anteriores, o programa Bolsa Família vem apresentando resultados positivos na redução da desnutrição e insegurança alimentar e nutricional.

O acesso à alimentação com melhor qualidade e diversidade de produtos, trazem benefícios que refletem na vida dos beneficiários em relação às condições de saúde, prevenindo situações de desnutrição e mortalidade infantil. Também reflete na educação porque as crianças estando mais bem alimentadas contribuem (rever construção textual) com a aprendizagem, reduzindo os indicadores de evasão escolar, permitindo melhores médias, frequência e aprovação. Desta forma, o programa tem alcançado o objetivo de reduzir a fome e a pobreza, através do acesso a renda, mesmo que seja pouco como declaram os pesquisados o recurso faz toda a diferença para as famílias alcançar a garantia de seus direitos considerados básicos.

## Considerações Finais





O presente estudo teve o propósito de identificar questões relativas à contribuição do Programa Bolsa Família para o desenvolvimento social e econômico do município de São Valério-Tocantins desta pesquisa, percebeu que as políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa família, são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do município, contribuindo positivamente na economia local. Através do acesso à renda as famílias possuem maior poder de compra e consumo, melhorando sua qualidade de vidas, bem como no acesso aos direitos sociais. Identificou-se através deste estudo, que o não acesso ao programa impactaria negativamente no desenvolvimento local, as famílias estariam em piores condições de vulnerabilidade social, em situação de risco, conforme se identificou nas entrevistas. Quando questionado sobre as consequências para as famílias se o benefício fosse cancelado, declararam que: “faria muita falta, pois é dele que vem nosso sustento”.

Percebeu-se que grande parte das famílias possui baixa escolaridade, estão desempregadas ou trabalham no mercado informal, sendo estes fatores prejudiciais para as famílias alcançarem o acesso à renda para garantir as necessidades básicas, ficando a margem de diversas vulnerabilidades sociais. Este programa contribui positivamente para melhoria na qualidade de suas vidas, principalmente para o consumo de alimentação, onde todos os entrevistados responderam que utilizam o recurso para comprar os alimentos, que sem o benefício à situação de pobreza seria maior, prejudicando o desenvolvimento do município, em relação às políticas públicas como: saúde e educação.

238

### Referências

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na Berlinda? **Revista Novos Estudos**, São Paulo nº 87, Jul./2010.

CHIODA, L. M., João, M. P. & Soares, R. R. (2015), ‘Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa família and crime in urban brazil’, *Economics of Education Review*

IPEA. **Carta de Conjuntura.** Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc22\\_inflacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc22_inflacao.pdf) Acesso em 20 de Setembro de 2017.

LAZANI, Rodrigo. **Programas de transferência de renda: autonomia versus assistencialismo.** Campinas. 2011. 128p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 12, nº 6, dez. 2007.





MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. Da Estratégia. “Fome Zero” ao Plano “Brasil miséria” elementos da seguridade social no Brasil

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O DESCOMPASSO ENTRE AS CONQUISTAS DA LEGISLAÇÃO E A REALIDADE DAS ESCOLAS INDÍGENAS

Maria dos Anjos Rodrigues de Sousa

Francisco Neto Pereira Pinto

**Resumo:** Neste artigo vamos falar sobre a educação escolar indígena, abordando alguns conceitos, como cultura, povos indígenas, educação indígena, educação escolar indígena, entre outros. Para tanto, estabelecemos como objetivos: elencar os principais instrumentos legais construídos no processo pós-Constituição Federal de 1988, que reconheceu o Brasil como um país diverso e garantiu vários direitos aos povos indígenas, entre eles o direito a uma educação bilíngue, diferenciada, específica e intercultural e permitiu desde então, a construção de políticas de educação diferenciada para esses povos. Estaremos apontando avanços e dificuldades deste processo. Tem como objetivo também, discutir sobre a educação indígena e a educação escolar indígena percebendo suas diferenças e possibilidades de articulação; abordar a realidade da Escola Txualet, refletindo sobre a compreensão de alunos, professores e lideranças da comunidade, percebendo o distanciamento entre as conquistas da legislação e a realidade das escolas indígenas.

**Palavras-Chave:** Povos Indígenas; Educação Indígena; Educação Escolar Indígena; Escola Txualet.

### Introdução

A educação escolar indígena é um direito garantido na Constituição Federal de 1988 e normatizado em diversos outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, o Plano Nacional de Educação, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT entre outros que discorrem sobre a garantia a uma educação diferenciada, contextualizada e específica construída mediante consulta e acordos com os grupos envolvidos, respeitando e valorizando suas práticas, suas línguas e seus modos de vida.

No entanto a realidade atual, passados aproximadamente três décadas da promulgação da Constituição Federal, apresenta diversos entraves que dificultam alcançar esses objetivos e com isso a situação das escolas indígenas ainda apresenta inúmeras dificuldades estruturais e quanto ao alcance do objetivo definido e reafirmado pelos povos indígenas, de ser uma educação bilíngue, diferenciada, contextualizada e intercultural.

Neste artigo estaremos refletindo sobre essa realidade da educação escolar indígena a partir de pesquisas bibliográficas em documentos oficiais, artigos e livros sobre a temática, bem como em pesquisa realizada na Escola Txualet da aldeia Rio Vermelho, povo indígena





Krahô, Terra Indígena Kraholândia, município de Goiatins-TO, apontando os problemas e limites que dificultam alcançar essa educação que contribua para a afirmação da cidadania e da valorização da cultura indígena.

Para tanto, estabelecemos como objetivos: elencar os principais instrumentos legais construídos neste processo pós-Constituição Federal de 1988, apontando avanços e dificuldades do percurso; discutir sobre educação indígena e educação escolar indígena percebendo suas diferenças e possibilidades de articulação; abordar sobre a realidade da Escola Txualet, refletindo sobre a compreensão de alunos e professores e lideranças da comunidade, percebendo o distanciamento entre as conquistas da legislação e a realidade das escolas indígenas.

### **Procedimentos Metodológicos**

A construção deste artigo é decorrente da participação no Curso de Especialização em Pobreza e Desigualdade Social - EPDS, cuja a participação foi movida pela possibilidade de crescimento intelectual e profissional que pudessem vir favorecer uma atuação mais qualificada junto ao público com quem trabalho que são os povos indígenas Krahô, um povo que vive um contexto bastante empobrecido, consequência da forma como o nosso país tem tratado os povos originários, assunto muito bem abordada no texto de Miguel Arroyo (2015, p.28), conforme ele afirma “No Brasil, os grupos indígenas foram deixados à margem do desenvolvimento econômico e cultural, mantidos em aldeias e reservas, sendo punidos ao adentrarem o mundo do branco sem a devida adaptação às normas”.

240

Para produzir este artigo, a base principal de reflexão resultou das discussões do referido curso, cujos conteúdos sempre orientaram para uma compreensão da realidade concreta da educação e dos sujeitos deste processo. A definição para escrever sobre a temática da educação escolar indígena se deve aos trabalhos realizados tendo como fonte principal a Escola Txualet.

Na busca de delimitação do tema, busquei leituras inicialmente indicadas na bibliografia do curso EPDS e posteriormente em pesquisas realizadas no Google com o nome “educação escolar indígena”, bem como na leitura de livros, relatórios dos arquivos da FUNAI, assim como em algumas entrevistas realizadas com professores, alunos e lideranças da aldeia Rio Vermelho. Vale salientar que existe uma grande quantidade de artigos, tese e livros sobre essa temática e não foi fácil fazer o recorte para o presente artigo porque a educação está inter-relacionada a todas as nuances da vida dos povos indígenas.







Contando com a orientação do professor Francisco Neto Pereira Pinto, defini trazer presente alguns conceitos sobre os povos indígenas, educação, cultura, educação indígena e educação escolar indígena, para em seguida elencar os principais documentos norteadores da educação escolar indígena e finalmente abordar a realidade da Escola Txualet.

### **Resultados e Discussão**

Para discutir sobre a educação escolar indígena foi necessário retomar alguns conceitos, inclusive compreender que o processo de luta levou os povos indígenas a ressignificaram e se reapropriarem de alguns deles, por exemplo, o conceito de povos indígenas, que segundo Célia Collet (2014):

o movimento indígena, surgido na década de 1970, decidiu que era importante manter, aceitar e promover as denominações genéricas como forma de fortalecimento da identidade conjunta e de união na luta por direitos comuns. As mais de 305 etnias existentes hoje no Brasil, apesar de todas as diferenças e especificidades verificadas entre elas, também têm muitas características em comum, entre as quais se destaca a vinculação com o território (...) (COLLET, 2014, p.11).

Em seguida passamos a refletir sobre o processo educativo entre os povos indígenas que ocorre de acordo com a cultura de cada grupo ou etnia, a aprendizagem se dá por meio da linguagem e da vivencia cotidiana, aprende-se pela observação, aprende-se brincando, dançando ou exercendo atividades que exijam esforços, repetição e dedicação. O aprendizado passa pelas tarefas da casa, da roça, da pescaria, da caçada, do ritual, do canto e das danças, aprende-se em todas as situações, na relação com o outro e na relação com a natureza, considerando sempre os costumes, as regras e os valores de cada grupo.

Já a educação escolar indígena atualmente, é vista por muitos povos indígenas como uma forma de adquirir conhecimentos da sociedade nacional e global, conhecimentos que contribua para o seu protagonismo na luta pela garantia dos seus direitos e continuidade de suas culturas, além de ajudá-los na articulação dos seus saberes com os conhecimentos técnicos e científicos que possam trazer-lhes melhores condições de vida. Essa escola diferenciada é ainda um processo em construção com muitas ambiguidades em função do papel que a escola tem cumprindo junto aos povos indígenas e pelos próprios objetivos da educação escolar de modo geral.

No processo de luta por essa educação diferenciada, a Constituição de 1988 representou um marco importante que reconheceu o Brasil como um país diverso e foram





garantidos vários direitos, entre eles o direito a uma educação bilíngue, específica e intercultural e permitiu desde então, a construção de políticas de educação diferenciada.

Diversos documentos foram construídos e aprovados neste percurso sendo possível observar que no âmbito do Ministério da Educação, a política de educação escolar indígena foi institucionalizada, ao menos no campo dos instrumentos jurídicos. Sem dúvida foram avanços significativos alcançados pela luta conjunta dos povos indígenas e de entidades da sociedade civil. Também houve avanços em termos de quantidade atendida, na avaliação de Gersem Baniwa (2013):

No âmbito político-institucional, a transferência de responsabilidade pela oferta da educação escolar da FUNAI para os sistemas de ensino (União, Estados e Municípios), ocorrida em 1991, possibilitou a expansão da oferta, com a inclusão da escola indígena no âmbito do Regime de Colaboração no Sistema Nacional de Ensino. Se em 1990 (um ano antes da transferência de responsabilidade da FUNAI para o MEC) havia 754 escolas atendendo 40.000 alunos indígenas (CNE, 2007), em 2012 esses números quadruplicaram para 2.954 escolas indígenas e 234.869 alunos indígenas matriculados na educação básica (BANIWA, 2013, p.4)

Os avanços não se limitaram ao aumento da oferta, diversas outras conquistas foram inseridas na legislação, por meio de documentos jurídicos e normativos garantindo o uso das línguas maternas na educação escolar; “(...) formação de professores indígenas e programas específicos para melhoria das condições de ensino; direito de criar suas próprias instituições de ensino; e criação de setores próprios para administrar a educação indígena, entre outros”. (BRUNO, 2011, p.642 ).

242

Apesar dos avanços identificados na legislação, quando se observa a realidade da Escola Txualet, assim como muitas outras escolas indígenas percebe-se que estão bem distante de possuírem as condições para as práticas de uma educação contextualizada, intercultural e potencializadora da autonomia e do fortalecimento da cultura indígena, capaz de contribuir para o projeto de futuro da própria comunidade. Esta situação pode ser explicada em parte pelo fato dos sistemas de ensino não conseguirem garantir a execução da política de educação indígena prevista na legislação.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2015, elaborado pelo INEP, 905 escolas indígenas (29,3% do total) apresentam instalações, equipamentos e mobiliário inadequados, submetendo crianças e jovens indígenas a estudarem em condições extremamente precárias e indignas (II CONEEI, 2016, p.8). Ou sobre a situação dos materiais didáticos, onde apenas 53,6% das escolas indígenas utilizavam algum material específico. (II CONEEI, 2016, p.11). Estes e outros dados do Censo, assim como a realidade da Escola Txualet, confirmam o





descompasso entre as conquistas alcançadas na legislação e a situação real das escolas indígenas.

### Considerações finais

Nesta reflexão, faz-se necessário reforçar, que somente através do protagonismo dos povos indígenas, apoiados por organizações e profissionais do campo da educação e do indigenismo tem sido possível alcançar alguns avanços no sentido de abrir caminhos para a construção de uma educação diferenciada e de encontro aos anseios das comunidades indígenas. Há avanços consideráveis no campo legal e também há resultados importantes alcançados pela teimosa persistência de educadores indígenas que aos poucos assumem o comando de suas escolas e progressivamente estão fazendo formação e capacitação para realmente ressignificar esta instituição que carrega as promessas de uma modernidade que não cabe na cultura indígena.

Apesar disso ainda há um descompasso enorme entre o desejo por uma educação escolar bilíngue, diferenciada, intercultural e específica. São muitos os impasses a serem superados principalmente devido ao fato da escola indígena ser ofertada através de um sistema de colaboração onde cada ente federado faz do seu modo, que no geral não é favorável atender as especificidades da escola indígena.

243

Ressaltar que vivemos numa sociedade considerada democrática, mas com instrumentos que favorecem a manutenção do poder político, econômico e social nas mãos de grupos que não tem como horizonte permitir que os povos indígenas tenham autonomia para definirem e determinarem suas formas de vida, isso inclusive vai contra aos seus interesses.

Esta constatação não é novidade, a luta dos povos indígenas sempre foi uma luta contra o poder vigente, cujos avanços dependem de sua organização, estratégias e poder de articulação. Neste sentido, a luta atual por um Sistema Próprio é mais um passo rumo a construir essa escola que atenda aos anseios de articular conhecimentos e produzir conhecimentos novos que possam fortalecer a cultura, a identidade e autonomia das comunidades indígenas.

É necessário ressaltar que a luta por essa educação contextualizada passa pela permanente valorização dos sábios e seus conhecimentos ancestrais e pela defesa dos seus territórios como condição indispensável para a construção dos seus projetos de futuro. Por fim destacar que esta luta não deve está dissociada das demais lutas por políticas públicas





direcionadas a estas populações, que também devem ser diferenciadas considerando as especificidades de cada povo.

### Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Pobreza e Currículo; uma Complexa Articulação*. EPDS, Módulo IV. BRASIL/MEC/SECADI.2015.

BANIWA, Gersem. *Educação Escolar Indígena no Brasil: Avanços, Limites e Novas Perspectivas*. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO 2013. P. 2-4 [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_encomendados/gt21\\_trabalhoencomendado\\_gersem.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf). acesso em 05/06/2017.

BRUNO, Lúcia. *Gestão da educação escolar indígena diferenciada: contradições, limites e possibilidades*. Estudos RBEP. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 232, p. 639-662, set./dez.2011. <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/671/649> acesso em 20/09/2017.

COLLET, Célia. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas* / Célia Collet, Mariana Paladino, Kelly Russo. – Rio de Janeiro : Contra Capa Livraria; Laced, 2014.110p. : il. (Série Traçados, v. 3).

II CONEEI: *Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena: documento-referência/ Comissão Organizadora Nacional – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) 2016.*

244

## CONTEXTO SOCIO ECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ATENDIDOS POR UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PALMAS E SUA PERSPECTIVA DE VIDA FUTURA

Maria dos Reis Pereira de Araújo Gois

Solange Aparecida do Nascimento

**Resumo:** Esse é um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social, pela UFT. Essa pesquisa teve como objetivo principal conhecer um grupo de pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, visando saber se os sujeitos em situação de pobreza são violados em seus direitos e qual sua perspectiva de futuro. Para tanto iniciamos com uma revisão bibliográfica sobre o tema. Os autores adotados afirmam que as pessoas pobres são constantemente violadas em seus direitos. Com base nessas prerrogativas iniciamos nossa pesquisa qualitativa, utilizando questionários e entrevistas semiestruturadas. Foi possível ver que as famílias entrevistadas são violadas em alguns direitos, tendo consciência deles. As entrevistadas também mostram uma visão positiva sobre o futuro.

**Palavras-chave:** Pobreza; Direitos Humanos; Perspectiva de Futuro.

### 1. INTRODUÇÃO

Os sujeitos pobres são vistos como pessoas sem cultura e sem voz, como afirma Arroyo (2016), ressaltando que as pessoas que encontram-se em situação de pobreza, não





apenas são marginalizados em vários aspectos, mas também tem seus direitos essenciais violados. E dentre esses direitos estão a garantia de acesso e permanência à escola, um direito que parte das crianças pobres tem violado por diversos motivos.

À luz de Arroyo (2016) percebemos as pessoas pobres são marginalizadas e estigmatizadas. Existe um senso comum que as pessoas pobres encontram-se nessa condição socioeconômica porque querem, o que é uma inverdade. As pessoas precisam de recursos para sair da situação de pobreza. Um dos recursos é garantir que esse sujeito seja assistido de forma que tenha garantido seus direitos básicos essenciais. Uma das formas de garantir esses direitos é a política de redistribuição de renda, como afirma Zimmermann (2006).

Nesse trabalho voltamos o nosso olhar e atenção às famílias atendidas por um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de Palmas e que são beneficiárias do Programa de redistribuição de renda do governo, o Bolsa Família, buscando observar em quais direitos esses sujeitos tem sido violados e qual a relação da pobreza com a formação acadêmica e com a perspectiva de futuro.

Acreditamos que a relevância dessa pesquisa está na reflexão sobre os direitos dos sujeitos pobres, pois proporcionar a estes o acesso ao previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) pode ser o primeiro passo para que os mesmos consigam romper a barreira da desigualdade e saiam da situação socioeconômica na qual se encontram.

245

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando alcançar nosso objetivo principal, que é observar e descrever como as pessoas beneficiárias do Bolsa Família vivem e se são atendidas em seus direitos fundamentais, iniciamos nossa pesquisa por meio do levantamento bibliográfico sobre o tema da pesquisa. Demos continuidade ao nosso estudo por meio da pesquisa de campo visando conhecer a estrutura familiar, a escolaridade e em quais direitos humanos as pessoas entrevistadas tem sido violadas assim como qual a perspectiva de vida futura dessas famílias.

Nessa etapa optamos por entrevistar algumas famílias atendidas por um CMEI do município de Palmas e que são beneficiárias do programa Bolsa Família. Devido ao tempo, e tendo como foco a pesquisa qualitativa, focamos nossa pesquisa em uma turma, entrevistando cinco famílias. Iniciamos entregando um questionário com objetivo de saber qual a escolaridade, estrutura familiar e dados básicos das entrevistadas. Em outro momento fizemos uma entrevista semiestruturada sobre direitos humanos fundamentais e perspectiva de vida





futura. As entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente, as quais usamos como citação para referenciar os resultados encontrados nessa pesquisa.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entrevistamos cinco pessoas, todas beneficiárias do Programa Bolsa Família e atendidos por um CMEI da rede municipal, localizado na região sul de Palmas. As cinco pessoas, todas do sexo feminino nos forneceram alguns dados de um questionário visando conhecer um pouco dos entrevistadas e das suas famílias.

As entrevistadas, as quais identificaremos aqui com as iniciais VFS, de 26 anos de idade, AAC, de 34 anos, DMS, de 30 anos, DNMS, de 29 anos e KPA, 30 anos. Dentre as entrevistadas temos duas pessoas que identificam-se como pardas, uma como branca e uma como negra. Quanto à escolaridade quatro das entrevistadas tem Nível Médio (antigo 2º grau) completo e uma tem o Nível Fundamental (antigo 1º grau) completo, quatro são casadas. Três dos esposos tem o Nível Médio completo e um tem o Nível Fundamental.

Um ponto interessante observar aqui é que algumas das entrevistadas tem pretensão de ingressar ou concluir um curso superior e todas as crianças e adolescentes em idade escolar que compõe a família das entrevistadas encontram-se estudando. Embora hoje isso pareça dado comum, na fala de uma das entrevistadas fica evidente que já foi muito diferente:

ENTREVISTADORA: o que mudou de antigamente para os dias de hoje?

MDFF: Mudou muita coisa. A gente sofreu muito na infância. Tinha dia que a gente quase não tinha o que comer e hoje... eu acho que hoje a gente vive muito bem apesar do que a gente viveu quando era criança

Com base na leitura de Zimmermann (2006) vemos que o programa de redistribuição de renda, o Bolsa Família, é uma política que exerce um papel importante na garantia do direito à saúde e alimentação, uma vez que é um recurso que pode ser utilizado para complementar a alimentação da família.

Quando observamos a quantidade de pessoas que compõe as famílias e à renda familiar, que pode ser acompanhado dos quadros 1 e 2 abaixo, vemos que o programa de redistribuição de renda realmente se faz necessário:

**Quadro 1 – Dados da composição familiar das entrevistadas**

	Idade		Nº de pessoas	Quantas trabalham	Renda familiar
	Crianças e adolescente	Adultos			
Família da VFS	4, 10 e 13 anos	26 anos	4	0	1
Família da AAC	4 e 7 anos	45 e 34 anos	4	1	1





Família da DMS	2 e 5 anos	30 e 32 anos	4	1	1
Família da DNMS	4 meses, 1 ano e 5 anos.	32 e 29 anos	5	1	1
Família da KPA	5, 9 e 13 anos	30, 38 e 50 anos.	6	2	2

Fonte: Autoria própria.

Vemos que todas as famílias tem mais de quatro pessoas e uma renda familiar de um salário mínimo, o que não as coloca em situação de extrema pobreza, mas limita em muito suas possibilidades, sobretudo ao adquirir algo que não esteja como essencial no senso comum, como por exemplo material escolar, livros, etc. Ao receber o Programa Bolsa Família os indivíduos podem ter acesso a uma alimentação de melhor qualidade e investir em outras coisas como educação dos membros da família.

Na segunda etapa desta pesquisa buscamos compreender a história de vida das entrevistadas, sua perspectiva de futura e em quais direitos as mesmas já sentiram-se violadas. Todas as entrevistadas afirmaram e demonstraram conhecer um pouco sobre direitos humanos essenciais e citaram algumas violações. Percebemos porém que esse é um tema da qual as pessoas ainda tem um conhecimento superficial, precisando ser mais amplamente discutido e estudado no âmbito educacional. Na fala das mulheres participantes desse estudo ficou claro que a situação socioeconômica das mesmas mudou de sua infância para os dias atuais, apontando que houve uma melhoria, como fica evidente no trecho se segue:

247

VFS: Eu venho de uma infância pobre, meus pais eram muito fraco de condição... a gente tinha dia que tinha só arroz com feijão pra comer, ou tinha dia que nem tinha feijão, era só arroz branco.

Nessa fala fica evidente a violação de um direito essencial previsto na DUDH (UNITED NATIONS, 1948): o direito à alimentação em qualidade e quantidade suficiente para sua sobrevivência. Embora essa violação tenha ocorrido na infância das entrevistadas e as mesmas relatam que quanto à alimentação as condições atuais mudaram as mesmas vem de uma vivência de violação de direitos de modo que passam a ficar imensamente gratas pelo pouco que conseguem, conformando-se com essa situação. Isso fica evidente na fala de uma das entrevistadas, que afirma que tem uma casa boa: porém é uma casa com quatro cômodos (incluindo banheiro) para um total de quatro pessoas.

Porém, pelo menos no que tange à alimentação, todas afirmaram alimentar-se bem, assim como suas crianças. Podemos atribuir esse fato, em parte, ao Programa Bolsa Família. Porém, como direito essencial, a alimentação precisa ser garantida independente de





condicionalidade, como afirma Zimmermann (2006), ressaltando que a referida política de redistribuição de renda precisa ser discutida e melhorada.

Quanto à educação pública algumas entrevistadas ressaltaram que, embora seja ofertada, essa oferta não ocorre com qualidade, o que incide diretamente no direito à educação, como podemos ver no trecho das falas que seguem:

ENTREVISTADORA: Seus filhos tem acesso à educação de qualidade?

DNMS: Eu acho que não. Porque ainda estudam na rede pública né? Eu não sei se na rede pública tem essa educação de qualidade

KPA: Eles tem acesso ao ensino público, que eu não tenho condições de pagar um colégio particular ainda. Aí estamos aí pelejando, aos trancos e barrancos.

Nessas falas fica evidente a percepção de qualidade associada à escola feita para as pessoas com condições socioeconômica superior à maioria das pessoas: a da rede particular de ensino. Na prática vemos que há de fato uma diferença entre o ensino ofertado nas duas redes, o que aumenta ainda mais a distância entre as classes socioeconômicas e tende a perpetuar o modelo socioeconômico que temos.

As entrevistadas citaram ainda a oferta de assistência à saúde como uma violação de direito, como podemos ver abaixo:

VFS: Não, a saúde lá é muito precária.

ENTREVISTADORA: por que?

VFS: Ah... tem dia que falta medicamento... tem dia que falta médico. E lá tem seu dia de você adoecer. Cada um tem seu dia.

A entrevistada aqui faz referência à organização de atendimento de alguns postos de saúde, onde tem um dia previsto para atendimento de determinadas regiões, devido à demanda ser muito grande. Na região sul de Palmas, por exemplo, só se marca consulta no primeiro dia útil do mês e cada dia da semana um bairro diferente é atendido. Aqui fica evidente um atendimento precário, falta de medicamento e profissionais que garantam acesso à saúde de qualidade conforme previsto na DUDH (UNITED NATIONS, 1948). E esses sujeitos, na maioria das vezes, não fazem nada a respeito da falta de atendimento: ou por não saber como proceder ou por não acreditarem que algo vá se resolver nesse sentido. Por isso a discussão sobre a temática é validada no sentido de conscientizar os sujeitos pobres e chamá-los para lutar por seus direitos.







Procuramos saber ainda sobre o que as entrevistadas esperam para o seu futuro e para o futuro de seus dependentes, vemos que há uma prospecção de prosperidade e melhoria da situação socioeconômica por parte das entrevistadas. Esse fato fica evidente nos trechos que seguem:

ENTREVISTADORA: O que você espera para seu futuro?

AAS: Ah... espero que seja melhor que no tempo da minha mãe. No tempo da minha mãe era terrível

ENTREVISTADORA: O que você espera para o futuro de seus dependentes?

DMS: Que eu possa dar um estudo que eles possam ser alguém no futuro, um futuro melhor que o meu

Vemos, por meio dessas falas, que embora as entrevistadas ainda tenham privações e violações de direitos que ocorrem em virtude de sua situação socioeconômica, hoje elas tem uma esperança que o futuro seja melhor, sobretudo de seus filhos, desejando um futuro diferente de seus antepassados, o que é uma característica própria das pessoas pobres.

Ao ver a fala de esperança vemos que ainda existe uma possibilidade de mudança e que a reflexão, discussão sobre temas como pobreza, direitos humanos, dentre outros, pode ser um caminho possível para a liberdade, como afirma Freire (1996).

249

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse trabalho conseguimos alcançar os objetivos propostos inicialmente no sentido de conhecer e descrever a realidade socioeconômica das famílias entrevistadas, a estrutura familiar e escolaridade das entrevistadas. Conseguimos também analisar as violações de direitos das pessoas participantes e conhecer a perspectiva de futuro das mesmas.

Ao observar a estrutura familiar, quantidade de pessoas que compõe as famílias, a escolaridade desses e a renda familiar foi possível perceber que o programa de distribuição de renda é uma política que exerce um papel de grande importância na garantia de dois direitos essenciais: alimentação e educação.

Realizar essa pesquisa nos fez levantar outros questionamentos, qual a principal fonte de renda dessas famílias? Há quanto tempo recebem o subsídio do Programa Bolsa Família? Já ficaram alguma vez sem receber o referido benefício? Temos ciência que devido à delimitação desse trabalho quanto a tema e estrutura não temos como responder todas as





perguntas relacionadas à pesquisa por sua abrangência, mas esses são questionamentos que podem ser respondidos em pesquisas futuras.

## 6. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Pobreza, Desigualdades e Educação. Módulo Introdutório – Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>>. Acesso em 20/12/2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

UNITED NATIONS. ONU. **The Universal Declaration of Human Rights**. Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/udhr/>>. Acesso em 11 mar. 2016.

ZIMMERMANN, C. R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil**. Sur, Rev. int. direitos human. [online]. 2006, vol.3, n.4, pp.144-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/08.pdf>>. Acesso em 20/06/2017

## REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA ESTADUAL SAMPAIO

Maria Edna Carneiro Dos Santos

Fabiola Andrade Pereira

250

**Resumo:** O trabalho em questão, busca refletir acerca de questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família matriculados na escola pública do ensino fundamental. O estudo relacionado ao tema busca fortalecer o conhecimento e melhor compreensão acerca da relação entre escola/família/ programa social, sobretudo com o olhar voltado aos alunos que vivem em situações vulneráveis. Metodologicamente, o trabalho optou pela realização de um estudo de caso e valeu-se de uma análise feita acerca do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como de observações feitas em sala de aula. Assim, os elementos analisados permitiram perceber que partes dos alunos que apresentam deficiência na aprendizagem são beneficiários, com pouco incentivo familiar e pouca perspectiva para prosseguirem com os estudos e chegar a uma formação acadêmica.

**Palavras-Chave:** Ensino. Aprendizagem. Programa Bolsa Família.

### Introdução

A oportunidade de participar de um curso que tenha como elemento central seu olhar voltado à questões ligadas a educação, pobreza e desigualdade social, serviram de suporte para que viesse ampliar minha visão acerca de algumas situações que acometem o país de uma forma geral. A exemplo cito, o contato com o Programa Bolsa Família, um programa social de distribuição de renda que visa ajudar as famílias carentes que se encontram em situação de vulnerabilidade extrema, pois como é sabido, a pobreza ou extrema pobreza, são fatores que contribuem para a falta de estímulo de crianças e jovens a prosseguirem com seus estudos.





Por outro lado, vemos que a escola vem se esforçando para oferecer um ensino de qualidade que permita o acesso e permanência dos alunos, no entanto, existem alguns entraves que vem dificultando a aprendizagem principalmente dos alunos pertencentes a famílias de baixa renda, dentre eles, a pouca participação dos pais no processo educativo, a evasão, a repetência e a indisciplina.

Assim, busco com este analisar em que medida o Programa Bolsa Família vem contribuindo no processo do ensino e aprendizagem dos alunos da Escola Estadual Sampaio, afim de compreender a relação entre o aprendizado do aluno bolsista e não bolsista e assim ampliar o conhecimento sobre o impacto do programa na unidade escolar.

### **Procedimentos Metodológicos**

O percurso metodológico que guiou a feitura desse artigo, valeu-se de algumas etapas, quais sejam: Levantamento bibliográfico para a fundamentação do tema, análise do Projeto Político Pedagógico da escola bem como das atividades de reflexão-ação feitas durante a realização dos módulos. Assim, o mesmo está circunscrito no universo da pesquisa caracterizada como um estudo de caso.

### **Resultados e discussões**

De acordo com o levantamento de dados feitos junto à Escola Estadual Sampaio, foi possível constatar que das 691 crianças e jovens matriculados, 46,4%, (310 alunos) são beneficiários do PBF (Programa Bolsa Família). Isso significa que a escola vem sofrendo queda no índice de aprovação e elevando o índice de abandono e reprovação.

Vimos por meio desse cenário à necessidade da escola desenvolver ações relevantes que despertem o gosto do educando pelo estudo, ações que ajudem a assegurar sua permanência, e assim ajudar a evitar que as famílias sejam penalizadas com o bloqueio do benefício, uma vez que, para muitos, ele é garantia de uma vida menos sofrida.

Dessa maneira, devido à baixa situação econômica, o município não tem muito para oferecer aos jovens, então a partir dos 13 anos alguns abandonam ou frequentam de forma alternada a escola para ajudar os pais na lavoura, visto que a maioria são lavradores, mesmo recebendo o benefício do programa o mesmo não atende totalmente suas necessidades.

### **Considerações finais**





Por meio da investigação realizada foi possível entender que 46,4% dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família matriculados na Escola Estadual Sampaio e que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, apresentam dificuldades na aprendizagem.

Nesse sentido, foi possível perceber que, na maioria das vezes, a situação precária das famílias contribui para falta de estímulos dos alunos, causando assim o baixo rendimento, a repetência e a evasão escolar.

Devido isso a escola vem desenvolvendo ações pedagógicas, visando minimizar as causas do baixo rendimento, a mesma procura criar estratégias para possibilitar a interação entre educação/família/ programa social, sobretudo um ensino de qualidade que possa despertar o gosto do educando pelo estudo e assegurar sua permanência na escola.

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez: **Pobreza e currículo uma complexa articulação**. Brasília, 2014.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: **uma década de inclusão e cidadania-Brasília**, 2013

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: **Planejar para crescer- Escola Estadual Sampaio**

REGO, W. L.; PINZANI, A.. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2013. Unesp, São Paulo: 249p.

SIMÕES, P.; SOARES, R. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. RBE, v. 66, n. 4, 2012

252

## **POBREZA E DESIGUALDADE NO MEIO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA EVASÃO A PARTIR DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

**Maria Eudilene Maciel**

**Raylinn Barros da Silva**

**Resumo:** O presente artigo pretende traçar uma ligação entre a pobreza e desigualdade como elementos contribuintes para evasão escolar no município de Araguaína-TO, vitimando estudantes das séries iniciais que são marcados por esta exclusão sumária. Pretende elucidar como a pobreza e a Desigualdade, tem sido um dos principais marcadores de exclusão constantemente utilizado, mesmo que de modo inconsciente, para demarcar posições sociais no Estado capitalista. O trabalho está dividido em três partes: a primeira faz uma análise do ponto de vista do serviço social da evasão escolar e como esta pode ser um fator de emancipação social; a segunda parte faz referência e uma comparação do combate à evasão como o combate a pobreza e a desigualdades sociais e a terceira, e última parte, traz um estudo de caso de dois alunos de uma escola da cidade de Araguaína-TO. O serviço social, ao longo dos anos, tem contribuído na análise dos elementos de exclusão e como Estado pode contribuir para mudar esta realidade. Neste artigo, nossa preocupação é fazer uma análise empírica dos motivos que tem levado os estudantes do ensino básico abandonarem a escola e como o serviço social pode contribuir de modo a modificar a realidade destes estudantes. A evasão escolar, é um dos principais resultados do avanço da pobreza e desigualdade em todo Brasil. Surge e se estabelece como marcador da diferença quando se compara os estudantes que têm condições sociais de se manterem na escola e aqueles, os pobres, que inadvertidamente são obrigados a deixarem a escola, e tem suas histórias e caminhos pessoais marcados e agenciados por políticas de exclusão.

**Palavras-Chave:** Pobreza, Desigualdade, Educação, Evasão escolar, Serviço Social.





## Introdução

O presente artigo pretende traçar uma ligação entre a pobreza e desigualdade como elementos contribuintes para evasão escolar no município de Araguaína -TO, levando em consideração estudantes das séries iniciais da rede municipal de ensino. O serviço social, ao longo dos anos, tem contribuído fazendo a análise dos elementos de exclusão e verificando como Estado pode contribuir para mudar esta realidade. Neste artigo, nossa preocupação é fazer uma análise empírica dos motivos que tem levado os estudantes do ensino básico a abandonarem a escola e como o serviço social pode contribuir de modo a modificar a realidade destes estudantes.

A pobreza e a Desigualdade tem sido um dos principais marcadores de exclusão constantemente utilizada, mesmo que de modo inconsciente, para demarcar posições sociais no Estado capitalista. No ambiente escolar, esta condição delimita até onde os estudantes poderão chegar, nossa preocupação reside em saber quais os motivos têm levado os estudantes a abandonarem a sala de aula.

A escola escolhida como campo empírico desta pesquisa faz parte da rede municipal de ensino e se localiza na região periférica da cidade de Araguaína - TO, o principal diferencial desta escola reside na parceria que busca estabelecer com as famílias e comunidade, pôr se tratar de um bairro de extrema vulnerabilidade social, os projetos de intervenção são todos voltados para inclusão e fortalecimento de vínculo com a comunidade.

Situada no Setor Barros, que é um bairro distante do centro, quase que a totalidade dos alunos residem no bairro, não dependendo de transporte escolar para irem à escola. Os moradores estão na maioria desempregados, aliada a vulnerabilidade social que vivem, na maioria das vezes estas mesmas pessoas não tem formação escolar ou abandonaram a escola ainda nas séries iniciais, muitas das crianças que estudam na unidade escolar moram só com as mães ou são criados somente pelos avós. Não há oportunidade de emprego no bairro, apesar de ser um bairro bastante antigo e populoso. O bairro conta uma Unidade Básica de Saúde, e dois supermercados de pequeno porte, não possuindo lojas.

Tem como objetivos Compreender como a atuação do Serviço Social na Educação pode contribuir de modo a retardar ou quiçá diminuir a incidência da evasão no ambiente escolar. Historiar a atuação do assistente social na Educação e sua contribuição para a emancipação dos estudantes, levando em consideração a realidade da pobreza e desigualdade;





Verificar a incidência da evasão nas séries iniciais e os principais motivos que tem levado os estudantes a abandonarem a escola.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho terá uma abordagem qualitativa de modo a tratar da evasão escolar no contexto da Educação Básica a partir de percepções e análise do dia a dia dos estudantes, analisa indicadores de causas de evasão escolar e dificuldades dos alunos para concluir este nível de ensino.

Foi realizada análise do PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Municipal Moderna o que serviu de base para que fosse traçado o perfil socioeconômico da comunidade na qual a escola está inserida. E realizada entrevista com as famílias que já foram visitadas pela comissão interna da escola de combate à evasão escolar e visitadas pela equipe do Serviço Social da SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Durante a realização da pesquisa foi realizada entrevista com essas famílias a fim de chegar ao motivo pelo qual ocorre a evasão escolar nesta comunidade.

### **Resultados e Discussão**

Constantemente combatido como grave problema na educação brasileira, a evasão escolar é compreendida como a maior consequência do “fracasso escolar”. Os estudantes que abandonam a escola, constantemente enfrentam o obstáculo de falta políticas públicas de valorização, adequação curricular e práticas pedagógicas que visem as necessidades do público pobre que tem que se dividir, até então, entra a escola e algum trabalho informal para ajudar em casa.

Supõe-se, neste sentido, que as práticas sociais dos professores e Assistentes Sociais estão socialmente determinadas em seus traços fundamentais e são, portanto, produtos históricos e mutáveis de seus agentes profissionais. Tanto a Educação, quanto o Serviço Social, são atividades humanas marcadas por suas ações pessoais e como qualquer práxis, presta-se a uma formação.

Segundo SOUZA (2005) era papel dos Assistentes Sociais da Divisão de Serviço Social Escolar resolver problemas como evasão, repetência, desmotivação, dificuldades nos relacionamentos, absenteísmo às aulas e demais desconfortos escolares que apresentassem como causas a precariedade da relação familiar, do local de moradia e a falta de educação escolar dos próprios pais.





[...] No entanto, não se questionava o porquê dessas dificuldades, considerando-se as contradições e a exploração de classes. Partindo dessa constatação, indaga-se: como trabalhar com questões de evasão, de absenteísmo se não trabalhar com a realidade social, familiar dos educandos? Conhecer de perto o mundo sócio familiar dos alunos é uma das condições para pautar uma ação profissional que não se resume a perceber aspectos quantitativos e mensuráveis (Souza, 2005, P 34).

Este acontecimento ocasiona grandes perdas na vida do estudante. Este, infelizmente, não é um problema restrito a algumas unidades escolares, ou municípios e sim um problema de âmbito nacional e está presente em todos os níveis de ensino, este tema tem sido constantemente debatido em esferas governamentais e institucionais de educação de modo a buscar soluções, que infelizmente ainda não foi solucionado. Tornando assim, a evasão escolar em um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro.

A postura do educador frente aos alunos em condição de pobreza não deve ser de pena, considerando-o menos capaz cognitivamente do que os demais alunos, mas reconhecer sua condição social, onde é preciso um trato especial diante das chamadas carências de moralidade que externa na materialidade da pobreza, a fim de auxiliá-lo na disciplina, na construção de valores, hábitos de estudo e fortalecer a convicção de seus princípios. Essa forma de auxílio pode formar pessoas confiantes em seu potencial, independente de sua condição econômica, levando a superar tal condição imposta por uma sociedade capitalista.

255

Reconhecer a pobreza e as desigualdades, fundamentalmente, significa levar em conta que a existência persistente do(as) pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional. Assim, é necessário não apenas saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas muito mais do que isso, é preciso também atentar para as exigências que essas vivências da pobreza, da precariedade material extrema, fazem às nossas práticas (ARROYO, 2013, p. 36).

Vencer o preconceito impregnado na frase: “Pobre não gosta de trabalhar”, é outro desafio diante de uma sociedade sem oportunidade de emprego para todos. Há também a questão da desqualificação para o trabalho colocada sobre as pessoas pobres diante das competências exigidas pelo mercado que com o passar dos anos, tornou-se mais seletivo.

Sabe-se que sem emprego, não há renda para investir em qualificação profissional e, conseqüentemente, sem essa qualificação, não há oportunidade de emprego. É um binômio difícil de ser superado pela classe de trabalhadores pobres e o governo não investe em cursos gratuitos para as comunidades pobres com a finalidade de modificar essa realidade.

No geral, a desigualdade social ocorre, nos países chamados subdesenvolvidos ou não desenvolvidos, mediante falta de uma educação de qualidade, de melhores





oportunidades no mercado de trabalho, e também da dificuldade de acesso aos bens culturais, históricos pela maior parte da população. Em outras palavras, a maioria fica à mercê de uma minoria que detém os recursos, o que gera as desigualdades. Estudos afirmam que a desigualdade social surgiu com o capitalismo, ou seja, o sistema econômico que passa a perpetrar a ideia de acumulação de capital e de propriedade privada; ao mesmo tempo em que incita o princípio da maior competição e o nível das pessoas baseados no capital e no consumo (ALDÉ, 2014, p. 23).

Assim, a cultura escolar acompanhado de seus profissionais, devem estar atentos e capacitados para saber atender esse contingente que faz parte da comunidade escolar. Tendo consciência de que a pobreza é uma questão política e não social, sendo necessária a intervenção do Estado com políticas públicas eficazes para mudar essa cruel realidade que atinge muitos brasileiros.

### **Considerações Finais**

Sendo a evasão escolar um tema complexo e considerado um do grande problema da educação brasileira. Muitos educadores e profissionais das diversas áreas entre eles o Assistente Social se dedicaram em descobrir quais os principais motivos que levam o aluno a abandonar o ambiente escolar, ou faltar às aulas. Deste modo este artigo se propôs a desvendar quais os principais motivos que levam os alunos da Escola Municipal Moderna, da periferia do Município de Araguaína-To a faltarem às aulas.

256

O combate a Evasão escolar, feita pelo Assistente Social não trabalha apenas no combate às faltas as aulas, mas sim na possível identificação de suas causas que por muitas vezes está ligada à pobreza, uso de drogas e álcool, violência domestica, trabalho infantil. E quando identificado algum fator de risco à criança o conselho tutelar.

A comunidade na qual esta localizada a escola que foi realizada o estudo é uma comunidade carente, sendo que há a presença da pobreza a população deste setor tem as seguintes características socioeconômicas: desemprego, emprego sazonais, salários precários suficientes apenas para a sobrevivência, a prevalência de mães solteiras e de famílias chefiadas apenas pela mãe, mães solteiras adolescentes, muitas faltas às aulas pelas crianças, o que pode-se notar é que a comunidade não ver na educação uma saída para a miséria, e fator de mudança de vida. A comunidade por se localizar próximo a BR 153 apresenta um alto índice de prostituição, trafico de entorpecentes e até a possível prevalência de prostituição infantil.







## Referências

ALDÉ, Lorenzo. **Senzala em extinção?** Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUZA, Íris de Lima. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: uma questão em debate.** Revista INTERFACE – Natal/RN – v.2 – n.1 – jan/jun 2005.

## EMPREENDEDORISMO E POBREZA: UM OLHAR PARA PPROFISSIONAIS AUTÔNOMOS INSCRITOS NO PROGRAMA BOLSA FAMILIA BAIRRO BACURI EM IMPERATRIZ -MA

**Maria Ivanice Duarte Ribeiro**

**Bruno dos Santos Hammes**

**Resumo:** O empreendedorismo social atualmente ocupa um campo de análise e intervenção emergente em termos políticos e científicos, sendo este um fenômeno a expandir-se rapidamente e a atrair atenção crescente dos vários setores da conjuntura social no Brasil. O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. Na pesquisa o procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento e aprofundamento deste trabalho foi qualitativo de cunho descritivo, enfatizando uma organização de ideias originadas de literaturas e entrevistas com beneficiários do programa Bolsa Família no bairro Bacuri da cidade de Imperatriz- MA, no período de setembro a outubro de 2017, que possibilitaram a fundamentação deste trabalho. Observa-se que a população de beneficiários pelo PBF até o ano de 2017 deste bairro é de aproximadamente dezesseis mil habitantes. Segundo a pesquisa percebe-se que a renda das famílias é baixa, menos que um salário mínimo e o grau de dependência do programa é elevado. Constata-se que o Programa Bolsa família contribui para um melhor desempenho escolar dos filhos. Desta forma, devem-se mensurar os atuais resultados, que são positivos, bem como, a amplitude do auxílio econômico e social do PBF junto à sociedade para trazer-se às luzes das três esferas de Governo sua adaptação e evolução do Programa junto à recente realidade social brasileira.

**Palavras-chave:** População. Bacuri. Benefício.

## Introdução

O empreendedorismo social atualmente ocupa um campo de análise e intervenção emergente em termos políticos e científicos, sendo este um fenômeno a expandir-se rapidamente e a atrair atenção crescente dos vários setores da conjuntura social no Brasil.

Para Parente et al. 2011, o conceito de empreendedorismo social tem ganhado notoriedade na agenda acadêmica, política e midiática global, em grande parte por se tratar de uma promessa de impacto e mudança sociais duradouros, que surge mais informada e adaptada aos desafios sociais que se colocam no século XXI.





O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. O programa é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). O qual propõe a articulação do benefício monetário à implementação de programas complementares, com o objetivo oficial de promover o desenvolvimento de capital humano e de fomentar o processo de autonomização das famílias beneficiárias (SANTOS, 2010). No que diz respeito ao bairro Bacuri na cidade de Imperatriz-MA, o número de beneficiários é de grande relevância social, uma vez que estes têm maior probabilidade de desenvolverem atividades e projetos voltados para o empreendedorismo.

Salienta-se, que os programas federais anteriores ao PBF constituíam em transferência de renda específicas para: aquisição de produtos essenciais (PNAA, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás) e estímulo à permanência de crianças e adolescentes em instituições de ensino, evitando a evasão escolar e o trabalho infantil (Bolsa Escola) (Costa e Lobo, 2014).

A lei nº 10.836/2004 dispõe sobre as regras de implantação, valores dos benefícios, famílias que serão contempladas e as condicionalidades do PBF. Com efeito, o PBF abarca famílias consideradas na extrema pobreza e o critério adotado, desde 2009, é a renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 70,00. O benefício a ser recebido varia de acordo com o número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a presença de gestantes e nutrizes, variando de R\$ 32,00 a R\$ 306,00(Costa e Lobo, 2014).

258

### **Procedimentos Metodológicos**

Na pesquisa o procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento e aprofundamento deste trabalho foi qualitativo de cunho descritivo, enfatizando uma organização de ideias originadas de literaturas que foram consultadas e agregadas informações obtidas através de livros, revistas, redes eletrônicas, artigos publicados na internet e além destes, foram realizadas entrevistas com beneficiários do programa Bolsa Família no bairro Bacuri da cidade de Imperatriz- MA, no período de setembro a outubro de 2017, que possibilitaram a fundamentação deste trabalho.

O Bairro em análise possui uma população de aproximadamente quarenta e oito mil habitantes, deste número 33% são beneficiários do Programa Bolsa Família. A pesquisa foi



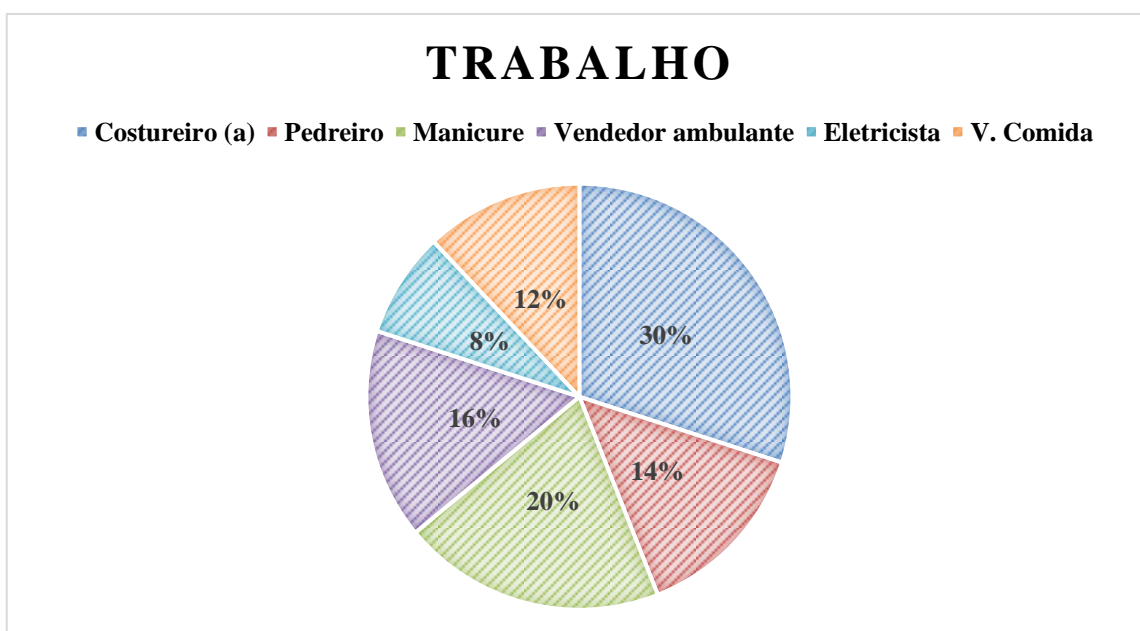


realizada através de dados coletados a partir dos questionários com questões fechadas que foram aplicados a estes, em um total de 50 entrevistados residentes do bairro Bacuri.

### Resultados e Discussão

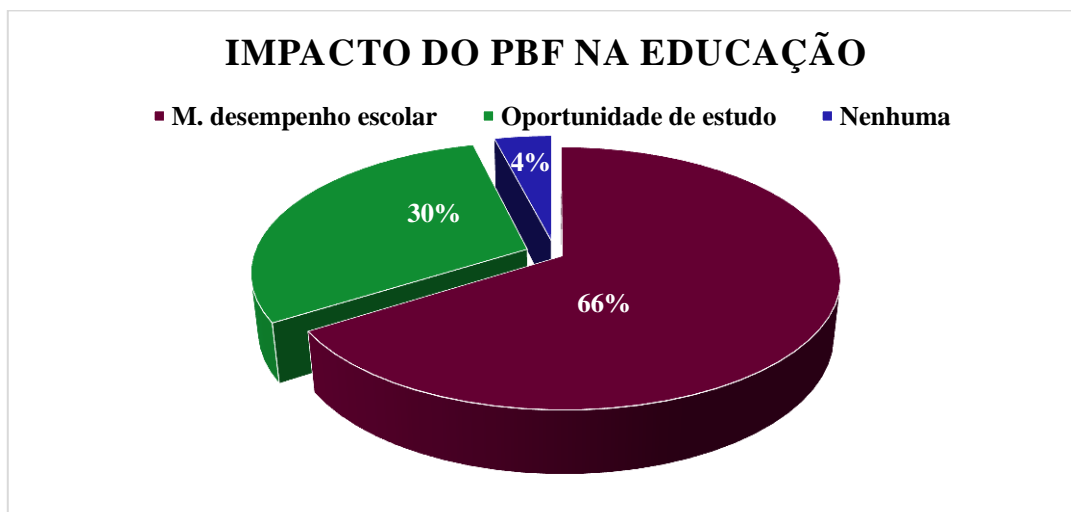
Para Moraes et al (2017) O Bolsa Família, aliado à integração de diversas ações para redução da pobreza, colaborou para que o Brasil fosse um dos países que mais contribuiu para o alcance global do 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de reduzir, até 2015, a pobreza extrema à metade do nível de 1990. A partir deste aspecto a pesquisa realizada em Imperatriz- MA no bairro Bacuri, buscou uma análise da importância deste programa para os moradores beneficiados. O mesmo bairro apresenta uma população de quarenta e oito mil habitantes, foi utilizada na pesquisa uma amostra de 50 pessoas beneficiadas pelo programa. Sendo que no bairro é de aproximadamente dezesseis mil habitantes beneficiários pelo PBF até o ano de 2017.

O perfil referente às profissões foi identificado que aproximadamente 60% dos entrevistados encontram-se desempregados, trabalhando com os afazeres domésticos, tendo como renda o benefício e as atividades autônomas que exercem como por exemplo 30 % são costureiros (as), 14% são pedreiros, 20 % são manicures, 16% são vendedores ambulantes, enquanto 8% são eletricista e os outros 12% vendem comida na rua.





Constata-se que o Programa Bolsa família contribui para um melhor desempenho escolar dos filhos, pois 66% dos entrevistados afirmam que positivamente o PBF contribuiu para a melhora escolar dos filhos, 30 % afirmar terem tido mais oportunidades de estudo, como para fazer cursos adicionais como de inglês e apenas 4% disseram não ter tido nenhuma melhora.



260

Segundo a pesquisa percebe-se que a renda das famílias é baixa, menos que um salário mínimo e o grau de dependência do programa é elevado. Assim observa-se que na ausência deste benefício algumas famílias não teriam nenhuma renda. Desta forma é fundamental a existência de políticas sociais de transferência de renda com o objetivo de amenizar a situação de vulnerabilidade social a qual muitas famílias estão expostas e garantir a estas melhores condições de vida, contribuindo para emancipação dos grupos familiares e para o desenvolvimento local sustentável e assim promover o acesso à rede de serviços públicos, e especial à saúde, educação e assistência social, evitando que as famílias em decorrência da pobreza tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco e que fiquem marginalizados.

### Considerações Finais ou Conclusão

Este estudo teve o propósito discutir sobre a atuação do empreendedorismo no âmbito social específico e relacionar o empreendedorismo com o Programa Bolsa Família dentro do bairro Bacuri na cidade Imperatriz- MA. Através desta pesquisa, percebeu que as políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa família são fundamentais





para o desenvolvimento social e econômico do município, contribuindo positivamente na economia local. Através do acesso à renda as famílias possuem maior poder de empreendedorismo, melhorando sua qualidade de vidas, bem como no acesso aos direitos sociais.

A ideia da criação do Programa não deixa dúvida que vem contribuindo positivamente na redução de diversas questões sociais, como: redução da fome, pobreza, no acesso à educação, saúde, alimentação entre outras, mas é preciso investir urgentemente na emancipação dos beneficiários para que estes possam participar efetivamente nas decisões políticas, tornando se sujeitos na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e de inclusão social.

Desta forma, devem-se mensurar os atuais resultados, que são positivos, bem como, a amplitude do auxílio econômico e social do PBF junto à sociedade para trazer-se às luzes das três esferas de Governo sua adaptação e evolução do Programa junto à recente realidade social brasileira.

### Referências

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/elemento.html>>. Acesso em: 07 de junho de 2017;

Bolsa Família. Brasília: MDS, [s.d.]. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em: 02 de jul de 2017;

Costa, M. M. M.; Lobo, T. A. **O Programa Bolsa Família: origem deste modelo, formas de implementação e desafios contemporâneos**. 2014. Disponível em: <<file:///D:/DOC/Downloads/11811-3866-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18 jul 2017;

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Ciência e conhecimento científico. Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, p. 74-81, 2001;

MORAES, Luciane Teresinha; MAZZIONI, Sandy. **A importância do programa bolsa família no desenvolvimento social e econômico do município de quilombo – sc**. Quilombo – SC, 2017. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Luciane-Teresinha-de-Moraes-Artigo.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

PARENTE, Cristina; COSTA, Daniel; SANTOS, Mônica; CHAVES, Rosário Rito. **Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição**. Lisboa, 2011. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/61185/2/cparenteempreendedorismo000151867.pdf>> . Acesso em: 20 de setembro de 2017.





## A ESCOLA E OS DIREITOS HUMANOS

Maria José Da Silva Leite

**Resumo:** A escola deve avançar no sentido de produzir sujeitos emancipados e capazes de se articularem em condições de exercício da vida cívica e do exercício de uma macroética da responsabilidade humana, onde a dignidade humana é o foco de todos os esforços de convergência das múltiplas iniciativas que uma escola possa gerar, e não sermos tão omissos, e que a principal mudança comece em nós, com as nossas atitudes.

**Palavras-Chave:** Escola. Direitos Humanos.

### Introdução

A Escola é o lugar adequado para serem trabalhados os direitos humanos e a diversidade, por que é na escola que os nossos filhos irão encontrar o diferente: as religiões, costumes, porém, em casa tudo é homogêneo.

Entendo que a escola como um todo, deve ir além, quebrando estes paradigmas e formando estes indivíduos, tornando-os capazes de buscar e dar um novo rumo a sua vida, de lutar e por seus direitos de expressão, de fazer suas próprias escolhas a fim de mudar seu contexto social.

Dessa forma, explica Moraes que:

É dever constitucional da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

262

Uma das maiores demandas existente hoje em uma escola e para todos que nela trabalham, é de que a escola seja o grande remédio contra a violência, sendo assim a salvadora da sociedade.

As ações precisam ser multidisciplinar, Inter setorial, rompendo com as antigas divisões e separações, podendo assim, ser feita intervenções a partir de recursos próprios, dos recursos pessoais de cada um de nós.

É fácil culpar o professor, a escola, a direção da escola, do que o próprio filho. Se os pais colocassem mais disciplinas na educação dos seus filhos, nossos professores fariam o trabalho deles mais facilmente, pois já diz o ditado à primeira escola é a doméstica, o berço, a própria família.

Olhando de perto para a história da educação no Brasil, observo claramente que o processo político de produção da desigualdade está assinalado desde o início. Arroyo, no vídeo fala da importância da escola não ter um papel moralizante, mas pelo contrário, quebrar





o sistema de educação e formação ética capaz de liderar e ser liderado e desempenhar um papel positivo na sociedade, em que a sociedade e a mídia, criaram um conceito moralizante sobre a pobreza.

Porém, com certeza a pobreza é resultado das práticas sociais que produzimos e reproduzimos, contudo, o nosso grande desafio é sem dúvida desconstruir essas práticas moralizantes.

Precisamos sair da nossa zona de conforto que nos paralisa e reivindicar mudanças no processo da nossa formação, o que somente é possível por meio de um diálogo aberto com os Governantes e demais instituições. Não sermos tão omissos. É preciso, portanto, que a principal mudança comece em nós, com as nossas atitudes.

Sabemos que, um dos fatores que influencia o que é ser criança e ser adolescente no Brasil é aqueles que dizem respeito à estrutura familiar: número de pessoas, condição familiar, o grau de escolaridade e conhecimento, tempo de trabalho, dos pais, o contexto em que estão inseridos, etc.

Muitas vezes a escola de tempo integral, é uma alternativa para viabilizar a liberação da mãe para o mercado de Trabalho. O que se percebe são crianças de realidades distintas, pois esta unidade atende crianças da classe média e outra parte, maioria, de classe baixa, ou extremamente baixa.

Sabemos que seus direitos, e as diversas leis, são tidos como iguais para todos, mas as oportunidades são diferentes. É aqui que entra a parte que a autora traz no texto “... a questão que se coloca não é apenas sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a infância ou a juventude, mas sobre os diferentes modos como tais fases podem ser vividas.”  
LEITE, Lúcia (pág. 11)

Eu os vejo como seres humanos como qualquer outro, mais com a ausência de oportunidades, de conhecimentos; por causa da desigualdade tão grande existente em nosso Brasil, fruto da desonestidade, desrespeito ao próximo e interesse próprio; visto em quase todos nós brasileiros. Tendo como meio transformador a escola que ensina não para a realidade de vivência do homem, mas para a sociedade como um todo.

Percebi a triste realidade que muitos enfrentam com a ausência de seus direitos sociais e a falta de conhecimento dos mesmos. Observo que muitos ainda são neutros, não ensinam seus conhecimentos sobre os direitos por medo de perderem os interesses próprios.





Negligenciando ajuda as crianças e adolescentes em situações de fragilidade, em situações de pobreza extrema.

Segundo Rocha (2008), não é só com transferência monetária que se elimina a pobreza e a desigualdade de renda, pois estas tem caráter multidimensional. As condicionalidades se tornam crucial para diminuir a pobreza e a alta desigualdade de renda, quando se investe na classe beneficente menos favorecida, para que se solidifique na base a permanência enquanto frequência escolar para crianças e adolescentes na diminuição do trabalho infantil e no aumento da segurança alimentar.

O momento em que vivemos nos impulsiona a construir uma educação, onde não mais se ignorem as diferenças culturais, de gênero, de raça, de cor, de sexo. Acima de tudo a descolonizar os conhecimentos, e colocar a educação a favor da vida, potencializando a diversidade cultural, que reconheça e conviva com os diferentes, e que ajude as pessoas a serem mais humanas.

Acredito que a educação em direitos humanos deve ser a educação para mudança e não para conservação e as escolas não podem deixar de enfatizar a realidade concreta de seus alunos, professores, dirigentes, funcionários e da comunidade como um todo.

Porém, de nada adianta levar programas de direitos humanos para a escola se a mesma não estabelecer uma relação democrática, de respeito e solidariedade com a comunidade escolar. Assim, na continuidade das ações o processo deve ser o de trabalhar no sentido de que nossas crianças e jovens sejam cada vez mais humanos.

Portanto, os professores que trabalham na educação precisam estar cada vez mais preparados para construir junto aos seus alunos modelos de convívio democrático, de respeito a todos os tipos de diferenças e crenças.

É necessário um trabalho para melhorar o ambiente escolar e políticas educacionais que leve em conta os direitos dos estudantes nas escolas. Em geral, foram passado despercebido e que sempre prejudicou e impactou no clima escolar, e tudo isso vem prejudicando muito e ninguém da muita atenção.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos não é uma lei, mas estabelece um padrão ético quando se refere aos direitos básicos e de liberdades fundamentais comuns a todas as pessoas em qualquer lugar do mundo.

Podemos verificar ao longo da história que graças a Declaração Universal de Direitos Humanos, o conceito de cidadania tornou-se universal, mas o exercício da cidadania







permanece sofrendo restrições. A exclusão e a desigualdade têm dificultado a consagração do exercício da cidadania em nosso país, dessa forma os direitos individuais ficam ameaçados, também os direitos sociais e políticos.

A realização completa dos direitos humanos requer que todos os seres humanos sejam conscientes de seus direitos e dos direitos dos outros, e dos meios para garantir sua proteção. Essa é a tarefa da Educação em direitos humanos, a qual constrói conhecimentos, habilidades e atitudes, que estimulam comportamentos. Fazendo assim, grande diferença na vida das pessoas.

Por apresentar tantas contradições a escola representa a sociedade e as relações de convivência humana que segundo Arendt (1993), “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, embora seja somente a ação que não cabe sequer imaginar fora da sociedade dos homens”. É essa relação de convivência humana que precisa ser revista, para que possamos caminhar na perspectiva de construir uma sociedade humana, livre, igualitária e justa, e quem sabe, num futuro próximo, contribuir para que em nosso planeta exista paz.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Art.XVII afirma: *Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.*

265

Em outras palavras, os princípios constitucionais precisam ser respeitados e aplicados, e as garantias previstas para o cidadão necessitam sair do papel e se tornarem direitos assegurados.

A autoridade e o desrespeito dos representantes políticos com os brasileiros demonstra o quanto apáticos e pobres estamos de conhecimento, de atitude e de organização.

Temos políticos que esvaziam os cofres públicos, deixando hospitais sem condições de manter vidas, pobres sem condições de vida digna, jovens sem meios de serem reabilitados para que não reincida em crimes e etc. E ainda não aceitam que estão com as mãos sujas de sangue. Ao fim, os que provocam a barbárie não são punidos, tal vingança é atribuída aos que a cometem por descuido.

Conclui-se que a democracia é só uma fachada e continuara sendo enquanto a troca de favores, o interesse partidário, o interesse pessoal, persistirem. Até mesmo a





imprensa favorece esse cenário, pois também tem interesses e deixa de atuar como seria o seu papel. Portanto, Já ultrapassamos todos os limites da insensatez. Chegou a hora de refletir que o Brasil é uma grande nave e que estamos todos a bordo dela.

A desigualdade no meu ponto de vista poderia ser diminuída, se os direitos dos cidadãos saíssem do papel e fosse colocado em pratica e suas necessidades básicas fossem atendidas.

Hoje não existe coerência entre o que o homem fala, pensa e faz. Cada um lutando por um por um mundo próprio. Onde as injustiças são praticadas sem pudor. Onde acontece o abandono do ser em sua própria existência, a violência, a incompreensão e dor. Tudo isso vai aos pouco nos levando para um abismo.

Mesmo assim, o homem sem contribuir por um mundo real e coletivo, ainda tem a arrogância de achar que é um corpo e leva dentro de se uma alma, quando na verdade ele é uma alma que se expressa através de um corpo.

Precisamos passar da teoria para a prática sem precisarmos de artifícios externos, e alcançarmos um mundo melhor. Precisamos ter paz, amor e alegria para irradiarmos a outras pessoas, pois o amor nos coloca em comunhão com tudo que existe.

A realização completa dos direitos humanos requer que todos os seres humanos sejam conscientes de seus direitos e dos direitos dos outros, e dos meios para garantir sua proteção. Essa é a tarefa da Educação em direitos humanos, a qual constrói conhecimentos, habilidades e atitudes, que estimulam comportamentos. Fazendo assim, grande diferença na vida das pessoas.

Não é apenas a nossa mente que precisa ser ensinada, o nosso emocional é fundamental e necessário para todos os aspectos da vida. É necessário ensinarmos a educação para a vida e não para ganhar a vida.

Será que a Escola hoje consegue formar cidadãos com plena consciência de respeitar as diferenças formando uma sociedade mais tolerante e menos agressiva e mais voltada para o respeito ao próximo?

As questões colocadas mostram a falta de cidadania, a falta de comprometimento político existente no país, reforçado pelo posicionamento de Gilberto Dimenstein (1999, p. 33):

Um menino de rua é mais do que um ser descalço, magro, ameaçador e mal vestido. É a prova da carência de cidadania de todo um país, em que uma imensa quantidade





de garantias não saiu do papel da Constituição. É um espelho ambulante da História do Brasil.

Partindo destes questionamentos observados no dia a dia da sociedade, concorda-se com Gilberto Dimenstein (1999, p. 17), quando ele argumenta que o que se tem é uma 'Cidadania de papel', existente nas leis, mas na prática é bem diferente. É muita fome, violência, desrespeito, falta de ética, divisão social, que pede socorro para que ações sejam realizadas possibilitando mudanças na situação que aí está.

A educação voltada para a cidadania propicia uma formação que promove a compreensão, a tolerância, à solidariedade e o respeito à diversidade social e cultural, assim como, a participação nos destinos do meio em que vive. Candau (1999, p. 112) complementa.

Educar para a cidadania exige educar para a ação político-social e esta, para ser eficaz, não pode ser reduzida ao âmbito individual. Educar para a cidadania é educar para a democracia que dê provas de sua credibilidade de intervenção na questão social e cultural. É incorporar a preocupação ética em todas as dimensões da vida pessoal e social.

É necessário elaborar um plano de ação para melhorar o ambiente escolar e as políticas educacionais que leve em conta os direitos humanos dos estudantes nas escolas. Em geral, foram passado despercebido e que sempre prejudicou e impactou no clima escolar, e tudo isso vem prejudicando muito e ninguém dá muita atenção.

267

Ainda, o fato de a Pedagogia ter se afastado das matérias específicas, do conhecimento técnico, àquilo que efetivamente deve ser ensinado. O que segundo Hannah Arendt, a teria feito se aproximar apenas de questões metodológicas o que acabou por refletir-se na formação precária do professorado que culminou no “abandono” dos estudantes “aos seus próprios recursos”. A crítica vai ao sentido de que cada vez mais professor foi deixando de ser autoridade em termos de conhecimento técnico (ARENDR, 2011, p. 231).

Se não houver mudanças, a escola continuara subdividida, entre proteger e alimentar processos de acusações que são muitas vezes infundadas, e o adolescente sofrera um processo de crime e ser vítima de situações que não são verídicas e que acontece também. É necessário reconstruir a escola que todos sonham, onde os direitos humanos realmente funcionem, onde realmente eduque.

Segundo Hannah Arendt, o problema da educação no mundo moderno está no fato de sua natureza não poder abrir mão da autoridade e da tradição em um mundo onde sua estruturação não passa pela autoridade e tampouco é coeso pela tradição (ARENDR, 2011, p. 245).





Segundo Arendt, “cumpramos divorciarmos decisivamente o âmbito da educação dos demais” pelo fato de que necessita além de um conceito de autoridade específico, uma atitude frente ao passado apropriada que não conseguirá ser generalizada no mundo adulto, não possuirá “validade geral” (ARENDR, 2011, p. 246).

Isto significa que a escola deve ensinar as crianças a perceberem o mundo como ele é, e não simplesmente ensiná-las a viver, pois o mundo sempre será mais velho que elas: compreender o presente pelo passado, não simplesmente devotar a aprendizagem a eventos passados descontextualizando-a do tempo presente (ARENDR, 2011, p. 246).

A realização completa dos direitos humanos requer que todos os seres humanos sejam conscientes de seus direitos e dos direitos dos outros, e dos meios para garantir sua proteção. Essa é a tarefa da Educação em direitos humanos, a qual constrói conhecimentos, habilidades e atitudes, que estimulam comportamentos. Fazendo assim, grande diferença na vida das pessoas.

Por apresentar tantas contradições a escola representa a sociedade e as relações de convivência humana que segundo Arendt (1993), “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, embora seja somente a ação que não cabe sequer imaginar fora da sociedade dos homens”. É essa relação de convivência humana que precisa ser revista, para que possamos caminhar na perspectiva de construir uma sociedade humana, livre, igualitária e justa, e quem sabe, num futuro próximo, contribuir para que em nosso planeta exista paz.

268

Desenvolver junto à comunidade escolar, estudos relativos à Declaração Universal dos direitos Humanos e sua aplicabilidade interdisciplinar, nas diversas áreas do conhecimento, para vivenciar a prática da cidadania de forma consciente e crítica dentro da realidade dos alunos. Melhorando assim, o ambiente escolar e políticas educacionais que foram passado despercebido e que só prejudicou e impactou no clima escolar e que leve em conta os direitos dos estudantes nas escolas.

Conhecer a declaração universal dos direitos humanos, reconhecer os direitos e deveres, respeitando as diferenças em suas diferentes dimensões dentro das suas possibilidades.

Melhorar o ambiente escolar e políticas publica educacionais que leve em conta os direitos dos estudantes nas escolas.





Favorecer a formação continuada dos professores e funcionários, abrindo-se espaço para discussão e troca de ideias e experiências, tornando-os mais conscientes do papel na sociedade como cidadãos, associado os conteúdos discutidos à realidade de cada um.

### REFERENCIAS BIBLIOGRAFICA.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz Do Futuro**. Ática: São Paulo.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 348p.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**. In: BOURDIEU, Pierre.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **Reflexões sobre currículo e política curricular**.

CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e culturas: construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, nº 23, 2003, p. 156 – 168.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Educação Integral, territórios educativos e participação social: a cidade como currículo vivido**. In: MORGADO, José Carlos; SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão;

PARAISO, Marlucy Alves. **Estudos Curriculares: um debate contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2013.

## CONHECENDO A ATUAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS BENEFICIARIOS DO MUNICIPIO DE COMBINADO – TO

269

**Maria José Rodrigues da Silva**

**Bárbara Doukay Campanini**

**Resumo:** O presente trabalho procura analisar a concepção acerca da pobreza no Brasil e como se ela manifesta especificamente no município de Combinado - TO. Não se trata de uma tarefa simples, pois a pobreza pode apresentar múltiplas facetas e é uma realidade de vida da maioria das pessoas. Falar sobre o Programa Bolsa Família como uma alavanca de superação de pobreza em Combinado - TO, é de extrema importância e para isso é necessário compreender e retratar realidade local de forma que possa comparar os avanços e os desafios que se tem enfrentado e os caminhos que ainda tem a percorrer no combate a essa condição social da maioria do povo combinadense. Por ser um trabalho de caráter minucioso em que envolve levantamento de dados sobre em qual nível se encontra a pobreza no município e quais as contribuições em que o programa PBF vem trazendo para melhoria da condição de vida desses beneficiários. Para realização deste trabalho foram utilizadas várias fontes de pesquisas tais como a SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, o IPEA - Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada, MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e a OIT - Organização Internacional do Trabalho e também a lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 que institui e regulamenta o Programa Bolsa Família, com o intuito de refletir e aprimorar nas pesquisas, coletas de dados e observações sobre os efeitos do programa Bolsa Família em âmbito do município. Sendo assim, serão apresentadas algumas reflexões provocadas a partir dos estudos feitos sobre o PBF no município, no curso de Pós Graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social.

**Palavras-chave:** Avanços. Melhorias. Pobreza. Programa Bolsa Família. Realidade.

### 1. Introdução





A pobreza caracteriza-se por um fenômeno complexo ligado diretamente com o fator social na qual as pessoas estão incluídas. Ela se manifesta em situações na qual as necessidades básicas tais como alimentação, saúde, saneamento, habitação e etc., não são atendidas de forma adequada devida a carência ou insuficiência de renda que não condiz com a realidade ou grupo social em que vive. Sem a garantia desses recursos básicos não há como ter qualidade de vida digna de sobrevivência. A pobreza forma um círculo vicioso, onde a falta de capital gera baixa capacidade de poupança; a baixa capacidade de poupança gera baixa renda; a baixa renda gera baixa produtividade e a baixa produtividade gera baixo capital.

O aumento da pobreza é ocasionado por duas razões: o crescimento demográfico nas camadas mais pobres e a falta de capacidade nos ajustes das mudanças tecnológicas. O crescente estado de miséria, as disparidades sociais, a extrema concentração de renda, os salários baixos o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a desnutrição a mortalidade infantil, a marginalidade, a violência e etc., são expressões do grau a que chegaram a desigualdade social. Em um estudo mais aprofundado percebe-se a necessidade de conhecer como se dá a atuação do Programa Bolsa Família no Município de Combinado TO.

Neste contexto buscou-se com esta pesquisa conhecer a atuação e a contribuição dessa renda na melhoria de vida das pessoas beneficiárias do programa. Foi realizada um conjunto de perguntas ao setor responsável ligada ao Centro de Referência da assistência social na comunidade de Combinado – TO.

Estes beneficiários enfrentam situações de pobreza, sendo de significativa importância a realização de estarem inclusos neste Programa como meio de complemento a renda e auxílio às necessidades mais básicas dessas famílias. Este questionário busca contribuir com subsídios para conhecimento do Programa Bolsa Família no sentido de que possa melhorar o entendimento do funcionamento do mesmo.

É necessário ir além dos limites dos objetivos e metas do programa avaliado procurando compreender os elementos estruturais e conjunturais e incorporar as variáveis contextuais que interagem com o programa. Os objetivos específicos em consonância com o objetivo geral foram assim estabelecidos:

1. Desvendar o funcionamento do PBF e como é feito o atendimento das famílias beneficiárias;
2. Verificar quais são as pessoas que tem direito ao benefício e como ter o acesso ao programa;





3. Identificar como é feito o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários;
4. Verificar se o programa tem trabalhado processos sociais emancipatórios para construção e autonomia dos sujeitos.

Busca se assim responder alguns questionamentos acerca do programa como fonte para o problema da pesquisa: Quais os impactos do PBF no combate à pobreza e no cotidiano das famílias beneficiárias de Combinado-TO?. As possíveis hipóteses das respostas sobre essa indagação implica afirmar que o PBF, por ser um programa de proteção social aos menos favorecidos que são considerados pobres ou estão abaixo da linha de pobreza, vem realmente fazer a diferença na vida dos beneficiários do município de Combinado, como também não diferente de todos os outros municípios atingidos pela pobreza e que tem o PBF como referencia de minimizar o combate a desigualdade social

Diante disso tem como objetivo conhecer a realidade do programa no município se a inclusão dos cidadãos do programa social bolsa família efetivamente contribui para o enfrentamento da pobreza e uma maior autonomia dos sujeitos beneficiários, desvendando a percepção dos sujeitos e a realidade em que se encontram.

## 2. Procedimentos Metodológicos

A pobreza de um modo geral não pode ser definida de forma única e universal. Ela apresenta múltiplas faces e se refere a situações de carência em que as pessoas não conseguem manter um padrão mínimo de qualidade de vida condizente com as referencias sociais estabelecidas. Dessa forma o termo conceitual da pobreza absoluta permite construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade, criando assim uma linha de pobreza como parâmetro que permite e considera como pobres todos aqueles que se encontrem abaixo do seu valor.

Entender a pobreza não é tarefa simples, apesar de estar presente no cotidiano de todas as cidades, ela pode ter diferentes significados e formas de expressão, dependendo do local, tempo histórico e do entendimento sobre pobreza que cada grupo humano tem sobre o assunto. Uma das grandes dificuldades é que as teorias, na maioria das vezes, são elaboradas por pessoas que não se enquadram nos padrões, definidos por eles mesmos, de pobreza (CHAMBERS, 2006).

Considerar a pobreza em sua dimensão particular de insuficiência de renda, é considerar que existem pessoas vivendo com renda familiar per capita abaixo do nível mínimo





necessário ao atendimento as suas necessidades mais básicas. Só se tem consciência do tamanho da pobreza no Brasil quando a linha de pobreza equivale à renda familiar per capita de meio salário mínimo e Linha de Indigência à renda familiar per capita de um quarto do salário mínimo. Ficar abaixo ou no limite dessas linhas é ser respectivamente pobre ou indigente.

Em 2000, o PNUD apresenta o conceito de “pobreza humana”, complementando o conceito já apresentado, salientando a distinção entre pobreza humana e privação de renda:

A pobreza humana é definida pelo empobrecimento em múltiplas dimensões – privações de uma vida longa e saudável, de conhecimento, de um nível de vida digno e de participação. Contrariamente, a privação de renda é definida pela privação numa única dimensão – renda – porque se acredita que é a única forma de empobrecimento que interessa ou porque nenhuma outra privação pode ser reduzida a um denominador comum. O conceito de pobreza humana considera a insuficiência de renda como um fator importante na privação humana mas não como o único. Nem se pode reduzir, de acordo com este conceito, todo o empobrecimento a falta de renda. Se a renda não é tudo na vida humana, a falta de renda não pode ser tudo na privação humana (PNUD, 2000).

A metodologia, sobre a temática proposta, desenvolvida ao longo da realização do TCC em Educação Pobreza e Desigualdade Social se dará em forma de um estudo mais aprofundado sobre a pobreza, levantamento de informações sobre a qualidade de vida dos beneficiários através de sites e fontes que informam com precisão esses dados, em forma de questionário aos integrantes responsáveis pelo Programa PBF no município de Combinado, pertinentes a realidade local em que se vive.

272

Antigamente a pobreza podia ser resultado do meio ambiente ou de catástrofes naturais e também frequentes guerras e conflitos armados que ocorreram na historia da humanidade. Geralmente a causa da pobreza eram consequências de um impacto ambiental tais como vulcão, terremoto, tsunamis, ou uma epidemia muito grande que dizimava grande parte d população, crise alimentar e também as guerras. Hoje no século XXI, graças aos avanços tecnológicos, não deveria existir fome ou pobreza extrema, porem o que leva a continuação da fome e a continuação da pobreza, é simplesmente a geração de empregos que não acompanha o crescimento populacional. A população cresce de tal forma que o mercado de trabalho não consegue inserir todos trabalhadores isso tanto em países desenvolvidos com o em países subdesenvolvidos.

O primeiro tópico traz o embasamento teórico sobre a pobreza, as causas da pobreza no Brasil, qual a relação da pobreza com a fome expressando diferentes olhares que se







complementam e refletem sobre essa situação vivenciada por grande parte da população brasileira.

No segundo tópico apresenta-se o questionário acerca da atuação do programa de transferência de renda com condicionalidades: o Programa Bolsa Família no município de Combinado TO. Ao final apresenta-se as Considerações Finais, trazendo alguns apontamentos de autores procurando contribuir com o entendimento da realidade do Programa e seu efeito na vida das famílias beneficiárias do município.

### 3. Resultados e Discussão

Foram coletadas informações diretas do setor responsável pela atuação e execução do programa no município de Combinado, ligadas ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, entidades executoras do Cadastro Único, que é a forma de inclusão no PBF, bem como Assistentes Sociais vinculados a estas entidades.

O interesse por essa temática surge do anseio de conhecer a realidade de uma comunidade pequena com pouco mais de 4.500 hab, da qual as famílias beneficiárias do programa representa um quarto dessa população e saber como são atendidas pelo PBF. Através da pesquisa com o setor responsável dentro do CRAS do município, houve um julgamento dos resultados obtidos acerca do funcionamento do PBF na comunidade Combinadense.

273

### 4. Considerações Finais

Em suma, este estudo permite algumas importantes conclusões. Conclui-se que, no que diz respeito à melhoria de vida dos beneficiários do PBF de Combinado – TO em todos os aspectos como educação, saúde, moradia, as condições de requisitos para identificação e inserção no programa.

No mais, a pesquisa demonstra que a proporção desse pequeno orçamento que complementa a renda familiar faz sim grande diferença e demonstra significativas melhorias. Essas pessoas são orientadas quanto a necessidade de buscar desenvolver meios de trabalho até que chegue a não precisar mais desse benefício, por já superar a linha da pobreza, deixando sua vaga para outra família carente que aguarda vaga para ser incluída no programa.

### 5. Referências

CHAMBERS, Robert. Disponível em: <What is Poverty? Who asks? Who answers? In: International Poverty Centre – Poverty In Focus.UK.Dez 2006>. Acesso em: 14 nov. 2017.





BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: retrato de uma estabilidade inaceitável, *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000. Disponível em: <[www.al.rs.gov.br/diario\\_antiores/980615/opinioa.https](http://www.al.rs.gov.br/diario_antiores/980615/opinioa.https)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

## ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO TEATRO-EDUCAÇÃO

Maria Madalena Pereira Soares

Ladislau Ribeiro do Nascimento

**Resumo:** Este trabalho consistiu na realização de uma revisão bibliográfica sobre o teatro-educação, entendido como prática pedagógica emancipatória. A revisão bibliográfica sobre o tema foi realizada a partir dos seguintes descritores: teatro-educação, teatro na educação, educação e teatro. Os resultados indicaram dissertações, artigos e trabalhos completos em que o teatro-educação desponta como dispositivo crucial para a realização de práticas inventivas, nos mais diversos contextos educacionais. Trata-se de recurso capaz de viabilizar a expressão de singularidades por meio da provocação de rupturas no cotidiano escolar. As intervenções realizadas através do teatro-educação mobilizam o enfrentamento de processos de exclusão social geralmente engendrados em contextos escolares. Destaca-se a força do teatro-educação no combate à invisibilização de sujeitos influenciados pelos processos dessubjetivantes que predominam nas instituições educacionais, tais como o silenciamento provocado pelos autoritarismos na relação professor-aluno, e o assujeitamento atrelado à ênfase em práticas escolares voltadas ao controle e aos disciplinamento de estudantes.

**Palavras-chave:** Educação, Teatro-Educação, exclusão social, produção de subjetividade.

274

### Introdução

O teatro tem sido meio de expressão de sentimentos, intenções, desejos, vontades, dentre outras manifestações humanas. Trata-se de uma linguagem há muito presente na história da humanidade. No campo educacional, ele pode operar como dispositivo potente para mobilizar reflexões, pensamentos e questionamentos atrelados às práticas e aos objetivos instituídos nos mais diferentes contextos educacionais. Segundo Gil (2013), o teatro no campo educacional permite que as estudantes de todas as idades desafiem seus medos através de exercícios de enfrentamento da realidade. O potencial do teatro como dispositivo de produção subjetiva materializa-se em situações em que indivíduos encontram possibilidades para serem sujeitos no processo educacional.

Teatro-educação é definido nesta pesquisa como um dispositivo criativo de essencial relevância ao enfrentamento da exclusão social, pelo fato de criar condições para a prática de liberdade aos sujeitos enredados em relações de forças assujeitadoras e contrárias ao empoderamento. O teatro-educação pode viabilizar condições para que indivíduos alcancem objetivos e superem dificuldades impostas na trama das relações sociais e institucionais, por





meio do uso da voz, da movimentação do corpo e da expressão de si mesmo em relações “eu-outro”. Este dispositivo pode ser crucial na preparação de indivíduos para o enfrentamento de inúmeros desafios da vida.

Tendo em vista a relevância do teatro-educação aos processos educacionais, especialmente em tempos de questionamento acerca dos alcances e limites da escola enquanto instituição formadora, a presente pesquisa busca conhecer e analisar o estado da arte das publicações sobre Teatro-Educação nos últimos quinze anos. A partir do levantamento proposto, buscou-se associar a prática do teatro-educação à criação de estratégias para o enfrentamento dos processos de invisibilização de sujeitos (COSTA, 2002) atravessados e impactados pelos inúmeros processos de exclusão engendrados no contexto escolar (MACHADO, 2006).

### **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho propôs como método a realização de uma pesquisa bibliográfica (LAKATOS, MARCONI, 2001) a partir da consulta de artigos científicos e livros dedicados ao assunto. O levantamento bibliográfico incluiu as seguintes palavras-chave: teatro-educação, teatro na educação, educação e teatro.

275

### **Resultados e Discussão**

De um modo amplo, pode-se dizer que o teatro-educação desponta como elemento de resistência em contextos escolares caracterizados pela repetição e homogeneização de sujeitos (NASCIMENTO, 2009). Ele demonstra potencial para dar visibilidade aos sujeitos muitas vezes invisibilizados em diferentes espaços sociais, incluindo as escolas (SANTOS, FARIA, 2010; CADETE, 2013).

As práticas envolvendo teatro-educação mostraram-se relevantes para a promoção de cidadania (COSTA, 2005), inclusão de pessoas com deficiência (MALAQUIAS, 2015; LIMA, 2016), criação de possibilidades para a afirmação de identidades (RAPKIEWICZ, 2015), problematização sobre questões de gênero (LEITE, 2008), e motivação de estudantes (MARTINEZ, DELLA BARBA, 2010).

Sabe-se que, a despeito de sua relevância, esta prática enfrenta resistências, especialmente em função de exigências e cobranças de muitos educadores por um modelo educacional estritamente voltado para a formação de sujeitos competitivos, supostamente





preparados para o enfrentamento dos inúmeros desafios impostos em tempos de crise, insegurança e incerteza característicos do capitalismo.

Vale apontar o baixo índice de publicações sobre o tema, a despeito de sua importância, como o indicador do lugar social ocupado pelas práticas vinculadas ao teatro-educação. Trata-se de uma estratégia contra-hegemônica no sentido de resistir à opressão de um sistema marcado pela desigualdade e pelas diversas formas de violência sob as quais as populações mais fragilizadas são expostas.

### Considerações

Entendendo a educação como direito fundamental, a escola tem sido pensada aqui como lugar privilegiado e destinado a todos. Ela deveria, portanto, criar espaços para a expressão de singularidades em respeito à pluralidade característica do humano. A educação, através da escola, viabiliza espaços para o enfrentamento da exclusão social? O teatro-educação seria um dispositivo de enfrentamento da chamada invisibilização de sujeitos? Estas e outras perguntas compõem um quadro para a problematização acerca do teatro-educação nos espaços escolares.

Vale ressaltar que, sobre os chamados “sujeitos invisíveis”, Costa (2002) afirma que a expressão invisibilidade social é recente, embora promulgue um fenômeno tão antigo quanto a sociedade. As injustiças praticadas contra minorias, como negros, mulheres, homossexuais, pobres, dentre outros, incluem práticas de exclusão que tornam invisíveis aqueles a quem a sociedade não oferece oportunidades e não garante os direitos mais básicos para a preservação da dignidade humana. Ainda de acordo com Costa (2002), no caso dos negros, a invisibilidade já era construída socialmente em um contexto em que proprietários de escravos não os tratavam como seres humanos dignos de respeito e merecedores dos mesmos direitos e deveres. De fato, eles não estavam sob o mesmo contrato social, não ocupavam os mesmos espaços.

Nesta sociedade de consumo (LIPOVETSKY, 2009), que atrela o poder de acesso às ofertas do mercado ao valor e à identidade de quem pode consumir e fazer da própria vida um espetáculo (DEBORD, 2009), pensar e discutir formas e estratégias educacionais de resistência e de enfrentamento é de fundamental importância.

Espera-se que esta pesquisa ofereça elementos para a promoção de práticas de transformação social baseadas em um referencial ético-estético-político em que a vida seja pensada enquanto potência (DELEUZE; GUATTARI, 1995).





## Referências

- CADETE, Maria do Rosário. Modelo do intervenção teatral para a transformação pessoal e social. **Teatro: Revista de Estudios Culturales/A Journal of Cultural Studies**, v. 26, n. 26, p. 11, 2013.
- COSTA, F. B. **Garis: um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública**. (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP). Instituto de Psicologia, 2002.
- COSTA, Alexandre Santiago da. **O Teatro-Educação no Cria: Saberes e ações de jovens artistas para o exercício da cidadania**. 2005.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. **Contraponto: São Paulo**, 2009.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. In: **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**, v. 3, p. 83-115, 1995. DELEUZE, G; GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*, v. 3, p. 83-115, 1995.
- GIL, J. P. A. **Da educação artista ao ensino do teatro: teatro criação e construção de conhecimento**. Vol. 1 n°1, Palmas, TO, jul. /Dez, 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Ciência e conhecimento científico. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, p. 74-81, 2001.
- LEITE, L. A. Reflexão sobre as relações de gênero e a pedagogia do teatro. **Anais do Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC)**. FAP. Paraná, 2008.
- LIMA, Hildomar José; VIEIRA, Divino Gomes. O TEATRO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Revista Sinalizar**, v. 1, n. 1, p. 93-102, 2016.
- LIPOVETSKY, Gilles. A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. In: **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Manole, 2009.
- MACHADO, A. M. **Educação Inclusiva: de quem e de quais práticas estamos falando. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.
- MALAQUIAS, Leandro de Jesus. O teatro na educação especial: a expressão corporal como instrumento criativo no processo de ensino-aprendizagem. **I Congresso de Educação de Dourados. Escola, família e sociedade: construindo novos caminhos**, 2015.
- MARTINEZ, Claudia Maria Simões; DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza. Motivação de alunos de graduação em Terapia Ocupacional no processo de aprender a aprender. In: **Congresso Internacional PBL**. p. 1-8, 2010.
- NASCIMENTO, L. R. **Práticas escolares em tempos de turbulência: um olhar para os modos de produção de subjetividade em uma escola pública**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.
- RAPKIEWICZ, Clevi et al. Identidade na Educação de Jovens e Adultos através da integração do Teatro, Música e Cultura Digital. In: **Anais do Workshop de Informática na Escola**. 2015. p. 11.
- SANTOS, N. R. O; FARIA, M. A. Jogos teatrais na educação: um olhar para uma prática libertadora. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 1, n. 1, p. 03-12, 2010.





## LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO APRENDIZ NO PROGRAMA JOVEM EMPREENDEDOR

Maria Margarida Pessoa Batista

Ladislau Ribeiro do Nascimento

**Resumo:** O Programa Jovem Empreendedor é um programa social que tem por base o trabalho educativo. Ele visa garantir ao adolescente o direito à educação e ao trabalho, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9.69/90). É considerado também um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, porque visa o desenvolvimento de atividades que estimulem convivência social, participação cidadã e formação geral de adolescentes para o mundo do trabalho. Tendo em vista o potencial deste programa para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social, esta pesquisa analisou alcances e limites da proposta frente às demandas pelo combate à desigualdade social. Recorreu-se à produção de uma análise documental a partir do acesso às regulamentações e normativas relacionadas ao programa, além da consulta em materiais e projetos a ele articulados para o alcance dos objetivos propostos. Os resultados indicam considerável potencial da proposta na formação de redes de proteção para as pessoas pertencentes às camadas populares. Trata-se de um dispositivo capaz de viabilizar perspectivas futuras aos adolescentes carentes de oportunidades, vítimas das seqüelas mais duras de um sistema excludente e repressor, tais como o abandono e a exposição à violência. No entanto, ainda que as oportunidades criadas pelo programa sejam dignas de nota, vale considerar a necessidade de problematizações em torno de práticas e ações influenciadas pelo discurso neoliberal acerca da empregabilidade e da meritocracia. Há de se considerar a urgência pela elaboração e pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas baseadas em uma perspectiva crítica sobre a realidade social, histórica, política e econômica em que a população atendida pelo programa em questão está inserida.

**Palavras-chave:** Educação, Jovem Empreendedor, Trabalho, Inclusão Social, Juventude.

278

### Introdução

O projeto Jovem Empreendedor, operado na capital tocantinense, é um programa social que tem como alvo a promoção de cidadania e a preparação para o trabalho. Os principais objetivos voltam-se para a formação de cidadãos através do fortalecimento de vínculos e da oferta de saberes necessários ao trabalho, e ao direcionamento de participantes para a atuação em órgãos da administração municipal. Além disto, a proposta busca combater os elevados índices de evasão escolar, bem como o desemprego e a violência.

Trata-se de um dispositivo direcionado à inclusão social. Ele foi pensado em consonância com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), para garantir acesso à educação e preparar adolescentes e jovens para o trabalho.

A execução das ações vinculadas ao programa é de responsabilidade da Rede Nacional de Aprendizagem Promoção Social e Integração (RENAPSI). Esta rede assegura e regula a participação de adolescentes interessados no programa, por meio de preparação técnica e pessoal, além do direcionamento dos jovens às instituições parceiras e do repasse da remuneração oferecida para cada participante.





O atendimento é prioritário para jovens provenientes de famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. A porta de entrada para o programa é o cadastro eletrônico. Os selecionados têm carteira assinada, com todos os direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O aprendiz recebe um salário-mínimo/hora para o cumprimento de carga horária teórica, nas unidades da RENAPSI e de entidades parceiras, e carga horária prática, nas empresas e órgãos públicos contratantes.

Diante da relevância do programa em questão, e da necessária problematização e análise dos alcances e limites em projetos desta ordem, a pesquisa aqui relatada desponta com a finalidade de compreender a eficácia do Programa Jovem Empreendedor na inclusão social de jovens aprendizes. De modo mais específico, o trabalho tem o objetivo de conhecer as perspectivas de futuro para jovens inseridos no programa, analisar trajetórias de egressos, e compreender os sentidos produzidos a partir da experiência de cada participante durante a experiência enquanto participantes do programa.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta proposta de pesquisa prevê um quadro referencial metodológico em que são articuladas estratégias como pesquisa de campo (MARCONI, LAKATOS, 2003), aplicação de questionários semiestruturados via internet direcionados a jovens egressos do Programa Jovem Empreendedor. Além disso, realizou-se análise documental para a aquisição de elementos sobre a estruturação do programa e os possíveis alcances da proposta. Esta análise baseou-se tanto na leitura de dispositivos normativos sobre a implantação e o funcionamento de programas voltados à preparação de jovens para o trabalho, quanto em estratégias e materiais disponibilizados para a pesquisadora durante a primeira etapa da pesquisa.

A pesquisa feita com a participação de egressos do programa Jovem Empreendedor baseou-se em um levantamento de informações sobre a influência que o programa teve na vida deles, especialmente no que diz respeito às expectativas de futuro e à inserção no mundo do trabalho.

### **Resultados e Discussão**

O levantamento feito via internet contou com a participação de trinta e três jovens egressos do Programa Jovem Empreendedor. Ela revelou efeitos reais do Programa na vida dos participantes, majoritariamente provenientes de famílias de baixa renda, situadas em contextos de vulnerabilidade social. Com base naquilo que foi produzido pelo resultado da





pesquisa, pode-se dizer que o direcionamento do programa Jovem Empreendedor tem cumprido papel importante, em termos de abrangência ao público-alvo, requisitos para a participação, premissas, pilares de sustentação e perspectivas de cobertura.

O público-alvo atendido, formado por jovens de 16 a 18 anos, conta com algumas possibilidades para o enfrentamento da pobreza, numa perspectiva direcionada à transformação social. Vale salientar o fato de haver prioridade para o atendimento de jovens provenientes de famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social.

Ainda que haja prioridade ao atendimento, o programa é estendido para todos os jovens em processos de formação, tanto de nível médio quanto de nível superior. Ele propõe diversas ações sócio-educativas com efeitos favoráveis à inclusão social. Vale destacar também a possibilidade de ingresso no programa aos jovens em situação de liberdade assistida (LA), bem como aqueles que tenham alguma deficiência.

Além de cursos e palestras para a formação de jovens para o trabalho, os atendidos são alvos de atendimento psicossocial para a prevenção de situações envolvendo uso e abuso de álcool e outras drogas, gravidez na adolescência, dentre outros problemas que assolam grande parte da juventude no país e em outras partes do mundo. As ações são realizadas por uma equipe multidisciplinar responsável pela integração entre agentes executores, escolas parceiras, familiares e responsáveis pelos jovens participantes.

Em sala de aula, o jovem mantém contato com uma metodologia que, sob aspectos pedagógicos, valoriza a diversidade humana e cultural. Do ponto de vista operacional, a metodologia também é desenvolvida com o intuito de atender a dinâmica de inserção dos jovens trabalhadores, com turmas cíclicas que permitem ingresso imediato às instituições parceiras.

Todos os jovens incluídos no programa contam com a garantia de direitos trabalhistas. Conforme previsto na legislação, os direitos trabalhistas do jovem são: (1) salário; (2) jornada de trabalho de quatro horas por dia totalizando vinte horas semanais; (3) repouso semanal remunerado; (4) vale-transporte; (5) salário; (6) férias; (7) décimo terceiro salário e (8) benefícios previdenciários.

A partir da leitura de informações sobre o programa (PROGRAMA JOVEM EMPREENDEDOR, 2017), observa-se um discurso em que a proposta é tratada como via de acesso ao trabalho e ao consumo. No entanto, sem desconsiderar a relevância do programa, assumiu-se aqui o compromisso com a produção de análises baseadas em uma perspectiva







crítica. Nesta direção, vale salientar que, tais ações devem ser baseadas em estratégias contrárias àquilo que seria a promoção de trabalho na adolescência. Os programas voltados à aprendizagem e formação de cidadãos para o trabalho não se confundem com trabalho propriamente dito.

Sabe-se que a prática de atividades laborais na adolescência tem sido alvo de críticas diante dos prejuízos causados pela entrada precoce no mundo do trabalho (FERLA, 2009). Deste modo, uma ação social tal como esta aqui relatada deve caminhar em prol do desenvolvimento de jovens, sobretudo daqueles mais oprimidos social, econômica e politicamente.

Em estudo realizado por Amazarray e colaboradores (2009), os adolescentes aprendizes participantes da pesquisa demonstraram compreender as experiências de atuarem nos papéis de trabalhadores e aprendizes, levando em consideração semelhanças e diferenças que se entrecruzam. Como elemento de diferenciação entre um papel e outro, destaca-se o fato de os participantes terem associado o trabalho a índices mais elevados de exigência e de esforço, enquanto as experiências obtidas enquanto aprendizes não indicavam o contato com o mesmo grau de cobrança ou de exigência.

Entende-se a necessidade de investigação e análise de práticas relacionadas à inclusão de jovens através de Programas de Aprendizagem Profissional (PAP). É importante conhecer e dimensionar as conseqüências favoráveis ou desfavoráveis de atividades desta natureza. Segundo Silva e Trindade (2013), os programas voltados para a formação de adolescentes modificam o cotidiano e as relações interpessoais de seus respectivos participantes. Eles viabilizam ampliação da rede de contatos e de apoio, abrem possibilidades para a elaboração de planos e projetos para a formação e o exercício de alguma profissão. No entanto, a despeito de vantagens e possibilidades associadas ao ingresso no mundo do trabalho, deve-se considerar que, depois de inseridos em tais programas, adolescentes são postos em um regime de tempo atrelado ao cumprimento de carga horária fora do espaço doméstico, incluindo o tempo gasto nas atividades de formação a eles vinculadas, bem como o tempo destinado às atividades no campo de trabalho e durante o deslocamento de um lugar ao outro.

### **Considerações Finais**

Estudar e conhecer os alcances, limites e desafios do Programa Jovem Empreendedor, entendido como recurso estratégico para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social, é de fundamental relevância. Além do contato com as práticas e os discursos predominantes no





contexto em que a preparação de jovens para a entrada no mundo do trabalho ocorre, as pesquisas devem criar recursos metodológicos para entender como os jovens inseridos no projeto percebem o programa. Quais são os desafios enfrentados pelos participantes durante o tempo em que estão envolvidos com a proposta? Quais são os índices de efetivação decorrentes da passagem pelo programa?

Estas e outras questões compõem um quadro de problematizações necessárias para que estratégias declaradamente destinadas à transformação social da realidade não produzam exatamente o contrário do que se propõem a produzir. Acredita-se que esta pesquisa tenha colaborado com o enriquecimento de dados e a produção de conhecimento acerca de dispositivos de transformação social envolvendo juventude, educação e trabalho.

### Referências

AMAZARRAY, MayteRayaet al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília. Vol. 25, n. 3 (jul./set. 2009), p. 329-338, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Saúde, Brasília, 1990.

FERLA, L. **Feios, sujos e malvados sob medida: A utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)**. São Paulo, SP: Alameda, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PROGRAMA JOVEM EMPREENDEDOR. Disponível em:  
<http://www.jovemempreendedor.org.br/> Acesso em 7 de Setembro de 2017.

SILVA, R. D. M; TRINDADE, Z. A. Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 14, n. 1, 2013.





## A DESIGUALDADE NO CONTEXTO INCLUSIVO ESPECIALMENTE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES: CONCEPÇÕES DA COMUNIDADE E DA ESCOLA.

Maria Rosilene Gomes dos Santos Carvalho

**Resumo:** A inclusão das pessoas com necessidades especiais em escolas regulares é um dos grandes desafios encontrados em nossa atualidade. Este estudo refletiu sobre a inclusão e a necessidade inclusão de todos os indivíduos a fim de minimização das desigualdades refletidas em nossa sociedade. Atualmente, mesmo com as leis que amparam a educação inclusiva, percebe-se que o atendimento as crianças com necessidades educativas, infelizmente é um desafio, uma vez que requer não apenas dos educadores e de toda a comunidade escolar conhecimento e entendimento do seu processo, mas de toda comunidade. A escola tem a finalidade de trabalhar o desenvolvimento integral de todas as crianças, inclusive da criança com necessidades especiais, promovendo o seu crescimento nos aspectos individuais de desenvolvimento. Neste sentido, este estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência em escolas regulares para compreender os aspectos ou fatores que contribuem para integração dos mesmos em turmas regulares. Para tanto, procurou-se observar nas escolas pesquisadas como se dá a inclusão de alunos com deficiência. Foram feitas visitas em cinco escolas públicas estaduais, onde fora questionados sobre as dificuldades e as principais abstrações no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Na pesquisa de campo constatou-se que mesmo com as dificuldades enfrentadas, os professores, gestores e comunidade almejam um trabalho não apenas integrativos e inclusivos.

**Palavras-chave:** Indivíduo Beneficiário. Transformação. Informação. Evolução.

### Introdução

A escolha do tema perpassa o interesse pessoal da pesquisadora, que, em várias ocasiões, teve a oportunidade de conversar com professores, gestores, familiares e comunidade, assim como, de participar de eventos e palestras, dialogando e convivendo com pessoas com algum tipo de deficiência, mesmo que por pouco tempo, oque pôde constatar o quanto pessoas com algum tipo de deficiência poderiam efetivamente produzir, serem incluídos ao mesmo contexto social especialmente em escolas regulares, de formas a adaptar-se desde que fossem lhes dadas condições adequadas para que isso ocorresse.

No intento de discutir os principais aspectos inerentes à inclusão da pessoa com deficiência em escolas regulares, seus impactos e vícios de desigualdades pertinentes aos dias de hoje, o objetivo central deste trabalho consiste em associar todo o processo de inclusão como prática integrativa de toda uma sociedade aos mesmos direitos, possibilitando assim a minimização das desigualdades sociais as quais pessoas portadoras de algum tipo de deficiência enfrentam.

### Procedimentos Metodológicos

Para a realização desta pesquisa optou-se pela utilização da abordagem qualitativa. Tal metodologia trabalha com representações, amostras, valores, opiniões, processos e fenômenos que não são mensuráveis por variáveis quantitativas.





A autora utilizou de entrevista semiestruturada e também de observação dos participantes, no qual foram entrevistadas. Fora desenvolvida entrevista em cinco escolas do Município de Araguaína-TO, nos períodos de janeiro a abril, visando a observação do contexto escolar regular e seu atendimento e acolhimento de alunos com algum tipo de deficiência, além de observação da rotina de trabalho, por meio de entrevista foram colhidas falas de professores, gestores, comunidade.

Por meio de entrevista, com perguntas abertas foi possível destacar alguns pontos sobre a inclusão de alunos deficientes em escolas regular assuntos relacionados ao tema em conversa aberta e reflexiva a realidade de cada entrevistado. O tamanho da amostra foi definido pelo critério de saturação no qual busca a transparência quanto aos critérios de amostragem.

### **Resultados e Discussão**

Destacamos a inclusão como tendência que visa refletir os espaços educativos como ambientes integradores que não excluam ou discriminem, pelo contrario, acolham e permitam crescimento social e intelectual de forma igualitária.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) se referem a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagens. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais especiais em algum momento de sua escolarização.

Diante destes pontos entendamos que para fortalecer a educação inclusiva se faz necessário conhecer as legislações que normatizam sua real efetivação. Em nossa atualidade as políticas públicas de atenção a este segmento, geralmente, estão circunscritas ao tripé educação, saúde e assistência social, sendo que os demais aspectos costumam ser negligenciados.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 01).





No Brasil, o atendimento educacional oferecido à população em idade, escolar deixa a desejar. No contexto das pessoas com deficiência, infelizmente, é reconhecidamente bem mais precário.

Reconhecemos que não é o bastante inserir de maneira física alunos com algum tipo de deficiência, é primordial uma estrutura adequada para o acolhimento de todos os indivíduos, tratando a acessibilidade como fundamento a ser oferecido.

Como tendência pertinente a evolução histórica do sistema educacional, podemos caracterizar a educação inclusiva como força transformativa que impulsiona a um novo contexto social.

Com tantos desafios ainda a serem superados para que todos os alunos recebam oportunidades iguais de crescimento intelectual e social, considerando as limitações individuais de cada indivíduo fundamentamos a modalidade inclusiva como modalidade ainda exclusiva, considerando todos os pontos e contextos hoje encontrados em nossa atualidade.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Abordamos a inclusão de alunos deficientes em escolas regulares, entendendo que se trata de um assunto que requer bastante discussão. Ao longo da história da humanidade, constata-se que houve uma radical mudança nos tratamentos dispensados às pessoas com deficiência. O reconhecimento como sujeito possuintes dos mesmos direitos, entretanto, só ocorreu recentemente.

285

O principal marco da mudança de comportamento de nossa sociedade no tratamento e inclusão de deficientes guarda relação estrita com as duas Grandes Guerras Mundiais, pois foram responsáveis pelo significativo aumento de representantes nesse segmento; porém, na atualidade, os acidentes de trânsito assumiram esta função, aumentando, indiretamente, o poder político, de atuação e de persuasão desse segmento.

Para a pesquisadora, a elaboração desta monografia constituiu excelente oportunidade para refletir sobre a diversidade humana e seus impactos na sociedade, tratando a diversidade como possibilidade riquíssima de desenvolvimento humano.

Ao lado disso, porém não secundariamente, pôde compreender um pouquinho mais os pleitos e abstrações dos cidadãos com deficiência, que, durante os contatos e entrevistas mantidos com alguns portadores de deficiência, disseram se sentir como pertencentes a um universo paralelo, gerenciado e tutelado pela elite do universo oficial, majoritário, que ainda





teima em decidir os assuntos de seu mais puro e estrito interesse, sem consultá-los de fato e de direito.

Destacamos ainda que, esta sociedade inclusiva, e por isto justa, fraterna e igualitária, que toda sociedade almeja, depende de leis e de normas jurídicas fundamentadas na Constituição, feitas em momentos de inspiração jurídica e com a colaboração e o conhecimento das pessoas com deficiência. Igualmente, depende de políticas públicas eficientes, mas, principalmente, depende da boa vontade e perseverança de todos os cidadãos na busca do bem comum.

Na verdade podemos dizer que ainda é uma semente germinando, e cabe à sociedade abrir espaços para discussões promovedoras de evolução.

### Referências

ANDRADE, Denise Lapolla de Paula Aguiar. **Portadores de deficiência: sujeitos de direitos.** Revista do Ministério Público do Trabalho, a.10, n.9, p.55-62, 2000. p.55.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. 31.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 914, de 06/09/1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Legislação Federal Básica do Ministério da Justiça. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do.** Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. São Paulo, cap. III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Saraiva, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

DECLARAÇÃO de **Salamanca** e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos:** o direito do trabalho, uma ação afirmativa. São Paulo: LTr, 2006. p. 287.

LORENTZ, Lutiana Nacur. **A norma da igualdade e o trabalho das pessoas portadoras de deficiência.** São Paulo: LTr, 2006, p. 31.

LUFT, Celso Pedro, **Minidicionário Luf:** São Paulo: Atica, 2002. p.688.

ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Assembléia Geral das Nações Unidas, 06 dez. 2006.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006. 318 p.





## EDUCAÇÃO INFANTIL: BRINCADEIRAS E INFLUÊNCIAS DO CONTEXTO SOCIAL

Marina Carla da Cruz Queiroz

Ilda Neta Silva de Almeida

Ivanildes da Glória Nunes da Cruz

**Resumo:** Este artigo apresenta uma análise no papel do brincar no processo de construção de conhecimentos na Educação Infantil e as influências dos contextos sociais na construção de culturas infantis. Buscou-se compreender a brincadeira como manifestação cultural produzida coletivamente por grupos de crianças, com objetivo de pesquisar a relação das brincadeiras com a formação social, cultural, cognitiva, afetiva e corpórea nas múltiplas dimensões que as formam com os seres humanos. A pesquisa foi desenvolvida por meio levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa. As conclusões indicam que o brincar é um espaço privilegiado de produção cultural da infância, pela possibilidade que a criança experimente, reproduza e recrie a realidade e suas regras.

**Palavras-chaves:** Brincar. Educação Infantil. Contextos Sociais.

### Introdução

Diante do cenário atual cada vez mais a brincadeira tem ganhado destaque na psicologia Histórico-cultural destacando o brincar como favorável ao desenvolvimento e humanização, visto que a capacidade simbólica, o ser humano cria cultura e se distingue dos animais.

Cabe ao professor compreender a brincadeira como manifestação cultural produzida coletivamente pelo grupo de crianças oportunizando estratégias metodológicas que possibilitem uma aprendizagem significativa e integral para crianças a partir do brincar. A ludicidade possibilita ao professorado levar a criança a uma aproximação e compreensão dos diferentes contextos socioculturais, visto que crianças de grupos sociais distintos se relacionam e constroem cultura brincando.

O brincar se constituem sob condições bem distintas, significados e modos, por isso a necessidade de considerar as condições externas e internas, além de relacionar a condicionantes estruturais e contextuais a partir de experiências individuais e coletivas.

### BRINCADEIRAS E RELAÇÕES SOCIAIS

A escola como importante espaço que oportuniza modos diferentes de pensar o processo de contribuir na construção do sujeito em suas dimensões e desafios. Quando os professores inserem em sua didática os jogos e brincadeiras ele esta oportunizando que as crianças criam significados e sentido no momento da construção do conhecimento.

Azola, Santos (2010) salienta que:





Os jogos por serem instrumentos, quando orientados, lúdicos e prazerosos vêm realmente contribuir enquanto recurso utilizado pelo professor para o desenvolvimento de noções matemáticas na educação infantil, pois a criança aprende enquanto brinca e isto é fato presente durante qualquer infância. Com o jogo, o aluno além da interação com o colega, desenvolve a memória, a linguagem, a atenção, a percepção, a criatividade e a reflexão para a ação. (AZOLA, SANTOS, 2010, p. 47).

Vygotsky (1991) destaca que, toda brincadeira se define por possuir regras, o fazer de conta, ainda que não tenha regras fixas e definidas a priori seguem regras de comportamento social, as quais fornecem as bases para as ações no interior da brincadeira. Segundo Grigorine (2012);

Brincar é um ato prazeroso, espontâneo e está presente em todas as fases de crescimento das crianças. Através da brincadeira, diferentes formas de convivência e socialização manifestam-se na medida em que o outro e com o ambiente. (GRIGORINE, 2012, p. 19).

Nessa perspectiva, Maluf ressalta a importância da brincadeira na educação infantil.

Quando brincamos exercitamos nossas potencialidades, provocamos o funcionamento do pensamento, adquirimos conhecimento sem estresse ou medo, desenvolvemos a sociabilidade, cultivamos a sensibilidade, nós desenvolvemos intelectualmente, socialmente e emocionalmente. (MALUF 2007, p. 21)

Partindo das relações sociais o referencial Curricular da Educação Infantil traz a importância do brincar na educação infantil e as contribuições do contexto social o qual estão inseridos:

288

Educa significa, portanto, propiciar situações de cuidados brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integral e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeitando e confiança e o acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplo da realidade social e cultural.

## Resultados e Discussão

Partindo da relevância da brincadeira na fase da infância Borba ressalta que o fato de que, ao brincar, as crianças não reproduzem simplesmente a realidade tal qual ela é apresentada pelos adultos, mas a interpretam e transformam geram suas relações, interações, estatutos e posições no interior do grupo.

Por isso, para Ferreira (2002), brincar é, sobretudo, um processo social que requer que as crianças se posicionem frente valores, regras sociais externas e internas instituídas. Para Florestan, as diferenças sociais não impedem que crianças brinquem juntas, segundo o autor é o desejo de brincar o que permite superar as diferenças e engendrar a construção de relações democráticas, daí a importância de se relacionarem a partir do brincar.







### Considerações Finais

A partir da pesquisa podemos concluir que o brincar tem um papel de expressar os diferentes contextos sociais e suas particularidades, construindo relações democráticas e saudáveis entre as crianças.

O brincar na escola não somente promover um desenvolvimento físico mas possibilita condições para construção de relações de amizade na infância, uma formação .

Social, cultural, afetiva e cognitiva, possibilitando a criança reproduzir e recriar a realidade a qual o cerca.

### Referências

- ARENHART, Deise. Culturas infantis e desigualdades sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- AZOLA, Larisse de Fátima Lopes; SANTOS, Maria Cristina Gonçalves. Jogos na educação infantil. 2010. 50f. Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais.
- BATISTA, Nailson dos Anjos. O ensino da matemática na educação infantil através das atividades Lúdicas. 2012. 29f. Grupo educacional Uninter, Macapá.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998. V.2.
- BORBA, A.M. Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar. Niterói: UFF, 2004 (Tese de doutorado).
- FERREIRA, M.M.M. A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos- As crianças como autores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no cotidiano de um jardim de infância. Porto: Universidade do Porto, 2002 (Tese de doutorado).
- GRIGORINE, Ana Cristina de Souza. A utilização de jogos como estratégia no processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. 2012. 35f. Universidade Gama Filho, Brasília.
- MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Brincar, prazer e aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984





## A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA JOANA BATISTA CORDEIRO.

Marisa Silva de Oliveira

Barbara Doukay Campanini

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência do Programa Bolsa Família no processo de ensino aprendizagem de alunos da 1ª série do Ensino Médio do ponto de vista dos beneficiários, coordenação e direção do Colégio Estadual Professora Joana Batista Cordeiro na cidade de Arraias/Tocantins. Para tanto, procurou-se discutir o Bolsa Família enquanto programa de transferência de renda que visa dar oportunidade as famílias que vivem na pobreza e pobreza extrema de viverem com o mínimo de dignidade. Os dados que deram base para a abordagem qualitativa foram obtidos por meio de entrevista com seis famílias beneficiárias sete professores regentes e com a diretora da referida instituição. Os resultados obtidos demonstram que economicamente o recebimento do benefício trouxe melhoras significativas para essas famílias em relação à educação e a saúde, pois propiciou uma melhor qualidade de vida. No entanto, no que compete ao processo de ensino e aprendizagem percebe-se que a frequência escolar por si só não se constitui fator preponderante para o alcance de um desempenho escolar satisfatório. Assim sendo, a presente pesquisa visa contribuir no sentido de saber como anda a produtividade desses alunos e pode servir de base para melhorar a eficiência do programa nesse aspecto.

**Palavras-chave:** Bolsa Família, Ensino e Aprendizagem, Benefício.

### INTRODUÇÃO

O Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal, foi implantado em 2003 para apoiar famílias que vivem na pobreza e pobreza extrema oportunizando a essas pessoas o acesso a saúde e educação de maneira direta e condicionada, onde serão atendidas as famílias que vivem em extrema pobreza com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais). No entanto, para receber o benefício essas famílias precisam cumprir algumas condicionalidades.

No que compete a educação exige-se que a família beneficiária mantenha matriculada e frequentando com no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino e informar sempre que ocorrer mudança de escola. Na área da saúde exige-se que as gestantes e nutrízes estejam inscritas no pré-natal e compareçam às consultas na unidade de saúde, que participem das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável. Para quem tem filhos menores de 07 anos precisam manter atualizado o calendário de imunização, levar as crianças às unidades de saúde para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento.

Vale ressaltar aqui que esse é um programa bastante elogiado e citado como exemplo pelas Nações Unidas no que compete à erradicação da pobreza dando um mínimo de





dignidade as famílias que vivem na pobreza e pobreza extrema, sendo considerado como ação positiva do estado e que partir da sua implantação houve uma significativa redução da pobreza absoluta entre os brasileiros.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que compete à pesquisa em Educação, a abordagem qualitativa propicia um entendimento melhor, quanto ao comportamento e atitudes dos sujeitos objetos da pesquisa. A respeito dessa abordagem qualitativa, Kauark, Manhães e Medeiros abordam que:

[...] Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS, 2010, p.26)

Nesse contexto, a metodologia escolhida para realização deste trabalho assumirá esse caráter posto que se pretende analisar os fatos pesquisados na perspectiva dos sujeitos para em seguida interpretá-los.

Para a coleta de informações será utilizado como instrumento de pesquisa o questionário, pois o mesmo possibilita um aprofundamento maior em relação ao que se quer saber e também agrega uma quantidade maior de entrevistados e será constituído de perguntas abertas, onde o informante terá uma maior liberdade para responder. Foram aplicados a seis famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sete professores regentes e também para o Diretor Escolar.

291

## A INFLUÊNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO JOANA BATISTA CORDEIRO.

O Programa Bolsa Família tem como uma das condicionalidades é a frequência escolar dos alunos (as) beneficiários (as). De acordo com Reis e Silva (s.d, p. 05) “Neste contexto, as condicionalidades foram criadas para que as famílias beneficiadas também tivessem que fazer a sua parte para merecer o benefício recebido, ou seja, dessem uma contrapartida ao que estavam recebendo”. No que compete a Educação os alunos precisam estar frequentando a escola para assim estar cumprindo uma das condicionalidades para o recebimento do benefício. Nesse aspecto é importante tentar entender até onde essa frequência influencia no processo de apropriação do conhecimento dos mesmos, haja vista que em alguns





casos, aliada a falta de recursos financeiros também há questões que permeiam o ambiente familiar como é o caso de violência, alcoolismo entre outros que dificulta esse processo.

### **O Bolsa Família na perspectiva dos beneficiários.**

A partir de agora passamos então a apresentação e análise dos dados coletados com as famílias beneficiárias do referido programa.

#### **Questão 1 – Há quantos anos é beneficiário (a) do Programa Bolsa Família (PBF)?**

*F1 – Aproximadamente 10 (dez) anos.*

*F2 – 5 (cinco) anos.*

*F3 – 15 (quinze) anos.*

*F4 – Há mais ou menos 5 (cinco) anos.*

*F5 – 10 (dez) anos.*

*F6 – Á mais ou menos uns 10 (dez) anos.*

De acordo com esses dados percebe-se que as maiorias das famílias já estão a algum tempo dentro do programa. Sobre esse aspecto podemos concluir que se houvesse uma política mais efetiva no sentido de incentivar as mesmas a buscarem meios com os quais pudessem sobreviver talvez já não estivessem mais ocupando vagas e assim dando oportunidade a outras famílias que também precisam deste benefício. Dessa forma é preciso dar possibilidades de emancipação desses sujeitos para que os mesmos possam ter condições de caminhar de forma a não depender do programa.

#### **Questão 2 – De forma geral como é utilizado o benefício?**

*F1 – Na alimentação das crianças e compra de materiais escolares.*

*F2 – Pagar conta de água, luz e compra de materiais.*

*F3 – Material escolar.*

*F4 – Nas despesas mensais e no bem-estar das crianças.*

*F5 – Para alimentação e saúde.*

*F6 – Na compra de alimentos, gás, água, luz, aluguel e etc.*

Esses dados apontam que todas as famílias entrevistadas utilizam o benefício de forma a dar certo conforto aos beneficiários, o que é bastante plausível já que o PBF foi instituído justamente para dar um pouco de dignidade a essas pessoas que estão ali à margem da sociedade e assim terem oportunidade de viverem de forma um pouco mais decente. De acordo com o art. 4º da Lei Nº. 10.836/2004 são objetivos básicos do PBF com relação aos seus beneficiários:

I - Promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, educação e assistência social; II - Combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; III- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV- Combater a pobreza; e V- Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público (BRASIL, 2004).





Percebe-se também que é pouco, mas já faz uma diferença grande para quem quase não tem nada.

### **3- Como é a frequência dos (as) beneficiários (as) desse programa em sua residência?**

*F1 – A maior possível, embora acho que o PBF deva cobrar também o desempenho escolar.*

*F2 – Frequente.*

*F3 – Todos os três são frequentes.*

*F4 – Boa.*

*F5 – Frequenta diariamente corretamente, mas em casos de falta é justificada.*

*F6 – Boa, ou seja, sempre acima de 85%. Às vezes quando falta, imediatamente é justificada por mim ou através de atestado médico.*

Sendo uma das condicionalidades do PBF a frequência escolar é uma das maiores preocupações das famílias entrevistadas, pois se o aluno beneficiário não justifica suas faltas sua frequência pode ficar abaixo do permitido que é de 85%, que pode acarretar em alguns casos a suspensão do benefício. De acordo com Da Dalt e Brandão (2011, p. 04) “Trata-se de uma perspectiva que vai na contramão do que seria o processo de empoderamento familiar a partir de sua inclusão no PBF, e do que deveria se constituir no aproveitamento escolar do educando, e não apenas em sua permanência na escola”.

### **O Bolsa Família na perspectiva dos professores.**

293

Na questão: Como é o interesse desses alunos quando estão na sala de aula?

*Prof. A: Não existe diferença*

*Prof. B: São bons, pois alguns tentam aprender, mesmo com a dificuldade.*

*Prof. C: Muitos alunos não possuem interesse e compromisso, com o que é trabalhado em sala de aula.*

*Prof. D: Não apresentam grande interesse.*

*Prof. E: O interesse dos alunos em geral é muito pouco.*

*Prof. F:*

*Prof. G: O interesse nas aulas não tem nenhuma relação com o programa.*

Nessa questão nota-se que não há relação entre ser ou não beneficiário do PBF no que tange ao interesse em aprender. A motivação vem de outros aspectos dentre eles a prática do professor, a compreensão que a educação pode ser um dos meios para sair da zona de pobreza por permitir ao indivíduo, além da possibilidade de entrar no mercado de trabalho, o conhecimento dos direitos e deveres o que torna o cidadão capaz de exigir seus direitos.

Os pais participam ativamente da vida escolar dos filhos beneficiários do PBF?

*Prof. A: Só alguns, uma pequena parte.*

*Prof. B: Nem sempre.*

*Prof. C: Acredito que não, muitos pais são ausentes da vida escolar do filho.*

*Prof. D: No meu ver, não.*

*Prof. E: Não tenho conhecimento.*

*Prof. F: Não. Muitas vezes, nem sequer comparecem as reuniões de pais.*

*Prof. G: Não, só reclamam quando não recebem o bolsa família porque o aluno deixou de vir para a escola.*





A participação na vida escolar dos filhos é algo extremamente importante, no entanto, os pais em sua maioria não conseguem perceber essa importância, sendo que é comum as escolas reclamarem da falta da frequência dos alunos, talvez por falta de conhecimentos ou mesmo pelo fato da própria escola não conseguir trazê-los para a vivência escolar.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Esse trabalho objetivou trazer algumas concepções a respeito do Bolsa Família na visão dos beneficiários, professores e direção no que tange ao desempenho escolar dos alunos da 1ª série do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Joana Batista Cordeiro do município de Arraias –TO.

Em um primeiro aspecto a pesquisa demonstrou que houve uma melhora significativa na qualidade de vida dessas famílias que puderam planejar melhor o futuro e assim manter os filhos na escola cumprindo uma das condicionalidades. Em contrapartida, percebeu-se também que essas famílias não estão sendo estimuladas a buscarem sua autonomia para assim saírem do programa e darem lugar a outras famílias que também precisam.

Com relação à Educação, por se tratar de alunos que estão no Ensino Médio, a pesquisa nos trouxe que a evasão escolar tem diminuído e que o programa é um incentivo maior no sentido de manter esses alunos na escola.

No que tange ao aspecto do rendimento escolar a partir dos dados obtidos verificou-se que em muitos casos a frequência por si só não foi capaz de fazer com que esses alunos obtivessem uma produtividade expressiva mesmo estando todos os dias em contato com conhecimentos que estão sendo ofertados na sala de aula e que a escola sente falta dessa parceria com a família no sentido de caminharem juntas para assim terem um sucesso maior no que compete ao desempenho escolar dos seus filhos. Sobre esse aspecto há de haver uma conscientização como um todo de que pela via da educação é possível emancipar-se da condição de pobreza.

Nesse sentido, devemos ter em mente é de que o PBF por si só não resolverá problemas sociais latentes em nosso país, principalmente aqueles relacionados à educação escolar. Contudo, só de estar tentando amenizar a situação de pobreza e miséria de muitas famílias já é bastante louvável e que o desempenho desses alunos tem muito haver também com a escola, com prática do professor e com a compreensão de que só através de uma





educação de qualidade é que esses alunos terão oportunidade de saírem do subdesenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOURA, Silvia Adriane Tavares. **Nas palmas da capoeira: Resistência Cultural Pela Chapada dos Negros em Arraias/TO (1984 a 2012).** 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de História, Goiânia, 2012. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_arquivos/16/TDE-2013-12-19T160302Z-1508/Publico/SILVIA%20ADRIANE%20TAVARES%20MOURA.pdf](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/16/TDE-2013-12-19T160302Z-1508/Publico/SILVIA%20ADRIANE%20TAVARES%20MOURA.pdf)>. Acesso em 24 jun. 2014.

COSTA, Magda Sueli Pereira. **Educação e cultura de Arraias.** 1. ed. Palmas: Secretaria Municipal de Educação (SECOM). 2004. 172 p.

<http://seduc.to.gov.br/noticia/2017/3/24/colégio-contemplado-com-ensino-medio-em-tempo-integral-de-arraias-recebe-equipe-da-seduc/>

REIS, Cristiane Queiroz; SILVA, Lucimeiry Batista da. **Análise da aplicação do programa bolsa família sob a perspectiva dos beneficiários no município de Pombal/Pb.** Disponível em < <http://biblioteca.virtual.ufpb.br>> Acesso em 08 Nov. 2017.

OLIVEIRA, Carlos Santos. **Programa Bolsa Família: Efeitos no desempenho escolar e na superação da vulnerabilidade social de beneficiários em Feira de Santana-BA (2006-2012).** Disponível em < <http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-carlos-santos-oliveira-2014.pdf>> Acesso em 08 Nov. 2017.

295

BRANDÃO, André; DALT, Salete Da. **Os efeitos do PBF na educação: o que pensam professores, diretores e coordenadores?** Disponível em < [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br)> Acesso em 08 Nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 292.

BRASIL. **Condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Disponível em < <http://consultabolsafamilia.com.br/quais-condicionalidades-bolsa-familia/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático.** Itabuna: Via Litterarum, 2010.





## O IMPACTO DA POBREZA NO DESEMPENHO ESCOLAR DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR – UNIDADE IV

Marisdalva Ribeiro da Silva

Gloriete Marques Alves Hilário

**Resumo:** O presente artigo discute os impactos da pobreza no ensino aprendizagem do Colégio da Polícia Militar Unidade IV, fazendo uma relação com a eficácia do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o desempenho escolar dos alunos beneficiários entre 6º e 9º anos. Analisou-se os resultados escolares acompanhando o rendimento escolar dos alunos beneficiários através do Sistema de Gerenciamento Escolar do Tocantins e do Projeto Político Pedagógico. A pesquisa observa a eficácia do PBF na diminuição do índice de reprovação escolar, além do seu papel de resgate da dignidade e cidadania dos alunos beneficiários.

**Palavras-chave:** Educação; Pobreza; Programa Bolsa Família

### Introdução

A implantação do CPM-IV em Arraias no início de 2017, firmada através da parceria entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação Juventude e Esporte e Comando Geral da Polícia Militar do Tocantins, possibilitou a concretização de um novo projeto educacional que, complementando a história de sucesso percorrida pela Escola Estadual Jacy Alves de Barros, traz em sua filosofia os princípios basilares para o exercício da cidadania, visando o desenvolvimento dos valores morais, éticos e cívicos no aluno.

A escola baseia-se no princípio da organização, respeito, responsabilidade e disciplina são fatores determinantes no cotidiano escolar, favorecendo o ambiente para a aprendizagem. Na rotina diária do CPM-IV, os alunos são recebidos no pátio da escola e organizados em pelotões por turma para a chamada. O civismo é um dos valores exaltados no Colégio por meio do hasteamento/arreamento das Bandeiras Nacional e do Tocantins na quadra esportiva e em seguida os alunos são conduzidos para sala de aula pelos militares.

Nesse sentido os alunos assumem posições de liderança, através do comando da chefia de turma, sendo semanalmente substituídos, respeitando a ordem alfabética da lista de frequência. Aos alunos chefes de turmas são atribuídas algumas responsabilidades como a de manter a disciplina em sala de aula na ausência do professor, apresentar a turma para o professor informando o quantitativo dos alunos presentes e faltosos do dia. Tais atitudes propiciam o desenvolvimento da disciplina consciente, da comunicação oral e das relações interpessoais no ambiente escolar. A organização das salas de aula fica sob a responsabilidade de cada turma, uma vez que no final de cada turno é realizada a conferência das mesmas.







A dinâmica de trabalho do Colégio da Polícia Militar do Estado do Tocantins é diferenciada das demais Escolas da Rede Pública ou particular, seguindo alguns procedimentos dos Colégios Militares Brasileiros. A linha orientadora da ação educativa do Colégio da Polícia Militar do Estado do Tocantins – Unidade IV, nas suas vertentes pedagógica, militar, ética e cultural, tem como finalidade assegurar a coerência e a unidade da ação educativa de aprendizagem com qualidade e a disciplina do corpo discente.

### **1. O impacto da pobreza no desempenho escolar do Colégio da Polícia Militar – Unidade IV**

Analisando a rotina do Colégio da Polícia Militar - Unidade IV – CPM IV é reconhecido pela comunidade escolar a existência da pobreza e das desigualdades sociais no contexto educacional. No Módulo Introdutório do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, intitulado Pobreza, Desigualdades e Educação, diz Miguel Arroyo (2014, p.6):

É necessário perceber que a pobreza nos cerca: ela persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Nas salas de aula, essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres.

297

Diante da realidade vivida pelos alunos, cabe a pergunta: de que forma a pobreza e a desigualdade social atinge o desempenho escolar no Colégio da Polícia Militar – Unidade IV? Esse questionamento norteará um estudo de caso possibilitando uma reflexão sobre o tema, vislumbrando ações de erradicação da pobreza e desigualdades sociais no contexto ensino e aprendizagem.

De acordo com a Secretaria do CPM-IV, a escola presencia no seu cotidiano vários alunos pobres, que vivem nos limites da sobrevivência. Com o quantitativo de duzentos e sessenta e seis alunos matriculados, entre as séries do 6º ao 9º ano nos turnos matutinos e vespertinos sendo que cento e vinte e três dos alunos estão cadastrados no Programa Bolsa Família.

Após um estudo nos documentos dos alunos do Colégio da Polícia Militar - Unidade IV (CPM - IV), através do Sistema de Gestão Escolar do Tocantins, observei que sessenta e oito dos alunos cadastrados no Programa Bolsa Família estão com notas abaixo da média (7,00) no final do terceiro bimestre, levando em consideração que ainda não se concluiu o ano letivo.





Quantidade de alunos	Disciplinas abaixo da média
30	Entre 1 e 2 disciplinas
24	Entre 3 e 4 disciplinas
11	Entre 5 e 6 disciplinas
03	Entre 7 e 8 disciplinas

Segundo as informações da secretaria do CPM IV as disciplinas com maior índice de dificuldades encontradas pelos alunos é Matemática seguido por Língua Portuguesa e Língua Inglesa, sendo oferecido aos alunos o reforço nas duas primeiras disciplinas citadas através do Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

Apesar do empenho das escolas em diminuir o baixo rendimento nas disciplinas citadas, alguns alunos ainda têm dificuldades, principalmente aqueles com famílias desconstruídas, vivendo em condições de extrema pobreza, “ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeito, como portadores de direitos (DAGNINO, 2000, p. 82).

Cotidianamente o Colégio se depara com situações que fogem dos direitos garantidos: Alunos da zona rural tem direito ao transporte escolar, porém muitos tem um percurso de até duas horas para chegar a escola, tendo necessariamente alterados os horários de saída e chegada de suas residências, sendo que muitos chegam ao colégio sem o café da manhã e só vão almoçar depois das quatorze horas, é comum à esses alunos, chegarem com os uniformes sujos, as vezes sentem –se enfraquecidos durante as aulas devido a fome, onde os mesmos tentam encobrir suas necessidades com a desculpa de dor de cabeça ou dor no estômago. Em contrapartida a escola apesar do pouco recurso para merenda escolar, tem sempre algum lanche para oferecer, dando prioridade a esses alunos à repetição da merenda.

De certa forma o Programa atende milhões de brasileiros que os possibilitam sobreviver, porém está longe de ser um programa de erradicação da pobreza, pois conforme exposto anteriormente os indivíduos precisam mais do que recursos materiais, precisam ter dignidade, auto respeito, autonomia e não apenas serem **assistidos** do governo. Na prática o





Estado consegue garantir a sobrevivência dos indivíduos em sua quase totalidade, porém ainda estaria muito longe de atender os preceitos constitucional dos que dela necessitam para torná-los cidadãos. A cidadania vai muito além do direito à uma cesta básica economicamente calculada e padronizada.

O Módulo III do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, intitulado **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza** de Lúcia Helena Alvarez Leite inicia-se com um vídeo denominado **Ciço**, onde de acordo a perspectiva do lavrador Antônio Cícero de Sousa, ela faz uma relação com a educação e a pobreza, nos instigando a refletir sobre o papel da escola para as camadas populares, ressaltando que a educação é muito abrangente e vai muito além dos muros de uma escola, pois a mesma acontece em vários grupos sociais como a familiar, profissional, cultural, religioso entre outros.

Analisando essa temática percebo que o Colégio da Polícia Militar é um local de aprendizagem, porém a educação de verdade vem do informal, do cotidiano de cada um, dos grupos que frequentam, das pessoas que lhes acompanham, porém vejo também que cada dia mais a família vêm se omitindo da responsabilidade de educar os seus descendentes, deixando esse papel para a escola.

A escola tendo como base a disciplina disponibiliza-se de uma Coordenação disciplinar, além de uma psicopedagoga e de uma assistente social, que vem fazendo um trabalho de extrema importância aos alunos que atende alunos com dificuldades no aprendizado e de adaptação as regras estabelecidas, levando em consideração a fragilidade de algumas crianças e adolescentes por inúmeros motivos, cabe a essa equipe ouvir as dificuldades encontradas pelos educandos no âmbito escolar, familiar e social, procurando meios para solucionar e oferecer uma melhor qualidade de vida. Para tanto além de atender aos alunos, a equipe faz visitas às famílias, com o objetivo de conhecer melhor a realidade vivida pelos alunos. Detectado, os problemas são levados a equipe escolar que juntos buscam possíveis soluções.

### Conclusão

A presente pesquisa observou que o PBF de fato diminui o índice de reprovação escolar, mas que ainda não é suficiente para que os alunos vivam com dignidade e cidadania, que mais que um Programa de erradicação de pobreza e a desigualdade social, o Brasil precisa





de bases curriculares flexíveis, que atenda às necessidades de diferentes grupos sociais respeitando o seu capital cultural.

Vários são as dificuldades encontradas por profissionais do CPM IV para relacionar pobreza e currículo, e também perceber como a pobreza é abordada nos documentos legais que orientam o currículo na escola. Se analisarmos as Diretrizes Curriculares de Educação Básica e as Diretrizes Curriculares de Formação Docente, perceberemos que as referências à pobreza estão diretamente ligadas ao papel da educação como um dos elementos fundamentais para combatê-la; porém, continua não havendo lugar para as vivências da pobreza e para a discussão da sua produção histórica no âmbito escolar.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (FREIRE, 1987, p. 16).

O Colégio da Polícia Militar Unidade IV tem enfrentado o desafio em desmistificar o ditado de que a **pobreza é inevitável**, acreditando que uma boa educação é aquela que não apenas escolariza mas que se preocupa com a formação de alunos disciplinados, conscientes e participativos, que façam escolhas inteligentes junto aos nossos governantes, pois o Brasil é um país de grandes possibilidades econômicas, precisamos de bons governantes para reorganizar a política nacional, que favoreça de fato ao bem estar social.

300

### Referências

ARROYO, Miguel González. Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>>. Acesso em: 03 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Módulo IV. Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-4/index.html>>. Acesso em: 06 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 04 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 1. 144/2016 de 10 de Outubro de 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category\\_slug=outubro-2016pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 04 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acessado em 04 out 2017

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível





superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Portal MEC. Brasília: MEC/CNE/CP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DAGNINO, Evelina. "Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana", In: Alvarez, Sonia E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (orgs.), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

EMERIQUE, Lilian Balmant. Neoconstitucionalismo e direitos sociais: um contributo para a luta contra a pobreza. Rio de Janeiro: FAPERJ, Freitas Bastos, 2009.

FORTES, Erasto. Módulo II. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-2/index.html>>. Acesso em: 04 out. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEITE, Lucia Helena Alvarez. Módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html>. Acesso em outubro de 2017

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Módulo I. Pobreza e cidadania. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/index.html>>. Acesso em: 04 out. 2017.

## ESCOLAS MULTISSERIADAS TEM SUAS PRÁTICAS RESSIGNIFICADAS POR PLANEJAMENTOS COLETIVOS A PARTIR DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

301

Maristela dos Santos Mousinho

Maria Aparecida Martins da Silva Nogueira

Vanessa Pereira Costa

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma experiência exitosa do planejamento coletivo realizado por 07 escolas multisseriadas da Rede Municipal de Araguatins – TO, pois trabalham na perspectiva da sequência didática, conforme orienta o programa de formação do Ministério da Educação Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Com a finalidade de organizar o trabalho pedagógico das turmas multisseriadas na Rede Municipal de Ensino de Araguatins e promover qualidade no ensino aprendizagem dos alunos destas escolas, a SEMED através da Supervisão Escolar elaborou um cronograma de encontros onde os professores se reúnem mensalmente na Secretaria de Educação com a mediação e orientação da equipe de Supervisão para construir um planejamento coletivo que será aplicado nas turmas durante o mês. Esse planejamento é organizado em forma de sequência didática interdisciplinar que busca atender a todos os níveis de aprendizagem da turma. Este trabalho vem contribuindo para melhoria do ensino e concomitante induzindo aos professores de localidades diferentes trocar experiências, contribuir com mais efetividade no processo de aquisição de conhecimentos dos alunos e conseqüentemente adquirir maior informação sobre sua prática. Como culminância será realizado ao final do ano, um Seminário onde serão apresentados os trabalhos exitosos e seus resultados.

**Palavras-Chave:** Planejamento coletivo. Sequência didática.

### Introdução

A Rede Municipal de Ensino de Araguatins localizada ao norte do Estado do Tocantins atualmente conta com 21 unidades escolares, sendo 4 localizadas na zona urbana e





17 unidades localizadas na zona rural. Vigora na Rede de ensino a estratégia de matrícula aprovada pelo Conselho Municipal de Educação através da Resolução nº 08/2016, a qual disciplina que o mínimo de alunos por turma é de 15 alunos.

No entanto, dentre as 17 escolas contamos com 7 que atuam com o modelo organizacional de multisseriação devido ao município ser extenso em território e pouco povoado em determinadas áreas, não sendo possível, portanto, a formação de turmas regulares nestas 7 escolas. Para que esses alunos não ficassem fora da escola e não passassem boa parte do seu tempo em transportes escolares, a alternativa adotada para atender a esse público foi agrupar os alunos numa mesma turma, atendendo crianças da Educação Infantil, os quais estejam na pré-escola ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Esse modelo de organização de ensino vista como muito antiga é uma prática em muitos municípios desta região e neste contexto, o grande desafio dos professores de turmas multisseriadas é realizar um planejamento que atenda a grande diversidade em sala de aula, visto que são unidocentes, ou seja, professores que trabalham sozinhos nas suas unidades escolares dificultando assim a troca de experiências, a socialização dos resultados obtidos e as dificuldades encontradas no trabalho diário.

Assim a Secretaria Municipal de Educação vem realizando projeto envolvendo essas 7 escolas para realizarem o planejamento coletivo a partir de sequência didática tendo como principal objetivo o alinhamento destes planejamentos a partir da BNCC e do Referencial Curricular do Programa Circuito Campeão bem como a troca de experiências através de momentos de socialização e levar os professores a se apropriarem dessa modalidade de planejamento, pois, trata-se de um trabalho pedagógico sequencial e organizado em que um conteúdo específico é trabalhado em passos e etapas. Objetiva também o trabalho interdisciplinar a partir de temas da realidade em que a comunidade está inserida para facilitar a melhor compreensão pelos alunos e garantir a qualidade no ensino aprendizagem.

Como culminância deste projeto, foi projetado para o mês de dezembro do ano em curso, um seminário para apresentação das experiências exitosas alcançadas por estas turmas diante do que foi planejado e executado e apresentação dos resultados.

### **Reflexões sobre o modelo organizacional de multisseriação**

As escolas localizadas na zona rural têm características próprias e por motivos geográficos são áreas que possui menor densidade demográfica e conseqüentemente o número de matrículas é menores. Essa realidade é presente em muitas regiões principalmente nas





regiões norte e nordeste. O Censo Escolar de 2011 do INEP/MEC, nos revela que somavam cerca de 45.716 turmas multisseriadas do Ensino Fundamental, no Brasil.

As classes multisseriadas buscam agregar todos os alunos matriculados na unidade escolar independente dos níveis de aprendizagem em uma única sala que, por sua vez, tem como responsável um único professor.

Devido a multisseriação, a qualidade no ensino aprendizagem acaba sendo prejudicada, tendo em vista que o professor é unidocente e atende alunos da Educação Infantil na Pré-Escola ao 5º ano do Ensino Fundamental, e neste contexto seu desdobramento em planejar e executar chega a ser exaustivo.

Para MOURA & SANTOS essa organização de ensino é uma anomalia:

“tratada nas últimas décadas como anomalia do sistema, uma praga que deveria ser exterminada para dar lugar às classes seriadas tal qual o modelo urbano, este modelo de organização escolar/curricular tem resistido”.( Moura & santos, 2011, p.5)

Analisando essa organização observamos que tal “anomalia” vem sendo reafirmada ao longo do tempo pelo baixo desempenho das escolas do campo e que neste espaço é predominantemente composto por classes multisseriadas.

Há estudos desde 2002 (HAGE, GEPERUAZ) que indicam alguns fatores que estão ligados diretamente ao baixo desempenho do ensino do campo/ classes multissériadas, os quais vão desde a falta de um espaço físico adequado, como falta de energia elétrica, água encanada, banheiros adequados, acompanhamento pedagógico regular, formação específica e adequação curricular dentre outros.

Objetivando em diminuir algumas das dificuldades encontradas nas classes multisseriadas prioritariamente na questão pedagógica, foi pensado um modelo de plano que viesse ao encontro dos anseios tantos da equipe da SEMED, como professores e alunos. O referido plano ameniza tanto a falta de acompanhamento diário, como a troca de experiências, a formação específica e o atendimento dos diversos níveis de aprendizagem encontrados dentro das classes multisseriadas.

Como planejar é uma ação primordial para todo ser humano e em todos os momentos da nossa vida estamos planejando algo, na educação não é diferente, quando vamos organizar o que a turma deve aprender, de que forma irão aprender e como mediar essa aprendizagem partiu primeiramente do planejamento das aulas. Em uma prática educativa no campo especificamente em turmas multisseriadas esse planejamento se torna ainda mais necessário





devido a diversidade de níveis e faixa etária. A realidade das escolas do campo em especial as com turmas multisseriação é bem complexa, pois, a falta de momentos de socialização e trocas de experiências com outros profissionais e outras realidades se tornam quase que inviável.

Pensando na qualidade do ensino ministrado por esses professores e pensando em orientar sua prática, a Secretaria Municipal de Educação através da Supervisão Escolar promoveu um cronograma de encontros mensais com os professores das classes multisseriadas para que neste momento os mesmos realizassem seu planejamento para trabalhar durante o mês, com orientações, sugestões e troca de experiências objetivando maior eficácia no desempenho de suas atividades e qualidade no ensino aprendizagem.

### **Socialização do Planejamento Coletivo para classes multisseriadas**

Em busca da efetivação de uma prática pedagógica que se desenvolva com base no que orienta o programa de formação do Ministério da Educação Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, nos cadernos de estudo do 1º, 2º, 3º e escolas do campo que orienta o trabalho com projetos e sequências didáticas a partir de um tema dado. O trabalho com o planejamento coletivo teve início da seguinte forma:

É solicitado aos docentes que tragam para o encontro de planejamento o material com as matrizes de habilidades do Programa Circuito Campeão que contém as habilidades e conteúdos mínimos que deverão ser trabalhados em cada bimestre. Outro documento de referência para usar no planejamento são os direitos de aprendizagem do ciclo de alfabetização que constam nos cadernos de Língua Portuguesa do PNAIC e a BNCC. O livro didático do campo que também é uma ferramenta essencial para o planejamento da sequência didática visto que é uma fonte mais acessível a todos os alunos.

Inicialmente é discutido juntamente com os docentes qual temática será abordada no planejamento da sequência observando sempre o que o mês traz como ponto de relevância e o contexto em que as comunidades estão inseridas. São analisados os instrumentos que mostram o nível dos alunos das turmas, os quais, a partir dessa discussão são selecionados quais habilidades/ direitos de aprendizagem e conteúdos serão trabalhados na sequência didática que será planejada. São selecionados também os gêneros textuais que constam a serem trabalhados no bimestre em todos os anos/ série.

Feita a seleção, são definidas as atividades permanentes que farão parte da rotina diária nas aulas, essas atividades não deverão fugir da temática que foi pensada para a







sequência. Começa então a organização das atividades que serão divididas em momentos, analisando a quantidade de dias letivos que serão planejados e, finalmente, é feita a divisão dos momentos.

Em todos os momentos planejados é priorizado o uso de livros de literatura para o início do trabalho pois, o contato com a leitura diária possibilita a formação de alunos leitores.

Ao longo da organização é pensado os ambientes dentro e fora da escola que as atividades acontecerão e que parceiros deverão ser contatados para a realização do trabalho, outra coisa que é dado bastante enfoque é o trabalho interdisciplinar envolvendo as demais áreas do conhecimento.

O processo de construção da sequência se dá com a participação dos professores interagindo o tempo todo dando sugestões e trocando experiências. A equipe de supervisores orienta o trabalho fazendo as intervenções necessárias e também o trabalho de pesquisar na internet assuntos e textos que irá precisar para a realização das sequência nas unidades escolares.

Ao término do encontro de planejamento é feita a leitura para todos e também as considerações finais do planejamento e, para encerrar, é feita cópia da sequência para cada professor e também a cópia do material de apoio que será utilizado e que foi selecionado pelos professores.

305

### **Considerações finais**

Com esse trabalho foi possível perceber a motivação e o brilho da esperança nos olhos dos professores que planejaram coletivamente trocando experiências e interagindo com seus pares que professores, pois os mesmos trabalham com a mesma realidade, ou seja, turmas multisseriadas.

Como vimos, para se construir uma política voltada para qualidade do ensino aprendizagem das classes multisseriadas é necessário usar de todas as estratégias possíveis acreditando que o melhor pode acontecer. É importante pensar qual caminho vamos percorrer para garantir o sucesso.

Neste sentido, o planejamento coletivo a partir da sequência didática, lançado pelos Supervisores da SEMED, como uma proposta de facilitar e garantir a qualidade de ensino nas classes multisseriadas, foi bem aceita pelos professores das referidas classes, havendo participação, interação, troca de experiências e informações constantemente.





De acordo com os relatos expostos pelos professor envolvidos durante os momentos de planejamento não houve aspectos negativos no planejamento nem tão pouco na execução das sequências didáticas. Os objetivos aos poucos estão sendo alcançados, tendo em vista que ainda não foi finalizada a referida proposta, mas pode-se antecipar que a qualidade de ensino aprendizagem dos alunos envolvidos houve uma melhora substancial.

Sendo assim este movimento nos leva a pensar que uma estratégia de ensino bem pensada e que contemple a variedade de níveis de aprendizagem dos alunos sendo trabalhada em coletividade e acompanhada com eficácia, produz bons resultados e garante qualidade no ensino aprendizagem.

### Referências

BRASIL. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: projetos didáticos e sequências didáticas na educação do campo: a alfabetização nas diferentes áreas de conhecimento escolar: educação do campo: unidade 06 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa. Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as diretrizes curriculares nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização. Caderno 01. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015.

HAGE, Salomão Muffarej. Movimentos sociais do campo e afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre escolas multisseriadas na Amazônia Paraense. Revista brasileira de estudos Pedagógicos, Brasília, v.87, n.217, p302-312, set./dez.2006.

MOURA, Terciana Vidal; SANTOS, Fábio Josué Souza de. A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. Anais eletrônicos, I ENCONTRO LUSO BRASILEIRO SOBRE TRABALHO DOCENTE VI BRASILEIRO DA REDE ESTRADO. Maceió- Alagoas, 02 a 05 de novembro de 2011.





## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA POBREZA

Marisete Gonçalves

**Resumo:** O presente artigo apresenta os resultados parciais de um estudo desenvolvido sobre o Programa Bolsa Família (PBF). Tem por objetivo analisar suas principais características e importância enquanto programa de transferência de renda e instrumento de redução da pobreza. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental que tomou como referência principal a legislação que trata do PBF e relatórios oficiais sobre o mesmo além de estudos realizados por alguns autores sobre o tema. As conclusões parciais que se chegou, até o momento, é de que o Programa, apesar de ser focado na pobreza extrema, conforme afirmam alguns autores, tem sido muito importante pois tem viabilizado o acesso a bens e serviços, principalmente à alimentação, um dos direitos humanos fundamentais.

**Palavras-Chave:** Pobreza, Programas de Transferência de Renda; Bolsa Família.

### Introdução

O presente estudo tem por objetivo apresentar as principais características e a importância do Programa Bolsa Família (PBF) enquanto programa de transferência de renda e instrumento de redução da pobreza. Trata-se do Trabalho de conclusão do curso de Especialização Educação, pobreza e desigualdade.

A partir dos estudos realizados durante o curso elegeu-se a presente temática por entendermos é fundamental discutir sobre a pobreza no Brasil e as políticas e programas sociais voltados para a redução da pobreza a exemplo do Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, que atende milhões de famílias brasileiras e tem contribuído, segundo alguns estudos, para reduzir a pobreza e a pobreza extrema.

### Procedimentos metodológicos

Trata-se de estudo bibliográfico e documental. Por meio do estudo bibliográfico buscou-se compreender a questão da pobreza e dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, a partir de alguns autores, como Abreu (2011); Paiva, L. H; Falcão, T.; e Bartholo, L. (2013) a fim de entender as causas da pobreza e a importância das políticas sociais e dos programas de transferência de renda como mecanismos de redução da pobreza, capazes de garantir acesso da população pobre à alimentação e a outros bens e serviços básicos.

No que se refere aos documentos estudados, além das Leis: 10.836/2004; 12.435/2011 e Decreto Nº 5.209/2004, que tratam da assistência social e do PBF, estudou-se também alguns documentos oficiais, a exemplo do relatório produzido pelo IPEA (2013), que traz





informações importantes sobre a implementação do Programa Bolsa Família enquanto programa de redução da pobreza e das desigualdades sociais.

### **Resultados e discussões (parciais)**

Os estudos realizados até o momento sobre o tema em questão indicam que o Brasil, apesar de possuir uma Constituição chamada de Cidadã, que assegura diversos direitos sociais como saúde, educação e assistência social, a garantia desses direitos ainda está longe de ser concretizada pois milhões de pessoas estão privadas do acesso a direitos básicos como alimentação, moradia, trabalho, etc..

De acordo com o IPEA (2013) no que se refere à implementação do sistema de proteção social brasileiro, o país deve ser considerado atrasado no contexto latino-americano, pois a Lei Eloy Chaves, que marca a criação do sistema previdenciário no Brasil, data de 1923, sendo um dos mais sistemas antigos e consolidados da região. Entretanto, tal sistema tem origem contributiva, o que marcou profundamente a história da proteção social brasileira.

Apesar da criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FAPTR (posteriormente Funrural), na primeira metade da década de 1960, as fontes de financiamento que permitiram sua operacionalização surgiram apenas na primeira metade da década de 1970. Foi também apenas nesta década que surgiram os primeiros benefícios assistenciais voltados para idosos e deficientes em situação de pobreza. (PAIVA, FALCÃO E BARTHOLO IN: IPEA, 2013, p. 28)

308

O advento da Constituição de 1988 deu um substantivo impulso ao desenvolvimento dos benefícios de natureza não contributiva, voltados para os trabalhadores rurais e dos benefícios assistenciais para idosos e deficientes. Com a consolidação do sistema previdenciário e assistencial chegou-se a uma cobertura quase universal da população idosa, fato raro em países em desenvolvimento. (PAIVA, FALCÃO E BARTHOLO, IN: IPEA, 2013)

Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742/1993, novas medidas legais foram aprovadas visando à garantia da implementação de programa de transferência de renda sem prévia contribuição. De acordo com a Lei 12.435/2011, que altera a Lei 8.742/1993, a assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida





comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.” (BRASIL, 2011)

A LOAS consolida uma política que prevê benefícios, serviços, programas de assistência social e projetos de enfrentamento da pobreza. Entretanto, os programas como o Bolsa Família vem sofrendo muitas críticas principalmente em razão do seu caráter assistencialista que, ao invés de promover a emancipação dos indivíduos, os manteria a margem dos direitos de cidadania e incapazes de saírem da sua condição de pobreza. (ABREU, 2011).

O Programa Bolsa Família – PBF constitui-se um programa social de transferência de renda criado pela Medida Provisória nº 132, de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836/2004, que foi regulamentada pelo Decreto 5.209/2004. O PBF transfere renda às famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema, e é implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O art. 4º do Decreto 5.209/2004 estabelece que são objetivos básicos do Programa Bolsa Família:

I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004)

De acordo com o art. 2º da Lei 10.836/2004, no que se refere ao PBF existem quatro tipos de benefícios:

*I - o benefício básico*, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; *II - o benefício variável*, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; *III - o benefício variável*, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. *IV - o benefício para superação da extrema pobreza*, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0





(zero) a 15 (quinze) anos de idade; e b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita. (BRASIL, 2004)

Conforme informações do site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os benefícios pagos às famílias variam de acordo com a renda per capita da família e da quantidade de crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes, nutrizes e jovens entre 16 e 17 anos. O valor final a ser recebido pela família será a soma de cada um dos benefícios, de acordo com a composição familiar, mas o valor do benefício não deve ultrapassar o limite de até cinco benefícios variáveis e de até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente para cada família. De acordo com o referido site, os valores dos benefícios são os seguintes: Benefício Básico: R\$ 85,00; Benefício Variável: R\$ 39,00; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: R\$ 46,00; e o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza: calculado caso a caso. O valor a ser repassado deve ser o suficiente para que a renda mensal da família supere os R\$ 77 por pessoa. (MDS.GOV.BR)

No que se refere ao PBF, seu impacto mais imediato sobre os cidadãos brasileiros beneficiados é a possibilidade da conquista do primeiro degrau dos direitos fundamentais, qual seja o direito à alimentação adequada ou o direito à comida. Sem ele, não há como construir o direito à vida, à dignidade humana, o acesso aos direitos e aos deveres de nacionalidade e da cidadania. No entanto, a emancipação dos beneficiários do PBF projeta ao referido Programa um caráter mais educativo de promoção cidadã, mas é necessário que os beneficiários produzam sua própria renda, sem depender do poder público, e minimizem o risco de retornar à situação de miséria, para isso algumas condições são necessárias, como: cursos profissionalizantes, formação de cooperativas, restaurantes populares, bancos de alimentos etc. (ABREU, 2011).

310

### **Considerações finais**

O estudo permitiu evidenciar que o Programa Bolsa Família, apesar de suas condicionalidades relacionadas à saúde e à educação, é um programa importante e apesar de estar focado na pobreza extrema, como afirma Abreu (2011), este programa tem permitido à milhões de famílias ter acesso à alimentação e reduzir os índices de mortalidade infantil por causa da fome vivenciada por estas famílias além do acesso a outros bens e serviços.





Conforme afirma Weissheimer, citado por Abreu (2011), é muito importante pensar não somente em transferir renda por meio de programas como o Bolsa Família, mas é fundamental oferecer outras oportunidades como educação de qualidade, trabalho e acesso a outras políticas sociais que possam contribuir com a emancipação dos beneficiários do referido Programa a fim de que estes saiam da sua condição de pobreza.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Lidiane Rocha. Políticas Públicas: atuações estatais essenciais à efetivação da cidadania plena. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9650](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9650)>. Acesso em 10 nov 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Conversão da MPv nº 132, de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília – DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso: 01 nov 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)> Acesso: 01 nov 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. DISPONÍVEL EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm). Acesso: 01 nov 2017.

Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : **IPEA**, 2013. 494 p. : gráfs., mapas, tabs.

PAIVA, L. H; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **IN: Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania.** Orgs: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013. 494 p.





## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE (TO)

**Marizeth Pereira da Silva Menezes**

**Dailson Evangelista Costa**

**Resumo:** Esta pesquisa trata sobre o Programa Bolsa Família (PBF) no município de Natividade (TO). Para ser mais específico, delimitamos a temática para o Programa Bolsa Família (PBF) nas escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO). O problema de pesquisa está definido como: Qual a contribuição do Programa Bolsa Família para os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO)? Para enfrentar este problema, definimos o objetivo geral da seguinte maneira: analisar a contribuição do Programa Bolsa Família para os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO). Com isso, para alcançarmos o nosso objetivo geral, detalhamos os seguintes objetivos específicos: (1) verificar como que os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) estão utilizando o recurso do PBF; (2) identificar o perfil dos alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) que recebem o recurso do PBF; (3) entender como que os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) pensam sobre o PBF; e (4) entender o que os professores das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) pensam sobre o PBF. A justificativa da pesquisa se dá pela necessidade de verificar e analisar a maneira que os alunos estão utilizando os recursos do PBF e se realmente os objetivos propostos pelo Programa estão sendo atingidos. Como fundamentações teóricas e metodológicas, trataremos de três aspectos: o Programa Bolsa Família; as escolas rurais do município de Natividade, e sobre os contextos empobrecidos. As análises foram feitas baseadas nos dois instrumentos de coletas de dados que utilizamos: questionários e entrevistas. Os resultados apontam para uma direção de que o PBF está contribuindo para que os alunos e as suas famílias que residem na zona rural do município de Natividade (TO) e que vivem na pobreza e na extrema pobreza, possam comprar alimentos e materiais escolares.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Redução da pobreza. Distribuição de Renda. Contextos Empobrecidos.

312

### Introdução

Esta pesquisa trata sobre o Programa Bolsa Família (PBF) no município de Natividade (TO). Para ser mais específico, delimitamos a temática para o Programa Bolsa Família (PBF) nas escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO). Feito isso, elegemos o seguinte problema de pesquisa: Qual a contribuição do Programa Bolsa Família para os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO)? Para enfrentar este problema, definimos o objetivo geral da seguinte maneira: analisar a contribuição do Programa Bolsa Família para os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO). Com isso, para alcançarmos o nosso objetivo geral, detalhamos os seguintes objetivos específicos: (1) verificar como que os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) estão utilizando o recurso do PBF; (2) identificar o perfil dos alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) que recebem o recurso do PBF; (3) entender como que os alunos das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) pensam sobre o PBF; e (4) entender o que os professores das escolas municipais da zona rural da cidade de Natividade (TO) pensam sobre o PBF.







Justificamos esta pesquisa pela necessidade de verificar e analisar a maneira que os alunos estão utilizando os recursos do PBF. Se realmente os objetivos propostos pelo Programa estão sendo atingidos. Como fundamentação teórica e metodológica, trataremos de três aspectos: o Programa Bolsa Família; as escolas rurais do município de Natividade, e sobre os contextos empobrecidos.

O artigo está organizado em nove tópicos. O primeiro, traz uma introdução, na qual apresentamos à temática e sua importância como instrumento de inclusão social e efetivada dos direitos de cidadania. Em seguida, tratamos do Programa Bolsa Família. No terceiro tópico, apresentamos as escolas rurais do município de Natividade e os beneficiários do PBF. No quarto tópico, tratamos, teoricamente, do que são os contextos empobrecidos. No quinto tópico, detalhamos os encaminhamentos metodológicos, os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de informações. Em seguida, apresentamos as análises da pesquisa e, posteriormente, os resultados. No oitavo tópico, tecemos algumas considerações sobre a pesquisa desenvolvida e, por último, detalhamos as referências utilizadas durante a pesquisa.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia de pesquisa, para Minayo (2003) é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O questionário é um instrumento de coletas de dados muito importante na pesquisa científica, constituído de perguntas respondidas por escrito sem a presença do entrevistador. Segundo Parasuraman (1991), um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. O mesmo autor afirma, ainda, que construir questionários é uma tarefa árdua e requer planejamento, tempo e esforço para que se consiga atingir os objetivos almejados.

A entrevista foi escolhida como a principal técnica utilizada neste estudo de caso, por se tratar de um instrumento flexível para a coleta dos dados. Segundo Marconi e Lakatos (1996, p. 84):





A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

### Resultados e Discussão

Nas questões desenvolvidas com os professores, fizemos as seguintes perguntas: Para você, o que o significa pobreza? Você é conhecedor do Programa Bolsa Família? Você conhece pessoas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)? A maioria das pessoas consideram que Programa Bolsa Família tem ajudado as pessoas a saírem da pobreza. Dê sua opinião a respeito dessa colocação. Você considera que o PBF tem contribuído para o rendimento escolar e permanência dos alunos da Unidade Escolar em que trabalha? Na sua opinião o que precisa ser mudado dentro do PBF para que ele se torne mais abrangente e atenda a demanda de forma igualitária? Apenas 4 professores responderam as perguntas.

314

**Quadro 1:** Respostas da pergunta: Para você o que o significa pobreza?

Professor	Respostas
P1	Falta daquilo que é necessário a subsistência-Penúria
P2	Estado da pessoa pobre, de que tem carência do necessário à sobrevivência.
P3	Falta do que é necessário a sobrevivência
P4	Falta do que é necessário a sobrevivência

**Fonte:** Produção nossa.

Segundo os entrevistados nesta pesquisa, pobreza tem um significado em comum para a maioria, tendo como definição a falta do que é necessário para sobrevivência das pessoas o que vai ao encontro com o que cita Amartya Sen (1999), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido.





Ao realizarmos as entrevistas com os professores, as respostas se diversificam com relação ao que seria a definição de pobreza, entre a falta do que é necessário para a sobrevivência e até mesmo situação de penúria.

Cinquenta por cento dos entrevistados afirmaram conhecer o PBF e a maioria de seus beneficiários e que o Programa tem sim contribuído direta e indiretamente na situação de pobreza existente em nosso país, pois este benefício tem fluxo de capital garantido a alimentação dos beneficiários e a movimentação dos comércios.

Segundo os educadores o PBF tem contribuído para a permanência do aluno na escola, mas é necessário a observação das regras e pré-requisitos para o recebimento do benefício e tendo a necessidade de uma maior fiscalização na seleção de pessoas que realmente tem necessidade e que precisa ser beneficiário.

Os alunos entrevistados das Unidades Escolares Dona Josina e Jacubinha tem conhecimento do PBF e recebem benefícios do Programa. Relatam que o PBF tem contribuição muito para eles e para a família e que a maioria só possui esse benefício para suprir as necessidades. É com esse benefício que compram alimentos, calçados, material escolar e que é uma maneira dos alunos irem para a escola.

Na entrevista com os pais beneficiários do PBF, percebemos que grande parte das famílias é composta, em sua maioria, de 3 a 10 pessoas, sendo geralmente adultos e crianças. Relatam que a variedade e a qualidade na alimentação melhoraram significativamente, mas que o recurso obtido do benefício não é suficiente para suprir todas as necessidades da família. A maioria dos filhos estão em idade escolar e que não podem falta aulas, porque se não perdem o benefício.

No Brasil, a pobreza é estrutural, fruto das desigualdades presentes na distribuição das riquezas produzidas. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza. Tem como objetivos combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. O Programa Bolsa Família tem um perfil residual e faz do combate à pobreza e da promoção da inclusão uma meta de curto prazo, dissociada de uma política de garantia de renda efetiva, de efeito anticíclico e redistributivo, elemento constitutivo, porém, nem de longe exclusivo, de um sistema de proteção social universal.





Observamos que ainda persiste a concepção do favor em detrimento do direito para grande parte dos beneficiários do PBF. A lógica do favor ainda regula as relações entre gestores e beneficiários, haja vista que ser contemplado é sempre motivo de satisfação e gratidão.

O PBF tem uma representação positiva para as famílias que o recebem. Muitas mães relataram que, antes desse programa, não tinham condições de comprar frutas para melhorar a alimentação dos seus filhos. Agora, elas garantem, mensalmente, compras para as crianças, de acordo com as famílias beneficiadas que sobrevivem apenas com a renda do programa. Como uma forma de complementar a alimentação, as entrevistadas recebem ajuda de diversas fontes, entre as quais, do governo municipal e estadual.

### Referências

- ABRANCHES, Sérgio. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1989.
- ARROYO, M. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Brasília, DF, 2013. (Módulo IV - Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social)
- BRASIL. **Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003**. Cria a Bolsa Família, 2003.
- \_\_\_\_\_.; Presidência da República. **Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Instituem o Programa Bolsa Família, 2004.
- \_\_\_\_\_.; Presidência da República. **Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamentam o Programa Bolsa Família, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de Gestão de Condicionais**. 1. Ed. Brasília – DF. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** – MDS. Brasília, DF, 2008.
- GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Bolsa Família, educação e cidadania. Revista Eletrônica de Educação. Ano II, nº 03, ago./dez. 2008
- GODINHO, I. C. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas sociais. *In*: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS. 1, 2011. Anais... 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.
- OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. **Política educacional com a política social: uma nova regulação da pobreza**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9755/8987>. >. Acesso em 02 out. 2017
- PIOVESAN, F. **“Direitos econômicos, sociais e culturais e direitos políticos”**. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, Ano 1, n. 1, 2005, p. 22
- SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.





SPOSATI, A. “Sobre os programas brasileiros de garantia de renda mínima – PGRM”, *In:*

SPOSATI, A. (Org.). **Renda mínima e crise mundial:** Saída ou agravamento. São Paulo, Editora Cortez, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência social:** desafios para uma política pública de seguridade social. Cadernos Abong. São Paulo: ABONG, n.11, out. 1995, p.19-35.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA EFICÁCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AS DESIGUALDADES

Marly Gonçalves Silva

Leonardo Rodrigo Soares

**Resumo:** Consiste em uma análise de caráter bibliográfico e qualitativo que resultou em um levantamento das principais questões abrangentes diante da interação familiar no ambiente escolar. A eficácia desse relacionamento está inteiramente ligada as práticas e ao papel social da escola. Ao abordar tal temática, a escola passa a adotar medidas e estratégias que contribuam para uma formação de qualidade frente às desigualdades existentes no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Acompanhamento Familiar. Desigualdade. Educação. Educação Infantil.

317

### Introdução

A relação escola-família está diretamente relacionada ao rendimento e resulta significativamente no papel social do aluno. Essa interação é fundamental no processo de ensino aprendizagem, tendo em vista a influência da família na formação social, moral e educacional da criança. É diante dessas primícias que se aborda tal temática a fim de analisar o papel familiar no processo de ensino, bem como as práticas pedagógicas abordadas em sala de aula.

Buscou-se explorar esse relacionamento de forma que vinculasse práticas de ensino com o papel social da escola. As formas com que ocorrem direcionam e estrutura a comunidade em prol do desenvolvimento humano e social.

Questões abrangentes são tratadas de forma conceitual de maneira que a Educação Infantil seja o caminho inicial para o trabalho da escola junto as desigualdades existentes no ambiente escolar e na sociedade. A escola além de ser uma fonte do saber e informações é também um instrumento de socialização, que requer práticas pedagógicas dinâmicas construídas a partir de experiências e parcerias. Dessa forma, a escola é responsável pelo saber científico e pelo diálogo com a família. Esse diálogo estimula o rendimento e





comportamento da criança no ambiente escolar, além de valorizar a participação dos pais e seu papel no processo de aprendizagem.

### **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil**

A educação infantil é um fator importante para a construção social e cidadã de qualquer país, pois é durante esta infância que as características de sua personalidade estão sendo formadas. Cabem as instituições de educação infantil uma organização pedagógica que atenda às necessidades infantis, as especificidades e diversidades, que valorize e invista em uma docência de qualidade e eficaz, mas para isso demanda estruturas curriculares abertas e flexíveis (SILVA, 2010).

O objetivo das propostas pedagógicas na educação infantil é garantir à criança acesso a fontes de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como garantir o direito à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010).

Uma concepção de qualidade não pode se esquivar de considerar o tipo de acesso que a população tem às creches e pré-escolas. Em um país populoso como o Brasil, onde a faixa etária de zero a seis anos corresponde a 13,3% do total de habitantes, chegando em alguns estados a mais de 17% (Brasil, 2002), com grandes desigualdades regionais e de renda, é importante verificar quem tem acesso a que tipo de atendimento educacional (CAMPOS, 2006).

318

### **Importância do acompanhamento familiar na Escola**

É notório que a participação efetiva dos pais na escola propicia inúmeros benefícios que favorecem o aprendizado e o sucesso na vida social e escolar das crianças. É nessa perspectiva que diversos autores abordam questões referentes à essa interação familiar na escola. Sendo a família formadora da moral, psíquica e social da criança, estimular essa participação é o caminho para o sucesso.

Essa interação entre a escola e família deve ser vista como uma junção em prol do desenvolvimento educativo da criança. Dessa forma, a família torna-se o primeiro processo educativo, inserido assim valores e ideais que por sua vez refletem no comportamento do sujeito Duarte (2012), levanta a questão das desigualdades sociais presentes nas escolas públicas de forma tão massiva, algo que reflete na qualidade do ensino, isso quando se comparado as questões sociais de cada indivíduo. Fator este que desempenha um papel crucial





no fracasso escolar e evasão. Dessa forma, a escola tem o papel de integrar o saber científico à experiência familiar, possibilitando assim o aumento dos conhecimentos dos alunos.

Pressupondo-se que a escola deve manter o diálogo dentro do ambiente escolar com a família, a fim de estimular o bom rendimento e o adequado comportamento escolar, valorizando atitudes de solidariedade, companheirismo, respeito e cooperação, também será discutida a importância da presença da família na escola, e como o bom relacionamento familiar influencia na aprendizagem.

Tanto a escola quanto a família são referências que visam o bom desempenho escolar dos alunos. Assim, quanto melhor for o relacionamento entre família e escola, melhor será o desempenho das crianças, não sendo a culpa de uma ou outra instituição, tendo em vista as diferenças de culturas de cada família. A interação das mesmas deve ser baseada no diálogo, para que conheçam suas realidades e, juntas, construam um ambiente melhor.

### **Desigualdade Educacional**

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2017), apontam indicadores que apresentam que a desigualdade social no Brasil se inicia desde muito cedo em 2016 cerca de 21,9% das crianças pobres estão matriculadas na educação infantil, sendo que a meta do Plano Nacional da Educação (PNE) era de 50%, os dados ainda apontam para a diferença entre crianças brancas e pardas é de 7,6%. Na faixa de 6 a 14 anos, do percentual de jovens que concluem a etapa até, no máximo, 16 anos, a taxa é de 82,6% na população declarada branca e de 66,4% e 67,8% entre pardos e negros, uma diferença que chega a 16,2% pontos percentuais.

Ainda de acordo com os dados do então relatório, um dos componentes mais crucial da desigualdade que assola o sistema educacional brasileiro está relacionado ao alto índice de pobreza no país. Analisando o Nível Socioeconômico (NSE), 45,4% das crianças pobres apresentam habilidades em leitura no 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública, desses cerca de 14,3% são considerados proficientes em matemática. As crianças que apresentam um NSE mais alto cerca de 98,3% estão no nível adequado de ensino, uma diferença alarmante.

Diante dos pressupostos, o Brasil está longe de atingir a meta de alfabetização. Portanto, estratégias devem ser tomadas de forma que garantam o ensino de qualidade, oferecendo uma infraestrutura adequada que permitam práticas pedagógicas que estimule o desenvolvimento corporal e narrativo da criança, bem como a valorização das diversidades encontradas no ambiente escolar.





Desta forma percebe-se que a educação infantil não é apenas educar, envolve o processo de cuidar e educar de forma prazerosa, sempre consciente de que a criança é um ser em construção. Precisa de proteção e atenção especial de forma que sinta acolhida, facilitando o processo ensino aprendizagem. O professor precisa de formação adequada, no sentido de oferecer uma educação digna e coerente com a criança da educação infantil, percebendo a relevância destas como membro e formador da sociedade atual e também futura (SANTOS, 2015)

### Considerações Finais

São nas creches e pré-escolas que a criança desenvolve as habilidades e amplia o conhecimento, transformando-se em cidadãos ativos, que possuirão consciência, senso crítico e caráter participativo. Portanto, para uma educação infantil sistematizada, centrada na realização de atividades significativas, o currículo precisa considerar algumas características essenciais às ações organizacionais dos conteúdos e as metodologias de trabalho: a realidade sociocultural, o desenvolvimento individual e o conhecimento prévio das crianças.

O ambiente educacional é imprescindível para o desenvolvimento das crianças, e deve ser cooperativo e interativo. Deve enfatizar o respeito às diferenças, possibilitando o crescimento e participação sociocultural. Os conteúdos devem ser planejados de acordo com a necessidade e habilidade dos alunos, propiciando momentos dinâmicos e que explicita as expectativas dos educadores, pais e alunos sobre as divergências e expectativas das crianças.

320

### Referências

\_\_\_\_\_. Relatório. **Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2017**. Todos pela Educação. Disponível em <<https://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1567/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2017>> Acesso em 10 de novembro de 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Inep. *Geografia da educação brasileira*: 2001. Brasília, 2002.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, M. M., FÜLLGRAF, J., WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Caderno de Pesquisa**. V. 36, n 127, p 87-128, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0536127> Acesso 10 de novembro de 2017.

DUARTE, Natalia S. Política Social: um estudo sobre educação e pobreza. (Tese) pós- graduação Universidade de Brasília, 2012.

SANTOS, C. C. da S., COSTA, L. F., MARTINS, E. A prática educativa lúdica: uma ferramenta educadora na aprendizagem na educação infantil. **Revista eletrônica do Curso de pedagogia das Faculdades OPET**. 2015. Disponível em:







<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n10/ARTIGO6.pdf> Acesso 25 de outubro de 2017.

SILVA, M. E. da. **A importância da educação infantil para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.** Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARIA%20ELISANDRE%20DA%20SILVA.pdf> Acesso 05 de novembro de 2017.

## OS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO EM CENTENÁRIO – TO

Maysa Alves da Silva

Maria Helena Cariaga

**Resumo:** O programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivo real promover benefícios a todas as famílias que vivem situação de precariedade isso é, pobreza extrema. Nesse sentido o presente trabalho objetivo analisar os subsídios do PBF nas políticas e enfrentamentos realizados através do CRAS localizado na Cidade de Centenário – TO. Para realização desse trabalho foi necessário, conhecer o perfil das famílias beneficiárias em suas diversas realidades com intuito de diagnosticar o conhecimento sobre o Programa e as condicionalidades aplicados pelos gestores, ou seja, como ele está sendo executado em Centenário. Para desenvolver esse trabalho foi preciso investigar a contribuição do PBF sobre a garantia e manutenção que ele estabelece nas respectivas famílias. Para análise de dados realizou-se uma pesquisa qualitativa atrelada à quantitativa e estudo bibliográfico analítico no intuito de obter informações mais concretas. Para coleta de dados foi necessário observação e entrevista questionário, as respostas indicam que o PBF atende grande parte das famílias, porém, ainda não é o suficiente para garantir a sustentabilidade básica da população, uma vez que a população de Centenário possui uma população vive em extrema pobreza sustentado apenas como dinheiro do benefício. A amostragem definida em 60 sujeitos a serem abordados, escolhidos independentes de sexo, idade ou outras características. Os resultados apontam que muitas famílias enfrentam dificuldades por morarem na região rural e a frequência escolar. Outro ponto de destaque foi a falta de compreensão sobre o objetivo do programa.

321

**Palavras-chave:** Beneficiários, Pobreza, Programa Bolsa Família, Sustentabilidade e Assistência Social.

### Introdução

O presente estudo se propõe a apreender a política pública de transferência de renda em especial o programa Bolsa Família, no município de Centenário e as ações do governo municipal as condicionalidades as famílias devem cumprir quando estão no programa. Considerando o crescente aumento da desigualdade social e a pobreza que envolve milhões de famílias. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA, 2017) em





março do corrente ano estava previsto o repasse de R\$ 2,4 bilhões aos beneficiários do programa Bolsa Família, para pagamento a mais de 13,6 milhões de famílias.

Centenário foi instalado em 01/01/1993 possui uma População (2014): 2.771 e com Área: 1.954,70 Km<sup>2</sup>, sua Densidade Demográfica: 1,40/Km<sup>2</sup> e tem um IDH(2013): 0,569, a grande maioria depende desse benefício para sobreviver.

O objetivo desse trabalho pode ser identificado através dos resultados das pesquisas sobre o índice de desempenho das famílias beneficiada pelo Programa, impactos de desigualdade na sociedade de Centenário, a pobreza no município e fazer uma avaliação diagnóstica para entender como os recursos destinados ao Programa estão sendo gastos, foi detectado ainda que existem famílias que são sustentadas apenas por esse Benefício do Governo Federal. Na concepção de (PETRINI, 2003 Apud GOMES; PEREIRA, 2005, p.360), a vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos.

Esse estudo se propôs investigar como é o programa no município de Centenário, principalmente como as famílias beneficiárias percebem o programa e quais as mudanças que ocorreram em suas vidas já que são elas as principais beneficiadas. Para essa apreensão foi necessário demarcar o contexto social e econômico em que estão inseridas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Centenário - TO, levando em consideração que se trata de sujeitos históricos e concretas vivendo uma realidade em movimento e que possui contradições.

Segundo o autor Simões,

a família, em situação de vulnerabilidade, ficou excluída das garantias tradicionais, geralmente de natureza religiosa, que a capacitavam, por fatores intrínsecos ou extrínsecos, a desempenhar suas funções básicas, dependendo do modo de sua inserção social. (SIMÕES, 2008, p.192)

Nessa perspectiva que o trabalho busca abordar como as famílias dos beneficiários do Programa Bolsa Família vivenciam as condicionalidades, destacando os principais aspectos dessas dimensões.

Os programas de transferência de renda possuem condicionalidades que na visão de seus idealizadores visam garantir o acesso aos direitos sociais básicos dessas Famílias, certificar o compromisso e as responsabilidades em cumprir, tendo em vista a potencialização no sentido de impactos positivos para autonomia dessas famílias beneficiárias. (SILVA, 2008).





De certa forma as condicionalidades apesar de aparecerem com uma imposição ela tem contribuído para que as famílias acompanhem seus filhos com mais atenção, ou seja, é um processo que tende com o tempo alterar, transformar as atitudes dos beneficiários do programa. É verificável uma contradição na fala dos usuários que forma entrevistados ao dizerem que não tem dificuldades em cumpri-las.

O PBF é entendido como um programa que transfere recursos que beneficia pessoas realmente pobres, onde atende famílias com renda mensal de até R\$ 85, 00 por indivíduos. Também atende famílias pobres que tem sua renda mensal que vai de R\$ 85, 01 a R\$ 170,00 por pessoa, isto é, estando cadastrado legalmente do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Município de Centenário atualmente, atende 277 famílias, sendo que 380 crianças estão no Cadastro Único. Segundo informação dos gestores do referido programa 320 crianças estão frequentando a Escola. Essa quantidade atendida corresponde cerca de 29,89% da população do Município, identificou-se na pesquisa é que 213 famílias são atendidas de forma especial, pois se encontram em condições de extrema pobreza sem condições até mesmo de frequentar a escola.

No mês de julho de 2017 foram transferidos R\$ 71.210,00 para as famílias do município de Centenário em média R\$ 257,08 por família. O PBF é responsável por uma cobertura de 67, 4% em relação as famílias pobres existentes no Município. Entende-se que o município ainda está abaixo da meta estabelecida pelo programa.

323

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico e também foi desenvolvido por meio de uma pesquisa diagnóstica com objetivo investigar às famílias Beneficiarias do Programa Bolsa Família no município de Centenário Tocantins. Será também quantitativa, pois se utilizará de métodos quantitativos para colhimentos e tratamentos dos dados, e descritiva por buscar descrever os fatores relacionados ao andamento relacionado ao andamento do referido programa nesse município.

Por fim, é uma pesquisa de campo por meio de questionário estruturado e aplicado a uma amostra por conveniência, pois, embora o Programa possua cadastro das famílias, serão entrevistados apenas os sujeitos que estão sendo beneficiados pelo referido programa até agosto de 2017





## Resultados e Discussão

A realidade dos beneficiários e do funcionamento do Programa Bolsa Família no município de Centenário Tocantins foi necessário realizar uma pesquisa com os beneficiários e gestores do referido programa. Após a obtenção dessas respostas foi possível observar os grandes desafios que as famílias pobres enfrentam no seu dia a dia.

A forma de gerenciamento desse programa no contexto político conceituado por Arretche (2006, p. 30) qualifica como um campo de incertezas, ressaltando, assim, o caráter não previsível da ação pública, que é “caracterizada por incoerências, ambiguidades e incertezas em todos os momentos do processo”.

As características e os problemas encontrados no Município ao se observar mais de perto a realidade, as principais dificuldades encontradas são os entre os residentes na zona urbana e os moradores na zona rural, pois grande parte desses beneficiários moram distante.

As dificuldades de acesso de informações sobre os acontecimentos, ou seja, a modificação sobre o sistema, também pode se observar que às vezes o benefício pode ser parcialmente bloqueado pelo fato dos beneficiários (alunos) residirem na zona rural e serem transportados por veículo Escolar, às vezes tem problemas e o acúmulo de falta pode causar transtorno no benefício de alguns. Dessa forma foi possível perceber que é preciso mais qualidade no transporte escolar e nas informações para repassar as famílias e a todos os beneficiários.

Sobre a identificação e o conhecimento sobre os objetivos do (PBF) percebeu-se uma dificuldade muito grande de entendimento sobre o Programa por parte dos beneficiários principalmente aos mais idosos ou os residentes no campo.

Foi detectado que o entendimento dos mesmos é totalmente distorcido quanto ao objetivo do referido Programa. No entanto, é importante que os gestores do Programa realizem atividades diversificadas.

## Conclusão

Este artigo buscou analisar os Benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) na Educação no Município de Centenário Tocantins, percebeu se a grandes diferenças entre formas de gerenciamento do Programa Bolsa Família, as atitudes por administradores/gestores e profissionais responsáveis pelo Programa, geralmente tem consequências para os alunos e toda a comunidade.





No decorrer do estudo desse trabalho foi possível vivenciar um pouco dificuldades vivenciadas por alguns dos participantes. Entendeu também que o PBF em Centenário e tem uma boa aceitação mais que ainda precisa se qualificar o seu atendimento.

A partir dessa pesquisa realizada foi possível perceber que o PBF garante uma boa parte da renda, porém não é o suficiente para suprir a necessidade de toda família, pra viver dignamente, foram entrevistados pessoas de ambos os sexos, nas idades acima de 21 anos e várias etnias, demonstra que atendeu os objetivos propostos pelo trabalho inicialmente.

A realidade dos beneficiários do PBF e como ele é conduzido pelos gerenciadores no município de Centenário, o grau de aceitação por parte dos beneficiários e a organização do Programa no seu campo de atendimento. A parceria da escola em colaboração para o melhoramento das condições de vida dos beneficiários em especial das crianças e principalmente aquelas que estão frequentando a escola normalmente.

A conclusão da pesquisa nesse trabalho ficou claro que o Programa Bolsa Família no município de Centenário não proporciona apenas recursos financeiro, mas traz consigo uma esperança de transformar pessoas de pensamento claro, onde possa sair da vulnerabilidade e com intuito de obter mais conhecimento para se tornar um cidadão no amanhã.

É importante considerar que a formação profissional de tais programas requer conhecimentos básicos de várias áreas que atende os princípios condicionados aquele Programa, sendo o planejamento estratégico um dos aspectos de grande relevância para o fortalecimento da imagem de uma instituição e o seu sucesso. Pois, é com ele que se consegue o aumento da rentabilidade proveniente do relacionamento entre os gestores (responsável pelo Programa) e as famílias beneficiárias. Assim, discutir o sucesso do PBF em no Município de Centenário se torna imprescindível para a continuidade do mesmo.

325

## Referências

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICCO, E. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 2006. p. 29-39.

COELHO, Ricardo Correa. O público e o Privado na Gestão Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências e administração/ UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009

MAGNA, Silvia. Prefeitura promove o Dia D para usuários do Bolsa Família. Disponível em: <[http://www.anchieta.es.gov.br/mat\\_vis.aspx?cd=18790](http://www.anchieta.es.gov.br/mat_vis.aspx?cd=18790)>. Acesso em: 10 nov. 2013, 22:08:23.

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o serviço social crítico. Rev. online. KATÁLYSIS v. 9 n. 2 jul./dez. Florianópolis: SC, 2006





PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. Ser. Social, Brasília, nº 18, p. 229-252, jan./jun. 2006.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. N. 32 (5) set/out. – 1998

SANTOS, R. e LICIO, E. (2011) Resultado e Desafios o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. IV Congresso do CONSAD, Brasília

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. – 2. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2008, v.3.

Instâncias de Controle Social. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/instancias-de-controlesocial.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013, 13:52:10.

\_\_\_\_\_. Bolsa Família: o que é, critérios de inclusão e condicionalidades. Disponível em: <[http://www.guiadobolsafamilia.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2:bolsa-familia-o-que-e-criterios-de-inclusao-e-condicionalidades](http://www.guiadobolsafamilia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2:bolsa-familia-o-que-e-criterios-de-inclusao-e-condicionalidades)>. Acesso em: 08 nov. 2013, 22:10:04.

## O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NOVO JARDIM-TO

Méssia de Abreu Sales Gomes

Doracy Dias Aguiar Carvalho

326

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF do município de Novo Jardim – TO. Trata-se de estudo bibliográfico e documental que tomou por base, dentre outros documentos, o Relatório Municipal de Informações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN referente ao município pesquisado, o relatório das atividades de Ação – Reflexão realizadas no decorrer do curso de Pós Graduação Latu Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, além de fontes bibliográficas. O estudo evidenciou que as famílias beneficiárias do PBF no município pesquisado possuem características semelhantes no que tange a sua condição socioeconômica e que a maioria das famílias cadastradas no Cadastro Único do PBF vivenciam situação de extrema pobreza. Além disso, a falta de oportunidades de trabalho/emprego e de renda também é um problema relevante na cidade em questão e está ligado à inexistência de empregos dada à própria estrutura da cidade bem como à falta qualificação profissional, gerando, assim, uma significativa instabilidade financeira por parte das famílias. Foi possível perceber também que as famílias beneficiadas pelo PBF utilizam o recurso para custear principalmente a alimentação, e nesse sentido, o PBF tem sido importante para o enfrentamento da fome. Cabe ressaltar, no entanto, que a erradicação da pobreza não se vincula apenas à oferta de dinheiro para o custeio de necessidades pontuais, mas é necessário promover políticas públicas e uma educação de qualidade capaz de gerar reflexão crítica sobre a condição de pobreza destas famílias e a busca de estratégias coletivas para o seu enfrentamento, levando em consideração o papel da educação na melhoria da qualidade de vida dos usuários do PBF.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Famílias Beneficiárias. Perfil Sócio econômico. Novo Jardim - TO.

### Introdução

As dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelas famílias brasileiras têm sido objeto de investigação e de intervenção das instituições públicas, que têm atuado no sentido





de levantar dados que dão suporte para a realização de ações visando o aperfeiçoamento e inovação das políticas assistenciais objetivando a erradicação da pobreza.

Os órgãos públicos responsáveis pela definição e implementação das políticas públicas têm se organizado para solucionar este problema, porém, se tornaram alvo de duras críticas, quando se trata, sobretudo, do Programa Bolsa Família – PBF, o maior programa de transferência de renda brasileiro. A este respeito uns acusam a gestão do Programa de intentar manobras partidárias para manipulação das massas, outros o defendem, afirmando serem ações despreziosas e bem sucedidas no que se refere ao combate à pobreza.

Tendo em vista a inserção de famílias no PBF justamente para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável, levando em conta os riscos provenientes de estarem vivendo em situação de pobreza, o presente artigo objetiva traçar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF no município de Novo Jardim e identificar suas características e possíveis semelhanças.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico e documental. A discussão teórica teve como referência os autores: Crahay (2000), Neto (2013), Rocha (2003), Soares (2010/2014) e Suplicy (2002). No que se refere ao estudo documental teve como base os relatórios das ações desenvolvidos a partir dos Planos de Ação que resultaram em ações reflexivas e foram realizados no decorrer do curso de Pós Graduação Latu Senso em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Utilizou-se, ainda, os indicadores apresentados no Relatório Municipal de Informações de Segurança Alimentar Nutricional dos municípios brasileiros – SAN referentes ao município de Novo Jardim no período que compreende o segundo semestre do ano de 2016 e primeiro semestre do ano de 2017, assim como artigos de conteúdos afins, objetos que serão citados no decorrer do trabalho.

O estudo analisou a condição socioeconômica dos beneficiários do PBF a partir das informações do relatório SAN como, por exemplo, quantidade de beneficiários no município, quantidade da população em estado de pobreza ou pobreza extrema, déficits de saúde, fomento de atividades de agricultura urbana e rural, dentre outras variáveis.

### **Resultados e Discussão**

A população predominante do município de Novo Jardim é composta por famílias nascidas na região sudeste do Estado do Tocantins, e a maior parte da população é





considerada de baixa renda. Os trabalhadores empregados ocupam espaço no serviço público, serviços agropecuários em fazendas de grandes produtores localizadas nas intermediações e também no comércio local e regional. Muitos trabalhadores passam a semana fora de casa, pois o município tem várias micro cidades próximas e também está próximo à divisa do Estado do Tocantins com a Bahia, local este onde se encontram maiores oportunidades de trabalho por ter um comércio forte em razão da cidade ser maior. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, em 2010 a população da cidade de Novo Jardim tinha aproximadamente 2.674 habitantes.

Quanto às famílias cadastradas no PBF em julho de 2016, 335 estavam cadastradas, o que equivale a 1,5% da população geral, considerando o quantitativo da população referente ao ano de 2010.

Ao realizar as pesquisas de Ação Reflexão no período de desenvolvimento do Curso de Pós Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade, algumas famílias beneficiárias do PBF foram avaliadas por meio das entrevistas feitas na ocasião das práticas de ação reflexão e também por meio da análise dos relatórios constantes no SAN. Foram observadas questões relacionadas à renda, quantidade de membros por família, dificuldades econômicas relatadas, dificuldades em relação à autoestima e visão de si e dificuldade em relação à provisão de suas necessidades pela falta de qualificação profissional.

Em vários momentos percebeu-se que os entrevistados, segundo seus relatos, fazem uma leitura pejorativa de si mesmos e se vêem com inferioridade pelas ausências sofridas em função da situação em que se encontram algumas famílias. Constatou-se que a renda obtida, por meio de 1 ou, no máximo, 2 pessoas de cada família, não é suficiente para custear as necessidades básicas do dia a dia. Todos são beneficiários do PBF por necessidade e a perspectiva que eles têm de mudanças em suas condições de vida são mínimas, pois a minoria de trabalhadores empregados ocupam cargos com estabilidade. As dificuldades econômicas são muitas, reclamaram que não têm recurso para sair da cidade porque o custo de vida nos grandes centros urbanos é mais alto e por terem pouco estudo, assim, não conseguem competir com a concorrência. Todos foram unânimes em afirmar que o recurso recebido do PBF é utilizado para alimentação e, às vezes, conseguem investir no material escolar. As atitudes de baixa estima também se referem a sua condição de formação, gerando acomodação pelo fato de viverem sem vislumbrar a possibilidade de melhorar a qualidade de vida. O pensamento comum é de que não conseguirão mudar a situação por serem limitados







intelectualmente (fala dos entrevistados), por isso se acomodam e se contentam com a realidade, sem fazer desse fato uma celeuma. Contactou-se que moradia precária, ausência de saneamento básico, pouco conhecimento educacional e qualificação profissional não formalizada fazem parte do perfil socioeconômico das famílias moradoras do município.

Os problemas relacionados às causas da pobreza geralmente são rotulados pelo senso comum como questões de ordem cultural, de que os brasileiros são mal acostumados porque o comodismo faz parte do seu jeito de ser e de que estão impregnados em sua cultura a preguiça, o comodismo e o conformismo. De acordo com os autores aqui mencionados, essas afirmações não procedem, pois o brasileiro foi tolhido historicamente de usufruir dos seus direitos e essas privações comprometem seu desempenho diante das dificuldades da vida. Resolver um problema eventual e não trabalhar estratégias de promoção para a não dependência das pessoas assistidas pelos programas de transferência de renda é cometer um erro contra a própria iniciativa. Contribuindo com essa premissa, é importante observar a consideração de Suplicy:

Se o objetivo é erradicar a fome e a miséria, é preciso compreender que a pessoa pobre necessita mais do que matar a fome. Se está fazendo frio, precisa comprar um agasalho ou um cobertor. Se a telha ou a porta de sua casa estão avariadas, e preciso conserta-las. Se um filho ficou doente, e preciso comprar remédio com urgência. Se e o dia do aniversário de uma filha, e possível que a mãe queira lhe dar de presente um par de sapatos. Se a vizinha está vendendo um tipo de alimento muito barato, e bom comprar, porque vai sobrar mais outras coisas. (SUPLICY, 2002, P. 142)

329

Conforme Suplicy (2002), as necessidades que surgem no dia a dia de uma família não mandam aviso com antecedência. A garantia de qualidade de vida das pessoas requer mais do que um valor x mensal. Requer investimento em mudança de vida, pois recebimento gratuito de renda gera acomodação e inculcamento de favor obrigatório e perpétuo. Diante disso, os gestores precisam pensar estratégias a fim de garantir a inserção e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, garantir saúde, educação de qualidade, dentre outras condições básicas de vida para assim dirimir o sentimento de inferioridade que alguns cidadãos têm em relação aos demais indivíduos que não vivem nas mesmas circunstâncias.

De acordo com Neto (2013), é preciso compreender que a mudança proposta pela educação perpassa os caminhos da superação das desigualdades. É importante salientar que as desigualdades acontecem em todas as áreas, inclusive na própria educação. No Brasil, o estudante que teve acesso à escola particular em toda sua jornada na educação formal tem





mais chance de conseguir uma vaga na faculdade pública do que o aluno da rede pública. Segundo o mesmo autor,

O Brasil ainda está distante, não somente da equidade entre as escolas, mas também da garantia de um padrão mínimo de qualidade. [...] Assim, fica transparente a necessidade de políticas públicas que visem a diminuir as discrepâncias e promover condições escolares mínimas para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente escolar mais favorável. (NETO, ET AL., 2013, p. 97)

Muito já se tem feito para facilitar o acesso às universidades públicas aos menos favorecidos, como por exemplo, as políticas de cotas e de ação afirmativa, mas é preciso galgar passos mais largos. Rocha (2003) aborda essa necessidade como emergencial e defende que sejam trabalhadas ações para que se assegure o acesso para garantir o direito da inclusão dos mais pobres em todos os níveis da educação, para tanto, o sistema educacional precisa ser repensado. Para complementar a ideia de Rocha (2003), Marcel Crahay (2000) afirma que por meio da educação podem-se alcançar resultados em três áreas dentro do assunto igualdade, quais sejam: igualdade na educação, igualdade de tratamento e de resultados.

### Considerações finais

Ao analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF no município de Novo Jardim foi possível conhecer um pouco suas condições de vida, constatando-se que a maioria das famílias cadastradas no cadastro Único do PBF vivenciam situação de extrema pobreza. Além disso, a falta de oportunidades de trabalho/emprego e de renda também é um problema relevante na cidade em questão, problema este que está ligado à inexistência de empregos dada à própria estrutura da cidade bem como à falta qualificação profissional, gerando assim uma significativa instabilidade financeira. Foi possível perceber também que as famílias beneficiadas pelo PBF utilizam o referido recurso para custear principalmente a alimentação, e nesse sentido, o Programa tem sido importante pois tem assegurado condições concretas de acesso à alimentação.

Diante do estudo realizado acerca do perfil socioeconômico das famílias cadastradas no PBF no município de Novo Jardim – TO, conclui-se que há muito por fazer para elevar a qualidade de vida das famílias do município pesquisado. E a educação é mola propulsora para essa mudança, pois, a construção do conhecimento, a apropriação dos saberes e a reflexão sobre as causas da pobreza, instigarão o desejo de romper com os estigmas e os estereótipos acerca da pobreza, bem como visualizar estratégias coletivas para o seu enfrentamento. Nesse sentido, cabe, entretanto, refletir sobre o papel que a educação tem





desempenhado nesse processo: ou seja, se esta tem sido instrumento de transformação social na perspectiva de redução das desigualdades, entendendo essas desigualdades como uma questão própria do sistema capitalista, ou se tem reforçado a ideia da culpabilização dos pobres e da sua responsabilização quanto à superação da pobreza.

Convém ressaltar, ainda, que as gestões públicas, municipal estadual e federal, podem e devem investir em projetos que vislumbrem a oferta de uma educação de qualidade e a inculcação de valores democráticos que preparem os sujeitos para atuarem ativamente na luta pela transformação da sociedade, no enfrentamento coletivo das causas da pobreza. Reconhecer e salientar o que já se tem feito é importante, mas reconhecer, também, a serem melhorados é essencial.

### Referências

CRAHAY, M. **Poderá a escola ser justa e eficaz?** Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

NETO, J. J. S.; JESUS, G. R.; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família no Brasil: Programas de Transferência de Renda em Perspectiva Comparada. **Revisão de Pesquisas da América Latina**, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

SOARES, J. F. Educação, desigualdade e pobreza. In: EITLER, K.; BRANDÃO, A. P. (orgs.) **Por que pobreza?** Educação e desigualdade. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2014.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta.** São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Disponível em: <<http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2>>. Acessado em 01 de setembro de 2017.

TOCANTINS. Novo Jardim - censo demográfico - estimativa da população 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em 21 de agosto de 2017.

TOCANTINS. Novo Jardim - censo demográfico - estimativa da população 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171525&search=tocantins|novo-jardim>>. Acessado em 01 de setembro de 2017.





## A REALIDADE VIVENCIADA PELOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO COLÉGIO RUI BARBOSA EM ARAGUAÍNA-TO: UM ESTUDO PAUTADO NO SERVIÇO SOCIAL

Michele Adriana Silva Pires

Célia Maria Grandini Albiero

**Resumo:** O presente artigo apresenta o perfil das famílias dos alunos do Colégio Rui Barbosa, localizado na periferia da cidade de Araguaína-TO, bem como a existência da desigualdade social dentro do âmbito escolar, ocasionado pela extrema pobreza dos alunos, através de uma pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo geral do presente estudo visa demonstrar a efetivação das Políticas Sociais voltadas para enfrentamento da pobreza e desigualdade social, dando ênfase à Política de Educação, além de forma específica analisar a importância da intervenção do Assistente Social, enquanto mediador das relações da escola e família na perspectiva da efetivação de direitos sociais, bem como conhecer o perfil dos alunos e o papel da escola frente à realidade abordada. Os profissionais daquela instituição não têm medido esforços para mudar a situação dos seus alunos. É perceptível a interação dos gestores, professores e demais colaboradores para verem seus alunos progredirem no que diz respeito a uma educação de qualidade, mas ainda não é suficiente para enfrentar a pobreza e efetivar direitos sociais. O papel do Assistente Social torna-se imprescindível para avançar na construção de estratégias conjunta de articulação e mediação entre escola e família no enfrentamento da realidade social contraditória e injusta aumentando cada vez mais a desigualdade social. Faz-se necessário o fortalecimento da Política de Educação no país, o Estado tem o dever de garantir condições dignas de acesso e permanência dos alunos na escola.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Desigualdade Social. Serviço Social

### Introdução

O estudo em questão busca apresentar o perfil das famílias do Colégio Rui Barbosa, bem como discutir possíveis questões ocasionadas devido à condição de pobreza e a desigualdade social existentes no âmbito escolar. Portanto, esta pesquisa procura discorrer sobre a importância do trabalho do Assistente Social em intervir nas expressões da questão social encontradas dentro da escola, visto que, no decorrer da especialização os autores estudados trouxeram contribuições sobre a temática em questão. Frente essa realidade, visa destacar uma análise da importância da participação do Assistente Social como mediador sobre a temática abordada, haja visto que a questão não deixa de ser educacional, bem como política, e social. Assim, durante os trabalhos realizados em campo, foi possível termos uma prévia de como a pobreza encontra-se presente nas escolas, as consequências trazidas por ela na vida dos alunos e a importância da escolaridade, ainda percebemos como a falta de instrução na vida das famílias é presente, sendo que a pobreza faz parte do contexto social, político e econômico se perpetuando de geração a geração. Ao tratarmos sobre a pobreza, o autor traz a seguinte contribuição:

Não dar a devida centralidade à pobreza, como elemento capaz de comprometer as bases materiais do viver humano, tem levado o pensamento social e pedagógico a





desconsiderar, em grande medida, as carências materiais que chegam às escolas e a se preocupar prioritariamente com as consequências morais e intelectuais da pobreza. (ARROYO, 2016. p. 9)

A fala do autor nos faz pensar como essa questão tem sido debatida em meio à sociedade, que por vezes não dão a devida importância ao assunto. Os pobres se tornaram invisíveis aos olhos da sociedade, sendo marginalizados e estigmatizados. Estamos passando por um processo difícil no contexto sócio econômico e político do país, pois a desigualdade social é gritante, não podemos fingir que ela não existe, essa questão engloba a sociedade como um todo, assim devemos buscar soluções, pois as consequências são graves e às vezes irreversíveis.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para tanto, a metodologia empregada foi a quantiquantitativa de análise documental, utilizando documentos e bibliografias para compreensão da realidade social, por fim, alcançar possível resposta para sanar e ou diminuir as expressões da questão social apontadas na realidade da escola. Destarte, sobre a primeira linha de pesquisa proposta, as autoras aduzem que:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (LAKATOS- MARCONI, 2003, p.174).

Para as autoras, a pesquisa escolhida é considerada como fonte primária, ou seja, através dela foi possível ter o primeiro contato com o objeto de estudo. Outro fator evidenciado pelas autoras, é que a análise pode ser feita na hora do fato ou por escrito de outros estudiosos. Através das visitas realizadas em campo, realizou-se um levantamento de informações necessárias para elaboração do presente artigo, pautou-se além da pesquisa documental, a observação direta. Segundo as estudiosas:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (LAKATOS- MARCONI, 2003, p. 191).

Essa modalidade de pesquisa possibilitou compreender como os alunos se colocavam diante as adversidades vivenciadas por eles devido à condição que se encontravam





na escola, de modo geral, foi possível demonstrar a perspectiva que os mesmos têm com relação ao estudo e seu comportamento no ambiente escolar. É sabido que muitos indivíduos não percebem ou simplesmente não aceitam que estão à margem da sociedade, alguns deles acabam se sentindo inferior, e como consequência disso, acabam descreditando do seu potencial. Destaca-se que, estas observações também coadunaram com o contato direto com os profissionais da escola, gestores e professores.

### Resultados e Discussão

A pesquisa ora apresentada foi realizada junto ao Colégio Rui Barbosa, localizado no Bairro JK, região periférica do município de Araguaína. A escola tem em média 386 alunos matriculados, sendo que desses, apenas 129 participam do Programa de Educação em Tempo Integral, os quais serviram como sujeitos para o método de pesquisa do presente estudo, através de fontes documentais e observação sistemática, isto é com vistas aos objetivos propostos pelo estudo.

Durante a pesquisa, identificou-se diversas informações referentes à postura da escola frente às expressões da questão social encontradas, assim como se tem buscado mecanismos para enfrentá-las. A escola vem trabalhando com a pedagogia da presença, através de levantamento de dados e por meio de uma ficha individual preenchida pelos professores que também são “tutores” dos alunos, e ficam responsáveis por identificar se eles estão tendo dificuldade em alguma disciplina e trabalhar para a melhoria do desempenho desse aluno.

334

### Considerações Finais

De acordo com os dados obtidos durante a pesquisa, percebe-se que a maior parte desses alunos, estão inseridos num contexto de pobreza, e vivem em situação de vulnerabilidade social enfrentando muitos desafios para combater sua atual situação. Filhos de pais com baixa renda, separados, alguns convivem em ambiente que as drogas estão presentes, acabando sujeitos a todo tipo de exposição e periculosidade, haja vista que alguns deles vêm de bairros periféricos da cidade em que a violência urbana<sup>7</sup> é presente. Tais fatores tornam-se evidentes devido à condição socioeconômica que eles estão inseridos.

---

<sup>7</sup> Significado de violência urbana. Disponível em: <https://www.significados.com.br/violencia-urbana/>. Acesso em 04/novembro/2017.





Finaliza-se o presente estudo ressaltando que para tal, faz-se necessário o fortalecimento da Política de Educação no país, o Estado tem o dever de garantir condições não só de acesso, mas também de permanência dos alunos nas escolas. Sabe-se que a educação no Brasil está longe ser referência, mas temos a plena convicção que, tão somente por meio da constante construção de uma educação, o país poderá tomar um novo rumo.

### Referências

ARROYO, Miguel Gonçalves. **Pobreza, desigualdade e educação**. Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação: SECADI, 2016, 37 p.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9 ed. rev. Atual. Brasília. Conselho Federal Serviço Social. 2011. 60 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Brasil. Subsídios para o debate sobre serviço social na educação**. Brasília. 2011. 65 pg.

CORREIA, Claudia Patrícia Diniz. **Ser assistente social**. Serviço social – Orientação profissional. In. Conselho Regional de Serviço Social, Bahia, SETRAS 2006.

CHRISTIANO, Renata Martins; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o trabalho do Serviço Social**. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26982/26982.PDF>. Acessado em 04. Nov. 2017. 25 pg.

335

DEWEY, John. **Democracia e educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FRACASSI, Jane. **A importância do assistente social no contexto escolar**. Mato Grosso. 2014. Disponível em: [www.seduc.mt.gov.br](http://www.seduc.mt.gov.br). Acesso em: 12 out. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

**JUVENTUDES E A DESIGUALDADE NO URBANO**. São Paulo. 2015. 15p. Disponível em: [www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br). Acesso em: 12 out. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: 2003.

LEITE, Lucia Helena Alvarez. **Escola: Espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza**. Ministério da Educação: SECADI, 2016, 85p.

MOTA, Elizabete Ana. **80 Anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. Recife. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc->





128-0039.pdf. Acesso em: 03/novembro/2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação.** Ministério da Educação: SECADI, 2016, 70 p.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SILVA, Anália Barbosa; SILVA, Diego Tabosa; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O serviço social no Brasil:** das origens a renovação ou o “Fim do Início”. Disponível em <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>. Acesso em: 01/outubro/2017.

**SIGNIFICADO DE VIOLENCIA URBANA.** Disponível em: <https://WWW.significados.com.br/violência-urbana/>. Acesso em: 04/novembro/2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In:CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009, pgs 3 – 6.

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES DE MELHORIAS

Michele da Silva Mesquita

Kênia Paulino de Queiroz Souza

336

**Resumo:** O Programa Bolsa Família é um programa que contribui com a renda dos brasileiros que vivem em extrema pobreza, com a criação desse programa, o país tenta tirar brasileiros dessa situação, tornando um pouco melhor sua vida. Este recorte faz parte de uma pesquisa TCC do curso Especialização de Educação, pobreza e desigualdade social, o qual tem como objetivo analisar a importância do Programa Bolsa Família, para a vida dos alunos beneficiários da Escola Municipal Getúlio Vargas – São Valério –TO. Nesse sentido, a partir de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e entrevistas com pais dos alunos beneficiários da Escola Municipal Getúlio Vargas e também com a Diretora da escola, procuramos identificar como era a vida dessas pessoas antes do programa, e como vivem hoje, depois da criação. Para tanto, os dados da pesquisa revelaram que o Programa tem sido essencial na vida daqueles que realmente precisam, pois a família entrevistada necessita desse recurso para sua sobrevivência, foi constatado ainda que a frequência escolar teve grande melhoria após a criação do PBF, assim como a vida dos beneficiários, contribuindo com o acesso à Educação.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Educação. Vantagens.

### INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda, para brasileiros que vivem em extrema pobreza, com a criação dele, o país tenta tirar brasileiros dessa situação, pois torna um pouco melhor sua vida.

O Programa também reforça e ajuda os beneficiários no acesso à educação e a saúde, pois um dos critérios do Programa é a frequência escolar, vacinação e peso em dias, com isso garante que crianças e adolescentes tenham acesso a seus direitos sociais.







Quem não tem algum conhecido que é analfabeto? Sim antigamente o acesso à educação era muito difícil, hoje com o Programa Bolsa Família e Leis que asseguram aos brasileiros, isso praticamente não existe, pois segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS: Os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês. Com isso o programa vem ajudando e muito no índice de frequência escolar e do não analfabetismo da população brasileira.

Outro benefício do programa é o acesso à saúde, pois os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde. Com essas exigências os brasileiros estão cuidando melhor de sua saúde e com isso crianças e adolescentes estão se protegendo de várias doenças e também seu crescimento e desenvolvimento estão cada vez melhor, sem falar em nossas futuras gerações, pois com o acompanhamento médico que as gestantes são obrigadas a realizar mensalmente, garante assim, um bom parto e crianças mais saudáveis.

337

Dessa maneira, e com base nas entrevistas com alguns beneficiários e pais dos alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas e também com a Diretora, busquei aprofundar o tema, afinal o Programa Bolsa Família tem um custo de 0,5% do PIB, nesse raciocínio, a pesquisa avaliou se realmente esse programa tem mudado a situação financeira dessas famílias, e que melhorias tem feito na vida de cada um que depende desse benefício para sobreviver.

Com isso buscou-se responder: Quais as melhorias da pobreza os beneficiários obtiveram depois da implantação do Programa. Para responder, foi proposto como objetivo geral: analisar a importância do Programa Bolsa Família, para a vida dos alunos beneficiários da Escola Municipal Getúlio Vargas – São Valério -TO.

A escolha do tema justificou-se por meio da importância da igualdade social, e que muitas famílias hoje precisam de ajuda para manter seus filhos na escola, além de outras necessidades básicas, assim com a implantação do programa Bolsa Família, pode-se notar um avanço, com a implementação de benefícios para as famílias carentes do nosso país.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS





A pesquisa é de campo que procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Foi desenvolvida por abordagem qualitativa uma investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais.

Foi usada a técnica de entrevista semi estruturada com os pais dos alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas e também com a Diretora, pois essa técnica aproxima-se mais duma conversação (diálogo), focada em determinados assuntos. A vantagem dessa técnica é a sua flexibilidade e as possibilidades de rápida adaptação. Com isso, foi verificado se realmente o Programa trouxe alguma vantagem para as famílias beneficiárias e para a escola.

Esta pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro momento ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de fundamentar os conhecimentos sobre os benefícios do programa Bolsa família (PBF). O segundo momento aconteceu por meio da pesquisa com famílias, alunos e Diretora da Escola Municipal Getúlio Vargas – São Valério-TO que contribuíram para a percepção referente às vantagens que o programa tem propiciado à vida dos sujeitos.

338

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto contemporâneo nos revela que ainda estamos no marco de uma sociedade capitalista que se caracteriza por estimular o individualismo, ao invés da luta pelo “bem estar” coletivo e contra a violação de direitos que deveria ser um compromisso constante de toda a sociedade para fazer o contraponto à lógica de exploração de muitos e concentração da produção coletiva nas mãos de poucos como uma situação natural. É papel do Estado a distribuição da riqueza produzida de forma igualitária, e papel da sociedade realizar o controle para que ações dessa natureza sejam concretizadas, porém, em uma sociedade desigual onde a fome e a violência fazem parte do cotidiano de tantos é preciso garantir aos pobres e extremamente pobres o básico, de modo que com a melhora das condições possam lutar por novos patamares de sociabilidade.

Nesse sentido, o programa Bolsa Família de acordo com pesquisas, foi elaborado para dar melhoria de vida e educação para aqueles que se encontram no quadro de extrema pobreza e precisa do mesmo para ter igualdade, saúde e educação assim como as outras famílias do





nosso país, partindo por esse lado, foi averiguado se o benefício trouxe melhoria na educação de famílias carentes da Escola Municipal Getúlio Vargas.

Sabe-se que o quadro das desigualdades sociais dificulta o acesso das pessoas aos serviços básicos de saúde e educação. Neste tópico apresentamos como foi realizada cada etapa desta produção. A experiência que passamos foi gratificante, o saber um pouco mais sobre o Programa Bolsa Família, um Programa que é de suma importância para a vida dos brasileiros que vivem na extrema pobreza contribuiu para ampliar a nossa visão ao nosso entorno.

Por meio de entrevistas semi estruturadas com os pais dos alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas, foi percebido que com a criação desse programa os beneficiários tiveram várias conquistas, pois segundo a família entrevistada, hoje eles se alimentam bem, eles relataram que antes do programa muitas vezes passaram fome.

A família entrevistada é muito humilde, moram em uma casa popular cedida pela Prefeitura, essa casa abriga seis pessoas, somente uma pessoa da casa trabalha e vivem com uma renda mensal de 300,00 (trezentos reais), o recurso do Programa Bolsa Família é de suma importância para eles, pois é com essa renda que pagam a alimentação do mês e materiais escolares.

A entrevistada disse que não estudou, pois morou muitos anos na zona rural, seus pais não tinham condução para levá-la a escola, pois naquele tempo não tinha transporte escolar, e a vida era muito sofrida. Agora ela sonha com um futuro diferente para seus filhos, pois na sua percepção hoje é tudo mais fácil, e pretende que as suas crianças sejam futuramente, professores e médicos.

Foi realizada também uma entrevista com a diretora da Escola Municipal Getúlio Vargas, a mesma relatou que a frequência da escola melhorou muito depois que foi criado esse programa, ela relatou que na sua visão, com o programa as crianças tem muitos direitos garantidos, como: educação, transporte escolar, saúde, vacinas e muitos outros.

Diante desses relatos é possível analisar que de acordo com a percepção dos sujeitos o programa Bolsa Família é muito importante para a vida dos brasileiros e que suas vantagens são vastas para sociedade que depende dele, além de ser um estímulo para que possam buscar diferentes meios tanto a nível pessoal, profissional e de responsabilidade governamental para que novas possibilidades se abram para essas famílias beneficiárias saírem da situação em que se encontram de extrema pobreza.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da atual conjuntura, ao analisar todas as questões de pobreza e carência que muitas famílias vêm vivenciando ao longo dos tempos, pode-se perceber que a criação desses programas de igualdade social, vem melhorando e propondo ajuda a muitas famílias, principalmente crianças que, para se ter uma boa educação precisam de boa alimentação, saúde e incentivos para se obter bons resultados.

Diante da realidade apresentada, destacando potencialidades do PBF, espera-se que as reflexões trazidas nesse trabalho, auxiliem como subsídios que contribuam para melhorar o desenvolvimento do mesmo, de modo particular na cidade de São Valério da Natividade-TO, mas que também possa colaborar com outras realidades. A pobreza afeta a todos, não só aqueles que se encontram em tal situação, por isso “combatê-la” depende também de todos e é a partir daí que se alcançará um percurso que tem a possibilidade de contribuir com uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Brasília: 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. Institui a Renda Básica de Cidadania e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835.htm)>  
Acesso em: 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>  
Acesso em: 03 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Guia de Ações para Geração Trabalho e Renda. Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. Programa Bolsa Família – O que é? Disponível em: Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Acessado em 21 de Abril de 2017.  
SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2006.





## O PAPEL DA ETI LUIZ GONZAGA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS: UM OLHAR A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Michele Pereira de Barros

Kênia Paulino de Queiroz Souza

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar as práticas e os projetos de Educação em Direitos Humanos e sua relação com o Programa Bolsa Família, a partir dos aportes teóricos sobre a temática educação, pobreza e desigualdades sociais, assim como conhecer as ações desenvolvidas na Escola Municipal de Tempo Integral Luiz Gonzaga, a mesma está localizada em um bairro com altos índices de violência, marginalização e pobreza. Para tanto, optou-se metodologicamente por uma pesquisa de campo, com a abordagem qualitativa e como técnicas de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a análise de documentos. Diante disso, a partir dos resultados foi possível perceber que a escola investigada busca intervir no contexto de desigualdades sociais em que se situa. Então para diminuir essa triste estatística e amenizar esses dados, a unidade de ensino vale-se de projetos educacionais que despertem no educando práticas e ações pedagógicas direcionadas para o desenvolvimento do sujeito histórico social como cidadão consciente e independente, assim como princípios e valores que promovam o desenvolvimento do processo educativo estimulando atitudes e valores humanos imprescindíveis a conveniência social.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Direitos Humanos.

### Introdução

Os direitos humanos são os direitos básicos e fundamentais dos seres humanos dentro de uma determinada sociedade. E ainda estão garantidos na Constituição de 1988. A mesma ressalta no artigo primeiro o princípio da cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Considerando que a cidadania, a dignidade e os valores estão presentes na instituição escolar que tem o dever de formar e ensinar princípios básicos para a formação crítico social dos sujeitos ainda em construção, assim como promover uma educação pautada na democracia que viabilize uma prática pedagógica construtiva.

Como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 26:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (DUDH, 2017, p. 59).

Desse modo, a escola tem o papel social de induzir debates que se fazem presentes na realidade do educando e no cotidiano da vida escolar. Assim como criar práticas e atividades pedagógicas que viabilizem uma pedagogia humanizadora e cidadã, onde faça uso de uma





educação em Direitos Humanos voltados para princípios e teorias, que promovam o desenvolvimento de processos educativos estimuladores de atitudes e valores humanos imprescindíveis à convivência social.

Partindo dessa concepção, este artigo busca por meio de uma pesquisa de campo saber como a Escola Municipal de Tempo Integral Luiz Gonzaga vem trabalhando os projetos e práticas pedagógicas de Educação em Direitos Humanos e como o Programa Bolsa Família pode contribuir para a qualidade dessas atividades desenvolvidas na escola. Numa instituição de ensino, é preciso imperar projetos e práticas direcionadas a democracia com objetivo na formação da cidadania ativa e crítica dos sujeitos sociais históricos. A educação nela construída deve ter como exemplo vivências que ajudem na construção de saberes e conhecimentos autônomos.

### **Procedimentos Metodológicos**

A educação que é ofertada nas unidades escolares precisa estar acompanhada de práticas voltadas para desenvolvimentos do sujeito como cidadão, consciente e independente. Com base nesses argumentos, surgiu a seguinte problemática: Como a escola desenvolve atividades pedagógicas direcionadas a Educação em Direitos Humanos e como o Programa Bolsa Família contribui para o seu desenvolvimento?

342

Para responder a problemática teve como objetivo analisar as práticas e os projetos de Educação em Direitos Humanos e sua relação com o Programa Bolsa Família, a partir dos aportes teóricos sobre a temática educação, pobreza e desigualdades sociais, assim como conhecer as ações desenvolvidas na Escola Municipal de Tempo Integral Luiz Gonzaga. É importante destacar que nesta pesquisa fez-se o uso de uma abordagem qualitativa, e as técnicas para análise da pesquisa foram: análise de documentos (Projeto Político Pedagógico e projetos educativos) e entrevistas semiestruturadas.

Neste trabalho de campo foram realizadas entrevistas na escola com duas professoras e a orientadora educacional, entretanto não serão apresentadas as falas neste recorte, apenas o que os dados demonstraram sobre o objeto de estudo.

Além disso, utilizou-se para análise, os aportes teóricos: os módulos estudados durante o curso; especialmente o modulo introdutório, com Miguel G. Arroyo (2016) modulo I, com Alessandro Pinzani (2014) e Walquiria Leão e o modulo II, com Erasto Fortes Mendonça (2017) dentre outros. Os módulos fazem parte do curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Sociais ofertado pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, os mesmos





trabalham com temas atuais e presentes nas unidades de ensino e na sociedade como: cidadania, direitos, justiça, educação, pobreza entre outros.

Melo Neto (2007, p. 429) ressalta que: “[...] a educação se transforma em um instrumento fundamental de exercício e de busca desses direitos”. Educar em direitos humanos quer dizer ter a realidade como referência contínua. É o ato de aprender que não se dá de forma pontual ou isolada, mas que, sistematicamente, faz parte do processo educacional. Por isso é importante à escola elaborar vários tipos de abordagens que estejam dentro e fora do ambiente escolar e condizente com o tipo de educação que possa contribuir na construção do conhecimento em direitos humanos.

### **Resultados e Discussão**

A Escola Luiz Gonzaga prioriza promover educação pública com criticidade e autonomia, visando garantir além dos conteúdos previstos, ações que facilitem os discentes terem acessos diversificados ao conhecimento. Nesse sentido, formar e valorizar as pessoas, com destaque a dignidade humana, a formação da ética e da cidadania, ao resgate do ser integral da pessoa, com sólidas atitudes de autodomínio e autoestima, de espírito de equipe, de liderança e de humildade.

A partir da análise dos dados foi possível perceber que a escola em questão desenvolve ações que visam promover valores éticos e morais, coletivos e culturais, tais como: respeito a si mesmo e ao próximo, ao meio ambiente, valorização das responsabilidades, pluralidade cultural, entre outros. As ações estão coerentes com os objetivos estabelecidos em seus projetos pedagógicos que a instituição escolar vem desenvolvendo durante os anos letivos.

Contudo, a fala dos docentes é carregada de sentido e significados, bem como as ações que a Escola Municipal de Tempo Integral Luiz Gonzaga desenvolve durante o ano. Os projetos objetivam conhecimentos e saberes que contribuem para a formação de cidadãos conscientes e ativos dentro e fora da escola. Com os projetos é possível trabalhar várias disciplinas ao mesmo tempo, despertando no educando a tomada de decisão, fazendo com que o mesmo seja coerente e dinâmico nas atividades que são propostas.

Mais que isso os aprendizados são para a vida. Todavia, além de preparar o educando com a grade curricular e as competências e habilidades que fazem parte da rotina da escola, também é importante preparar o educando para o convívio social. Os projetos desenvolvidos são um complemento da educação que a escola oferece, eles são um caminho para despertar nos educandos noções de cidadania e direitos.





## Considerações Finais

Diante do que foi exposto, a Escola Luiz Gonzaga tem um importante papel social ao desenvolver projetos e práticas pedagógicas de Educação em Direitos Humanos. Ao desenvolver ações que caminham para maior rendimento do ensino aprendizagem de seus educandos. Quando utiliza como instrumento de conhecimento e saberes os projetos, que são trabalhados nos momentos cívicos, que estão pautados na grade curricular, assim como no Projeto Político Pedagógico da escola, que tem como objetivo desenvolver valores de cidadania e direitos.

Por isso, a unidade de ensino pesquisada, como faz uso de ações significativa e coerentes e desenvolve uma prática pedagógica diferenciada. Pretende com isso despertar no educando princípios e valores sociais como: responsabilidade, honestidade, justiça, respeito, pluralidade, diversidade e solidariedade. Percebe na fala dos docentes entrevistados que a instituição prioriza por projetos e ações com sentido e significados para o crescimento da vida em sociedade. No qual os educandos são protagonistas do processo ensino aprendizagem, atuantes e participativos nas apresentações propostas pela ação, ora atuando e dançando, ora representando e cantando.

Dessa forma, o incentivo a responsabilidade, ao desenvolvimento crítico-social dos educandos nas ações dentro da escola é considerado como possibilidade de contribuição para a formação de um cidadão crítico e atuante no futuro da sociedade. A escola, além disso, utiliza uma educação de comunicação aberta e honesta, com humanização.

344

## Referências

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório - **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI. Ministério da educação. Disponível em <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Políticas educacionais e desigualdades:** à procura de novos significativos. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n 113, p. 1381-1416, 2010.

\_\_\_\_\_. **Políticas educacionais, igualdade e diferenças.** Disponível em <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/89.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5209, de 17 de setembro de 2014.** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 06 set. 2017.







**Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).** Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - Social – SECADI - Ministério da educação. Disponível em: [http://sgmd.nute.ufsc.br/content/secadiformacao-continuada-pbf/mod-2/medias/files/DUDH\\_Educacao\\_Pobreza\\_Desigualdade\\_pdf](http://sgmd.nute.ufsc.br/content/secadiformacao-continuada-pbf/mod-2/medias/files/DUDH_Educacao_Pobreza_Desigualdade_pdf). Acesso em: 10 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, – Coleção Leitura; 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização da Escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

MELO NETO, José Francisco de. Educação popular em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (et al). (Org.). **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007. p. 429-440.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação.** (Módulo II). Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI. Ministério da educação. Disponível em <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PINZANI, Alessandro. REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e cidadania.** (Módulo I). Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social – SECADI - Ministério da educação. 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I e II.

TEODORO, Antônio. **Globalização e educação:** políticas educacional e novos modos de governação. São Paulo: Cortez; instituto Paulo Freire, 2003, p. 13-50.

345

## POBREZA E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Michely Castro Neves

Adelaide Gomes de A. Franco

**Resumo:** O presente artigo possui como proposta discutir qual a relação entre a pobreza e a educação, bem como quais as suas implicações na aprendizagem escolar e o papel que a escola pode desempenhar nesse processo. Para tanto, fará uma análise sobre a questão da pobreza no Brasil, bem como, sua relação com a educação e quais as implicações e consequências na aprendizagem, causadas por uma situação de carência e exclusão social. Na pesquisa debate-se que a falta de estrutura causada pela má distribuição de renda pode influenciar negativamente na qualidade da aprendizagem escolar. Além da falta de incentivo aos profissionais da educação, que gera desmotivação e falta de condições para investir numa formação continuada, que vise um aperfeiçoamento da prática docente necessária para uma educação de qualidade. A pesquisa é de cunho qualitativo, com método de procedimento bibliográfico. Ao final observamos que a relação pobreza e escola estão intimamente relacionadas, ainda que as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, que por sua vez as desigualdades sociais se traduzem em desigualdades escolares, em ciclo de reprodução contínuo.

**Palavras-chave:** Pobreza. Exclusão Social. Aprendizagem. Desigualdade social.

### Introdução

Quando o assunto é pobreza é comum associar a palavras como: fome, miséria, necessidade, falta de recursos financeiros, indignância. No entanto essas palavras isoladamente





não conceituam a pobreza. Esse tema é complexo e defini-lo não é uma tarefa simples. A definição de pobreza depende do contexto de determinada sociedade, ou seja, está relacionada aos seus recursos materiais, às políticas e desenvolvimento social e produtivo.

De modo geral a redução da pobreza está relacionada a mudanças estruturais no sistema educacional que garantam acesso à educação de qualidade para todos. As diferenças educacionais entre os indivíduos geram uma desigualdade no mercado de trabalho, que gera desigualdade na renda, que resulta na persistência da pobreza entrando em um ciclo vicioso. Embora a pobreza seja um fenômeno complexo associado a muitas causas, está fortemente correlacionada ao baixo nível de escolaridade. A redução da pobreza e da desigualdade social passa pela democratização do ensino de qualidade

São diversas as causas que fazem do Brasil um país com uma desigualdade social tão grande, provocando, conseqüentemente, um aumento considerável de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Atualmente, existem várias políticas assistencialistas que tentam "frear" a miséria no país, como o Bolsa Família, por exemplo. No entanto, o número de pobres que estão na pobreza extrema ou absoluta só vai diminuir se vários outros aspectos forem corrigidos no país, como as desigualdades sociais e a qualidade do ensino e saúde pública.

346

Neste contexto, a educação continua sendo considerada um dos instrumentos privilegiados para erradicar a pobreza e para prover igualdade de oportunidades aos cidadãos. Mas, pode a educação, por si só, servir de ferramenta para reduzir a pobreza? Qualquer revisão na evolução dos números de escolarização, dá esperança de vida escolar ou do nível médio de qualificação da população indica que a educação aumentou de forma notável em todo o globo.

A educação dos pobres é a tônica da universalização da educação brasileira por parte do Estado, uma educação voltada para o conjunto majoritário dos trabalhadores, representados por proletários e subproletários. O que está em questão na nossa análise, portanto, é a educação da classe trabalhadora no Brasil, que nos termos de Singer (1981) é formada por pobres que trabalham.

A relação educação e pobreza no Brasil apresenta dois sentidos fundamentais: a perspectiva salvacionista de solução da pobreza e o sentido comprobatório das condições precárias de vida pela ausência de escolarização, acompanhadas por outras negações de bens materiais, culturais e simbólicos. Ou seja, a escola "salva" o pobre, enquanto sua ausência





comprova a condição de ser pobre. Se o primeiro sentido demonstra sua inoperância frente à impossibilidade de superação da pobreza no modo de produção capitalista, o segundo revela uma realidade concreta dos trabalhadores precarizados e subproletários no Brasil. A educação dessas frações da classe trabalhadora é símbolo das negações de natureza variada.

Existem duas grandes maneiras de relacionar a educação formal e a situação de pobreza. De um lado, a educação é analisada como motor para a ruptura da desigualdade social, capaz de propiciar a ascendência social da população pauperizada e promovendo a cidadania crítica (optimismo pedagógico próprio da concepção pedagógica produtivista, revigorada no contexto neoliberal). De outro lado, a educação é considerada reforçadora da desigualdade social, visto que o sistema educacional se centra na distribuição de certificações educacionais e exige que a população historicamente desfavorecida supra uniformemente as demandas de uma instituição escolar moldada segundo parâmetros que lhe são alheios (pessimismo pedagógico próprio das pedagogias críticas) (SAVIANI, 2005).

Na tentativa de fugir à polarização, entende-se que a relação entre pobreza e educação não se expressa de forma linear. A educação formal é vista como parte de um complexo emaranhado que, na relação Estado/sociedade, reúne elementos não apenas cognitivos ou propriamente pedagógicos, mas também econômicos (distribuição de bens simbólicos que operam posteriormente como chaves para a inserção no mercado de trabalho capitalista), culturais (reconhecimento dos bens simbólicos a serem conservados, distribuídos e certificados) e políticos (estabelecimento de mecanismos de exclusão total e de inclusão excludente, seleção “meritocrática” de lideranças).

Diante da realidade apresentada, o presente estudo investiga até que ponto a baixa qualidade da educação na escola pública compromete a cidadania dos alunos oriundos da população mais marginalizada e contribui para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil.

Parte-se da hipótese de que dentre a multiplicidade de fatores que envolvem a dificuldade da escola pública em oferecer uma educação de qualidade para todos os segmentos da população brasileira, a precária condição da aprendizagem na escola pública de Ensino Fundamental, as condições de trabalho dos professores e o modo como lidam com a aprendizagem - própria e do educando - contribuem de modo singular para o comprometimento da cidadania dos alunos e para o aprofundamento da situação de pobreza e de desigualdade no Brasil.





Esses fatores constituem motivos de entrave para o processo de formação global e emancipado, uma vez negadas a população mais marginalizada as habilidades do aprender a ser, do aprender a aprender, do aprender a compreender, do aprender a pensar, do aprender a ser organizar e do aprender a mudar, os caminhos mais promissores para a conquista da cidadania global emancipada e democrática.

### **Procedimentos Metodológicos**

O principal objetivo do estudo foi investigar até que ponto a baixa qualidade da educação na escola pública de Ensino Fundamental compromete a cidadania da população mais marginalizada e contribui para o aprofundamento da situação de pobreza e de desigualdade no Brasil. O local de pesquisa se deu na Escola Municipal de Tempo Integral Sueli Reche de Almeida.

A pesquisa desenvolvida nesse trabalho é de natureza qualitativa, sendo realizada com base em um levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e também por meio de questionários aplicados para professores, buscando entender o que dificulta o processo de aprendizagem no ensino fundamental dessa determinada escola.

A pesquisa qualitativa permite trabalhar com os sentimentos e falas dos envolvidos no estudo permitindo um contato maior com a realidade. Para Minayo (1994, p. 21 e 22),

348

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis.

Além da pesquisa bibliográfica, como procedimento metodológico, foi feita uma pesquisa de campo para melhor se fundamentar nessa investigação que foi realizada através de visitas a escola e observações em sala de aula. Para Severino (2007, p.123),

Na pesquisa de campo, objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos, que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Por meio dessas pesquisas procurou-se compreender a temática, desse estudo, para um maior conhecimento acerca do ensino e aprendizagem no ensino fundamental, e analisar os fatores sociais, e culturais que afetam o processo de desenvolvimento do ensino.





## Resultados e Discussão

Considerando os resultados obtidos, pode-se notar que as dificuldades de aprendizagem não devem ser atribuídas somente a fatores externos, como também a fatores internos como os métodos de ensino, a falta de materiais didáticos apropriados, condições psicológicas do aluno entre outros fatores.

A escola necessita rever estratégias transformar suas aulas e suas atividades pensando em todos os alunos, garantindo que todos possam se desenvolver na aprendizagem e na aquisição de conhecimentos. É necessário, uma aproximação entre família e escola, um maior incentivo ao aluno por parte da família, professores bem preparados para lidar com essas dificuldades, buscando melhorias tanto nos métodos de ensino quanto na parte psicológica de seus alunos.

E também seria de fundamental importância, a contribuição significativa dos órgãos governamentais, para uma maior e melhor estruturação da educação brasileira, buscando minimizar as desigualdades e promovendo o acesso à educação de forma democrática, e igualitária para todos os setores da sociedade.

## Considerações Finais

Este trabalho de pesquisa possuiu como foco a educabilidade com reflexões sobre a pobreza, a escola e a aprendizagem e suas implicações. Pode-se concluir que a educação é um poderoso instrumento no desenvolvimento da pessoa, ela se dá em todos os setores da sociedade, a criança em situação de pobreza tem na escola uma chance de mudar sua condição, visto que a desigualdade social, muitas vezes, se torna uma barreira para a educabilidade.

A escola pode ser um agente de transformação desse cenário, voltando os olhares para a realidade do aluno fomentando essa mudança em cada um de seus educandos, com práticas educativas que possibilitem uma reflexão acerca da própria condição e das possibilidades de transformação a partir de si próprio.

Portanto, é fundamental que todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem tenham consciência de que podem ser agentes de transformação de muitas realidades, dentro e fora da escola e cabe ao pedagogo ser a ponte nesse processo, direcionando os olhares, uma vez que, no espaço educativo ele é o principal articulador. E por fim salientamos que esta pesquisa não esgota as possibilidades de reflexão sobre o assunto em questão.





## Referências Bibliográficas

- MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- PARO, Vitor Henrique. 1945. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.
- PIZZIO, Alex. **O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza**. Revista *Àgora*. Volume 5, n 1, p. 96-117, agos. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual**. Revista *Mal-estar e subjetividade*. V. IX, n. 1, p. 209-232, 2009.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SOUSA, Maria do Socorro Alves. **A pobreza como representação: o que faz um agente social ser considerado pobre no Programa Comunidade Solidária**. 1999. Dissertação (Mestrado em Política Pública) - Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, 2001.

## A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO SUPERIOR PRIVADA SOBRE A OFERTA DO ENSINO INCLUSIVO.

Miliana Augusta Pereira Sampaio<sup>1</sup>

Denise de Barros Capuzzo<sup>2</sup>

Simone Lima de Arruda Irigon<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo analisar as condições de oferta do ensino inclusivo numa Instituição de Ensino Superior (IES), na perspectiva dos próprios educadores. Participaram deste estudo os sete professores de uma Faculdade particular da cidade de Imperatriz – MA que trabalham com um aluno com Deficiência Intelectual. Utilizou-se como método a abordagem qualitativa, com o uso de entrevista semi-estruturada. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (1991). Nos resultados, constatou-se que mesmo os professores do ensino superior necessitam de mais subsídios que garantam a qualidade da prática inclusiva, uma vez que apresentam muitas dificuldades ao lidar com o aluno com necessidades especiais em sala de aula.

**Palavras-chave:** Inclusão. Percepção de Professores. Ensino Superior. Equidade.

### Introdução

A educação inclusiva é um tema muito pesquisado e discutido atualmente, porém a inclusão de alunos com necessidades especiais no Ensino Superior, especialmente o privado, é





uma problemática menos discutida. A revisão de literatura existente se centra na abordagem da inclusão de alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio. Contudo, a Universidade, como grande formadora de profissionais e praticante de uma pedagogia democrática, deve ser discutida nos termos do processo inclusivo.

Desde o seu aparecimento, em meados da década de 90, o termo inclusão tem sido bastante polêmico. Ora tratam-no como se fosse continuidade do processo de integração vivido por deficientes especialmente a partir da década de 70, ora percebem-no como um conceito à parte, em si mesmo imbuído de status teórico suficiente para diferenciá-lo de qualquer outro arranjo historicamente proposto para certo segmento da população apenas. Com a necessidade de reafirmar o direito de educação para todos, em 10 de junho de 1994, representantes de 92 países e 25 organizações internacionais, realizaram a Conferência Mundial de Educação, na Espanha, na qual foi aprovado a Declaração de Salamanca. Nesta declaração, representantes dos governos presentes se comprometeram em assegurar que a educação de pessoas com necessidades especiais seja parte integrante do sistema educacional (MICHELS; SARRIERA, 2000).

Desse modo, a Educação Inclusiva tem o objetivo de incluir os alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, sendo que a instituição deve se adaptar às necessidades dos alunos, para promover uma educação para todos. As escolas e universidades devem encarar a inclusão como um benefício para a instituição, para os professores, para os alunos e para a sociedade. Sendo a escola regular um ambiente enriquecedor e estimulante para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do aluno, traz benefícios na comunicação, socialização, auto-estima e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais (BARBOSA, 1999). Neste espaço, os alunos aprendem a valorizar e tolerar as diferenças, sendo menos propícios à discriminação, os professores instruem-se a como agir e interagir com os alunos com necessidades especiais, aprendem a cooperar e apoiar os outros professores e melhoram suas habilidades profissionais, e a sociedade promove uma aceitação ampla das diferenças, trazendo a paz e a cooperação (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Considerando os benefícios desencadeados para a formação de uma filosofia inclusiva, a relevância social deste trabalho fica evidenciada à medida que pretende refletir com os professores do Ensino Superior, que tem alunos com necessidades especiais em sala de aula, o seu papel neste processo de inclusão.





A proposta do presente artigo, portanto, direcionada especialmente aos colegas professores universitários, é provocar um repensar e levantar um debate inicial a respeito de nossa própria prática como professores a partir dos princípios de uma educação inclusiva. O estudo também teve como objetivo geral analisar as condições de oferta do ensino inclusivo na IES, na perspectiva dos professores.

### **Procedimentos Metodológicos**

A fim de alcançar os objetivos propostos, a presente pesquisa utilizou-se do método qualitativo com a finalidade de se obter um maior detalhamento e aprofundamento sobre o tema, uma vez que neste método pode-se obter uma maior descrição sobre os dados coletados, pois este método funciona como um procedimento discursivo e significativo de reformulação, de explicitação ou de teorização de um testemunho, de uma experiência ou de um fenômeno. Uma das características do método qualitativo, segundo Lüdke e André (1986), é a descrição da perspectiva dos participantes, que é o foco principal desta pesquisa, além da imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (KAPLAN & DUCHON, 1988).

Participaram da pesquisa sete professores de uma Faculdade Particular da cidade de Imperatriz - MA, que ministram aulas no Ensino Superior e que possuem especificamente um aluno com necessidades especiais em sala de aula, denominada de Deficiência Intelectual (Inteligência Limítrofe). Dos sete professores, todos do curso de Fisioterapia, sendo que quatro são bacharéis em Fisioterapia (um atuando como o coordenador do curso), um bacharel em Psicologia, um bacharel em Economia, um bacharel em Enfermagem.

Para a coleta de dados desta pesquisa foi utilizado como instrumento à entrevista estruturada. De acordo com Lüdke e André (1986), a entrevista estruturada aproxima-se muito da aplicação de um questionário, mas com a vantagem de se ter o entrevistador presente para esclarecimento, correção ou adaptação. Ela permite uma maior confiabilidade das informações, uma vez que se encontra dentro de uma estrutura de perguntas previamente formuladas.

A coleta dos dados foi realizada *in loco*, na própria Faculdade. Os sujeitos escolhidos foram convidados a participar da pesquisa, em horário e local marcado previamente, de acordo com a disponibilidade do entrevistado.

Para a análise dos dados coletados na pesquisa, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (1991). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que







analisam as comunicações, e que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. Ela “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 1991, p. 44).

### **Resultados e Discussão**

Com os dados obtidos a partir das entrevistas, emergiram três categorias, conforme o supracitado método da análise de conteúdo, onde os dados encontrados foram avaliados qualitativamente e serão apresentadas a seguir.

#### ***Categoria 1: Concepção dos Professores Sobre Ensino Inclusivo:***

Esta primeira categoria refere-se ao que os professores entendem sobre o ensino inclusivo. Pôde-se constatar que a maioria dos entrevistados aprova a educação inclusiva, porém, muitos demonstraram que encontram dificuldades para a realização das práticas inclusivas.

Um(a) professor(a) relatou que em sua concepção, o aluno com necessidades especiais deve ser educado separadamente, de maneira diferente dos outros alunos, revelando resquícios da ideologia do ensino aos alunos com necessidades especiais ser feito segregadamente:

“[...] Ele é limítrofe. Em função desse único aluno, você tem que deixar de lado, determinado momento da aula, trinta e quatro acadêmicos, para dar atenção para somente um. Deveriam existir então universidades específicas somente para esse público” Entrevistado 1 – Bacharel em Economia (Fonte: pesquisa de campo, 2017).

Tal fala, vai de encontro às palavras de MANTOAN (2003) o sucesso na aprendizagem está em “ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um” e isso só é possível quando se adota “uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora”. Diferenciar o atendimento do aluno com necessidade especial, em universidades específicas, pode aumentar as diferenças e a discriminação ao invés de primar pela verdadeira inclusão.

#### ***Categoria 2: Dificuldades na Docência:***

Nesta categoria foram identificadas as dificuldades que os professores enfrentam para incluir o aluno com necessidades especiais em sala de aula, como destaca-se nas falas a seguir:





“Bom, a minha dificuldade maior, é que a gente não tem um treinamento, nem durante a formação, nem durante a vida profissional que seja adequada, a medida em que você convive com um aluno desses é que a gente percebe a necessidade da formação para se trabalhar com esse tipo de aluno “ Entrevistado 3 – Bacharel em Fisioterapia (Fonte: pesquisa de campo, 2017).

[...] mas pra gente que não tem formação específica é muito difícil. Eu não tenho preparo nenhum. Às vezes, assim, você quer solicitar, e eu não sei até que ponto ele consegue aprender” Entrevistado 1- Bacharel em Enfermagem (Fonte: pesquisa de campo, 2017).

A maior dificuldade dos professores diz respeito à falta de preparo para lidar com esse aluno em sala de aula, em especial, isso provém de carência da própria formação. O preparo dos educadores é de extrema importância, pois é ele que tem a responsabilidade de conduzir o processo de ensino-aprendizagem. “O professor deve ser capaz de se conceber como agente de mudanças do contexto social, já que seu papel extrapola o de mero repassador de conhecimentos para se transformar, sobretudo, em formador de cidadãos” (BRASIL, 1994). A inclusão sem o devido preparo dos professores, poderá não obter o sucesso desejado.

### ***Categoria 3: Estratégias Utilizadas Pelos Educadores:***

Nesta categoria foram identificadas as estratégias utilizadas pelos professores frente à inclusão educacional. Os professores têm consciência quanto à necessidade de empregar métodos e técnicas diferenciadas, que facilitem a aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

“Como o aluno tem problema de memorizar e assimilar o conteúdo eu tento repetir várias vezes aquele conceito, mais claro, em direção à ele, tento fazer as provas diferentes para ele” Entrevistado 5- Bacharel em Psicologia (Fonte: pesquisa de campo, 2017).

Os professores devem estar capacitados para a escolha das estratégias mais adequadas, visto que a maioria dos professores necessita de uma capacitação formal para saber lidar com situações problemáticas. As capacitações devem desenvolver nos professores habilidades como: conhecer as necessidades dos alunos, saber como usar métodos de ensino que promovam a aprendizagem dos alunos individualmente e da turma como um todo, saber como usar os métodos de ensino que maximizam o comportamento dos alunos nas tarefas, e saber como usar uma grande variedade de métodos (STAINBACK E STAINBACK, 1999).

Destaca-se a seguir, a estratégia utilizada pelo entrevistado 5 com o aluno com necessidades especiais:





“Estou dando minha aula normal [...] todo o material da aula eu entrego para ele, porque eu acho que ele tem que ter, tem que ter os materiais, pra que ele possa tá lendo o tempo todo, mas enfim, depende dele...”(Fonte: pesquisa de campo, 2017).

Percebe-se que esse(a) professor(a) tenta ocultar a necessidade especial do aluno, tratando-o como “normal”. De acordo Stainback&Stainback (1999) os alunos com necessidades especiais devem ser aceitos como são, com suas peculiaridades e necessidades educacionais individuais. As diferenças são inerentes aos seres humanos e para respeitar uma pessoa com necessidades especiais, é preciso primeiramente, assumir que a deficiência existe, pois ignorar sua presença é uma forma de preconceito e descaso (FERREIRA, 2003).

### Considerações Finais

Os resultados mostraram que os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio de especialistas. Os participantes reconhecem a importância de uma educação democrática, que atenda à totalidade dos educandos; no entanto, apontaram que os órgãos administrativos competentes devem tomar as providências necessárias, incluindo a participação ativa de educadores, dos pais e da sociedade para proporcionar aos indivíduos com deficiências um ensino adequado às suas necessidades específicas.

355

A maioria dos professores entrevistados relataram as estratégias que utilizam com o aluno com necessidades especiais, demonstrando que mesmo com toda dificuldade existente, alguns têm consciência de que necessitam adaptar-se às necessidades do aluno, para que se possa realmente ter uma educação inclusiva.

Em face do quadro encontrado, tornam-se evidentes os obstáculos à proposta de inclusão. O principal deles parece ser a falta de preparo do professor para atuar com esses alunos. As dificuldades apresentadas pelos educadores neste estudo são graves e sugerem que ações governamentais durante a própria formação de educadores e de gestão da própria instituição em que os profissionais se encontram sejam implementadas. Além disso, os dados permitem dizer que é necessária à redefinição dos modelos de formação dos professores, com vista a contribuir para uma prática profissional mais segura e condizente com as necessidades de cada educando.

### Referências

BARBOSA, H. **Por que inclusão?** Disponível em: <<http://www.inclusao.com.br>> Rio de Janeiro, 1999. Acesso em: 12 de julho de 2017.





BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BRASIL. Secretaria de educação especial. **Educação especial no Brasil**. Série Institucional2/MEC/SEESP. Brasília: a secretaria, 1994.

FERREIRA, S. L. Diversidade e ensino superior: a universidade estadual de Londrina na construção de uma “sociedade para todos”. In: MARQUEZINE, M.C. *et al* (Org.). **Inclusão**. Londrina: Eduel, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MICHELS, L. R. F.; DÍAZ, G. A. **A inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais: perspectiva dos funcionários**. Relatório final de pesquisa do Programa Bolsa de Iniciação Científica – PROBIC, Itajaí, 2001.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

## **A PERCEÇÃO DE POBREZA A PARTIR DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL MANOEL GOMES DA CUNHA DE ARAGUAÍNA TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO**

**Mirna Grasielle de Sousa Coêlho**

356

**RESUMO:** Entende-se que o curso de especialização cujo foco seja as relações entre a pobreza, as desigualdades sociais e a educação precisa se iniciar pelo reconhecimento da existência das duas primeiras. É preciso perceber que a pobreza nos cerca e ela persiste dentro da escola. Diante do contexto, este trabalho demonstrará sobre a contribuição da escola no combate a violência, neste caso em destaque a relação entre educação e pobreza. Justifica-se a escolha do tema porque se faz necessário a presença da pobreza nas escolas representada pela fome a forma de se vestir o marketing pessoal e a dificuldade de aprendizagem desse grupo de alunos considerados pobres, ou seja, vulneráveis sendo objeto de discriminação. O objetivo deste é conhecer como a escola atua nas situações e possibilidades para erradicar a pobreza no ambiente escolar minimizando, prevenindo diversas situações causadas pela pobreza. A violência escolar tem se constituído, nos últimos anos, em um problema social e amplamente divulgado e explorado pelos meios de comunicação principalmente o *bullying*. Foi realizada pesquisa bibliográfica em artigos científicos buscados em Google acadêmico e SCIELO. Este estudo permitiu extrair algumas informações importantes, a necessidade de que profissionais da educação, e outros procurem conhecer mais sobre a pobreza para que se possa combater.

**Palavras-chave:** Alunos. Educação. Pobreza.

### **Introdução**

O presente Trabalho do curso de especialização proporcionará algumas reflexões acerca da contribuição da escola no ambiente escolar e no combate á pobreza. Observando, assim uma diversidade de comportamentos caracterizados como a vulnerabilidade dos indivíduos na literatura atual e é importante entender que eles têm conseqüências para a formação futura dos alunos, motivo pelo qual devem ser objeto de estudo. De acordo com os





relatos colhidos na Escola Estadual Manoel Gomes da Cunha localizada no povoado Novo Horizonte, uma das maiores dificuldades enfrentadas na escola é a falta de interação com a comunidade.

Na primeira parte do trabalho inclui a definição e reconhecimento do termo pobreza mostrando a dificuldade que há em reconhecer-se pobre, por causa da discriminação agregada a essa condição, ignorando que existem outros tipos de pobreza além da falta de recursos financeiros.

Já na segunda parte abordaremos sobre a relação que entre escola e pobreza destacando a importância da unidade escolar conhecer a realidade social de seus alunos para ajudar a solucionar os problemas que cada um enfrenta, pois é dentro da escola que se tem a arma mais poderosa contra as desigualdades sociais e pobreza é o conhecimento e a união, quando todos trabalham unidos todo e qualquer problema se resolve.

Na terceira parte, o trabalho mostra a percepção de pobreza na escola analisada e está dividida em subseções como: a estrutura da escola, pobreza material vs pobreza intelectual, como erradicar a pobreza com educação o foco desta parte é mostrar os resultados obtidos com a pesquisa de uma forma detalhada.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para obter os resultados do trabalho foi feita uma pesquisa quantitativa estruturada em forma de questionários aplicados para 16 alunos de algumas turmas variadas, para conseguir os dados necessários visando alcançar os objetivos propostos, o trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual Manoel Gomes da Cunha localizada no distrito de Novo Horizonte Araguaína - TO. A região é bastante carente e conseqüentemente a escola também, mas apesar das dificuldades a escola atende todas as necessidades dos alunos, porém como qualquer escola pública também precisa de alguns ajustes. A pesquisa foi feita entre os dias 29 de setembro de 2017 e 04 de outubro de 2017. E a técnica usada para desenvolver a pesquisada foi aplicar o questionário acompanhando cada aluno individualmente para tirar eventuais dúvidas sobre as questões, e quanto as normas técnicas, foram feitas de acordo com o exigido que foi a emissão de um ofício destinado a diretora da escola para a liberação da pesquisa já que foram utilizados dados e opiniões de alunos e a maioria era menor de idade.

Também foram utilizadas pesquisas feitas na internet em alguns sites como: Google, SCIELO e outros, além de pesquisas em artigos variados de alguns autores como: (AMARO,





2012), (CARNEIRO, 2014), (ALMEIDA, 2005). E também nos autores dos módulos Introdutório, II e III relacionando todos para melhor entendimento do tema.

### Resultados e discussões

A pobreza pode ser definida e identificada por vários fatores não tão fáceis de serem compreendidos apesar de corriqueiros, os mais populares são a carência econômica, que envolve todos os tipos de limitações que dependem de valores financeiros como: alimentação, moradia, vestuário, etc. e a carência social que engloba todos os tipos de exclusão e/ou discriminação enfrentada por indivíduos, pobres (ou pessoas de classes sociais diferentes), portadores de algum tipo de deficiência, negros, indígenas, LGBT's etc.

Um erro comum é o de identificar a pobreza com um baixo nível de renda ou de riqueza. Embora uma renda baixa ou nula represente, certamente, um elemento essencial para definir a pobreza, não é o único aspecto que deveria ser levado em consideração, pois existem facetas da pobreza que não se deixam compreender facilmente, se nos limitarmos a avaliar questões de renda. (MENDONÇA, p. 19).

Portanto não se deve generalizar nem rotular a pobreza somente pela falta de dinheiro existe inúmeros fatores que desencadeiam e produzem a pobreza.

O grande mal das pessoas que ainda não a reconhecem é achar que a pobreza acontece apenas em casos isolados, acabam maquiando e ignorando a realidade.

A escola configura-se como um espaço onde se vivenciam diversas formas de relações sociais. A pobreza precisa ser compreendida, elucidando seus aspectos históricos e sociais, provocando um debate reflexivo sobre as questões provocadas pelas desigualdades que são vividas diariamente na vida das pessoas no Brasil, o ambiente escolar, pela sua natureza educativa, de formação de opinião, de debate, de construção de identidades, de socialização, do diálogo, da alteridade e do respeito às diversidades configura-se como espaço ético e político, portanto, imprescindível para travar os enfrentamentos a qualquer forma de violência. Para tanto se faz necessário um trabalho com a rede e um envolvimento de todos os sujeitos que atuam e vivem na comunidade escolar. (CARNEIRO, 2014).

A escola exerce um papel fundamental no desenvolvimento social dos estudantes, não podendo se limitar a um espaço apenas de aprendizagem formal ou desenvolvimento cognitivo. A pobreza é um tema que jamais pode ser

Desprezado pelas escolas por não conhecer ou por minimizar o fenômeno. É preciso que o ambiente escolar se transforme, e adapte-se a realidade e as demandas culturais atuais para controlar a pobreza e as demais desigualdades.





Nos na função de educadores estamos sempre em busca de recursos didáticos para não fazer nenhum tipo de distinção entre os alunos. Mas eles mesmos acabam cometendo esse tipo de exclusão com os colegas e isso ocorre em todos os níveis de escolaridade.

De acordo com o questionário aplicado na escola a maioria dos alunos reconheceu que sim a pobreza material afeta a intelectual e é visível no dia a dia no ambiente escolar que eles frequentam 75% dos alunos entrevistados foram favoráveis a esse questionamento, para a aluna Railany Pereira Alves da 2ª série do Ensino Médio diz: *“sim, compromete por que se o aluno não tiver suporte isso prejudica ele. Se não tiver a ajuda que necessita, principalmente a ajuda material”* e 25% que não compromete, a aluna Lanielly Oliveira Lima do 9º ano do Ensino Fundamental diz: *“não, porque a inteligência é a partir da pessoa, não do bem material”*. em outras palavras ela quis dizer que o intelectual não é comprometido pela pobreza pois para ela a inteligência já nasce com a pessoa e não é algo que o meio e condições em que vive influencie. Agora na mesma linha de pensamento com uma questão diferente **A pobreza tida como ausência material, prejudicaria o aluno mais que a intelectual?** Nesse contexto pode – se dizer que as duas acabam prejudicando o aluno, já que uma advém da outra produzindo uma limitação de conhecimentos que seriam adquiridos através dos estudos causando uma lentidão na aprendizagem, impossibilitando os alunos de acompanhar os outros que não estão às margens da vulnerabilidade social, portanto a pobreza intelectual que foi desenvolvida por causa da pobreza material prejudica os alunos esgotando suas capacidades mentais em longo prazo.

359

As respostas dessa questão foram bem divididas 40% dos alunos disseram que a pobreza material não prejudicaria o aluno, e 60% que a pobreza intelectual é a que mais prejudica já que para estudar precisam de conhecimento e inteligência. A relação entre elas é que as duas são tipos de pobreza e acaba limitando as pessoas em vários aspectos. Por isso superando a intelectual automaticamente haverá uma grande redução na pobreza material, porque através do conhecimento e estudos pode-se ir muito além do comodismo em busca de melhorias.

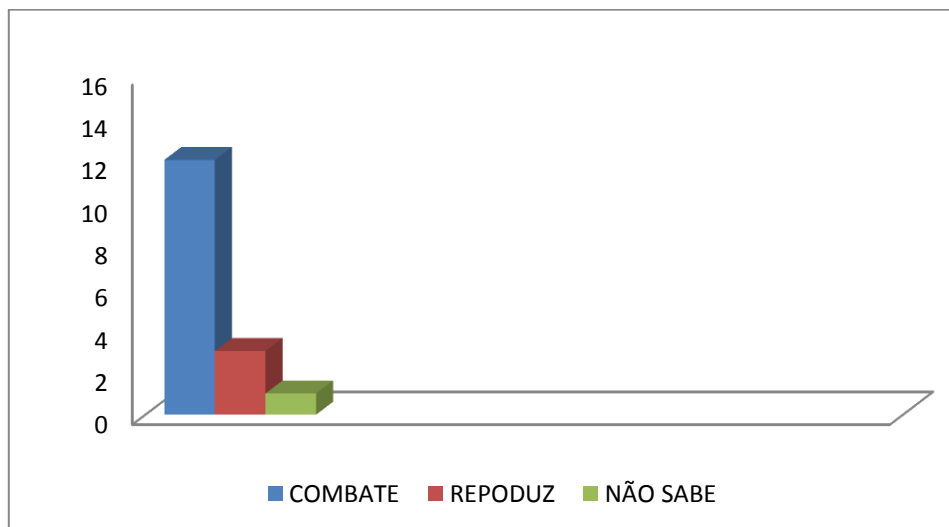
A pobreza está em todos os lugares, e o seu principal gerador são as desigualdades sociais divididas e vivenciadas entre as minorias, que acabam gerando as discriminações e exclusões sociais. No ambiente escolar podemos encontrar praticamente todos os tipos de desigualdades existentes. Por isso o peso do combate a pobreza se torna quase que exclusivo das escolas por meio da educação que ajuda a conscientizar. No gráfico a seguir mostra os





resultados obtidos através do questionário perguntando se a escola reproduz ou combate a pobreza.

**Gráfico 1** – a escola combate ou reproduz a pobreza



**Fonte:** Mirna Grasielle de Sousa Coelho outubro, 2017

Para erradicar essa mazela social que acomete o mundo, a melhor forma e mais eficaz ainda é, e sempre será através da educação, somente ela te prepara para a vida, a educação é responsável pelo desenvolvimento social.

360

### Considerações finais

A atuação de uma equipe de profissionais especializado trabalhando o social nas escolas terá como grande desafio, o trabalho interdisciplinar, porque atua nos vários aspectos sociais cotidianos que estão expressas tanto nas relações externas, como a família e a sociedade, quanto nas relações internas que compõem o espaço educacional.

Este estudo apresentou algumas informações importantes, a necessidade de que profissionais da educação, e outros procurem conhecer ainda mais sobre a pobreza para que se possa combater e prevenir este tipo de fenômeno nas entidades escolares.

A participação da família é necessária e importante para que sejam alertadas sobre o comportamento e estudos de seus filhos, para que possam atuar e ajudar a solucionar este tipo de problema que acomete várias escolas do nosso país.

### Referencias

AMARO, Sarita Terezinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2012.







ARROYO, Miguel G. Pobreza, Desigualdades e Educação. In; MEC/SECADI **Módulo introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação.** 2014. Disponível em: [www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod\\_forum/attachment/.../modulo3.pdf](http://www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod_forum/attachment/.../modulo3.pdf), acessado em maio de 2017.

CARNEIRO, Yasmim Gomes. **MEDIAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR: O Reconhecimento do conflito e o Enfrentamento á Violência em uma Escola Classe do DF.** UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, 2014.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: MEC/SECADI. **Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza.** 2014. Disponível em: [www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod\\_forum/attachment/.../modulo3.pdf](http://www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod_forum/attachment/.../modulo3.pdf), acessado em maio de 2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: MEC/SECADI. **Módulo II - Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação.** 2014 Disponível em: [www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod\\_forum/attachment/.../modulo3.pdf](http://www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod_forum/attachment/.../modulo3.pdf), acessado em maio de 2017.

## **BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

**Misleyanne Alves Rosa**

**Adelaide Gomes de A. Franco**

361

**Resumo:** O presente trabalho possui como proposta desvelar a percepção de algumas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como a avaliação dos seus possíveis impactos no processo de ensino e aprendizagem dos educandos que usufruem de tal benefício. O marco teórico que sustenta a pesquisa explana no primeiro momento a evolução do conceito de pobreza, destacando as interfaces e multidimensionalidade do fenômeno em questão. Para tanto, é apresentada a reconstrução histórica do processo de exclusão social que ajuda a compreender como as estruturas sociais colaboram para a identificação atual do sujeito pobre e marginalizado. Assim, adentra-se no debate da política pública do Programa Bolsa Família. A presente pesquisa possui cunho qualitativo, ainda método de procedimento bibliográfico e documental. Ao final, mostra-se que as estruturas objetivas e subjetivas que compõe o cenário do fenômeno pobreza no universo da pesquisa transcorrem para além dos fatores de exclusão econômica.

**Palavras-chave:** Pobreza. Desigualdade Social. Oferta educacional. Políticas Públicas. Programa Bolsa Família.

### **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, no Brasil tem se observado a desigualdade na distribuição de renda incidindo na geração de índices elevados de extrema pobreza que exclui parte significativa da população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania refletindo na sua integridade física e na subjetividade humana. Isso decorre devido a





perpetuação do modo de produção capitalista, no qual é centrado na crescente acumulação de riqueza para poucos e pobreza para muitos, privilegiando apenas o desempenho da economia.

O cenário da pobreza no contexto brasileiro exige debates sobre seus reflexos principalmente na área da educação, onde se concentra grande número de crianças e adolescentes do segmento da população empobrecida. Um dos maiores desafios no contexto educacional, consiste em reconhecer a pobreza enquanto um fenômeno multidimensional que afeta fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, além de evidenciar as estratégias do Estado em promover a distribuição de renda e inclusão social através de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza de forma contínua.

Com relação ao desenvolvimento da Política Social, tem sido observado um quadro amplo de intervenção, porém descontínuos e insuficientes para atender as demandas dos segmentos empobrecidos da população. “A política social no Brasil tem assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza num dado patamar” Silva (2010, p.157-158).

Atualmente, o Programa Bolsa Família-PBF desenvolvido pelo Governo Federal, é considerado a estratégia central da política social brasileira através da transferência de renda condicionada. Isso decorre dos seus impactos na melhoria da condição de vida da população que vivem na pobreza e extrema a partir de suas diretrizes centrais e condicionalidades na área da saúde, assistência social e educação.

Nessa perspectiva, esta pesquisa exhibe parte dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso da pós-graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal do Tocantins, tendo por objeto de estudo a educação como condicionalidade do Programa Bolsa Família -PBF.

As categorias de análise que orientaram essa pesquisa foram as seguintes: educação, desigualdade e políticas públicas. Tal estudo visou apresentar uma breve discussão acerca dos possíveis impactos do PBF no desempenho escolar a partir da análise qualitativa evidenciando a pobreza enquanto categoria para implementação e problematização do programa.

De forma sintética, o processo investigativo consistiu em problematizar quais as percepções da família e professores acerca dos possíveis impactos PBF no desempenho escolar? Como subsídio à discussão, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: quais os desdobramentos da pobreza na contemporaneidade? Quais as diretrizes e





condicionalidades do PBF? Quais os possíveis impactos do PBF no desempenho escolar dos alunos beneficiários?

O cenário exploratório foi escolhido tendo em vista as vivências e observações da pesquisadora com os impactos do PBF na Educação Básica. O recorte geográfico desta pesquisa é o município de Miracema do Tocantins, tendo como população estimada no corrente ano corresponde a cerca de 19.055, (IBGE, 2017), dentre estes 3.681 famílias estão inscritas no CadÚnico sendo representado pelo percentual de 38,7% da população com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo.

### PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA

O objetivo geral que norteou este estudo consistiu em apreciar a percepção da família sobre o PBF e a avaliação dos seus possíveis impactos no processo de ensino-aprendizagem. Subsidiando ao questionamento, elencou os seguintes objetivos específicos: Sublinhar os desdobramentos da pobreza na contemporaneidade; descrever as diretrizes e condicionalidades do PBF; e por fim, identificar os possíveis impactos do PBF no desempenho escolar dos alunos beneficiários.

No que tange ao procedimento metodológico para a organização deste estudo, foi desenvolvida um criterioso levantamento bibliográfico na literatura científica a partir de pesquisas anteriores realizadas sobre avaliações do PBF e suas condicionalidades em trabalhos publicados em revistas, livros especializados, pesquisas realizadas Pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA dentre outras informações disponibilizadas no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.

A coleta de dados se deu a partir da técnica de entrevista, no qual buscou apreciar a percepção de pais e professores acerca do PBF no que tange os possíveis impactos no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes beneficiárias. Tais entrevistas foram realizadas de forma aleatória com famílias beneficiárias e professores da educação básica de nível fundamental e médio através de perguntas abertas agrupadas por categorias de análise da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada com dois grupos. O primeiro envolveu 10 famílias residentes no município de Miracema do Tocantins, tendo por critério serem beneficiária do PBF e a escolha para serem sujeitos dessa pesquisa foi de forma aleatória. Tais dados foram adquiridos através de entrevista realizadas na residência dos entrevistados. O segundo grupo





foi composto por 05 professores que desempenham suas atividades nas unidades escolares frequentadas pelas crianças e adolescentes das famílias beneficiárias envolvidas nesse estudo.

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de campo explicativa com o intuito de conectar as ideias afim de compreender as diretrizes do PBF e os seus possíveis impactos no desempenho escolar de crianças e adolescentes beneficiárias.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo divide a discussão em três eixos. O primeiro conceitua a dimensão da pobreza e seus desdobramentos na contemporaneidade além de salientar os desafios de sua abordagem no processo educacional. O segundo, evidencia as diretrizes e condicionalidades do PBF. Para finalizar, são apresentadas as observações sobre os relatos de famílias e professores sobre os possíveis impactos do PBF no desempenho escolar de crianças e adolescentes beneficiárias.

Conforme Gomes e Pereira (2005)

As transformações ocorridas na política econômica do Brasil produziram profundas mudanças na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social. Como reflexo dessa estrutura de poder, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação desse estado de pobreza, reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes. As desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família (GOMES & PEREIRA, 2005, P.

364

O principal fator determinante dessa desigualdade está centrado na forma de organização da sociedade capitalista de produção e reprodução de bens e serviços. Obviamente, as transformações oriundas desse processo de acumulação de capital agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade social de grande dos segmentos da população que vivem na pobreza e extrema pobreza lançando os provedores das famílias ao desemprego, empregos de modo precário, moradia precária, alimentação insuficiente, dentre outros agravos (SILVA, 2016).

Como consequência desses agravos na condição de vida desse segmento populacional, muitas crianças e adolescentes pertencentes a tais grupos familiares ficam em situação de trabalho infantil com o propósito de contribuir no orçamento familiar, e na maioria das vezes abandonam os estudos e seu retorno fica cada vez mais distante (GOMES & PEREIRA, 2005).





Nos últimos anos o governo elaborou alguns programas direcionados as famílias que se encontram em condição de vulnerabilidade social, os quais foram denominados de Programas de Renda Mínima-PGRM, instrumentos dessas políticas públicas de distribuição de renda e inclusão social com o propósito de combater a pobreza e estimular melhores condições de vida para o grupo social beneficiário.

Nos dias atuais, o PBF consiste na principal política pública desenvolvida pelo governo federal através da transferência de renda condicionada no sistema protetivo do Brasil. Nessa condição, visa suprir ou minimizar as condições de miséria na vida dos segmentos da população que vive na pobreza e extrema pobreza propiciando a garantia do acesso aos direitos sociais básicos e principalmente a inclusão socioeducacional, como propósito de contribuir para a redução da evasão e permanência de crianças e adolescentes na unidade escolar.

O PBF beneficia atualmente, mais de 13,9 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Tendo em vista a condicionalidade na área da educação, a família assumiu o compromisso de matricular crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e manter a frequência escolar mensal mínima de 85% e os adolescentes de 16 e 17 anos devem ter no mínimo 75% da frequência escolar, visando acompanhar a frequência e o rendimento escolar como potencializadores dos impactos positivos do programa às famílias beneficiárias (BRASIL, 2015).

365

No que tange a reflexão sobre os possíveis impactos gerados pelo PBF na educação, é apresentado o resultado das entrevistas considerando como aspectos: indicadores de pobreza e desigualdade social; melhorias na condição de vida dos segmentos da população que vivem na pobreza e extrema pobreza e os possíveis impactos no desempenho escolar dos alunos beneficiários visando a permanência de crianças e adolescentes na escola.

Nessa condição, os possíveis impactos do PBF na melhoria da condição de vida dos beneficiários evidenciaram melhorias através do benefício, principalmente no aspecto da alimentação e materiais escolares. Todavia, não houve consenso nas respostas de professores, embora alguns enfatizam certas melhoras, outros destacaram a dimensão paliativa e assistencialista do programa.

Em relação aos possíveis impactos no desempenho escolar, as famílias avaliam a contribuição de forma positiva, e enfatizam o incentivo no PBF ao proporcionar a compra de materiais escolares para permanência dos filhos na escola e reforçam a motivação para a sua





permanência na escola devido à preocupação na perda do benefício. Os professores avaliam essa condicionalidade como positiva, pois além de estimular novos aprendizados ainda enfraquece a permanência de crianças e adolescentes nas ruas em situação de trabalho infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição positiva do PBF na redução da pobreza e desigualdades sociais tem sido apontada em vários estudos. Um dos principais impactos do programa consiste em condicionar ao atendimento na saúde, assistência social e condições mínimas para o desempenho escolar de crianças e adolescentes do segmento da população pobre e extremamente pobre.

Assim, pode-se observar uma contribuição positiva do PBF na redução das desigualdades sociais e da pobreza imbricadas no cumprimento de suas condicionalidades, através da perspectiva compensatória e assistencialista da complementação da renda propiciando aos beneficiários o acesso às condições mínimas de cidadania.

O PBF revela aspectos limitados da abordagem da questão social e os reflexos no processo de ensino-aprendizagem. Tal programa propicia o acesso de crianças e adolescentes de famílias pobres e extremamente pobre com a finalidade de fortalecer sua permanência na escola reduzindo a evasão escolar. No entanto, apenas o acesso à educação e a permanência desses alunos na escola não garante o desenvolvimento de suas potencialidades e melhoria na condição socioeconômica das famílias.

No PBF, a frequência escolar é considerada um instrumento de enfrentamento à pobreza, porém, a permanência do aluno pobre na escola não é o suficiente para a inclusão social e melhorias na vida dos beneficiários. É preciso melhorar as condições operacionais e infraestrutura e entorno da escola, e problematizar o fenômeno nos currículos no contexto político, econômico, social e cultural como estratégia de promoção da emancipação humana.

É preciso ir além, e o primeiro passo consiste em introduzir a discussão sobre pobreza na educação enquanto categoria multidimensional, de modo a considerar e problematizar a pobreza a partir das vivências de alunos pobres e extremamente pobres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Um país menos desigual:** Pobreza extrema cai a 2,8% da população. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>.





IBGE. **Miracema do Tocantins.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins/panorama>. Acesso em: 30/10/2017.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. 2005. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf). Acesso em: 05/11/2017.

PIZZIO, Alex. **O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza.** Revista Ágora. Volume 5, n 1, p. 96-117, agos. 2010.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas:** caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, vol. 13, núm. 2, julho-diciembre, 2010. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf). Acesso em: 28/10/2017.

\_\_\_\_\_; ARREGUI, Carola; YAZBEK, Maria Carmelita. **Mapeando e analisando possíveis impactos do Bolsa Família.** In: O bolsa família: Verso e Reverso/ Coordenado por Maria Ozanira da Silva e Silva. Campinas: Papel Social, 2016.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: USP, 2001.

## CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: ESTIGMAS E DESIGUALDADES

367

Mizia Avelino Oliveira Mourão

**Resumo:** O presente artigo visa discutir a luz das Ciências Sociais a temática criminalização da pobreza, estigmas e desigualdades. Busca-se identificar quais fatores conduzem a cultura da estigmatização, abordando ainda acerca da punição da população pobre e sua exclusão social. A criminalização da pobreza articula-se com a violência contra as populações marginalizadas em um processo de desigualdades produzidas em grande escala na sociedade brasileira. Como arcabouço teórico fez-se uso de literaturas como as dos cientistas sociais Loic Wacquant (2014); Nunes (2015); Adorno (2010) et al. Bem como dados de órgãos oficiais e outros estudos do mesmo ramo. A pesquisa tem sua base fundamentada no método histórico-estrutural. Diante do estudo, observou-se grande tendência da população associar o cidadão em situação de pobreza com criminalidade e violência sendo este um discurso que se perpetua através do tempo. Notou-se que, criminalizar, marginalizar ou estigmatizar o pobre é algo bem mais simples e cômodo para o Estado e população do que buscar soluções para a problemática do abismo social e que a desigualdade social do grupo estudado é motivada pelas relações capitalistas, com aval da sociedade e Estado o que o torna conivente com tal problemática.

**Palavras – Chave:** Criminalização. Pobreza. Estigmatização. Desigualdades.

### Introdução

A criminalização da pobreza no Brasil é algo histórico enraizado de modo ideológico na cultura da sociedade brasileira desde os tempos coloniais. Assim, ser pobre no Brasil é sinônimo de enfrentamento de dificuldades, que vão desde um atendimento digno no sistema público de saúde à busca por uma vaga na creche do bairro, dentre outros problemas comuns ao cotidiano do pobre.

Ademais, ser pobre no Brasil implica em ser estigmatizado como criminoso, vagabundo, sendo por vezes visto como a materialização do medo e do ódio da classe dominante, a saber, a elite





brasileira. Impregnou-se no inconsciente coletivo do brasileiro a ideia errônea segundo a qual moradores de bairros periféricos, favelas, morros, invasões, conjuntos habitacionais populares são criminosos.

Deste modo, tornam-se estigmatizados, esteriotipados marginalizados, carregando em si a marca da marginalidade que é o crime de residirem em determinada região da cidade, pertencer a uma classe social, ter determinada cor de pele ou ainda visto como criminosos pelo modo de expressar-se e vestir-se, dentre outras características que fazem com que a outra classe social os enxerguem de um modo marginal.

Assim, por não seguirem o padrão estipulado pela classe dominante, tornam-se uma ameaça ao esquema classificatório da estrutura social. Ora, para o sistema classificatório o pobre não é um representante dos valores e ideais do padrão social sendo então algo a ser evitado, descartado.

Nunes (2015) corrobora com esta dedução afirmando que esse rótulo genérico é atribuído aos moradores indistintamente, todos eles são perigosos “Ser morador da favela é trazer a “marca do perigo””, é ter uma identidade social pautada pela idéia de pobreza, miséria, crianças na rua, família desagregada, criminalidade, delinqüência.

Neste sentido ser pode implicaria viver em sentido oposto ao da civilização, sendo temidos ou até odiados pelo simples fato de não adotarem certas regras morais apreciadas pela elite dominante. Diante desta percepção até então empírica, é que surge o desejo de aprofundar-me na temática criminalização da pobreza, porém deste ponto em diante, de maneira científica como pesquisadora da área de serviço social e das ciências sociais.

O que até então são apenas hipóteses poderão ser confirmadas ou negadas ao término do artigo científico que ora pretende-se trabalhar. Por fim, esta proposta de estudo tem grande relevância no âmbito acadêmico e social tendo em vista que apesar de ser algo histórico no contexto brasileiro ainda está em voga podendo ser relevante contribuidor para melhor compreensão desta problemática. Diante do exposto tem-se como objetivo discutir a luz das Ciências Sociais a temática criminalização da pobreza, estigmas e desigualdades. Como objetivos específicos busca-se identificar quais fatores conduzem a cultura da estigmatização, abordando ainda acerca da punição da população pobre e sua exclusão social.

### **Metodologia**

A pesquisa tem sua base fundamentada no método histórico-estrutural tal modelo nos da a noção de que em países subdesenvolvidos e desenvolvidos existem problemas







qualitativamente distintos e que a formulação de políticas e o fortalecimento das capacidades do Estado são condições determinantes para que os países menos avançados possam se transformar e atingir níveis de desenvolvimento mais altos.

Para (Demo, 2006) é o método que melhor se aplica as ciências sociais, tendo e vista ser aquela que não deixa de ser lógica, demonstrando sensibilidade pela face social dos problemas, proporcionando condições objetivas e subjetivas. A dialética acredita na

contradição e no conflito dos fatos em si, como forma de realidade, de modo que o processo é interminável e criativo, o que a constitui como história. Deste modo, a dialética histórico-estrutural destaca estruturas dinâmicas, como algo pertencente à essência histórica.

O método histórico-estrutural destaca a importância do contexto histórico do grupo social objetivando entendê-lo melhor. A dialética histórico-estrutural contém em si condições objetivas e subjetivas, sendo a primeira, condições externas ao homem, a saber, a desigualdade social e as necessidades materiais.

Já as condições subjetivas podem ser compreendidas como aquelas que dependem da opção humana, como a capacidade de construir a história no contexto das condições objetivas” (DEMO, 2006, p. 94). Nesse sentido, implica-se que, estar dotado de consciência é uma condição objetiva, enquanto na condição subjetiva não se inventa a possibilidade de consciência histórica. As dimensões quantitativas e qualitativas se assemelham as condições objetivas e subjetivas como parte de um todo. As condições objetivas se inserem no campo quantitativo que são mais acessíveis à captação científica, porque estas são mais adaptáveis a formalizações.

A dimensão qualitativa também se assemelha as condições objetivas, por ser um dado histórico mais próprio da conquista humana (DEMO, 2006). Deste modo, a presente pesquisa faz uso do método dialético a fim de proporcionar uma melhor compreensão da questão social ora exposta. Partindo do seu contexto mais amplo até chegar a discussão mais específica. Neste caso, a criminalização da pobreza, estigmas e desigualdades.

### Resultados e Discussões

A violência que “vem de cima”, é aquela oriunda dos poderosos e das elites por meio do Estado que age de forma estrutural e compacta por meio de uma série de transformações econômicas e sociopolíticas que resultam na “polarização de classes que, combinada com a segregação racial e étnica, está produzindo uma dualização da metrópole, que ameaça não





apenas marginalizar os pobres como condená-los à redundância social e econômica direta” (WACQUANT, 2001, p.29 apud CASTRO, 2010, 34).

### **Caso 1: Supostos criminosos**

Atualmente, parece que enquanto brasileiros ricos de pele clara podem ficar bêbados ou fazer arruaça publicamente, os jovens pobres e negros arriscam suas vidas fazendo muito menos. Em várias ocasiões em meses recentes de verão, jovens pobres, majoritariamente negros, que não tinham cometido qualquer crime e não transportavam drogas ou armas foram detidos em ônibus, que iam para a turística Zona Sul do Rio, como criminosos em potencial. Este esforço, em teoria, com o objetivo de reduzir a criminalidade perto das praias de Copacabana e Ipanema, foi condenado como ilegal pelo juiz Pedro Henrique Alves da Primeira Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, mas a prática de julgar jovens de baixa renda culpados até que se provem inocentes persiste. (rioonwatch.org.br, 2016).

Acerca do caso 1, Castro (2010) afirma que há uma crescente estigmatização imposta ao pobre, gerada pela grande desigualdade que vem se consolidando nos países capitalistas. Este estigma traz consequências graves para as relações interpessoais dentro da sociedade na qual ele está inserido. Ele é a raiz do preconceito, da discriminação e da noção errada de desvalorização de pessoas pelo fato de não terem, no aspecto material, o necessário para participar efetivamente da vida em sociedade.

370

### **Caso 2: Proibida entrada de pobres**

Muitas vezes excluídos dos espaços públicos frequentados pelos ricos, alguns jovens de baixa renda têm recorrido à mídia social para organizar grandes encontros em shoppings dominados pelos ricos. Estes encontros pacíficos, que se tornaram populares em 2013 e 2014, são conhecidos como rolezinhos. Apesar de sua natureza não-violenta, os rolezinhos são muitas vezes tratados como uma forma disruptiva de protesto e foram proibidos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em um domingo em janeiro de 2014, o sofisticado Shopping Leblon fechou suas portas em antecipação a um rolezinho planejado para ocorrer lá naquele dia. Após este incidente, a juíza Isabella Peçanha Chagas determinou uma multa de R\$10.000 por cada participante no rolezinho. (rioonwatch.org.br, 2016).

Referente a tal questão Wacquant, (2001) argumenta que a visão capitalista de que os indivíduos valem pelo que possuem materialmente – e todo o estigma ora discutido - gera para os ricos e possuidores de bens materiais o sentimento de “direito” de mandarem na





sociedade e de serem superiores àqueles que possuem menos. Idem (2001) diz ainda que, a estigmatização territorial é também uma problemática concentrando-se em locais bem definidos, bairros destinados aos pobres, como se ali morassem vagabundos e pessoas sem valor.

### **Caso 3: Seletividade no sistema prisional brasileiro**

Tomando por base dos dados disponibilizados pelo Infopen (2015/2017), buscou-se traçar um perfil do encarcerado, levando em conta, escolaridade, cor e faixa etária. Salienta-se aqui o “aspirador social” que se tornou o sistema prisional brasileiro, onde o aumento de sua população deve-se mais a uma política de repressão e de criminalização à pobreza, do que a uma política capaz de diminuir as ocorrências criminais. Torna-se importante colocar o debate sobre a criminalidade em um plano que leve em consideração questões sobre desigualdade social e econômicas enquanto elementos partícipes dessa “equação”, acompanhados da discussão sobre o acesso à justiça. (MONTEIRO; CARDOSO, 2013).

Acerca da cor e escolaridade, segundo o Infopen, dois em cada três presos no Brasil são negros (67% do total). Da população prisional, 31% são brancos 2% outra cor. O levantamento também constatou que é muito baixo o grau de escolaridade da população prisional brasileira: cerca de 53% dos presos possuem ensino fundamental incompleto. Os dados demonstram maior gravidade quando se leva em conta a cor das pessoas encarceradas e reforçam a discussão já desenvolvida na literatura. 67% são negros enquanto 31% são brancos. Indicadores de vulnerabilidade analisados comparativamente entre a população evidenciam a diferença marcante entre os negros e os brancos no Brasil. (MONTEIRO; CARDOSO, 2013).

Para Coelho (2005 apud MONTEIRO; CARDOSO, 2013).), os estereótipos de cor parecem funcionar efetivamente, especialmente no que tange o acesso diferencial à justiça por meio de marcadores sociais. Nesta perspectiva, Adorno (1989, p. 43 apud (MONTEIRO; CARDOSO, 2013). aponta que apesar da maioria dos sentenciados estarem inseridos no grupo de brancos, tanto para reincidentes como para não-reincidentes, 65% e 74% respectivamente, a diferença acentua-se quando se comparam reincidentes e não-reincidentes da cor negra.





### Considerações Finais

A partir do estudo realizado tomando como arcabouço teórico obras de conceituados Cientistas Sociais, bem como pesquisas de estudiosos da temática criminalização da pobreza, percebe-se que a desigualdade social é de sobremodo fomentador das precárias condições de vida da classe pobre, motivada ainda por intermédio das relações capitalistas e com o aval da sociedade e Estado.

Neste cenário, sociedade e Estado que deviam tornar-se responsáveis por buscar maneiras de pelo menos minimizar as condições desumanas as quais o pobre é submetido. Adota-se estratégias opostas que é culpabilizar o pobre por sua condição, criminalizando-o quando este por vezes busca não permanecer à margem. A literatura adotada neste estudo aponta que o pobre historicamente sempre teve seu lugar estipulado na sociedade. Pois para o pobre é destinado um local físico simbólico. Desde os tempos da escravidão até a contemporaneidade existe distinção entre o local específico para ricos e local específico para pobres, conforme indica os casos expostos no resultado da pesquisa.

A literatura e pesquisas apontam ainda o estigma do pobre como bandido em potencial, fato este também explícito no tópico resultados e discussões. Tal problemática é costumeiramente debatido entre estudiosos das Ciências Sociais, o pobre como o grande causador da violência ligada à criminalidade. O que se percebe nas discussões da grande mídia bem como da sociedade em geral é a presença de argumentações infundadas que defendem a visão do pobre como criminoso.

O Ápice da materialização deste estigma se dá com a população moradora da periferia. Sobretudo negros, pobres e de baixa escolaridade. Não é perceptível um incômodo na sociedade e nem uma ética que não permita por vezes ataque verbal, ideológico e todo tipo de discriminação. Percebeu-se com base neste estudo que, criminalizar, marginalizar ou estigmatizar o pobre é algo bem mais simples e cômodo para o Estado e população do que buscar soluções para a problemática do abismo social tão latente no Brasil.

Acerca do perfil da população carcerária brasileira, notou-se uma espécie de seletividade, como bem descreve Wacquant (2001) as prisões brasileiras são “campos de concentração para pobres” que mais se assemelham a empresas públicas de “depósito industrial de dejetos sociais” do que instituições que servem para alguma função ressocialização.





## Referências

- ADORNO, S. **Racismo, criminalidade e justiça penal**: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-22, 1996.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Informações Infopen. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID598A21D892E444B5943A0AEE5DB94226PTBRIE.htm>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- CASTRO, Clara Alencar. **Criminalização da Pobreza**: Mídia e propagação de uma ideologia higienista de proteção social aos pobres. TCC. Universidade de Brasília UNB, Brasília: 2010.
- DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 2006.
- LEMGRUBER, J. Verdades e mentiras sobre o sistema de justiça criminal. **Revista CEJ**, Brasília, n. 15, p. 12-29, set.-dez. 2001.
- MACAULAY, F. Prisões e política carcerária. In: LIMA, Renato; PAULA, Liana (Orgs.). **Segurança pública e violência**: o estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto, 2006.
- MONTEIRO, F. Cardoso G. **A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária** Um debate oportuno. (artigo). Civitas: Porto Alegre, 2013.
- NUNES, Sylvia S. **Racismo no Brasil**: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Psicologia USP, v.17(1), p. 89-98, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n1/v17n1a07.pdf>> Acesso em: 12 out. 2017.
- RIO ON WATCH. **Criminalização da pobreza**. (2016). Disponível em: <[www.rioonwatch.gov.br](http://www.rioonwatch.gov.br)> acesso em: 10/nov/2017.
- WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda Punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3ª edição, revista e ampliada, agosto de 2007.

## A ESCOLA E O SEU PAPEL NO CONTEXTO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL

Nadjacoely Silva Pereira

Kênia Paulino de Queiroz Souza

**Resumo:** Este recorte tem como objetivo identificar na Escola Municipal Jorge Amado em Palmas - Tocantins a postura de agente transformador diante da pobreza e das desigualdades sociais ao reconhecer o papel social que a escola pode desenvolver em benefício dos assistidos do Programa Bolsa Família. Nesse sentido enfatiza-se a importância da educação no processo de transformação da pobreza e das desigualdades sociais em uma história de emancipação do indivíduo, uma vez que tendo a compreensão da situação de precariedade em que vivem, possa mudar essa condição através do conhecimento, do saber. Diante disso, foi realizada uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa; com as técnicas de entrevista semiestruturada e análise de documentos pedagógicos da Escola Municipal Jorge Amado. Diante dos resultados encontrados foi possível perceber que a instituição não apresenta um projeto que contemple à temática da pobreza e das desigualdades sociais, por outro lado, apresenta comprometimento com a educação e com o conhecimento, dentro das possibilidades técnicas e pedagógicas que dispõem.

**Palavras-chave:** Pobreza. Educação. Transformação





## Introdução

Falar a respeito da pobreza é algo que aflige a alma e mais difícil ainda por considerar essa situação uma realidade que norteia nossa sociedade. Através da educação é possível redimensionar uma história de desigualdades sociais para a construção de uma nova perspectiva de bem-estar social justo e digno para os menos favorecidos. Este artigo sugere a reflexão da escola sobre a importância da educação para proporcionar mudanças em uma história da pobreza e das desigualdades sociais; podemos então dizer que a escola ainda se encontra frágil em exercer este papel de agente colaborador?

Para obter as respostas sobre a realidade da pobreza em nossa sociedade, temos como objetivo de pesquisa identificar na Escola Municipal Jorge Amado em Palmas-Tocantins essa postura de agente transformador mediante a pobreza e as desigualdades sociais. Para tanto é preciso observar a participação da escola junto à comunidade, visualizar a evolução das práticas pedagógicas da unidade escolar em prol do desenvolvimento crítico, intelectual e social dos beneficiados do Programa Bolsa Família; analisar o comprometimento da Escola Municipal Jorge Amado através de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, com a execução de uma entrevista semiestruturada com a diretoria e coordenação.

Nesse sentido, compreende-se que a escola poderá fazer a diferença na vida dos beneficiados do Programa Bolsa Família, influir na mudança de paradigmas, no enfrentamento da pobreza para que de fato a educação possa ser um instrumento no manuseio da construção do saber, da liberdade de expressão e da busca por ideais solidárias que reconheçam os direitos dos seres humanos e que afirmem a confiança do indivíduo para se identificarem como agentes de direitos.

374

## Procedimentos Metodológicos

Esta discussão é recorte de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a diretora e a coordenadora da Escola Municipal Jorge Amado e análise de documentos a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) e projetos educativos.

Com respeito às falas dos entrevistados substituímos os nomes por letras (A; B) para manter a identidade dos sujeitos preservada, buscando fazer uma análise com os demais dados levantados na investigação.

Para tanto, tem-se o intuito de registrar, identificar e informar os possíveis problemas que impedem a educação de contribuir para o fortalecimento e valorização do indivíduo como





um ser pensante, promovendo uma consciência e um comprometimento maior da escola que é um guia norteador para mudar a história de vida de pessoas desacreditadas e esquecidas como os beneficiados do Programa Bolsa Família.

### Resultados e Discussão

Falar a respeito da pobreza sempre causa um grande incômodo sobre o ser humano, mas o fato é que essa realidade hoje é presente em nossa sociedade e infelizmente o ser humano acaba se acostumando com essa situação e notoriamente ignorando à miséria social que muitas pessoas estão vivendo.

Tendo em vista a necessidade de ter informações mais precisas em relação a interferência da educação para a mudança na perspectiva de vida dos assistidos do Programa Bolsa família, foi realizada uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a Diretora e a coordenadora da Escola Municipal Jorge Amado com o fim de registrar, identificar e informar os possíveis problemas que impedem a educação de contribuir para o fortalecimento e valorização do indivíduo como um ser pensante e altruísta.

Para manter a identidade das entrevistadas, vamos usar D para diretora e C para a coordenadora.

375

Foram feitos questionamentos como:

1. Vocês como agentes da educação acham que hoje a escola pública melhorou em relação ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais?

Resposta da A: Sim, relata que acredita que melhorou porque eles procuram através de projetos abordar sobre as dificuldades que existem em cada região do Brasil, a alimentação das crianças são bem elaboradas, e existe muita unidade entre os servidores na manutenção e ordem da escola.

2. Como tem sido o olhar para os menos favorecidos, para que de fato a educação através da Escola Municipal Jorge Amado seja um agente de transformação da realidade da pobreza? Resposta da B: Foi relatado que são feitas rotinas de controle de presença dos beneficiados do Programa Bolsa Família, porque na ausência dos alunos com o benefício a coordenação liga para a residência, quando necessário vão até a casa para entender a ausência.

3. O tema Pobreza é incluído no Planejamento Político Pedagógico, ou seja, os currículos estão abertos para a reflexão e para reconhecer o seu papel de grande importância





na construção de um ideal de vida com dignidade e direitos humanos adquiridos para a classe pobre?

Resposta da B: O debate sobre a pobreza não está incluído no PPP não existe nos currículos a reflexão sobre esta temática, existem projetos que discutem os problemas das regiões, as desigualdades sociais em geral, mas não a inclusão do debate do reconhecimento da pobreza de uma forma direta.

4. Como tem sido a participação das famílias na escola na perspectiva que são parceiras na superação da pobreza e das desigualdades sociais?

Resposta da A: As famílias estão presentes na vida de seus filhos em relação a frequência na escola, até porque a ausência dos filhos implicará a perda do benefício. As famílias quando convocadas para as programações da escola e reuniões elas participam com frequência.

5. Esta última pergunta foi respondida pelas duas profissionais, O PBF realmente tem fortalecido a permanência do estudante na escola e conseqüentemente feito a diferença na vida destes assistidos?

Resposta A: Todas as duas acreditam que o programa facilitou a frequência destes alunos, elas reconhecem a importância porque mesmo que eles venham com o intuito de receber o benefício, eles acabam tendo que estudar e assim possibilita o término dos estudos.

Em relação aos dados apurados nas entrevistas, os resultados apontam, segundo a experiência da escola que houve uma melhora razoável. Percebemos que a Escola Municipal Jorge Amado não possui um PPP e projetos direcionados a temática da pobreza, entretanto, existe um comprometimento com o serviço educacional onde os integrantes da escola estão engajados em exercer todas as atribuições que são devidas a partir do ingresso na instituição de ensino.

A escola promove um ambiente agradável e disciplinado propício ao aprendizado, pois foi possível observar a preocupação da escola em envolver os alunos em diversos projetos, como exemplo: uma horta onde os alunos são beneficiados com alimentação saudável que se estende para o consumo das famílias dos alunos. Assim, cuidando da alimentação escolar, atrelado a programas sociais, a escola, dentro dos seus limites, vem trabalhando para reduzir índices de precariedades junto aos que se encontram na linha da pobreza.







## Considerações Finais

Uma sociedade só pode conseguir mudança, seja ela qual for se primeiramente reconhecer o objeto da mudança. A pobreza e as desigualdades sociais que é a nossa temática, não é vista como se deveria, existe uma cortina que cobre uma realidade tão dura e cruel. A pobreza é mascarada, uma realidade invisível, onde a sociedade passa por cima dessa situação com a prerrogativa que é um problema do poder público.

Certamente com a formação do indivíduo e na sua consciência de ser humano compreendendo a sua importância como ser pensante, crítico e altruísta é possível uma mudança. A educação é essencial para que essa mudança de paradigma aconteça, com o empenho coletivo da escola, da participação da comunidade juntamente com seus filhos fazendo parceria com a escola buscando o caminho para um ensino sério, onde a visão é uma educação para o progresso intelectual, moral, comprometido com o esforço de construir um caminho para alunos com um futuro onde a justiça, igualdade, autonomia, liberdade sejam suportes para uma vida de valores.

Apesar da escola em destaque ainda não inserir diretamente o assunto pobreza e desigualdades sociais, ela caminha com uma visão solidária e responsável com o trabalho que desempenha, é necessário ainda despertar na Escola Municipal Jorge Amado um olhar diferente para o papel de formadores e transformadores em benefício dos menos favorecidos.

A participação da escola é indubitavelmente uma aliada no combate à pobreza e às desigualdades sociais, nós educadores somos como luzes para iluminar o horizonte que desperta no estudante o interesse pelo saber, somos instrumentos de motivação para a busca do conhecimento humano e de suas especificidades.

A educação permite ao aluno a condução para os saberes, a razão de ser, não como indutores, mas como indicadores de um caminho para ampliar, enriquecer e aprofundar valores e conhecimentos que promovam no indivíduo sua afirmação, o exercício dos seus direitos, o respeito pelo o seu semelhante e compromisso com a verdade, a igualdade e a liberdade.

## Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.010, DE 08 DE MAIO DE 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, 16 Junho 2006 ; Seção 1:4.





CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da Sociedade. Tradução Guy Reynald. Rio de Janeiro: Paz e terra, ano, 1982.

COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). Escritos sobre os sentidos da escola. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. Série Educação Geral, Superior e Formação Continuada do Educador.

DURKHEIM, Émile o criador da sociologia da educação - Nova Escola. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/456/criador-sociologia-educacao>> Acesso em 28 março 2017.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Tradução de Nuno Garcia Lopes. Lisboa/Portugal. Edições 70. Abril 2011.

FERNANDES, Florestan um militante do ensino democrático. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/formacao/florestan-fernandes-um-miltante-do-ensino-democratico> > Acesso em 15 abril 2017.

HANUSHEK, Eric - "O futuro do Brasil depende de bons professores e de alunos". Disponível em: <[www.ipea.gov.br/desafios](http://www.ipea.gov.br/desafios). > Acesso em 18 abril 2017.

IBGE. Censo Demográfico 2012 – Características Gerais e educacional da População. Disponível em:< <http://www.censo2012.ibge.gov.br> > Acesso em 22 setembro 2017

MOLL, Jaqueline – Educação Integral. Disponível em: [www.educaçãointegral.org.br/especialista/jaqueline-moll/](http://www.educaçãointegral.org.br/especialista/jaqueline-moll/)> Acesso em: 20 abril 2017.

RAMOS, Marise Concepção do ensino médio integrado. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/.../texto-concepcao-do-ensino-medio-integra.../mariseramos>> Acesso em 25 março 2017.

TEIXEIRA, Anísio – Biografia do educador – InfoEscola. Disponível em: <[www.info.escola.com/biografias/anisio-teixeira/](http://www.info.escola.com/biografias/anisio-teixeira/)> Acesso em 08 abril 2017.

## **O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NA VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE WANDERLÂNDIA-TO**

**Neise Valadares Guimarães**

Este Projeto aborda uma pesquisa de cunho qualitativa sobre a execução do Programa Bolsa Família (PBF,) do município de Wanderlândia, Estado do Tocantins, sendo realizados por meio de questionários com perguntas fechadas, com sugestão de possíveis respostas, aplicados às famílias contempladas pelo PBF no município de Wanderlândia. Simultaneamente terá uma entrevista com o Gestor do Programa para coletar dados e informações que contribuam para um maior entendimento do Programa, como se desenvolve, quais são o perfil das famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e principalmente que mostre a importância e os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Família no município de Wanderlândia.





Embasados nas pesquisas objetiva-se entender o programa social intitulado Bolsa família, considerado como uma forma de auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, principalmente as famílias com baixa renda, com condições sociais das pessoas sob a forma de política social aos grupos mais vulneráveis, como forma de minimizar o dramático quadro da desigualdade social de milhões de brasileiros que vivem no país.

O Programa Bolsa Família tornou-se um dos principais instrumentos de combate à fome e de garantia do direito humano à alimentação no Brasil. A princípio a proposta veio sendo amplamente elogiada pelas famílias, o Bolsa Família foi apresentado como uma forma de atacar um problema social básico para o ser humano: a fome. Após algum tempo foi realizando parcerias com a Educação e Saúde, para fomentar ainda mais seus objetivos, que serão apontados neste texto.

Ressalta-se também a relevância da Bolsa Família no desenvolvimento pleno das famílias, desenvolvendo parcerias estratégicas nas áreas de educação e de saúde com o objetivo de estimular o desenvolvimento das famílias e oportunizar as gerações futuras superarem a pobreza. Dentre eles destaca-se o Programa Mais Educação (PME) que mantém parceria desde 2011 e foi implementado pelo Ministério da Educação para incentivar a oferta de educação integral de crianças, adolescentes e jovens de escolas públicas em situação de pobreza e extrema pobreza, beneficiários do programa de transferência de renda, contribuindo para a qualificação da educação no país.

Outro destaque do Programa Bolsa Família está vinculado com a Saúde, é o Programa Saúde na Escola – PSE, implementado pelos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que visa fortalecer as ações que priorizem o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, aproveitando o espaço da escola para ofertar aos estudantes atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde (BRASIL, 2012).

Outra questão relevante sobre o Bolsa Família é compreender quais os impactos positivos e negativos que as famílias contempladas pelo Programa sentiram e/ou sentem desde a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, cujo Programa sustenta seus objetivos, em ajudar às famílias brasileiras que precisam superar a pobreza, buscando garantir seu acesso à renda, a direitos sociais e a ações complementares, como também ampliar as possibilidades de desenvolvimento das famílias mais carentes.





É preciso tentar entender desta política assistencialista em que o governo oferece subsídio para famílias em condições de pobreza ou miséria acentuada, mas para isso é fundamental vários estudos e reflexões acerca da política social em que vivemos.

Na consolidação dos resultados das Entrevistas realizadas com as famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família, percebe-se na grande maioria estão satisfeita com o Programa, que por meio dele houve muitas mudanças significativas na Educação e na Saúde, bem como também foi impactados socialmente, ou seja, sentem-se mais parte da sociedade em que vivem, participando de eventos promovidos pela Escola e demais Instituições públicas, estimulando sua cidadania de forma mais efetiva.

Mas também foram detectadas outras situações, como de algumas famílias e/ou familiares insatisfeitos com o valor repassado do Programa Bolsa Família. Constatamos que muitas famílias veem o Programa Bolsa Família como um mero favor do Estado, diante desta constatação percebe-se que a assistência social ainda é vista como caridade.

Percebe-se que os impactos foram importantes para a sociedade atual, porém é necessário que haja uma mudança na própria gestão do Programa Bolsa Família, de âmbito federal, Estadual e Municipal, sendo todos responsáveis pela implementação do programa, em cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social.

380

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Bolsa Família. 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso: 18 agosto, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Bolsa Família – Estados/Municípios. 2008. Disponível: [http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/estados\\_e\\_municipios](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/estados_e_municipios)>. Acesso em 18 agosto, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/Suas. Brasília: MDS/SNAS, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: MDS. disponível em <http://mdspravoce.mds.gov.br/bolsa-familia/o-que-e/> Acesso em 28 agosto 2017

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUE, Ricardo e MENDONCA, Rosane. **Desigualdades e Pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável., textos para discussão n.800, Rio de Janeiro.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n.12, p.1-19, jun./dez. 1995.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2007. \_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios





(PNAD, 2007). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Brasília: Comunicação da Presidência, n. 7, ago. 2008.

PETERINI. O Programa Bolsa Família e a Redução da Pobreza e das Desigualdades Sociais no Estado do Rio Grande do Sul.2012.39f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Sociais e Humanas do Campus de Santa Maria, Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2012. Acesso em: 23 ago. 2017.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA SOB A SUBJETIVIDADE DOS EMPOBRECIDOS

Nelba Fonseca Lima

Kênia Paulino de Queiroz Souza

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade investigar famílias de alunos matriculados no Colégio Estadual Conceição Brito, que convive na pobreza ou pobreza extrema, beneficiárias do Programa Bolsa Família e as visões que as mesmas possuem sobre sua situação de sobrevivência. Para tanto, foi realizada uma investigação por meio de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa tendo um questionário semiaberto como instrumento técnico de levantamento de dados para se encontrar as respostas que inquietam as pesquisadoras. Além disso, foi feito uma busca na literatura pertinente para aprofundar os saberes concernentes à pobreza e sua inter-relação com a desigualdade, à educação, políticas públicas e direitos humanos, fundamentados em teóricos da área como Miguel Arroyo (2013), Aldaísa Sposat (1997), dentre outros. Assim, a pesquisa desvelou pela experiência empírica dos sujeitos que vivem em contextos de pobreza ou na extrema pobreza que as dificuldades cotidianas são inúmeras, mesmo assim, eles acreditam em um futuro próspero.

**Palavras-chave:** chave: Pobreza. Desigualdade. Educação. Direitos Humanos. Políticas Públicas

381

### INTRODUÇÃO

Os problemas sociais do Brasil, de forma direta ou indiretamente, estão relacionados com a pobreza ou extrema pobreza, e, afligem milhares de família em todo o país. Desse modo, é importante termos ciência que esse problema social para ser erradicado requer o engajamento de toda sociedade, principalmente da escola, a qual tem a função de transmitir com qualidade e igualdade de oportunidade o conhecimento a todos os indivíduos, mediante práticas pedagógicas com base nos princípios político-ético-emancipatórios apoiados no direito à vida, à igualdade e a diversidade. Sendo assim, os profissionais da educação precisam conhecer todos os problemas que permeiam à pobreza a fim de estabelecer relações entre educação e desigualdade social em seus aspectos políticos, sociais e éticos com a pretensão de transformar a realidade escolar e social.

Nesse pressuposto, é que se assentou a pesquisa em ênfase e se apresenta como produto final um artigo que tem o objetivo geral de mostrar as percepções das famílias de alunos do Colégio Estadual Conceição Brito, que recebem o benefício do Programa Bolsa Família sobre a situação de pobreza vivida e suas perspectivas futuras, além do





objetivo específico que se concentram em compreender por meio de um estudo bibliográfico, a relação entre educação escolar, pobreza, direitos humanos, desigualdade social e políticas públicas.

A temática escolhida para essa pesquisa foi motivada pela curiosidade de diagnosticar sob a subjetividade das famílias pobres ou extremamente pobres as suas condições reais de vida, uma vez que conhecemos o discurso de quem não tem a experiência desse contexto e, portanto, julgam que a pobreza existe por comodismo.

Outro fator que favoreceu a escolha desse tema foi à relevância que ele tem para os profissionais que atuam na Educação Básica, os quais lidam diariamente com alunos pobres e precisam conhecer em teoria e pela ótica de quem vive o dia a dia em contextos empobrecidos para intervir de modo seguro sustentado pela literatura pertinente e pelo olhar empírico dos sujeitos.

Além disso, este recorte representa o trabalho final de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sendo esse outro motivo para se enfatizar a importância desta atividade. Entretanto, mostrar como as famílias de alunos carentes do Colégio Estadual Conceição Brito analisam suas próprias condições socioeconômicas é o ponto chave dessa pesquisa, pois são as visões delas que serve de material para compreender tais situações.

382

Nessa intenção, buscamos compreender: Como famílias de alunos do Colégio Estadual Conceição Brito, que recebem o benefício do PBF, avaliam sua condição de pobreza? Que perspectivas as famílias do PBF tem com relação ao futuro?

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos realizados na procura de respostas para a temática focalizada no âmbito do Colégio Estadual Conceição Brito consistiram numa abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, tendo como instrumento de coleta de dados o uso de um questionário constituído de perguntas destinadas a dez (10) famílias de alunos dessa Unidade Escolar, que são beneficiários do PBF, para se (re) conhecer a visão que elas têm sobre sua situação com relação à própria subsistência, bem como do programa social (PBF) no qual são inscritos, que tem como princípio tirar boa parte da população da pobreza ou extrema pobreza.

Entretanto, para tornar essa pesquisa consistente e visando obter respostas sobre a realidade investigada, lança-se mão de um questionário com perguntas semiabertas, que





segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”.

Nesse sentido, verifica-se a importância do questionário para elucidar toda a problemática que envolve a pesquisa. O questionário é composto de nove (09) questões semiabertas e subjetivas, que serve para confirmar o caráter qualitativo dessa pesquisa, já que não se intencionava obter dados estatísticos, mas o olhar metucioso para as temáticas em estudo.

Diante do exposto, é possível antecipar que as diferentes vozes presentes nas respostas obtidas mediante o instrumento utilizado, permitiu um novo olhar sobre as experiências humanas em condições de pobreza, capaz de compreender os mecanismos que produzem e reproduzem essa situação, bem como agir contra eles, já que a pobreza não é uma identidade, mas uma condição que pode ser transformada por meio de ação que mobilize a solidariedade e o compromisso humano.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

383

Mediante análise das respostas do questionário aplicado foi percebido que as famílias têm consciência das condições que a pobreza impõe sobre suas vidas, reconhecendo as dificuldades pelas quais passam, mas, por outro lado, é nítida a esperança que nutrem por um amanhã melhor, crendo piamente que o futuro promissor está bem próximo.

É sabido que os pobres são discriminados e culpados por suas condições de vivências e por outras classes sociais são vistos, muitas vezes como preguiçosos, acomodados e que não tem coragem de lutar para sair da vivência empobrecida. Mas os sujeitos desta pesquisa parecem desconhecer esses julgamentos, talvez a ausência de uma escolaridade básica completa lhes impeça de enxergar com nitidez essa realidade.

Por outro lado, podemos compreender com Lacan (1966 apud Coracini, 1997, p. 17 ), que a imagem que construímos de nós mesmos provém do (s) outro (s), isso quer dizer que nos vemos inevitavelmente pelo olhar do outro, que a construção da identidade de cada sujeito se concretiza por este prisma. Entretanto, pelas informações colhidas com os questionários percebemos que esses sujeitos sonham com uma vida digna e desejam, um dia, deixar de receber o benefício do PBF para dar oportunidade a outras famílias com mais necessidades.





Diante disso, podemos verificar que, em geral, os indivíduos pobres vivem alheios ao que os outros pensam ou digam sobre a situação de vivência dos mesmos. Talvez viver na ilusão de que a vida é do jeito que é, apenas por determinação divina ou por falta de oportunidade seja melhor que reconhecer que esse problema social se assenta na ausência de vontade política para atenuar as dificuldades de quem vive as dificuldades da pobreza. Caso contrário, simplesmente, efetivando, de fato, as leis existentes que garantem aos cidadãos e cidadãs os direitos adquiridos seriam suficientes para não mais existir a pobreza.

Mediante tudo que foi exposto, podemos dizer que encontramos as respostas para a problemática que incitou a pesquisa, pois depreendemos que as famílias dos alunos do Colégio Estadual Conceição avaliam subjetivamente que elas enfrentam grandes dificuldades por não ter dinheiro para pagar as despesas do consumo mensal, assim veem no orçamento apertado a inviabilidade de oferecer uma vida digna para seus filhos. E, na preocupação dessa condição esquecem muitas vezes de incentivar e acompanhar a vida escolar dos mesmos. Embora seja visível que essas famílias se conformam na esperança que as coisas irão melhorar com as oportunidades que almejam para conseguir sair da pobreza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

384

A análise dos dados coletados e também o aparato teórico mencionado demonstram que os objetivos foram alcançados, uma vez que, o alvo primário era detectar a visão que as pessoas empobrecidas (famílias de alunos do Colégio Estadual Conceição Brito) têm sobre as condições que permeiam os contextos pobres. Além disso, compreendemos que a pesquisa realizada contribuirá para a prática pedagógica dos pesquisadores no processo de reconhecimento do importante papel que exercem na escola, pois se insere numa ação que marca significativamente o desenvolvimento humano.

Vale enfatizar que todo esse estudo e o contato com as pessoas que vivem em contextos empobrecidos foram de grande valia para nós como pessoa e para nossa formação continuada como profissional que lida todo dia com adolescentes e jovens vindos de contexto empobrecidos. Isso nos fez reavaliar nosso papel de educadoras e o que precisamos fazer para melhorar a vida e o desempenho escolar desses alunos.

Portanto, é imprescindível que seja dado continuidade em pesquisas referente à pobreza, desigualdade, educação e direitos humanos porque se trata de questões que envolvem problemas sociais complexos, impregnados nos discursos da humanidade há muitas gerações e não serão resolvidos em curto prazo. Mas por meio de uma mobilização da escola,







pois acreditamos que a transformação dessa realidade deva partir dela através dos profissionais da educação que pouco a pouco tomam consciência da situação e do seu papel social nesse contexto. Assim, esperamos que num futuro próximo todas as mazelas que nossos semelhantes sofrem por causa da pobreza seja extinta, começando por cada um fazer o seu papel.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Módulo Introdutório – **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADAI, Ministério da Educação. Disponível em <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em 15 out 2016.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro : arquivo, memória e identidade : línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução** / Maria José Coracini. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2007.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. Edição Especial. – São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. In: BRENNER, Eliana de Orais; JESUS Dalena Maria N. **Manual de planejamento e apresentação de trabalhos acadêmicos: Projeto de pesquisa, monografia e artigo**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENO SACRISTÁN, J. (Org.). **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, vol. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995.

LACAN, J. “**O estádio do espelho como formador da função do eu**”. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Trad. De Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PINZANI, A. REGO, W. L. **Pobreza e Cidadania**(módulo I) Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Ministério da Educação, 2014.

SILVA, M. O. da S. (Coord.) **O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v.7, n. 2, p. 233-253, 2003.

\_\_\_\_\_. Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação? **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.





\_\_\_\_\_. *et al.* Pobreza no Brasil e na Argentina: dimensão e políticas de enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 2, p. 171-196, 2007.

SPOSATI, A. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Brasília: SAS-MPAS/Fundap, 1997.

TELES, J. Pobreza, desigualdade e diversidade. In EITLER, Kitta. BRANDÃO, Ana Paula (Orgs.) André Lazaro (Coord.). **Por que pobreza? : educação e desigualdade** : -- Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2014.

## EDUCAÇÃO E POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA MUNICIPAL

Nelsilene Alves dos Santos Araújo

Kênia Paulino de Queiroz Souza

**Resumo:** A pobreza tem desencadeado uma série de fatores que vem determinando o futuro de uma geração que vivem às margens da sociedade abrindo portas para o desrespeito, o preconceito e um grande índice de desigualdade social. Para combater ou amenizar essa questão foi implantado o Programa Bolsa Família que tem contribuído com a frequência escolar dos alunos. Nesse sentido, esta discussão é resultado de uma pesquisa de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade social, com o objetivo de conhecer o funcionamento do Programa Bolsa Família em Porto Nacional, Tocantins. Para tanto, a partir de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa foi realizada na Escola Municipal Deasil Aires uma entrevista semiestruturada e uma análise documental a partir do Projeto Político Pedagógico e documentos referente a frequência escolar. Os dados revelaram que, a escola vê de forma positiva a questão do programa bolsa família no que diz respeito a frequência escolar e a compra do material escolar do aluno. Entretanto, no documento pedagógico e no currículo escolar não apresentam ações diretas que possa contribuir para combater a pobreza, mas de forma indireta desenvolve o trabalho que pode favorecer mudanças de postura e atitudes neste contexto social.

386

**Palavras-Chaves:** Bolsa Família. Pobreza. Educação.

### Introdução

Apesar de estarmos em pleno século XXI e termos conquistado muitos avanços como o tecnológico, saúde e educação há algo que continua sendo uma questão social e que a sociedade nunca conseguiu superar ou extinguir por mais que se criem projetos, ações sociais e programas de transferência de rendas referentes a essa questão, principalmente o Programa Bolsa Família criado exclusivamente para combater a pobreza e à desigualdade social.

É algo que a sociedade finge não ver, é considerado comum como se fosse algo “normal” foi observado através desse estudo de pós-graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social que a pobreza tem aumentado e continua sendo uma questão muito complexa de se resolver.

Apesar de alguns programas governamentais terem ajudado a amenizar o problema, entretanto não tem sido suficiente para resolver a situação de extrema pobreza e desigualdades





sociais, pois o avanço em educação não tem conseguido solucionar essa questão, uma vez que pouco se faz com esse intuito.

E por mais que a educação seja acessível à comunidade pobre não existem políticas públicas na educação diretamente voltadas para contribuir com a diminuição da pobreza, os professores não estão preparados, para lidarem com essa questão, falta lhes formação especializada no assunto abordado porque no currículo escolar não trata de “questão pobreza”.

Diante desse exposto conheceremos através desta discussão, como tem sido tratada a questão da pobreza e o funcionamento do Programa Bolsa Família na Escola Municipal Deasil Aires em porto Nacional – TO, localizada em bairro periférico da cidade.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer o funcionamento do Programa Bolsa Família em Porto Nacional, Tocantins. Para tanto, pauta-se na abordagem qualitativa a partir do seu problema por se tratar de interpretações de acontecimentos reais em seu contexto (ANDRÉ, 1995). A pesquisa foi desenvolvida a partir de duas técnicas para coleta dos dados: análise de documentos e entrevista semiestruturada.

Nesse sentido, a análise dos documentos proporciona a complementação dos dados levantados quando por outras técnicas não foram possíveis (ANDRÉ, 2013). Para tanto, esta análise foi realizada a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), normas, estatutos e projetos educativos da Escola Municipal Deasil Aires.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o gestor da Unidade de Ensino e com o coordenador pedagógico, pois essa técnica é vista como um diálogo que possibilita a percepção de expressões e sentimentos que não foram revelados, agregando assim informações que podem ser relevantes ao grupo de dados (GIL, 2008). Entretanto, para este recorte não foram apresentadas as falas, apenas uma análise geral do objeto de estudo.

Além disso, esta análise foi realizada a luz dos principais aportes teóricos: Arroyo (2014), Pizani e Rego (2013), Mendonça (2013), Leite (2008) são autores que fundamentaram o curso de Educação pobreza e Desigualdade Social (EPDS) e outras discussões relacionadas ao tema.

Para tanto, as técnicas utilizadas ofereceram condições de compreensão da pesquisa que podem propiciar reflexões sobre a comunidade em questão e o papel da escola em relação aos beneficiários do programa Bolsa Família na referida escola.





## Resultados e Discussão

A pobreza nunca foi segredo para ninguém todos sabem que existe, porém não é algo que traz preocupação, não da ibope é uma realidade triste que não é bem vista nem aceita pela sociedade, percebe-se que a escola pública é o local onde possui grande número de crianças, jovens e adolescentes que vivem abaixo da linha da pobreza são pobres ou extremamente pobres, segundo Arroyo no módulo introdutório pobreza, desigualdades e educação,

A postura mais comum é ver a pobreza como carência e, conseqüentemente, os pobres como carentes. Porém, de que forma esse desprovimento é, muitas vezes, entendido? Percebemos que, na pedagogia, frequentemente ele tem sido compreendido como escassez de espírito, de valores e, inclusive, incapacidade para o estudo e a aprendizagem. Contudo, sabemos que, ao invés disso, deve-se atentar para as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos. (ARROYO, 2014, p. 08).

Normalmente o pobre não tem uma educação formada, a família desestruturada, pais sem formação não é conhecedor de seus direitos e deveres, quando chega à escola precisa passar por um processo de ensino aprendizagem que vai desde conteúdo proposto, disciplina, bons hábitos educacionais e valores que deveria ser aprendido em casa ou no seio familiar.

O programa bolsa família no contexto escolar resulta em garantir direitos que estão na constituição federal brasileira onde todo cidadão tem direitos iguais. Como garante a constituição federal de 1988.

Nesse sentido, foi feita uma pesquisa na Escola Municipal Deasil Aires, a qual é uma Instituição pública, situada na região Centro Oeste de Porto Nacional- TO, essa escola atende do 1º ao 5º Ano do ensino fundamental.

Na escola Deasil a secretária escolar, é responsável pelo envio da frequência dos escolares para o MEC, a qual relatou no seu depoimento que esse programa interfere na vida escolar dos educandos positivamente.

Porque o comparecimento das crianças as aulas é frequente devido ao monitoramento do sistema que acontece bimestralmente com declarações expedida pela escola na qual consta toda a frequência escolar do bimestre. A escola possui 360 alunos frequente e 272 são beneficiados pelo programa Bolsa Família totalizando 88% dos escolares.

Segundo a coordenadora pedagógica, nesta escola não existe diferença na forma de tratamento não há discriminação, na maioria os que têm bolsa família possui o material escolar e também é uma forma da escola cobrar a compra desse material para os pais.





No aprendizado geralmente são crianças que apresenta dificuldades no seu desenvolvimento de ensino aprendizagem nem sempre tem o acompanhamento familiar, são alunos que participa de aulas de reforços, nem sempre é observado que esse dinheiro é aplicado em beneficio dessa criança.

É percebido, a diferença daqueles que fazem uso do recurso recebido para custear as despesas básicas do aluno como roupa, calçado, material escolar e outros, mas enfatiza dizendo que cada família recebe valores diferentes uns conseguem utilizar em benefício do aluno, mas outros utilizam esse dinheiro com outras necessidades.

Existe também uma coordenadora do programa Bolsa Família na Secretaria Municipal de Educação que fiscaliza o envio das frequências dos alunos.

Mas ao observar o documento norteador da referida escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) observa-se que só faz referência a pobreza na parte da identificação do bairro, e para se construir uma sociedade de respeito faz se necessário mudar a concepção a respeito da pobreza.

Mudar o método de ensino aprendizagem começando com formações continuadas para os professores, pois foi observado e entendido que os profissionais em educação possuem diferentes concepções a respeito da pobreza e dos alunos que são beneficiados pelo Programa bolsa Família o olhar que se tem hoje sobre essa questão por alguns educadores não contribui com a melhoria do ensino/aprendizagem dificulta para ambas as partes.

Se os professores tivessem mais formações a respeito da pobreza o ensino/aprendizado e até mesmo a indisciplina seria mais fácil para controlar porque teria outra metodologia implantada, às vezes acontecem fatos em que a escola procura ajudar a comunidade contribuindo para que os alunos estudem.

Como houve um caso nessa escola onde um adolescente de idade/serie distorcida não podia ir à escola em determinado horário porque tinha que trabalhar justamente no período da aula era uma turma do programa SE LIGA isso fez com que a escola mudasse a turma de horário para não deixar esse aluno sem estudar.

E se o professor compreender o conceito da pobreza tudo se torna mais fácil, para ter um conteúdo assegurado por lei em que todos educandos possuam direitos iguais, para lutar contra a pobreza e insistir para garantir a equidade entre os escolares.

A escola precisa ser um palco de motivação e esperança para uma qualidade de vida melhor, o ensino deve causar sede nos professores, alunos, pais e comunidade em geral tendo





o entendimento de que a educação pode contribuir com a mudança nesse quadro da pobreza em que vivem essas famílias. A necessidade de construir uma base curricular integrando os conteúdos de combate à pobreza tendo em vista que:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (SILVA, 1996, p. 23)

Nesse sentido é importante adequar o currículo de acordo a realidade ou novidade, pois vivemos em uma sociedade de transformação e desenvolvimento procurando trazer recursos e melhorias para suprir a necessidade do educando e garantir uma educação para todos. “O currículo nunca é neutro. Podemos, por exemplo, reproduzir as desigualdades e injustiças sociais ou contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente democrática”. (ARROYO, 2013, p. 07).

Para viver realmente uma democracia que venha verdadeiramente beneficiar o cidadão menos favorecido o bom currículo deve sim abranger as três partes formal, real e oculto pensando e idealizando sem infringir a real situação vivida sem desprezar os saberes que venham contribuir com o aprendizado em geral, porque todos devem sim aprender continuamente.

É importante salientar que os educadores devem conhecer a realidade de cada uma dessas famílias e estarem preparados também para recebê-los e serem um diferencial de transformação em seu contexto social.

### **Considerações Finais**

O programa bolsa família é uma forma de garantir a frequência escolar dos educandos, o material escolar, comida na mesa, mas não garante um ensino de qualidade aos que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza e não garante boas notas.

Há uma grande necessidade de investir em formações para que o professor possa cumprir com o seu papel indo mais além, conscientes de que a pobreza existe e a escola pode ser um lugar de transformação por meio do ensino das leis direitos humano e deveres dos cidadãos e que esses alunos não são carentes somente de uma bolsa, mas de conhecimentos que possa ser estendido as suas famílias.





A escola tem em mãos um suporte (PBF) que garante a frequência do aluno e o material escolar o que é um avanço, porém a questão da pobreza precisa ser entendida pelos professores através de formações continuadas, voltadas ao tema em questão, deve ser trabalhada e inserida no (PPP) com projetos que venha de encontro à realidade local, dessa forma estará contribuindo com uma educação de qualidade para todos.

### Referências

ARROYO. Gonzáles Miguel. Modulo Introdutório, **Pobreza, Desigualdades e Educação**. 1ª Edição, MEC Brasil Agosto de 2014.

BRANDÃO André, DALT Salete da, e SILVA Anderson Paulino da. Educação e Pobreza: **O Impacto das condicionalidades do programa bolsa família**. Brasília Agosto 2005, Pág. 298.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

LEÃO Walquiria Rego; PINZANI Alessandro. **Módulo I - Pobreza e cidadania**, São Paulo 2013. Pg. 07-25.

## EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - A IMPORTÂNCIA DE UM CURRÍCULO VOLTADO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Neuza Santos da Silva

391

Rubenilson Pereira de Araújo

### Introdução

A educação por ser um dos direitos fundamentais conforme contempla a Constituição Brasileira de 1988: “art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. É a chave para o desenvolvimento sustentável, para a paz e a estabilidade no interior das nações e entre países, e, portanto, um meio indispensável para a efetiva participação nas sociedades e economias do século XXI, afetadas pela globalização. A diversidade educacional é tema atual no contexto da política da educação do nosso país, leis e diretrizes inspiradas na concepção de direitos humanos suscitam mudanças no sistema educacional em todos os níveis e orientam para a garantia da equidade no processo educacional, fazendo avançar a responsabilidade da escola com a promoção da cidadania. Na busca de caminhos que conduzam a construção de uma escola de qualidade para todos, educadores têm buscado propostas concretas para construção de sistemas educacionais inclusivos que justificam alcançar os pressupostos da educação





inclusiva como resposta às exclusões. Os caminhos para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas apontam para a necessidade de ampliar as pesquisas e estudos nesta área do conhecimento, bem como para a importância do trabalho colaborativo entre os professores e demais profissionais da educação de forma que a própria escola vá transformando suas relações, metodologias e estratégias, compondo um projeto político pedagógico para a inclusão educacional.

### **Procedimentos Metodológicos**

Santomé aponta que em discussões referentes ao currículo escolar, no livro que consta texto de Tomaz Tadeu da Silva, nos chama atenção para os casos de culturas que não são contempladas no currículo: “as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam serem silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação” (2011, p. 157). A mudança curricular deve ser baseada nos efeitos sociais básicos da educação. Segundo Dayrell (1996, p. 30), considera que seu efeito principal é a formação discursiva de identidades. Assim, a busca de estratégias e de justiça no respeito à diversidade e na produção de identidades ricas e sólidas. Ampliando a concepção de efeitos educacionais, temos: o desenvolvimento de capacidades para a prática social, incluindo o ganhar seu sustento, o desenvolvimento corporal e a mobilização do poder

392

### **Resultados e Discussão**

Para que a educação possua a eficiência que se almeja, deve-se haver uma integração de todos que fazem parte desse processo, para que o ensino atinja os objetivos desejados, situação na qual deve ser contemplada desde o planejamento escolar. Dentro das políticas públicas educacionais, as diferenças entre os indivíduos e as situações distintas devem ser demonstradas, como por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS para alunos surdos, para que haja a efetivação da comunicação, no intuito de assegurar que este tenha acesso à educação com a forma de comunicação que a deficiência física lhe permite. Obedecendo as necessidades particulares de cada aluno especial, possuindo assim uma educação diferenciada e adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares.

De acordo Lopes (1997), a inclusão significa a transformação do sistema educacional, de forma a organizar os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para uma educação de qualidade para todos. Compreendida enquanto movimento de transformação, a







inclusão é um processo e se fundamenta em três fatores: o primeiro é a presença do aluno na escola enquanto sujeito de direito, estar na escola, junto aos demais colegas da sua faixa etária e na sua comunidade; o segundo é a participação, o relacionamento livre de preconceito e discriminação, em ambiente acessível para que realmente todos participem das atividades escolares, com um currículo aberto e flexível; o terceiro fator é a construção de conhecimentos, que significa o aluno estarem na escola, participando, aprendendo e se desenvolvendo. Segundo Demo (2002), não se deve educar somente para o emprego, ou para o crescimento profissional e qualificação da mão-de-obra, mas sim considerar a (co) existência do global e do particular, do fragmentário e do todo. Trata-se de educar para construirmos uma sociedade do conhecimento, não o conhecimento maniqueísta e dicotômico, mas aquele que leva em consideração as soluções múltiplas, permitindo que a igualdade não seja uniformizadora. A proposta de Paulo Freire (2002), baseia-se na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Esses dados devem ser organizados pelo educador, a fim de que as informações fornecidas por ele, o conteúdo preparado para as aulas, a metodologia e o material utilizados sejam compatíveis e adequados às realidades presentes. Educador e educandos devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de aprendizagem.

393

### **Considerações Finais**

Toda educação visa levar o indivíduo ao progresso, ao pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas e adquiridas de forma constante e dialética, sendo a escola o meio essencial e fundamental para que esse progresso atinja o nível máximo. No campo educacional torna-se possível lutar para que o objetivo de assegurar os direitos a todos por uma educação igualitária e justa seja mais eficiente, preparando o indivíduo para o convívio harmonioso dentro da sociedade, ressaltando que esta sociedade é formada por pessoas que compõem os mais diferentes grupos, onde alguns deles necessitam de uma atenção diferenciada e especial, por fazem parte do grupo de excluídos socialmente, que tornam-se marginalizado e sem oportunidade. Conclui-se após a elaboração deste, que a falta de alternativa e pouco conhecimento de leis e preconceito excessivo da sociedade, fazem como que o caminhar desses grupos sejam lentos, ciente da necessidade do relacionamento social, de um ambiente escolar propício e adequado para que a educação ocorra de forma eficiente e com qualidade e que atinja os verdadeiros interesses dos educandos e familiares, para isso é preciso que os trabalhos desenvolvidos em sala sigam um currículo que adeque as suas





limitações, assegurando os direitos naturais e os que são respaldados por leis, vale considerar que embora lentos, a sociedade tem evoluído em alguns aspectos, assegurando legalmente o direito desses grupos, embora que ainda em haja muito a ser feito e muitos obstáculos a serem rompidos.

### Referências

- ARAÚJO, Rubenilson Pereira de, **Estranhando o Currículo: A temática homoafetiva no Ensino de Literatura Infantil**, 2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da UFT
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição 1998**. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.
- CALDART, R. S. **O currículo das escolas do MST**. Alfabetização e Cidadania, n. 11, Abr. 2001.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação para uma sociedade em transição**. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2002.
- FACCO, Lúcia. **Era uma vez um casal diferente: a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil**. São Paulo: Summus, 2009.
- FORQUIN, J.C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 2002.
- GARCIA, Regina Leite. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DPLA, 2001.
- LOPES, J.M. **Educação e diversidade cultural**. In: *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1997. v. 3 n. 14. mar./abr.
- LÜCK, Heloísa. **A Evolução da Gestão Educacional, a partir de Mudança Paradigmática**. 2001.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**. Revista Pátio – Revista Pedagógica ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.
- MATURANA, H. & VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. 2. ed. São Paulo: Palas Athena, 2002.
- MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.





NIEVES, Álvaro et al. *Valores e temas transversais no currículo*. Artigo publicado em aula de Innovación Educativa, n.55, p. 55, p. 71-77, outubro de 2002.

ROUANET, S. P. *Identidade e Diferença: uma tipologia*. In: *Sociedade e Estado*, v. IX, n.º 1-2/80-84(1994).

SANTOMÉ, Jurgo Torres. *As culturas negadas e silenciadas no currículo*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teorias do currículo: uma introdução crítica*. Porto: Porto Editora Ltda, 2000.

\_\_\_\_\_. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. *A produção social da identidade e da diferença*. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Currículo e identidade social: territórios contestados*. In: *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 2011.

## INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AOS USUÁRIOS: PERSPECTIVAS DE MELHORIAS PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nilma Santos Rangel Sousa

**Resumo:** O programa Bolsa Família é promovido pelo governo federal com finalidade de erradicação ou suprimento da economia das classes consideradas de baixa renda. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender como o beneficiário deste programa assistencial percebe seu objetivo em sua totalidade e realidade vivenciada. O texto ainda discorre sobre os desafios para a consolidação da efetividade do programa Bolsa Família na esfera da política de assistência social que implica reconhecer que a inserção e atribuições nesse sentido não se processam de formas isoladas e desconectadas das transformações da sociedade contemporânea, cujo direcionamento atual é orientado por intervenções minimalistas, focalizadas e de ativação dos menos favorecidos financeiramente através de condicionalidades. Para tanto, por meio de uma pesquisa qualitativa semiestruturada, realizada com dez famílias residentes em zonas periféricas no município de Araguaína, estado do Tocantins. Com esta pesquisa, pretende-se efetuar uma breve caracterização das políticas sociais regidas pela observação crítica tendo como análise os resultados obtidos em uma coleta de informação junto a uma amostra de beneficiários e que predomina a desinformação como fator preponderante à evolução social das pessoas que fazem uso destes programas assistenciais. A perspectiva na busca para sanar a realidade encontrada limitamos o destaque da sensibilização e informação junto aos usuários para que assim haja alguma transformação efetiva na vida dos que almejam melhoria de vida e evolução social por meio de sua qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Indivíduo Beneficiário. Transformação. Informação. Evolução.

### Introdução

O estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu por inquietações e reflexões advindas, primeiramente, do interesse em estudar a relação do Programa Bolsa Família PBF e seus usuários, se os mesmos são conhecedores de sua finalidade e, num segundo momento, do interesse em verificar a relação da ação de conhecer o Programa ao qual estão inseridos.

A discussão deste trabalho permite constatar que o Brasil, historicamente, tem sofrido com problemas como: má distribuição de renda, desemprego e analfabetismo e que, para tratar delas, tem encaminhado políticas sociais que, muitas vezes, têm assumido





característica compensatória visando a atender às necessidades de desenvolvimento da sociedade.

Todo o estudo teve como problema de pesquisa os questionamentos: Afinal, o que é o Programa Bolsa Família? Quais são seus objetivos? Há resultados e qual impacto isso tem se refletido nas esferas econômicas e de desenvolvimento social dos beneficiários.

No estudo foi utilizada pesquisa e revisão bibliográfica, análise e observação de uma entrevista com dez famílias que recebem do PBF.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, procurou-se observar famílias beneficiadas, seu contexto e o grau de conhecimento que cada um possui perante o PBF, buscando assim, obter informações sobre o perfil de cada família, tendo em vista a análise da proposta do PBF e a relação com o público a que o Programa atende.

A reflexão desta temática busca também o desenvolvimento de uma postura reflexiva por parte da sociedade sobre suas ações voltadas para esse tema. Tendo a diversidade de realidade vivenciada pelos indivíduos como fatores preponderantes ao nosso contexto atual.

Para análise de Bolsa Família, entendamos o programa como Política Pública ou Política Social. Marshal, citado por Santos (1987), afirma que:

Política Social é um termo largamente usado, mas que não se presta a uma definição precisa. O sentido em que é usado em qualquer contexto particular é em vasta matéria de conveniência ou de convenção [...] e nem uma, nem outra, explicará de que trata realmente a matéria. (SANTOS, 1987, p. 35).

Entendemos que a desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade. Em nosso contexto, a desigualdade social é um fenômeno bastante evidente, que, inclusive, justifica o desenvolvimento de programas sociais.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a realização desta pesquisa optou-se pela utilização da abordagem qualitativa. Tal metodologia trabalha com representações, amostras, valores, opiniões, processos e fenômenos que não são mensuráveis por variáveis quantitativas.

Na coleta de dados foram utilizadas técnicas de entrevista semiestruturada e também de observação. Foram entrevistadas dez famílias que responderam perguntas abertas sobre o programa Bolsa Família e sua influência ao desenvolvimento social e seu impacto na realidade econômica familiar, assuntos relacionados ao tema em conversa aberta e reflexiva a





realidade de cada entrevistado. O tamanho da amostra foi definido pelo critério de saturação no qual busca a transparência quanto aos critérios de amostragem.

Para escolha dos participantes, levou-se em consideração, os beneficiados com “Bolsa Família”, realidade social e autorização dos mesmos para estudo de causa.

A pesquisa foi desenvolvida em regiões vulneráveis do município de Araguaína - TO, regiões nas quais os índices de desemprego e escolaridade são os mais baixos considerando as localidades da cidade. Nesse sentido, compreende-se que na escolha de áreas mais vulneráveis, as famílias necessitam de maior auxílio do governo para desenvolverem suas necessidades sociais básicas.

### Resultados e Discussão

Na coleta, fora percebido pela entrevistadora que as famílias definem o Programa Bolsa Família, como uma ‘ajuda’ do governo, um ‘presente’ aos pobres.

Em questionamento os entrevistados responderam perguntas como:

O Programa Bolsa Família tem ajudado na situação econômica?

Os beneficiados têm evoluído em sua situação financeira?

Os entrevistados descrevem os aspectos positivos como o da renda na qual podem contar com os valores para complemento de renda ou até mesmo como sobrevivência econômica da família e destacam o ‘medo’ de perder o benefício, por tais fatores deixam de buscar melhorias de emprego ou aumento de renda.

397

Infelizmente observamos que o Programa Bolsa Família não está alcançando seu objetivo, que seria o de ser um complemento oferecido para ajudar na alimentação e educação escolar das crianças em famílias de baixa renda, pelo contrário, tornou-se para alguns simplesmente um “salário” familiar.

Observemos a fala de um dos entrevistados, morador de zona periférica da cidade de Araguaína-TO que afirma em entrevista o seu conceito sobre o PBF:

(...) Agradeço muito ao presidente Lula que ‘deu’ aos pobres a oportunidade de receber um pouco do que é roubado pelo governo. Sou agradecida por este ato. Minha família depende diretamente desse dinheiro.

Pelo viés observado a cerca do entendimento dos beneficiados no que diz respeito ao Programa Bolsa Família a alienação da classe pobre do nosso país torna-se principal fruto das desigualdades sociais.





## Considerações Finais

Destacamos a informação e esclarecimento como potencializador da realidade social e econômica de pessoas. A informação transfere ao indivíduo autonomia e desejo de transformação desta em conhecimentos para a vida.

Karl Marx (1883) estabelece uma visão diferenciada do processo educativo e de sua influência na sociedade. Marx estabelece pontos para o entendimento da estrutura da sociedade capitalista, no sentido de transformá-la, pois segundo o pensador ela é exploratória e contraditória, o que concretiza e aprofunda as desigualdades entre os homens.

[...], é somente trabalhando para o bem e a perfeição do mundo que o cerca que o homem pode atingir a própria perfeição [...] se ele cria somente para si mesmo ele se tornará talvez um sábio célebre, um grande sábio, um poeta distinto, mas jamais um homem completo, um homem verdadeiramente grande [...] A história chama aqueles que, agindo no interesse comum, se enobreceram (MARX, 2001, p. 11-16).

A ignorância pode ser vencível e superada e a informação torna-se principal ferramenta para vencê-la. Ressaltamos que a transferência de renda do Programa Bolsa Família é um meio paliativo de resolver a questão da pobreza social no Brasil, mas ainda necessário para garantir a sobrevivência da população mais carente.

Gostaríamos de destacar no respectivo artigo, a tentativa de serem destacados a observação e o desejo de busca a compreensão da relação dos indivíduos considerando o Programa Bolsa Família, entendendo as influências, impactos e percepções abstraídas de seus beneficiários, analisando a interferência a qual exerce na vida das pessoas as quais são beneficiadas.

O que não fica claro através da observação e estudo da temática um tipo de instrumento específico com objetivo de melhoria que fosse incondicional em qualquer circunstância ou a qualquer sujeito, desconsiderando assim as distinções existentes.

Consideramos, por fim, que mediante o estudo em tela que o PBF requer a integração da família, informação e esclarecimento para real efetividade objetivando a superação da desigualdade social existente, observemos que ação que possibilita reforçar a eficiência do PBF na vida de seus usuários está diretamente ligada importância da educação, informação e esclarecimento da real finalidade do Programa para a vida dos beneficiários.

## Referências

AGUIAR, Letícia Carneiro. **Um Legado do Século XX para a Política Educacional do Século XXI: A Teoria do Capital Humano**. 2010. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. 2010.





BRASIL. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Legislação citada anexada pela coordenação de Estudos Legislativos – CEDI, Brasília, D.F., 9 jan. 2004.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2002.

Foucault, M. **Vigiar e Punir**. 32ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HEIDEGGER, M. Sobre o “Humanismo”. **Carta a Jean Blaufret**, Paris. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LAVINAS, Lena. **Na contramão dos direitos universais. Política social e desenvolvimento: o Brasil entre dois projetos**, v. 1, 2012. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2012.

Lula Presidente **Programa de Governo 2007/2010**. Disponível em: Acesso em: 18 mar. 2014.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. “**Meditação de um adolescente em busca de uma profissão**”: In: MARX Karl. Philosophie. Pais: Folio, 2001. P. 11-16. Traduzido do francês.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana Da Estratégia. “**Fome Zero” ao Plano “Brasil sem Miséria” elementos da seguridade social no Brasil**. 2013. Disponível em: Acesso em 4 out. 2017.

PELLIZZARO, Nilmar. **Michel Foucault: um estudo do biopoder a partir do conceito de governo**. PERI – Revista de Filosofia, Florianópolis, 2015. Disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/deed.pt> Acesso em 25 de setembro de 2017.

399

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 249 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS, Claudia Roberta Bocca. “**Portas de saída da pobreza: A implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família em Mangueiras Rio de Janeiro**”. s.n., 2010. 194 p. Dissertação (mestrado em ciências - saúde pública) – Escola Nacional de Saúde pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. 2010.

UGÁ, Vivian Domingues. **A Categoria “Pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial**. 2004.





## UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLA: ENQUANTO TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DE SABERES IDEOLÓGICOS

Olinda Amaral dos Santos

Maria de Lourdes Leoncio Macedo

**Resumo:** A proposta deste artigo é promover uma análise acerca do papel da escola pública como espaço territorial de reprodução ideológica nas relações de poder do estado e das classes dominantes, mediante suas diferentes formas e funções. A pesquisa teve como instrumento o método de observação participativa, consulta bibliográfica e documental, além de entrevista semiestruturada. Tendo como metodologia a observação descritiva, por meio do empirismo. A amostragem da pesquisa ocorreu em uma Escola Municipal de Tempo Integral das séries iniciais do ensino fundamental, em Palmas no Estado do Tocantins. E atende estudantes de diferentes classes sociais, bem como, alunos em situação de pobreza, e cujas famílias são contempladas pelo Programa Bolsa Família. Os aportes teóricos da pesquisa embasam-se em: Santos (1994, 2008), Althusser (1970), Libâneo (1994), Arroyo (2012), além de outros autores. Como parte dos resultados, evidenciou-se que a escola contribui de forma significativa na formação política, sócio-cultural dos alunos pobres e não-pobres nas instituições de ensino público, onde são desenvolvidas ações de políticas públicas, como o programa “Bolsa Família” e o projeto “Mais Educação” para minimizar democraticamente os efeitos da pobreza nos espaços educativos. Entretanto, se faz necessário o afrontamento da territorialidade da pobreza em suas diversas faces nos diferentes coletivos.

**Palavras-chave:** Educação. Escola. Pobreza. Território.

### 1. Introdução:

Os indivíduos ao longo de sua vida perpassam por uma forma de educação. E tem um papel fundamental perante a sociedade. “Ninguém escapa à educação. Ocorre na família, na rua, na comunidade, na aldeia, na igreja e na escola etc” (BRANDÃO, 2007, p.07).

400

Todos nós de uma forma ou de outra nos envolvemos ou somos envolvidos pelo processo educacional. Para Libâneo (2011, p.3) “A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de toda a sociedade.”

Existem diferentes formas de educação, seja formal ou informal. Sendo a família a principal instituição responsável pela educação informal, onde são transmitidos e ensinados os costumes.

Todavia, a educação formal é responsabilidade da escola, mediada pelos conhecimentos científicos, por meio das diversas disciplinas ministradas nas salas de aulas pelos professores, inserido no contexto político-pedagógico da unidade escolar.

Nesse sentido, a educação formal institucionalizada na escola pública, busca democratizar a educação por meio da organização do trabalho didático e pedagógico, mas submete-se ao aparelho ideológico do estado, que se utiliza de diferentes instrumentos de







dominação para fomentar os mecanismos de controle dos coletivos. Assim, o estudante pobre passa a ser, mais um dos indivíduos de controle da ordem estatal sob a tutela da educação.

Compõe-se então a lógica da problemática sobre educação, pobreza e da escola como território – espaço vivido e percebido, que permeia o poder e o domínio do sistema capitalista.

É na escola que ocorre o processo de educação formal, por meio do docente e das práticas políticas-pedagógicas, e onde se faz a intermediação entre o conhecimento e o educando.

Na escola, a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. Na aula se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognoscitivas. (LIBÂNEO, 1994, p.177)

A pesquisa, trata-se de uma reflexão sobre ao papel da escola pública brasileira, como território de reprodução ideológica das classes dominantes do aparelho estatal, onde se estabelecem as relações de poder, mediante as suas diferentes formas e funções espaciais.

Portanto, uma análise acerca das relações entre educação, pobreza e desigualdade social no ambiente escolar, bem como reconhecer a escola como um território de fomento ideológico das classes dominantes.

401

## **2. Uma perspectiva da pobreza sobre a territorialidade da escola pública.**

Segundo Arroyo (2012) a educação é um direito de todos, proposta intuitiva pelos direitos humanos para promover a qualificação profissional, minimizando as desigualdades políticas e socioeconômicas.

É relevante considerar a escola como instituição promotora do processo formativo e educativo. Mas, historicamente, se observa que a educação como direito humano e civil adquirido, é que a reprodução de tais direitos somente privilegiam determinadas classes sociais e sujeitos, de forma igualitária, em detrimento de outros das camadas populares e os pobres.

Aprende-se, portanto ‘saberes práticos’ (des ‘savoirs - faire’). Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as ‘regras’ dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exactamente regras de respeito pela divisão social técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe (ALTHUSSER, 1970, p.129).





A escola torna-se uma instituição a serviço das classes dominantes, reproduzindo ideologias capitalistas e excludentes. Para Libâneo (1994, p.177) “Na escola, a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino”. Na aula se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognitivas.

A relação da escola como território<sup>1</sup> se dá pela correlação de poder do espaço público escolar como materialidade do território - sendo um espaço de uso, convivência e de identidade. Santos (1996) afirma que “o território engloba as relações de poder, assim como, as relações econômicas e simbólicas” (SANTOS, 1996, p.13). Dessa maneira, a escola em parte, deixa de exercer sua macro função – espaço de aprendizagem e convivência dos sujeitos, para formação e reprodução das ideologias dominantes.

Segundo Arroyo (2012), um dos aspectos relevante sobre a maneira como se enxergam os estudantes pobres, é a tendência de visão moralizante da educação nas escolas, em particular as públicas. Tanto o lado pedagógico, como a docência tendem a considerar, sobretudo, as supostas carências intelectuais e morais como um fato que os(as) estudantes pobres trazem para a escola. Arroyo entende que:

Os (as) pobres são vistos (as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados (as) por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados (as), reprovados (as) e segregados (as). (ARROYO, 2014, p. 09).

Essas são carências de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade. “A pobreza moral dos pobres produzindo a sua pobreza material” (ARROYO, 2012, p.08). Desse modo, reforça-se a concepção moralizante que se encontra há muito tempo na cultura política-pedagógica das escolas sobre os alunos pobres.

Há uma visão singular do pobre nos ambientes escolares, porém é necessário um debate mais conceitual e amplo sobre a pobreza. Assim, a territorialidade da pobreza na escola pública, dá-se a partir da tomada de consciência de que na unidade escolar frequentam alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, envolvidos no processo educacional.

### **3. O território da escola e a territorialidade da pobreza.**

Segundo Santos, “a pobreza, hoje, é a pobreza nacional da ordem internacional” (SANTOS, 2008, p.74). Este é um dos aspectos de discussão deste artigo. De que maneira a





pobreza e os pobres são vistos, como são definidas as políticas socioeducativas para alunos pobres nas redes públicas de ensino, em particular nas escolas públicas brasileiras.

Numa abordagem conceitual acerca da pobreza nos países subdesenvolvidos terá como embasamento teórico a concepção de Santos (2008), o autor apresenta três definições sobre a produção da pobreza, a saber: a) pobreza incluída, acidental - menos discriminatória; b) pobreza marginalidade, promovida pelo processo econômico (consumo) – doença da civilização; c) pobreza estrutural – promovida pela dívida social, globalizada.

Haja vista que a escola carrega em si o controle do espaço social e político, viabilizando parcerias que culminam para a promoção de políticas públicas, que possam minimizar os efeitos nocivos da pobreza no território escolar. O que caracteriza a escola pública como espaço político e sociocultural são os diversos programas e projetos, como o Programa Bolsa-família – transferência de renda a família de estudantes e o Programa Mais educação – como reforço de aprendizagem, ambos de esfera federal, são implantados no ambiente educacional para minimizar as desigualdades, onde se desenvolve diferentes formas de aprendizados, trocas de saberes e vivências entre os grupos e os coletivos.

O território da escola se dá pela apropriação do espaço escolar, e sua relação com o poder entre Estado/ município, gestão, o pedagógico e os agentes, na vivência empírica e formação socio-cultural dos alunos. Já a territorialidade da pobreza ocorre em detrimento da tomada de consciência da comunidade escolar, de que a pobreza existe na escola, e que seu efeito lesante contribui para a desigualdade social e política.

403

#### **4. Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa tem como objetivo o estudo de caso, e como instrumento de dados a coleta documental, com entrevista semiestruturada e observação direta, além de utiliza-se técnica de observação participativa, consulta bibliográfica e documental, para análise quantitativa. A amostragem e levantamentos de dados, ocorreu em uma Escola Municipal de Tempo Integral na modalidade das séries iniciais do ensino fundamental com alunos do 5ºs ao 9ºs anos na capital Palmas no Estado do Tocantins. E atende estudantes de diferentes classes sociais, bem como, alunos em situação de pobreza, e cujas famílias são contempladas pelo Programa Bolsa Família, além do Programa Mais Educação como forma de reforço educacional. Em outro momento, os levantamentos de dados quantitativos foram junta a secretária e coordenação da escola, para análise documental e quantificação dos alunos contemplados pelos Programa Bolsa – Família (PBF) e Mais Educação.





## 5. Considerações Finais:

É necessário pensar e repensar o espaço territorial da escola de que maneira se discute a pobreza nas instituições educacionais, renovar conceitos visando a construção de uma educação mais justa e igualitária, e promover debates a cerca do entendimento e o aprofundado dos efeitos da pobreza no mundo contemporâneo, em espaços diferentes constituídos em suas diversas formas e funções, como exemplo, o espaço público da escola.

Os programas de políticas públicas no território escolar têm papel minimizador na desigualdade sociocultural e política para os alunos pobres, pois não sanam os efeitos nocivos da pobreza.

A territorialidade da pobreza nos espaços escolares ocorre em detrimento da tomada de consciência da comunidade escolar, de que há dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, envolvidos no processo educacional. E que são necessários fazer-se ações que modifique esse quadro na aprendizagem.

Sendo assim, baseado nas análises bibliográficas e documental, considera-se que, é preciso dinamizar ampla reflexão sobre a pobreza e a função político-social da escola. Ainda, que a causa da pobreza e da existência de estudantes pobres e discriminados em nossos sistemas educacionais, é o próprio reflexo do crescimento econômico excludente de economia capitalista, em geral dos países em desenvolvimento econômico.

404

## 6. Referências Bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_, Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado. Lisboa: Presença 1970.

ANÍSIO Teixeira: **educação não é privilégio**. Direção: Mônica Simões. Brasil: TV Escola; TAL, 2007. 1 documentário (44,20 min). (Série Educadores brasileiros). Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video?idItem=4917>>. Acesso em: 2 set. 2014.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Pobreza, Desigualdades e Educação** - Módulo Introdutório do Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_, Miguel Gonzáles. **Outros Sujeitos Outras pedagogias**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.

BAUER, Martins W., GASKELL George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** \_ Entrevistas individuais e grupais. Editora: Vozes. 6ª edição. Petrópolis-RJ. 2007 – (pág.64/65)

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992. 238 p. ( Educação em questão ).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-10.





- \_\_\_\_\_. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programas do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome** - MDS. <[www.ipc-undp.org/doc\\_africa\\_brazil/Webpage/FolderMDS\\_2008.pdf](http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/FolderMDS_2008.pdf)> 2008. Acesso em 07 de novembro de 2016.
- \_\_\_\_\_, Presidência da República. **Programa Bolsa Família**. <[www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)> acesso em 07 de novembro de 2016.
- CODES, A.L.M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. IPES: Texto para discussão n.1332, 2008. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 14 junho de 2016.
- \_\_\_\_\_. site: Programa Mais Educação – [www.portalme.gov.br/\\_programa-mais-educacao/apresentacao](http://www.portalme.gov.br/_programa-mais-educacao/apresentacao) >acesso em 08 novembro de 2017.
- LEÃO REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Educação Integral, territórios educativos e participação social: a cidade como currículo vivido**. In: MORGADO, José Carlos; SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; PARAISO, Marlucey Alves. Estudos Curriculares: um debate contemporâneo. Curitiba: CRV, 2013.
- LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal: Em meio século, três definições da pobreza**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.69 – 74.

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: INFLUÊNCIA SOBRE A FREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

Olívia Fragoso Pereira Sousa

**Resumo:** Neste artigo apresentamos uma discussão sobre a influência do Programa Bolsa Família sobre a frequência e evasão escolar. Consideramos, sobretudo, as condicionalidades impostas pelo governo federal para a permanência dos beneficiários no programa aqui referendado. Esse estudo embasa-se em pesquisa bibliográfica referente ao tema aqui tratado. Para tanto, como embasamento teórico, usamos as discussões e pesquisas de Zimmermann (2006), Lopes (2010), Luck (2000), Brandão, Dalt e Pereira (2013), entre outros, bem como nos valem de dados de pesquisas governamentais tais como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A partir desse empreendimento de pesquisa verificamos que as condicionalidades impostas para permanência dos beneficiários no programa têm influência positiva sobre a frequência e evasão escolar dos alunos de todas as modalidades de ensino, principalmente na Educação infantil e fundamental.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Condicionalidades. Frequência e evasão escolar.





## Introdução

A baixa frequência e os altos índices de evasão escolar sempre foram problemas que marcaram a educação brasileira, efetivando-se em um grande problema social, problema esse amplamente debatido ao longo dos anos, mas que não contava com uma política pública inteiramente voltada ao seu combate. Vários fatores podem levar o aluno a abandonar a escola, dentre estes, estão os fatores culturais e socioeconômicos.

Existente desde 2003, o Programa Bolsa Família/PBF se constitui em um marco no que se refere aos programas de transferência de renda, visto que usa deste para aplicar condicionantes para permanência dos beneficiários, condicionantes essas que visam o acesso a serviços básicos como saúde e educação. Assim, o presente artigo objetiva discutir a influência do Programa Bolsa Família sobre a frequência e evasão escolar.

Dessa forma, buscamos, através de pesquisa bibliográfica, compreender os mecanismos de funcionalidade do Programa Bolsa Família, bem como as condicionalidades impostas pelo governo federal para a permanência dos beneficiários no programa. É possível que tais condicionalidades possam ter influência positiva na frequência e evasão escolar dos alunos.

406

## Procedimentos Metodológicos

Este artigo se valeu de levantamento bibliográfico para embasamento teórico, onde nos valem dos trabalhos de Zimmermann (2006), Lopes (2010), Luck (2000), Brandão, Dalt e Pereira (2013), entre outros, bem como nos valem de dados de pesquisas governamentais tais como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre outras importantes fontes de investigação.

## Resultados e Discussão

O Programa Bolsa Família possui condicionalidade que, se não cumpridas podem levar à exclusão da família beneficiária do programa. Os efeitos dessas condicionalidades na frequência e evasão escolar têm chamado atenção pelos índices alcançados. Em recente levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foi constatado que houve uma redução nos índices que aferem os números da evasão e abandono escolar em todas as fases e modalidades educativas.

De acordo com o levantamento (2017) em 2007, 14,5% dos matriculados no ensino médio abandonavam os estudos antes de se formarem. Esse percentual caiu para 11,2% em





2015. O estudo aponta, ainda, que nos anos finais do ensino fundamental 7,5% dos alunos deixavam as escolas antes da formatura, índice que passou a 5,4% em 2015 e que nos anos iniciais a evasão saiu de 3,5% para 2,1%. Percebemos, assim, uma queda não tão significativa, mas importante, nos índices de evasão e abandono escolar.

Muitos estudos e pesquisas têm sido propostos e realizados no sentido de relacionar os resultados de redução nos índices de evasão e aumento da frequência escolar com as condicionalidades do Programa Bolsa Família. Em estudo de análise documental realizado em uma escola estadual do município de Três Rios/RJ, que se baseou em dados dos anos de 2013 e 2014, chegou-se à seguinte conclusão:

Os resultados obtidos em relação à contribuição do programa acerca desses índices escolares apontam uma associação positiva do PBF no que diz respeito à frequência dos estudantes durante os anos analisados. Desta forma, a probabilidade de as crianças beneficiárias abandonarem a escola também é menor o que também mostra uma associação positiva do programa em relação à taxa de evasão. (NASCIMENTO, 2015, pg. 15)

Em outro estudo, também de análise documental, dessa vez realizado com estudantes de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal, inseridos em um contexto social considerado vulnerável, foi constatada uma relação positiva entre o Programa Bolsa Família e a trajetória escolar dos alunos como um todo:

Em síntese, foi possível estabelecer a relação maior acesso, maior frequência e melhor rendimento dos beneficiários até o ano de 2014, concluindo que o programa Bolsa Família contribui positivamente para a trajetória escolar dos alunos beneficiários. Quanto à relação entre o programa e a melhoria da qualidade na escola pesquisada, podemos observar que os indicadores de frequência, evasão e repetência melhoraram na referida escola (CARVALHO, 2014 p. 58).

Esses são apenas alguns dados num montante de várias pesquisas desenvolvidas em várias escolas Brasil á fora sobre o tema. Outros fatores também podem ter contribuído para a melhoria desses índices, fatores como melhoria na merenda escolar, através de programas como agricultura familiar e compra direta, melhoria do transporte escolar principalmente na zona rural, através do programa Caminho da Escola, dentre outros fatores podem justificar o aumento da frequência escolar e diminuição da evasão.

### **Considerações Finais**

A partir desse breve estudo verificamos a influência positiva do Programa Bolsa Família sobre a frequência e evasão escolar. As condicionalidades impostas pelo programa para a continuidade da permanência dos beneficiários como bolsista têm influência sobre a





frequência e evasão escolar dos alunos de todas as modalidades de ensino, principalmente na modalidade da Educação infantil e fundamental.

Foi possível evidenciar, também, que as condicionalidades para permanência no programa são válidas, uma vez que leva ao compromisso das famílias de manterem seus filhos na escola, além disso, foi possível perceber que outros fatores, tais como melhoria da merenda e transporte escolar, também influenciaram esse resultado. E é claro, o interesse do aluno, mérito dele, pois não só a frequência e evasão que tiveram melhorias, mas também o rendimento escolar.

A partir da pesquisa, conhecemos a história e perspectiva do Programa, bem como as condicionalidades utilizadas por este para que o beneficiário faça jus à bolsa, além disso, conhecemos os mecanismos de controle para aferir e acompanhar a frequência dos alunos.

Por fim, entendemos que o Programa Bolsa Família produziu grandes avanços no que diz respeito ao combate à fome e à miséria, dando condições para que milhares de famílias brasileiras tenham acesso à serviços básicos e condições dignas de sobrevivência. Ademais, o PBF é revolucionário pelo fato de ter em sua base propositiva a quebra do ciclo vicioso da pobreza, objetivando oferecer e garantir o acesso à educação e saúde, para a garantia de um futuro digno e de efetiva representatividade cidadã.

408

### Referências

ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL. **Evasão escolar cai em todas as etapas de ensino**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/06/evasao-escolar-cai-em-todas-as-etapas-de-ensino/>> Acesso em: 15 de outubro de 2017.

BRANDÃO, André. DALT, Salete da. PEREIRA, Rita de Cássia. **Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola** – Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Elizete Cristina Das Graças Oliveira. **As Influências do Programa Bolsa Família na trajetória escolar dos alunos beneficiários**. 2014. 65f. Monografia. Universidade de Brasília, 2014.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH - acesso pelo material didático digital ou download do documento em PDF através do link [http://sgmd.nute.ufsc.br/content/secadiformacaocontinuadapbf/mod2/medias/files/DUDH\\_Educacao\\_Pobreza\\_Desigualdade\\_pdf.pdf](http://sgmd.nute.ufsc.br/content/secadiformacaocontinuadapbf/mod2/medias/files/DUDH_Educacao_Pobreza_Desigualdade_pdf.pdf)

LOPES, Noêmia. **Como combater o abandono e a evasão escolar**. [Ninguém fica de fora](https://gestaoescolar.org.br/conteudo/644/como-combater-o-abandono-e-a-evacao-escolar). Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/644/como-combater-o-abandono-e-a-evacao-escolar>>. Acesso em: 18 out. 2017.

LUCK, Heloísa. **Mudança de concepção de escola e implicações quanto à sua gestão**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.







MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/> . Acesso em: 13 out. 2017.

NASCIMENTO, Jefferson Santana do. **Políticas Públicas: Programa Bolsa Família e sua Condicionalidade**. Trabalho de conclusão de curso – artigo científico. UFF, 2015.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 9-75.

**Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília: MDS, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em: 16 out. 2017.

SÉLIS, Plínio Sabino. **Causas da evasão escolar no Ensino médio e Araguaína/TO numa perspectiva sociológica: Operação Resgate**. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE. 2012.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos Direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Revista internacional de direitos humanos** Número 4, Ano 3, 2006.

## DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO VALORES DE ALTERIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

Osielma Assis Maranhão

Rubenilson Pereira de Araújo

409

**RESUMO:** O presente artigo se propõe realizar uma discussão sobre a perspectiva dos Direitos Humanos, tendo como base experiências pedagógicas no âmbito escolar do Colégio Estadual Dr. Hélio Souza Bueno, do município de Nova Olinda, Estado do Tocantins. O público-alvo, inicialmente, foi uma turma de 9º Ano (Ensino Fundamental) e consequentemente 1ª Série (Ensino Médio), da modalidade de ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos, 3º segmento. O propósito foi analisar, discutir e coletar relatos de experiências pessoais sobre o cotidiano social, a convivência humana, os Direitos, a inclusão/exclusão e como podemos lidar com situações de discriminação, preconceito e intolerância em relação ao outro, muitas vezes, rotulado de “diferente” dos padrões socioculturalmente estabelecidos (alteridade). Essa proposta vem de encontro à necessidade de propor e idealizar mudanças que venham a combater as Desigualdades Sociais que estão enraizadas em nossa cultura e persistem continuar em nosso meio.

**Palavras – Chave:** Direitos Humanos. Educação. Alteridades.

### Introdução

Os Direitos Humanos, um ponto crucial para uma convivência digna, sempre foi naturalmente, uma necessidade natural, que teve grande atenção a partir da Declaração Universal, em 1948. Neste sentido, sabe-se que a Escola é um espaço de construção da cidadania, sendo necessário não deixar de fora, uma séria discussão sobre valores que devem fazer parte de nosso dia a dia, em todo espaço de convivência social.

Neste sentido, este trabalho propõe uma discussão como título *Direitos Humanos, Construindo Valores de Alteridades no Ambiente Escolar*, tendo como base relatos de





convivência de alunos da 1ª Série do Ensino Médio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, doravante EJA, do Colégio Estadual Dr. Hélio Souza Bueno, situado no município de Nova Olinda, Estado do Tocantins. Para expor de forma precisa mudanças que se fazem necessárias no tocante à sensibilização sobre os direitos inalienáveis de cada cidadão/ã.

Os objetivos deste trabalho centram-se, primeiro, direcionar uma discussão acerca da convivência social, com análise em elementos históricos que produziram no decorrer no tempo a formação da intolerância, que se reproduziu, feriu e tornou-se comum entre as pessoas, expurgando de muitos o direito de ser. Mostrando a realidade no interior de uma Unidade Escolar Pública, questionando o olhar de cada um sobre Direitos Naturais da Pessoa Humana, sobre fatos que os ferem, que os fazem viver à margem da intolerância, da discriminação. Incentivando a execução de uma convivência diária de práticas como respeito, solidariedade e alteridade. A proposta visou ainda motivar o respeito às diversidades; mostrando a importância de um convívio pacificador.

Os relatos expostos pelos alunos mostram desde a convivência com a difícil realidade socioeconômica até à existência da exclusão social.

### **Procedimentos Metodológicos**

410

A Metodologia aplicada na execução do Projeto foi mediante uma pesquisa participativa com a proposta de oficinas que reuniram diversas ações, como: Apresentação do Projeto com Debates e alguns esclarecimentos sobre A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Reflexão Literária com o Poema O Bicho, de Manuel Bandeira, extraído do Livro Estrela da Vida (1993) e, juntamente o apoio de um Vídeo motivador, contendo uma Resenha sobre o citado Poema, além de outros Vídeos norteadores sobre Direitos Humanos, como “O que Todas as Pessoas têm em Comum” e “Diversidades x Cidadania”. A oficina ocorreu com o objetivo de interação, sensibilização e exposição de interpretação de Imagens, relatos de vivências sobre Os Direitos Humanos, com o intuito de realizar uma análise geral sobre a real situação vivida em nossa Sociedade em nível Nacional e Internacional. Além disso, houve uma palestra sobre *O Bullying*, olhando para o cotidiano, para as nossas atitudes e para o processo Histórico, que remete a existência da exclusão, da discriminação e do preconceito, que ainda persiste entre nós.

De modo geral, houve a participação ativa da turma, tanto de forma verbal e mediante os registros de atividades.





## Resultados e Discussão

Na apresentação do Projeto *Direitos Humanos, Construindo Valores no Ambiente Escolar*, logo de início, no primeiro encontro, houve uma discussão acerca do tema, sensibilizamos muitos para repensarem as situações humanas, os relacionamentos, as vivências, onde alguns destacaram que não tinham conhecimento sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

No segundo encontro, houve uma roda de conversa, após a exposição do Poema “O Bicho”, de Manuel Bandeira, extraído do Livro *Estrela da Vida* (1993), realizando um trabalho de sensibilização Literária, com o acréscimo de um Texto e um Vídeo sobre o respectivo Poema, onde retrata a verdadeira situação de um mundo em que prega Direitos Iguais, porém, a exclusão ainda é muito grande. As imagens exibidas sobre o Poema foram recebidas através de olhares impactantes com a comparação do ser Humano com um Bicho, muitos questionaram ser muito triste tal comparação, porém, concordamos que se trata de nossa árdua realidade, pois relata cenas cotidianas que nos deparamos de maneira bem marcante e simples do dia a dia nos grandes lixões ou periferias das cidades brasileiras.

No terceiro encontro foi exposto vídeos reflexivos para debate sobre Direitos Humanos, Diversidades e Cidadania. Muitos se manifestaram sobre a indignação da vivência de cada dia, com a nítida desigualdade social existente em nosso país, onde a corrupção virou modismo.

No quarto encontro houve uma oficina pedagógica com exposição de imagens para interpretação e apresentação dos resultados, todos puderam expor experiências, relatos e questionamentos, demonstrando o impacto do aprendizado ocorrido durante a execução do Projeto.

No quinto e último encontro, o Projeto foi encerrado com uma Palestra sobre *Bullying*, com a participação ativa dos Alunos, que questionaram, buscando a compreensão do tema, oferecendo relatos de nosso cotidiano, que muitas vezes passam despercebidos.

Aos serem questionados sobre a convivência escolar, os Alunos Depoentes A, B, C, D e E, que participaram preenchendo um Questionário destacaram que se sentem bem acolhidos na Unidade Escolar em que estudam, não detectando agressões de *bullying* e que percebem as iniciativas da equipe escolar em realizar ações para que todos sejam tratados de maneira igual, não havendo diferenças. Destacaram ainda que já perceberam alguns momentos que ferem os Direitos Humanos por parte de alguns Colegas e na Sociedade, de uma forma geral, em que a





exclusão é muito grande, as desigualdades crescem a cada dia, alimentando cada vez mais uma sociedade injusta. E acreditam firmemente que todos têm que fazer a sua parte, mesmo sendo difícil, é preciso lutar por dias melhores. Conscientes de que a Pobreza é uma violação dos Direitos Humanos, demonstram a compreensão da necessidade de conhecer as causas de sua origem que, historicamente, passam por vários processos, que fizeram coexistir as injustiças sociais.

### Considerações Finais

O presente Artigo pontuou sobre uma realidade social como um todo, em um mundo tão desigual, com uma proposta de sensibilização em uma turma de EJA, no Colégio Estadual Doutor Hélio Souza Bueno, de Nova Olinda – TO, para que todos possam se sensibilizarem de seus Direitos, enquanto sujeitos.

A vivência humana; têm sido muitas vezes, divididas em normas, regras e ações, sem levar em consideração a real vida humana. A Desigualdade como um “Problema” Histórico, deve ser pautada como algo a resolver, proporcionando dignidade de vida àqueles que são atingidos e não culpados de suas situações, estes, devem ser reconhecidos como Cidadãos de Direitos, obtendo as mesmas oportunidades.

412

Deve-se compreender de fato, que a Educação vai além da Escola, além da Escolarização, sendo algo que ocorre em várias partes da vida do ser Humano, na Família, na Escola, no Cotidiano, em todas as formas de Convivência.

Foi imensamente satisfatório, executar um trabalho que possibilite a análise da existência Humana, onde obtivemos bons resultados, com intensa participação do público-alvo. A Educação em Direitos Humanos possibilita uma ampla conexão com o mundo, sendo uma potencialidade para a construção de uma sociedade mais justa, mais digna e mais democrática. Assim, se efetiva a orientação para os valores, a ética, o respeito, a solidariedade, ao reconhecimento do “Outro” e suas diversidades.

### Referências

ARROYO, Miguel G. **Ações Coletivas e Conhecimento: Outras Pedagogias?** Disponível em: <http://www.universidadepopular.org>. Acesso em: 21 de Outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pedagogias em Movimento: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras.** V. 3. 2003.

\_\_\_\_\_. **Políticas Educacionais e Desigualdades: A Procura de Novos Significados.** V. 1. N. 113. Campinas. Out. Dez. 2010.





\_\_\_\_\_. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** Petrópolis. RJ: Vozes. 2012.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Educação e a Nova Segregação Social e Racial – Tempos Insatisfatórios?** Belo Horizonte. V.31. N.03. Julho/Setembro de 2015.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida.** 20ª ED. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BETONI, Camila. **Direitos Humanos.** Disponível em: [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com). Acesso em: 15 de Janeiro de 2017.

BITTAR, Eduardo C.B (Coord.). **Educação e Metodologia para os Direitos Humanos.** São Paulo: Quartier Latin, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ética, Cidadania e Constituição: O Direito à Dignidade e à Condição Humana.** Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC N. 8 –Jul./Dez. 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB.** Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Educando Jovens e Adultos em Direitos Humanos: Uma Proposta de Intervenção na Escola Pública.** Disponível em: <http://alb.org.br>. Acesso em: 19 de Julho de 2017.

CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Por uma Invenção Ética para os Direitos Humanos.** Psic. Clin., Rio de Janeiro. V. 20. N. 2. 2008.

413

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** 1948. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – EPDS. UFT – Universidade Federal do Tocantins.

FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Verus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Bullying nas escolas.** Entrevista concedida à Revista Carta Capital. Disponível em: <http://goo.gl/g8Muh>. Acesso em: 28 de Outubro de 2017.

\_\_\_\_\_; PEDRA, José Augusto. **Bullying escolar: perguntas & respostas.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERNANDES, Angela Viana Machado; MELINA, Casari Paludeto. **Educação e Direitos Humanos: Desafios para a Escola Contemporânea.** Campinas, vol. 30, n. 81. 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Aguilar. 1933.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para Liberdade e Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Educação como Prática da Liberdade.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.





LEITE, Cícera. **Educação em Direitos Humanos: Um Debate que Falta na Escola.** Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.uol.com.br>. Acesso em: 25 de Setembro de 2017.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **A Escola da Não-Violência.** Mundo Jovem. Ano. XLI. Nº 340. Set./2003.

MIRANDA, N. **Por que Direitos Humanos.** Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa: um conceito subjacente.** Trabalho apresentado no Encontro internacional sobre elaprendizaje significativo. Burgos. Espanha. 15 a 19 de Setembro de 1997. Acesso em 28 de Outubro de 2017.

NUNES, João Arriscado. **Um Novo Cosmopolitismo? Reconfigurando os Direitos Humanos.** In: BALDI, César Augusto (Org.). **Direitos humanos na sociedade cosmopolita.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a Educação?** Tradução: Ivete Braga –14 ed. –Rio De Janeiro: José Olímpio, 1998.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza; VIEIRA, Sofia Lerche. **Progestão: Como Articular a Função Social da Escola com as Especificidades e as Demandas da Comunidade? Módulo I.** Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

PIMENTA, Renata Waleska. **Um Breve Diálogo entre Movimento Negro, Direitos Humanos e Educação.** IN: LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela Macambira; LUÍZ, Janafilson M.; MEDEIROS, Oberdan. **N'UMBUNTU EM REVISTA: Abordagens Multidisciplinares em Educação das Relações Ético-Raciais.** V. 1, N. 2. Jan./Jun. Marabá – PA. 2015.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKYJ.; PINSKY, C.B. **Historia da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

RABENHORST, Eduardo R. **Necessidades Básicas e Direitos Humanos.** In: BITTAR, Eduardo C.B.; TOSI, Giuseppe (orgs.). **Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época de Insegurança.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A Produção Social da Identidade e da Diferença.** In: **Identidade e Diferença.** Petrópolis, Vozes, 2000.

TAVARES, Selma. **Educar em direitos humanos.** In: **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-Metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TOURAINÉ, A. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

<https://www.youtube.com>. **Pra Ser Feliz (Diversidades)** – Daniel.

<https://www.youtube.com>. **Direitos Humanos. O Que Todas as Pessoas Têm em Comum.**

<https://www.youtube.com>. **Direitos Humanos, Diversidades e Cidadania.**

<https://www.youtube.com>. **Poema: O Bicho** – Manuel Bandeira.

<https://www.youtube.com>. **Resenha do Poema O Bicho** - de Manuel Bandeira.

<http://difusora890.com.br/proclamacao-e-instauracao-do-regime-republicano-no-brasil>. **Proclamação da República.** 28 de Outubro de 2017.





## A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA SALESIANA NO ENSINO/ APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES MATRICULADOS NO PROJETO BOM DE BOLA, BOM NA ESCOLA

Patrícia Gonçalves dos Reis

**Resumo:** Educação (do latim *educare*), no sentido formal, é todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados, garantido em lei como um direito humano fundamental a todos e condição básica para se usufruir dos demais direitos. Dentro dessa premissa, o presente trabalho foi realizado no Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco, unidade Palmas, com o objetivo de analisar o Plano de Ação e verificar se as atividades pedagógicas norteadas pela pedagogia salesiana estão contribuindo no ensino/aprendizagem das crianças e adolescentes matriculados no Projeto Bom de Bola, Bom na Escola. A pesquisa deu-se a partir da observação de fichas de acolhimento preenchidas pelos usuários, leitura dos cadernos de Identidade Pastoral e Organizacional da Instituição Salesiana e do livro: “Prevenir, Não Reprimir”, do escritor Pietro Braido.

**Palavras-chave:** Educação; Pedagogia Salesiana; Processo de Ensino/Aprendizagem.

### Introdução:

O Brasil é o país da diversidade cultural, na qual a escola formal surge como um ambiente acolhedor e reproduzidor das diversas culturas de uma sociedade, oportunizando espaços de reflexão e partilha de conhecimentos.

Embora tenha se tornado um direito básico reconhecido e garantido a todos os cidadãos, conforme prescrito na Constituição Brasileira de 1934, que afirma no artigo 140 que: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”, na prática, esses direitos nem sempre são ofertados com qualidade a quem realmente necessita deles. Construir escolas e matricular crianças não é garantia de aprendizado e nem de inclusão social, uma vez que a pobreza se torna um fator dominante na sociedade atual e milhões de crianças e de adolescentes permanecem em situação de vulnerabilidade social, sem ter acesso a direitos básicos como: saúde, moradia, lazer e educação de qualidade.

Nesse contexto, analisar a relação entre escola e ensino/aprendizagem nem sempre é tarefa das mais fáceis, uma vez que a educação brasileira tem um longo percurso marcado pela valorização da elite capitalista e da desvalorização da classe pobre e trabalhadora.

A diversidade que compõem a realidade educacional brasileira é muito grande e, na carência de políticas educacionais adequadas, emergem uma série de conflitos, uma vez que ao elaborar projetos e diretrizes curriculares não se considera o contexto social e cultural das diferentes classes sociais. O processo para uma aprendizagem eficaz depende de inúmeros fatores, além de instrumento de formação física, intelectual e moral; cabe-lhe a missão de promover a integração harmoniosa do educando no seio da comunidade.





A escola faz parte de um contexto que engloba a sociedade, sua organização, sua estrutura, sua cultura e sua história; é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é o local aonde pode ocorrer diversas atitudes de intolerância e discriminação. Nesse contexto, qualquer projeto de ensino aprendizagem que tenha o objetivo de oportunizar o desenvolvimento social e cultural deve estar ligado a comunidade e ao modo de cultura que esses indivíduos estão inseridos.

É com essa compreensão que a educação pode ser trabalhada com base em outros paradigmas, como elemento fundamental de humanização, na perspectiva da construção de uma cultura fundamentada em valores, comportamentos e atitudes de respeito integral ao ser humano.

Sendo assim, caberá às instituições de ensino a missão, por excelência, de ensinar valores no âmbito do desenvolvimento moral dos educandos, através da seleção de conteúdos e metodologias que favoreçam temas transversais, presentes em todas as matérias do currículo escolar, utilizando-se, para tanto, de projetos interdisciplinares de educação em valores culturais, aplicados em contextos determinados, fora e dentro da escola. Portanto, ela deve se colocar como um espaço do qual os sujeitos envolvidos no processo educativo possam desenvolver habilidades reflexivas sobre o mundo que o cerca e buscar construir uma cultura de paz e oportunidades a todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

416

Embora seja impossível a construção de uma escola igual para todos, acreditamos que seja possível a elaboração e execução de um currículo que reconheça a diferença cultural de cada indivíduo, que possa acolher e incluir as diversas realidades existente dentro do contexto escolar, e planejar ações que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Mediante a essas reflexões e considerando ser essencial o acesso ao conhecimento, a formação humana e o ensino de qualidade, buscamos analisar o Plano de trabalho do Centro Juvenil Dom Bosco da Unidade Palmas, com o objetivo de verificar se o sistema educativo salesiano assegura o fortalecimento de vínculos, no que diz respeito ao ensino/aprendizagem das crianças e adolescentes, matriculados no projeto Bom de Bola, Bom na Escola

## 2 Pedagogia Salesiana

O sistema preventivo de Dom Bosco foi construído em tempos difíceis do século XIX, na Itália da era Industrial, em que o autor encontrou, por meio da educação e da religião,







uma forma efetiva de incluir na sociedade as crianças e os jovens que viviam em situação de risco e vulnerabilidade social.

A pedagogia salesiana, também aplicada como um sistema preventivo, acontece mediante a convivência; busca construir em seus espaços de atuação um ambiente de aprendizado e valorização da pessoa humana como protagonista da sua história, cada um com sua identidade e seu lugar social assegurado. Ela é fundamentada em três bases: “amor, razão e espiritualidade”.

O pilar “Amor”, da palavra italiana *amorvollezza* entende que os jovens devem ser amados e deverão vivenciar esse amor fraternal. A Razão, segundo Dom Bosco, é a responsável por ditar ao coração o que é o bem. Por fim, a Espiritualidade, no projeto de Dom Bosco, é o fundamento e coroamento dos valores e dos compromissos educativos do amor e da razão (BRADO PIETRO, 2008, p. 65). Tornar os jovens “*bons cristãos e honestos cidadãos*”, era uma grande meta de São João Bosco.

Nessa integração, o formador precisa desenvolver os seguintes papéis:

**Assistência como presença gratuita:** o êxito da comunicação educativa não depende tanto de habilidades técnicas de abordagem, principalmente das motivações e intenções que transparecem na relação que se estabelece.

**Assistência como presença ativa:** a presença do educador não deve ser centralizadora, impositiva e controladora. Também não pode ser de mero espectador da atividade do jovem. Presença ativa significa atuar junto com o educando, intervindo de forma discreta, envolvente, amorosa, estimulando e facilitando seu protagonismo.

**Assistência individualizada:** centrada nas situações particulares dos jovens, especialmente em suas necessidades. É diferenciada de acordo com a idade e as características pessoais de cada um. É personalizadora. (SCARAMUSSA; SILVA FILHO, [s/d], p. 11, grifo nosso)

417

As atividades são pautadas em experiências cristãs, pedagógicas, lúdicas, esportivas, culturais e tendo por objetivo promover a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a construção do seu projeto de vida.

## 2.1 Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco

O Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco fica situado no Bairro Bela Vista, no município de Palmas, região sul da capital. É uma entidade Católica da Congregação Salesiana, sem fins lucrativos e tem por finalidade a promoção da educação, o amparo à juventude, especialmente para com os mais pobres, além da promoção humana, a constituição





de espaço de convivência familiar e comunitário, a formação para a participação e cidadania, o desenvolvimento do protagonismo e de autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

O espaço físico onde se situam os projetos é amplo: possui prédio de um andar, contendo sete salas para ministrar as aulas e as oficinas; um laboratório de informática, cinco salas administrativas, um refeitório, uma cozinha, um ginásio poliesportivo, uma capela, um campo de futebol de areia e área de lazer com trilhas ecológicas. São desenvolvidos dentro do Centro atividades educativas, oficinas, palestras. O Centro oferece serviços de assistência social, acompanhamento educativo, esportivo para jovens e adolescentes e qualificação profissional com inserção no mercado de trabalho para adolescentes e jovens. Atualmente, são desenvolvidos quatro projetos:

- “Bom de bola, Bom na escola”, 56 educandos, destinado às crianças e aos adolescentes, entre 07 a 17 anos;
- “Saleconect”, 70 educandos. São ofertados cursos de informática básica com certificado de 100 horas;
- “Educação Ambiental”, 35 educandos, entre 9 e 18 anos.
- “CESAM- Programa Menor Aprendiz”, 48 aprendizes inseridos no mercado de trabalho.

418

A localização do prédio se deu a partir de estudos socioeconômicos dos bairros considerados mais pobres na região sul de Palmas. O contexto social dos bairros que o cercam é de pobreza e vulnerabilidade social. Alguns não possuem serviços públicos básicos, tais como: rede de esgoto, asfalto. A iluminação pública é de péssima qualidade e a maioria das casas são construídas de tijolo e cimento, porém sem acabamento. Os espaços de lazer são pequenas praças sem estrutura, considerada pelos próprios moradores como um lugar perigoso.

Dentre as famílias residentes nesses bairros, em especial o Bela Vista, encontra-se um grande número de crianças matriculadas em todos os projetos desenvolvidos pelo Centro, especificados anteriormente.

### **3. Metodologia - plano de trabalho do Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco**

Neste trabalho realizamos uma pesquisa descritiva, tendo como parâmetro o Plano de trabalho do Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco, que busca executar ações que auxiliem as





crianças e os adolescentes a desenvolverem suas capacidades intelectuais, culturais, profissionais e pessoais.

No início do não letivo de 2017, como pedagoga responsável pelas atividades pedagógicas da entidade, juntamente com os educadores sociais, acompanhamos o processo de inscrição dos educandos em todos os projetos, dando ênfase ao projeto Bom de Bola, Bom na Escola, uma vez que esse público frequenta o Centro semanalmente e estão em processo de alfabetização.

Após ter analisado a ficha de estudo socioeconômico preenchida pelos pais ou responsáveis, foi percebido que as crianças e adolescentes matriculados, em grande maioria, são oriundos de famílias de classe social baixa, usuários do Bolsa Família. Seus pais ou responsáveis trabalham oito horas por dia e, alguns, não possuem formação escolar e encontram dificuldades em acompanhar as atividades pedagógicas dos seus filhos. Em consequência, esses educandos apresentam baixo rendimento escolar e distorção de série/idade, uma vez que o abandono ou a reprovação são características marcantes nessa faixa etária.

Mediante a essa realidade, concluímos a necessidade de desenvolver dentro do cronograma de atividades, dois projetos pedagógicos, um com foco na disciplina de matemática, “Olimpíada de matemática”, e outro na área de língua Portuguesa, “Você sabe soletrar?”, visando o auxílio nos conteúdos ministrados na escola regular, como também oportunizar um melhor desenho escolar. Elaboramos também um cronograma de visitas semestrais às escolas municipais e estaduais Sávia Fernandes, Jorge Amado e Setor Sul, locais aonde nossos alunos estão matriculados, tendo como objetivo principal dialogar sobre os processos de aprendizagem desenvolvidos em ambos espaços e verificar o boletim escolar.

419

### **3.1 Projeto Bom de Bola, bom na escola**

O Projeto Bom de Bola, Bom na escola, já vem sendo desenvolvido há 9 anos no Centro Juvenil, tendo como objetivo contribuir para a construção de competências e habilidades individuais, coletivas e educativas das crianças e dos adolescentes.

Atualmente, o Projeto conta com 56 educandos matriculados na faixa etária de sete a 17 anos, que frequentam o Centro Juvenil no contraturno da escola. Às terças-feiras e sextas-feiras, os educandos participam de gincanas, da Olimpíada de Matemática e da de Língua Portuguesa, com perguntas e respostas, conforme está descrito no cronograma de atividades abaixo. No início de cada semana é distribuída uma lista contendo 30 palavras a serem





estudada para a próxima rodada do Soletrando. Entregamos, também, a tabuada para as competições da Olimpíada de Matemática.

Cada etapa vivenciada pelo aluno tem o valor de um ponto, sendo contabilizado individualmente essa pontuação em planilhas e, ao final de cada semestre, os educandos que conseguirem atingir uma pontuação de 10, ou mais pontos, disputam a etapa final com premiações para os 1º, 2º e 3º lugares.

Os projetos têm duração de doze meses, podendo ser estendido ao próximo ano letivo de 2018, caso seja avaliado como positivo e solicitado pelos educandos nas reuniões de planejamento, que serão realizadas em dezembro de 2017 para a construção do Plano de Trabalho para o ano seguinte.

#### Quadro 01 - Cronograma de atividade 2017

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Diário	Soletrando	Atividade temática	Meio ambiente	Olimpíada de Matemática
Atividade esportiva	Atividade esportiva	Atividade esportiva	Atividade esportiva	Atividade esportiva

Fonte: Centro Juvenil Dom Bosco

420

#### 4 considerações da prática

O ano letivo e o Projeto ainda estão em execução, e por essa razão, tecemos algumas considerações acerca do processo. Para todos os encontros presenciais, elaboramos um plano de execução, como o disposto a seguir:





Figura 1 - Exemplo de plano de trabalho

Inspetora São João Bosco  
Patrícia Gonçalves dos Reis  
Pedagoga

**Conteúdo Programático:**  
Nanha atividade pedagógica na  
quadra com o jogo na ponta  
da língua.

**Objetivo Geral:**  
Incentivo aos educandos ao estudo  
de português, matemática, geografia, ciên-  
cias e outras mais.

**Metodologia:**  
Círculo no meio da quadra onde  
se faz pergunta-se a cada educando  
e se a resposta for positiva ganha-se  
uma bolinha, ao final quem gan-  
tar mais ganha-se um chocolate.

**Recursos didáticos:**  
chocolates  
bolinhas  
jogo na ponta da língua

**Avaliação:**  
atenção e participação dos edu-  
candos.

Fonte: Centro Salesiano Dom Bosco

421

Como podemos verificar, os objetivos para cada atividade versam o ensino interdisciplinar de várias disciplinas, tais como português, matemática, geografia e ciências, fato que vai, além do encontro à pedagogia integrativa do Centro, aos preceitos descritos nas próprias Diretrizes Curriculares Nacionais (1999), em que

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. BRASIL (1999, p. 89).

A metodologia desenvolvida durante as atividades é sempre integrativa, ou seja, os educandos são sempre instigados a formarem círculos e socializarem entre si. Nesse plano, em específico, usamos como recurso compensatório, alguns doces. Por fim, o item avaliacional diz respeito ao próprio processo de integração do discente.

No decorrer da execução das atividades, com intuito de acrescentar novas ideias, como também oferecer oportunidade para que os educandos se sentissem como parte integrante do processo socioeducativo, convidamo-los a contribuir com sugestões de brincadeiras e de jogos que tornasse a disputa mais interessante e participativa. Os jogos da adedonha, *amarelinha* e





*boliche* foram os mais solicitados na realização de cada etapa, o que para nós se tornou surpreendente, posto que, atualmente, os jovens, em decorrência da influência dos meios de comunicação, dificilmente se interessam por jogos e brincadeiras tidas como “antigas”.

Ao concluir o primeiro semestre de 2017 e realizarmos a final da primeira etapa dos projetos, fizemos uma roda de conversa com os educandos para avaliar a participação de todos nas gincanas e o aprendizado adquirido. A maioria avaliou como positivo o desenvolvimento das atividades; alguns pontuaram que melhoram nas resoluções das atividades escolares, fato que ao final do projeto, em conjunto com a escola, será também fator de avaliação. Relatam os educandos que obtiveram maiores índices de domínio das quatro operações matemáticas, além de melhorarem a escrita e a pronúncia de diversas palavras. Na etapa final, tivemos 35 educandos classificados para a Olimpíada de Matemática e 30 classificados para o Soletrando.

Diante dessa realidade, é possível considerar que, embora o ano letivo ainda não tenha finalizado, os educandos já mostram resultados positivos na aprendizagem e que a metodologia com base na pedagogia salesiana (transmitir o conhecimento de maneira simples, lúdica, divertida e acolhedora), pode transformar o contexto social e intelectual desses indivíduos.

422

Para acompanhar o rendimento dos educandos, fazemos visitas semestrais às escolas e estabelecemos um cronograma de atividades e medidas socioeducativas para os alunos que mais necessitam. Nesse sentido, nesse semestre realizamos visitas a duas unidades escolares: Escola Municipal Sávia Fernandes Jácome e Escola Estadual Setor Sul.

No dia 31 de outubro de 2017, no período vespertino a pedagoga responsável, juntamente com a assistente social, visitou a escola Municipal Sávia Fernandes Jácome, com o objetivo de trocar informações sobre os educandos matriculados no Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco. Atualmente, como destacamos, temos 34 alunos da escola matriculados no projeto Bom de Bola, Bom na Escola e cinco no projeto de Educação ambiental. A reunião foi realizada com a presença da Orientadora Educacional e da Supervisora.

Em conversa formal elas nos relatou a situação de cada aluno matriculados nos projetos, esclareceu alguns questionamentos sobre algumas situações específicas dos alunos<sup>8</sup>:

---

<sup>8</sup> Para manter o anonimato dos educandos, os nomes foram substituídos por Aluno 1, 2, sucessivamente.





**Aluno 1:** apresenta no colégio dificuldade de aprendizagem, déficit de atenção e, embora esteja no 5º ano, não está alfabetizado. Informamos que ele já faz reforço individual no Centro Juvenil também, porém não tem avançado muito. A Coordenadora informou que já solicitou à mãe do discente o suposto laudo médico, pois, aparentemente, o aluno apresenta limitações.

**Aluna 2:** apresenta dificuldades de socialização com os colegas e professores. Apresenta graus de nervosismo, tristeza e agressividade. Atualmente, mora com o pai, a irmã e a madrasta; já fugiu de casa duas vezes.

**Aluno3:** tem dificuldade de socialização, inquietação dentro da sala de aula, e apresenta comportamento agressivo. O pai trabalha o dia todo e, por esse motivo, é ausente no contexto escolar do filho.

Após, explicamos como funciona o reforço escolar no Centro Salesiano e as atividades realizadas com os projetos Soletorando e Olimpíada de matemática. Informamos também que assim que os boletins forem enviados à instituição, montaremos um reforço especial para auxiliar nas disciplinas em que os educandos atendidos em cada projeto estiverem com notas vermelhas. Ficou acordado também a participação da Escola na semana da enculturação Racial, que ocorrerá dos dias 22 a 24 de novembro, no Centro Salesiano Dom Bosco.

Apesar de os problemas em relação aos alunos, observamos que a escola é muito organizada, que a equipe pedagógica conhece e acompanha a vida escolar e familiar dos alunos ali matriculados e que o diálogo e interação entre alunos e a equipe pedagógica é fortalecido através do convívio diário.

423

### Figura 2 - Fotos do encontro presencial na Unidade Escolar



Fonte: acervo próprio

Procedentes da escola *Estadual Setor Sul*, temos 16 alunos matriculados no projeto Bom de Bola, Bom na Escola e nove aprendizes no CESAM. Assim como evidenciado na





escola Municipal Sávia Fernandes Jácome, realizamos a reunião com a presença do Coordenador Pedagógico e da Orientadora. Ao serem questionados sobre o rendimento escolar dos alunos, os mesmos informaram que:

**Aluno 4:** o discente, em acompanhamento no Centro Juvenil, foi expulso da escola por indisciplina, brigas e suspeita de tráfico de drogas dentro da unidade escolar.

**Aluno 5:** apresenta histórico de agressividade, o que acarretou em duas suspensões por agredir os colegas; é indisciplinado e entrou em conflito com funcionários da unidade escolar.

**Aluno 6:** apresenta melhora em seu comportamento e sua participação em sala de aula.

Em relação aos alunos do CESAM, não houve reclamações. Ao solicitar os boletins, a orientadora solicitou que enviasse o nome completo de cada aluno, uma vez que não estava conseguindo localizar no sistema informações dos mesmos. Observamos que a escola é bastante agitada e a equipe pedagógica tem pouco conhecimento da vida escolar e familiar dos alunos ali matriculados.

### Considerações finais

Todas as fases da vida escolar de um indivíduo são importantes no processo de construção do seu conhecimento e da sua identidade, porém a educação fundamental é a base para as demais etapas. Nessa fase, de seis a 14 anos, a criança e o adolescente encontram-se em fase de formação integral, em que o processo de ensino/aprendizagem não pode ser baseado somente nas disciplinas norteadoras do currículo escolar.

Nessa premissa, a formação humana e social deve ser dialogada e norteadora pelos sistemas educativos e pela família. Trabalhar o ensino/ aprendizagem dentro da metodologia da pedagogia salesiana foi uma oportunidade de analisar as diversas possibilidades que o sujeito tem de adquirir conhecimento e se tornar protagonista da sua própria história.

Concluimos que o Plano de trabalho desta instituição vem de encontro das necessidades básicas das crianças e adolescentes, uma vez que os mesmos buscam um ambiente acolhedor, integrador e que os oportunize construir um projeto de vida embasado em valores e princípios éticos.

### Referências

BRAIDO, Pietro. *Prevenir, não reprimir: o sistema educativo de Dom Bosco*. São Paulo: Editora Salesiana, 2004. 375p.

ORESTANO, F. Celebrazioni, vol. I. p. 76-77 apud Braido, Pietro. *Prevenir, não reprimir*. São Paulo: Salesiana, 2004, p. 295.







PAULA, Antônio Pacheco. *Manual do colaborador salesiano*. Brasília, Cisbrasil – CIB, 2008. Disponível em: [www.sdb.org](http://www.sdb.org); [www.cgfmanet.otg](http://www.cgfmanet.otg). Acesso em set. 2017.

SCARAMUSSA, P. Tarcísio; ZEFERINO FILHO. Genésio. *Pedagogia do Amor*. O Sistema Preventivo de Dom Bosco. CESAP, Belo Horizonte, 1995, 36p.

TEIXEIRA, Anísio Teixeira. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOB UMA PERSPECTIVA NÃO MONETÁRIA.

Patrícia Aguiar Tavares

**Resumo:** O objetivo deste trabalho consiste em trazer uma reflexão teórica sobre o Programa Bolsa Família sob uma perspectiva que supere a visão monetária de distribuição de renda. Por meio de revisão bibliográfica, serão apresentadas as teorias que valorizem o potencial emancipador dessa política de transferência de renda e sua capacidade de estabelecer articulação com outras ações, programas e políticas, com destaque para o pensamento de Amartya-Sen. Em relação aos procedimentos técnicos que viabilizaram a elaboração do estudo, foi adotada a pesquisa bibliográfica enquanto instrumento destinado a essa finalidade.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa-Família. Renda. Amartya Sen

### Introdução

Este trabalho sintetiza o resultado dos estudos realizados na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social iniciada em setembro de 2016, promovida nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), sob responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. O curso permitiu o aprofundamento em torno da Política Pública de Assistência Social, em especial o Programa Bolsa Família e sua relação com a Política de Educação. Estabeleceu e desenvolveu os conteúdos em torno das temáticas educação, pobreza e desigualdade social, com o objetivo de promover reflexões e discussões em torno das vivências dos sujeitos em situação de pobreza e de extrema pobreza, em contextos demarcados por relações sociais e políticas injustas.

Nesse contexto, são implementadas políticas sociais, de responsabilidade estatal, que visam minimizar os efeitos das desigualdades geradas socialmente, dentre os programas de maior visibilidade e abrangência, no âmbito da Assistência Social e em articulação com outras políticas, como educação e saúde, encontra-se o Programa Bolsa Família.

O referido Programa foi instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2003 regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. O Programa é gerenciado pelo





Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)<sup>9</sup> e beneficiam famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 85,01 a R\$ 170,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00). Nesse sentido, são observadas a renda per capita<sup>2</sup> familiar e composição familiar (se há crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou nutrizes).

Ao analisar os critérios de elegibilidade das famílias, é possível identificar que os mesmos estão voltados eminentemente para o fator renda, com classificação das famílias em pobres e extremamente pobres, com cálculo realizado sob a renda per capita do grupo familiar. Trata-se de uma concepção reducionista, e com centralidade sob o valor monetário transferido, o critério renda é utilizado para incluir e desligar famílias do PBF.

Em relação às políticas sociais voltadas à redução da pobreza, cumpre destacar que estas se tornam efetivas, à medida que contribuem para o desenvolvimento das pessoas, pois “[...] a mera redução da pobreza de rendimentos não pode, em si, ser motivação suprema de políticas de combate à pobreza [...]” (SEN, 2000, p. 114). É necessário visualizar a pobreza sob uma perspectiva ampliada, ultrapassar as relações instrumentais, compreendê-la em sua natureza e características.

Os dados oficiais do IBGE, PNUD e MDS expostos ao longo da pesquisa, demonstram que o Programa Bolsa Família, tem causado uma redução considerável dos índices de pobreza entre as famílias brasileiras, em especial, nos estados do Norte e Nordeste, permitindo a ultrapassagem linha da pobreza ou extrema pobreza, e ainda, e conseguindo abranger todos os municípios do país. No entanto, pouco se tem pesquisado sobre o potencial emancipador das ações complementares a serem desenvolvidas em articulação com o Programa Bolsa Família e que ultrapassam o viés monetário, pois se vinculam a autonomia das famílias beneficiárias.

Nesse sentido, a perspectiva de análise que melhor atende a esse escopo, pode ser encontrada no pensamento de Amartya Sen e na análise de estudos, legislações e documentos que regulamentam a temática, tendo em vista que a pobreza é um fenômeno persistente e complexo, e que atinge nacionalmente as famílias brasileiras.

---

<sup>9</sup> Entre as mudanças implementadas pelo Governo Michel Temer em 2016, está a fusão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O nome do novo ministério passa a ser Desenvolvimento Social e Agrário, conforme disposto na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.





Torna-se relevante apreender as particularidades existentes no Programa Bolsa Família, sob uma perspectiva que supere a visão monetária de distribuição de renda, com destaque para teorias que valorizem o caráter emancipador que pode ser gerado por essa política de transferência de renda e sua relação com outras ações, programas e políticas, para superação da desigualdade e pobreza vivenciada por expressiva parcela das famílias brasileiras.

O trabalho foi estruturado em 03 sessões: a primeira discute o Programa Bolsa Família e o contextualiza no âmbito dos programas de transferência de renda, a segunda aborda seu potencial emancipador e a terceira expõe sua capacidade de articulação com outros programas e ações.

### **Procedimentos Metodológicos**

Com o propósito de analisar o Programa Bolsa Família sob uma perspectiva que supere a visão monetária de distribuição de renda, a metodologia deste trabalho baseia-se na modalidade de pesquisa analítica de natureza qualitativa (TRIVIÑOS, 1987).

No enfoque qualitativo mais do que descrever objetos, busca-se conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos nela envolvidos. Preocupa-se em desvendar uma realidade que não pode ser quantificada, levando em consideração crenças, valores morais, éticos e religiosos, processos sociais que não podem ser reduzidos à quantificação numérica (MINAYO, 2003). A abordagem da pesquisa qualitativa aprofunda-se em questões objetivas e subjetivas da realidade dos sujeitos, é possível afirmar que:

[...] na pesquisa qualitativa o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, devendo captar o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes no seu contexto (MARTINELLI, 1999, P. 56).

Tendo em vista a necessidade de procedimentos técnicos que viabilizem a elaboração da pesquisa, será adotada a pesquisa bibliográfica enquanto instrumento destinado a essa finalidade. Pois a pesquisa sobre o Programa Bolsa Família e seus benefícios não monetários, e a teoria que o embasa, será elaborada a partir de material já publicado, disponível em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, internet dentre outros. A pesquisa bibliográfica permite o contato direto do pesquisador com o material já escrito produzido na área de estudo.

Segundo PRODANOV; FREITAS (2013, p.55), a pesquisa bibliográfica se organiza pelas seguintes etapas: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação





do problema; elaboração do plano provisório do assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto; redação do texto.

### **Resultados e Discussão**

Superar o viés eminentemente monetário associado ao Programa Bolsa Família supõe apreender o conceito de pobreza sob uma perspectiva ampliada, significa admiti-la fenômeno multidimensional, que precisa ser trabalhada de maneira interdisciplinar pelos profissionais que lidam com a problemática, ultrapassando assim, visões conservadoras que contribuem para estigmatização do pobre e reforçam as discriminações no âmbito institucional e social. Nesse sentido, a teoria das capacidades<sup>3</sup>, elaborada por Amartya Sen e Martha Nussbaum, pode contribuir para entender de que maneira, o Programa Bolsa Família pode influenciar concretamente a vida das famílias beneficiárias. Os autores (PINZANI; LEÃO RÊGO, 2014); (STREETEN, 1995, p. 30); ARROYO (2013) também contribuem para uma análise não monetária do Programa.

Dentre os programas e ações que podem ser articulados à transferência de renda do Programa Bolsa Família, e que serão objeto de análise dessa pesquisa, estão: Agricultura Familiar: Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF); Bolsa Verde; Carta Social; Passe Livre para Pessoas com Deficiência; Tarifa social de energia; telefone popular; Acesso a creches para crianças de 0 (zero) a 4(quatro) anos beneficiárias do BF; Brasil Alfabetizado; Programa Mais Educação; Minha Casa Minha Vida; Isenção de Taxa de Concurso Público; Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) – Bolsa Família; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)/Brasil sem Miséria; Programa de Atenção Integral à Família. (SILVA, 2016).

428

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Ampliar as liberdades substanciais dos beneficiários do Programa Bolsa Família significa aumentar a qualidade de vida, não somente por meio do aumento da renda per capita. As ações e programas de outras políticas públicas tornam-se indispensáveis para atingir esse objetivo. A visão limitada, centrada no valor monetário disponibilizado às famílias, impede<sup>10</sup> que se estabeleça coordenação com programas complementares, de caráter não monetário que considerem as necessidades nas áreas de agricultura, comunicação, transporte, energia

<sup>10</sup> A palavra capability tem sua origem na língua inglesa. Trata-se de uma fusão dos termos ability (habilidade) e capacity (capacidade). Em português, tradutores das obras de Sen, costumam utilizar o termo “capacidade”.





elétrica, escolarização, moradia, trabalho e qualificação, e necessidades de fortalecimento de vínculos familiares e acesso ao conhecimento de seus direitos.

Na elaboração e execução de políticas públicas, torna-se de fundamental importância levar em consideração, os papéis de heterogeneidade pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições na família. A análise de Sen desloca o foco de atenção em relação à pobreza e a desigualdade sob o aspecto renda e dos bens materiais proporcionados por ela, e migra para o que as pessoas são capazes de realizar/fazer com esses bens, as capacidades que podem ser vivenciadas pelo sujeito.

As formas de privação de liberdade são inúmeras, a renda constitui apenas uma delas, pois fomes coletivas, pouco acesso a serviços de saúde e educação, desigualdade de gênero, sociedades não democráticas, também atingem negativamente o desenvolvimento do indivíduo. A transferência de renda realizada pelo Programa Bolsa Família constitui uma política que tem por base o enfoque da renda, em detrimento das capacidades. Não conseguindo ainda proporcionar a liberdade individual e o aumento de capacidades.

### Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BRASIL. **Módulo I** do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (2014).
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane César de. **Metodologia do Trabalho Científico**: 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- STREETEN, Paul P. **Thinking about development**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1995.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. (org). **O Bolsa Família**: verso e reverso. Campinas: Papel Social, 2016.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.





## O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRÍNCIPES E PRINCESAS, SOBRE OS VIESES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Paula Cristina de Carvalho Gonçalves

Valterlan Teixeira Araújo

**Resumo:** Essa pesquisa propõe discutir a atuação do Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas por meio do atendimento das crianças do Programa Bolsa Família-PBF. Dois objetivos foram fundantes para o levantamento de dados que possibilitam a elaboração desse estudo: Conhecer o referencial teórico sobre o Projeto Político Pedagógico; Descrever sobre o programa Bolsa Família no Brasil; Discutir as ações do Projeto Político Pedagógico voltado para o atendimento aos estudantes atendidos pelo Programa Bolsa Família. Essas discussões têm como principais referências teóricas: Gadotti (1998), Veiga (2011), Campello e Neri (2013), Junior (2015), Arroyo (2016). A pesquisa foi realizada sob abordagem do tipo pesquisa-ação, em que primeiramente realizaram-se várias leituras para fundamentação teórica do texto, entrevistas com famílias cadastradas no PBF e funcionários da escola e um estudo no projeto político pedagógico da instituição. A pesquisa revelou que as atividades desenvolvidas com um olhar para as crianças oriundas do programa bolsa família se fazem importantes no crescimento pessoal e profissional desse educando, pois o tornam pessoas apropriadas de sua realidade para questionamento e busca pela sua mudança, para isso, é necessário um projeto político que favoreçam ações visando essa mudança. Infelizmente o Projeto Político Pedagógico do CMEI Príncipes e Princesas não propõem ações que atendam ou enxerguem as crianças oriundas do Programa Bolsa Família, e para isso acontecer é importante que a unidade reveja seu plano e proponha mudanças.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico. Educação. Pobreza. Programa Bolsa Família.

### Introdução

430

O estudo foi realizado na Escola de educação infantil, pois enquanto educadora, além da formação em pedagogia e apresentar afinidade com a área de educação infantil e ter experiência profissional e atuar em rede municipal, sentiu a necessidade de realizar a pesquisa justificando esta pela necessidade em aprofundar discussões acerca da atuação do Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas com o atendimento das crianças do Programa Bolsa Família.

Sendo que a formação da pesquisadora em Pedagogia, Docência e Gestão implica um suporte para atuar em várias áreas de trabalho na escola e estar estudando na Pós-graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social, fez surgir indagações acerca dessa área, o que reforçou o interesse pelo tema.

Esse trabalho está organizado em subtítulos, no entanto, os temas a serem trabalhados são o Programa Bolsa Família, o Projeto Político Pedagógico e as entrevistas com os participantes da pesquisa, na sequência trago a metodologia utilizada na realização deste estudo.





## Metodologia

A pesquisa foi realizada no Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas, situado na região central Palmas que atendeu no ano de 2016, um total de 403 crianças, e em 2017 um quantitativo de 446.

Foram entrevistados 05 famílias “cadastradas” no Programa Bolsa Família e 03 servidores que atuam em áreas diferentes da unidade, entrevista semiestruturadas.

Os dados apresentados e analisados foram coletados mediante estudos documentais e entrevistas com famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e servidores que atuam na unidade. Essas profissionais receberam nomes fictícios. Nessa perspectiva, a análise dos dados em forma de gráficos, para apresentar trechos das vivências e o posicionamento pautados nas contribuições dos autores estudados. Segundo Ludke e André (1980, p. 45) a “análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados”.

Dessa forma, as etapas desse trabalho foram esquematizadas para facilitar o desenvolvimento da pesquisa, interpretando e representando por meio das falas das pesquisadas e dos autores que fundamentam.

## Resultados e discussão

Segundo Arroyo (2016) pobreza tem um significado triste e uma realidade desoladora, pois infelizmente atinge a maioria da população e não é algo questionado e nem visto ainda como um ponto a ser colocado dentro de projetos sociais e políticos para ser solucionado. Mas é presenciado por todos em todos os lugares aonde chegamos.

O Programa Bolsa Família criado pelo Governo Federal com o objetivo de erradicar a pobreza e diminuir as mazelas provocadas pela desigualdade social no país traz em seu contexto várias reflexões e problemas, por este não garantir a saída das famílias do estado de pobreza e por não possuir uma maneira ainda de inserir essas pessoas no meio social e no mercado de trabalho sem o preconceito por sua condição.

Uma maneira de incluir essas famílias segundo Arroyo (2016) é inclui-las na sociedade com ações efetivas de apropriação de suas realidades e busca por mudança social e real.

Na perspectiva em que Projeto Político Pedagógico se faz um documento de suma importância na unidade educacional, pois prevê ações que incluam e desenvolvam a aprendizagem e interação social das crianças, é que é proposto o estudo com o seguinte





problema: O Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas, sobre os vieses do Programa Bolsa Família.

Sabendo-se que o Projeto Político Pedagógico carrega uma função importante de promover ações de inclusão e diminuição dos problemas encontrados na unidade, é pertinente questionar a respeito do que esse documento tem proposto para as crianças oriundas do PBF.

O Projeto Político Pedagógico-PPP é o instrumento balizador para o fazer educacional e, por consequência, expressa a prática pedagógica das escolas, dando direção à gestão e às atividades educacionais, pela explicitação de seu marco referencial, da educação que se deseja promover, do tipo de cidadão que se pretende formar (GADOTTI; ROMÃO, 1994).

### **Considerações**

No momento atual, a educação de qualidade e a importância dela em uma sociedade cada vez mais sedenta por mudanças sociais-econômicas, mudanças por menos desigualdades sociais, mais humanas, menos capitalista e consumista parece um caminho sem volta.

Nesse contexto é preciso repensar a forma como a educação vem acontecendo e até onde ela tem contemplado a sociedade, e quais recursos são necessários para que ela aconteça de verdade. Consequentemente teremos pessoas mais dispostas a trilhar rumo à erradicação da pobreza e das desigualdades.

O Projeto Político Pedagógico é um documento que se faz necessário na instituição educacional, pois promoverá ações que mudem a realidade local no período vigente, e tornará visível a política ética e social que a instituição promoverá ao longo do tempo.

Evidencia-se no PPP a necessidade de se seguir etapas para sua construção, respeitando especialmente o diagnóstico que mostrará os passos a serem seguidos para alcance dos objetivos almejados pelo grupo educacional ali pertencente. E para isso faz-se necessário que na sua elaboração a gestão democrática se faça presente e aceite a colaboração dos professores e demais funcionários e da comunidade.

E que na sua missão façam parte também as crianças oriundas do programa Bolsa Família, para que possam ter oportunidade de entender sua realidade social e questioná-la a ponto de sentirem-se tocadas a mudá-la, esse é um propósito social que todos na unidade devem conhecer e buscar e só poderá ser possível com formações continuadas para os professores em sua rotina de sala levar e transparecer para as crianças, as incentivando a buscar e mudar.







É importante frisar que o PPP vigente na instituição CMEI Príncipes e Princesas propõem missões importantes na etapa de formação ao que cabe a educação Infantil, mas que o mesmo peca em procurar evidenciar a realidade presente em sua comunidade, mostrando apenas um lado. E que o objetivo do PPP é procurar ações que resolvam e minimizem situações de dificuldade dentro da unidade, pois fazer parte do PBF não é um problema, mas é necessário que se busque ações de inclusão e discussão sobre essa realidade, o retirando desse estado e mostrando oportunidades para ela e sua família.

O programa Bolsa Família faz parte da sociedade e dos ambientes, pois se apresenta como uma renda familiar na década atual. E é preciso que nas ações de inclusão das políticas públicas atuais se façam presentes como atitudes de mudança. Apesar de a pesquisa no CMEI PP demonstre um quantitativo pequeno de famílias cadastradas, é importante que todas elas estejam num plano de ações da instituição como forma de melhoria de vida.

É importante que a cada ano se renove os dados desse documento, trazendo a realidade atual e novas ações futuras para ser alcançado, até mesmo o diagnóstico do que foi feito que desse certo e não deu certo.

Mas vale pensar que o governo deve através dos meios cabíveis a ele promover uma formação social que mobilize as famílias cadastradas a saírem do estado de pobreza e de extrema pobreza, conscientizando e informando maneiras que possam tira-lo daquela situação.

433

### Referências

ALBURQUERQUE, Natália Pacini de Medeiros e. DURÁN, PAULO RENATO FLORES. PERES, Fabio de Faria. A “sensibilidade” de Simmel: Notas e contribuições ao estudo das emoções. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 10 (28): abril de 2011.

ARAÚJO, Silvia Maria de. BRIDI, Maria Aparecida. MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia: um olhar crítico**. 1.a ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação**. Ministério da Educação, 2016.

\_\_\_\_\_, Miguel G. **Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Ministério da Educação, 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20/12/96.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.





BRASIL. [Constituição (1988) ]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

\_\_\_\_\_; **Presidência da República. Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Instituem o Programa Bolsa Família, 2004.

CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico em busca de novos sentidos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. -- (Educação cidadã ; 7).

COUTINHO, Daniela Schneidewind Ribeiro. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos na redução da pobreza**. 1.a ed. Curitiba: Appris, 2016.

DEMO, P. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

Desenvolvimento Social – **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** – MDS. Governo e Sociedade trabalhando juntos. 2008.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171320&search=tocantins%7Cmiracema-do-tocantins>. Acesso em 12 de Novembro, 2016.

FERNANDES, Florestan. **Leituras e Legados**. 1.a ed. São Paulo: Global, 2010.

434

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. **Projeto da escola cidadã**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto, 2008.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Módulo III: Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza**. Ministério da Educação, 2016.

LUDKE, Menga e ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Heloísa Lück. –

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Módulo II: Pobreza, Direitos humanos, justiça e educação**. Ministério da Educação, 2016.

**O Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo**. Centro Brasileiro de Análises e Planejamento-CEBRAP, do Serviço Social do Comércio – SESC e da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, SAS-PMSP, São Paulo, 2004.

**O Programa Bolsa Família**. Disponível em: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br). Acesso em 12 de novembro, 2016.





PINZANI, Alessandro. REGO, Walquiria Leão. **Módulo I: Pobreza e Cidadania**. Ministério da Educação, 2016.

**Projeto Político Pedagógico: Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas**, Palmas – 2016.

**Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar / textos** Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SANTOS, Maria Paula dos. Pobreza, desigualdade, exclusão e cidadania: correlações, interseções e oposições. In \_\_\_\_ **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES:UAB, 2009, p. 16-25. Acesso em 12 de novembro, 2016.

VASCONCELLOS. C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5. Editora, 2004.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29.a ed. Campinas: Papirus, 2013.

VEIGA, Ilma Passos e FONSECA, Marília (Orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. 9.a ed. Campinas: Papirus, 2011.

## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ESCOLA ESTADUAL PIO XII, TOCANTINÓPOLIS /TO.**

435

**Paula Valéria dos Santos Macêdo**

**Klívya de Cássia Silva Nunes**

**Resumo:** O artigo discute sobre o Programa Bolsa Família e a desigualdade social, no que se refere aos desafios e perspectivas na Escola Estadual Pio XII /Tocantinópolis/TO. Justifica-se pela necessidade de aprofundamento sobre a relação da frequência escolar com o referido programa, uma vez que sabemos que o Programa Bolsa Família é uma política social que, entre diversos aspectos, promove a emancipação e o empoderamento da mulher, bem como, a redução da pobreza no espaço local. Neste sentido, procurou-se saber quais os desafios e perspectivas que o PBF enfrenta para a diminuição da desigualdade social na Escola Estadual Pio XII, no município de Tocantinópolis? Diante disso, tem-se como objetivo geral refletir sobre os desafios e perspectivas do PBF como forma de contribuir para diminuição da desigualdade social na Escola Estadual Pio XII. Este trabalho teve como abordagem o estudo de caso, como método de investigação, o qual utilizou a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Sendo os dados analisados qualitativamente, sem excluir a análise quantitativa. Conclui-se que o PBF é uma solução emergencial para colocar comida na mesa das famílias mais pobres enquanto não há uma oportunidade de trabalho e de renda melhor.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Desigualdade Social. Educação

### **Introdução**

O presente artigo procura discutir sobre o Programa Bolsa Família (PBF) e a desigualdade social: desafios e perspectivas na Escola Estadual Pio XII, Tocantinópolis/TO.

Este estudo se justifica pela necessidade de aprofundamento na questão da frequência escolar





do programa bolsa família no contexto da referida escola, uma vez que sabemos que o PBF é uma política social que, entre diversos aspectos positivos, promove a emancipação e o empoderamento da mulher, bem como, a redução da pobreza no espaço local, sobretudo no norte do Tocantins.

Neste sentido, que nasce o fio condutor da pesquisa, a saber: Quais os desafios e perspectivas que o PBF enfrenta para a diminuição da desigualdade social na Escola Estadual Pio XII, no município de Tocantinópolis? Diante disso, tem-se como objetivo geral refletir sobre os desafios e perspectivas o PBF como forma de contribuir para diminuição da desigualdade social na Escola Estadual Pio XII. E ainda, compreender a importância do PBF no âmbito da condicionalidade na educação.

Vale ressaltar que a pesquisa é um estudo de caso que analisa e discute as informações coletadas a partir da pesquisa bibliográfica, documental, realizada na Secretaria Municipal de Educação e sites governamentais, bem como, pesquisa de campo na Escola Estadual Pio XII, no total de 82 famílias do primeiro segmento foram entrevistadas 50% e do segundo segmento no total de 55 famílias foram entrevistadas 10% das famílias do 5º ao 9º ano, sendo este matriculados priorizando a entrada e saída dos alunos. Os dados foram analisados com aporte teórico da abordagem qualitativa, não excluindo os dados quantitativos.

436

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, dividimos o artigo em duas partes, a primeira discute sobre o PBF e a condicionalidade na educação, e, a segunda, faz uma relação do PBF com a pesquisa de campo.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa teve como base um estudo de caso realizado na Escola Estadual Pio XII. O estudo de caso é um método de pesquisa da área das ciências sociais, que se refere a um indivíduo em um determinado contexto. Para Gil (2009) o conceito de caso pode ser entendido como um estudo de um grupo familiar ou outro grupo social. Tal assertiva complementa o pensamento de Yin (2005) quando diz que o estudo de caso é adequado para investigação empírica, pois este permite o estudo do fenômeno dentro de seu contexto da vida real, tal como demonstraremos ao descrevermos a pesquisa coletada.

Diante do exposto, a investigação contou com a participação de 137 famílias dos alunos do Ensino Fundamental da 1ª e 2ª fase, porém, trabalhamos somente com os alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, ambos representam a saída de uma etapa de ensino, que corresponde 60%, do total de 137 famílias atendidas nestas duas turmas.





## Resultados e Discussão

As 55 famílias pesquisadas 10% dos alunos estão com uma faixa etária entre 16 e 17 anos e 50% estão na faixa etária de 12 a 15 anos, de acordo com a gestora da unidade escolar os motivos de baixa frequência mais recorrentes são 64a Desinteresse/Desmotivação 65a Abandono, de acordo com os motivos listados pelo programa.

No decorrer da pesquisa o que se pode perceber é que os pais não estão preocupados com a aprendizagem dos filhos mais sim com a perda do benefício. Sendo assim, não incentivam os mesmos a irem para escola, pelo contrário, é a escola que vem fazendo esse trabalho de resgate para os alunos permaneçam nela. O que acaba por fragilizar a condicionalidade do programa, já que todos devem fazer sua parte, que neste caso, a contrapartida da família deixa a desejar.

Concluimos que embora a intensão do governo seja de quebrar o círculo vicioso da reprodução da pobreza por meio da escolarização, sabemos que não é simples, pois a educação por si só não consegue fazer tal proeza, mas devem-se existir outros elementos que possibilitem minimizar os impactos da desigualdade e pobreza, como geração de emprego e renda, mas também há necessidade de uma análise mais profunda desse programa e a relação ao modelo predador do sistema econômico capitalista, pois desta forma como está posta, este programa passa mais como assistencialista e uma forma de acalentar os mais pobres.

437

## Considerações Finais

O Programa Bolsa Família é de grande relevância diante do cenário político, econômico e social do Brasil nos dias de hoje. Não podemos negar que o mesmo tem um lado positivo e negativo, negativo porque a grande maioria dos beneficiários se acomoda sendo assim não procuram desenvolver uma atividade que lhes proporcione sair da situação de vulnerabilidade, por outro lado, o próprio modelo econômico faz com que este programa se apresente como uma política compensatória, para minimizar a pobreza e desigualdade no país.

Para o desenvolvimento deste trabalho o Programa teve seu lado positivo, na medida em que tive acesso as informações as quais me deram subsídios para o desenvolvimento deste a cerca das condicionalidades da educação do programa bolsa família, embora vejamos que uma grande parte das crianças e adolescentes que são beneficiários do programa bolsa família tem menor índice de evasão escolar nas outras instituições, na referida escola esse índice é maior talvez por se tratar de adolescentes que trazem alguns problemas de casa e que não tem um acompanhamento adequado por parte da família, estes só se preocupam com a frequência





quando percebem que corre o risco de perder o benefício e somente exclusivamente a esse fator, os pais obrigam o filho a manter a frequência escolar, garantindo, assim, a redução da infrequência e evasão escolar.

Portanto, convém ressaltar que a permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida.

E ainda, podemos finalizar dizendo que não basta ter programas como este, que são de suma importância, mas deve-se ter ao lado dele, a redistribuição da riqueza, a fim de trazer a igualdade entre todos.

### Referências

ARROYO, Miguel. Pobreza, Desigualdades e Educação. **Módulo Introdutório**. Pós-Graduação em Educação Pobreza e Desigualdade Social. Brasil, 2014.

BARROS, Ricardo Paes; HERIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, Vol. 15, Nº 42, 2000. Disponível em: <https://sistemas.tjam.jus.br/coij/wp-content/uploads/2014/06/DesigualdadeEPobrezaNoBrasil.pdf>. Acessado em: 23.10.2017

438

CARNELOSSI, Bruna Cristina Neves; BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do programa Bolsa Família. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, 285-313, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p285>. Acessado em: 14.11.2017

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KLEIN, C. A produção da maternidade no Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a03v13n1.pdf>. Acessado em: 20.09.2017

POGORZELSKI, Juline. Bolsa Família tem fila zerada pela 5ª vez no ano. Portal de Notícia do Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, out. 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/outubro/bolsa-familia-tem-fila-zerada-pela-5o-vez-no-ano>. Acessado em: 26.10.2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. Pobreza e Cidadania. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I**. SECADI/Ministério da Educação, 2014b.

SANTANA, J. A. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. In: Seminário População, pobreza e desigualdade. Belo Horizonte: 5 a 7 de novembro, 2007.





SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira **Revista Katálisis**, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 155-163 Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>. Acessado em: 20.09.2017

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA DOS PROFESSORES *AKWĒ/XERENTE*

Paulo César Pereira Xerente

Rosemary Negreiros de Araújo

**Resumo:** A pesquisa tem como objetivo conhecer a concepção de cidadania dos professores indígenas *Akwê/Xerente*<sup>11</sup>. Os povos originários (indígenas) tiveram seus direitos negados ao longo da história, como o direito à educação intercultural (diferenciada), embora a Constituição de 1988, em seu Artigo 231, tenha-lhes garantido o reconhecimento de sua organização social, seus costumes, sua língua, suas crenças e tradições e, ainda, seus direitos originários. A investigação parte da ideia de como é trabalhado o conceito de cidadania pelos professores indígenas e em que medida essa noção colabora para a construção de uma educação escolar (ou de uma escola) situada frente às desigualdades sociais. Nesse sentido, este estudo visa refletir sobre como professores/as indígenas concebem a cidadania, ainda que a prática organizativa e reivindicatória deles por seus direitos seja incipiente.

**Palavras-chave:** Cidadania. Constituição (1988). Povos originários. Professores indígenas *Akwê/Xerente*.

439

### Introduzindo o tema e seus caminhos

Por ser indígena e pertencer ao povo *Akwê* (gente/pessoa), fiquei motivado a realizar esta pesquisa, cujo objetivo geral é conhecer sobre o tema cidadania a partir da concepção dos/das professores(as) *Akwê/Xerente*. O povo Xerente se autodenomina *Akwê* e se divide em duas metades, *Dohi* e *Īsake*, cada uma com divisões internas em três clãs, que são repassadas de geração a geração. Cada clã tem um parceiro aliado da outra metade, cuja classificação é determinada por laços familiares. Os clãs da metade *Dohi* são: o *kuzâ*, o *kbazi* e o *krito*. Da outra metade, *Īsake*, são: o *Īsake*, o *wahirê* e o *krãiprehi*. Essas características e ainda a língua materna *Akwê* são identificadoras do povo *Akwê/Xerente* e contribuem para o fortalecimento de sua identidade enquanto povo originário.

Alguns povos originários já perderam contato com a língua materna, mas isso não lhes tira o direito de pertencimento à sua origem<sup>12</sup>. A representação das pinturas corporais, pinturas

<sup>11</sup> Os Xerente vivem em duas terras localizadas no município de Tocantínia (TO), acerca de 70 km ao norte da capital, Palmas, entre o rio Tocantins e seu afluente, à margem direita, o rio do Sono. Ocupam as áreas indígenas denominadas TIXerente e TI Funil.

<sup>12</sup> Um dos motivos deste estudo foi o fato de ter conhecimento de que os povos indígenas viveram séculos de negação de sua cidadania como povos originários. Esses povos do continente americano guardam diferenças





clônicas, demonstram o respeito ainda presente entre esse povo indígena, através da valorização dos costumes, das crenças e tradições milenares, como língua materna e os hábitos (caça, pesca, ritos e cerimônias tradicionais).

Conforme a organização social, os *Akwẽ* reconhecem sua atuação na educação e no ensino através de processos próprios e pelo conhecimento dos mais velhos *Akwẽ*. Além dessa educação tradicional, os *Akwẽ* buscam outra realidade para sua qualificação, como exemplos o Magistério Indígena e o curso de Educação Intercultural Indígena.

A pesquisa foi realizada através de observação, e minha participação no cotidiano do ambiente de pesquisa, como indígena *Akwẽ* e como professor, facilitou o estudo. A partir de meu mundo, observei e ouvi os/as colegas. Uma das técnicas utilizadas, e que é básica na observação participante, foram anotações em um diário de campo como um dos instrumentos de pesquisa, para registrar informações sobre o dia a dia na aldeia, principalmente dos/as professores/as. Houve ainda a gravação de entrevistas na língua indígena *Akwẽ*, que, ao final, foram transcritas e traduzidas para a língua portuguesa, para finalmente possibilitar a escrito artigo (GOMES, 2014).

A investigação apresentou as seguintes perguntas de partida:

- Como o conceito de cidadania é trabalhado pelos(as) professores(as) indígenas *Akwẽ*/Xerente?
- Em que medida a concepção de cidadania adotada colabora com a construção de uma escola situada frente às desigualdades sociais?

440

Os sujeitos da pesquisa foram três professores indígenas da Escola Indígena *Wakõmẽkwa*, situada na aldeia Riozinho *Kakumhu*, e uma professora do Centro de Ensino Médio *Warã* – Cemix, localizado dentro da Terra Indígena Xerente. Os três professores indígenas foram escolhidos por fazerem parte da equipe pedagógica da qual sou integrante como docente. Quanto à professora do Cemix, ela foi escolhida por ser uma das primeiras docentes a desempenhar a função entre o povo Xerente. Pesou também na escolha dos três professores indígenas o fato de eles terem participado da equipe de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em 2014. Esse documento, que dá identidade à escola, traz, em uma de suas páginas iniciais, a seguinte citação de um professor e diretor da escola na ocasião da elaboração do texto documental: “Para o povo *Akwẽ*, a Educação Escolar Indígena torna-se uma ferramenta importante na defesa de seus direitos e no reconhecimento

---

entre si, como a língua. Existem seiscentas (600) línguas indígenas no continente americano, 200 delas faladas no Brasil.







de seus deveres”(JOSÉ KUMRIZDAZÊ XERENTE, PPP, 26/08/2014). Essa citação por si só já diz muito do compromisso que a escola possui com a comunidade escolar e a comunidade indígena Xerente quando a questão é cidadania.

Outro importante trecho do PPP diz que essa escola tem procurado desenvolver um trabalho de forma coletiva buscando realizar reuniões periódicas de planejamento coletivo, com o intuito de minimizar ou sanar problemáticas que vêm provocando entraves no processo de ensino e aprendizagem. A escola atua também na criação de uma prática de respeito às especificidades da educação indígena Xerente, seus costumes, suas festas, tradições, seus momentos culturais, sua vida cotidiana, levando em consideração o respeito a esses costumes, apoiando-se em paradigmas que levem em consideração o ensino de conteúdos institucionalizados, para que o povo Xerente possa concorrer com o não índio no mercado de trabalho, como no acesso a cursos superiores públicos e gratuitos em instituições oficiais de ensino. A instituição apoia-se em valores como: respeito e preservação da cultura *Akwẽ*, cidadania, parceria, ação coletiva, respeito pelo indivíduo e transparência (PPP, 2014, p. 8).

Nesse sentido, a escola indígena Xerente busca na prática estimular a relação entre os conhecimentos tradicionais desse povo e, ao mesmo tempo, procura relacionar e encontrar caminhos que promovam a inserção desse povo às políticas sociais de educação, através de um exercício de cidadania. Sendo assim, o item que se segue traz uma breve contextualização sobre cidadania e como ela é enfocada pela Constituição atual.

441

### **Indígenas, cidadania e Constituição atual**

Cidadania é um conceito que foi sendo construído ao longo da história. Segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2017), a cidadania, ao longo do século XX, não só foi paulatinamente estendida a todos os grupos sociais, como o seu próprio conceito foi sendo ampliado, incluindo outros poderes legais aos chamados direitos políticos. Posteriormente, diferentes grupos que compunham a sociedade foram tendo acesso ao direito de votar e de ser votado, ao direito de participar politicamente das decisões nacionais e de constituírem partidos e outras formas de entidade política, como os sindicatos e as organizações da sociedade civil.

Em seguida, os movimentos sociais se constituíram em importantes atores na ampliação do acesso à cidadania política de todos os grupos antes alijados da vida pública. A criação dos chamados Estados de Bem-Estar Social se deu somente depois da Segunda Guerra Mundial, período de grandes reflexões da humanidade sobre a cidadania, marcado pela





inclusão tanto dos chamados direitos e deveres políticos como dos direitos e deveres sociais. Toda a legislação trabalhista e previdenciária, nascida da luta por direitos políticos e sociais por parte das classes trabalhadoras, passou a fazer parte dos direitos dos cidadãos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017).

Já agora, passados quase 20 anos da promulgação da Constituição de 1988, não se põe mais em dúvida que o Estado Nacional é pluriétnico e multicultural, e que todo direito, em sua elaboração e aplicação, tem esse marco como referência irrefutável. Merecem destaque a Convenção de 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ambas já integrantes do ordenamento jurídico interno, e, mais recentemente, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos indígenas.

O ataque que o atual governo de Michel Temer faz aos direitos trabalhistas e previdenciários é na verdade um ataque à cidadania, aos direitos dos cidadãos brasileiros. Há um grande risco de perda de direitos que foram gradualmente conquistados, como os dos indígenas, que são, por direito, povos originários. Os direitos sociais conquistados pelas mulheres, pelos negros, pelas minorias sociais, como a licença maternidade, as cotas raciais, dentre outros, são conquistas que podemos incluir na noção de cidadania (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017). Nesse sentido, a privação dos direitos dos indígenas é uma violência praticada contra esses povos.

A Constituição de 1988, em relação aos povos originários, afirma, no Artigo 231: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (LIMA, 2004).

### **Cidadania entre os Xerente a partir de narrativas dos professores**

Conforme as narrativas apreendidas nas entrevistas, a cidadania já foi algo mais distante dos povos indígenas, praticamente inalcançável. Era algo dentro de uma concepção bem ampla, distante dos indígenas. Na atualidade é um grande desafio, em que há luta e resistência. O conceito de cidadania está relacionado à história indígena, especialmente da etnia *Akwê/Xerente*, através do sentimento de pertencimento à sua diferenciada organização social e aos seus peculiares costumes. Na verdade, os indígenas fazem parte desse mundo que concebe a cidadania, desde que houve a aproximação com os não indígenas, como exemplo os Xerente. Com essa aproximação, veio a consciência indígena dos direitos à saúde, à educação





escolar e até mesmo aos direitos políticos, a fim de conquistar os espaços para defender o povo.

Ainda de acordo com as percepções dos entrevistados, o termo cidadania significa dignidade, qualidade de cidadão, conjunto de direitos e também de deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, em um dado território. O sentido de cidadania engloba ainda a noção de que todos os cidadãos e cidadãs devem, ter, por exemplo, uma educação de qualidade, através da organização social, respeitando todos os processos próprios, conforme os costumes de um povo. Sobre a relação entre o conceito de cidadania e a prática docente, é possível a utilização de materiais didáticos. Um dos entrevistados, por exemplo, afirmou trabalhar com a interdisciplinaridade, procurando relacionar conhecimento tradicional com conhecimento científico, com ênfase em momentos de rituais *Akwê/Xerente*. Isso é, sem dúvida, uma concepção de cidadania. Há também experiências que estão focadas nas trocas de conhecimentos, incentivando a participação e a cooperação para a formação da cidadania. de todos

Além disso, os professores realizam uma prática de forma transparente e com seriedade, transmitindo bons exemplos para a comunidade, além de demonstrar através de reuniões sobre a realidade desse povo. Assim como lutam pelos direitos no cotidiano, a fim de conquistar espaços, no mundo do não indígena, um dos exemplos é expresso pelo voto, durante as eleições, sendo ainda a cidadania compreendida como o direito de poder escolher seu nome próprio, em sua língua materna.

443

### **Considerações Finais**

Minha intenção neste estudo foi refletir sobre a postura dos/as professores/as sobre a cidadania. Como professor e indígena, muitos pontos sobre a cidadania me inquietaram e me ajudaram a pensar de forma mais consistente sobre o tema, ou seja, se o conceito de cidadania é trabalhado pelos professores indígenas e se esse conceito colabora para a construção de uma escola, frente às desigualdades sociais.

Entre os indígenas, os direitos à cidadania demoraram a ser conquistados e ainda não estão consolidados. Os povos originários possuem um passado de luta e também de dor, embora devamos reconhecer alguns avanços, dentre eles a legislação. Isso é uma esperança para que também os/as professores/as se informem mais sobre a prática da cidadania, orientando os/as alunos/as sobre a importância de buscarem seus direitos de ser cidadãos plenos, sem deixar de ter suas particularidades também como indígenas.





Ficou evidente, a partir das falas ouvidas, que o conceito de cidadania, trabalhado na escola indígena, é o mesmo trabalhado na escola não indígena, embora se procure dar visibilidade ao conhecimento tradicional indígena, através das trocas de experiências por meio de um diálogo, com a chamada sociedade nacional, o que resulta em avanços para a educação indígena, a saúde e a outros direitos que são inerentes ao cidadão brasileiro. Nessa relação, é importante o papel dos anciões que são os “guardiões da cultura”, os responsáveis diretos pela manutenção do conjunto de saberes fundados no saber tradicional.

### Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **Cidadania**: a busca por pertencer. OPINIÃO. 03 de setembro de 2017. Disponível em:<<http://www.saibamais.jor.br/2017/09/03/cidadania-a-busca-por-pertencer/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

GOMES, M.P. **Antropologia**. Editora Contexto, 2014.

LIMA, S.F. **Os índios em face à Constituição Federal/88**. 10 de junho de 2004. Disponível em:<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1602/Os-indios-em-face-a-Constituicao-Federal-88>>. Acesso em: 06 set. 2017.

MARACCI, M. T. **Povos Indígenas**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA-XERENTE, P. C. **Memorial da EPDS Módulo III**. 2017.

444

## APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA A POBREZA: PERFIL EDUCATIVO-SOCIOECONÔMICO DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS EM PALMAS-TO

Paulo Rodrigues de Sousa

Marcos Felipe Gonçalves Maia

**Resumo:** o objetivo do estudo foi avaliar a resistência a pobreza por meio da interpretação do perfil educativo-socioeconômico dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis da cidade de Palmas-TO. O método utilizado constou de revisão bibliográfica de bases científicas, regulamentares e normativas relacionadas, caracterização das associações e ou cooperativas de catadores, construção o perfil educativo-socioeconômico dos catadores, e identificação dos instrumentos de resistência a pobreza. Como resultados espera-se a caracterização das associações e cooperativas de catadores, o perfil educativo-socioeconômico dos catadores e os elementos de resistência a pobreza.

**Palavras-chave:** Pobreza. Catadores. Reuso. Reciclagem. Educação.

### Introdução

Os resíduos sólidos são um conjunto heterogêneos de materiais inertes, minerais e/ou orgânicos provenientes das atividades humanas e da natureza que podem ser parcialmente





utilizados, gerando entre outros aspectos, proteção à saúde pública e a economia de recursos naturais (BRASIL, 2013, p. 15).

A problemática da geração crescente de resíduos sólidos resultantes de sociedades caracterizadas pelo consumo predatório dos recursos naturais tem preocupado a maioria dos países em decorrência dos impactos ambientais negativos gerados e das consequências socioeconômicas causadas (REZENDE, CARBONI, *et al.*, 2013, p. 02).

O fenômeno de urbanização provocou, ao longo do século XX, pressão significativa em diversos setores da economia nacional, em especial nos serviços de distribuição de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos urbanos (DIAS, MARTINEZ, *et al.*, 2012, p. 326).

Todos produzem resíduos e fazem parte deste problema, uma opção proposta e bastante utilizada é a utilização dos “3Rs”, teoria que propaga redução, reutilização e reciclagem de materiais em geral: i) reduzir o necessário, ii) reutilizar o máximo possível, e iii) estimular a reciclagem (BRASIL, 2013, p. 18).

Para uma efetiva gestão integrada de resíduos sólidos é necessário considerar as características das fontes de produção, o volume e os tipos de resíduos gerados, as características socioculturais e econômicas dos cidadãos e as peculiaridades demográficas, climáticas e urbanísticas da localidade (REZENDE, CARBONI, *et al.*, 2013, p. 02).

A adequação do projeto à realidade local, a regularidade no funcionamento da logística implantada e a eficiência da estratégia de marketing para sensibilização e motivação da população são fundamentais para a participação social (BRINGHENTI e GÜNTHER, 2011, p. 422).

As primeiras iniciativas de formação de cooperativas e associações de catadores e os primeiros programas de gestão integrada e compartilhada, na década de 90, contemplavam investimentos em novas tecnologias de disposição final, ações voltadas à mobilização social, à valorização do trabalho dos funcionários de limpeza pública e ao desenvolvimento de parcerias com os grupos de catadores (BRASIL, 2010, p. 26).

A problemática abordada neste estudo e a realidade da educação ambiental e o contexto da pobreza, pobreza que é perceptível e contextualizada na maioria das localidades, persistindo nos mais diversos meios sociais, ela está discretamente noticiada pela imprensa nos diversos meios de comunicação. Estudos sociais vêm sendo realizados para tentar minimizar os impactos socioambientais decorrentes da pobreza, neste (con) texto iremos





discutir a relação entre a pobreza e as desigualdades sociais na educação em relação ao meio ambiente.

O objetivo do estudo foi avaliar a resistência a pobreza por meio do perfil educativo-sócio-econômico dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis da cidade de Palmas-TO.

### Procedimentos Metodológicos

O método utilizado constou de quatro etapas, conforme segue:

Primeiro foi realizada a revisão bibliográfica em bases científicas, regulamentares e normativas relacionadas ao tema.

Na segunda etapa foram identificadas e caracterizadas as associações e ou cooperativas de catadores utilizando o método de observação direta *in loco* e aplicação de entrevistas abertas utilizando ficha de entrevista com vinte questionamentos aplicada a seus presidentes, foram verificadas instalações, instrumentos, equipamentos e atividades desenvolvidas dentre outros aspectos.

A terceira etapa foi dedicada a construção o perfil educativo-socioeconômico dos catadores utilizando o método de entrevistas qualitativas abertas utilizando ficha de entrevista com sessenta e uma perguntas aplicada a catadores em diversas áreas da cidade. No quarto passo foram identificados os instrumentos de resistência a pobreza utilizando o método de análise de conteúdo com suporte de instrumental estatístico.

446

### Resultados e Discussões

Espera se obter as características das associações e cooperativas de catadores, e o perfil educativo-socioeconômico dos catadores para obter os elementos de resistência à pobreza advindos da educação.

### Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.520**. Informação e documentação: citações em documentos: apresentação: Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.023**. Informação e documentação: referências: elaboração: Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.024**. Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação: Rio de Janeiro, 2003.





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.028**. Informação e documentação: resumo: apresentação: Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.004**. Resíduos Sólidos - Classificação: Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.724**. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação: Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. **Programas Municipais de Coleta Seletiva de Lixo como Fator de Sustentabilidade dos Sistemas Públicos de Saneamento Ambiental na Região Metropolitana de São Paulo**. Brasília, DF. Fundação Nacional da Saúde, 2010. 168 p.

BRASIL. **Resíduos Sólidos e a Saúde da Comunidade**: Informações Técnicas Sobre a Interação Saúde, Meio Ambiente e Resíduos Sólidos. Brasília, DF. Fundação Nacional da Saúde, 2013. 48 p.

BRINGHENTI, J. R.; GÜNTHER, W. M. R. Participação Social em Programas de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos. **Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Belo Horizonte, MG, v. 16, n. 05, p. 421-430, outubro/dezembro de 2011.

DIAS, D. M. et al. Modelo para Estimativa da Geração de Resíduos Sólidos Domiciliares em Centros Urbanos a Partir de Variáveis Socioeconômicas Conjunturais. **Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Belo Horizonte, MG, v. 17, n. 03, p. 325-332, julho/setembro de 2012.

REZENDE, J. H. et al. Composição Gravimétrica e Peso Específico dos Resíduos Sólidos Urbanos em Jaú (SP). **Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Belo Horizonte, MG, v. 18, n. 01, p. 08, janeiro/março de 2013.

447

## ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA E O ACESSO A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

Rafaela Brito da Silva

Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus

**Resumo:** Este estudo oferece subsídios para uma análise a cerca da relação da educação integral com o desempenho escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Assim tem como objetivo geral investigar de que forma o Programa Bolsa Família contribui para o desempenho escolar de seus beneficiários na escola de Tempo Integral. Metodologicamente trata-se de uma revisão bibliográfica e documental com abordagem qualitativa/ quantitativa. Os resultados dessa pesquisa nos permite concluir que aqueles que vivem em situação de pobreza, mas que são Beneficiários do Programa Bolsa Família possui um melhor desempenho nas escolas com jornada ampliada, que oferta uma formação integral.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Programa Bolsa Família. Programa Mais Educação. Desempenho Escolar.

### Introdução

Este artigo “*Análise da Contribuição do Programa Bolsa Família para o Enfrentamento da Pobreza e o Acesso a Educação de Tempo Integral*” parte da necessidade de reflexão primeiramente sobre a relação de educação e pobreza, e neste caso, revelando a





escola como espaço que favorece a desigualdade social. Tal constatação nos conduz a um segundo ponto que consideramos de extrema importância: repensar o papel social da escola pública no Brasil.

A educação brasileira durante longos períodos foi objeto de cunho elitista e autoritário. Contribuindo significativamente para exclusão e aumento das desigualdades sociais. Em contraponto, tivemos – e ainda in memoriam e em suas publicações – um grande educador, Anísio Spínola Teixeira, que propôs fundamentado no pragmatismo americano, um novo tipo de educação, ou melhor, defendia que a educação não é privilégio, mas um direito de todos.

Nessa perspectiva, Anísio Teixeira lutou por uma jornada ampliada de tempo e espaços, priorizando um desenvolvimento pleno do indivíduo, em especial que fosse ampliado o acesso àqueles marginalizados, das camadas populares. De certa forma, um defensor do direito a educação aos pobres. Então partindo dessa premissa acreditamos que a escola de tempo integral, proporciona uma educação integral que valorize além do conhecimento cognitivo, outras dimensões como cultural, social, emocional e física.

Iniciativas de políticas públicas educacionais e políticas sociais corroboram para uma educação de qualidade. Destacamos como iniciativa político social, o Programa Bolsa Família que atende economicamente famílias em situação de extrema pobreza. Este Programa como percebido através de estudos dos módulos propostos no curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, demonstra um requisito prioritário: a educação das crianças beneficiárias. A problemática desta pesquisa está fundamentada na seguinte questão norteadora: Em que medida o Programa Bolsa Família contribui para o desempenho escolar na proposta de educação integral?

A intenção desta pesquisa é oferecer subsídios para uma análise a cerca da relação da educação integral com o desempenho escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Assim tem como objetivo geral investigar de que forma o Programa Bolsa Família contribui para o desempenho escolar de seus beneficiários na escola de Tempo Integral. E, especificamente, analisar a educação integral como pressuposto do desempenho escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família; Identificar as características gerais de desempenho escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, bem como a relação com a educação integral; E, Analisar os resultados, avanços e desafios das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família.







### **Procedimentos Metodológicos**

Metodologicamente, este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica e documental com abordagem qualitativa/ quantitativa.

Através da pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações em busca por artigos científicos disponíveis em bases abertas controladas – capes, scielo, google acadêmico entre outros - no período de 2007 a 2017<sup>13</sup>, bem como em documento do Ministério do Desenvolvimento Social que apontaram dados sobre a educação e o Programa Bolsa Família. Para busca utilizamos os descritores Educação Integral, Programa Bolsa Família, Programa Mais Educação e Desempenho Escolar, selecionamos 15 artigos que verificarmos em que medida a obra consultada interessa a pesquisa, apenas 8 destes, fizeram parte da análise apurada dos dados.

Para fortalecer o resultado desta pesquisa, fizemos uma análise do documento Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar selecionada: Centro Estadual de Educação La Salle, localizado no município de Augustinópolis, região do Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins. Esta UE em 2016 iniciou com 161 alunos matriculados e finalizou o ano letivo com 129 alunos (oferta educacional: 4º e 5º ano), sendo deste total, 100 alunos beneficiários do Programa Bolsa Família. O desempenho destes alunos foram acompanhados pelo sistema presença.

Por pesquisa bibliográfica entende-se um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema. Nesse sentido, nesta pesquisa foram consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática, tais como MOLL, FREIRE, TEIXEIRA, NUNES, LÁZARO, LIMA dentre outros.

### **Resultados e Discussão**

Os resultados dessa pesquisa nos permite concluir que aqueles que vivem em situação de pobreza, mas que são Beneficiários do Programa Bolsa Família possui um melhor desempenho nas com jornada ampliada, que oferta uma formação integral. Destacamos que este Programa tem em grande medida contribuído diretamente para redução da extrema pobreza, para acesso e permanência do aluno na escola e diminuído as desigualdades educacionais.

Na escola La Salle a pesquisa mostra que 88,4% são alunos beneficiários e destes 85% cumpriram a condicionalidade. Quanto à taxa de aprovação, temos 89% entre os beneficiários,

<sup>13</sup> Utilizamos este recorte temporal devido a criação no ano de 2007 do Programa Mais educação.





um índice considerado satisfatório, mesmo havendo uma turma com índice pouco acima de 20% de reprovação. Outro fato interessante e que nos chama atenção, é que embora a escola atenda crianças beneficiárias, não há um instrumento que demonstre e mensure o desempenho entre estes. O que torna cada vez mais relevante a intenção desta pesquisa em apontar as contribuições do PBF no desempenho escolar.

Podemos considerar também que a escola utilizada na pesquisa é uma “Escola Maioria Bolsa Família”, atendendo alunos que vivem em condições de extrema pobreza. É uma parceria do PBF e Programa Mais Educação, articulando tempo e currículo integral, garantindo igualdade e direito à educação.

### **Considerações Finais**

O Programa Bolsa Família traz em sua essência a funcionalidade de ações intersetoriais que convergem para garantir os direitos àqueles que vivem em situação de vulnerabilidade. Aliviar a fome, acessibilidade de crianças na educação e redução do abandono escolar, acessibilidade dos beneficiários - crianças e gestantes - à saúde. Especificamente tratamos aqui do direito à educação. Ou melhor, de como articulada a condicionalidade da educação, através do acesso e permanência na escola garante-se atendimento educacional. Mais uma vez evidencia-se que em nosso país tão diverso, tão carente e desigual a implantação e implementação de uma política social como o Programa Bolsa Família se faz necessário.

450

O acesso, presença física no espaço escolar é sinônimo de sucesso? Que tipo de educação estamos ofertando às nossas crianças e adolescentes, neste caso, àquelas ou àqueles que vivem em situação de pobreza? Quais fatores caracterizam o desempenho escolar entre os Beneficiários do Programa Bolsa família? São questionamentos sobre os quais buscamos refletir analiticamente durante a pesquisa bibliográfica e que direcionados pelos descritores conduziram-nos a repensar sobre a qualidade da educação ofertada aos Beneficiários do Programa Bolsa Família. Há um desafio pedagógico: outros espaços e tempos escolares.

Analisamos ao longo do texto a relação entre o desempenho escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família e a escola de tempo integral. Apontamos reflexões a cerca da Escola Maioria Bolsa Família ressaltando a ampliação do repertório escolar, possibilitando às crianças e adolescentes experiências educativas que almejem uma emancipação enquanto sujeito, apoderados pelo conhecimento possam atuar como cidadão de fato.





Neste sentido, nos importando com o outro, sinalizamos a importância deste estudo reflexão não se encerrar nessa página, mas que possamos estar continuamente repensando nas relações educacionais e principalmente em como podemos diante de nossos alunos e suas realidades de vida proporcionar condições iguais de acesso, permanência e qualidade à educação.

### Referências

- AGATTES, Juliana Picoli. ANTUNES, Marcos Maia. **Condicionabilidade de Educação do Programa Bolsa Família: Concepção e Organização do Acompanhamento**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 18 (2014)-. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005-. 100 p.; 28 cm.
- ALVES, C. B. **Produto 1: Documento técnico contendo estudo acerca do planejamento, das possibilidades de análise e dos modelos estatísticos pertinentes à base conjunta do MEC e MDS. Produto técnico realizado para o projeto UNESCO 914BRZ3002 - EDITAL 31/2013 de Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza**. Brasília: UNESCO, 2013.
- BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.
- LA SALLE. Projeto Político Pedagógico (PPP). Augustinópolis, TO. 2017, 66p.
- LÁZARO, André. Introdução: **Porque pobreza? Educação e Desigualdade**. Cadernos Orientadores: Por que pobreza? Educação e Desigualdade. Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, p. 11-18, 2014.
- LIMA, Sueli. **Educação, Pobreza e Democracia**. Cadernos Orientadores: Por que pobreza? Educação e Desigualdade. Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, p. 77-88, 2014.
- MOLL, J. Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral. In: CAMPELLO, T; FALCÃO, T; COSTA, P.V... (Org.). **O Brasil sem miséria**. 1ed. Brasília: MDS, 2014, v. 1, p. 563-582.
- TEIXEIRA, A. (1997). **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ. (Original publicado em 1936).
- TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio**. 4. Ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- XIMENES, Daniel de Aquino. MOLL, Jaqueline. MACEDO, Juliana Matoso. **Políticas para a Inclusão na Educação Básica em Contextos de Desigualdade: Considerações a partir da Experiência da Parceria entre Programa Bolsa Família e Programa Mais Educação**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 18 (2014)-. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.





## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AMPARO À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Raimunda Cristina Monteiro da Silva Correia

Rubenilson Pereira de Araújo

**Resumo:** A história da criança e do adolescente no Brasil e no Mundo é envolvida por lutas, maus tratos, desamparos, mais que com o passar do tempo, houve conquistas de direitos, os quais são assegurados através da efetivação de Políticas Públicas, como por exemplo, o programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, bem como por meio de mecanismos legais como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente, de 1990. O objetivo do estudo é analisar o Programa Bolsa Família como Política Pública de amparo à infância e adolescência. O interesse pela temática se justifica mediante a importância desse programa na vida da população carente, em especial, conhecer as políticas de amparo ao menor, uma vez que essa população representa o futuro do país. Como metodologia de pesquisa, utilizamos a pesquisa bibliográfica, teórica, a qual teve sua concretude na busca por obras que tratam o tema de forma direta e indireta; é uma pesquisa qualitativa de cunho documental, utilizando-se de obras científicas já publicadas. Observamos durante as pesquisas que os avanços foram grandes na busca por melhores condições de vida para as crianças e adolescentes, no entanto, ainda há muito que se conquistar na real efetivação das políticas públicas de amparo a esse público da população, tão importante para melhores perspectivas de qualidade de vida no Brasil.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Política Pública. Infância e Adolescência. Direitos.

### Introdução

A infância e a adolescência são fases de desenvolvimento do ser humano, as quais segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, doravante ECA (1990), necessitam de cuidados especiais para que esse público possa se desenvolver adequadamente. De acordo com Felipe (2013) *apud* Araújo (2016) “a infância é fruto de uma construção histórica, sobretudo na Europa, as suas concepções são marcadas fortemente pelo Capitalismo”, razões essa que levaram esse público a sofrer por muitas décadas, e crescerem sem a devida assistência por parte do Governo, eram desassistidos, e não eram colocados nas perspectivas das Políticas Públicas.

Com os adventos da Constituição Federal de 1988, podem-se pensar Políticas Públicas que pudessem atender especificamente as necessidades das crianças e adolescentes, e para que fossem esmiuçados os direitos contidos na Carta Magna, foi promulgada no ano de 1990 o ECA, o qual trata especificamente dos direitos desse público. Essa pesquisa tem a perspectiva de analisar o Programa Bolsa Família como Política Pública de amparo à infância e adolescência, procurando compreender como, esse programa pode auxiliar no desenvolvimento bio-psico-social do menor.

Para Del Priore (2000), ao analisar o processo da história da concepção de infância no Brasil, a mesma foi determinada pela Igreja Católica, com influências do imaginário europeu





judaico-cristão. Para a autora, as crianças eram comparadas a Jesus Cristo, e responsáveis por tocar o coração dos gentios à conversão católica, pois eram meigas, doces, e cheias de sentimentos que inspiravam confiança e amor.

Analisar a infância e adolescência à luz das políticas públicas, em um momento em que o País passa por grandes transformações são ressignificações da educação, do papel da família, discursões sobre os processos econômicos, entre tantos outros gargalos, os quais influenciam diretamente na população que se formará nas próximas gerações.

Portanto, é necessário que tenha maiores discussões e Políticas Públicas que possam assegurar a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, as quais possam inclui-los em ambientes seguros, harmoniosos, e propícios para o crescimento saudável dos infantes. Investir na infância e adolescência é investir no futuro do País.

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, ou seja, teórica, utilizando-se de obras já publicadas, as quais retratam de forma direta e indiretamente o tema em questão. Buscou analisar como as políticas públicas voltadas a criança e ao adolescente se efetivam no dia-a-dia, utilizando-se para isso, documentos legais, como a Constituição Federal do Brasil de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 e teóricos, como Araújo (2016), entre outras que embasaram o estudo.

453

### **Resultados e Discussão: Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família é uma das principais ações de política pública no Brasil, voltada para o benefício das famílias carentes no País, estando ligado à educação, saúde, ação social, a articulação de sua execução e efetivação no cotidiano do brasileiro. Reitera-se que só é possível efetivar essa política pública através dos trabalhos intersectorial dessas esferas.

A implementação do Programa Bolsa Família/PBF foi a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, através do Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, e sofreu alterações com o Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007.

É um programa ativo, o qual divide opiniões, há os que dizem que serviu apenas para acomodar muitas famílias que vivem apenas na espera do montante pago pelo PBF para sobreviver e aqueles que afirmam que foi um mecanismo no qual possibilitou a diminuição da evasão escolar, a regularização de Cartões de Vacinas e uma motivação para que as famílias





possam assegurar os serviços e cuidados em especial para as crianças e adolescentes, provenientes de famílias as quais se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Para Silva (2007) não se pode negar que há divergências sobre o ponto de vista sobre o PBF, no entanto, o contingente de pessoas beneficiadas, que vive apenas desse programa no Brasil é imenso, essas pessoas dependem do valor recebido para sobreviver, então mesmo que muitos dos recursos sejam erroneamente utilizados, sejam durante o processo de transferência, sejam por quem é beneficiado, há que focarmos naqueles que realmente dele precisam e fazem bom uso do que recebem mensalmente.

O MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, publicou no ano de 2016, a variação do valor do benefício destinado às famílias beneficiadas, o qual variava entre R\$ 35,00 a R\$ 230,00 dependendo de diversas particularidades do beneficiado, quanto mais na linha da pobreza, maior o valor a ser recebido pelo declarante do cadastrado. No entanto, há uma escala de critérios, onde cada beneficiado deve se encaixar.

Após os cadastro da família no CadÚnico, e no Programa Bolsa Família, é assinado um termo de contrapartida entre o governo e as famílias, as quais se responsabilizam (as chamadas condicionalidades do PBF) em manter os filhos na escola, fazer os devidos acompanhamentos de saúde, proporcionar a todos membros da família um ambiente mais propício para sobrevivência. E as fiscalizações das contrapartidas das famílias são feitas pelo Ministério da Educação e da Saúde, através da frequência escolar mínima de 85% da carga horária escolar, e da atualização do cartão de vacina (BRASIL, 2016).

454

No entanto, PBF não é só positividade, há críticas quanto ao êxito do programa, no que tange ao alcance dos objetivos estabelecidos, uma das divergências está relacionadas ao comodismo dos beneficiados, os quais, segundo alguns críticos se “estacionam” na linha de pobreza e se acomodam, vivendo apenas do pouco da renda mensal do programa, não fazendo esforço para progredir e sair da condição de beneficiado.

Observa-se no ambiente escolar que muitas crianças eram excluídas da escola por falta de recursos financeiros de suas famílias, no entanto com o auxílio do Programa Bolsa Família, esse problema foi trabalhado, e assim os beneficiados atingiram a renda mínima e puderam manter seus filhos na escola, quebrando o ciclo pobreza que vinha sendo reproduzido. Nesse sentido, Silva (2007) explica que a educação passa a ser vista como uma forma de viabilizar a solução para se trabalhar a desigualdade social na qual o Brasil se encontrada.





## O Programa Bolsa Família e a Infância/Adolescência no Brasil

O Programa Bolsa Família veio como ferramenta para transferência de renda do Governo para as famílias carentes, no entanto, está diretamente ligado a Infância e Adolescência, uma vez que são eles o público pelo qual o Governo fiscaliza o cumprimento das condicionalidades acordadas no ato do cadastro das famílias.

As famílias mais vulneráveis socialmente são as que mais deixam de ter as condições mínimas de manter seus filhos na escola e, nesse contexto, o PBF é um aparato na busca por reduzir os índices de crianças e adolescentes fora da sala de aulas. Outro quesito importante a ser salientado também é quanto aos cuidados básicos de saúde, manter o Cartão de Vacina atualizado, melhorando a qualidade de vida desse público.

Ter crianças fora da escola, sem atenção básica a saúde é formar uma população futura doente e vulnerável intelectual e socialmente e, conseqüentemente, aumentar as diferenças entre os ricos e pobres. Portanto, os incentivos e contrapartidas entre o PBF e as Unidades Escolares é um avanço na busca por uma população mais equitativa.

De acordo com informações disponibilizadas no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2017, s/p): “A taxa de atendimento em creche evoluiu de 8,83% em 2001 para mais de 29% em 2013, neste último ano, se consideradas apenas as crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família (portanto, em situação de pobreza ou extrema pobreza), a taxa de atendimento em creche não atingiu 15%”.

455

Pensar a infância e adolescência é trabalhar a família, a futura população, o futuro de uma Nação. Nessa perspectiva, devem-se buscar mecanismos que possam possibilitar a efetiva transformação social no sentido desta ser uma realidade, na qual as famílias possam ver oportunidades de melhorar de vida e, assim, diminuir as desigualdades sociais.

O Decreto de nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 apresenta como um dos seus principais objetivos “I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social”. Esse é um aparato legal que pensa na garantia e acesso a rede de serviços fundamentais a vida humana, sejam eles da saúde, educação ou assistência social. Ainda de acordo com o decreto, em seu artigo 28, é colocado que o Governo, em todas as suas esferas devem garantir o pleno acesso de todos aos serviços públicos de qualidade, “por meio da oferta desses serviços, de forma a viabilizar o cumprimento das contrapartidas por parte das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família”.





Observa-se que a garantia dos direitos a infância e adolescência é obrigação de todos, do Estado, da família e da sociedade em geral, pois buscar formar uma sociedade mais equitativa e justa é tarefa de todos. Sendo a criação de projeto que pensem nesse sentido muito importante na transformação das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Como diz Pesaro (2002, s/p) “o sucesso de um projeto ou programa social dependerá da atuação política. É necessário compreendermos que um projeto de governo, para obter êxito, depende da boa administração dos governantes e da participação da sociedade”.

### **Considerações Finais**

Observa-se com as pesquisas que a infância e adolescência passaram por diversas fases, algumas obscuras, vividas totalmente às margens da sociedade e desprovidos de direitos e de políticas públicas que lhes atendesse. No entanto, nos dias atuais essa realidade tem mudado, pois o Estado vem procurando pensar Políticas Públicas que assegurem os direitos do menor, promulgando Leis, Decretos, Resoluções entre outros mecanismos e ações que tem como principal foco a criança e o adolescente.

Nesse contexto uma das Leis mais abrangentes, a base de sustentação de todas as Políticas Públicas da infância e adolescência, é conhecida como ECA, o qual ampara o público em todas as áreas e necessidades. Os avanços trazidos por este estatuto são imensuráveis e um ganho importante na formação da população futura do Brasil, pois assegurar direitos é garantir maiores oportunidades de desenvolvimento humano digno.

No que tange aos aspectos das Políticas Públicas voltadas para a infância e adolescência, tem-se como uma ação prática, o Programa Bolsa Família, o qual mesmo com todas as suas limitações, tem demonstrado bons resultados no auxílio as famílias carentes do País.

A diminuição dos índices de pobreza no Brasil só será mais eficaz com uma ação em conjunto, entre o Governo e a sociedade em geral, incentivando e motivando a educação, uma vez que com mais educação, crianças e adolescentes podem almejar dias melhores e a transformação de suas vidas.

Compreender as Políticas Públicas pensadas para a infância e adolescência, é pensar no futuro do País, sendo um tema de grande relevância para a sociedade, o qual pode contribuir para que possamos conhecer melhor as ações na prática do Estado, e assim nos posicionarmos para fazermos a nossa parte na busca por melhores condições de vida para todos.







Conclui-se que o PBF é uma implementação de política pública, a qual beneficia as familiares carentes e, conseqüentemente, assegura diversos direitos das crianças e adolescentes. Gradativamente, tem melhorado a permanência e o aumento das matrículas nas escolas, tem oportunizado a ampliação do mercado de trabalho, e as condições de saúde de pessoas, auxiliando assim, com o desenvolvimento econômico da classe mais pobre/vulnerável do país.

Mesmo que parece muito irrisório o valor recebido, esse às vezes é o único valor garantido mensalmente para muitas pessoas, o qual pode lhe assegurar uma vida mais digna, e sem o mesmo, essas pessoas não contam com nenhum valor mensal, ficando assim desprovidos de tudo, até mesmo das condições para ter acesso a serviços básicos como saúde e educação para todos, incluindo crianças e adolescentes.

### Referências

ARAÚJO, Rubenilson Pereira de. **Estranhando o currículo:** a temática homoafetiva no ensino de literatura infantil. 246 f. : il. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)>. Acessado em 25 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **As informações referentes aos critérios e valores do Bolsa Família.** Ano 2016. Disponível no site: <<http://calendariobolsafamilia2016.org/bolsa-familia-valor/>>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Programa Bolsa Família.** 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_eto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_eto/d5209.htm)>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

PESARO, Antônio Floriano Pereira. **Cartilha Bolsa Escola Federal.** Brasília, 2002. II Conferência de segurança alimentar. Brasília: 2004.

SILVA, M.O.S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva.** vol.12, n.6, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a04.pdf>>. Acessado em 22 de julho de 2017.





## SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA EVASÃO ESCOLAR

Raimunda Ires Soares da Cruz Martins

**Resumo:** Este artigo, aborda a questão social referente a dificuldade do aluno em permanecer no ambiente escolar como desafio na atuação do profissional do assistente social. Estatísticas mostram diversas causas da evasão escolar, motivos emocionais, neurológicos, intelectuais, físicos ou cognitivos, considerando também, as situações de vulnerabilidade e risco social das famílias, que necessitam do auxílio financeiro dos estudantes. Em foco as famílias da cidade de Tocantins. Objetiva compreender os caminhos que levam a evasão escolar, e qual a atuação do assistente social diante desta demanda.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar. Vulnerabilidade. Serviço Social.

### Introdução

A escolha pelo tema surgiu da preocupação profissional em atender as demandas vivenciadas atualmente com a evasão escolar, modificar esse quadro não é tarefa fácil, variáveis como, situação social e dinâmica familiar estão envolvidas, entre outros elementos que vão além dos muros da escola, mas há posturas que podem ser adotadas e que vão melhorando gradativamente a situação. Ao pular a etapa escolar, o indivíduo, possivelmente se tornará um adulto sem conhecimento social, econômico ou político, conseqüentemente sem acesso aos direitos de cidadania.

458

### Objetivo

O presente artigo objetiva compreender os caminhos que levam a evasão escolar e aborda a atuação do assistente social na educação, com ênfase na permanência dos alunos do ensino médio no ambiente escolar do setor público com base na pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2017 na cidade Abreulândia-Tocantins pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi, predominantemente, a revisão bibliográfica sobre a relação entre evasão escolar, pobreza e atuação do assistente social. Para isso, contou-se com o acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Tocantins(UFT), bem como a pesquisa em bases eletrônicas de dados, os artigos periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além do material levantado e lido para a elaboração do artigo.





## Resultados e Discussão

O desenvolvimento do tema Evasão escolar; Aprendizagem e Serviço Social possibilitou articular teoria e prática, em busca dos objetivos da intervenção profissional. O estudo mostrou o quanto o profissional do Serviço Social é importante na educação e principalmente no enfrentamento da evasão escolar. A inclusão do Serviço Social na Política de Educação, representa uma possibilidade de cooperar para a concretização do direito à educação através de ações que facilitem o ingresso e a permanência na escola, bem como a qualidade dos serviços educacionais.

Quando se articula a proposta de um "novo" planejamento, aborda-se um planejamento realista, integral e potente que seja capaz de facilitar o diálogo entre o professor e aluno, aluno e assistente social que profissional fundamentado na razão técnico-política de recursos escassos e em critérios de eficiência e eficácia.

Vários podem ser os motivos para a evasão escolar, porém, a motivação do aluno que desperte o interesse pela escola, deve vir do apoio da família, pois a relação da família com o aluno, modifica sua relação com o ambiente educacional, no decorrer do desenvolvimento deste trabalho foi possível perceber o quanto é importante para o aluno a presença dos pais no ambiente escolar, desta forma a motivação é vista como primordial para a continuidade do período escolar.

459

## Conclusão

Para o assistente social, o desafio é concretizar o projeto ético-político profissional na atuação educacional, pois implica em quebrar barreiras, organizar ideias, trabalho em equipe multiprofissional, e na elaboração de políticas públicas para o enfrentamento da evasão escolar e assim promover a autonomia do aluno. O Serviço Social deve empenhar-se em princípios éticos, compreendendo a contradição societária que colaborem com a democracia, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a inclusão do assistente social na educação, é de suma importância na compreensão do processo de ensinar e aprender, contemplando as dimensões cognitiva, afetiva e social. Diante disso os profissionais do Serviço Social, tem sua prática profissional baseada na relação entre Estado e Sociedade, buscando a preservação e efetivação dos direitos sociais através de práticas propositivas e criativas. Ou seja, um profissional propositivo e não apenas executor. Diretamente relacionado à execução de políticas sociais, especialmente,





políticas educacionais, o Serviço Social hoje tem sua demanda modificada pelo mercado, que impõe que o profissional esteja em constante aprimoramento.

### Referências

ALMEIDA, N. L. T. de. **A Educação como Direito Social e a Inserção dos Assistentes Sociais em Estabelecimentos** Educacionais. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**, Ed. Cortez. Belo Horizonte; BH. 2005.

CAMPOS, M. M. **Qualidade da Educação**: conceitos, representações, práticas. Trabalho Apresentado na Mesa Redonda Qualidade da Educação: Conceitos, e Representações, no Ciclo a Qualidade da Educação Básica, Promovido pelo Instituto de Estudos Avançados / USP, 26/04/2007.

IBGE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Abandono escolar por série - Ensino Médio 2011 a 2016 disponível em <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=9&op=2&vcodigo=M15&t=abandono-escolar-serie-ensino-medio-serie> acesso em 10 out. 2017.

FIGUEIREDO, C. B. **O Trabalho da Assistente Social na Educação**: Demonstração do Plano de Ação na Escola. Projeto Rede de Proteção Educando (RPE) no Município do Rio de Janeiro, Ed. Wak. 2007.

FONSECA; N. G. **A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**. SÃO PAULO – 1999. Acesso em <http://www.cefac.br/library/teses/ab197be20bb61cc49ca2e591c0171417.pdf> Consultado em 23 Mar. 2017

FRAGA, C. K. A Atitude Investigativa no Trabalho do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. Um Novo Olhar para a Questão dos Instrumentais Técnicos Operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 45, 1994; p. 137.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: crise contemporânea, questão social e Serviço Social: módulo 1. Brasília, CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 1999. p. 91-110.





## ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, HUMANO E EDUCACIONAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO DE BARRA DO CORDA-MA

Raniere Abreu de Sousa

**RESUMO:** Este trabalho busca examinar o Programa Bolsa Família, seus índices e implicações na pobreza no município de Barra do Corda - MA. Especificamente, apresenta como objetivos: analisar historicamente o PBF, situando-o no contexto da realidade no município, examinar sua estrutura de funcionamento; descrever a sócio economia das famílias beneficiárias; mostrar os aspectos educacionais de alunos das escolas públicas e suas condicionalidades para acesso ao programa; identificar e analisar os impactos do programa, em termos de desenvolvimento social. A pesquisa mostra os índices de desenvolvimento humano e educacionais. Apresenta informações como quantidade de população estimada no município, correlaciona com usuários inscritos no Cadastro Único e quantidade de famílias beneficiárias. Combina o rendimento escolar às notas de exames nas escolas municipais (IDEB). Relata valores em reais recebidos pelas famílias cadastradas no município, valor médio por família e com a quantidade de participantes. Descreve valores recebidos pela gestão municipal no que diz respeito ao FUNDEB e Assistência Social.

**Palavras Chave:** Programa Bolsa família. Desenvolvimento Social. Pobreza. Educação. Barra do Corda.

### 1 - Introdução

Atualmente, mais de 16 milhões de famílias vivem (ou sobrevivem) com até R\$ 70,00 por mês. Essa precariedade de renda, obviamente, deixa esses indivíduos em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, surgem as ações sociais afirmativas com o papel de contrabalancear, e até reverter, este quadro, permitindo o avanço no sentido de disseminar, mais equanimemente, o desenvolvimento nacional. (UNIEURO, 2016)

461

Os programas de transferência de renda com condicionalidades vêm ocupando um lugar cada vez mais destacado no âmbito das políticas de combate à pobreza nos estados e municípios. O modelo de atuação desses programas e seu efeito sobre a situação de vida da população atendida, combinando ações e estratégias, que visam à ruptura do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, vêm-se difundindo, e sofrendo mudanças. (Tavares et al., 2009)

Assim, partindo da constatação da importância de examinar os resultados do Programa Bolsa Família com relação aos dados do Índice de Desenvolvimento Humano<sup>14</sup>, educação, realidade atual, enfim, os dados que revelam os números e índices socioeconômicos na vida dos beneficiários do PBF em Barra do Corda - MA.

### 2 - Caracterização do Objeto e Metodologia

<sup>14</sup> Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). Fonte: Wikipédia, IDH, 2017.





Barra do Corda é um município localizado no centro maranhense, sua população estimada em 2016 era de 86.662 habitantes, fundado em três de maio de mil oitocentos de trinta e cinco (03/05/1835), 182 anos atualmente, segundo dados do IBGE. Dos 217 municípios do MA, Barra do Corda fica na 11ª posição de maior cidade do estado.

Uma das maiores fontes de renda do município é a prefeitura municipal, com servidores concursados e temporários em diversas áreas: educação, saúde, segurança, infraestrutura e limpeza pública. Segundo dados do portal da transparência, do site da Assessoria de Comunicação – ASSECOM (Prefeitura Municipal de Barra do Corda - PMBC), atualmente há 2.469 servidores efetivos (concursados), ou seja aproximadamente 72% do total de funcionários municipais, a outra parte formada por servidores contratados ou comissionados.

A pesquisa foi realizada através do método lógico indutivo e bibliográfico. Monografias e legislações acerca do tema, bem como na coleta de dados demográficos de institutos oficiais de pesquisa, censo e instituições públicas. Foram utilizados na pesquisa citações de trabalhos realizados e avaliados no AVA do Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

A análise foi obtida também por meio de dados estatísticos, resultados de pesquisas já desenvolvidas por equipes de funcionários de secretarias e escolas do município com informações repassadas à prefeitura, com o intuito de conhecer melhor os aspectos históricos, sociais, econômicos dos programas de transferência de renda.

462

### **3 - Resultados e Discussão**

#### **O Programa Bolsa Família**

No Brasil, a implementação de políticas sociais destinadas a transferir renda aos mais pobres iniciou-se ainda no período militar, em 1970. Nessa época houve um balanço da situação social do Brasil, realizado para o Fórum Nacional, concluiu que o dinamismo econômico verificado no período, foi acompanhado de processo de convergência social, envolvendo a elevação da participação dos 40% mais pobres na renda, a diminuição das disparidades inter-regionais e urbano-rurais de níveis de bem-estar e a emergência de uma sociedade de consumo em massa. Porém, não alcançaram significativa repercussão, devido à cobertura limitada da sua população alvo, que eram os idosos e portadores de deficiência incapazes de garantir seu sustento. (Rocha, 2011, com adaptações)





### **Bolsa Família em Barra do Corda**

Em Barra do Corda há 11.070 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 38,53% da população total do município, e inclui 730 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de julho de 2017 foram transferidos R\$ 1.807.993,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 163,32 por família. Conforme estudo realizado pelo (IPEA, 2017), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o PIB municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78.

A cobertura do programa é de 93,07% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

### **Desenvolvimento Humano no Município**

Em 2.000, o município tinha 65,9% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 47,1% em 2.010. Mesmo apresentando uma redução de 28,4% no período, são 38.782 pessoas nessa condição de pobreza. (Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2010)

463

Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem renda per capita até R\$ 140,00. No caso da indigência, este valor será inferior a R\$ 70,00.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Barra do Corda é 0,606, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,763, seguida de Renda, com índice de 0,585, e de Educação, com índice de 0,498.





A Tabela a seguir mostra os dados detalhados:

**Tabela 1- Dados do IDHM - Geral e gini entre os anos 1991 a 2010**

IDHM - Educação			
Porcentagem de alunos /Ano	1991	2000	2010
<b>IDHM – Geral</b>	0,107	0,226	0,498
% 5 a 6 anos na escola	19,47	64,76	95,58
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	11,02	16,98	34,49
% 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	10,21	20,40	75,44
% 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	9,60	11,51	46,75
% 18 a 20 anos com ensino médio completo	2,95	7,14	21,58
Ano	1991	2000	2010
Renda per capita (baseada em real)	95,94	196,81	305,61
% de pobres	84,01	64,77	44,97
% de extremamente pobres	65,35	41,63	26,21
Índice do gini	0,66	0,64	0,62

Fonte: (PNUD, IPEA e FJP, 2010)

Barra do corda conta com diversas escolas na região, tanto na zona urbana quanto na zona rural. O município totaliza cento e trinta (135) escolas municipais, setenta e sete estaduais (77), onze (11) privadas e uma (1) federal. (Secretaria de Educação – ASSECOM, PMBC, 2017).

Em Barra do Corda, as escolas, no geral, estão em boas condições no que diz respeito à infraestrutura, corpo pedagógico e apoio administrativo. Porém ao se falar em corpo docente, como um todo, há sérios problemas com relação aos servidores públicos, como citado abaixo:

As principais dificuldades entre escola e comunidade são as que envolve politicagem pelo meio, por exemplo, dentro da própria escola, professores, coordenadores, administrativos, ou seja, servidores no geral. Há conflitos entre eles, principalmente quando chega época eleitoral, várias discussões, devido a isso até os alunos se envolvem, acarreta em brigas até mesmo com a comunidade. Há também servidores, uma parte contratada pela prefeitura (cabos eleitorais), não todos, mas muitos não fazem um bom trabalho, não têm capacitação adequada para tal função e acaba que se torna um serviço mal feito, e isso em sua grande maioria quem pagam são os alunos. (Raniere Abreu – AVA, 2017)

Barra do Corda por ser um município com quase 90 mil habitantes, recebe do governo federal um valor anual à educação relativamente positivo. No ano de 2016 o município recebeu do governo federal 36.276.133,11, destinado à ação Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos







Profissionais da Educação – FUNDEB<sup>15</sup>, segundo dados do Portal da Transparência, Exercício:2016, que se fosse bem investido no município, certamente não teria tantos problemas no setor educacional.

#### 4 - Considerações Finais

O Brasil ainda apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, e um fator determinante é o perfil da distribuição da renda à população. A forma como a riqueza total da produção do país está distribuída entre seus habitantes é essencial para a situação social da população em geral. (Fonte: UNIEURO, 2016)

O PBF vem tendo um impacto positivo na vida socioeconômica de milhões de pessoas que antes não tinham acesso a alimentação básica, pois as pessoas beneficiárias passam a ser incorporadas a um grande sistema de proteção social, que, até então, é inédito no Brasil. Constata-se que o programa, em Barra do Corda, atualmente, está em superação da extrema pobreza, pois, conforme os dados mostrados do MDS, das 11.070 famílias beneficiárias, sem o benefício, cerca de 730 delas estariam em condições de extrema pobreza.

Os objetivos que norteou este estudo, de que os impactos da pobreza no município têm contornos distintos, percebeu-se que Barra do Corda é de modo geral, um município que apresenta um IDH baixo pelos números apresentados.

Mostrou-se os índices socioeconômicos do PBF em Barra do Corda, com base nos dados apresentados do MDS, é razoável o número de inscritos no Cadastro Único em relação à população total do município.

Por fim, sugere-se que os beneficiários, possam buscar alternativas, a partir dos dados apresentados nesta pesquisa, para emergir de sua condição de pobreza e de privações para uma condição melhor de vida, através da educação, da saúde, da busca por profissionalização e emprego a fim de soluções para uma vida digna. As recomendações para trabalhos futuros se reservam a pesquisadores que possam realizar um estudo dirigido aos filhos pertencentes às famílias participantes do PBF, com o objetivo de verificar se esses jovens se tornarão pessoas que contribuirão para o desenvolvimento do município, estado e conseqüentemente país.

#### 5 - Referências

<sup>15</sup> FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Fonte: site do fundeb. Acesso em: 11/09/2017.





**Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro** ISSN: 1809-1261  
UNIEURO, Brasília, número 20, Janeiro-Junho de 2016, pp. 120-147.

**ASSECOM – Prefeitura Municipal de Barra do Corda.** Disponível em:  
<<http://www.barradocorda.ma.gov.br/site/author/admin/>> Acessos entre: 15/07 a 28/09/2017.

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. **Barra do Corda – MA.** Disponível em:  
<[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/barra-do-corda\\_ma](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barra-do-corda_ma)>. Acessos entre: 04/07 a 08/07/2017.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB.** Disponível em:  
<<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>>. Acesso em 09/09/2017.

IBGE, **Censo 2010. Sinopse dos municípios.** Disponível em:  
<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=21&dados=0>>. Acesso em: 08/09/2017.

IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.** Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=21&codmun=211130&idtema=118&codv=v01&search=maranhao|sao-luis|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 18/08/2017.

IPEA – **Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – Municipal.** Disponível em  
<<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 21/09/2017.

MDS. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu município.** Disponível em:  
<<http://mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acessos entre: 27/07 a 21/08/2017.

ROCHA, S. Os “Novos” Programas de Transferências de Renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente - Vol. 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006.

466

SOUSA, Raniere Abreu. Escola: **Espaços em Tempo de Reprodução e Resistências da Pobreza. Atividade de Reflexão – Ação, módulo III.** Disponível em:  
<<https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/login/index.php>>. Acessos entre: 15/07 a 30/07/2017.

TAVARES, P. A; PAZELLO, E. T; FERNANDES, R.; CAMELO R. de S. **Uma Avaliação do Programa Bolsa Família: Focalização e Impacto na Distribuição de Renda e Pobreza.** Novembro, 2009.

WIKIPÉDIA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).** Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Índice\\_de\\_de\\_Developmento\\_Humano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Índice_de_de_Developmento_Humano)>. Acesso em: 16/09/2017.





## POLÍTICAS PÚBLICAS COM O INTUITO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Raphiza Alves Mota

Adaires Rodrigues de Sousa

**Resumo:** Este trabalho apresenta resultados de pesquisa que busca compreender como o conceito de pobreza influencia direta ou indiretamente as ações promovidas pelo governo por meio de políticas públicas ou programas sociais de erradicação da pobreza. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental buscamos compreender as diferenças conceituais de pobreza e qual o conceito de pobreza definido pelo programa bolsa família do governo federal. De modo geral, sobressai a compreensão de que os programas de combate à pobreza alcançaram resultados a partir da articulação de diversas políticas sociais como educação, saúde e moradia, contribuindo assim para a redução da exclusão social no Brasil.

**Palavras-Chave:** Pobreza. Desigualdades Sociais. Desenvolvimento. Políticas Públicas.

### Introdução

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa que visam compreender como o conceito de pobreza pode influenciar as ações promovidos pelo governo por meio de políticas públicas ou programas sociais que almejam a erradicação da pobreza. A temática em discussão adquiriu o patamar de grande relevância social, uma vez que as abordagens envolvem direta ou indiretamente a atuação profissional, familiar e principalmente pessoal. Arroyo (2012) discute que programas do governo voltados à sociedade de baixa renda em situação de pobreza e, extrema pobreza, acabam por vitimar e perpetuar a inferiorização em nossa sociedade, assim também tem tornado as políticas injustas em relação ao social, pois segundo Quijano (2005, p. 134) “esses coletivos foram decretados inferiores e mantidos a margem da produção intelectual, cultural e ética da humanidade”.

O programa Bolsa Família refere-se a uma política social implementada pelo estado brasileiro e que, segundo Höfling (2001, p. 31),

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Desta forma sabe-se que, existem diversas políticas públicas existentes em execução atualmente, com o objetivo de promover melhorias de vida para as pessoas de baixa renda ou que se encontram na situação de extrema pobreza.

Compreendendo que a pobreza pode influenciar no desenvolvimento de políticas públicas, assim também no desenvolvimento social, por comportar intencionalidades distintas, sendo que a mesma está constantemente sendo dividida por suas demandas sociais, nas quais





podemos destacar as que promovem transformações e que perpetuam, mesmo que em formatos diferentes seguem se adaptando as novas formas e condições.

### **Procedimentos Metodológicos**

Com caráter teórico-empírico e analítico, com dados e informações coletados por meio de pesquisa bibliográfica (BOGDAN; BIKLEN, 1994) apreendendo as diferenças conceituais de pobreza para os autores críticos e os conservadores num “esforço suplementar de compreensão da situação atual” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 91) e, pesquisa documental com dados coletados em documentos oficiais de programas de combate à pobreza, como, por exemplo, o Bolsa Família, empregando métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Ao pensar na contextura da Pobreza ou Desigualdade social na humanidade, leva a pensar que o conceito perpassa de geração a geração formando um ciclo vicioso de desiguais. O conceito de desigualdade social está vinculado ao plano econômico e social, existe uma associação que unifica essa desigualdade com a injustiça.

De acordo com Valladares (1991, p.93), a pobreza só é reconhecida como questão social a partir dos anos 1950-1960, em face da “[...] transformação de uma sociedade baseada numa economia agrário-exportadora [para] uma sociedade mais moderna, de tipo urbano-industrial”. A industrialização condicionou um processo de expansão populacional nos grandes centros urbanos, em razão da saída da população do campo para a cidade, onde cresciam “as oportunidades de emprego ou ocupação”, assim houve o favorecimento do crescimento acelerado e desorganizado das áreas urbanas, haja vista que em maior parte ocasionado pelos pólos industriais localizados nos grandes centros.

Podemos entender que o contexto histórico da Pobreza no Brasil está pautado desde o descobrimento do país, trazendo na parte histórica o arraigado de condições desiguais e diferenciação entre os povos.

### **Resultados e Discussão**

As políticas públicas são os resultados das ações do Estado em determinado período histórico, estabelecida por um governo constituído por um "conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo" (HÖFLING, 2001, p. 02).





Assim as políticas públicas têm o objetivo de promover melhorias para as pessoas de baixa renda ou até mesmo as que se encontram na situação de extrema pobreza. E sendo assim, não deve ser analisada somente do ponto de vista econômico, mas acrescentar aspectos não-econômicos à análise. O que nos leva a refletir sobre a identificação e dimensão dos fatores de exclusão e inclusão social, estando associados a vulnerabilidade, situação de desigualdade o que significa um processo que forma desiguais.

De acordo com IPEA (2008) o Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo, com base na metodologia de pesquisa e análise de dados observa que apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. As primeiras colocações desse “ranque”, são ocupadas por países europeus, o que significa dizer que são os países que possuem a maior situação de igualdade socioeconômica, haja vista que, a população possui uma equilíbrio considerável dentre a economia, cultural e educação.

Ao analisar as políticas públicas voltadas ao assistencialismo observa-se não haver condições suficientes desta, por si só, melhorar de forma significativa a vida dos beneficiários, sendo necessário auxílio da entidade escolar e outras instituições, para atuação conjunta, visando aperfeiçoar ações e práticas no programa Bolsa Família

O programa Bolsa Família (PBF) destaca-se como uma das formas governamentais de tratar a questão da pobreza pois, além da transferência de renda, o mesmo busca promover o alívio imediato da pobreza. O programa trabalha diante das condicionalidades na área da educação e saúde, haja vista, que ao se tornar um beneficiário, o sujeito deve estar dentro dos requisitos propostos para pode participar. O programa da condição à mudança de realidade e vida, sendo que reforça o cidadão ao exercício dos direitos sociais, à saúde e à educação.

Estas ações do governo têm como intuito igualar, ou até mesmo tirar da linha da pobreza cidadãos brasileiros que almejam melhorias e condições de trabalho digno. Assim é notório que as maiores vítimas da pobreza e do sofrimento que a mesma traz, são as mulheres, negros, crianças e idosos, que buscam moradia, educação, saúde, e acima de tudo um emprego que lhe dê condições de transformar sua realidade para não mais depender de auxílio social como forma de renda, portanto, o mesmo tornando-se um sujeito autônomo e capaz de gerar a mudança socioeconômica de sua família e dos que estão a sua volta.

### Considerações

A descrição e análise deste trabalho trouxe reflexões importantes para o desenvolvimento e compreensão do tema, pois a pobreza não é somente a falta de condições





financeiras, mas é uma questão social que implica diretamente na vida do país e, conseqüentemente, na vida de todas as pessoas.

Como visto não depende somente do governo, faz necessário se ter uma visão ampla do processo, envolvendo todos enquanto sociedade e cidadãos críticos e pensantes. Estudos apontam que uma das principais causas da pobreza, está localizada na má distribuição de recursos em a sociedade.

A Pobreza muitas das vezes traz conceito pautado na exclusão o que permite o avanço da injustiça e desigualdade, de modo que políticas e programas, por vezes, buscam resultados transformadores da sociedade, principalmente pela questão de interligação de políticas sociais com a educação, saúde e moradia.

Portanto, compreendemos que os planos de combate à pobreza devem ser abrangentes, e contribuir para a redução da exclusão social. Pois, uma família que se encontre numa situação de privação financeira não tem condições e nem tão poucas oportunidades de escolhas, situação que pode vir a ser minimizada com a promoção de políticas públicas voltadas não somente para a redução, mas visando o combate das desigualdades sociais da população de qualquer país, em especial o Brasil.

470

### Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício R. da (Orgs.). **Corpo-infância: exercícios tensos de ser crianças; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012.p. 23-54.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coleção Ciências da Educação. Portugal: Editora Porto, 1994.
- Desigualdade - Conceito, o que é, Significado. Disponível em: <https://conceitos.com/desigualdade>. Acesso em 20/10/2017.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com). Acesso em: 02/11/2017.
- VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI; Renato R.(Org). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ,1991.





## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO UMA POLÍTICA DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA ATUANDO NA REDUÇÃO A POBREZA E DESIGUALDADE NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS – TO.

Riquelle Aparecida da Silva

**Resumo:** O presente artigo discute os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) de que forma o mesmo impacta positivamente a qualidade de vida de mulheres chefes de família auxiliando-as financeiramente e contribuindo para a redução da desigualdade no município de Divinópolis – TO. Verificamos que quase a totalidade das entrevistadas apontam uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chaves:** Programa Bolsa Família. Mulheres chefes de família. Qualidade de vida. Auxílio financeiro.

### Introdução

O Brasil segundo LACERDA 2006 apresentou o maior índice de crescimento mundial do século XX, no entanto, observou-se que isso não se traduziu em diminuição da pobreza e das desigualdades. Diante disto, este estudo busca refletir de que forma as Políticas Públicas, em especial o Programa Bolsa Família – PBF o qual se constituiu na principal ação do governo de transferência de renda, cuja finalidade principal é diminuir a condição de pobreza e extrema pobreza no Brasil, influenciam na vida de mulheres chefes de família, proporcionando uma melhor qualidade de vida. Assim, o referido trabalho busca discutir o PBF em relação à melhoria de vida, de chefes de família, auxiliando financeiramente e contribuindo para a redução da desigualdade no município de Divinópolis – TO.

471

A concepção do Programa Bolsa Família evidencia a preocupação dos governantes em conseguir proporcionar uma melhor qualidade de vida aos chefes de família que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Diante do exposto poderemos verificar e auxiliar outras pessoas sobre a importância dos programas sociais para a mudança de qualidade de vida de famílias que vivem na pobreza e extrema pobreza.

Tendo como base a pesquisa bibliográfica ou seja, um estudo de fontes secundárias sobre o tema e a pesquisa descritiva visando descrever a característica das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Divinópolis – TO. Propendemos assim entender de que forma o PBF influencia na vida de famílias auxiliando assim em uma melhor qualidade de vida. A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2017, na qual foram entrevistadas diversas famílias, podendo verificar que em sua totalidade necessitam do auxílio do programa para complementar sua renda e assim melhorarem a qualidade de vida.





## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais é um dos grandes desafios da sociedade brasileira (BRASIL 2010). Diante deste fato faz-se necessário a implementação de políticas e programas que garantam direitos sociais e o pleno exercício da cidadania.

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória nº. 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal, com condicionalidades (BRASIL, 2010).

Segundo BRASIL, (2010) o programa foi pensado como uma política social em que a transferência de renda seria apenas o início de um processo que levaria as famílias beneficiadas a buscar sua emancipação.

Administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O mesmo integrou diversos programas de transferência de renda, tanto condicionados (Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação) como sem condicionalidades (Auxílio-Gás e Cartão Alimentação). Esta integração se deu pela busca de superar os entraves que os programas tinham isoladamente e ampliar o atendimento às famílias pobres, integrando o acompanhamento do Estado brasileiro sobre o acesso dessas famílias aos serviços públicos.

472

De acordo com Ribeiro (2007, p. 31) os objetivos fundamentais do Programa Bolsa Família, em relação aos seus usuários, são: [...] promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (Lei nº 10.836, 09/01/04).

A concessão da renda do Programa Bolsa Família tem caráter temporário e não se constitui em direito adquirido, haja vista que uma das funções do PBF é estimular a emancipação sustentada das famílias que recebem o benefício. Entretanto, o governo ainda não conseguiu possibilitar condições para que muitas destas famílias alcancem maior autonomia para provisão de meios próprios de sobrevivência, para assim deixar de depender desta transferência de renda (RIBEIRO, 2007).

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS – TO

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Divinópolis de Goiás, pela lei estadual nº 10407, de 30-12-1987, desmembrado de Miracema do Tocantins. A







sede no atual distrito de Divinópolis do Tocantins e instalado pelo decreto legislativo nº 1, de 01-01-1989. Encontra-se localizado na Região Norte, contornando uma área de 2.347,434 km<sup>2</sup> e uma população de 6.823 habitantes (IGBE, 2016).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi implementado na Secretaria da Assistência Social do município a partir do ano de 2003. (DIVINÓPOLIS, 2017). O Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único relativo ao mês de abril do corrente ano (MDS, 2017) mostra que no município de Divinópolis existem 741 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO).

Essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 29,11% da população total do município, e inclui 359 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de março de 2017 foram transferidos R\$ 135.733,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 183,18 por família. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78 (MDS 2017).

A cobertura do programa é de 65,93% em relação à estimativa de pobreza do município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PBF é um modelo de programa de transferência de renda condicionada, que tem a mulher como foco prioritário da titulação do benefício, pretensamente associado ao seu papel na esfera doméstica e da reprodução.

Segundo (BRASIL 2010), o Bolsa Família realiza o pagamento dos benefícios preferencialmente às mulheres, com objetivo de contribuir para a ampliação do bem-estar da família e, ao mesmo tempo, da autonomia feminina no espaço doméstico e nas comunidades locais.

## **DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.**

O conceito "qualidade de vida" é subjetivo e multidimensional. Não há consenso entre os autores sobre o que é qualidade de vida, o que há e uma discussão ampla sobre sua definição. Segundo Ramos (1995) "qualidade de vida" é um conjunto harmonioso e equilibrado de realização em todos os níveis, como: saúde, trabalho, lazer, sexo, família e desenvolvimento espiritual. Neste contexto podemos dizer que a falta de condições





econômicas evidencia a má qualidade de vida dos brasileiros podendo ser observadas pela qualidade nutricional, redução na expectativa de vida e gozar de uma vida saudável.

O Bolsa família tem como objetivo diminuir a disparidade, assegurando condições mínimas de qualidade de vida através do subsídio federal com vistas a atender a saúde, educação e assistência social. Dentre as contribuições esperadas do PBF para uma melhor qualidade de vida está a potencialidade em auferir renda ajudando as famílias a se distanciarem da margem de extrema pobreza.

Por meio do questionário aplicado aos beneficiários no município de Divinópolis, avaliou-se o grau de qualidade de vida que os mesmos passaram a ter após a implantação do programa, a partir da análise dos dados é presumível avaliar que no longo prazo famílias que vivem em extrema pobreza passarão a viver em melhores condições. Para as famílias pobres, o programa não vem atuando de maneira igualmente satisfatória.

O Programa Bolsa Família é avaliado de forma excelente pelos responsáveis legais beneficiários: 83,5% consideram-no “ótimo/bom”; 13,5%, “regular”; 2% e menos de 1% avaliam-no como “ruim” ou “péssimo”. Conforme gráfico abaixo.



Fonte: Pesquisa/Realizada pela cursista

O programa é considerado “importante” por quase 97% dos responsáveis legais. Os entrevistados declararam receber R\$ 183,18 por mês em média. A renda média das famílias é de R\$ 385,40, aí incluído o valor do benefício.

A escola foi o meio pelo qual 65% das famílias participantes do programa tomaram conhecimento sobre o cadastramento do Bolsa Família; 18% dizem ter sido informados por “vizinhos, amigos ou parentes 14 % foram informados no posto de saúde e 3% por outros meios de comunicação.





## Local de Reconhecimento sobre Cadastramento do Bolsa Família



■ Escolas ■ Vizinhos ■ Amigos/Parentes ■ Outros ■

Fonte: Pesquisa/Realizada pela cursista

Apontado pelos entrevistados, é que, com o acréscimo da renda familiar, o acesso a remédios tornou-se mais fácil, já que com aumento no orçamento doméstico tem-se a oportunidade de empregar o subsídio em gastos com medicamentos, estando garantidos primeiramente os produtos necessários à alimentação e de uso escolar. Em geral, a maior parte do subsídio é empregada em despesas com alimentação (70%) e com gastos com materiais para escola (30%).

### CONCLUSÕES

O programa social criado pelo Governo Federal trouxe resultados positivos aos beneficiários e à economia brasileira. Essa dinâmica social busca a diminuição da pobreza e a redução das desigualdades sociais por meio da transferência direta de renda, destinando-se às famílias pobres e de extrema pobreza. É real a dimensão socioeducativa implantada através das condicionalidades do PBF, tais como o empenho dos pais na educação e saúde de seus filhos, contribuindo com a eliminação do analfabetismo e melhorando a expectativa de vida, além de ocasionar aumento na renda dos beneficiários. Tenha visto que o IDH do país e do município está longe de parâmetros recomendáveis, é evidente a contribuição econômica e social que programas assistencialistas trazem as famílias beneficiadas, retirando-as da margem da pobreza e da extrema pobreza.

Em Divinópolis, a diminuição da pobreza foi notada principalmente para as famílias que viviam na Extrema Pobreza, diminuindo o percentual de pessoas que não conseguiam ao menos suprir necessidades básicas, como por exemplo, a ingestão de alimentos. Ressaltou que os itens com maior relevância a serem comprados pelos beneficiários foram alimentação e materiais escolares. O maior interesse das famílias em obter produtos alimentícios e escolares geram melhora no bem estar social.





Na pesquisa realizada com as famílias, foi analisada a qualidade de vida a partir da renda, saúde e educação antes e depois do PBF. Nas três perspectivas foram notadas melhorias significativas, concluindo que o programa federal de transferência de renda está obtendo êxito em sua proposta, cumprindo seus objetivos assistenciais, combatendo a fome, emancipando a sustentabilidade das famílias que vivem na pobreza e extrema pobreza. Diante do exposto é importante frisar que somente políticas assistencialistas não são suficientes para resolver o problema da melhoria da qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Pobreza, Desigualdades e Educação** - Módulo Introdutório do Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI. Brasília, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Outros Sujeitos Outras pedagogias**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012. BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_, Presidência da República. **Programa Bolsa Família**. <[www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)> acesso em 07 de novembro de 2016.
- \_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programas do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome** - MDS. [www.ipc-undp.org/doc\\_africa\\_brazil/Webpage/FolderMDS\\_2008.pdf](http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/FolderMDS_2008.pdf) 2008. Acesso em 07 de novembro de 2016.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de.; WALTER, Maria Inez Machado Telles.; SANTANA, Cora Maria Bender de.; STEPHANOU, Michele Conceição. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. ISBN Opín. Publica vol.15 no.2 Campinas Nov. 2009.<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=SO104-62762009000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO104-62762009000200003)> Acesso em 07 de novembro de 2016.
- LACERDA, Antônio Correia de. et al. **Economia Brasileira**. 3.ed. – São Paulo: Saraiva, 2006
- RAMOS,C. **Pedagogia da qualidade Total** . Rio de Janeiro, Qualitymark, 1995.
- RIBEIRO, Eveline Alves. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. 2011. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família: gestão e responsabilidades compartilhadas**. Brasília: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2010.
- DIVINÓPOLIS (TO). **Secretaria Municipal de Assistência Social**.





## A RELAÇÃO ENTRE A BOLSA FAMÍLIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA: UM OLHAR ATRAVÉS DA ÓTICA DOS ALUNOS EGRESSOS DO CEM G.T.I DARCY MARINHO

Robério Pereira do Nascimento  
Eliseu Riscaroli

**Resumo:** Este trabalho pretendeu analisar uma das condicionalidades do programa bolsa família a qual se configura como estratégia de âmbito educacional para garantir a presença de crianças e adolescentes que vivem em condições de pobreza e extrema pobreza no interior do espaço escolar. Para isso refletimos sobre a importância dada pela obrigatoriedade ao beneficiário do PBF, da matrícula escolar e presença mínima de 75% para discentes do ensino médio. É conjecturado como importante os pontos acima citados, por entendermos que o acesso à educação possibilita a luta por melhores condições de vida, de forma que seja capaz de oferecer possibilidades para o rompimento da segregação e reprodução da pobreza. Assim postulamos a educação como uma pilastra facilitadora do exercício da cidadania e pensamento político. Nesta ótica vislumbramos o PBF como uma política pública que busca minimizar as condições de pobreza e as desigualdades sociais no Brasil. Para isso foi realizada aplicação de questionário com 20 alunos egressos do CEM G.T.I Darcy Marinho sendo 10 beneficiários do PBF e 10 não beneficiários. Em ambos, foram pesquisados 50% alunos e 50% alunas. Em geral pode ser percebido que os alunos (as) beneficiários (as) apresentaram um melhor histórico escolar do ponto de vista da interrogativa de reprovação e continuidade da escolarização. Outro ponto analisado que apresentou significância é a percepção de ambos os entrevistados (as) para a importância do PBF como política social facilitadora de acesso à educação tornando-se um benefício social ao cidadão. Também destacamos a importância dada pelos alunos (as) de terem estudado numa escola de tempo integral.

**Palavras-chave:** Condicionalidades. Programa bolsa Família. Educação. Pobreza.

### Introdução

O programa bolsa família (PBF) consiste em destinar renda mínima para seus beneficiários de forma que não incorpora natureza ou destinação obrigatória do uso do recurso, porém é percebido através das diversas obras de pesquisa nesta área que a maioria das famílias usa o recurso principalmente para auxílio na obtenção de alimentos, aquisição de remédios e materiais escolares. Outro ponto que reflete na identidade da Bolsa família é o gerenciamento do recurso por mulheres devido a política do programa condicionar a titularidade do cartão magnético às mães das crianças assistidas pelo programa de transferência de renda. Apesar de o programa não ser uma política específica de gênero, esta estratégia fortalece o acesso das mulheres a autonomia financeira no lar.

Resistindo a diversas críticas principalmente de que geraria acomodação e dependência das famílias beneficiárias, o PBF condicionou ações efetivas de combate à pobreza. Dentre elas, a obrigatoriedade de matrícula para crianças e adolescentes bem como presença mínima escolar, como apresenta (Tavares 2009 pag.2)

As condicionalidades exigidas pelo PBF são: a realização de exames pré-natal (para as gestantes); o acompanhamento médico periódico para atualização de vacinas e manutenção de peso e altura adequados (para crianças de 0 a 6 anos); e a matrícula





regular e frequência de no mínimo 85% das aulas no ensino fundamental (para as crianças de 7 a 15 anos). Para os jovens, a condicionalidade é frequentar no mínimo 75% das aulas do curso em que estão matriculados (ensino fundamental ou médio).

Para considerarmos a necessidade de políticas públicas de enfrentamento da pobreza no Brasil, basta observar a discrepância socioeconômica que existe por regiões, às quais o país é dividido. O poder aquisitivo econômico que um Estado brasileiro se difere estrondosamente do outro especificamente nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, a valorização que é dada a algumas classes trabalhadoras por seus bons salários e benefícios que se agrega como bônus de valorização profissional, e principalmente a distribuição populacional nas cidades. Estas características se mostram como um nítido retrato da desigualdade social no Brasil uma vez que a minoria da população é subsidiada de renda e acesso a escolaridade com qualidade necessária para sobreviver.

A vivência de observação da classe favorecida chamada de “elite ou burguesia” habitando nos centros urbanos, assistida da presença do Estado, o máximo daquilo que é capaz de oferecer. E do outro lado, a classe desprovida, chamada de “pobres ou proletários” que se aglomeram nos arredores das cidades “no subúrbio” com a presença mínima do Estado em saúde, educação, segurança, lazer etc., configura no espaço social um antagonismo entre aqueles que se percebem como sustentadores do PBF considerando o programa como um peso para os cofres públicos. Do outro lado, aqueles que têm familiaridade com a fome por está inserido no seio da pobreza, compreendem o programa como uma esperança de sobrevivência.

Para o conflito exposto é natural a convivência de manifestação política daqueles que se consideram sustentadores do PBF como críticos do programa por considerarem o mesmo uma política sustentadora de acomodados, ao passo que os assistidos acabam silenciando-se sobre o conflito de diálogo. A presunção para a observação torna-se figurativa para inalação de que o acesso a educação e a escolarização fortalecem o exercício da cidadania. Para a observação feita, compreendemos que a condicionalidade do PBF para matrícula e presença escolar, possibilita romper com a imposição segregadora de pensamento político de dominação daqueles que devem ser assistidos de direitos básicos que constituem a sociedade, por compreendermos que no interior da escola devem coexistir condições para o rompimento da dominação de diversas formas.





### Procedimentos Metodológicos

O paradoxo oculto sobre a característica do público assistido pelo CEM G.T.I Darcy Marinho quanto ao número de alunos beneficiários do programa bolsa família, dependentes do transporte escolar, e considerável índice de residentes na zona rural e bairros distantes pôde ser observado durante elaboração dos trabalhos de cada modulo da pós em Educação, Pobreza e Desigualdade social. O estudo nos replicou ao desejo de investigar a influencia do PBF como, *“uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais.”* (Campelo 2013 pág.17)

Desta forma aguçamos nossa observação no âmbito educacional, sobre a influência do programa como propulsor do enfrentamento da pobreza além da transferência de renda a seus beneficiários, para isto elaboramos questionários para os alunos egressos das turmas 38:01 e 38:02 do ensino médio regular integral e 34:01 e 44:01 do curso técnico em enfermagem na modalidade integral que concluíram suas séries de acordo a modalidade no CEM G.T.I Darcy Marinho. Para selecionar o público alvo, as informações foram obtidas através da secretaria da escola que proporcionou acesso aos relatórios de frequência do PBF e ata de conselho de classe auferido no sistema de gerenciamento escolar (SGE) da SEDUC. O critério adotado foi de entrevistar 10 alunos beneficiários e 10 alunos não beneficiários sendo para cada estrutura, 5 do sexo masculino e 5 feminino.

Sobre a observação dos dados coletados, realizamos análise dos beneficiários e não beneficiários pelo o PBF quanto à continuidade de escolarização e as condições de acesso ao mercado de trabalho. A visão bifocal pretende manifestar através das informações obtidas, argumentos sobre a reflexão dos entrevistados para a valorização da dignidade humana, manifestação de direitos em suas diversidades e reflexão da condição de pobreza inerente ao meio social vinculadas ao contexto educacional. Assim, abordaremos que *“É evidente a necessidade de avaliar as políticas sociais para priorizar aquelas que maximizem a eficiência, a participação da comunidade e a focalização nos membros mais vulneráveis da população.”* (Santos org. 2008 pag. 04)

### Resultados e Discussão

Com as informações obtidas através dos questionários os resultados foram analisados através de gráficos e tabelas e as questões argumentativas conceituadas conforme apontamentos imbricados no questionário. O árduo trabalho de campo realizado com os





alunos egressos do CEM G.T.I. Darcy Marinho foi contextualizado no sentido de expressar respostas congruentes à curiosidade sobre o impacto do PBF na construção cidadã e educacional desses alunos. Contudo o sigilo dos entrevistados foi preservado. Bartholo. 2017 pag. 8 argumenta que o PBF não é um programa específico com definição de estratégias de políticas educacionais, todavia a partir dele, é articulado outras políticas públicas para proporcionar condições de rompimento de inércia figurada na reprodução da pobreza.

Diante das informações foi observado que os alunos beneficiários do PBF apresentam melhores resultados quanto ao histórico de escolarização. A ressalva está apenas, na investigativa sobre os alunos que fizeram e não fizeram o Enem em 2017. Para este ponto, sobre os alunos beneficiários do PBF. Podemos aludir Tavares 2009 pag. 3 quando afirma que o programa se constitui através de uma política social de longo prazo, um dos fatores a esta conotação deve ser as concepções de ensino e conhecimento que são formulados no seio da escola que no âmbito de promover indagações políticas, éticas, culturais e valores que deve proporcionar condições de rompimento das barreiras de segregação e dominação.

Um eixo de crítica relacionado ao PBF é a dificuldade de rompimento do ciclo de pobreza aonde os filhos dos beneficiários têm seu ciclo escolar concluído, entretanto permanecem à luz da pobreza. É necessário enfatizar que o PBF desenvolve sua estratégia colaborativa para o rompimento deste ciclo quando contribui com a escola através da condicionalidade de matrícula escolar e presença mínima de 75%. Neste ponto podemos entender que o PBF reconhece que,

480

A educação sozinha não pode enfrentar estes desafios, senão por meio de políticas, ações e práticas intersetorializadas e pactuadas entre os agentes que estão diretamente vinculados à escola, com o grupo familiar, com os responsáveis por esse acompanhamento e com a rede local de proteção à criança, ao adolescente e ao jovem. (Campelo 2013 pag. 115)

Sobre esta perspectiva, o esforço em garantir o aluno no espaço escolar é desafiador. Elaborar estratégias que ofereça condições de permanência de estudantes que vivem em situação de pobreza na escola é ainda maior. Sobre estes, é natural agregar-se: baixo desempenho escolar, distorção idade série, e repetência. A inquisição de que a educação não é capaz de oferecer caminhos para o rompimento da pobreza muitas vezes, está relacionado em como é tratado a pobreza no currículo escolar.

A estrutura de diversas faces da condição de pobreza nos possibilita propor uma reflexão preponderante à visão social de reprodução de rótulos àqueles que de diversas







maneiras estão sendo escusos pelo Estado do convívio digno do meio social. Sobre esta concepção é formulado rótulos à situação de pobreza como: é pobre porque é preguiçoso, não trabalha porque não quer, prefere viver às custas do governo, não estuda porque não quer nada, etc.

Convém, por isso, lembrarmos que a existência da cidadania como situação histórica supõe, necessariamente, um complexo de condições políticas, sociais, econômicas e culturais. Por exemplo, se uma sociedade não garante que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo, tal sociedade apresenta déficits enormes de democratização de sua estrutura social e política. Isso contamina, de forma nociva, o convívio cívico do corpo social, pois o hábito de conviver com a injustiça, o desrespeito e a desigualdade torna todos(as) os(as) habitantes de uma nação embrutecidos(as) e insensíveis à dor do outro. (Pinzani&Rego 2014 pag. 9)

Outro ponto de importante reflexão é o depoimento dos entrevistados sobre o benefício que o PBF pode trazer para a vida social do cidadão. Os argumentos dos entrevistados realocam para a percepção da natureza de estratégias de políticas sociais do PBF quando este, não condiciona nenhuma regulamentação do recurso recebido a qualquer natureza de despesas para os beneficiários. O resultado da pesquisa também mostrou que a maioria faz priorização do recurso do PBF para compra de alimentos e materiais escolares validando um importante contexto de uso conveniente dos valores recebidos.

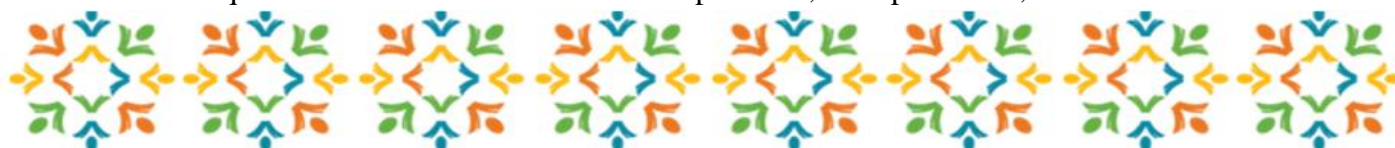
481

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Em tempos contemporâneos é possível enxergar a relação de pobreza e desigualdade social também vinculada ao nível de educação que se define ao bojo do poder econômico através da rota de escolarização como norteadora de uma estrutura de organização social que impõem condições para significância das relações de sobrevivência e validação dos direitos instituídos e adquiridos.

Sobre esta luz, a relação entre pobreza e desigualdade social face aos olhos da educação, torna-se intrínseca sobre a necessidade de escolarização no sentido de qualificação profissional. Contudo não é possível considerar esta natureza como uma ação suficiente para o rompimento das condições de mazelas que existe no Brasil. O PBF como política pública de distribuição de renda e propulsor de ações fomentadora de cidadania através de setores e órgãos que a ele se correlaciona tem sido uma importantíssima política de resistência às desigualdades sociais que existem no país.

Com resultado do trabalho realizado vimos que a relação de percepção das condições sociais que os alunos estão inseridos é por eles, compreendido, mais no sentido de





subsistência, entretanto a análise dos dados referente aos alunos beneficiários do PBF apresenta condições relativas para o rompimento das condições de pobreza. Porém a continuidade de escolarização e o acesso ao mercado de trabalho é um desafio para os alunos egressos que diante desta realidade trabalham na informalidade ou estão sobre a dependência dos pais.

### Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). **Trabalho-infância**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARTHOLO, Letícia. Org. Bolsa família, Autonomia Feminina e Equidade de Gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Rio de Janeiro. Epea. 2017
- CAMPELO, Tereza & NERI Marcelo Cortês Org. **Programa Bolsa Família uma Década de Inclusão e Cidadania**. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica aplicada Ipeia 2013
- DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. Campinas SP. Papirus.1994
- PINZANI, Alessandro, REGO, Walquiria **Leão. Pobreza e Cidadania**. 2014. SCADI (secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão)
- SANTOS, Leonor Maria Pacheco. Org: **Programa Bolsa Família – condicionalidades**. Tempus – Actas de Saude Coletiva. DF.2008
- TAVARES, Priscilla Albuquerque. Org. Uma Avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. 2009. <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1062/1044>

## REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Rodrigo Monteiro de Oliveira

Marilda Piccolo

**Resumo:** O presente artigo elenca os principais desafios e potencialidades da remição de pena pela leitura no sistema prisional do Estado do Tocantins, baseando-se em um referencial bibliográfico disponível em domínio virtual, utilizando-se também de dados estatísticos e análises qualitativas e descritivas do fenômeno. Notou-se que a remição de pena pela leitura possui um papel fundamental na reinserção social do indivíduo e redução dos índices de reincidência, porém não existe qualquer regulamentação que normatize este instrumento em nível estadual, dificultando sua operacionalização e o cumprimento do seu objetivo. A remição de pena pela leitura deve funcionar de forma complementar à assistência educacional e não como forma substitutiva, de modo a oportunizar ao indivíduo privado de liberdade o amplo acesso às políticas públicas de atenção integral e prevenção da reincidência criminal.

**Palavras-chave:** Remição. Educação. Sistema Prisional.

### Introdução





O presente artigo estudou a remição da pena privativa de liberdade por meio da leitura no sistema prisional do Estado do Tocantins, de modo a elencar os principais desafios e potencialidades que existem, além de expor de que forma a leitura pode influenciar no objetivo fundamental da pena, que é o de “(...) proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984, S/P).

O desafio fundamental foi o de relacionar as problemáticas que envolvem a remição de pena pela leitura no contexto prisional tocantinense, além de contextualizar a forma como os discursos existentes na sociedade influenciam nos efeitos do estudo sobre o sujeito e em suas relações sociais, apontando as dificuldades e potencialidades, bem como sugerindo metodologias que proporcionem estratégias sob uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar.

### **Procedimentos Metodológicos**

A finalidade metodológica do presente estudo foi definida como uma pesquisa pura ou básica, tendo em vista que possui o objetivo de “(...) melhorar o próprio conhecimento, isto é, busca contribuir, entender e explicar os fenômenos” (OLIVEIRA, S.D. apud FERRARI, 1982). Quanto à natureza e objetivo metodológico, o presente artigo apresentou uma pesquisa qualitativa descritiva, que buscou compreender um processo e descrevê-lo, não podendo esse processo ser quantificado em dados numéricos.

483

O procedimento metodológico da pesquisa contemplou, principalmente, a busca de referências bibliográficas, utilizando livros, artigos disponíveis no domínio virtual, no qual também foram realizadas pesquisas documentais em arquivos públicos, objetivando a conceituação, descrição e análise do fenômeno da leitura como redutora de desigualdades sociais e promotora da educação.

Em razão da ausência de dados públicos relacionados com a temática, bem como de informações acerca da população carcerária do Estado do Tocantins, foi necessária uma busca ativa diretamente nas instituições carcerárias, porém observou-se que a área ainda carece de regulamentação e pesquisas, dificultando a conclusão dos objetivos propostos por este estudo.

### **Resultados e Discussão**

O sistema prisional brasileiro é repleto de violações de direitos humanos e de políticas públicas em estado precário, fazendo com que as pessoas privadas de liberdade sejam expostas a diversas condições desumanas e degradantes. Atualmente, de acordo com Moraes,





“(…) a pena tem duas razões: a retribuição, manifestada por meio do castigo; e a prevenção, como instrumento de defesa da sociedade” (2000, p. 29). Porém, grande parte da sociedade considera que a retribuição deve ser caracterizada pela ausência quase ou total de direitos, marcada por diversos tipos de violências institucionais e omissão do objetivo fundamental da própria pena, que é o de possibilitar condições para a (re)integração social da pessoa privada de liberdade.

Quanto à remição de pena por leitura, diante do cenário apresentado, dificilmente pode-se pensar em estratégias sem considerar que 75,08% da população prisional possui apenas o ensino fundamental completo ou escolaridade inferior. Destaca-se, também, o fato de que a escolarização, por si só, não indica a situação real do indivíduo, uma vez que existe também o analfabetismo funcional, podendo ser caracterizado como alguém que “(…) não consegue interpretar o sentido das palavras, expressar, por escrito, suas ideias, nem realizar operações matemáticas mais elaboradas” (WERTHEIN, 2012).

Como se não bastassem todas as dificuldades citadas até aqui, existe, ainda, a dificuldade relacionada ao aspecto estrutural das unidades prisionais, onde é necessário se pensar em como possibilitar uma leitura de qualidade e saudável em um ambiente que, na maioria dos casos, não garante a salubridade e iluminação adequadas para que o indivíduo consiga interpretar e refletir sobre o conteúdo proposto no livro.

484

Atualmente o Sistema Prisional do Tocantins é administrado pela Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (SECIJU), porém não existem dados atuais públicos com o quantitativo real de estabelecimentos penais, bem como aqueles que ofertam a remição por leitura. No entanto, de acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o Tocantins possuía 43 unidades prisionais ainda no ano de 2014. (BRASIL, 2014b, p. 27)

Em razão da ausência de dados foi necessária a realização de contato diretamente com as unidades prisionais, onde foi possível constatar que quinze unidades prisionais possuem o dispositivo da remição de pena por leitura. A regulamentação de tais remições é feita de acordo com o entendimento do Juiz da Execução de cada comarca, uma vez que não existe qualquer regulamentação que normatize tal remição em nível estadual.

Como não existe essa normatização é possível observar que, apesar da maioria dos magistrados seguirem o modelo instituído no sistema penitenciário federal, alguns deles divergem na operacionalização da remição de pena por leitura. Um exemplo disso é que em algumas unidades pesquisadas foi possível detectar que mesmo aquelas pessoas privadas de





liberdade que não possuem escolarização poderiam remir pena pela leitura, uma vez que um terceiro, de preferência outro reeducando, leria o livro e no final a pessoa faria um relato verbal do seu entendimento.

Outra prática diversa, que funciona de uma seguindo uma lógica que engloba vários modelos citados neste artigo é caracterizada pela leitura da obra por parte da pessoa privada de liberdade, onde o mesmo elabora uma resenha e no ato da entrega participa de uma entrevista que busca averiguar se o livro foi realmente lido. A resenha pode ser elaborada na cela ou em uma sala própria, porém este modelo não admite que uma pessoa sem escolarização tenha acesso a este mecanismo.

Uma alternativa viável e que daria acesso à todas as pessoas privadas de liberdade poderia funcionar em um sistema misto, caracterizado pela leitura da obra, realizada pelo indivíduo ou por terceiro, e posteriormente seria feita uma resenha seguida de uma entrevista, sendo condicionado que principalmente a pessoa privada de liberdade analfabeta, sem ou com baixa escolaridade estejam frequentando o sistema de ensino da unidade prisional, porém tal alternativa exigiria que toda a população prisional tivesse acesso à oferta educacional.

### **Considerações Finais**

485

A partir do exposto no presente artigo, acredita-se que a leitura possui um papel fundamental no principal objetivo da pena, que é a harmônica (re)integração social da pessoa privada de liberdade, possibilitando, desta forma, reduzir a ociosidade do cárcere e ampliar o rol de oportunidades para a difusão do conhecimento e cultura. Apesar de todos os benefícios, a remição de pena por leitura no sistema prisional brasileiro enfrenta dificuldades em um sentido estratégico, de forma que, além das condições totalmente insalubres do cárcere, existem também resistências por parte de servidores do sistema prisional e da sociedade em reconhecer este mecanismo como algo essencial para o indivíduo e sua vida extramuros.

É importante destacar que de forma alguma a leitura deve ser utilizada como uma forma de substituir a oferta de escolarização e qualificação profissional no contexto prisional, tão pouco com objetivo único de diminuir a lotação carcerária, mas como um meio de possibilitar ao indivíduo o acesso à cultura, lazer ou mesmo qualificação, tornando-se um dos instrumentos que podem auxiliar no retorno desta pessoa, que está privada de liberdade, para a vida extramuros e redução das possibilidades de reincidência criminal.

A prática exposta de leitura por um terceiro, desde que complementar à assistência educacional, pode ser interessante por possibilitar um rol maior de acesso a oportunidades





dentro do contexto prisional, combatendo o ócio e incentivando a construção do conhecimento em conjunto, uma vez que podem ocorrer discussões sobre o assunto lido não só entre o leitor e o ouvinte, mas entre todos os indivíduos que residem em determinada cela. Pode ocorrer, também, o despertar de interesse pela leitura por parte de outros indivíduos que escutam as narrações, de modo que essa prática seja recorrente entre as pessoas privadas de liberdade no contexto prisional e em suas vidas extramuros.

De forma geral a remição por leitura, apesar de toda as dificuldades aqui citadas, deve ser considerada como um mecanismo fundamental para a reinserção social dos indivíduos que estão privados de liberdade, tendo em vista que proporciona a reflexão de determinadas práticas e a forma como o sujeito lida e observa o mundo. As reflexões podem ensinar ao indivíduo novas formas de comportamento, além de possibilitar o aperfeiçoamento de diversas habilidades sociais, tal como a capacidade de tomar decisões, relações interpessoais, argumentação e pensamento crítico.

Para o aperfeiçoamento deste dispositivo, é de suma importância que exista uma regulamentação em nível estadual que estabeleça a padronização da remição de pena pela leitura, considerando as especificidades regionais e do público atendido, possibilitando, desta forma, que tal prática seja discutida e aprimorada a partir das discussões entre os gestores, comunidade (incluindo o público privado de liberdade), trabalhadores do sistema prisional e o judiciário. Além do citado, é necessário que existam políticas voltadas para a permanente capacitação dos servidores do sistema prisional, possibilitando, desta forma, o combate à preconceitos e visões deturpadas acerca do público atendido, conseqüentemente fomentando o tratamento igualitário e qualificado.

Difícilmente se conseguirá êxito em qualquer política pública, principalmente do sistema prisional, se aquelas que já existem não funcionarem no contexto extramuros, de modo a diminuir o cenário de desigualdades sociais e evitar o encarceramento dos indivíduos estigmatizados. Essa perspectiva permeia, principalmente, as políticas educacionais, superando a ideologia de apenas elevar o nível de escolaridade da população, mas no sentido de garantir e efetivar os direitos mínimos para a dignidade da pessoa humana e diminuir as desigualdades existentes.

Não é preciso realizar grandes pesquisas para afirmar que o cárcere, assim como as demais instituições totais, é ultrapassado e não funciona para efetivar a reintegração social do indivíduo, muito menos a sua melhora em algum sentido, porém se pode afirmar, com





convicção, que as políticas educacionais são de suma importância para a transformação deste cenário, caso contrário a sociedade estará fadada à perpetuação do que Darcy Ribeiro previu ainda no ano de 1982: “(...) se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios.” (DAMASCENO, 2017 apud RIBEIRO, 1982)

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria Conjunta Nº 276, de 20 de junho de 2012.** Brasília, 2012. [S.P.]. Disponível em: < [http://www.stj.jus.br/internet\\_docs/biblioteca/clippinglegislacao/POC\\_276\\_2012\\_DPE.pdf](http://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/POC_276_2012_DPE.pdf)>. Acesso em 03 set. 2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação Nº 44 de 26/11/2013.** Brasília, 2013. [S.P.]. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>>. Acesso em 03 set. 2017.

DAMASCENO, Renan. **Especialistas dizem que Darcy Ribeiro estava certo: educação é o caminho para reduzir a criminalidade.** [S.L.], 2017. [S.P.]. Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna\\_politica,839547/educacao-e-o-caminho-para-reduzir-a-criminalidade.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/educacao-e-o-caminho-para-reduzir-a-criminalidade.shtml)>. Acesso em 24 set. 2017.

FLEURY, Sônia. **Estado Sem Cidadãos: seguridade social na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. ISBN 85-85676-06-X. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/jm5wd/pdf/fleury-9788575412428-03.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 158 p.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; PAIVA, Jane. **A leitura no espaço carcerário.** Perspectiva, Florianópolis, v. 32, n.1, 111-128. 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p111>>. Acesso em 03 set. 2017.

OHCHR, The Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** OHCHR, Palais de Chaillot, 1948. Disponível em: < [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em 03 set. 2017.

OLIVEIRA, Joana D’Arc de. **Metodologia de Pesquisa.** UFC, [S.L.], [S.D.]. Disponível em: < [http://www.virtual.ufc.br/solar/aula\\_link/gad/I\\_a\\_H/metodo\\_de\\_pesquisa/aula\\_02-2324/02.html](http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/gad/I_a_H/metodo_de_pesquisa/aula_02-2324/02.html)>. Acesso em 09 jul. 2017.

ORTEGA, Flávia Teixeira. **Remição da pena pela leitura e o STJ.** [S.L.]: JusBrasil, 2015. [S.P.]. Disponível em: < <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/264263728/remicao-da-pena-pela-leitura-e-o-stj>>. Acesso em 09 jul. 2017.

PIRES, Antônio. **A Remição da pena pela leitura.** [S.L.]: JusBrasil, 2013. [S.P.]. Disponível em: < <https://antoniopires.jusbrasil.com.br/artigos/121940663/a-remicao-da-pena-pela-leitura>>. Acesso em 09 jul. 2017.

OLIVEIRA, R. M. de. **O Critério Estético da Moral: reflexos de uma sociedade estigmatizadora.** In: BITTENCOURT, J. A. N.; FORTES, F. B. (Orgs). Revista de Ciências Criminais. São Paulo: Perse, 2016. p. 307-340.





WERTHEIN, Jorge. UNESCO: Analfabetismo Funcional. São Paulo: Jorge Werthein, 2012. [S.P.]. Disponível em: < <http://jorgewerthein.blogspot.com.br/2012/08/unesco-analfabetismo-funcional.html>>. Acesso em 03 set. 2017.

## O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Rogério Dias da Cruz

Dailson Evangelista Costa

**Resumo:** Este trabalho está situado sobre o tema: ações das escolas do município de Lavandeira (TO) para a superação dos contextos empobrecidos. Para nortear a nossa investigação, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: O que as escolas do município de Lavandeira têm feito para motivar os alunos de famílias de baixa renda a saírem da situação de pobreza? Para enfrentar este problema, traçamos como objetivo geral compreender as ações que as escolas do município de Lavandeira (TO) têm feito para motivar os alunos de famílias de baixa renda a saírem da situação de pobreza. Como desdobramento deste objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos: (1) verificar as ações desenvolvidas pelas escolas para minimizar a situação de pobreza; (2) identificar os alunos de famílias de baixa renda; (3) conhecer o perfil dos alunos das escolas. A justificativa desta pesquisa se dá pela necessidade de compreendermos o que as escolas do Município de Lavandeira (TO) estão desenvolvendo para que seja superada a desigualdade social. Os encaminhamentos metodológicos foram organizados numa abordagem qualitativa. Utilizamos questionários para coletar as informações. Estes questionários foram respondidos por 23 alunos e 8 professores. As análises estão organizadas a partir de duas categorias definidas *a priori*, a saber: (1) o papel da escola na superação das desigualdades sociais visto pelos professores; e (2) o papel da escola na superação das desigualdades sociais visto pelos alunos. Os resultados evidenciam que os professores são conscientes em relação ao papel da escola enquanto agente de transformação social e os alunos percebem este papel. Com esta pesquisa, pudemos perceber, também, que as escolas desenvolvem muitas ações com os alunos e com a comunidade na perspectiva de contribuir para uma mudança social.

**Palavras-chave:** Desigualdade social. O papel da escola. Município de Lavandeira (TO).

### Introdução

Este artigo trata do tema “o papel da escola na superação da desigualdade social”. Para esta pesquisa, delimitamos a seguinte temática: As ações das escolas do município de Lavandeira (TO) para a superação dos contextos empobrecidos. Para nortear a nossa investigação, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: O que as escolas do município de Lavandeira têm feito para motivar os alunos de famílias de baixa renda a saírem da situação de pobreza? Para enfrentar este problema, traçamos como objetivo geral compreender as ações que as escolas do município de Lavandeira (TO) têm feito para motivar os alunos de famílias de baixa renda a saírem da situação de pobreza. Como desdobramento deste objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos: (1) verificar as ações desenvolvidas pelas escolas para minimizar a situação de pobreza; (2) identificar os alunos de famílias de baixa renda; (3) conhecer o perfil dos alunos das escolas.

Partimos da suposição de que o sistema educacional não tem exercido um papel que visa diminuir a desigualdade social. Mesmo com os programas sociais do governo federal,







esse problema ainda prevalece. Percebe-se que a maioria das pessoas pertencentes à classe pobre nunca teve oportunidades para mudar sua realidade, ou quando teve, foram pouquíssimas. A educação deveria despertar nesses indivíduos a necessidade de mudança, porém, a realidade é que se preocupa “apenas” em transmitir conhecimento do outro, quando deveria ajudar os alunos a conhecer a si mesmo. O que incentivou a realização deste trabalho foi perceber que muitos alunos mesmo sendo assistidos por programas sociais não são influenciados a buscar meios de transformar sua realidade social.

Entendemos que a escola é um ambiente que oferece educação para todos os cidadãos, e é na escola que o indivíduo desperta sua criticidade, pois, ao se tornar cidadão crítico ele não mais tolera a vivência sob um jugo opressor, onde não tem voz nem vez, compreendendo a necessidade de lutar para sair da situação de pobreza.

A pobreza prevalece na sociedade atual, alcançando um grande número de pessoas. Já que é a classe rica que dispõe de poder econômico, poderia contribuir a fim de erradicar a pobreza no meio social. Porém, não se preocupa com isso, pois os pobres vivem dependentes dos ricos. Dessa forma, o pobre tem uma dificuldade de mudança muito grande por não ter oportunidade de mudar de classe social.

Percebe-se, também, que os programas que são criados para atender aos pobres são elaborados de acordo com a visão de seus idealizadores, que na sua maioria não pertencem à classe atendida. Isso contribui para o fracasso desses programas, uma vez que seus objetivos não condizem com a real necessidade da comunidade atendida.

As escolas, com seus respectivos currículos, na maioria das vezes, não conhecem de perto a realidade dessas comunidades. Conforme defende Arroyo (2013, p. 19 e 20):

Os currículos assumem apenas a responsabilidade de oferecer aos(às) alunos(as) os conhecimentos acumulados sobre a natureza, a sociedade, o espaço, a história, a linguagem etc., e têm ignorado e secundarizado o direito ao saber de si, ao saber-se no mundo, na sociedade, na natureza, nas relações sociais, econômicas e políticas, no padrão de trabalho, de produção, de apropriação-segregação do espaço da terra e da renda.

Além disso, as escolas devem mostrar aos educandos que ambiente escolar é lugar de liberdade, coisa que esses alunos não encontram em suas comunidades, tomadas pela violência e pobreza. Dessa forma, essas crianças e jovens passarão a entender que são capazes de mudar a realidade do lugar onde vivem.





### Procedimentos Metodológicos

Para alcançarmos os nossos objetivos específicos, desenvolvemos um questionário com 23 (vinte e três) alunos e 8 (oito) professores do Colégio Estadual Lavandeira no município de Lavandeira (TO), no intuito de verificarmos que ações foram (e são) desenvolvidas por este colégio para minimizar a situação de pobreza dos seus alunos. Antes disso, fizemos um levantamento das condições sociais dos alunos das escolas no sentido de conhecer o perfil desses alunos.

Entendemos como encaminhamentos metodológicos os caminhos percorridos durante a pesquisa. Portanto, desde o levantamento do referencial teórico, que passou pelas reflexões proporcionadas no cruzamento das discussões sobre o papel da escola e a desigualdade social, chegando à organização do material empírico e suas análises, consideramos esse processo como itinerário da pesquisa. A abordagem da pesquisa constitui-se de um caráter qualitativo, pois é necessário um fornecimento de informações mais descritivas que primam pelo significado dado às ações, para possibilitar fazer as análises (BORBA & ARAÚJO, 2010).

Bogdan & Biklen (1994, pp. 47-51) apresentam uma boa caracterização de pesquisas qualitativas:

- (1) Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
- (2) A investigação qualitativa é descritiva;
- (3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- (4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva;
- (5) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Essas características refletem direta e indiretamente os pressupostos teóricos assumidos durante a construção de todo o arcabouço desta investigação, contemplando o ambiente natural, os aspectos descritivos, privilegiando o processo como um todo, utilizando-se, muitas vezes, da intuição para analisar os fenômenos evidenciados, dando importância aos sentidos delas, bem como das ações, das decisões tomadas.

Assim, as informações e os dados, como já informamos, foram coletadas por meio de questionários. Para Freitas e Moscarola (2002, p. 11): “Quando se constrói um questionário, fabrica-se um captador, um instrumento que vai nos colocar em contato com aquele que responde”. E questionário, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 201) “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Todas as perguntas configuraram-se como perguntas abertas.





Os questionários foram desenvolvidos com 23 (vinte e três) alunos e 8 (oito) professores do Colégio Estadual Lavandeira. A escola pública investigada está localizada na Rua Maura Serafim, s/nº, atende atualmente 257 (duzentos e cinquenta e sete) alunos do ensino fundamental e médio, nos turnos da manhã e da tarde, e apresenta condições de funcionamento, particularmente adequadas, se comparada a outras escolas públicas. São 40 professores e professoras, todos com curso superior. O prédio é grande, arejado e espaçoso e, conta com laboratório de informática, biblioteca.

A pesquisa aqui descrita teve como foco alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), dos 257 (duzentos e cinquenta e sete) alunos, 112 (cento e doze) são beneficiários do PBF. Deste total, 23 alunos responderam ao questionário aplicado.

Para analisar as respostas que obtivemos nos questionários, constituída o processo de análise por duas categorias definidas previamente. As categorias são originadas do referencial teórico. São elas: (1) o papel da escola na superação das desigualdades sociais visto pelos professores; e (2) o papel da escola na superação das desigualdades sociais visto pelos alunos.

### **Resultados e Discussão**

Os resultados alcançados por esta pesquisa reforçam a compreensão de que a escola precisa desenvolver seu papel social, pois, muitos alunos entendem que através da educação a desigualdade entre as classes pode diminuir. No entanto, o interesse de erradicar a diferença entre as classes sociais precisa partir dos governantes, criando políticas públicas que visam melhorarias para a educação brasileira como um todo. Essas políticas devem ser voltadas para oferecer condições às escolas de desenvolverem ações que despertem em seu alunado a visão crítica de mundo, fazendo com que esse aluno não se conforme com a situação de pobreza ou de extrema pobreza que ele vive, mas que lute com todo o seu potencial para sair dessa situação.

Conforme observamos, a maioria dos professores questionados entende que a educação é o principal meio para uma pessoa sair da situação de pobreza. Na escola onde foi realizada a pesquisa há um grande número de alunos que pertencem à classe baixa, porém, as ações desenvolvidas pela escola não são suficientes para que esse aluno busque mudar de classe social.

A educação pode transformar uma sociedade, conforme defendeu Leite (2013, p. 15): “a escola é uma instituição social que carrega as promessas da Modernidade relativas ao





progresso e ao desenvolvimento individual e social de seus cidadãos”. Porém, essa nunca foi e não será por tão cedo uma tarefa fácil. Para isso acontecer, a sociedade precisa está envolvida.

Na concepção de Leite (2013, p. 31): “para uma escola construir uma sociedade mais justa e democrática é preciso que sejam repensadas suas práticas, sua cultura e sua relação com a sociedade”. E, infelizmente, os pais de famílias, em situação de pobreza ou de extrema pobreza, são os que menos frequentam a escola. Conforme a resposta do professor P8: “os alunos considerados mais carentes geralmente são mais infrequentes, tem menos acompanhamento dos pais na escola e às vezes mais dificuldade de aprendizagem”.

Observado as respostas dos professores foi possível compreender que é necessário a formação continuada dos educadores, por mais que a maioria disse estar atuando na área de formação, mas poucos perceberam que as ações que a escola desenvolve não são suficientes para motivar os alunos a se tornarem sujeito de transformação social. Quanto aos alunos, os mesmos mostraram que estão envolvidos com as ações da instituição, no entanto, cabe à escola desenvolver mais ações voltadas para essa problemática.

### Considerações

Como ficou demonstrado nesse artigo, a escola tem um importante papel na superação da desigualdade social. Superar a desigualdade social não é tarefa fácil, porém, é importante que o sistema educacional abrace melhor essa causa, oferecendo condições às escolas que atendem alunos em situação de pobreza ou de extrema pobreza, a fim fazer esses estudantes entenderem que eles precisam sair dessa situação.

Muitos alunos de famílias pobres têm problemas de infrequência escolar, por isso é preciso termos escolas bem estruturadas, confortáveis e acolhedoras para motivar esses alunos a frequentar o ambiente escolar. Formação continuada para os professores é fundamental para o bom desempenho do trabalho escolar. Esses docentes, ao receberem capacitação, estarão adquirindo diversas metodologias que os farão desenvolver melhor ainda os seus trabalhos, atraindo mais a dos discentes. De acordo com Arroyo (2013, p.7), buscar esse entendimento é um desafio que precisamos encarar de frente para procurar, em conjunto, alternativas que viabilizem, de fato, uma escola de qualidade para todos e todas.

O Programa Bolsa Família não pode ficar restrito apenas a um programa de transferência de renda, renda esta que não é o suficiente para tirar uma família da classe pobre, além dos recursos transferidos, são necessárias outras ações, que motivem essas famílias a buscarem meios para saírem da situação de pobreza, e essas ações são importantes





que seja em parceria com a educação. A temática pobreza precisa ser melhor trabalhada no colégio onde foi realizada a pesquisa, até porque grande parte de seu alunado pertence à classe pobre. É fundamental que se crie meios para despertar, nesses educandos, a necessidade de buscar melhores condições de vida e sendo influenciados a lutarem pela melhoria de sua comunidade.

### Referências

ANDRADE, Eliezer Rodrigues de. **Desigualdade Social no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/desigualdade-social-no-brasil/63759/>. Acesso em: 13 out. 2017.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 28 set. 2017.

JESUS, Adriana Regina de. Currículo e educação: conceitos e questões no contexto educacional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 8., 2008, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: [http://lagarto.ufs.br/uploads/content\\_attach/path/11339/curriculo\\_e\\_educacao\\_0.pdf](http://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

LEITE L.H.A. Escola: Espaços e Tempos de reprodução e resistências da pobreza. 2013.

493

## UM DESPERTAR ANALÍTICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O SEU CAMINHAR NO UNIVERSO ESCOLAR

Romário Milhomem da Cruz

Ana Beatriz Araújo Velasques

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal, uma investigação acerca de como os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF), refletem no combate à pobreza e a desigualdade social, através do desenvolvimento de um ensino/aprendizagem emancipador. Este estudo é o resultado de uma pesquisa realizada na região Tocantínia, tendo como estudo de caso algumas instituições públicas de ensino da cidade de Tocantinópolis e cidades circunvizinhas, e, de um estudo minucioso de estudos que trazem informações acerca do PBF, e a sua relação com a educação, na qual pode-se destacar Arroyo (2017), Coelho (2009), Pinzani e Rego (2017), Leite Junior (2009) e Leite (2017). Com este estudo, foi possível alcançar informações que apontam para as conquistas socioeconômicas alcançadas pelas famílias dos beneficiários do PBF, além de mostrar também que, apesar de haver muitos pontos a se melhorar, o programa em parceria com a escola, tem sido um instrumento de apoio aos sujeitos de origem carente na conquista de sua emancipação, social, econômica e intelectual.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Educação. Política Social.





## Introdução

Visando compreender o Programa Bolsa Família (PBF), através da perspectiva de seus beneficiários, este trabalho traz o seguinte questionamento: como o Programa Bolsa Família influencia a vida social e o desempenho escolar de seus beneficiários? A análise dessa proposta se deu através de um projeto de práticas em pesquisa científica realizado em parceria com a turma 2016/01 de Educação Física da Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó – FACEC, polo de Porto Franco-MA, tendo como objetos de investigação as experiências de alunos das escolas Centro de Ensino Médio Deputado Darcy Marinho, Escola Estadual XV de Novembro, Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Prof.<sup>a</sup> Aldenora Alves Correia do município de Tocantinópolis – TO, Unidade Integrada Francisco Pereira Primo e Unidade Integrada Professora Ercília Bento do município de Porto Franco – MA, e, Centro de Ensino Delfino Aguiar de Azevedo do município de São João do Paraíso – MA, sendo que este levantamento contribuiu para a análise dos aspectos do Programa Bolsa Família e como este afeta o contexto educacional e a vida desses sujeitos.

Buscou-se, assim, realizar uma reflexão acerca da relevância do programa, bem como efetuar uma leitura acerca da presença e da participação do Programa Bolsa Família em algumas escolas de diferentes municípios da região tocantina, contribuindo para a aquisição de informações fomentadoras de um cenário favorável à demanda de políticas públicas que realmente contribuam para o combate à pobreza e a desigualdade social.

Em complemento, também visa verificar a perspectiva de estudos em relação ao PBF, ou seja, como o programa - apesar de ter como meta a frequência escolar - contribui para o sucesso escolar, no qual, segundo Avesso (2017) é refletido em condições mínimas sociais de habitação, saúde, alimentação, vestuários e transporte para o estudante, além de uma boa comunicação entre a diretoria, a supervisão/orientação psicoeducacional e pedagógica, os professores, o aluno e seus pais. Por conseguinte, questiona-se como estão sendo geridos os benefícios do programa pelas famílias dos alunos inscritos no projeto, como se relaciona a exigência da frequência com o desempenho escolar dos educandos, como o benefício vem contribuindo com a transformação social desses sujeitos, em suma, como se dá a relação família e escola.

Santos (2012, p. 98) aponta para uma questão fundamental, pois segundo ele: “ainda faltam recursos públicos em quantidade suficiente para o governo atender à demanda existente na área, e saldar a imensa dívida social brasileira”, levando ao entendimento de que





os atuais programas de proteção social ainda não alcançaram uma estrutura ideal para o processo de combate à desigualdade social. Sendo assim, os estudos que são realizados tendo como proposta a compreensão de como funcionam esses programas, auxiliam na percepção dos aspectos que estão sendo positivos e nos aspectos necessitam uma nova estratégia de atuação.

Porém, devido a uma formação social, política, cultural e econômica historicamente desigual e manipulada pelos interesses das classes dominantes e influentes, poucos foram os sujeitos com uma visão crítica e uma capacidade de formar opinião que se levantaram contra essa realidade. “A educação é a principal arma que uma sociedade tem para aguçar o senso crítico de seus cidadãos” (SALEME, 2008, p. 22), o que reafirma a importância do trabalho que o PBF realiza ao propor a permanência das crianças e adolescentes na sala de aula.

As análises realizadas são relevantes para fomentar o despertar de uma consciência acerca de políticas públicas de transferência de renda. No caso do PBF, é importante a verificação de como a questão do estímulo a frequência escolar fomenta a vontade e a disposição de aprender, conforme observa Haguette et al (2016, p. 614), para quem: “Eles (os alunos) desejam aprender e têm satisfação em frequentar uma escola de dois turnos que os estimula e leva a aprender”.

495

Assim, com base nas experiências observadas e em pesquisa que estão relacionadas com a problemática deste trabalho, busca-se construir conteúdos que fomentem estratégias voltadas para a efetivação da eficiência/eficácia do Programa Bolsa Família e, o despertar do poder público para o desenvolvimento de propostas que fomentem uma educação emancipadora, capaz de reduzir os índices de pobreza e desigualdade social em nossa sociedade.

Para atender a esses quesitos, o trabalho se desenvolve através de pesquisa de campo e entrevistas dentro de algumas organizações de três municípios da região tocantina, tendo como público alvo os alunos das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, focando não somente nos dados quantitativos da presença do projeto no contexto escolar, mais informações que possam colaborar com a efetivação dos objetivos pelo qual o programa foi desenvolvido. Este trabalho busca também atender um cuidado apontado por Campello; Neri (2013, p. 355), os quais afirmam que “um dos grandes problemas de avaliação de políticas públicas é a comparação entre um estado, irreversível, com outro que sequer chegou a ocorrer e, portanto, informações a seu respeito nem mesmo são disponíveis”.





### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia adotada para este artigo foi a pesquisa quantitativa e qualitativa, tendo com coleta de dados que mesclou informações obtidas através de fontes bibliográficas e por meio de uma pesquisa de campo.

### **Resultados e Discussão**

A sociedade - muitas vezes por falta de informação - acaba tornando-se omissa e/ou não exige o direito de cobrar o Estado efetivação das ações colocadas nas agendas governamentais. Porém, Rua (2009, p. 20), coloca de maneira irônica, que: “por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são “públicas”.

Em algumas áreas, como na saúde e na educação, o envolvimento da sociedade e dos cidadãos, através dos conselhos, vai além da formulação e da tomada de decisão, e atinge a própria gestão dos recursos, a fiscalização e o controle das políticas públicas (RUA, 2009, p. 50).

Essa questão é colocada porque muitas críticas são realizadas ao Programa Bolsa Famílias. Nesta perspectiva Arroyo (2017, p.12) diz: “críticas frequentes aos(as) pobres sustentam que eles(as) devem trabalhar – como se já não trabalhassem e fossem suficientemente explorados(as) – e assim terão renda; que, se receberem renda de uma bolsa, irão se tornar ainda mais preguiçosos(as) e não buscarão trabalho”. São concepções herdadas do pensamento imposto por classes dominantes, que não são capazes de compreender a questão da pobreza em sua essência, e nem buscam informações ou participar de trabalhos que envolvem o PBF.

496

Um dos argumentos mais utilizados contra políticas sociais que prevejam uma redistribuição direta de renda (como, por exemplo, o Programa Bolsa Família) é que não combateriam as causas da pobreza, mas somente seus sintomas (PINZANI e REGO, 2017, p. 43).

Porém, só quem compreende a dimensão da importância do PBF para a vida dos sujeitos empobrecidos, é quem precisa ou já precisou deste benefício social.

### **Os efeitos gerados pelo Programa Bolsa Família aos seus beneficiários**

Reconhecer como a pobreza está presente na vida dos alunos, é uma tarefa que vem sendo adotada por muitos gestores e docentes, e o PBF é uma ferramenta relevante na geração de dados referentes aos estudantes com idade inferior a 17 (dezessete) anos, para quem,







segundo Arroyo (2017b, p. 07), “por serem de famílias cuja renda per capita é menor que o valor da linha de pobreza, participam do PBF”.

O reconhecimento dessas condições deve conduzir à estruturação de políticas sociais –das quais o Programa Bolsa Família é um exemplo – e de programas que busquem transformar essa realidade, sem incorrer em medidas meramente assistencialistas ou moralizantes (ARROYO, 2017, p. 14).

A observação da realidade das famílias antes e depois do benefício, aponta para o Programa Bolsa Família como um mecanismo que, de forma indireta, ajuda no desenvolvimento e florescimento econômico. O Economista Adam Smith (2014, p. 115), disse que: “nenhum Estado pode florescer onde a maior parte dos membros que o compõe seja pobre e miserável”; o PBF, como trata-se de um programa social de transferência de renda, proporciona alternativas para os sujeitos empobrecidos que vivem à margem da economia capitalista.

Verificando os seus efeitos – não somente os sociais, mas os econômicos – os programas de transferência de renda, que injetam uma condição econômica mínima, como o Bolsa Família, apresentam-se como meios e estratégias para ajudar indivíduos que não alcançaram uma autonomia para conquistar a sua emancipação socioeconômica.

497

Assim, medidas como a concessão de ajudas econômicas, a introdução de uma renda básica ou de uma renda mínima universal ou a implementação de programas governamentais, como o Bolsa Família, deveriam ser vistas como tentativas de ajudar os indivíduos a desenvolverem suas capacidades quando não dispõem da possibilidade de fazê-lo autonomamente. Ao mesmo tempo, tais medidas representam tentativas de ajudar esses sujeitos a saírem de uma situação humilhante, como a pobreza extrema (PINZANI e REGO, 2017, p. 38).

Assim, percebe-se que, apesar do principal mecanismo de controle do PBF ser a frequência familiar, os seus efeitos ultrapassam o ambiente escolar, e gera possibilidade econômicas, sociais, entre outras.

### **O Programa Bolsa família e o processo de ensino/aprendizagem**

Quando ocorre o processo de reconhecer que a pobreza está presente nos corredores escolares, verifica-se que, conforme o Censo Escolar de 2013, em torno de 17 milhões de crianças e adolescentes estão inseridas no PBF, que estão presentes diariamente na frequência escolar. Ou seja, conforme os dados apresentados por Arroyo (2017b, p. 07), são mais de 45% dos alunos regularmente matriculados na rede básica de ensino público do Brasil que são beneficiários do programa.





A questão da relação que o PBF estabelece com a frequência escolar é tão interessante, pois, essa se torna o primeiro ponto que desperta o interesse dos estudantes beneficiários a permanecerem na sala de aula. Entretanto, Pinzani e Rego (2017, p. 25), alertam para a seguinte questão:

A permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida.

O que os autores colocam é que, apesar de ser um ponto importante para o processo de educação, a frequência por si só, não é capaz de gerar condições de emancipação para esses sujeitos, portanto, os agentes envolvidos na manutenção do programa devem despertar um olhar crítico para como as ações estão sendo conduzidos no espaço escolar.

Na condição de professores(as) e gestores(as) da educação envolvidos com o Programa Bolsa Família, temos, inclusive, de questionar o monitoramento puro e simples da frequência. Será que essa atividade, se restrita à simples inserção de dados de frequência, sem conhecimento sobre as vivências concretas dos(as) alunos(as), não corre o risco de se tornar uma mera reprodução dessa visão sobre a pobreza como uma deficiência moral e cultural a ser superada pela apropriada inserção dos conteúdos curriculares nas vivências de pobreza? (ARROYO, 2017b, p. 13).

498

A pesquisa aponta para um contexto escolar, no qual, além da frequência escolar, observa-se que o programa também atuou como um instrumento de estímulo para o desempenho dos beneficiários do PBF, pois, além de ser um reforço na renda universal – educação, saúde e higiene – o benefício provoca um efeito psicológico onde o sujeito percebe a necessidade de dá uma contrapartida através do esforço no desempenho escolar.

Os beneficiários percebem o programa como uma renda que veio para auxiliar e proteger as famílias carentes de uma situação de vulnerabilidade, porém há aqueles que, apesar de reconhecer a importância do PBF, afirmam que há muito a se melhorar para alcançar melhores índices, há ainda, aqueles que denunciam a disparidade nos benefícios, onde há casos que famílias em melhores condições são contempladas com valores mais significativos do que outras famílias proporcionalmente mais carentes recebem. Quem está envolvido no processo do Programa Bolsa Família, apropria-se da responsabilidade de promover a vida e a equidade socioeconômica e educacional.





### Considerações Finais ou Conclusão

O avanço do presente trabalho oportunizou uma análise mais global de como o Programa Bolsa Família se estabeleceu e vem trilhando passos rumo ao combate e a redução da pobreza e das desigualdades sociais. E mais: como a sua inserção na escola como ferramenta de permanência na sala de aula, fomentou índices socioeducativos favoráveis a emancipação de povos atingidos pela vulnerabilidade herdada na formação socioeconômica e política do Brasil. Em complemento, permitiu-se a realização de uma pesquisa de campo em cidades da região Tocantínia – Tocantinópolis os municípios circunvizinhos, para a obtenção de informações que reforçou o levantamento de informações bibliográficas acerca da problemática abordada.

O Programa Bolsa Família – PBF, adquire uma maior proporção devido ao fato do mesmo ser o herdeiro aprimorado de programas sociais de transferência de renda anteriores a gestão do Presidente Lula, que unificou e ampliou aspectos importantes dos mesmos. Pelo fato do PBF atender a um público específico – crianças com faixa etária inferior igual ou inferior a 17 anos, que estejam inseridas em contextos de pobreza e desigualdade social – o mesmo é capaz de fornecer as autoridades educacionais e ao poder públicos, informações úteis para o planejamento e implantação de políticas públicas para a educação.

499

Percebe-se que o Programa Bolsa Família já alcançou resultados relevantes para o desenvolvimento social e econômico da sociedade brasileira, porém, o mesmo ainda é alvo de críticas geradas por sujeitos que desconhecem a proporção e os efeitos que o programa gera na vida de seus beneficiários.

O PBF tem recebido críticas de analistas do campo, em basicamente dois aspectos. Primeiro, por não se constituir num direito dos cidadãos que dele necessitam [...]. (Segundo) Sua concessão não é garantida por lei a qualquer pessoa em estado de pobreza, fome e desnutrição. Caso fosse assim, aqueles que dele necessitassem poderiam recorrer à justiça para obtê-lo (SANTOS, 2012, p. 103).

Observa-se também, que por não se tratar de uma política de Estado, mas de Governo, não há uma garantia de sua continuidade, pois dependendo da visão do governo que se encontra na direção do país, pode ocorrer do mesmo não ser mais considerado como uma prioridade e ser suspenso.

Lavinas (S/D) diz que: “Embora pretendam buscar um compromisso das famílias com a redução intergeracional da pobreza, as condições relativas à Saúde e Educação nem sempre podem ser cumpridas,” e ainda aponta que isso não ocorre “por displicência dos beneficiários,





mas pela falta de investimentos dos próprios governos (federal, estadual e municipal), que nem sempre oferecem com adequação os serviços públicos de saúde e educação. Aqui percebe-se um aspecto diferencial na atuação do PBF, que é o estímulo das crianças e adolescentes em permanecer na escola.

A permanência na escola, apesar de não ser um critério de reforço ao processo de ensino/aprendizagem, reforça as possibilidades dos beneficiários em absorver o conhecimento que lhe é proposto e convertê-lo em instrumento de emancipação social. Pois as transformações ocorrem com conhecimento, toda revolução é de alguma forma resultado de uma luz do saber, um esclarecimento que antes lhe era negado.

É claro que, para isso acontecer, é preciso que a ordem seja alterada, os valores vigentes percam os sentidos e novos assumam o lugar. O processo é demasiado complexo e quase utópico, porém antes disso acontecer é preciso plantar a semente da indignação em cada cidadão e isso só será possível se for incitada a consciência das pessoas, por intermédio da educação qualitativa (SALEME, 2008, p. 24).

Se toda a comunidade beneficiada pelo PBF compreendesse a importância da condição de permanência na escola, a aprendizagem passaria a ser prioridade para as famílias desses beneficiários, fomentando o surgimento de pessoas pensantes e conscientes de seu mundo, possibilitando um novo projeto de sociedade, pois, é “preciso desconstruir a estrutura vertical que privilegia uma pequena parcela da população e sacrifica todo o restante (SALEME, 2008, p. 24)”, já que, “pessoas que pensam, questionam e se questionam não aceitam qualquer resposta” (p. 22).

500

Reconhece-se que há muito a se fazer e a se corrigir, entretanto, a análise das informações bibliográficas e os resultados obtidos nos espaços escolares, permitiram que os objetivos deste trabalho fossem alcançados.

Devido à relevância do tema, principalmente como experiência para nortear o desenvolvimento de uma nova agenda de políticas sociais, torna-se necessário a ampliação do debate dentro contexto escolar e nas ações do poder público, e o fomento de pesquisas acerca da problemática, para que se permita a promoção de uma sociedade mais justa, igualitária, onde todos possam gozar de uma vida digna.

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação**. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-4/index.html>>. Acessado em: 14 de agosto de 2017b.





ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza, Desigualdades e Educação.** Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>>. Acessado em 14 de agosto de 2017.

AVESSO. **Sucesso Escolar.** Disponível em: <<http://www.avesso.net/psico16.htm>>. Acessado em: 26 de julho de 2017.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes - Org. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009b.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** ed. 34. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAGUETTE, André; PESSOA, Márcio Kleber Morais; VIDAL, Eloísa Maia. **Dez escolas, dois padrões de qualidade: uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 609-636, jul./set. 2016.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico.** Brasília: O Instituto, 2014.

LAVINAS, Lena. **Transferências de renda; o 'quase tudo' do sistema de proteção social brasileiro.** In: SICSÚ, João (Org.). Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007. p. 51-68.

501

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza.** Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html>>. Acessado em: 10 de agosto de 2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza E Cidadania.** Disponível Em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/index.html>>. Acessado em 12 de agosto de 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 3. Ed. São Paulo: Global, 2015.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SALEME, Angela Maria Bissoli. **Marketing Político.** 1ª ed. Vila Velha - ES: ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2008.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos.** 2ª ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.





SMITH, Adam. **Compêndio Riqueza das Nações**. Tradução Bento da Silva Lisboa. São Paulo: HunterBooks, 2014.

## PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: O CONTEXTO DAS FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL

Rosa Miranda da Luz Costa

Viviane Drumond

**Resumo:** Este artigo visa identificar o que é o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família e analisar quais são os impactos na vida dos beneficiários. O Programa do Bolsa Família é um programa do Governo Federal que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil. É fruto da unificação dos programas de transferência de renda, ou seja, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Escola e o Cartão Alimentação. Para elaboração deste trabalho realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Como local da pesquisa escolhemos a Escola Municipal Jacinto B. Arantes, situada na região de Luzimangues, município de Porto Nacional, que atende 200 alunos de famílias beneficiárias do PBF. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a gestora da escola e com uma professora e, também, visitas aos locais de moradia e entrevistadas com as famílias beneficiárias. Com as entrevistas foi possível constatar a importância do benefício bolsa família no complemento da renda familiar e na frequência das crianças e adolescentes à escola. A participação no programa favorece a ampliação do acesso aos serviços públicos, contribui na superação de vulnerabilidade social e pobreza, garantindo assim os direitos e a cidadania.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Pobreza. Cidadania. Educação.

### Introdução

O Programa Bolsa Família é um programa do Governo Federal que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil. Possui três eixos principais: Transferência de renda - as famílias atendidas pelo programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo Governo Federal mensalmente; Condicionalidades - as famílias devem cumprir alguns compromissos, que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social; Programas complementares - o Programa Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Na realidade não existe um cadastro específico do Programa Bolsa Família, quando a pessoa fala que fez o cadastro da Bolsa família ela se inscreveu no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo. Os municípios e o Distrito Federal são os responsáveis pelo cadastramento das famílias. Assim, as famílias interessadas devem ir ao setor do Bolsa Família e do Cadastro Único em sua cidade. Em muitos locais, o cadastramento também pode ser realizado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).





O Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal em 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil. (BRASIL, 2015, p. 09.)

O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Podendo assim fazer parte do Programa: Todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais; “Famílias com renda por pessoa entre 85,01 e R\$170,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de até 17 anos”. O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa.

Os direitos sociais são descritos pelo art. 6º da Constituição como educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desempregados. Assim, se um brasileiro está sendo impedido de materializar esses direitos, a superação dessa situação é responsabilidade pública e estatal. Isto é, compete ao poder público promover ações que visem ao enfrentamento da pobreza. (BRASIL, 2015, 09).

Os beneficiários do programa bolsa família também são atendidos por outros programas e políticas sociais do governo Federal, como: tarifa social de energia elétrica; cursos de alfabetização, de educação de jovens e adultos e de qualificação profissional; ações de geração de trabalho e renda e de melhoria das condições de moradia; além de isenção de taxas de concursos públicos federais.

503

O programa bolsa Família, como qualquer outra iniciativa governamental envolto num caráter político, além da preocupação social, desperta críticas de todas as naturezas, e neste caso não há diferença. Considerando por muitos como “um programa que vicia” e que peca por não exigir contrapartidas das famílias, o bolsa família nos faz também refletir acerca da possibilidade de promoção do comodismo e do contentamento com renda mínima. Pergunta-se: o referido auxilia e erradica de fato a pobreza ou mantém, amparada pela “acomodação” dos seus beneficiários? (ZIMMERMANN, 2006, p. 19)

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, são condicionalidades da bolsa família na área da educação os pais ou responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola. O decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004, no seu artigo 27 aplica as seguintes condicionalidades para o recebimento do benefício: a participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde que





promovam a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social. O descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde também pode levar ao cancelamento do benefício. Mas isso é apenas em último caso, pois o objetivo das condicionalidades é reforçar o acesso das famílias mais pobres a direitos sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 1º dispõe sobre a proteção integral a criança e ao adolescente. O PBF veio assegurar o que garante a Constituição Federal de 1988 e o ECA às famílias brasileiras.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este estudo qualitativo envolveu a pesquisa bibliográfica e de campo. As fontes bibliográficas que fundamentaram as reflexões são as seguintes: Gil (2002), Gonçalves (2001), Zimmermann (2006) e outros. Além disso, foi realizada pesquisas no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Segundo Gonçalves (2001, p. 67) a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar o maior número de informações diretamente com a população pesquisada, ou seja, ela exige do pesquisador um encontro mais direto com seu objeto de estudo. [...] “Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

504

Na pesquisa de campo utilizamos entrevistas e questionários para a coleta de dados. As entrevistas semi-estruturadas realizadas junto aos sujeitos significam um procedimento formal de se obter informações por meio da fala dos atores sociais. O questionário é uma serie ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Segundo Gil (2002) o questionário constitui o meio mais rápido de obtenção de informações.

As entrevistas foram realizadas em uma escola pública com a gestora e com uma professora, no intuito de se obter dados sobre as famílias beneficiárias do bolsa família. Também foram realizadas entrevistas com quatro famílias beneficiárias do programa.

### **Resultados e Discussão**

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes localizada em Luzimangues, distrito de Porto Nacional. As entrevistas realizadas com a gestora e com a professora foram relevantes para a pesquisa. Elas relataram que a escola tem 450 alunos matriculados e que 200 alunos são beneficiários do programa bolsa família. Quatro famílias beneficiárias do programa com filhos que estudam na escola se dispuseram a







responder o questionário. As entrevistas com os familiares foram realizadas no local de moradia de cada uma delas.

As entrevistas com as famílias foram analisadas e organizadas em quatro categorias principais: Perfil das famílias, Condições Habitacionais, Concepções sobre Pobreza, Cidadania e Direitos; PBF e Educação.

No que diz respeito ao **perfil das famílias**, foram entrevistadas três mães, casadas, donas de casa e quem é o provedor da família são seus esposos. A quarta entrevistada é uma irmã, que trabalha informalmente em um restaurante, e quem é o provedor de sua família é seu pai.

Em relação à **situação habitacional**, as entrevistadas informaram que vieram residir em Luzimangues em busca de melhores condições de vida. Elas residem em casa própria pagam prestações do lote, que se localiza próximo a escola onde as crianças e adolescentes estudam. As famílias informaram que possuem o benefício tarifa social de energia.

No que concerne a **pobreza**, de um modo geral todas elas afirmaram que pobreza é não ter o básico para sobreviver e que **cidadania** é ter seus direitos garantidos para que possam exercer seus deveres e Direitos as mesmas mencionaram que é ter seus direitos básicos garantidos tais como educação, saúde, alimentação e moradia digna.

505

Quanto ao **PBF** as mães entrevistadas declararam que são as responsáveis pelo recebimento do benefício da bolsa família. Apenas uma irmã entrevistada informou que quem recebe o benefício da família é sua mãe, que não reside com a família e repassa o benefício pra ela que cuida dos irmãos, juntamente com seu pai.

Com relação à **educação**, uma das entrevistadas tem dois filhos estudando o Ensino Fundamental. A outra tem uma no Ensino Fundamental, outra no Ensino Médio e uma cursando curso Técnico. A terceira tem um filho estudando o Ensino Fundamental. E, a última tem quatro irmãos estudando o Ensino Fundamental. Todas relataram que o dinheiro do bolsa família tem contribuído significativamente para manter as crianças e adolescentes freqüentando a escola, e que auxilia principalmente para comprar matérias escolares, roupas e alimentos.

### Considerações Finais

Diante o estudo sobre o Programa De Transferência De Renda Bolsa Família, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, constata-se a importância do benefício para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o quanto ele tem contribuído para complementar a renda dos beneficiários.





O Programa Bolsa Família contribui de forma emergencial para a superação do ciclo de pobreza nas famílias, com transferência direta de renda às famílias e alívio imediato da pobreza. A participação nos programas favorece a ampliação do acesso dos beneficiários aos serviços públicos, garantia de seus direitos sociais, nas áreas de saúde e educação. São ações complementares na promoção da vida das famílias e apoio a superação de vulnerabilidade social e pobreza, garantindo assim os direitos e a cidadania.

### Referencias

- BRASIL. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2º Ed. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Programas Sociais Sob A Ótica Dos Direitos Humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Sur. Rev. Internacional de direitos humanos**. vol. 3 nº. 4, p. 144-159, São Paulo, Jun, 2006

## DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO: COMPETIÇÃO DESLEAL DIANTE DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA VIDA DOS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA

506

Rosane Aquino Cordeiro Mota

**RESUMO:** O presente trabalho visou problematizar a questão das diversidades sociais dentro do contexto educacional trazendo por meio das vivências econômico-social de estudantes através de pesquisa de campo, ou seja, nas residências de estudantes de classe médias e estudantes de baixa renda e classe média baixa, apoiando-se através de fontes teóricas de autores dos módulos fornecidos pelo Curso em Educação, Pobreza e Desigualdade Social e outros autores dos quais estarão listados dentro das referências bibliográficas. Também busquei informações em colégios e escolas e professores da rede privada com o intuito de obter informações que ajudaram a compreender se há empenho das instituições públicas educacionais que favorecem o processo de ensino-aprendizagem ocorridos a partir das dificuldades causadas pelas disparidades sociais. Além das escolas, recorri a outros órgãos públicos na tentativa de reforçar a ideia central da pesquisa, pois essa, tem também o objetivo de mostrar até que ponto essas desigualdades interferem negativamente para o ingresso dos estudantes de baixa renda nas universidades.

**Palavras-chave:** Desigualdades sociais. Limitações socioeconômicas. Competição desleal

### INTRODUÇÃO

“Um estudo do Instituto Unibanco do ano passado mostrou que quanto maior a renda, mais os estudantes avançam nos estudos; entre aqueles que concluíram o ensino médio na idade correta, a média de renda familiar por pessoa é R\$ 885. Já entre os que não terminaram o ensino fundamental, a média cai para R\$ 436.”

As disparidades estão sobretudo relacionadas ao conhecimento e a posição socioeconômica do sujeito, compreendida dentro de uma visão puramente capitalista entre o





oprimido e opressor, contida em uma relação exploratória e excludente em que “preciso dos seus serviços, porém não quero você por perto”. Assim nos deparamos a cada dia com nossas raízes na qual quicá, pertencemos um dia, seja de um passado colonialista ou das histórias temporalmente bíblicas em que sempre estivemos submetidas aos caprichos dos nossos oponentes e seus sistemas dominantes. Essa talvez seja uma das heranças que se mantem “cada qual no seu lugar” razão pela qual a discriminação e o preconceito são armas nas mãos daqueles que não pretendem misturar-se com a pobreza.

Tal pensamento também é atribuído a alguns em suas posições sociais confortáveis, em que não pretendem ver pessoas de origem pobres sentados em uma cadeira dentro da mesma sala de uma universidade seja ela pública ou particular, que outrora era privilégios de poucos, e isso incomoda.

Essa situação está atrelada as nossas heranças econômicas sociais e culturais comandadas pela hierarquia das sociedades elitistas dominantes que monopolizavam o ensino, pois durante muito tempo o ensino ficou direcionado as pessoas de poder aquisitivo melhor. As pessoas de baixa renda não tinham acesso à escola quando muito, tinham direito ao processo de alfabetização, pois para se ter acesso ao estudo tinha que pagar e por essa razão as crianças pobres não frequentavam a escola formal, o que contribuiu para acentuar mais ainda as disparidades sociais sobretudo dentro de uma sociedade capitalista, que vive da exploração da força de trabalho humana.

A questão levantada aqui é sobre os obstáculos sociais e econômico que permeiam a vida dos estudantes que frequentam a rede pública de ensino, o que pode estimular muitos estudantes a abandonarem a escolas para buscar um trabalho que ajudará na renda para o sustento da família.

Durante a pesquisa me deparei com alunos desistentes seja por falta de estímulo seja por necessidade de ter que trabalhar por questões que envolve as carências materiais, ainda mais quando se é jovem pois tem todo um contexto social da necessidade de inclusão, somada a vontade do ser e do ter e veem a educação muitas vezes não como uma solução mas principalmente como obstáculo, em que em vez de trabalhar tem que estudar e, devido aos enfrentamentos das dificuldades econômicas atribuídas pela posição social que atrapalha o avanço no estudos acabam por buscarem outras alternativas para sobrevirem. Neste sentido

Essas crianças, quando não são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e contribuir à renda familiar, têm de lidar com situações domésticas que representam um obstáculo ao estudo: falta de um espaço adequado para se sentar e se concentrar; ausência de livros ou de acesso à





internet para fazer pesquisas; obrigação de cuidar dos(as) irmãos(ãs) menores, etc. Além disso, elas testemunham frequentemente, episódios de violência doméstica e não recebem um apoio adequado de seus pais, os quais, quase sempre, possuem escolaridade baixa ou nula e não são capazes, ou mesmo não estão dispostos, a apoiá-las em seus deveres. Wilkinson e Pickett (2010, p. 29) et, al. Pinzani e Leão Rego, 2013, p.24-25

A situação de pobreza é na maioria das vezes uma condição determinante para comprometer de forma negativa a vida de um ser humano. Isso por que quem deveria ser responsável pelo bem-estar, pela manutenção da vida e pela dignidade da pessoa humano, não institui políticas publica eficientes no combate da miséria e das desigualdades sociais. A questão do Programa Bolsa Família que é uma forma de distribuição de renda direta, se mostrou eficiente, mas não suficiente na redução das disparidades sociais, porém notei a importância da renda no orçamento das famílias beneficiarias e o quanto tem auxiliado tanto na alimentação quanto na vida dos estudantes assegurados pelo programa, o que pode o incentivo na vida dessas crianças e adolescentes.

Sendo assim a luta pela melhoria de vida através da educação continua sendo um dos caminhos mais aconselháveis para pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, porém com uma competição que se torna desleal, pois alguns poucos têm acesso a um ensino de qualidade, já que os estudantes de classe média, ou de famílias mais abastadas frequentam as melhores escolas, saem de casa bem alimentados, com direito a várias refeições diárias e acesso a um transporte confortável. Razão pela qual estudantes pertencentes aos grupos sociais de privilégios econômicos melhores tendem a se manterem no topo das listas dos aprovados nos melhores vestibulares do país. Nesse caso

508

A universidade pública brasileira forma os (as) melhores profissionais do país: médicos (as), advogados (as), engenheiros (as) etc. Paradoxalmente, tal ensino gratuito e de qualidade era reservado, (...) quase exclusivamente a jovens de classe média e alta, que dispunham de recursos para enfrentar melhor o vestibular. Wilkinson e Pickett (2010, p. 29) et, al. Pinzani e Leão Rego, 2013, p.24-25

Enquanto que a maioria pobre, não tem direito ao mínimo dessas necessidades, não têm direito a uma alimentação saudável, não tem direito a transporte e muito menos a outros requisitos básicos necessários para uma boa formação. O que contribui muitas vezes com desistência de muitos estudantes, colaborando de forma negativa com as estatísticas educacionais brasileiras.

Neste sentido trago um questionamento de Arroyo (2013, p. 07) “O que poderíamos fazer, como profissionais da educação básica, para trazermos reflexões as relações entre educação, pobreza e desigualdade social para os nossos trabalhos?”





Para isso os vários sujeitos envolvidos no processo dos sistemas educacionais brasileiros necessitam ir mais além, conhecer cada realidade, buscando soluções capazes de amenizarem tais situações, soluções essas que devem começar de baixo para cima, enfim a partir da raiz do problema. Nesse caso a pesquisa terá a intenção de buscar compreender dentro de um pequeno espaço, com uma pequena amostragem, as deficiências e as dificuldades vivenciadas através dos sujeitos que reproduzem os seus espaços, na tentativa de buscarmos uma vida melhor.

### Considerações finais

Conclui-se, portanto, que a maioria dos alunos que frequentam as escolas públicas são de classes sociais de baixa renda, estudantes que vem de uma estrutura familiar pobre ou extremamente pobre, são pessoas que vivem ou sobrevivem com ajuda do governo através da transferência de renda direta o PBF – Programa do Bolsa Família. Foi possível observar também que há uma preocupação do corpo docente de se adequarem aos alunos de baixa renda, apesar das dificuldades e limitações impostas pelo sistema, consideram a diversidade de classe social, cultura e etnia. Mas ainda não é o suficiente, pois vai além dos muros das escolas, é toda uma complexidade, que vai além das carências matérias são culturas costumes e todo um histórico de vida que devem ser considerados. É necessário que se desenvolva políticas públicas que considerem todo esse processo econômico social pautado nos valores dos seres humanos, explorando as suas capacidades intelectuais, porém não ignorando as suas carências materiais visando trabalhar essas deficiências para que não haja prejuízo dentro do processo de ensino-aprendizagem.

509

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e Incertezas sobre o Currículo. Porto Alegre: Peso, 2013.

<https://exame.abril.com.br/brasil/por-que-tantos-jovens-abandonam-o-ensino-medio-no-brasil/#>

Acessado em 30 de outubro de 2017

REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.





## POBREZA: A RELAÇÃO COMPLEXA E ESTREITA DA DESIGUALDADE SOCIAL COM A PROSTITUIÇÃO

Rosely Auxiliadora Pereira Penoni

**Resumo:** este resumo é uma análise sobre a relação entre a pobreza e/ou desigualdade social e prostituição. Traz como destaque a pobreza e desigualdade social como a principal causa de prostituição no Brasil. Para tanto, considera - se o contexto social em que o indivíduo historicamente está inserido, traçando o perfil das prostitutas e prostitutos no país. Desenvolve uma problematização sobre os fatores, internos e externos, que levam os indivíduos a se prostituírem. Nesse contexto, os índices de pobreza e desigualdade social são os principais fatores que levam as pessoas a se prostituírem, aliados a falta de políticas públicas eficazes e eficientes.

**Palavras-chaves:** Desigualdade Social; Pobreza; Prostituição.

### Introdução

Este estudo tem como tema a Pobreza: A Relação Complexa e Estreita da Desigualdade Social com a Prostituição. O objetivo central é definir a relação existente entre a pobreza e os casos de prostituição, tão recorrentes e cada vez mais comuns.

I Diversos jornais no dia 31 de outubro de 2017, formalizaram as projeções, após mudança dos indicadores de pobreza, realizados pelo próprio Word Bank Group. A Folha de São Paulo divulgou dados da pesquisa do Banco Mundial que apontam um crescimento de mais de 400%, passando de 8,9 milhões para 45,5 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, o que representa 1/5 da população brasileira.

Diante deste contexto é importante perguntar: qual a relação entre a pobreza e/ou desigualdade social e a prostituição? Contudo, a pobreza, desigualdade social e prostituição são temas que englobam a sociedade como todo, sendo de suma importância seu debate nos meios acadêmicos, cenários políticos, onde é necessário debater, conceituar, buscar causa e apontar possíveis soluções, construindo assim um futuro melhor, uma sociedade mais humana, digna e que respeite o cidadão.

No entendimento de Wilkinson e Pickett Apud Pinzani e Rego:

a desigualdade de renda e riqueza provoca ou torna mais grave uma série de fenômenos negativos, como o baixo nível de confiança recíproca entre seus membros; aumento de patologias psiquiátricas e de adição (dependência de drogas etc.); diminuição das expectativas de vida e aumento da mortalidade infantil; péssimos resultados escolares entre as crianças; aumento dos casos de gravidez entre menores; aumento dos homicídios; aumento da população carcerária; e forte diminuição da mobilidade social.”. (2014, p. 24).

As desigualdades de renda vão além do que se veste ou do prato que se põe à mesa, podem acarretar uma série de consequências negativas e graves, estão no modo como se fala, nas oportunidades, na falta de confiança recíproca, o que pode desencadear o uso de drogas e





até mesmo a prostituição, com a finalidade de existência. De acordo com esse entendimento presume-se que, a pobreza e/ou desigualdades sociais podem ser responsáveis pelos casos de prostituição no Brasil podendo causar uma influência negativa na sociedade, tanto de forma isolada de cada indivíduo, quanto na coletividade. Pobreza: Qual é Sua Relação Com a Prostituição?

Primeiramente é necessário conceituar pobreza, fazer uma definição, para mais à frente compreender o que significa a desigualdade social e como ela afeta diretamente a vida daqueles que são vistos como pobres e a relação desse tema com a prostituição. Sob a ótica de Sônia Rocha pobreza é:

(...) um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica, como a situação no qual as necessidades não são atendidas de formas adequadas. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial que saiba quais necessidades são essas e qual os níveis de atendimento podem ser considerados adequados. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que vive. (2006, p.11,12).

Corroborando com esse entendimento os autores Barros, Henriques e Mendonça determina que:

511

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. (2000, p 123).

A partir das colocações dos autores observa-se que a pobreza não pode ser simplesmente definida, ela é complexa, e para se chegar a um conceito é necessário que se faça uma análise de todo o contexto no qual o indivíduo está inserido. Quando se fala em prostituição, é importante lembrar que esta atividade se perpetua pela história da humanidade.

”.Sob essa ótica Marques afirma que:

A prostituição é um fenômeno de degeneração social constante em quase toda as civilizações, cuja origem se perdeu nos tempos. Logo, podemos vislumbrar as dificuldades que se antepõem a solução do problema da prostituição, a mesma acompanha o homem, desde a mais remota origem. (2010, p.91)





Para Pinzani e Rego:

Em um Estado de bem-estar social, por exemplo, que oferece gratuitamente aos (às) cidadãos(as) quase todos os serviços básicos – educação, assistência à saúde, seguro-desemprego, auxílio-moradia etc. –, uma baixa renda não implica necessariamente em uma vida sem confortos. Por outro lado, em um Estado que não garante os serviços acima mencionados, até uma renda relativamente elevada pode não ser suficiente para proteger as pessoas de riscos normalmente ligados à pobreza. (2014, p.19).

É essencial que o Estado possa proporcionar aos seus integrantes um bem-estar social. Embora o Brasil tenha políticas públicas votadas para combater a pobreza oferecendo por exemplo, educação, assistência à saúde, seguro-desemprego, o índice de pobreza ainda é elevado e as consequências dessa prestação de serviços ineficientes podem ser vista na necessidade que muitas pessoas tem em se prostituírem. De acordo com Fabio e Lima (2016), o Ministério do Trabalho desde o ano de 2002 vem reconhecendo a prostituição como uma ocupação, isso já pode sim ser considerado como uma evolução rumo a regulamentação da prostituição como uma profissão.

Na atualidade sem conseguir erradicar a prostituição e reconhecendo sua existência de fato, surge alguns projetos de leis que já foram propostas com a finalidade de regulamentar a prostituição como uma profissão, garantindo todos os benefícios que hoje é dado a outras profissões. A prostituição é de fato reconhecida pelas autoridades brasileiras e para a sociedade, embora ainda se tenha preconceito quanto ao exercício desta, e a mesma não seja aceita socialmente.

512

### **Procedimentos Metodológicos**

O método utilizado na construção do presente artigo foi uma revisão bibliográfica caracterizada pela pesquisa dedutiva, tendo seu desenvolvimento enfatizado na relação complexa e estreita da desigualdade social e a prostituição. Assim, foram utilizadas informações encontradas em bancos de dados virtuais, como artigos e livros de autores/pesquisadores do assunto.

### **Resultados e Discussão**

Diante dos dados apresentados é possível definir o perfil predominante das pessoas que se prostituem, vale ressaltar que quando se fala em pessoas é com o intuito de incluir ambos os sexos, podendo dizer que são pessoas que estão expostas a um contexto social







menos favorecido economicamente, chegando a ser considerados pobres, exaltando a desigualdade social.

Gilberto Dimenstein reforça este pensamento em sua obra *Meninas da Noite* (1992) ao escrever que “não têm nada para vender. Não sabem ler, cozinhar, escrever. Só podem vender o único bem que possuem: o corpo”. Em suas palavras é notório o perfil do indivíduo prostituto, uma vez que retrata a pobreza por trás da prostituição.

Diante do exposto e após fazer uma análise sobre a desigualdade social e/ou pobreza, podem ser apontadas algumas observações, tais como: primeiramente é necessário reconhecer que a prostituição existe, e que vem acompanhando a sociedade, aumentando e evoluindo.

É possível afirmar que a prostituição está diretamente ligada a pobreza em que o indivíduo está exposto, as pessoas que se prostituem são aquelas em que há uma grande desigualdade social, são privadas de ter acesso à educação, moradia digna, trabalho “decente”, em contraposto a tudo isso, tem a responsabilidade de assegurar a seus familiares uma moradia decente, educação e saúde, com o intuito de formar indivíduos que consigam se manter no grupo social em que estão inseridos. Corroborando com esse pensamento Marques nos traz que:

Modernamente, os autores têm demonstrado as suas preferências para causas exógenas como fator principal para a prostituição. A principal delas, sem dúvidas, é a miséria, consequência inevitável do subdesenvolvimento econômico nas nações pobres e da má distribuição de riquezas nas nações ricas. (2010, p.97).

Diante disso a prostituição é um fenômeno de degeneração social, onde ha uma relação estreita com a pobreza, a prostituição reduz o homem a um mero objeto de venda. O único meio de combater esse problema social é por meio de uma sociedade mais justa e menos desigual, onde seja capaz de proporcionar a cada um de seus membros a mesma oportunidade.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

A prostituição, apesar de ser encarada por parte da sociedade como uma escolha feita por quem deseja ganhar dinheiro de maneira “fácil”, todavia, este problema social vai além, está relacionada com padrões sociais, mas não necessariamente de status, mas sim de condições sociais. Pode-se concluir que a prostituição está relacionada às condições sociais e a pobreza, entretanto para combater a prostituição no Brasil, é preciso primeiramente





combater a pobreza com políticas públicas sociais capazes de erradicá-las e não apenas maquiá-las.

### Referências

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade de Pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Brasil, v.15,n.42,p.123,142,02fev.2000.Disponívelem:<file:///C:/Users/Iarina/Downloads/DesigualdadeEPobrezaNoBrasil.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite**: a prostituição das meninas escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

FÁBIO, André Cabette; LIMA, Juliana Domingos de. **Regulamentação da prostituição no Brasil: a proposta, as críticas e possíveis cenários**. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/10/28/Regulamentação-da-prostituição-no-Brasil-a-proposta-as-críticas-e-possíveis-cenários>>. Acesso em: 30 out. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO: **22% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, diz estudo**. São Paulo, 31 out. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931680-22-dos-brasileiros-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 31 out. 2017

MARQUES, João Benedito de Azevedo. **A PROSTITUIÇÃO, SUAS CAUSA E SUAS DISCIPLINAS LEGAIS**. 2010. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/7w3351.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **POBREZA E CIDADANIA**. 2014.

514

RIBEIRO, Cláudio Oliveira; MENEZES, Roberto Goulart. **Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil**. 2016.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: Afinal de que se trata. 11. ed. Rio de Janeiro:FGV,2003.247p.Disponívelem:<<https://books.google.com.br/books?id=06HDRhYrmRgC&printsec=frontcover&dq=pobreza&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjI6tvokqbWAhXGFpAKHTYPBbIQ6AEIMTAC#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 15 set. 2017.





## O REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DO TOCANTINS: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTIGMA EM TORNO DA PALAVRA POBREZA

Rhoselly Marques da Silva Xavier

**Resumo:** a educação básica necessita incorporar ao currículo uma reflexão sobre os processos históricos de produção da pobreza a fim de, reconhecendo as facetas desta, promover e fortalecer o enfrentamento à violação de direitos que culmina na reprodução das desigualdades sociais, inclusive, na própria escola. Este estudo apresenta aspectos relevantes acerca do estigma que há em torno da palavra pobreza ressaltando a necessidade de discutir a realidade histórico-social dos coletivos empobrecidos no âmbito escolar. Propõe-se reformular o currículo a partir da reflexão sobre como a inexistência do vocábulo pobreza no Documento Referencial para Elaboração dos Planos de Ensino 2017 do Ensino Médio do Tocantins, principalmente na disciplina de Língua Portuguesa, e a visão moralizante que recai sobre os pobres, culminam na reprodução da pobreza bem como na perpetuação das desigualdades nos mais distintos contextos sociais.

**Palavras-chave:** pobreza. Currículo. Desigualdades sociais. Educação.

### Introdução

No Brasil, com toda a pluralidade cultural e linguística existentes, determinadas palavras são estigmatizadas de modo que os indivíduos até mesmo evitam pronunciá-las como se, ao fazê-lo, estivessem atraindo para si sentimentos ou acontecimentos ruins; um forte exemplo disso é a palavra “pobreza” que, apesar de estar diretamente relacionada às vivências pessoais da maioria dos brasileiros, nem mesmo é mencionada nos currículos educacionais que orientam a produção de conhecimentos nas escolas e, portanto, deveriam abordar de forma clara e sistemática esse processo econômico-social que, historicamente, afeta a vida de milhões de pessoas, mas, ao invés disso, ignora-o; como é possível constatar, inclusive, no Documento Referencial Para elaboração dos Planos de Ensino 2017, do Ensino Médio, do estado do Tocantins, em Língua Portuguesa.

515

Conforme Arroyo,

(...) é necessário não apenas saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas, muito mais do que isso, é preciso também atentar para as exigências que essas vivências da pobreza, da precariedade material extrema, fazem às nossas práticas. (2014, p.7)

A simples omissão do vocábulo pobreza no referencial curricular que orienta as práticas metodológicas das escolas da Rede Estadual de Ensino do Tocantins denota uma visão moralizante da pobreza que naturaliza a existência desta e ignora outras características dos coletivos pobres reduzindo-os, de maneira taxativa e cruel, a indivíduos sem visibilidade que, contanto que realmente queiram, só poderão superar as suas dificuldades sócio-econômicas caso se submetam às exigências e aos interesses do mercado capitalista bem





como aos conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos historicamente produzidos pela classe dominante.

### **Procedimentos Metodológicos**

O estudo realizado foi pautado em análise documental e estudo teórico desenvolvendo-se a partir da constatação da inexistência do vocábulo pobreza no documento elaborado pela Secretaria de Educação do Tocantins, que tem orientado as práticas educacionais nas escolas de Ensino Médio do Estado. Partindo da estigmatização linguística, buscou-se estabelecer um paralelo entre a inexistência da palavra pobreza no Documento Referencial para Elaboração dos Planos de Ensino 2017 do Ensino Médio do Estado do Tocantins, principalmente na disciplina de Língua Portuguesa, e a visão moralizante da pobreza que, erroneamente, predomina no meio educacional e favorece que as desigualdades sociais prevaleçam sendo reproduzidas, inclusive, no ambiente escolar, espaço que deveria ser a representação mais contundente do enfrentamento às mesmas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, as etapas compreendidas foram respectivamente: delineamento da pesquisa, etapa constituída pela elaboração do plano de investigação; revisão bibliográfica, para apropriação de conhecimentos e compreensão mais aprofundada do assunto e do tema; coleta de dados, fundamentada na leitura cuidadosa dos autores e obras selecionados; organização dos dados, baseada em estudo exaustivo dos dados coletados e na organização, destes, em categorias de análise; análise e interpretação dos dados, representada pela discussão dos resultados obtidos na coleta de dados; redação final, etapa encerrada com a elaboração do relatório final da pesquisa na forma exigida para o nível de investigação empreendido – artigo científico.

516

### **Resultados e Discussão**

Refletindo sobre o currículo educacional, constata-se que, neste, a inexistência de determinadas palavras, ocorridas intencionalmente ou não, estimula comportamentos sociais com poder de transformação ou de perpetuação de valores sócio-culturais, inclusive, de caráter discriminatório, como os diversos tipos existentes de preconceito. Sob essa ótica, a escolha do presente tema como objeto de investigação baseia-se na necessidade de ampliar o conjunto de conhecimentos e informações acerca do assunto relacionando ao preconceito linguístico a visão moralizante da pobreza e, conseqüentemente, a sua reprodução bem como das desigualdades sociais.





A proposta deste estudo consiste em estabelecer uma relação de causa e efeito em torno da omissão da palavra pobreza no referencial curricular proposto pela Secretaria de Educação do Tocantins (Seduc/TO) para o Ensino Médio, com enfoque na disciplina de Língua Portuguesa, sendo relevante não apenas ao meio acadêmico, mas também a outros setores da sociedade como a classe de representantes políticos e as camadas populares a fim de provocar reflexões sobre a pobreza bem como de promover a percepção da necessidade de incorporar esse vocábulo ao currículo escolar a fim de favorecer o reconhecimento da existência da paupérie em suas diversas facetas e propiciar os conhecimentos necessários à ampliação e ao fortalecimento das ações de combate à violação dos direitos humanos cuja maior representação é a própria pobreza guarnecida pelas desigualdades sociais.

### Considerações Finais

Por meio do estudo sobre a importância de inserir a palavra pobreza no Documento Referencial Para elaboração dos Planos de Ensino do Ensino Médio, do estado do Tocantins e, desse modo, incorporar a discussão sobre os aspectos de sua reprodução, foi possível levantar considerações pertinentes quanto à relação entre o currículo escolar e a reprodução das desigualdades sociais.

517

O público alvo prevalente nas escolas públicas do Estado, assim como em todo o país, é composto predominantemente por indivíduos que vivem em contextos empobrecidos, o que é lamentável posto que as perspectivas de crescimento pessoal têm a tendência de serem menores junto às crianças e adolescentes que vivem em circunstâncias de subsistência enquanto maiores são as condições de vulnerabilidade que lhes são imputadas. Sendo assim, é imprescindível que a escola promova o debate sobre a realidade dos coletivos pobres.

Para a efetiva e plena formação dos cidadãos, é preciso reorganizar o "que ensinar" e o "que aprender" de modo que as novas exigências que o mundo do mercado impõe para os jovens que nele ingressarão não se sobreponham à centralidade que deve ser direcionada aos educandos reconhecendo-os como sujeitos de direitos e debatendo as questões sociais vivenciadas, principalmente, nos contextos empobrecidos.

Segundo Leite,

(...) independentemente de quem são os (as) estudantes, que experiências trazem ou em que contexto vivem já se tem definido, *a priori*, quais conteúdos devem ser ensinados em determinada série. (...) isso dá muita segurança aos (às) professores (as), pois é possível ter um controle muito maior sobre o trabalho, além de despende menos esforço: com o planejamento da série feito, é necessário apenas repeti-lo, ano a ano. Por outro lado, a bagagem cultural dessas crianças e desses (as)





juvêns que chegam à escola são desconsideradas, desprezadas e deslegitimadas, já que há uma imposição de que se encaixem em um modelo que muito se distancia de suas experiências sociais. (2014, p.19)

A pobreza deve se tornar objeto de investigação no ambiente escolar para que, reconhecendo-a como um produto histórico que envolve distintos aspectos em sua reprodução nos mais distintos meios sociais, seja recorrente o seu enfrentamento bem como a toda e qualquer violação de direitos. A educação deve se concretizar como mecanismo de emancipação desses coletivos e não propor essas discussões significa naturalizar a pobreza, o que provoca o aumento da invisibilidade dos sujeitos mais atingidos pelas desigualdades sociais corroborando essas mesmas desigualdades.

### Referências

ARROYO, M. G. 2014. Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação. Coordenação Adjunta do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em EAD em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). Disponível em: <<http://www.sistemas3.uft.edu/palmas>>. Acesso em 26 de julho de 2017.

LEITE, L. H. A. **Escola: Espaços e Tempos de Reprodução da Pobreza**. Coordenação Adjunta do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em EAD em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). Disponível em: <<http://www.sistemas3.uft.edu/palmas>>. Acesso em 23 de junho de 2017.

TOCANTINS (Estado). Secretaria da Educação, Juventude e Esportes. **Documento referencial para elaboração dos planos de ensino 2017**. Tocantins, 2017.

518

## REFLEXÕES SOBRE A POBREZA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA MUNICIPAL DONA JOSINA PEREIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE-TO

Rosemary Nunes de Cerqueira

Helena Quirino Porto Aires

**Resumo:** O presente artigo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no curso de Pós-Graduação “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” ofertado pela Universidade Federal do Tocantins e, tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas acerca da pobreza na Escola Municipal Dona Josina Pereira Nunes, Distrito do Príncipe, no Município de Natividade – TO, elucidando as concepções de profissionais da educação sobre a pobreza. Entende-se que a desigualdade, em suas várias configurações, é um fato bastante antigo nas sociedades e reflete sempre uma relação de poder, na medida em que representa um padrão de dominação presente nas relações sociais. Pobreza e desigualdade têm natureza distinta, embora a pobreza tenha como determinante a desigualdade. Sabe-se que as escolas estão repletas de crianças e adolescentes pobres, porém é necessário discutir as exigências necessárias a essas existências da pobreza, da precariedade, que demandam das práticas pedagógicas. Assim, compreender a pobreza e as desigualdades significa perceber que a existência das pessoas carentes nas escolas públicas brasileiras ocasiona ponderações para a organicidade do trabalho da escola, principalmente no tange das práticas pedagógicas. Em termos metodológicos, foram realizados estudos bibliográficos pautados nos autores, ARROYO (2013); BRASIL (2015); FRANCO (2012); FREIRE (1994);





SANTOS (2009); MOREIRA (2000) entre outros e entrevistas semiestruturadas com cinco servidores da escola pesquisada. A partir das considerações apresentados no texto, podemos afirmar que a temática em questão é uma oportunidade e desafio de repensar, criticar e criar contextos educacionais abrindo espaço às novas possibilidades para discutir a pobreza nas práticas pedagógicas das escolas públicas brasileiras.

**Palavras - chave:** Educação, Pobreza, Desigualdade Social e Práticas Pedagógicas.

## 1. Introdução

Este trabalho traz como considerações iniciais a possibilidade de analisar e discutir a pobreza nas práticas pedagógicas para além de ações, mas também de possibilitar um pensar diferente quanto à população pobre, e assim contribuir para com um modelo de educação que os façam inseridos como sujeitos participantes na sociedade.

É imprescindível, que a escola procure entender o currículo no seu exercício, ou seja, que os professores compreendam o significado maior dessa temática e como incorporam a pobreza nas práticas pedagógicas. Além disso, é importante também perceber as experiências que acontecem na escola com a prática educativa, esta pode ser a porta para falar sobre o tema “pobreza” que buscam introduzir nos currículos. Nesse sentido, é essencial descobrir as barreiras encontradas para relacionar pobreza e currículo, e entender como a pobreza é acometida nos documentos legais que orientam o currículo na escola.

Assim é importante compreender a pobreza e as desigualdades dos alunos pobres (carentes) nas escolas públicas brasileiras e, que isso ocasiona ponderações enormes para as práticas pedagógicas e gestão educacional, com vistas a saber quais reivindicações esses necessitam fazer para se sentir como de fato cidadão de direito garantido pela Constituição Federal do Brasil.

Essa questão da pobreza, que antes era vista como um subtema dentro das questões mais gerais de desenvolvimento econômico passou nos últimos anos ao primeiro plano, tanto na agenda de governos e de organizações internacionais quanto na opinião pública.

Assim, considerando que as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas e suas relações com a sociedade deveria estar estritamente ligadas às questões da pobreza e, mediante a necessidade de repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal Dona Josina Pereira Nunes, situada no Distrito do Príncipe, no município de Natividade – TO, é que surgem alguns questionamentos acerca dessa temática.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pela Escola Municipal Dona Josina Pereira Nunes, são consideradas a população pobre? Ou simplesmente trabalham sem uma compreensão maior do seu significado, sem considerar a pobreza nesse contexto? Para tanto,





empreendemos uma investigação que busca responder a seguinte questão: De que forma as práticas pedagógicas são desenvolvidas pela Escola Municipal Dona Josina Pereira Nunes, e se estas contribuem para a formação da população menos favorecida?

Não adianta querer uma educação equilibrada, se existe desigualdade social e pobreza na escola. A educação para a cidadania requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos. Tendo em vista ainda, que a inclusão de questões sociais como a pobreza no currículo escolar não é muito importante.

É nesse contexto que tal artigo, tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas acerca da pobreza na Escola Municipal Dona Josina Pereira Nunes, situada no Distrito do Príncipe, no município de Natividade – TO, elucidando as concepções de profissionais da educação sobre a pobreza. Ensejamos ainda, reconhecer, em sentido amplo, a existência persistente da pobreza e das desigualdades sociais nas escolas do ensino básico; Realizar pesquisa para saber informações a respeito da desigualdade social e a pobreza nas escolas; Identificar as causas mais comuns desses problemas e formular propostas para melhoria; Estimular os professores a fazerem cursos de capacitação para atender os alunos além de motivar e melhorar sua autoestima; Incentivar os professores a realizarem leitura de textos com questões e fatos sociais para melhorar a aprendizagem e a reflexão dos alunos; Sugerir debates e discussões sobre a questão da pobreza e da desigualdade social no ambiente escolar; Propor melhorias para que a educação formal existente venha a ser considerada como reforço para igualdade social e não desigualdade social e a pobreza.

520

## 2. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho enfatiza reflexões nas práticas pedagógicas da Escola Municipal Dona Josina Pereira Nunes Município de Natividade/TO. Assim em termos metodológicos realizamos pesquisa de campo com cinco (05) servidores profissionais da educação sendo entrevistados: (01) Coordenador Pedagógico, (01) Diretor, (01) professor de Geografia; (01) professor de Língua Portuguesa e (01) professor de Ciências todos da referida Unidade Escolar com a finalidade de identificar as principais contribuições teóricas existentes sobre, pobreza e práticas pedagógicas no currículo escolar.

Com o intuito de compreender melhor a importância de se trabalhar a questão da pobreza no Projeto Político Pedagógico e no currículo escolar para a prática educativa, foi realizada uma análise do PPP da Escola Municipal Dona Josina, o qual menciona que a escola tem como função principal respeitar e valorizar as experiências de vida dos educandos e de







suas famílias além de livros, revistas, artigos científicos e sites que tratam desse tema. Tendo como propósito fortalecer nos educando a postura humana e os valores aprendidos: A criticidade, a sensibilidade, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis e a esperança. Nesta perspectiva queremos formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro. Nesse sentido, o papel da escola diante das crianças e adolescentes pobres seriam de educá-los nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância, que eles provavelmente não conhecem das famílias e dos grupos menos favorecidos.

Articular os currículos e as políticas educativas a políticas de diferenças supõe o reconhecimento dessas diversidades. Isso exige que os currículos se contraponham à transformação das diferenças em desigualdades, que ao menos o pensamento educacional e a lógica curricular não legitimem a negação aos (às) diferentes de sua condição de humanidade plena, sem hierarquias e graus de humanidade por diferenças de gênero, raça, classe, etnias e território. (ARROYO, p. 21, 2013).

Para compreender com profundidade o fenômeno da pobreza e da desigualdade social, é preciso dar importância, nos cursos de formação inicial e continuada, à discussão sobre os processos históricos de transformação dos sujeitos “diferentes” – vistos do ponto de vista dos dominadores – em sujeitos inferiores, pobres, desprovidos de terra, teto, poder, renda, trabalho e escola.

521

Portanto, falar sobre a questão da pobreza aos currículos e as práticas educativas supõe a importância dessas diversidades por parte dos envolvidos nesse processo devidos o objetivo principal é de elencar a pobreza nas práticas pedagógicas na referida Unidade de Ensino.

### 3. Resultados e Discussão

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Josina Pereira Nunes, as atividades econômicas da população atendida concentram-se nos setores primário, secundários e terciários, havendo predominância de pequenos comércios pessoas simples, oriundas de classe médio-baixas, e classe baixa, pessoas populares, filhos de trabalhadores do comércio, prestadores de serviços e profissionais autônomos (pedreiros, pintores, lavadeiras, empregadas domésticas, feirantes...). Grande parte dos pais dispõe apenas do ensino fundamental incompleto (até ao 5ª ano) o que de certa forma dificulta o acompanhamento das atividades escolares dos filhos. Há fortemente as atividades primárias devido a sua localização mais próxima da zona rural como cultivo de lavoura de subsistência e extração de minérios em garimpos.





Quanto aos aspectos sociais e culturais, as atividades culturais da região estão relacionadas a locais como: banho no Rio Manoel Alves e em datas fixas festejos de São João e dança de quadrilha. E os aspectos assistenciais se constituem por meio um posto de saúde e PET no próprio distrito que a escola está inserida. Em relação ao público atendido, parte da clientela é proveniente do próprio distrito ou de fazendas próximos como o da Tieta, Mirassol, Alto Alegre e garimpo outras crianças vêm de fazenda distantes, tais como a fazenda Areão, Tamburi dentre outras. Em geral, as crianças atendidas possuem um nível socioeconômico médio e baixo. Suas atividades culturais e de lazer, ficam restritas a pequenos passeios na própria cidade, os jogos competitivos e programas de televisão. Atualmente a escola tem um número maior de crianças devido o melhoramento no transporte Escolar.

Observando essas considerações, é possível nos inferirmos que a escola não dispõe de ações voltadas para as questões da pobreza, fato esse que carece uma atenção por parte da instituição quanto a esses aspectos, uma vez este é caminho possível que possibilita a emancipação para transformação social dos sujeitos, em especial aos menos favorecidos, que são os pobres.

#### 4. Considerações Finais

522

Mediante a realização desse trabalho pude constatar que as experiências e sofrimentos da pobreza são complexos, e abordar nos currículos essas vivências e história é um trabalho muito desafiador. Sabe-se que não é fácil introduzir no currículo da escola uma reflexão sobre pobreza. Por essa razão, esse tema esteve sempre tão distante tanto nos currículos de Educação Básica quanto nos de formação de seus profissionais.

A inclusão de questões sociais no currículo escolar não é uma preocupação inédita, e a contribuição da escola é a de desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la.

Por meio da realização desta pesquisa sobre educação e pobreza, percebe-se, que as abordagens teóricas e as falas dos sujeitos entrevistados nos chamam atenção e mostram que o papel do professor é se tornar o mediador nessa caminhada para a integração e inclusão dos alunos pobres na educação de forma equilibrada. Diante dessa situação, é de suma importância que o professor possa refletir sobre essa nova realidade, de modo a repensar, recriar sua prática pedagógica e construir novas formas de ações que permitam não só lidar, com essa nova realidade, como também possibilitar aos sujeitos menos favorecidos uma educação que contribua de fato para emancipação dele para transformação social. Para que





isso ocorra de fato o professor necessita estar aberto aos desafios do contexto educacional, pois isso requer práticas que instiguem novas possibilidades de aprendizagem e a vivência de processos criativos, com diálogos e interações múltiplas.

Nesse sentido ainda, é necessário que todos os que estão envolvidos no processo educacional e principalmente os professores que estão no dia a dia com os alunos, precisam repensar a necessidade de se tomar consciência de que é importante trabalhar a pobreza nas práticas pedagógicas, pois esse é um espaço de ensinar e aprender, bem como um dos caminhos que possibilitem a inclusão desses sujeitos nessa sociedade capitalista e injusta e desigual.

Portanto, é fundamental que os professores que recebem os alunos carentes e devem adicionar, nas áreas de conhecimento, informações que ajudem os a perceberem uma realidade tão persistente em nossa sociedade, nas cidades e nos campos, que é a pobreza.

## 5. Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do trabalho científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997

ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Módulo Introdutório.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza e Currículo:** uma complexa articulação. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Módulo IV.

\_\_\_\_\_. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. Educação e Sociedade. Campinas, v.31, n. 113, out-dez 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>>. Acesso em: 7 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos.** In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e Incertezas sobre o Currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CSOnline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, ed. 10, mai./ago. 2010

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo.** Brasília, 4. ed: Liber Livro, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

LEÃO REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.





LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Educação Integral, territórios educativos e participação social: a cidade como currículo vivido. In: MORGADO, José Carlos; SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; PARAISO, Marlucy Alves. Estudos Curriculares: um debate contemporâneo. Curitiba: CRV, 2013.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Módulo III. **Curso de Especialização. ESCOLA: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza.** Ministério da Educação. SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

MOREIRA, Flavio Moreira; PACHECO, Jose Augusto; GARCIA, Regina Leite. **Currículo: pensar, sentir e definir.** Editora: DPA. Rio de Janeiro. 2004.

SILVA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?. EDUFBA, 2011.

SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995.

**SITES:**

<http://www.todamateria.com.br/desigualdade-social-no-brasil/>

<http://www.brasile scola.com/sociologia/classes-sociais.htm>

**AS VULNERABILIDADES SOCIAIS QUE INTERFEREM NO PROCESSO  
ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA PRIMEIRA  
FASE DO ENSINO**

**Rosiane Martins da Silva Costa**

524

**Adaires Rodrigues de Sousa**

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar uma discussão que visa identificar os principais fatores que causam as dificuldades de aprendizagem de crianças e adolescentes que frequentam a primeira fase do ensino fundamental. Percebemos que existem muitas crianças e adolescentes que apresentam dificuldade de aprendizagem devido a fatores externos e internos à escola podendo ser social ou orgânico por meio de pesquisa em fonte bibliográfica. Fatores como fome, desemprego, permanência em território vulnerável no qual as crianças são privadas dos serviços básicos para uma vida digna como, educação saúde, saneamento básico, são alguns fatores que contribuem para as dificuldades de aprendizagens dos alunos do ensino fundamental, e que, se não forem sanadas podem perpetuar por toda a vida acadêmica do aluno.

**Palavras-chave:** Educação. Dificuldade de Aprendizagem. Vulnerabilidade Social.

**Introdução**

A pobreza no Brasil e no mundo esta relacionada à desigualdade social de classe e a má distribuição de renda.

Uma grande parte da população vive em condições de pobreza e extrema pobreza, e são considerados como pessoas em estado de vulnerabilidade social. Essas pessoas vivem em bairros afastados dos centros das cidades e que são desprovidas de serviços básicos essenciais para que se possa ter um mínimo de conforto e bem estar.





A educação formal é vista como, a solução para que as pessoas saiam do estado de vulnerabilidade social, embora não seja o único fator responsável por essa mudança na vida dos indivíduos, a educação muitas vezes se apresenta como algo segregado e excludente.

As crianças e adolescentes que se encontram em estado de vulnerabilidade social trazem para dentro da escola suas vivências e dificuldades, e muitas vezes essas vivências trazidas para dentro da escola não são valorizadas, por não fazerem parte de conceito de educação formal imposta pelas classes dominantes, e com isso acabam silenciando esses estudantes que por sua vez quando não abandonam a escola acabam por apresentar varias dificuldades de aprendizagem.

Quando essas crianças e adolescentes entram no ambiente escolar, muitas vezes são despercebidas pela escola que não percebe o contexto social dos seus alunos a acaba homogeneizando o espaço escolar e assim faz com que as dificuldades de aprendizagem desses alunos se solidifiquem ainda mais.

Partindo desse principio, a presente pesquisa tem o objetivo de identificar os principais fatores que interferem no ensino aprendizagem de crianças e adolescentes que frequentam o ensino fundamental.

O artigo encontra se dividido em quatro tópicos que mostram varias discursões sobre vulnerabilidade social, e educação formal de crianças e adolescentes.

525

No primeiro capitulo, estaremos apresentando um histórico sobre vulnerabilidade social, sendo um termo novo que surgiu no meio científico, mas que já vem sendo discutidas com outras terminologias como pessoas pobres, carentes, desprovidas de recursos, pessoas de baixa renda entre outros termos.

O segundo capitulo, vem trazendo uma abordagem sobre dificuldade de aprendizagem, e os fatores que levam os alunos a apresentarem essas dificuldades.

As vulnerabilidades sociais que interferem no processo ensino aprendizagem de crianças e adolescentes são assuntos discutidos no terceiro capitulo do presente artigo.

O quarto capitula deste artigo vem trazendo alguns questionamentos sobre o papel da escola e da família diante das dificuldades de aprendizagem das crianças e adolescente.

### **Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa tem o objetivo de identificar os principais fatores que interferem no ensino aprendizagem de crianças e adolescentes que frequentam o ensino fundamental, é desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica onde “a leitura apresenta-se como a principal





técnica”, (LIMA e MIOTO, 2009, p. 41). Pois, é por meio dela que concepções serão apreendidas e articuladas às narrativas.

Não podendo ser quantificada, a pesquisa trabalha com o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...] entendidos aqui como parte da realidade social” (MINAYO, 2009, p. 21).

### **Resultados e Discussões**

As vulnerabilidades sociais podem estar presentes em uma única família ou na comunidade inteira, são pessoas que sofrem privações e vivem em precárias condições de vida, e não conseguem sair da situação em que se encontra, por não terem as oportunidades que pessoas que pertencem a classes sociais mais elevadas possuem.

“A baixa escolaridade é uma das características de famílias que apresentam vulnerabilidade social. [...] de modo que sem a educação, dificilmente essa população vulnerável conseguirá formar pessoas que exerçam seu papel de cidadãos, capazes de se manifestar em prol de seus direitos” (CARARA, 2016, p.3).

Desse modo, “a vulnerabilidade passa a ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento.” (VIGNOLI, 2001, CAMARANO et al.2004 apud MONTEIRO,2011, p.32).

As crianças são a parte mais afetada por essa divisão desproporcional de renda existente e que gera a pobreza no mundo, desse modo são elas que mais sofrem as consequências das vulnerabilidades existentes.

Partindo desse pressuposto Carara (2016, p.3) corrobora afirmando que “As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais que vai da pobreza e da exclusão social a falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura.”

De modo geral, esse enfrentamento configura-se como o pagamento de uma dívida histórica com essa população, pois,

As transformações ocorridas na política econômica do Brasil produziram profundas mudanças na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social. Como reflexo dessa estrutura de poder, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação desse estado de pobreza, reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes. As desigualdades de





renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família. (GOMES e PEREIRA, 2005, p.11)

No entanto, cabe destacar que esse enfrentamento é mais do que apenas distribuição de renda ou políticas avulsas, sem uma sistematização orgânica que possa envolver todos os aspectos envolvidos na perpetuação da vulnerabilidade e garantir, de fato, a cidadania com democratização social e desabitando o convívio com a injustiça.

Acerca desse enfrentamento, Pinzani e Rego (2014, p. 9) esclarecem que

a existência da cidadania como situação histórica supõe, necessariamente, um complexo de condições políticas, sociais, econômicas e culturais. Por exemplo, se uma sociedade não garante que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo, tal sociedade apresenta **déficits enormes de democratização** de sua estrutura social e política. **Isso contamina, de forma nociva, o convívio cívico do corpo social**, pois o hábito de conviver com a injustiça, o desrespeito e a desigualdade torna todos(as) os(as) habitantes de uma nação embrutecidos(as) e insensíveis à dor do outro.

Disto, apreendemos uma forte disputa entre aqueles que possuem condições e aqueles que não a possuem, de modo que ficam aparente as disputas entre as classes sociais, uma lutando e contribuindo para conservar a situação como está e outros buscando transformações.

Pensando tais transformações via educação, temos em Saviani (2013, p. 20) que a escola precisa propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado, sistematizado, ou seja, à ciência. Em suma, para o autor, “pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita”. Desse modo, compreendemos que a educação tem papel fundamental no desenvolvimento social do cidadão, pois, oportuniza a aquisição de elementos para a pessoa se posicionar, compreender e desmistificar as situações que lhe aparecem.

De acordo com o exposto, podemos perceber que, a vulnerabilidade social, historicamente, é produzida, a partir das mudanças ocorridas no país, e que afetam principalmente as famílias mais pobres, aumentando as dificuldades financeiras das famílias e colocando elas em situações de risco. Tal produção da vulnerabilidade não está alheia ao processo de precarização de todas as formas de promoção de políticas públicas, pois, as crianças que estão expostas as situações de desigualdades sociais estão sujeitas a exclusão social, abandono, violência, falta de escolaridade, alimentação, saúde e cultura, elementos fundamentais para uma melhor qualidade de vida. Todos esses fatores tiram das crianças a sua infância, negando a ela direitos sociais fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, Art. 6º, (BRASIL, 1988) como: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a





moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

### Considerações Finais

Ao tratarmos de dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social, percebemos que a educação pensada como a solução para erradicação da pobreza é também aquela que acaba por excluir as crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social.

Uma criança não aprende simplesmente porque é pobre, pois foi possível identificar que todo indivíduo tem capacidade de aprender e que isso depende da quantidade de estímulos que esse indivíduo recebe. No entanto, cabe destacar que a pobreza é um desses fatores que implicam na aprendizagem pelo fato de que, na maioria das vezes uma criança que vem de família vulnerável, muitas vezes, deixa de frequentar a escola para poder trabalhar e ajudar na renda da família, perpetuando o ciclo da pobreza. Outros fatores que podemos destacar é o uso de drogas e álcool.

Por sua vez muitas escolas existentes nos territórios socialmente vulneráveis se tornam o único órgão público de referência dessa população e com isso acabam por executarem ações distintas do próprio papel da escola.

De modo geral vale salientar que, mesmo a educação sendo dever do estado e da família, a escola, praticamente único recurso estatal disponível em contextos vulneráveis, precisa se constituir como espaço de transformação por meio da promoção do saber sistematizado e do combate à exclusão social, à pobreza e suas diversas formas de dificultar a aprendizagem.

### Referências

BRASIL, Assembleia Constituinte. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em [www.planalto.org.br](http://www.planalto.org.br). Acesso em 26/09/2017.

CARARA, Mariane, Lemos. **Dificuldade de Aprendizagem e Vulnerabilidade Social Sob a Percepção da Comunidade Escolar**. Santa Catarina. 2016.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania. Educação, Pobreza e desigualdade social, Módulo I**. SECADI/MEC, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. consequentemente, no aumento do número de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. (PESSALACIA. 2010. P.424).

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.







LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM COMUNIDADE DE BAIXA RENDA

Rosilene Lopes Pereira da Luz

Adriano Castorino

**Resumo:** O estudo aborda a relação entre gravidez na adolescência e evasão, um tema que merece destaque nos processos de abandono da vida escolar. Uma gestação precoce pode levar as adolescentes a deixarem os estudos por vários motivos, tais como: sintomas típicos da gravidez, vergonha, preconceito, pressão familiar, escolar, principalmente por parte dos amigos, dentre outros. O objetivo geral deste trabalho foi identificar quais são as causas que promovem a evasão escolar no momento em que uma adolescente fica grávida. A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa com uso de entrevista e com revisão de literatura científica. Para a coleta de dados foram selecionadas adolescentes grávidas que evadiram da escola. Os resultados confirmaram que a gravidez na adolescência foi o que levou ao abandono da escola; foi constatado que nenhuma das adolescentes planejou a gravidez e nem apresentou sentimento positivo ao descobrirem que estavam grávidas. As adolescentes afirmaram que não estavam preparadas para a função materna, mas que tem planos futuros para suas vidas. Houve um destaque para a importância dos grupos de amigos, na qual a escola apareceu como uma fonte de amizade, entretanto as causas do abandono escolar estavam sempre relacionadas com a gestação.

**Palavras-chave:** Sexualidade, gravidez, adolescência, evasão escolar.

### Introdução

529

A gravidez na adolescência<sup>16</sup> é uma realidade que não para de crescer no Brasil e no mundo e tem repercussões biológicas, familiares, sociais, econômicas e culturais. Para muitos autores, a gravidez na adolescência é uma situação de risco psicossocial que pode ser reconhecida como um problema para os jovens que iniciam uma família não intencionada. Para Figueiredo (2000), a maternidade afeta negativamente diversos níveis da trajetória desenvolvimento da adolescente, principalmente no que se refere aos domínios educacionais, como abandono escolar ou menor progressão educativa, socioeconômico (pobreza), ocupacional (desemprego), social e psicológico, como depressão, baixa autoestima e isolamento social.

Segundo Beretta et al. (1995), a maioria dos jovens chegam à maturidade sexual antes de atingir a maturidade social, emocional ou a independência econômica. Outras características que podem ser reconhecidas durante esta fase são: aquisição de independência dos pais e família; desenvolvimento do sistema de valores e aquisição de identidade própria;





estabelecimento de relações efetivas com outros indivíduos da mesma idade, tendência de egocentrismo nos interesses e metas, além da preparação para a carreira profissional. O adolescente enfrenta um mundo complexo para o qual ainda não dispõe de um repertório adequado, pois as mudanças que o ambiente exige desta fase são em número muito grande, sendo a adolescência um período de aprendizagem de regras novas (BAPTISTA et al., 2001).

Essa fase é marcada por algumas características, dentre elas, a maior capacidade de reconhecer alternativas nas escolhas e encontrar soluções através deste reconhecimento. Geralmente, essa característica é acompanhada pela tendência de questionar as autoridades (ZARB, 1992). Segundo Steinberg (1996), o adolescente convive com uma dupla consciência: a do corpo já desenvolvido, mas o psicológico ainda imaturo. A menarca atualmente vem sendo antecipada devido à melhoria da alimentação, graças a isso as relações sexuais também ocorrem mais cedo (DIAS; GOMES, 2000).

Dentre múltiplas determinações, a erotização do adolescente, promovida pela mídia, estimula a iniciação sexual precoce que, na ausência do domínio das práticas contraceptivas, pode resultar em gravidez não desejada (FUJIMORI et al., 1997). Nessa fase, o psicológico do adolescente trabalha com as relações entre sentimento, pensamento e ações, mas as informações sobre gravidez, prevenção e prazer não são decodificadas e incorporadas em sua vida (DIAS; GOMES, 2000). A jovem mulher abandona a condição infantil (PINHEIRO, 2000), buscando o sexo para preencher o vazio que existe dentro delas, procurando nas relações carinho, compreensão e afirmação pessoal (GIL; LUCAS, 1998).

A gravidez é um período que ocorrem profundas transformações endócrinas, somáticas e psicológicas que repercutem na vida da mulher. Essas mudanças ocorrem da mesma maneira durante a adolescência, o que de acordo com alguns autores favorece o agravamento da crise comum a ambas as fases do desenvolvimento, pois alegam que gravidez e adolescência são períodos críticos de vida (BUENO, 2008). A mudança do corpo é radical com a gestação, e exige também mudanças no relacionamento entre as pessoas como no ambiente em que se vive (DIAS; GOMES, 2000). O objetivo deste trabalho foi identificar quais os impactos da gravidez para as adolescentes de comunidade de baixa renda.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente estudo caracteriza-se como um estudo exploratório que de acordo com Triviños (1987), permitem ao pesquisador aumentar sua experiência sobre um determinado problema, contribuindo para que outros problemas de pesquisa sejam levantados. A pesquisa





foi aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde com autorização das famílias, das duas adolescentes grávidas, com idades de 14 e 16 anos, residentes no município de Dois Irmãos do Tocantins-TO, usuárias dos Programas de Pré-Natal oferecidos pelo Sistema Único de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde. Os critérios para a seleção da amostra da população estudada dependeram de alguns fatores como: interesse por parte da adolescente gestante em participar da pesquisa e autorização formal da adolescente e dos pais ou responsáveis. O instrumento utilizado classifica-se como uma entrevista semiestruturada (Lakatos e Marconi, 1982) e objetivou obter dados sobre a história de vida da adolescente, seu comportamento e sentimentos frente à vida amorosa, à sexualidade e à maternidade. A entrevista teve um roteiro com os seguintes itens: identificação (idade, escolaridade, profissão; número de integrantes da família; profissão, idade dos pais e irmãos; renda familiar); relacionamento familiar com os pais e irmãos; existência ou não, na família, de conversas sobre a sexualidade; idade da mãe quando gerou o primeiro filho; hábitos e rotinas; fatos marcantes da vida; idade da primeira relação sexual; planejamento ou não da gravidez; relacionamento com o pai da criança; idade do pai da criança; conhecimento, acesso e uso de métodos de contracepção; reação dela, do pai da criança e familiares ao anúncio da gravidez; mudanças e sentimentos frente à gravidez e à maternidade; expectativas e planos para o futuro; planos de ter outros filhos.

531

Com a autorização da coordenação da unidade de saúde foi estabelecido contato com as adolescentes por meio do grupo de acompanhamento pré-natal no qual foi informado o objetivo do estudo. Para as adolescentes que se interessaram em participar foi agendado dia, local e horário para a realização da entrevista. Durante a entrevista foi reforçado a questão dos objetivos da pesquisa e do sigilo e realizados os questionamentos, dos quais foram anotadas as informações relevantes que permitiram a elaboração de um texto por parte do pesquisador sobre os relatos obtidos. Não foi usado gravador e os nomes das adolescentes foram substituídos por outro fictício.

### **Resultados e Discussão**

A entrevista não teve uma sequência rígida de questionamentos para que as entrevistadas pudessem seguir uma narrativa livre, mas que pudesse abordar todos os temas. Deste modo as falas aqui apresentadas obedecem uma sequência que foi criada para a apresentação dos dados das entrevistas com a análise no referencial psicanalítico.





### As entrevistadas

Em relação ao perfil das entrevistadas, ambas possuem uma idade acima da série que estão cursando, pois a de 14 anos cursava o 8º ano do Ensino Fundamental e a de 16 anos ainda estava no primeira série do Ensino Médio. As duas residem com os pais, entretanto observa-se que o vínculo de moradia é com a mãe, sem a presença do pai. Os pais das crianças também são adolescentes. E nenhuma das duas entrevistadas soube informar a renda da família, ainda que pela localização de moradia e condições sociais pudessem ser caracterizadas como famílias de baixa renda.

### A gravidez e a adolescência: aspectos psíquicos

Observa-se um desconhecimento sobre a capacidade de discriminação, avaliação e preparo para enfrentar as situações da vida.

*Eu não costumo conversar com o pai do bebê sobre a questão de sermos pais dessa criança. Nós não falamos dessas coisas de maternidade e a paternidade. (Jaqueline)*

*Eu tenho mais medo da hora do parto, mas depois que o bebê nasceu, aí eu vou descobrir como exercer meu papel de mãe, por agora não estou preocupada não. (Heloisa)*

As duas adolescentes relataram que iniciaram os relacionamentos com pouca idade, assim que conheceram o pai do futuro bebê já iniciaram as relações sexuais por volta dos 11 anos de idade.

532

*Tive a primeira relação sexual com 11 anos, eu nem sabia direito o que era fazer sexo. A primeira relação aconteceu em meio a brincadeiras com um vizinho e quando vi já tinha feito. Eu levava tudo na brincadeira a gente ficava “zuando”, “brincando”, “tirando sarro”. Então aconteceu, mas eu não estava preparada, sei lá, não sabia direito que tinha feito aquilo. A gente não usou muito a cabeça para fazer. (Jaqueline)*

*A minha primeira relação sexual foi antes dos 12 anos de idade, mas a gente não conversava sobre sexualidade, nem usava preservativo então veio a acontecer a gravidez dessa forma. Eu conhecia os métodos contraceptivos, mas a gente pensava que isso era bobagem e que não ia acontecer nada porque a gente era criança ainda. Eu tive essa inocência ne. (Heloisa).*

Nos relatos, observa-se que as adolescentes não estavam amadurecidas emocionalmente para lidar com a sua sexualidade, iniciando sua vida sexual de forma infantil e não planejada. Contudo as duas afirmam que fazem planos de ir viver junto com os pais dos seus filhos. De certo modo como elas relatam também que ao questionarem a possibilidade de uma gravidez os companheiros afirmaram que se casariam e iriam criar o filho juntos. Assim não foi possível saber, talvez a gravidez fosse a possibilidade de ter a sua própria casa e mesmo inesperada se tornou o seu projeto de vida. Quando questionadas sobre





a escola, ambas afirmaram que não estão estudando no momento por causa da gravidez, mas que pretendem voltar a estudar, ainda que neste contexto também já apareça a preocupação com a necessidade de trabalhar. Nenhuma das duas menciona o fato de que serão mães e que precisaram cuidar dos seus filhos.

### **Gravidez na adolescência: aspectos sociais**

As duas entrevistadas pertencem a uma classe econômica pobre, todas são usuárias do serviço de saúde pública do município e, pelas profissões dos pais ou dos demais membros da família, compreende-se que a renda familiar é baixa. A mãe de Jaqueline trabalha fora de casa como diarista; já os pais de Heloisa são separados, o pai trabalha como serventes e a mãe diarista. A rotina de vida dessas adolescentes é ficar em casa, ajudar nos serviços domésticos; não estudam e tem como lazer a televisão e os passeios apenas no bairro onde moram. As amizades também são limitadas. As duas adolescentes não fazem nenhum curso, nem participam de atividades esportivas e outras, o que faz pensar até que ponto os programas, projetos e serviços ofertados os adolescentes são motivados a trabalhar seus sentimentos e angústias, desenvolvendo suas habilidades e fortalecendo sua auto-estima para que tenham um projeto de vida e sonhos.

533

Valadão (2003), ao discutir a saúde nas políticas públicas, descreve que um novo conceito está ganhando força, que é a promoção da saúde, envolvendo ações sobre as causas e determinantes da saúde em conjunto com as demais políticas. Melo (2001) e Guimarães (2001) argumentam que devem ser discutidas as estratégias dos programas de prevenção de gravidez na adolescência, com a inclusão de atividades educativas, culturais, de lazer e preparo profissional de modo a propiciar às jovens outras perspectivas além do casamento e/ou maternidade. Para isso, é necessário estimular, nos serviços públicos de saúde, espaços especiais para os adolescentes, com metodologia participativa e integração entre as políticas de educação e de saúde nos projetos educativos na área da sexualidade.

Dadoorian (2000) observa que as adolescentes estão tendo relacionamentos sexuais precoces, porém essas relações não são programadas, tampouco as adolescentes se sentem preparadas para lidar com a sexualidade. Em meio à velocidade das informações e das transformações dos valores da sociedade contemporânea, a adolescente sente-se confusa, o que afeta a sua capacidade subjetiva de lidar com o novo. As adolescentes Jaqueline e Heloisa informaram que conheciam os métodos contraceptivos pelo contato com a escola, e que tinham acesso aos mesmos, contudo, não os usavam. Dadoorian (2000) aponta que o





conhecimento dos métodos contraceptivos e a facilidade de acesso à informação não garantem um aumento de proteção contra a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis.

### **O papel da família**

Jaqueline apresenta uma história familiar em que mãe viveu relacionamentos afetivos marcados por separações. Segundo a adolescente, sua mãe foi casada com um homem bem mais velho que a abandonou quando ela estava grávida de quatro meses do primeiro filho, aos 16 anos de idade. Não teve o apoio dos pais, ficando sozinha, e como não tinha condições de criar o filho entregou-o aos avós maternos. A mãe de Jaqueline envolveu-se com seu pai biológico, que era agressivo e por várias vezes tentou matar sua mãe, o que a fez fugir dele. Em sua história, Heloisa, reside com a mãe e um irmão, no entanto, relatou que há pouco diálogo com o pai, pois o mesmo mora em outra cidade.

Zimerman (2000) aponta que o grupo familiar exerce profunda importância na estruturação do psiquismo da criança e conseqüentemente na formação da personalidade do adulto, determinando como o indivíduo interagirá e configurará suas relações grupais e sociais ao longo da vida. Diante desses aspectos, considera-se que as adolescentes entrevistadas, apesar das particularidades das histórias de vida, acabaram ficando “desprotegidas”, ou seja, no desenvolvimento emocional, faltou sustentação psíquica que pudesse fornecer-lhes a sensação de acolhimento e segurança.

534

Essas ponderações são muito importantes, pois o objetivo desta análise não é culpabilizar as famílias, nem as adolescentes, mas procurar ter um olhar sobre o contexto socioeconômico e cultural que as famílias e as adolescentes estão vivendo e, assim, apontar aspectos de como a capacidade psíquica dessas adolescentes foi estabelecida e ressaltar que, além das ansiedades inconscientes, as adolescentes vivenciam a violência e ambigüidades sociais, ocasionando medos e confusões.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Conforme o objetivo proposto neste trabalho, de levantar alguns dos motivos que levam as adolescentes a engravidar, pode-se asseverar, que uma das razões da gravidez nessa faixa etária é o déficit na capacidade de auto continência dos adolescentes para lidarem com desejos, impulsos, angústias e demais conflitos, conscientes e inconscientes, que os afligem.

O presente estudo identificou que as adolescentes não tinham conhecimentos sobre as complicações e conseqüências que a gravidez na adolescência pode acarretar para a vida





delas. Frente a isso, percebeu-se a importância dos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros que são os profissionais que estão mais próximos dos pacientes e que têm um papel central na educação preventiva, estarem preparados para orientar os pais e os adolescentes em suas dúvidas, usando métodos de ensino, fornecimento de informações e encorajamento apropriados para estes grupos, e com isso não focalizar a questão apenas da gestação, pois isto seria perder de vista o contexto dentro do qual a gravidez se produz, portanto não devem ser restrito informações sobre métodos contraceptivos

### Referências

- ARAÚJO, V.M.; Morés, A. & Antunes, H.S. (2001). Os dizeres das adolescentes sobre a gravidez precoce: desafios para a escola. *Educação - Revista do Centro de Educação - Universidade Federal de Santa Maria*, 26, 1, 49-56.
- BION, W. R. (1991). *O aprender com a experiência*. (P. D. Corrêa, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1962).
- CAMPOS, D.M.S. (1981). *Psicologia da adolescência. Normalidade e psicopatologia*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes.
- CARVAJAL, G. (2001). *Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência*. (C. Berliner, trad.; 2ª ed.). São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1996).
- COTES, P; Aranha, C. & Barbi, D. (2004). Mães antes da hora - uma em cada 10 estudantes engravidada antes dos 15 anos. No Brasil, a taxa de fecundidade só cresce entre as adolescentes. *Revista Época*, 303, 54-59.
- DADOORIAN, D. (2000). *Pronta para voar: um novo olhar sobre a gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DIMENSTEIN, G. (2005). Gravidez de adolescentes tem cura. *Folha de São Paulo*, 13 mar. Caderno Cotidiano, p. C-12.
- GÓIS, A. (2004). Gravidez cresce entre adolescentes da elite. *Folha de São Paulo*, 27 set. Caderno Cotidiano, p. C-1.
- GUIMARÃES, E.M.B. (2001). Gravidez na adolescência: uma visão multidisciplinar. *Pediatria Moderna*, 37, 29-32.
- KEHL, M.R. (2001). A gravidez e o vazio. In: C. Weinberg (Org.), *Geração delivery: adolecer no mundo atual*. (pp. 29-38). São Paulo: Sá.
- LAKATOS, E.M. & Marconi, M.A. (1982). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- TRIVIÑOS, A.N.S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação*. (pp. 91-114). São Paulo: Atlas.
- VALADÃO, M.M. (2003). A saúde nas políticas públicas: juventude em pauta. In: M.V. Freitas & F.C. Papa. (Org.), *Políticas públicas juventude em pauta*. (pp. 203-218). São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert
- ZIMERMAN, D.E. (2000). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. (2ª ed.) Porto Alegre: Artes Médicas.





## HABITAÇÃO: UMA LUTA E A ESPERANÇA DE QUEM FAZ PARA ALÉM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Rosilene F. da Cruz Macedo

Adriano Castorino

**Resumo:** As políticas habitacionais no Brasil, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal são caracterizadas por uma demanda crescente, cujo contingente populacional demanda sempre investimentos contínuos. O presente artigo trata de uma reflexão sobre essa política de habitação que apresenta fragilidades correspondente ao déficit habitacional, pois os recursos financeiros necessários para efetivação dos programas e ações da atual conjuntura, acabam sendo insuficientes para estabelecer os padrões mínimos à moradia digna e a inserção social por meio das políticas públicas. Para este estudo utilizou-se uma metodologia etnográfica com o relato de um caso que representa exatamente a parte mais frágil do processo, ou seja, a pessoa que necessita da moradia. Observamos no relato a luta continua para ter e dar aos seus descendentes um teto como moradia. Do outro lado, estão os que fazem essas políticas e executam os programas de forma tão distanciada das necessidades dos que precisam ocupar estes espaços.

**Palavras-chave:** Políticas habitacionais, etnografia, programas sociais.

### Introdução

Embora o Brasil tenha avançado progressivamente na área social nos últimos anos, ainda persistem muitos problemas que afetam a vida dos brasileiros. E dentre esses problemas destaca-se o déficit habitacional que ainda é bastante agravante no Brasil. Existem milhões de famílias que não possuem condições habitacionais adequadas. Nas grandes e médias cidades é muito comum a presença de favelas e cortiços. Encontrando-se também pessoas morando nas ruas, embaixo de viadutos e pontes. Nestes locais, as pessoas possuem uma condição inadequada de vida, passando por muitas dificuldades.

Segundo Brasil (1988) está expresso na Constituição Federal em seu artigo 6º que os direitos sociais incluem a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Com base nesta lei cabe ao estado criar e desenvolver políticas públicas, no sentido de garantir a todos os cidadãos o direito à moradia. Para isso se tem formulado estratégias, pelas quais se busca a promoção e efetivação desses direitos, através de implementação dos programas e ações da política de habitação, para o enfrentamento das questões sociais habitacionais, a fim de reduzir as necessidades habitacionais do país.

Entretanto quando observamos a implementação das políticas habitacionais notamos que mesmo diante do avanço progressivo na área social nos últimos anos, ainda persistem muitos problemas que afetam a vida dos brasileiros. E dentre esses problemas a moradia merece destaque. Algumas políticas até causaram impactos positivos como o Programa Minha







Casa Minha Vida, que apesar da tentativa de dar moradia, também trouxe à tona o fato de que o problema da habitação para população de baixíssima renda (até três salários mínimos) somente será enfrentado se houver um grande aporte de recursos públicos (ROMAGNOLI, 2012).

Portanto, no âmbito das Políticas Públicas, pode se afirmar e apontar perspectivas que se acredita estar presentes na implementação da Política Pública de Habitação. Uma é a formulação de Políticas Públicas constituída de benefícios, de serviços, de programas e de projetos que visam à melhoria das condições de vida e de cidadania da população mais pobre; a segunda da participação e da inclusão das famílias no processo de formulação, realização e efetivação dessas políticas.

Nesta pesquisa em que ouvimos o relato de vida de uma pessoa em busca de moradia percebeu-se que os programas habitacionais são bem elaborados, mas não levam em consideração as histórias de vida e as necessidades decorrentes das mais variadas composições das famílias, diversidades culturais e nem mesmo das condições financeiras e ambientais dos espaços que são destinados aos que esperam pela possibilidade de ter um teto.

### **Procedimentos Metodológicos**

537

Esta pesquisa tem por finalidade, o estudo sobre a habitação para moradores de baixa renda no âmbito das esferas Federal, Estadual e Municipal. Como método de trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica (LAKATOS E MARCONI, 1987) e a pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989). A coleta de dados se realizou via com o contato e seleção de uma história de vida marcada por migração e trabalho em busca da casa própria. Para a entrevista foi realizado uma visita domiciliar em horário e data previamente agendados. A conversa e as observações foram realizadas durante um dia acompanhando a entrevista em suas atividades cotidianas. Para a sistematização e análise foram transcritos os dados obtidos e fundamentados em teorias e legislação que trata do assunto em questão.

### **Resultados e Discussão**

A narrativa que se segue é sobre a história de vida de Luciana, uma mulher que nasceu e viveu com a família na cidade de Redenção no Estado do Pará, mas em janeiro do ano de dois mil e nove, mudou-se para o Estado do Tocantins, exatamente para a Cidade de Rio dos Bois, às margens da BR 153 (Belém-Brasília). A saída do lugar onde se vive gera dois aspectos: a necessidade de manter viva na memória uma construção simbólica que possa





aplar o sentimento de ausência e a urgência de desvelar um cenário novo que por vezes desconhecido se transforma num mundo de expectativas. Este cenário se torna palco de um embate de necessidades que no momento da chegada pode ser mais complexo ainda. Segundo Hasse (2007), para se fixar num território novo, o migrante, ainda que temporariamente precisa manter uma boa relação com aqueles que já estão estabelecidos.

Eu queria muito ter minha casa, mas lá era difícil, acho que não ia conseguir porque não tinha trabalho. A gente sonhava que quando chegasse aqui ia poder ter uma casa só pra nós. Uma casa que fosse nossa mesmo. Mas nem eu e nem ele tinha emprego e aí fomos viver na casa da minha sogra. (Luciana)

A necessidade da mudança fez a família deixar para traz uma história de luta e de muitas dificuldades, pois tanto Luciana quanto o esposo ambos estavam desempregados, sem nenhuma profissão e ainda com 02 (duas) filhas, sendo uma de 04 (quatro) anos de idade e a outra de 03 (três) anos. As desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno (BAENINGER, 1999).

538

Entretanto a oferta de emprego que é divulgada normalmente não é a realidade que o migrante encontra.

Eu só consegui emprego depois de 02 (dois) meses. Comecei a trabalhar em um bar durante a noite e durante o dia prestava serviços na casa de uma tia. Já o meu esposo só depois de 04 (quatro) meses foi que começou a trabalhar em uma fazenda, triturando silo para o gado. Depois que nos dois tinha emprego foi que alugamos uma casa. Eram tantos problemas e ele sempre trabalhando fora e então eu resolvi separar. Em agosto do mesmo ano eu já estava num novo relacionamento. O meu marido novo tinha 05 (cinco) filhos. Ele não vivia com os filhos, mas pagava pensão para eles. Depois de um tempo eu já estava grávida e tive mais um filho com ele. (Luciana)

Ao fazer uma análise da família, mediante este relato percebemos um número alto de filhos, são 8 crianças, que dependem da renda de duas pessoas. Isso gera um custo que impossibilita a melhoria da moradia. Assim as pessoas que diante dessa situação em que a prioridade se torna a alimentação passam a viver em locais de moradias precárias, sem nenhuma infraestrutura básica. Assim vão se formando agrupamentos de pessoas morando em lugares com péssimas condições habitacionais, sem energia elétrica, saneamento básico, água tratada. Existem uma preocupação constante, por parte dessas famílias, pois muitas de suas





casas não têm nem o básico. Assim, muitos sofrem com a carência de infraestrutura, como a falta de banheiros, de espaço, entre outros fatores negativos. E muitos nem chegam a ter um lugar para morar.

Todavia, grande parte dos crescentes desajustes em uma sociedade são decorrentes, da falta de respeito aos direitos fundamentais de vida, saúde, moradia e trabalho. Ao problematizar a questão da “moradia” precisamos refletir sobre a atual situação de descasos de nossos governantes na efetivação dos direitos da população por uma moradia digna, além de um sistema burocrático que implica em perda de tempo e pode impedir bons resultados.

Na Constituição Federal, de acordo com Brasil (2000) deu-se a concretude por meio da Emenda Constitucional n. 26, de 2000, o art. 6º passou a ter a seguinte redação: “São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”. Pode se mencionar, o direito à moradia como um dos núcleos que possibilita a conquista da dignidade da pessoa humana, razão pela qual deve também ser implementado em todos os níveis.

Apesar de todo o amparo legal observamos no relato as dificuldades para um trabalhador adquirir um imóvel.

539

Foi muito difícil a gente conseguir comprar um terreno, porque a casa a gente nem tinha esperança mesmo. Mas daí compramos o terreno. Depois veio o programa Minha Casa Minha Vida Etapa 2, e como a gente tinha o tal de perfil, nossa condição atendia os critérios governo, não teve nenhuma burocracia para a aprovação do cadastro. Fizemos tudo direitinho e foi aprovado. Só que tem uma coisa até hoje não saiu. Então como não tinha pra onde ir daí a gente construiu um barraco de palha. Esse mesmo aqui onde moro até hoje. A minha esperança eu tenho, mais os resultados esperados, eu acho assim que eles não virão (Luciana).

Os direcionamentos dados ao Programa Minha Casa, Minha Vida foram sendo modificados e já não mantinham os mesmos princípios que de acordo Dias (2009) era atender as pessoas de baixa renda. É notório nos últimos anos certos fatores, que denotam mudanças ocorridas no plano socioeconômico-culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, negativando a dinâmica e estrutura familiar e possibilitando alterações em seu padrão tradicional de organização. Tal processo de globalização da econômica capitalista, tem levado a família de muitos como a da entrevistada, que nos últimos 02 (dois) anos, tem buscado todas as alternativas possíveis para construir sua casa.

Dada a realidade que vivencia a família em estudo, cabe ressaltar as situações de vulnerabilidade e risco social pela condição da moradia: é um barraco coberto de palha e com





paredes de palhas, as paredes que dividem os 03 (três) cômodos são de cortinas e um velho guarda roupa; possui um banheiro que consta de um espaço rodeado por uma lona, sem sanitário. Disso decorre que as necessidades como defecar são feitas em um terreno em frente “uma matinha”. Os riscos de fogo no verão; as doenças causadas por animais nocivos, animais venenosos e peçonhentos, a falta de saneamento, segurança, infraestrutura urbana. O casal não tem privacidade, pois dormem no mesmo espaço que as duas filhas adolescentes e o filho de menor. Também os poucos moveis são improvisados como um fogão a lenha, feito de tijolos empilhados no chão de terra e a lenha é apanhada no mato, com o uso de facão e machado.

Assim, partindo da percepção de que a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e consequências intrínseca, obtém-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem famílias e indivíduos.

Tem uns dois anos que lutamos para construir a nossa casa. É uma economia daqui outra dali, para a compra dos materiais. Eu quero fazer minha casa, eu sonho com ela de paredes levantadas e coberta com telha. Eu vou conseguir porque graças ao meu irmão que é pedreiro, e alguns amigos e vizinhos que tem ajudado eu vou ter a mão de obra. Outro dia eu comprei 02 (duas) mil telhas usadas, e tava barato, mas também tava muito sujo. Daí eu falei que ia lavar. Então veio os vizinhos e todo mundo ajudando, fui muito bom. (Luciana)

540

Existem ainda outros materiais necessários, mas a entrevistada sequer mencionou. Neste momento ela se preocupa mais com as conquistas e espera ter forças para fazer sozinha porque, de acordo com os seus relatos, já não se pode contar com a ajuda do governo.

Portanto, se faz necessária uma análise mais aprofundada sobre as formas de efetivação desse direito, consolidado num dever do Estado de proporcionar de forma direta a execução de políticas públicas de habitação, seus mecanismos, diretrizes e programas definidos para operacionalizar seus resultados, diante da complexidade e a importância do problema habitacional exigem empenho e comprometimento, o principal enfoque é a concretização de melhor qualidade de vida, na proporção de uma “moradia digna”. Entende-se que no contexto histórico de uma sociedade “o homem está sujeito a um governo, embora nem sempre participe de sua escolha, este está sujeito às leis.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Ao analisar o relato de Luciana percebemos como as políticas habitacionais se encontram ainda distante das necessidades das pessoas de baixa renda. Além disso a sua moradia conforme foi descrita é a constatação de que existe pessoas em condições de





vulnerabilidade social devido a precariedade da moradia, ainda que exista uma legislação que afirme que o Estado deveria resolver essa questão. Assim podemos dizer que ainda hoje no Brasil, é notório a existência de um grande déficit habitacional.

Daí então emerge a urgente necessidade da atuação de um plano para habitação, que realmente pudesse atender demanda reprimida por moradia ou residências que necessitam serem reconstruídas, por serem precárias e insalubres à vida humana.

### Referências

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980/1996. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 26, de 2000.** Dá uma nova redação para o artigo 6 da constituição Federal. Brasília-DF, 2000.

DIAS, E. C. **Minha Casa, minha vida, minha política pública.** Conjuntura da Construção, Ano VII, n. 2, Junho. 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

HASSE, Geraldo. Meus caros pais. Uma trajetória migrante. In: CUNHA, M. J. C.; GURAN, M.; HASSE, G.; MENEZES, F. L.; STEVENS, C. M. T.; **Migração e Identidade:** olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: editora Atlas, 1987.

LEHFELD. Neide A. de Souza. **A Política habitacional brasileira** – alternativas de reequacionamento. In: Serviço Social e Sociedade ano IV n. 11. São Paulo: Cortez editora. Abril de 1983.

MINISTERIO DAS CIDADES. **Cadastro e Critérios para seleção de Famílias inscritas no PMCMV: CRITERIOS NACIONAIS** (PORTARIA 610/2011 do Ministério das Cidades). Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em 18/08/2017.

ROMAGNOLI, Alexandre J. O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos. Revista Temas de Administração Pública. Capa > Edição Especial, v. 4 , n. 7 (2012).





## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DOS DESCUMPRIMENTOS DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA

Ruth Vieira Silva

Júlio César Rocha

**Resumo:** O artigo objetiva discutir sobre a relação entre Educação, Pobreza e as Condicionalidades do Programa Bolsa Família, com o resultado da pesquisa qualitativa sobre as ações desenvolvidas por uma escola municipal da região sul de Palmas-TO no ano de 2017, com as famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento das condicionalidades da educação. Foi verificado o percentual de descumprimento na escola, os principais motivos dos descumprimentos na educação e o instrumento de monitoramento da frequência escolar.

**Palavra-chave:** Educação, Programa Bolsa Família, Condicionalidades.

### Introdução

O curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social é primeiramente um desafio na vida de qualquer profissional, pois nesse curso proporcionou a construção de novos conceitos e desconstrução de muitos preconceitos, principalmente na relação entre a pobreza e educação.

Por não ser profissional da educação, o curso despertou a vontade de conhecer mais a fundo sobre as práticas da educação e as problemáticas que enfrentam sobre o acompanhamento da educação nas condicionalidades do Programa Bolsa Família- PBF.

A pesquisa justifica-se pela prática profissional na Política de Assistência, onde é realizado o acompanhamento familiar das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e famílias que encontram-se em situação de descumprimento das condicionalidades do PBF na educação.

Por isso o interesse de conhecer as ações que a Política de Educação promove em favor dessas famílias para garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola, com o objetivo geral de investigar sobre as ações desenvolvidas por uma Escola Municipal da Região Sul de Palmas-TO, no primeiro semestre de 2017, com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de descumprimento da condicionalidade do programa na área da educação, para garantir a permanência das crianças na escola, e da família no programa; com os objetivos específicos de identificar junto a escola o percentual das famílias do PBF em situação de descumprimento das condicionalidades da educação, conhecer as principais causas dos descumprimentos na educação, conhecer o instrumento de monitoramento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família.





## Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada teve o método materialista histórico dialético, como abordagem e reflexão, este método, segundo Baptista (2006) “*é um método para análise concreta de fatos reais*”, pois a utilização desse método contribuiu na análise dos dados coletados.

A finalidade exploratória foi alcançada através de pesquisa qualitativa, quando buscou conhecer as ações da escola com as famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento das condicionalidades.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2007) “*responde a questões muito particulares*” e buscar aprofundar o “*mundo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes*” dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Foi realizada uma com o responsável das informações do PBF na escola a partir do instrumento de coleta de dados (vide Apêndice 2)

### 4.1 Breve descrição do lócus da pesquisa

O local pesquisado foi uma Escola Municipal na modalidade de ensino do 1º ao 9º Ano/Tempo Parcial, localizada na região extremo sul de Palmas, com 702 alunos matriculados, desse total 360 são beneficiários do Programa Bolsa Família.

O sujeito pesquisado foi um profissional responsável pelo PBF na escola, pois há apenas um na referida escola, sendo secretário geral da mesma, há aproximadamente 4 anos, com vínculo de servidor estatutário.

543

## Resultados e Discussão

Foi identificado conforme a fala do sujeito entrevistado, em junho e julho de 2017, na escola pesquisada, foi registrado um percentual de 4% que não obtiveram o percentual mínimo da condicionalidade da educação, dos 360 beneficiários matriculados.

O percentual mínimo da condicionalidade da educação para crianças entre 6 e 14 anos, é de 85% de frequência; e para adolescentes entre 15 e 17 anos o percentual mínimo é de 75% de frequência.

Os principais motivos dos descumprimentos das condicionalidades da educação, conforme a fala do sujeito entrevistado e dos códigos do Sistema Presença, dos motivos de baixa frequência, situações coletivas e outros-2017, são: 1º doença acometida ao aluno; 2º é por motivo de doença em pessoa da família; 3º negligência dos pais ou responsáveis; 4º a grande distância entre a residência do aluno e a escola.





O acompanhamento das frequências é realizado através do instrumento chamado de Sistema Presença, que é alimentado a cada bimestre diretamente na plataforma, e por isso é necessário o arquivamento dos dados das frequências por aluno a cada bimestre, feito manualmente, porque o sistema permite apenas alimentar com as informações, após o período de registro dos dados não tem opção para acessar as informações registradas.

O que é algo negativo ao serviço, pois o responsável de acessar o sistema e alimentar com as informações, tem o trabalho de repassar o percentual de frequência manualmente em formulários impressos com os nomes dos alunos, não tendo como acessar os dados depois do período de registros.

Quanto ao questionamento sobre as capacitações para ocupar o cargo, o sujeito pesquisado respondeu que *“recebem formações o longo do ano letivo e existe também a possibilidade esclarecer possíveis dúvidas através de conferências EAD.”*(sujeito pesquisado).

Sobre as dificuldades de trabalhar com as famílias em situação de descumprimento, informou que a equipe gestora da escola realiza trabalho constante para combater os casos de infrequência escolar, por isso tem estreita relação com o Conselho Tutelar para garantir os direitos das crianças e adolescentes de permanecer na estudando. Atualmente a escola não tem ocorrência de casos de evasão escolar.

544

Diante disso, identificamos uma característica positiva da escola, não há na escola pesquisada casos de evasão escolar, pois a pessoa que ocupa o cargo de orientador (a) educacional, realiza visita domiciliar as famílias com ocorrência de faltas sem justificativas para detectar os reais motivos e não deixar a criança ou adolescente prejudicado no ano letivo. Esta é uma forme da combate cotidiano a “infrequência”.

### Considerações Finais

O PBF é um programa que atende as classes mais pobres da sociedade brasileira, já tirou muitas famílias da miséria e da extrema pobreza, mas quando verificamos a relação das políticas públicas para atender essas famílias, percebe-se que não está ocorrendo uma efetiva relação, as famílias estão ficando a mercê da insuficiência das políticas públicas, como a insuficiência no atendimento na saúde, educação e assistência social, que por vários motivos não está efetivando as garantias dessas famílias.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois conseguimos identificar o percentual de descumprimento das condicionalidade da educação na escola pesquisada,







conhecer as principais causas dos descumprimentos na escola, e o instrumento de monitoramento da frequência escolar, mas percebemos que há muito ainda a ser feito nesse âmbito para conseguir concretizar os direitos das famílias beneficiárias do PBF, principalmente em relação ao estreitamento das parcerias entre todas as políticas públicas para melhor atender as pessoas mais necessitadas de bens e serviços públicos.

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório, Material de estudo da Pós Graduação Educação Latu Sensu Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social, 2016.

BRASIL, Portal Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Programa bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>> acesse em 20/04/2017

ESCOLARIZANDO o mundo: o último fardo do homem branco. Direção: Carol Black. Índia; EUA: Lost people films, 2010. (65 min). Título original: Schooling the world: the white man's last burden. Disponível em: <<http://schoolingtheworld.org/>> acesso em: 08/10/2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default\\_sintese.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtml)>. Acesso em: 30/09/2016.

LEÃO REGO, Walquiria e PINZANI, Alessandro; Módulo I - Pobreza e cidadania, Material de estudo da Pós Graduação Educação Latu Sensu Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social, 2016.

LEITE, Lucia Helena Alvarez Módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza, Material de estudo da Pós Graduação Educação Latu Sensu Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social, 2016.

MENDONÇA, Erasmos Fortes; Módulo II – Pobreza, direitos humanos, justiça e educação, Material de estudo da Pós Graduação Educação Latu Sensu Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social, 2016.

MINAYO, M.C.S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SEVERIANO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo, Cortez: 2007.





## EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO ADQUIRIDO, ACESSO NEGADO

Sandra Soares Brito

**Resumo:** Este artigo aborda a precariedade de vagas em um Centro Municipal de Educação Infantil de Palmas, o principal objetivo deste trabalho é retratar a realidade de muitas crianças com idade de 0 a 5 anos que estão tendo seus direitos à educação e consequentemente seus direitos sociais e da pessoa humana violados, mesmo sendo este direito garantido na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Declaração Universal dos Direitos Humanos. Salientando a importância de políticas públicas educacional de inclusão social que garantem a igualdade de oportunidade a todas as crianças, já que, em creches e pré-escola a criança recebe trabalhos educativos, cuidados e alimentação adequada e ainda, e uma maneira direta de benefícios não só sociais mais financeiros, pois, famílias com os filhos pequenos nas escolas tanto o pai quanto a mãe podem trabalhar para contribuir com as despesas e ainda não precisam deixar seus filhos em situação de risco e vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Direito. Inclusão Social

### INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa<sup>17</sup> é enfatizar a pobreza suas concepções por meio da leitura de vários autores que nos ajudam a compreender as consequências da pobreza e das desigualdades. Destacamos a importância da educação como instrumento para transformação da realidade a educação infantil.

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento metodológico, fizemos levantamento bibliográfico sobre o tema, Constituição Federal – CF/1988, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – MEC/1998, Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990, Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394/1996. Esta pesquisa contempla uma ampla discussão a respeito do conceito de pobreza sobre diferentes visões apresentada pelos autores Miguel Arroyo, (2014); Pinzani, (2014); Pena, (2013); Paulo Freire, (1994); Chala, (2011); Campos, (1999) e o um levantamento de dados sobre a educação infantil no Município de Palmas TO.

546

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde a Constituição Federal de 1988 a educação infantil passa a ser assegurada como direito desde o nascimento e expressando direitos iguais a todas as crianças, superando a diferenciação de atendimento entre filhos de ricos e pobres.

A Educação Infantil representa a primeira etapa da educação básica compõe-se de creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade; pré-escolas, para

<sup>17</sup> Trabalho orientado pelo Dr. José Lauro Martins (UFT). e-Mail: jlauro@uft.edu.br





crianças de 4 a 6 anos de idade. Sendo assim, o sistema educacional integra a creche na categoria de Educação Infantil, com o primeiro seguimento da educação. A constituição Federal (artigos 205 e 208, IV), O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90 – artigo 53 e 54 IV) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96 – artigo 4, IV) apontam a creche como um direito da criança e um dever do estado, a quem cabe garantir o atendimento a todos que dela necessitam.

Ressaltando que mediante esses direitos, as creches recebem as crianças seguindo uma “rotina”, visto que;

A rotina estruturante é como uma âncora do dia-a-dia, capaz de estruturar o cotidiano por representar para a criança e para os professores uma fonte de segurança e de previsão do que vai acontecer. (...) A associação da palavra âncora ao conceito de rotina pretende representar a base sobre a qual o professor se alicerça para poder prosseguir com o trabalho pedagógico (PROENÇA, 2004, p. 13).

Assim sendo, educar significa propiciar situações e cuidados e aprendizagens sob orientação. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver as capacidades, sendo que o ambiente, a rotina da educação infantil é organizada para atender as necessidades das crianças. Brincar é uma necessidade necessária à criança, pois promove seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social, e a rotina propicia esse desenvolvimento global.

547

Em 1998, foi criado o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos de idade, que busca estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças ( LDB Lei 9394/1996).

## **POBREZA X EDUCAÇÃO**

A pobreza normalmente associamos com subnutrição, fome, falta de coisas básicas como água, vestimentas e outras, ou seja, pessoas privadas de recursos básicos para sobreviver. De acordo com Silva,

A pobreza pode ser compreendida como falta ou carência de acesso a bens e serviços sociais públicos essenciais à reprodução do trabalhador e sua família,





presente nas políticas públicas de corte social como educação, saúde, moradia, saneamento básico, transporte urbano. (SILVA, p.4, 2011).

A falta ou privação de recursos tanto materiais quanto de oportunidades impossibilitam muitos que vivem na pobreza de uma vida com dignidade. Reforçamos ainda que a pobreza não pode ser vista somente pela falta de dinheiro ou condições financeiras, ela deve ser compreendida também pela falta de direitos básicos, pois, grande parte das pessoas que vivem na pobreza não possuem conhecimentos para lutarem por seus direitos garantidos por lei, como saúde, educação e todos os outros que a Constituição garante. Para Rego e Pinzane (2014, p. 13), “Os pobres, devido as suas condições, tem dificuldades de ter voz, de formular, organizar e, principalmente de expressar suas necessidades para demandar por justiça”. A pobreza impossibilita os indivíduos de conquistarem sua autonomia e liberdade para interferir na marcha do mundo, não tem capacidades nem conhecimentos para buscarem seus direitos no âmbito do Estado e das instituições públicas. Sem direitos a formação desde a infância se acostumam no modo de submissão e obediência, e como se as injustiças sociais fosse algo comum pois, sempre foi assim e a sociedade se acostuma com as mazelas sociais com naturalidade.

A pobreza e a falta de escolarização andam juntas, normalmente relacionamos pobreza com analfabetismo, isso devido a vários fatores como dificuldade de pessoas pobres estudarem. Não pela falta de interesse em frequentar uma escola, mas pela dificuldade em conciliar estudos com a luta para sobreviver.

548

Ao longo de nossas vidas e comum ouvir comentários de que pobres não trabalham por que tem preguiça, que vive na miséria porque quer, sempre relacionam pobreza com incapacidade com incompetência, como se a culpa de viver na situação de pobreza fosse culpa exclusiva dos pobres. Para (ARROIO, 2017 p. 8), “A percepção de pobreza na pedagogia e entendida como escasses de espírito, de valores, e pior, não tem capacidades para os estudos e aprendizagens. Sendo que, deveríamos atenta-nos para o motivo que os privam de viver com dignidade”.

A pobreza e desigualdades sociais estão bastante relacionadas, mesmo com melhorias de condições de vida e aumento de consumo, aumento de serviços do poder público voltado para políticas sociais, menos filhos na família e maior participação da mulher na contribuição da renda familiar a desigualdade social ainda e grande. Percebemos que existe uma cultura de discriminação de pessoas oriundas da pobreza, nem com melhores estudos essas pessoas conseguem melhorar suas condições de vida (PINZANI, 2014).





Nesse contexto crianças pobres travam verdadeiras batalhas para estudar e permanecer na escola. Faltam condições mínimas para estudar, em casa não tem acessos a livros, computadores e muita das vezes não tem nem cadeiras para sentarem, algumas ainda precisam cuidar de seus irmãos menores para seus pais trabalharem. Enfatizando que a educação é um dos instrumentos mais importante na luta para tentar diminuir as desigualdades.

Entre as políticas sociais, a educação ocupa posição especial, não só de acordo com as teorias de capital humano, que atribuem à educação um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, como também pela constatação mais recente, e muito bem documentada para o Brasil, de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida (SCHWARTZMAN, 2005 p. 22).

Nesse contexto pode-se afirmar que a política educacional pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social.

### **EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO**

Segundo informações divulgadas pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED (2017) a rede municipal de ensino atende mais de 10.800 crianças, no âmbito da educação infantil em 29 (vinte e nove) Centros de Educação Infantil (CEMEI).

De acordo com as informações da Semed (2017) ao todo, 1.346 crianças com até três anos estão esperando por uma vaga. Em Palmas já virou rotina, todos os anos ser divulgado nos noticiários a busca desesperadas de pais por vagas nos CEMEIs. Enfim, a falta de vagas em Centros Municipais de Educação Infantil em Palmas é um problema recorrente, a solução é a construção de novas escolas, todos estão cientes que educação vem de berço, por isso, acredito que tá mais que na hora de colocar a educação infantil no mesmo nível de importância do ensino fundamental. As crianças que iniciam seu relacionamento coletivo nas creches, com atividades pedagógicas, passam para o ensino fundamental com melhor desenvolvimento e praticamente alfabetizadas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação, na Constituição Federal de 1988, principalmente porque com ela se constrói uma sociedade livre, justa e solitária.

Vale salientar que a educação somente pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas, portanto se há direito público subjetivo à





educação, e o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de Constituição ou leis. Resolver os problemas da educação não é fazer leis, ainda excelentes; é abrir escolas, tendo professores e admitindo os (Ponce, 2005). Ou seja, fica evidente a necessidade das crianças estarem na escola desde bem pequenas, devido à necessidade de desde cedo trabalhar a formação de sujeitos de direitos, principalmente as que vêm de populações mais vulneráveis. Assim, começam desde cedo a conviverem com o diferente, aprendendo lidar com as diversidades.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Pobreza, Desigualdades e Educação. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em <https://sistema3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 15 de Novembro de 2017.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA – SP, 1991.
- BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Lei de Diretrizes e Bases – LDB Nº 9.394/1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenadoria de Educação Infantil. Proposta Pedagógica e Currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1996 b.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.
- CAMPOS, Maria M.; FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A Qualidade da Educação Infantil Brasileira: Alguns Resultados de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa, v 36, n. 127/abr., 1999.
- CHALA, B. C. . Impacto do Programa Bolsa Família na Educação, 2011. Acesso em 11 de agosto de 2017. Disponível em <http://acervodigital.ufpr.br>
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LOPES, R. M. Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico. São Paulo: Olho D'agua, 1999.
- MATTEI, L. Políticas Sociais de Combate a Pobreza no Brasil 2008/9. Acesso em 15 de agosto de 2017. Disponível em <http://www.brasa.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/07/Lauro-Mattei.pdf>:
- PENA, R. F. A pobreza no Brasil, 2013. Disponível em <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br>. Acesso em 10 de agosto de 2017,
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. (21ª Ed), São Paulo: Cortez, 2005.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 15 de Novembro 2017.
- PROENÇA, Maria Alice de Rezende. A rotina como âncora do cotidiano na Educação Infantil. Revista Pátio Educação Infantil. Porto Alegre, n. 4, p13-15, 04 abr. 2004.
- SCHWARTZMAN, S. (2005). Educação e Pobreza no Brasil. Disponível em <http://www.kas.de/wf/doc/9746-1442-5-30.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2017.
- SCHWARTZMAN, S. Educação e pobreza no Brasil. Cadernos Adenauer VII, Nº2, 2013.





SILVA, A. C. (2011). **POBREZA NO BRASIL**: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

## **POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA NO PERÍODO DE 2015 E 2016**

**Satila Evely Figueiredo de Souza**

**Doriane Braga Nunes Bilac**

**Resumo:** Essa revisão integrativa objetiva analisar as produções científicas brasileiras no período de 2015 a 2016, acerca da Pobreza e da Desigualdade Social. Para tanto, a partir da utilização dos descritores “pobreza” e “desigualdade social”, selecionaram-se cinco estudos, pertencentes às bases de dados do Scielo. O estudo possibilitou observar que a pobreza e a desigualdade social são discutidas sobre diversas óticas, desde questões de mobilidade social, políticas públicas, programas de inclusão e/ou transferência de renda até significações sociais de indivíduos em diversos contextos. Os estudos apontaram alguns fatores relacionados à temática estudada, a exemplo, saúde, meio ambiente, saneamento, moradia, emprego e educação. O Programa Bolsa Família destacou-se por sua importância para diminuição da Pobreza e da Desigualdade Social. Evidenciou-se a necessidade de Políticas Públicas voltadas para redução da Pobreza e da Desigualdade Social.

**Palavras-chave:** Pobreza. Desigualdade Social. Revisão Integrativa.

### **Introdução**

A pobreza e a desigualdade social não são temáticas apenas contemporâneas, pois existem desde o surgimento da humanidade, porém tomaram grandes proporções em nossa sociedade, sendo necessária discussão sobre essas temáticas.

Pobreza e desigualdade são temas tradicionais ligados as ciências sociais, porém no Brasil os economistas pareçam algumas vezes mais preocupados com essa questão do que os sociólogos, antropólogos ou cientistas políticos (REIS, 2000).

A partir do exposto questionou-se: quais contribuições trazem as publicações científicas acerca da Pobreza e da Desigualdade Social, no período de 2015 e 2016?

Nesse sentido, foi estabelecido como objetivo geral: analisar a produção científica brasileira, no período de 2015 e 2016, que versam sobre pobreza e desigualdade social e, como objetivos específicos: identificar as publicações investigadas que versam sobre a temática; evidenciar as características metodológicas dos estudos investigados; descrever os fatores associados à pobreza e a desigualdade social, segundo as publicações investigadas.

Percebe-se, portanto, que esse estudo ajudará nas reflexões sobre a temática, ajudando a nortear as ações dos profissionais das áreas de Educação, Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais e outras áreas, que lidam com contextos empobrecidos e desigualdade social.





### **Procedimentos Metodológicos**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que, conforme Pompeo *et al.* (2009) é um método de revisão mais amplo, que permite incluir literatura teórica e empírica, além dos estudos com diferentes abordagens metodológicas.

Este estudo foi realizado de acordo com os passos operacionais propostos por Mendes; Silveira e Galvão (2008) que consiste: na identificação do problema, elaboração da pergunta norteadora, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, coleta de dados em bases científicas, seleção dos artigos e na análise e interpretação dos resultados.

O levantamento bibliográfico para a pesquisa foi realizado no banco de dados do Scielo (ScientificElectronic Library Online), no mês de outubro de 2017. Para a localização dos estudos, foram utilizados os seguintes descritores (Decs): pobreza e desigualdade social.

Por conseguinte, para auxiliar na seleção dos artigos, foi criada uma figura contendo os seguintes itens: busca dos descritores, aplicação dos critérios de inclusão, total de estudos pré-selecionados e artigos selecionados.

Ressalte-se, também, que para inclusão e análise dos artigos foram seguidos os seguintes critérios: artigos indexados na base de dados descrita, anteriormente; publicados na íntegra, na língua portuguesa e que atendiam a questão norteadora do estudo.

552

Como critério de exclusão, foram estabelecidos estudos de revisão, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e comentários. Além de artigos em outra língua (que não seja a portuguesa).

A busca aos artigos foi realizada pelas investigadoras, de forma independente, que - após a seleção - realizaram a discussão e consenso acerca dos estudos, e sua inclusão ou exclusão.

### **Resultados e Discussão**

Para a análise dos estudos, a descrição foi feita, considerando autor, ano de publicação e periódico. A distribuição dos cinco artigos selecionados, de acordo com o ano de publicação, foi a seguinte: 02 artigos publicados em 2016 (40%) e 03 artigos (60%) publicados em 2015.







**Quadro 1** - Distribuição dos artigos que abordam sobre pobreza e desigualdade social de acordo com autores, periódicos e ano de publicação, na base de dados da Scielo- 2015 e 2016.

Estudo	Autor	Fonte de publicação	Ano
E1	Montali, L; Lessa, L.H	Cad. Metrop	2016
E2	Juliano EFGA et al.	Ciência & Saúde Coletiva	2016
E3	Melsert, A.L.M; Bock, A.M.B	Educ. Pesqui.	2015
E4	Peña, C.R <i>et al.</i>	Rev. Adm. Pública	2015
E5	Urnau, L. C; Sekkel, M. C.	Psicologia & Sociedade	2015

Verificou-se uma publicação a mais em 2015 (três), que em 2016 (duas). As publicações foram realizadas por profissionais de diferentes áreas Administração, Educação, Saúde e Ciências Humanas. Sendo que, todas as publicações ocorreram em periódicos diferentes. Os objetivos, as metodologias e os resultados das publicações selecionadas estão descritas no Quadro 2.

**Quadro 2** - Distribuição dos artigos que abordam sobre educação e desigualdade social em consonância com objetivo, metodologia e resultados, na base de dados do Scielo - 2015 e 2016.

Estudo	Objetivo	Metodologia	Resultados
E1	Interrogar se a mobilidade de renda observada entre 2001 e 2012 (série Pnad - IBGE) é acompanhada de melhora em algumas das dimensões que possibilita a elevação da condição de vida da população e de mudanças que permitam a discussão de mobilidade social.	Estudo transversal, descritivo e exploratório. No período de 2001 a 2012.	Constatou-se a mobilidade de renda, quando parcelas da população metropolitana se deslocam dos dois primeiros decís de renda per capita domiciliar para os subsequentes, e a persistência dos hiatos de acesso ao emprego, educação, saúde e serviços urbanos.
E2	Identificar o acesso a: programas de inclusão da assistência social, assistência dos agentes de saúde, serviços públicos de abastecimento de água e práticas economizadoras de água, em áreas de ocupação irregular.	Adotou-se técnica de amostra aleatória estratificada por conglomerados com estratégia de amostragem simples.	Identifica-se diversos desafios para o atendimento às áreas de vulnerabilidade socioambiental: melhorar a baixa qualidade de serviços de saúde e saneamento; modificar o comportamento da população; e implantar mecanismos de governança inclusiva.
E3	Investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social, por meio do estudo de projetos de futuro de	Utilização de instrumentos (duas redações) acerca da temática do projeto de futuro;	As desigualdades sociais foram naturalizadas pelos jovens, que as justificaram a partir





	jovens ricos e pobres da cidade de São Paulo.	Orientados pelo referencial teórico-metodológico da psicologia sócio-histórica.	de esforços pessoais e/ou heranças familiares. Destacaram-se significações que valorizam o padrão de vida das elites como modelo a ser alcançado.
E4	Contribuir para o estado da arte na temática de estudos aplicados das políticas públicas de transferência de renda.	Utilização dos métodos cadeia de Markov e diferenças em diferenças na análise da eficácia do Programa Bolsa Família	Após a implantação do Bolsa Família, o “ciclo da pobreza” apresentou sinais de ruptura, devido a uma tendência de convergência para níveis de renda mais elevados e probabilidade de mitigar a pobreza.
E5	Discutir os entrecruzamentos das políticas públicas no passado, presente e suas repercussões nas expectativas de futuro de residentes de um garimpo amazônico.	Por meio de um estudo etnográfico com vinte e dois sujeitos, representando quinze famílias, buscou-se analisar os significados das políticas públicas locais	A análise, fundamentada na psicologia histórico-cultural, evidenciou que as vivências passadas dos participantes unificam-se pela condição de pobreza, baixa escolarização e migração em busca de melhores oportunidades.

Percebe-se que a pobreza e a desigualdade social são discutidas sobre diversas óticas, desde questões de mobilidade social, políticas públicas, programas de inclusão e/ou transferência de renda até significações sociais de indivíduos em diversos contextos.

554

Para Montali e Lessa (2016) a pobreza é discutida como resultante de carências diversas e vem se reduzindo, enquanto resultado de um conjunto de políticas sociais e da retomada do crescimento econômico. Diante dessa afirmação, pode-se entender que, a pobreza tem íntima relação com as Políticas Públicas.

Nesse sentido, Peña *et al.* (2015) traz que os resultados revelaram que, após a implantação do Bolsa Família, o “ciclo da pobreza” apresentou sinais de ruptura, devido a uma tendência de convergência para níveis de renda mais elevados e probabilidade de mitigar a pobreza nas classes de renda menos favorecidas da população brasileira. Assim, no longo prazo, vislumbra-se a possibilidade de alterar e combater a dinâmica do ciclo da pobreza e exclusão social.

O Programa Bolsa Família foi citado diretamente, em dois dos estudos analisados, o que sinaliza sua importância para diminuição da Pobreza e da Desigualdade Social.

Neste sentido, Senna e colaboradores (2007) trazem que o Programa Bolsa Família foi implantado pelo governo federal brasileiro, em outubro de 2003, com a perspectiva de





combater a pobreza e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social.

Fazendo-se um paralelo, entre os estudos de Juliano e colaboradores (2016) e Montali e Lessa do mesmo ano, observa-se que vários fatores, estão envolvidos com a pobreza e a desigualdade social, dentre eles: saúde, meio ambiente, saneamento, moradia, emprego e educação.

Destaca-se ainda, que dois dos estudos analisados utilizaram análises fundamentadas na psicologia histórico-cultural (E3 e E5). Diante dessa perspectiva, é possível identificar que tanto nos estudos de Melsert e Bock (2015), quanto no estudo de Urnau e Sekkel (2015) se evidencia uma naturalização da pobreza, tanto pelos jovens (entrevistados) quanto pelos garimpeiros, apesar da diversidade do público analisado, os contextos empobrecidos desses sujeitos, os assemelham, na falta/baixa de perspectivas e nos sentimentos de exclusão, além dos desejos de reconhecimento e de melhores condições de vida.

Nesse contexto, torna-se necessário investir em ações que possibilitem a diminuição da pobreza e da desigualdade social. Com a formulação/reformulação de Políticas Públicas que considerem a diversidade e pluralidade dos sujeitos.

555

### Considerações Finais

A literatura evidencia a necessidade de ações voltadas para diminuição da Pobreza e Desigualdade social, uma vez que esta pode contribuir positivamente para melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Nota-se, também, a importância de discussão das temáticas em diversos âmbitos, e na garantia de autonomia e protagonismo dos sujeitos, sobretudo na construção de Políticas Públicas. Identifica-se a importância dos programas de redistribuição de renda (como Bolsa Família) e dos estudos da Psicologia Sócio Histórica.

Além disso, conclui-se que a produção científica no período analisado acerca da problemática é pequena, dificultando uma reflexão mais detalhada no estudo em questão. Por outro lado, destaca-se as visões acerca da Pobreza e da Desigualdade Social, como fenômenos sociais multifacetados e inter-relacionados a várias áreas do conhecimento.

### Referências

JULIANO, EFGA *et al.* Lideranças comunitárias e o cuidado com a saúde, o meio ambiente e o saneamento nas áreas de vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n.3, p. 789-796, 2016.





MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 Out. 2017.

MELSERT, A. L. M; BOCK, A.M.B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015.

MONTALI, L; LESSA, L.H. Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 503-533, jul. 2016.

PEÑA, C.R *et al.* A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública.** Rio de Janeiro, v.49, n.4, p.889-913, jul./ago. 2015

POMPEO, A. *et al.* Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Revista Paulista de Enfermagem** [online] 2009, 22. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/www.redalyc.org/articulo.oa?id=307023838014>>. Acesso em: 15 Out. 2017.

REIS, E. P. Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.42, 2000.

SENNÁ, M.C.C.M *et al.* Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007.

URNAU, L. C; SEKKEL, M. C. Desafios às políticas públicas diante da desigualdade social: diálogos com residentes de um garimpo Amazônico. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n.1, p.142-156, 2015.

556

## EDUCAÇÃO E POBREZA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME DE COMBINADO-TO

Sátia Menezes Aires

Helena Quirino Porto Aires

**Resumo:** O presente artigo integra o projeto de pesquisa desenvolvido no curso de Pós-Graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social. O estudo tem como objetivo analisar como a pobreza aparece no Plano Municipal de Educação – PME do Município de Combinado-Tocantins, enfatizando como ela aparece no diagnóstico, nas metas e estratégias do referido documento. Ensejamos também discutir as possibilidades de ações e superação de pobreza nos currículos das escolas públicas brasileiras. Em termos metodológicos realizamos a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, documental e entrevista semiestruturada. Assim para a coleta de dados utilizamos o PME/TO e entrevistas semiestruturadas com a equipe responsável pelo acompanhamento e monitoramento do referido plano. Com análise ao PME/TO o diagnóstico apresenta dados sobre a renda, educacionais, pobreza e desigualdade social. Este trabalho apresenta ainda, como pobreza deveria aparecer nos currículos das escolas públicas, bem como nos documentos de organização do trabalho pedagógico nas instituições públicas, tendo em vista um olhar mais acurado acerca das questões relacionadas aos saberes, as vivências, a cultura e a identidade de cada sujeito para essa organização a partir da história de vida e dos conhecimentos prévios que cada um traz consigo. As possibilidades do currículo para enfatizar a pobreza, é fundamental que os profissionais da educação incorporem nos currículos, nas áreas do conhecimento, nos materiais e projetos didáticos, elementos que ajudem não apenas os(as) alunos(as) pobres, mas todos(as) a entenderem uma realidade tão persistente em nossa sociedade, que é a pobreza.





**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Currículo. Plano Municipal de Educação – PME.

## 1. Introdução

As escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, porém necessitamos discutir quais reivindicações essas existências da pobreza extrema, da precariedade material, demandam de nossas práticas. Compreender a pobreza e as desigualdades constitui levar em conta que a vivência constante dos pobres nas escolas brasileiras ocasiona ponderações enormes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional (ARROYO, 2014).

Em muitos casos, nas escolas, a pobreza é vista pela falta de valores e, inclusive, insuficiência de recursos financeiros para o estudo e a aprendizagem. Entretanto, devemos entender que muitas vezes a escassez de alimentos é que não colabora para uma vida digna e justa a essas pessoas. Temos visto que a escola considera que os estudantes pobres trazem para a escola as falhas intelectuais. Essas são falhas de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade. Sob essas considerações Arroyo (2015, p. 9), ressalta que “não dar a devida centralidade à pobreza, como elemento capaz de comprometer as bases materiais do viver humano, [...] as carências materiais que chegam às escolas e a se preocupar com as consequências morais e intelectuais da pobreza” (ARROYO, 2015 p. 9).

557

A formação na Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertada pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, permitiu ampliar as possibilidades de analisar como os municípios vêm retratando a questão da pobreza no currículo e compreender que esta situação está articulada ao contexto nacional. Neste processo de formação buscou-se analisar o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Combinado-Tocantins enfatizando como aparece à pobreza nesse documento.

Para tanto, este estudo tem como objetivo analisar como a pobreza aparece no Plano Municipal de Educação – PME do Município de Combinado-Tocantins, enfatizando como ela aparece no diagnóstico, nas metas e estratégias do referido documento. Ensejamos também discutir as possibilidades de ações e superação de pobreza nos currículos das escolas públicas brasileiras.

## 2. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho enfatiza algumas reflexões sobre Plano Municipal de Educação -PME do Município de Combinado/TO, apresenta a análise de como a pobreza aparece no diagnóstico, nas metas e estratégias do referido documento. Assim em termos metodológicos realizamos a





pesquisa bibliográfica com a finalidade de identificar as principais contribuições teóricas existentes sobre a Educação, pobreza, currículo e análise do PMEC/TO.

Dessa forma, optou-se pela pesquisa documental por fornecer ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre em fontes distintas (TRIVIÑOS, 2010). A pesquisa documental realizada na Secretária Municipal de Educação, a partir PMEC/TO com vigência de 2015 a 2025. Essa etapa da pesquisa possibilitou conhecer e analisar o referido documento retrata sobre pobreza. Optamos também pela pesquisa qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa descreve as informações, explicando e compreendendo os fenômenos buscando os resultados mais precisos, devido o rigor de qualidade que ela propõe A entrevista semiestruturada é um dos instrumentos de coleta de dados que também é conhecida como semiaberta (TRIVIÑOS, 2010, p. 146). Esse autor ressalta que a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Nesse sentido, as entrevistas serão gravadas em áudio e depois transcritas para fazer a análise dos objetivos propostos por esta pesquisa. Assim para a coleta de dados utilizamos o PMEC/TO e entrevistas semiestruturadas com a equipe responsável pelo acompanhamento e monitoramento do referido plano.

558

### **3. Resultados e Discussão**

#### **3.1 Plano Municipal de Educação do Município de Combinado-Tocantins**

O Plano Municipal de Educação é o resultado de um processo democrático, transparente, reflexivo e que foi discutido com todos os segmentos da sociedade. Após a análise do diagnóstico da situação educacional do Município de Combinado-TO, possibilitou acolher os anseios da comunidade, verificando as possibilidade e limitações orçamentárias destinadas à educação pública. O PME norteará a educação municipal para os próximos dez anos, com vistas a promover avanços concretos para a educação local, impedindo assim a descontinuidade das políticas públicas educacionais e aumentando o acesso, a permanência com qualidade aos sujeitos à educação. Portanto, o documento apresenta um conjunto de estratégias com que o poder público responderá às demandas educacionais da sociedade e neste sentido, traduzir-se num norteador da política pública educacional.

#### **3.2 PMEC/TO: o que diz o diagnóstico sobre a pobreza**





O P MEC/TO (2015) é um documento de Lei apresenta um diagnóstico abordando os aspectos históricos, geográficos, populacionais, sociais, saúde, culturais, econômicos e educacionais do Município de Combinado. Em seguida apresenta 20 metas e cada uma delas com estratégias para alcançar os resultados esperados.

No que se refere às questões de pobreza, estas são apresentadas no diagnóstico em que aparecem os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família por ano: no ano de 2011 foram 626 famílias atendidas; no ano de 2012 foram 637 famílias; já em 2013 foram 704 famílias; e em 2014 foram 727 famílias atendidas. Esses dados evidenciam que a cada ano tem crescido o número de beneficiários no município. Todavia, estes dados se tornam preocupantes devido o aumento considerável de beneficiários anualmente e, isso de certa forma nos revela que as pessoas não tem emprego e a falta dele elas continuam recebendo o benefício. Nesse sentido, o diagnóstico apresenta ainda, é a porcentagem de vulneráveis à pobreza é de 48,46% da população, em números são 2.262 pessoas.

Mais dado considerado no diagnóstico foi à renda, pobreza e desigualdade social, conforme os dados do Censo Demográfico, no município no ano de 2010, a população total era de 4.669 residentes, dos quais 249 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com a renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 5,3% da população do viviam nessa situação. Do total de extremamente pobre, 26 (10,4%) pessoas viviam no meio rural e 223 (89,6%) pessoas no meio urbano.

559

### **3.3 P MEC/TO: o que dizem as metas e estratégias sobre combate a pobreza**

As perspectivas apresentadas no documento para erradicar a pobreza através da educação são as metas e estratégias que contribuem para elevar a taxa de alfabetização da população, bem como tirar as pessoas da faixa de extrema pobreza. Em análise do documento, algumas das metas e estratégias que abordam formas de erradicar a pobreza:

Estratégia 7.24) Promover em parceria com a União e Estado a articulação dos programas da área da educação, de âmbito e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

Meta 8 – Escolaridade Média: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média





entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Meta 9 – Alfabetização e Alfabetismo de Jovens e Adultos: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 83,5% (oitenta e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 40% (quarenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégia 9.9) Considerar em colaboração com a União e Estado nas políticas públicas de jovens e adultos/as, as necessidades dos/as idosos/as, com visitas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implantação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos/as idosos/as e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Estas estratégias e metas apresentadas no Plano Municipal de Educação – PME do Município de Combinado não estão sendo executadas a contento, um exemplo, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (meta 9), ainda não foi ofertado pela Secretaria Municipal de Educação. Sendo que o gráfico apresentado na meta à taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade no município é de 30,9% (1442). Sendo um índice considerado alto para um município com a população de 4.669 habitantes, segundo Censo Demográfico 2010.

No documento o que fica evidente são as metas que não têm datas para serem executadas, ficam soltas sem uma obrigatoriedade para serem cumpridas, necessitam de uma previsão para o cumprimento. É um documento bem elaborado, mais se não sair do papel, não irá mudar a educação do município, este documento necessita de todos os segmentos envolvidos no processo de construção para ter continuidade e efetividade como política pública educacional.

### **3.4 PMEC/TO: o que dizem os profissionais da SEMED sobre as metas e estratégias sobre combate a pobreza**

A entrevista semiestrutura realizada com a equipe responsável pelo acompanhamento e monitoramento do PME, foi levada em consideração às respostas parciais que cumprissem o objetivo esperado e obtivemos os seguintes resultados.







**Pergunta 1:** O que você entende por pobreza? **Entrevistada 3:** *Pobreza mesmo é a baixa renda, é a falta de recursos para várias coisas, não só na educação como alimentação, saúde.[...]. Segundo Arroyo (2014) pobreza é as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos. Porém não devemos considerar pobres as pessoas com “supostas carências intelectuais e morais que os(as) estudantes pobres carregariam para as escolas. Essas são carências de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade” (ARROYO, 2014, p. 8).*

**Pergunta 3:** Que metas e estratégias do Plano Municipal de Educação – PME apresentam sobre a pobreza? **Entrevistada 2:** *[...] mas sempre quando esta falando Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sempre tem e apresenta estratégias para que estas crianças tenham acesso e que não tenham discriminação, pode ser étnico racial ou então financeira. Essa realidade impõe a necessidade de uma reflexão sobre a pobreza no âmbito escolar, ou seja, ela deve ser incorporada aos currículos. Um caminho para articular pobreza e currículo pode começar por identificar que experiências, que práticas acontecem nas escolas que procuram incorporar as vivências e a história da pobreza nos currículos (ARROYO, 2015).*

**Pergunta 4:** A Secretaria Municipal de Educação – SEMED faz acompanhamento das metas e estratégias acerca da pobreza no PME? De que forma? **Entrevistada 1:** *Sim, a gente faz este acompanhamento do documento no geral, não especificadamente para a pobreza. É importante identificar os obstáculos encontrados por esses coletivos de profissionais para relacionar pobreza e currículo, e também perceber como a pobreza é abordada nos documentos legais que orientam o currículo na escola. As referências à pobreza estão diretamente ligadas ao papel da educação como um dos elementos fundamentais para combatê-la; porém, continua não havendo lugar para as vivências da pobreza e para a discussão da sua produção histórica (ARROYO, 2015, p. 8-9).*

**Pergunta 6:** Como você vê ou percebe a questão da pobreza nos currículos escolares. **Entrevistada 1:** *“Então, infelizmente nós não temos ações voltadas para a pobreza, para esses alunos”. Os currículos têm sido espaço de não reconhecimento, de sujeitos que falam ocultados e até condenados e inferiorizados [...] (ARROYO, 2013, p. 66). Os currículos das escolas não reconhecem e nem valorizam as crianças pobre que elas recebem. Essas crianças por sua vez são vistas e tratadas como inferiores.*





**Pergunta 7:** Quais são os maiores desafios/dificuldades que a SEMED enfrenta para trabalhar a questão da pobreza nas escolas? **Entrevistada 1:** *A maior dificuldade que eu vejo hoje é em relação a parceria da família na escola [...].* Tem se cobrado muito a parceria da família com a escola, porém a escola não tem realizado nenhuma ação para que esta parceria aconteça.

É necessário que a escola reconheça as pessoas pobres como sujeitos políticos, éticos, culturais, até mesmo como sujeitos pedagógicos autores de novos conhecimentos, de novos valores e de significados (ARROYO, 2013). Contudo, observamos pelas entrevistas que o currículo das escolas, bem como o PME de Combinado-TO, ainda tem muito que caminhar para que os sujeitos empobrecidos sejam reconhecidos, valorizados e respeitados, possibilitando ações para enfrentamento da pobreza.

### 3.5 Possibilidades de inserir a pobreza nos currículos

A pobreza deveria aparecer nos currículos das escolas públicas, bem como nos documentos de organização do trabalho pedagógico nas instituições públicas, tendo em vista um olhar mais acurado acerca das questões relacionadas aos saberes, as vivências, a cultura e a identidade de cada sujeito para essa organização a partir da história de vida e dos conhecimentos prévios que cada um traz consigo. Só assim a escola tem a possibilidade de dar relevância sobre a pobreza extrema explícita no contexto escolar e, em torno dela.

Sabemos que não é uma tarefa fácil inserir no currículo das escolas públicas uma reflexão sobre pobreza, os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem na maioria das vezes não reconhecem tal problema no contexto escolar. Sobretudo, as experiências e sofrimentos da pobreza, bem como os processos históricos de sua produção são complexos, e tentar tratar nos currículos essas vivências e essa história é uma tarefa extremamente desafiante. Talvez por isso, a pobreza, suas vivências, os pobres e a história de sua produção tenham estado ausentes tanto nos currículos das escolas públicas da Educação Básica quanto nos cursos de formação de professores (SACRISTÁN, 2000).

Entretanto, é importante o acompanhamento dessas famílias para que venham ter continuidade dos serviços a elas ofertados garantindo os direitos previstos na Constituição Federal, onde a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2012, Art. 205).





## Considerações Finais

Este trabalho traz como considerações a possibilidade de discutir a pobreza como elemento essencial no currículo das escolas públicas brasileiras e, pensar esta para além de metas e estratégias em documentos como o PME. Sobretudo sejam políticas públicas concretas na prática nos estabelecimentos de ensino e, assim contribuir para com o processo de emancipação humana da população dos menos favorecidos, em outras palavras uma educação que os façam esta inseridos como sujeitos participantes na sociedade.

Em análise ao PMEC/TO é necessário de ações que contribuam para a diminuição da pobreza. Ainda faltam estratégias que vão de encontro para erradicar a extrema pobreza, pois de acordo com os dados apresentados, ainda temos no município pessoas nessas condições. Para além disso, pensar nas possibilidades do currículo para enfatizar a pobreza, é fundamental que os profissionais da educação, principalmente os docentes que recebem alunos (as) pobres incorporar nos currículos, nas áreas do conhecimento, no material didático, elementos que ajudem não apenas os(as) alunos(as) pobres, mas todos(as) a entenderem uma realidade tão persistente em nossa sociedade, nas cidades e nos campos, que é a pobreza.

Contudo, observamos pelas entrevistas que o currículo das escolas, bem como o PME de Combinado-TO, ainda tem muito que caminhar para que os sujeitos empobrecidos sejam reconhecidos, valorizados e respeitados, possibilitando ações para enfrentamento da pobreza. É documento bem elaborado e o que apresenta no documento do PME, porém na prática não ocorre. Nas entrevistas foi possível analisar que a equipe responsável pelo monitoramento não tem conhecimento acerca das metas e estratégias que apresentam para diminuir e/ou erradicar a pobreza.

Para tanto, os estabelecimentos de ensino públicos necessitam discutir ações para diminuir a pobreza, e ainda incorporá-las aos currículos. Um caminho para articular pobreza e currículo pode começar por identificar as experiências e, que as práticas educacionais levem em consideração as vivências e a história da pobreza. Além disso, é necessário também, que a escola procure compreender o currículo na prática, ou seja, que os professores tratam desse assunto e como incorporam a pobreza nos currículos, nos temas de estudo e no material didático.

## Referências

ARROYO, M. G. **Currículo, Território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.





\_\_\_\_\_, M. G. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Módulo Introdutório. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_, M. G. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Módulo IV. Brasília, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

COMBINADO, Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação: 2015-2025**. Combinado-TO, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Combinado Tocantins – TO**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 de ago. 2017.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 19. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

## **POBREZA E CURRÍCULO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO PEDREIRA, EM PALMAS-TO**

564

**Saulo Batista de Freitas**

**Solange Aparecida do Nascimento**

**Resumo:** o objetivo de trabalho é pesquisar a questão do currículo e sua relação com a pobreza na Escola Estadual Frederico Pedreira em Palmas-TO. Para tanto, trabalhamos o conceito de pobreza em seu sentido geral e currículo, de como são grandes os desafios para o alcance deste objetivo, no sentido de levar para dentro da escola esta reflexão. Resulta deste trabalho a conclusão de que precisa ser permanente a luta para que seja incluído nos currículos escolares o tema pobreza, para assim, colaborar no combate à desigualdade social que historicamente tem levado o nosso país a ser um país de segregados sociais.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Currículo.

### **Introdução**

O presente artigo investiga, propriamente, algumas questões pertinentes à pobreza e a sua relação com o currículo escolar. Nesse sentido, em conformidade com a literatura especializada, entendemos que este tema, por ser muito complexo, faz com que, às vezes, as escolas brasileiras abstenham-se do assunto, perdendo com isso uma oportunidade de colaborar com o combate à pobreza em nosso país.





Acerca da pobreza, aqui, compreendida como um problema socioeconômico, alargado por numerosos fatores, percebemos que ela é, antes de tudo, intrínseca às desigualdades sociais. Entretanto, Yannoulas e Garcia (2007, p. 15) apontam que a pobreza é, corriqueiramente, assinalada, em muitos estudos, como um problema de ordem educacional, na plena definição de escolarização. Assim sendo, “o acesso à escola apresentado como [uma] solução”, uma vez que, as “pessoas escolarizadas conseguem responder às demandas do mercado”, tendo “maiores possibilidades de acesso a emprego, o que permitiria a saída da condição de pobreza, diminuindo as desigualdades sociais”.

Destarte, da interação entre pobreza, educação e (redução de) desigualdades sociais, este artigo problematiza como a escola trata a questão da pobreza em seu currículo, levantando-se as seguintes questões: a pobreza é discutida no currículo? Ela é de fato considerada ou é prontamente ignorada? Existe, no currículo, alguma reflexão ou apontamentos sobre a amortização da pobreza mediante da educação?

Com o intento de sanar as dúvidas provenientes dessas questões levantadas, adotamos, metodologicamente, para a construção deste artigo, o estudo de caso, bem como a revisão bibliográfica de literatura especializada.

A propósito do estudo de caso, que, aqui, concentra-se em questionários e observação in loco, buscamos uma investigação pragmática, isto é, “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico” (FONSECA, 2002, p. 33). À vista disso, nos questionários, planejado de forma aberta, consideramos a oportunidade de se “levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69). Na observação in loco, levamos em conta que ela é “uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 74). Portanto, ela incide em observar, ouvir e examinar os fatos, possibilitando entender os problemas que se intenta examinar. A observação in loco, portanto, cumpre uma etapa imperativa nos estudos de caso, implicando um contato estreito do pesquisador com o objeto estudado.

Por conseguinte, no contexto do estudo de caso, de caráter retrospectivo (isto é, do efeito para seus agentes), elegemos a Escola Estadual Frederico Pedreira, em Palmas, como nosso campo de observação. Porquanto, o público, por ela recebido, é bastante variado, em suas origens socioeconômica e residencial. Os alunos advêm de tanto de famílias de classe média, citadina,





quanto de famílias de baixa renda, da zona rural, principalmente, do distrito de Luzimangues, na cidade de Porto Nacional. Ou seja, a Escola Estadual Frederico Pedreira recebe, anualmente, desde os filhos de médios e pequenos empresários até os filhos de homens e mulheres em situação de desemprego, dependentes, muitas das vezes, dos auxílios de programas sociais, como o Bolsa Família. Compete ressaltar, por último, que a observação in loco e os questionários abrangem, primeiramente, os alunos oriundos da zona rural de Luzimangues, aos quais a pobreza se manifesta de maneira mais garrida.

Tendo-se em vista a compreensão apropriada dos dados levantados pelo estudo de caso, buscamos, na revisão bibliográfica de literatura especializada (de qualidade integrativa), os alicerces teóricos e temáticos, a partir dos conhecimentos já tratados sobre o nosso objeto de pesquisa, no caso, sublinha-se, a pobreza (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 99). Mormente, em relação ao currículo escolar.

Enfim, este artigo organiza-se em dois tópicos. No primeiro, obtemperamos a parte conceitual e temática da pobreza e do currículo escolar, e suas relações com a escola. Já no segundo, em acordo com o primeiro tópico, apresentamos o estudo de caso na Escola Estadual Frederico Pedreira.

566

### **Procedimentos Metodológicos**

Foi trabalhada a leitura bibliográfica, estudo de caso, com aplicação de questionários e observações.

### **Resultados e Discussão**

Após pesquisa na Escola Estadual Frederico Pedreira em Palmas-TO, a cerca da relação currículo e pobreza, verificou-se que embora haja uma preocupação com a questão dos alunos pobres da escola, esta, é de caráter assistencialista, pela falta de uma leitura ou reflexão dos docentes a cerca da importância de colocar o tema no currículo. Mas o principal entrave está segundo relatos, na secretaria estadual de educação, que praticamente engessa a forma de trabalhar o currículo, excluindo assim, um amplo debate dos professores, técnicos administrativos e alunos.

### **Considerações Finais**

É relevante sabermos que a pobreza é segundo estudos apresentados, uma questão que merece muita atenção de especialistas, dos governos e da sociedade em geral. No entanto, ela ainda não tem recebido a devida atenção como precisa. No que se refere à questão da pobreza





na escola, principalmente na questão da sua inclusão dentro dos currículos, a grande maioria das escolas brasileiras ainda não se imbuíram de provocar esta discussão para dentro da escola.

Neste sentido, faz-se necessário compreender que a pobreza não pode ficar sem ter uma inserção no currículo, mesmo isto sendo uma “complexa articulação”, a escola precisa criar ambientes favoráveis para que todos sejam incluídos. Mas é importante saliente ainda que há um desafio imenso diante destes esforços, que é a compreensão de governos, através de suas secretarias, no caso de educação, não seja entraves ao invés de dinamizadoras de oportunidades para docentes que se engajam nesta luta contra a desigualdade social.

No caso da Escola em estudo, ficou evidente que ainda há muito a ser feito na questão de trabalhar o tema pobreza na inclusão curricular, pois a mesma ainda não possui uma liberdade de como escolher ou inserir temas tão relevantes como o em estudo.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação. Ministério da Educação, 2016.
- \_\_\_\_\_. Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. Ministério da Educação, 2016.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II: Pobreza, Direitos humanos, justiça e educação. Ministério da Educação, 2016.
- SANTOS, Milton. Módulo IV - Pobreza e Currículo: Documentário: “O mundo global visto do lado de cá”.
- SILVA, Valdivino et all. Horta na escola como estratégia para ocupação de espaços ociosos e integração dos alunos no tempo e espaço escolar. Mimeo, Palmas, s/d.

567

## A UTILIZAÇÃO DA RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Sayonara da Costa Brito

**Resumo:** Discute-se neste trabalho concepções relacionadas aos programas de transferência de renda em nosso país. Com o objetivo de compreender e conhecer características das famílias usuárias do Programa Bolsa Família do Colégio Estadual Criança Esperança e como utilizam a renda do programa, foi realizada uma pesquisa de campo. Constatou-se que os beneficiados do Colégio Criança Esperança se encaixam no perfil do Programa e que a renda recebida é utilizada para compra de itens básicos de alimentação, remédios e material escolar.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Pobreza; Educação. Assistência Social.

### Introdução





Ao analisarmos que, um dos graves problemas da população brasileira é a disparidade da condição socioeconômica das famílias, a ideia de estudar o Programa Bolsa Família no processo de melhoria de vida das famílias do Colégio Estadual Criança Esperança, e como as mesmas utilizam a renda, deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito de acesso aos serviços básicos, como a saúde, educação e alimentação, culminando na elevação da qualidade de vida e na diminuição da pobreza e pobreza extrema.

No primeiro capítulo procuramos evidenciar o histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil. Buscamos também compreender como se deu a criação do Programa Bolsa Família, que surgiu através de união de outros programas sociais que existiam na época, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. No segundo capítulo apontamos alguns dos benefícios que o Programa Bolsa Família trouxe para o país. Na saúde houve diminuição da mortalidade infantil, maior acompanhamento da vacinação infantil e ainda melhoria no número de mulheres que fazem o pré-natal. Na educação, há também impactos positivos, pois os índices educacionais melhoraram. No terceiro e último refletimos sobre alguns pontos dos resultados obtidos por meio de pesquisa realizada com os usuários do Programa Bolsa Família no Colégio Estadual Criança Esperança. A pesquisa tinha como objetivos específicos identificar aspectos da condição social das famílias; entender como utilizam a renda do programa Bolsa Família e evidenciar a importância do mesmo para estas famílias.

568

### **O Programa Bolsa Família**

Analisando a trajetória do Brasil sobre os Programas de Transferência de Renda, consta que, em 1991 o país inicia seus trabalhos com este cunho. Nesta época, chamava-se Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), o Projeto de Lei nº 80 de 1991, que foi elaborado pelo então senador Eduardo Suplicy. A proposta do senador é de uma “Renda de Cidadania” em que todos os cidadãos, acima de 25 anos de idade, recebam o benefício do governo, indistintamente de suas condições sociais e econômicas, de contribuição prévia e de contrapartidas, sendo distribuído de forma igualitária. “Está baseada em uma proposta de imposto negativo” (FRONZA, 2010, p.31).

O Programa Bolsa Família é, na verdade a união de outros quatro Programas de Transferência de Renda, são eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. No Governo Fernando Henrique Cardoso foi criado e ampliado os Programas de Transferência de Renda citados anteriormente, onde podemos observar avanços nos índices







mesmo com diversos problemas de gestão, foi em 2003, no Governo Lula, onde o foco era a erradicação da fome e da pobreza no país, em que há uma articulação política e social, enfocando assim as Políticas Sociais, onde foi decidido sobre a união dos programas.

O Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que atende famílias em condição de pobreza e de extrema pobreza, foi constituído pelo Governo Federal a partir da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, modificado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. O PBF está configurado a partir das suas condicionalidades, que se constituem em três pilares principais: a frequência escolar, assistência social e saúde.

### **O Programa Bolsa Família e seu impacto social**

É fato que as condições sociais das famílias brasileiras pobres e extremamente pobres tiveram melhorias nas mais de duas décadas que o governo tem intensificado a atenção às políticas que visam o crescimento social do Brasil. Atualmente, temos uma melhor oferta dos direitos básicos para a sobrevivência, como o acesso à saúde, educação e programas de assistência social, que é de fato o objetivo do Programa Bolsa Família.

Podemos iniciar a discussão deste capítulo apontando, que de acordo com Paiva, Falcão e Bartholo (2013, p. 37),

569

é enorme a contribuição do Programa Bolsa Família para a Educação, pois as taxas de evasão escolar diminuíram, e há também a melhora no aprendizado dos alunos que recebem o benefício em relação aos que não recebem; na saúde houve redução da mortalidade infantil, aumento do número de crianças vacinadas, bem como aumento do acompanhamento do pré-natal das gestantes.

Durante todo este período, o Programa Bolsa Família sofreu inúmeros ataques da população que não concorda com o Programa. Essas ideias foram tomando certas proporções, entretanto, com o avançar das pesquisas a respeito, muitos desses conceitos criados pelo senso comum foram se diluindo.

Havia uma subestimação dos demais em relação ao pobre e ao seu poder de discernimento em relação ao uso adequado da renda oferecida. Tal mito, como cita autora, não foi o único a ser criado, havia, ainda de acordo com CAMPELLO (2013, p. 17), “a crença de que por conta de renda oferecida pelo governo, as famílias iriam aumentar o número de filhos intencionalmente”. Entretanto, pesquisas apontam o contrário e mostram que a taxa de natalidade de famílias beneficiárias, na verdade têm diminuído principalmente nos estados





com menor desenvolvimento e maior número de famílias que pertencem ao programa, e que inclusive, entre mulheres beneficiárias, os métodos contraceptivos têm aumentado.

Na economia, onde é também muito criticado, o Programa, citando ainda PAIVA, FALCÃO E BARTHOLO (2013 p. 36), “além da redução da desigualdade, ainda produz um efeito multiplicador do PIB na renda das famílias”. Há inda de se enfatizar que o Programa Bolsa Família não é o responsável por onerar os gastos dos cofres públicos, representando apenas 0,5% do PIB nacional (Paiva, Falcão e Bartholo 2013 p. 36).

### **Análise e apresentação dos dados da pesquisa**

A pesquisa foi realizada com as famílias do Colégio Estadual Criança Esperança, na cidade de Palmas – TO. O Colégio Estadual Criança Esperança possui um total de 693 alunos matriculados. Oferta o 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) 3º Segmento. Cerca de 50 alunos fazem parte do Programa Bolsa Família, destes, 30 famílias responderam ao questionário de pesquisa sobre o Programa.

Neste capítulo apresentaremos os dados da pesquisa realizada no Colégio Estadual Criança Esperança, a fim de responder sobre a utilização da renda do Programa Bolsa Família. Tende como hipótese que o benefício é utilizado para garantir itens básicos como: alimentação, permanência de alunos na escola e acesso à saúde. Sendo esta renda indispensável para a mínima qualidade de vida da família.

570

Conforme se apresenta os resultados obtidos na pesquisa quanto aos principais gastos realizados com o dinheiro do benefício, se observa que sendo atendidos os grupos familiares compostos de maior número de pessoas, a utilização do benefício é realizada em maior quantitativo com alimentação, em segundo lugar aquisição de material escolar para os beneficiados diretamente e em terceiro lugar aquisição de medicamentos.

Quanto ao nível de satisfação referente à quantidade de alimentos após o recebimento do Programa Bolsa Família, 90% consideram satisfatório.

A renda familiar dos beneficiados varia entre um salário mínimo e menos de um salário mínimo em sua maioria, um número bem pequeno de entrevistados contabiliza renda acima de dois salários e nenhuma superior a três salários mínimos.

De acordo com o MDS, (2015) o “Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza”. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares.





Indicador preocupante se refere ao número de pessoas na casa do beneficiado que não possuem uma renda fixa mensal, o maior número de pessoas se considera autônomas por não possuir um emprego trabalharem como diaristas sejam na construção civil, serviços de limpeza, faxinas, etc., daí um alto índice de pessoas que possuem renda a baixo de um salário mínimo. Sobre a avaliação quanto à eficiência do Programa Bolsa Família no combate à pobreza se pode verificar que os maiores índices de respostas incidem sobre razoável e bom o que é considerado positivo, visto que, para as famílias dos beneficiados embora o Programa não consiga combater de forma eficaz, ainda é para estas famílias uma alternativa para reduzir a miséria e a fome.

Na tabela a baixo foram enumeradas questões de suma importância à pesquisa no tocante aos objetivos do programa e critérios para participação e permanência dos beneficiados. De acordo com MDS, (2015) são condicionalidades a “Frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos; frequência escolar mensal mínima de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos. Acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças menores de 7 anos e pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrízes”.

**Tabela 1: Critérios de participação e permanência no PBF.**

Ordem	Questões	Sim	Não
01	Todos os beneficiados do PBF estão matriculados e frequentando a escola?	80%	200%
02	A qualidade do rendimento escolar do beneficiado do PBF melhorou após ser inserido no programa?	90%	10%
03	A frequência escolar do beneficiado é regular?	90%	10%
04	O cartão de vacinação do beneficiado está em dia?	96%	04%
05	A família do beneficiado recebe algum outro benefício do governo federal?	00%	100%

Sendo observado que de forma bastante satisfatória e positiva as pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família tendem aos requisitos estabelecidos como critérios para participação e permanência no programa.

### Conclusão

A partir deste estudo, foi possível compreender sobre o surgimento do Programa Bolsa Família, entender seu processo histórico, que se deu a partir de 2003, com a unificação de





outros programas de transferência de renda, com o objetivo de atender às famílias de maneira mais efetiva, englobando em um único Programa, condicionalidades que promovessem os direitos à educação, saúde e assistência social e ainda a redução da pobreza e pobreza extrema dos usuários em situações de vulnerabilidade.

Pudemos, a partir dos dados colhidos na pesquisa realizada, compreender alguns aspectos das famílias usuárias do Programa no Colégio Estadual Criança Esperança. Destes enfatizamos sobre os pontos referentes às condicionalidades. No Colégio Estadual Criança Esperança 90% dos alunos beneficiados frequentam as aulas regularmente e fazem acompanhamento de saúde conforme orienta o programa. Sobre os gastos realizados com o benefício, a compra alimentos aparece em primeiro, seguida da compra de materiais escolar, remédios e itens de higiene pessoal.

Dessa forma, confirmamos a importância do Programa Bolsa Família para este grupo de beneficiados, pois o mesmo cumpre com os seus objetivos, proporcionando uma redução da pobreza imediata, colaborando com a melhoria de vida no que diz respeito aos requisitos básicos para sobrevivência.

### Referências

CAMPELLO, T., CRAVEIRO, C.B. A. e XIMENES, D. A. Dez anos do programa bolsa família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil in T. CAMPELLO AND M. CÔRTEZ NERI (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsa\\_familia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsa_familia_10anos.pdf).

Acesso em outubro de 2017.

CAMPELLO, T. “Uma década derrubando mitos e superando expectativas”. in: T. CAMPELLO AND M. CÔRTEZ NERI (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. IPEA, Brasília, 2013.

FRONZA, Paula. **Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GALANT, Bruna. **Programa Bolsa Família e a avaliação feita por seus beneficiários no município de Morro Reuter-RS**. Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em outubro de 2017.

LOBO, T. A.; MARLI M. MORAES DA COSTA. O Programa Bolsa Família: origem deste modelo, formas de implementação e desafios contemporâneos. In: **XI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea e VII Mostra de trabalhos jurídicos**, 2014, Santa Cruz do Sul.





MILANEZ, ANDERSON CARVALHO DA SILVA; SILVA, CLÁUDIA MARIA LOURENÇO DA. A importância do Programa Bolsa Família sobre a economia do município de Antônio Gonçalves - Bahia. **Revista de Psicologia**, v. 10, p. 34, n. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Bolsa Família**. Disponível em: <http://mds.gov.br/> Acesso em outubro de 2017.

PAIVA, L. H., FALCÃO, T. E BARTHOLO, L. Da Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema in T. CAMPELLO AND M. CÔRTEZ NERI (Org.), **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. IPEA. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf). Acesso em outubro de 2017.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso da Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 145-159, 2006.

## A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Seila Sousa dos Santos Ferreira  
Valdenir Castro Bezerra

573

**Resumo:** Ao longo dos anos, a educação tem se preocupado em contribuir para a formação de um indivíduo crítico, responsável e atuante na sociedade. Isso porque vivemos em uma sociedade onde as trocas acontecem rapidamente, seja através da leitura, da escrita, da linguagem oral ou visual. Diante disso, a escola busca conhecer e desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita e a literatura infantil pode influenciar de maneira positiva nesse processo. Para que tal desenvolvimento seja alcançado é necessário que o profissional haja de maneira correta para desta forma propiciar ao aluno um desenvolvimento adequado. O ideal é conscientizar pais e professores sobre a importância de desenvolver o hábito da leitura nos primeiros anos de vida. Assim será indispensável uma ação que estimule o envolvimento de todos, sendo para isso necessário um trabalho contínuo, que prepare inicialmente os professores. O aluno se desenvolverá e será um bom leitor se ver a leitura com prazer. Desta forma a leitura poderá ser um hábito saudável, capaz de formar cidadãos conscientes, competentes, com sensibilidade e imaginação.

**Palavras-chave:** Literatura infantil; Ensino-aprendizagem; Futuros leitores.

### INTRODUÇÃO

Este artigo foi realizado com o objetivo de verificar a contribuição da literatura infantil no processo de ensino-aprendizagem das crianças, bem como a sua contribuição para estimular o interesse dos alunos pela leitura de forma prazerosa. O lúdico não se encontra apenas no ato do brincar, mas também no ato de ler. Ao apropriar-se da literatura como forma natural de descobrimento e compreensão do mundo, a criança adentra mundos até então desconhecidos por meio de sua rica capacidade de imaginação.





A Literatura Infantil, utilizada de modo adequado, é um instrumento importantíssimo na construção do conhecimento do educando, fazendo com que ele desperte para o mundo da leitura não só como um ato de aprendizagem significativa, mas também como uma atividade prazerosa. Além do mundo imaginário, a literatura iniciada na infância pode ser a chave para um bom aprendizado escolar. A criança que entra em contato com o universo da leitura tem mais facilidade para aprender e para conviver na escola. A leitura é uma realidade interdisciplinar que, em muitas de suas manifestações está relacionada com outros modos de expressão, que formam a bagagem comunicativa da criança desde seus primeiros anos, isto é, na Educação Infantil. O prazer da literatura é antecedido pelo prazer da escrita, evoluindo para uma atitude de curiosidade leitora diante da vida. Por isso é importante procurar despertar o gosto pela leitura na criança desde a Educação Infantil, tornando-se imprescindível potencializar uma criança ativa, curiosa para que vá construindo sua imagem do mundo em interação com a realidade, na qual a mesma está inserida.

A criança aprende brincando e os conteúdos podem ser trabalhados através de histórias, brincadeiras e jogos, em atividades lúdicas, pois além de estimular a autoconfiança e a autonomia, proporciona situações de desenvolvimento da linguagem do pensamento e está criando espaços para a construção do seu conhecimento.

574

### **O QUE É LEITURA?**

A leitura ainda é um dos desafios presente no contexto escolar, mas é muito necessária para a construção do indivíduo enquanto ser autônomo, crítico e ativo para lidar com a complexidade da sociedade em que se insere. Vivemos num país desigual, capitalista, injusto que vive dividido. Num extremo uma pequena parcela de indivíduos usufrui da riqueza e no outro ponto, o que sobra desse montante, se comparte com a massa popular. Essa má distribuição de renda promoveu a acentuada exclusão social. Muitos não tiveram o privilégio de se escolarizar ou foram mal alfabetizados.

Analisando a idéia de Aquino e Pimenta (2010) o ato de ler se configura também num processo amplo, considerando-se que interpretar a realidade que cerca o leitor não se restringe somente com a escrita e a leitura, mas é possível seu desvelamento por meio de uma variedade de linguagens. Portanto se faz num processo enérgico, ou seja, quando se lê um determinado texto, é possível que além do leitor apreender o seu significado, ele pode trazer para sua experiência e visão de mundo como leitor de forma a colocar sua experiência de frente com as questões que cada autor traz em seu trabalho.





Mas afinal o que seria ler? Qual a significação da leitura para o indivíduo? Buscando responder estas indagações, analisamos a definição por meio de Soares (2010) que conceitua a leitura como instrumento que permite dar sentido a determinado conteúdo, é decifrar de forma consciente a intenção do que se encontra redigido.

No entanto se um aluno foi muito bem em tudo, e for um péssimo leitor, terá sua formação comprometida, e não terá a mesma chance que o ótimo leitor. Nestas questões entendemos que a leitura é porta de entrada para o desenvolvimento em sociedade. Quem lê, conhece, quem conhece pratica sua cidadania efetivamente e tem argumentos necessários para viver a prática democrática na sociedade da qual se insere. Desta forma Cagliari (2010) define que a leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma. Tudo que se ensina na escola está diretamente ligado à leitura e depende dela para se manter e se desenvolver. A leitura é a realização do objetivo da escrita. Quem escreve, escreve para ser lido. O objetivo da escrita é a leitura. (CAGLIARI, 2010, p. 130-131).

A aprendizagem da leitura é fundamental, portanto, para a integração do indivíduo no seu contexto sócio-econômico e cultural, propiciando o desenvolvimento do pensamento organizado, capaz de levá-lo a tomar uma postura consciente, reflexiva e crítica frente à realidade social em que atua e convive.

Segundo ressalta Solé (2010, p.22), ler é fazer o leitor participar ativamente com o texto considerando-se que “a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo, tenta-se satisfazer obter uma informação pertinente para os objetivos que guiam sua leitura.” Dentro destes aspectos, observamos a relevância da leitura da criança, tendo em vista que ela consegue compreender a mensagem de vários textos à partir de sua leitura, sem necessariamente conhecer com exclusividade o código e as normas da linguagem escrita.

## **A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

A infância é o período mais importante para haver maior concentração e preocupação no desenvolvimento da leitura, pois é necessário que se mostre à criança o que precisa ser construído por ela no âmbito do aprendizado da leitura, no qual o adulto leitor experiente tem a função de tornar possível a aprendizagem desta atividade.





Ouvindo histórias pode-se também sentir emoções importantes, como a raiva, a tristeza, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança e a tranquilidade. Enfim, ouvir narrativas é uma provocação para mergulhar profundamente em sentimentos, memórias e imaginações. O mundo pode se tornar outro, com mais significados e mais compreensões. A criança só é capaz de compartilhar deste mundo quando compreender o seu significado. Ela descobriu a diferença entre a fala e a escrita, ambos necessários a aprendizagem inicial da leitura.

O que se observa é que em muitas escolas de Educação Infantil o apoio para o incentivo da leitura tem passado por grandes dificuldades. Ou faltam materiais (livros), ou profissionais engajados nessa causa. O problema já está na base escolar. É importante observar se a escola está mesmo incentivando as crianças à leitura e à escrita, de forma correta e prazerosa, ou tem vivenciado essas habilidades ainda como forma de punição às diversas situações comportamentais ocorridas em sala de aula, ou ainda, simplesmente usam a leitura e escrita para cumprir com conteúdos já propostos, sem dar aberturas para que as crianças conheçam situações significativas nas quais possam se aperfeiçoar e sentirem prazer em ler e escrever.

Para que a escola venha contribuir na formação de pessoas ativas, faz-se necessário que seja aplicada uma pedagogia que valorize a formação humana, propondo às crianças situações de aprendizagem nas quais elas possam se envolver de forma dinâmica e prazerosa. O educador deve procurar estratégias para promover uma aprendizagem que se encontre ligado intimamente à tomada de consciência da situação atual, vivida pelo educando, proporcionando-lhes momentos de sistematização e associação, fazendo com que os recursos utilizados pelos alunos sejam próprios de suas vivências, dessa forma, a leitura e a escrita, que anteriormente, não lhes faziam sentido, passam a ter significado.

Para atender às novas exigências da sociedade, é necessário pensar em uma nova postura profissional para que o acesso à leitura e escrita tornem-se algo efetivo e eficaz, pois mesmo com a presença maciça e diversificada de leitura e escrita nas atividades que se realizam nas escolas, vivemos ainda, vendo casos de analfabetismo, evasão e repetência escolar. Não se pode permitir que a neutralidade continue permeando diante às situações que são impostas, perpetuando comportamentos manipuláveis pelo sistema educacional que castra qualquer possibilidade de desenvolvimento reflexivo, sendo o homem sujeito de sua educação e não objeto dela. Toda a aprendizagem é o processo sistemático da aquisição do







conhecimento do ser humano se dá socialmente, com as interações que estabelece com o outro e os significados que isso lhe faz sentir. Portanto, a recuperação ou o nascimento do ato da leitura nas escolas será possível se o educador demonstrar boa relação com os textos.

Outro ponto a ser valorizado na escola é a forma como a literatura é apresentada à criança. É importante que a escola dinamize e explore a literatura infantil. Quando o professor demonstra prazer em determinadas atividades, desperta também esse sentimento em seus alunos que o observam o tempo todo. O movimentar-se do professor é tão importante e valioso no sentido de exemplo quanto às palavras que dirige aos ouvidos do grupo de crianças que se inclinam para ouvi-lo.

A promoção da leitura nas escolas é de responsabilidade de todo corpo docente e não apenas de alguns professores específicos que receberam a responsabilidade de incentivar a leitura. O querer construir uma sociedade de leitores vai além do sentimento do desejo, vai à atitude. Essa atitude deve ser planejada nas ações das atividades pedagógicas da escola, juntamente com todo o corpo docente, desde atividades simples, como uma conotação de histórias às tarefas que exijam planejamentos mais elaborados.

A escola é a extensão da família, a escola com seu papel de ensinar e a família de educar, sendo instrumentos importantes contra a formação de leitores por obrigação. Se ambas dialogarem havendo comprometimento e apoio, certamente se formarão leitores competentes.

577

## **METODOLOGIA**

Refletindo sobre metodologia de pesquisa, bem como a forma de realização do projeto, que possibilitou a escrita deste artigo, faz-se necessário, inicialmente, ressaltar que método significa o caminho pelo qual se segue para chegar a um determinado resultado, sabendo que precisarei selecionar técnicas e formas de avaliar as alternativas, refletindo sobre os dados obtidos. (RUIZ, 2009).

Inicialmente, a preocupação foi realizar leituras e buscas teóricas que permitissem argumentar teoricamente a necessidade e importância da literatura infantil, bem como da contribuição da mesma para o desenvolvimento do educando. E consistiu em pesquisa de campo que permitiu entrar em contato com professores e alunos atendidos em uma escola da rede municipal de ensino. Além disso, também foi realizada entrevistas e observações com duas professoras, envolvidas com o estudo. Optou-se por esta metodologia de pesquisa, pois segundo Ruiz (2009, p.50), a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como





ocorre espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura é feita não somente por quem lê, mas pode ser dirigida a outras pessoas, que também “lêem” o texto ouvindo. Desta forma buscou-se enfatizar que através da Literatura Infantil, do contar e ler histórias podemos despertar na criança o gosto pela leitura, instigando sua fantasia, imaginação, reflexão, posicionamento, que são pressupostos de suma importância para o desenvolvimento infantil. A arte de ouvir e contar história são uma atividade que dentre outras, deve estar presente no cotidiano escolar, considerando-se que pode desenvolver o emocional da criança, ajudá-la a se organizar e se socializar, além de auxiliá-la no processo de alfabetização. Compreender a infância é entender que cada criança é um ser único, e que possui suas limitações, diferentes dos adultos, mas também tem suas peculiaridades que se exploradas pelo adulto são desenvolvidas com muita facilidade. É o caso das histórias contadas pelo professor.

A literatura infantil é um amplo campo de estudos que exige do professor bastante conhecimento para saber adequar os contos de fadas às crianças, gerando um momento propício de encanto e estimulação para a sua imaginação. Assim sendo é na percepção das situações discursivas que o aluno poderá se constituir como cidadão e exercer seus direitos como usuário da língua. É importante ressaltar que é preciso que todos os envolvidos no processo educativo repensem a prática pedagógica da formação do leitor na educação infantil. Porém deve-se entender que a solução para o problema deve ser buscada por todos: educadores, pais, comunidade e governo. As alternativas para motivação podem ser as mais variadas possíveis, desde que se desperte na criança a arte e o gosto pela leitura.

578

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Adair Francisco. PIMENTA, Miriam Carla Longo. **Leitura e a Interpretação de Textos**. Revista Olhar Científico. Ariquemes, vol. 01, n. 2, ago./ dez., 2010.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística** / Luiz Carlos Cagliari. – São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para eficiências nos estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, Maria Inês Bizotto. **Alfabetização e linguística: da teoria à prática** / Maria Inês Bizotto Soares, Maria Luisa Aroeira, Amélia Porto. – Belo Horizonte: Dimensão, 2010.





SOLE, Isabel. **Estratégias de leitura** / Isabel Solé; trad. Cláudia Schilling – 6. Ed. – Porto Alegre : Artmed, 1998.

## A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PBF NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO - TO

Silvana Fagundes de Azevedo Dendena

José Lauro Martins

**Resumo:** A frequência escolar, é uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família, eficaz para manter as crianças na escola reduzindo o abandono, e diminuindo também as distorções idade/ano além de melhorar o desempenho dos estudantes mais pobres. A escolha deste estudo surgiu no momento à observação de quatro alunos que são beneficiários do PBF na Escola Municipal Getúlio do município de São Valério – TO, onde percebeu-se que a frequência dos mesmos na escola, acontece pelo fato de serem crianças que estão em situação de vulnerabilidade, ou seja, onde encontra a combinação da presença e alimentação, fator que contribui para o desempenho escolar esperado em relação à aprendizagem. O presente artigo teve como objetivo a compreensão do PBF, para enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional dos alunos em estudo da Escola Municipal Getúlio Vargas, situada no município de São Valério – TO., em situação de vulnerabilidade. Para a realização desse estudo, utilizou – se artigos acadêmicos publicados, bem como o site do Ministério da Assistência Social – MDS, para realizar o desenvolvimento da pesquisa, a fim de compreender a contribuição significativa do Programa, para a melhoria da vida das famílias beneficiárias, que dele fazem parte e assim, verificar o real alcance dos seus objetivos. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e qualitativa. Para realizar a pesquisa bibliográfica foi feito um levantamento de artigos e livros que abordavam o Programa Bolsa Família e sua relação com a educação. Tendo como embasamento a teoria (CAMPELLO; NERI, 2013), além de artigos relacionados ao tema para aprofundar o conhecimento em relação ao Programa, e desta maneira, refletir sobre o assunto. A entrevista foi realizada com os professores e a coordenadora aconteceu de forma coletiva, com questões objetivas para conhecer melhor a frequência e o desempenho escolar dos discentes. Conforme os relatos dos entrevistados, o PBF no município de São Valério – TO, trouxe benefícios significativos relacionados à educação, que foi o elevado índice de frequência escolar, tendo em vista que muitas crianças e adolescentes que antes não estavam em sala de aula passaram a frequentar a escola.

**Palavras Chaves:** Programa Bolsa Família.Frequência escolar.Desempenho escolar.Família

### INTRODUÇÃO

A frequência escolar, é uma das condicionalidades do Programa, eficaz para manter as crianças na escola reduzindo o abandono, e diminuindo também as distorções idade/ano além de melhorar o desempenho dos estudantes mais pobres.

A escolha deste estudo surgiu no momento à observação de quatro alunos que são beneficiários do PBF na Escola Municipal Getúlio do município de São Valério – TO, onde percebe-se que a frequência dos mesmos na escola, acontece pelo fato de serem crianças que estão em situação de vulnerabilidade, ou seja, onde encontra a combinação da presença e alimentação, fator que contribui para o desempenho escolar esperado em relação à aprendizagem. Para as autoras Mestriner e Nery (2009), “estar em vulnerabilidade social significa ter a potencialidade de resposta alterada ou diminuída frente às situações de risco ou





a constrangimentos naturais da vida”. As autoras Mestriner e Nery (2009) ainda declaram que, as vulnerabilidades “não prevenidas, não reduzidas e não corrigidas levam a riscos sociais que ampliam a exclusão e a pobreza.”

O presente artigo teve como objetivo a compreensão do PBF, para enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional dos alunos em estudo da Escola Municipal Getúlio Vargas, situada no município de São Valério – TO., em situação de vulnerabilidade.

Para a realização desse estudo, utilizou – se artigos acadêmicos publicados, bem como o site do Ministério da Assistência Social – MDS, para realizar o desenvolvimento da pesquisa, a fim de compreender a contribuição significativa do Programa, para a melhoria da vida das famílias beneficiárias, que dele fazem parte e assim, verificar o real alcance dos seus objetivos.

O benefício do PBF auxilia na inserção e na permanência na escola de crianças em situação de vulnerabilidade social, que, sem esse auxílio, tendem a evadir da escola e ocupar, futuramente, postos pouco qualificados e mal remunerados no mercado de trabalho, como afirma Aguiar & Araújo (2002, p.35):

Os beneficiários são crianças de famílias muito pobres, que se evadiriam do sistema escolar sem a bolsa mensal, mantendo a mesma baixa escolaridade dos pais e, conseqüentemente, no futuro ingressando no mercado de trabalho, na melhor das hipóteses, nas mesmas condições da maioria de suas famílias. A lógica é elevar o grau de escolaridade das crianças para aumentar e mesmo equilibrar as oportunidades.

De acordo o autor supracitado, o Programa surgiu para melhoria de vida das crianças oriundas de famílias pobres, que estavam fora do sistema educacional devido não terem condições financeiras para custear as despesas enquanto aluno. E espera-se que com auxílio do benefício, essas crianças tenham uma vida melhor do que a de seus pais.

O Programa sugere uma relação recíproca e proporcional entre pobreza e frequência escolar, desconsidera-se a complexidade do fenômeno da pobreza quanto as suas reais causas, ou seja, a situação de pobreza da geração futura passa a ser uma questão meritocrática, permanecendo na pobreza apenas aquele que não faz a sua parte e não cumpre as condicionalidades.

No município de São Valério, encontram-se 599 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias beneficiárias que equivalem, aproximadamente, a 35,16% da população total do município, o qual conta com 4.383 habitantes, e inclui 84 famílias que,





sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. Na educação encontra-se o total quinhentos e sessenta crianças e jovens de 6 a 17 anos com cadastro no PBF. Conforme o relatório do Gestor do Bolsa Família na Educação, a Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) equivale à 98,21%, percebe-se que o índice de alunos faltosos é mínimo no município.

Os alunos em estudo são assíduos, é uma raridade faltar aulas, exceto quando o ônibus escolar não busca por motivos de problemas mecânicos. Mas, quando acontece de ausentar-se a família, geralmente a mãe comunica a secretaria da Escola Municipal Getúlio Vargas, para que possa justificar a falta, a fim de não prejudicar em relação ao benefício.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e qualitativa. Para realizar a pesquisa bibliográfica foi feito um levantamento de artigos e livros que abordavam o Programa Bolsa Família e sua relação com a educação. Tendo como embasamento a teoria (CAMPELLO; NERI, 2013), além de artigos relacionados ao tema para aprofundar o conhecimento em relação ao Programa, e desta maneira, refletir sobre o assunto.

A pesquisa teve como cenário a Escola Municipal Getúlio Vargas, situada no município de São Valério-TO, e como sujeitos quatro discentes matriculados no 6º ano do ensino fundamental, três professores e uma coordenadora pedagógica. O estudo realizou-se em duas fases: a primeira realizou através de pesquisa bibliográfica, para aprofundar os conhecimentos sobre os benefícios do Programa Bolsa Família. E a segunda fase acontece através da pesquisa de campo onde foi observado quatro alunos do 6º ano do ensino fundamental, e entrevista com três professores e uma coordenadora pedagógica, objetivando o rendimento escolar dos mesmos na escola, através de acompanhamento em sala de aula e também visitas em seus familiares.

## TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA

A pesquisa de campo realizou-se através de observação em classe durante o momento da aula, com entrevistas com três dos professores dos alunos e uma coordenadora pedagógica. A entrevista foi realizada com os professores e a coordenadora aconteceu de forma coletiva, com questões objetivas para conhecer melhor a frequência e o desempenho escolar dos discentes. Onde relataram que o PBF é muito importante e que veio contribuir de forma





significativa para que os alunos frequentem a escola, pois quando se ausentam fica mais difícil para acompanhar os conteúdos, uma vez que o ensino acontece em sequência. Em relação ao acompanhamento das famílias na vida escolar dos alunos beneficiários do PBF, disseram que é mínima essa ação. Apesar de a escola realizar reuniões periodicamente para tentar conscientizá-los da importância da presença da família junto aos filhos no âmbito escolar, não obtém êxito quanto ao esperado e acaba dificultando o desempenho escolar dos mesmos.

### ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Conforme os relatos dos entrevistados, o PBF no município de São Valério – TO, trouxe benefícios significativos relacionados à educação, que foi o elevado índice de frequência escolar, tendo em vista que muitas crianças e adolescentes que antes não estavam em sala de aula passaram a frequentar a escola.

De acordo os professores que participaram da pesquisa, explicaram que as famílias, disseminam um legado que o que podem deixar para seus filhos é o conhecimento, a educação, pois esse é um bem que ninguém pode tirar. No entanto, as famílias não reconhecem o papel a qual pode desempenhar na vida educacional de seus filhos e acabam transferindo apenas para a escola todas essas responsabilidades.

582

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se quanto à importância do PBF na educação, que o programa trouxe como ponto positivo para dentro da sala de aula aqueles alunos que muitas vezes encontravam-se fora da escola. E como ponto negativo acabou ocasionando uma dificuldade educacional, uma vez que existem aqueles alunos que não querem estudar e acabam atrapalhando a aprendizagem e o desenvolvimento dos outros alunos.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C.H. Bolsa Escola: **Educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, 2002, 152p.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-doprograma/condicionalidades>. Acesso em 10 nov. 2017.

MESTRINER, M. L.; NERY, V. 2009. Maria Rizzotti e Thaís Silva. **A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual**. 2013. Disponível em:





[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_assistencia/vigilancia\\_soci\\_oassistencial/a\\_vigilancia\\_social\\_na\\_politica\\_de\\_assistencia\\_social.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/vigilancia_soci_oassistencial/a_vigilancia_social_na_politica_de_assistencia_social.pdf) . Acesso em: 10 nov. 2017.

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES

**Simone Lima de Arruda Irigon**

**Denise de Barros Capuzzo**

**Miliana Augusta Pereira Sampaio**

**Resumo:** A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular requer uma revisão conceitual da estrutura curricular dos cursos de formação de professores. Assim, o respectivo trabalho discute os fundamentos, a política, as possibilidades e os limites da proposta de formação de professores nas Instituições de Ensino Superior - IES. É um estudo calcado na perspectiva da formação de professores. O debate acerca da formação de professores para atuação no sistema regular e na Educação Especial tem gerado polêmicas, contradições e omissões, especialmente nas universidades. Tornando-se imprescindível focalizar tal tema na revisão dos Cursos de Pedagogia, não podendo restringir-se apenas as especializações. Apresentam-se nesta pesquisa, os empecilhos e as possibilidades da educação superar os problemas existentes no que se refere à escolarização do aluno com deficiência, bem como a responsabilidade das universidades enquanto agência de produção de conhecimento e de formação na área da Educação Especial. Discute-se sobre a necessidade das universidades demonstrarem esforços para assegurar a educação inclusiva e qualificação na formação de professores.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Ensino Superior. Formação. Inclusão.

### Introdução

583

Sabe-se que a Educação Especial atua junto aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/superdotação, entretanto, infelizmente, ainda não tem sido efetiva na educação para todos. Assim, pode-se constatar que se trata de um processo de mudança educacional e as escassas conquistas de cunho inclusivo são muito recentes no que diz respeito à escolarização destes alunos no âmbito do ensino regular.

A Educação Especial tem como intenção a promoção de uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado a sua realidade física, mental, sensorial e social.

Mazzotta (1998) esclarece que, historicamente, na era pré-cristã tendia-se a negligenciar e a maltratar as pessoas com deficiência. Em um segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e compadecer-se daqueles sujeitos. No terceiro período descrito pelas bibliografias, nos séculos XVIII e XIX, foram fundadas instituições para oferecer uma educação à parte para as pessoas com deficiência. Finalmente, na última parte do século XX, observa-se um movimento que tende a aceitar essas pessoas e a integrá-las, tanto quanto possível, nos sistemas de ensino regular.





Inicia-se no cenário político, econômico, educacional brasileiro a partir de 1950, as discussões no tocante às questões de Educação Especial, porém, sabe-se que tais questões sempre atraiu a atenção dos políticos, não como proposta educativa, tampouco inclusiva, mas na maioria das vezes, como problema que deveria ser solucionado, sendo realizadas mudanças paulatinas, mediante as concepções de cada época.

Mazzotta (1998) destaca ainda que por volta de 1980 aconteceram movimentos sociais de reivindicação e luta pela democratização do ensino, acesso à escola gratuita e inserção das minorias marginalizadas e excluídas no sistema educacional. Nessa expansão, de um lado criam-se serviços especializados em escolas públicas e de outro lado o acréscimo da implantação de instituições e escolas especializadas em todos os estados.

Acontece à criação de cursos superiores e de políticas públicas para a formação de professores no sistema das redes públicas estaduais e municipais, transferindo, dessa forma, a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiências às instituições especializadas de caráter filantrópico e segregadas. Essas passaram a ocupar e cumprir, naquele momento histórico, o papel do Estado quanto à oferta de educação gratuita às pessoas com deficiência.

Em 1994 a Declaração de Salamanca, em sua linha de ação sobre necessidades educativas especiais, sugere o processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino comum, alunos com ou sem deficiência, pois:

584

As escolas inclusivas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento com suas comunidades (Declaração de Salamanca, p.23, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB do Brasil destaca em seu Art. 59, incisos I e II, que:

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

II – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora. (LDB nº 9394/96)







Nesse contexto histórico, a formação de professores em Educação Especial esteve ligada aos cursos de formação do magistério em nível secundário, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB surgem habilitações em Instituições de Ensino Superior - IES, nas diferentes áreas da Educação Especial, concentrada na região sudeste do país e o currículo focalizava os procedimentos especiais de ensino e a prática pedagógica geralmente realizada em escolas especiais.

Assim, a aludida pesquisa teve como objetivo observar a relevância da grade curricular ofertada nos Cursos de Pedagogia das Instituições Ensino Superior – IES em Palmas, e suas lacunas existentes referentes às formações de professores em áreas da Educação Especial, tornando de tal modo evidente, a exigência de reformas educacionais, novos currículos e projetos nos respectivos Cursos, tendo em vista a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/superdotação.

## 2. Procedimentos Metodológicos

A tendência na educação contemporânea é discutir a educação inclusiva, uma vez que a pessoa com deficiência tem o direito de ser incluída em classes regulares de ensino. Esse aluno é tão digno e merecedor da educação de qualidade como qualquer outra pessoa. Assim, ao longo deste estudo observou-se a importância de se repensar a formação de professores para a oferta de tal educação.

585

Demonstrou-se através desta pesquisa, o estudo realizado para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria - RS, concluído no ano de 2011, a necessidade de se conhecer e observar a necessidade da inserção no currículo dos Cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior - IES, disciplinas relacionadas à Educação Especial, de modo a facilitar o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nas escolas regulares de ensino junto aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação.

Este estudo direcionou-se para o desenvolvimento de uma investigação da relevância da inclusão da disciplina em Educação Especial nas Instituições de Ensino Superior - IES, na qual a formação de professores é adotada como objeto de estudo.

O percurso do estudo foi percorrido por meio de um movimento de análise crítica dos pressupostos educacionais que tratam da formação de professores, onde se procurou estudar a política de formação de professores nos Cursos de Pedagogia nas Instituições de Ensino Superior - IES, por meio dos documentos que versam sobre a Educação Especial.





Assim, em relação às questões metodológicas pertinentes ao desenvolvimento da investigação, pretendeu-se avançar na compreensão desse processo que se orientou pelo pressuposto de que o movimento social ou educacional deve ser analisado pela perspectiva das contradições, dos interesses distintos, das lutas encadeadas pelos homens em momentos históricos precisos. É nesse movimento de análise crítica pela perspectiva histórica que se pretendeu estudar sobre a formação de professores em Educação Especial.

### 3. Desenvolvimento

A pesquisa fundamentou-se numa perspectiva de educação inclusiva, onde se discutiu sobre as possibilidades que a formação de professores em Educação Especial nas Instituições de Ensino Superior – IES traz para seus acadêmicos dos Cursos da Pedagogia.

De tal modo calcado pelo ponto de vista da formação de professores, a pesquisa retratou também a cerne do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio das formações de seus professores em Educação Especial nas Instituições de Ensino Superior – IES, as quais vêm enfatizando a necessidade de maiores reflexões nessa temática em questão.

#### 3.1 As Políticas de Formação de Professores e o Movimento da Inclusão

A discussão sobre a formação de educadores para a educação de todos, para a inclusão e escolarização adequada de pessoas com deficiência, surgiu a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia em 1990.

Nesse universo conceitual as discussões após Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) tiveram a colaboração de diversos autores, os quais pontuaram como desafio para a formação de professores numa perspectiva de educação inclusiva: rever a concepção da formação de professores, superando os delineamentos clínicos e reabilitadores e orientar a formação a partir de enfoques mais interativos no processo de aprendizagem do ensino regular.

Defende-se, então, a formação de professores para educação inclusiva na Educação Básica para atuação em Educação Especial.

#### 3.2 A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva: da epistemologia à prática

A Educação Especial, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), deve assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais





especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Para Mazzotta (1998) a Educação Especial é uma disciplina que estuda e analisa os processos de ensino e aprendizagem, em situações de diversidade, com a finalidade de oferecer

respostas educativas e projeção socioprofissional aos alunos com deficiência.

Estudos do Ministério da Educação - MEC, através da Secretaria de Educação Especial - SEESP (2008) revelam as teses e dissertações acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular destacam a necessidade de rever os programas de formação inicial de profissionais de professores que trabalham com esses alunos, enfatizam a importância de incluir as necessidades educacionais especiais na formação de professores, de superar a noção de formação e atuação isoladas do professor especializado em Educação Especial.

Esses estudos indicam o crescente número de pesquisas sobre o tema e a consolidação de linhas de pesquisa e projetos sobre a educação de pessoas com deficiência. Nesse sentido, a formação de professores para lidarem com a diversidade, a formação de educadores para o Atendimento Educacional Especializado - AEE e para o apoio e suporte a inclusão remete a importância do papel do professor especializado que além de atender as especificidades decorrentes da deficiência, deve priorizar o trabalho conjunto com a família, a escola e a comunidade, acompanhando e apoiando o projeto pedagógico voltado a uma adequação da prática pedagógica no contexto escolar.

A perspectiva é de construção de uma nova escola, uma escola inclusiva que se constitua em uma escola para todos, não apenas no papel ou em discursos, como vemos e ouvimos, mas que rompa com a realidade de exclusão, a favor de uma escola aberta aos diferentes modos de ser e aprender dos sujeitos. Portanto, o desafio é a construção de uma escola organizada para atender as demandas postas pela diferença.

### **3.3 A formação de professores frente à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**

A formação de professores para a Educação Especial enfrenta em nosso país sérios desafios decorrentes, tanto do contexto problemático das reformas propostas para a formação





de professores, quanto da própria história dessa área específica. Inúmeras são as barreiras que impedem que a política de inclusão, que surgiu precisamente por volta de 1990 no Brasil se torne realidade na prática cotidiana das escolas.

Neste contexto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como intuito assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

### 3.4 A Educação Inclusiva e as Universidades Brasileiras

Explicar a educação inclusiva das leis, dos planos e intenções para a realidade requer conhecimento e prática, sendo preciso questionar qual o conhecimento necessário para fundamentar a prática. Assim, enquanto agência de produção de conhecimento, o papel da universidade na construção da educação inclusiva é essencial.

A universidade enquanto agência de formação, além de produzir conhecimento tem ainda responsabilidade de qualificar os recursos humanos envolvidos, tanto em cursos de formação inicial, quanto continuada, o que é um desafio considerável para o sistema brasileiro de ensino superior.

As Instituições de Ensino Superior - IES no âmbito público e privado vem se adequando em suas estruturas, bem como nas disposições de disciplinas, tanto aos seus acadêmicos, quanto ao atendimento às pessoas com deficiência, organizando suas estruturas curriculares, com foco nos Cursos de Pedagogia.

Assim, a estrutura física enquanto acessibilidade não é o mais difícil, porque o que se percebe é uma sensibilidade da sociedade e maior atenção para este grupo social, visto que um aspecto que se preocupa neste contexto educacional das Instituições de Ensino Superior – IES se retrata nas formações dos professores dos cursos acima mencionados, orientando o acadêmico referente no trato com a linguagem, didático e estratégias pedagógicas condizentes aos alunos público com deficiência transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e suas especificidades.

Nesse contexto discussões e investigações realizadas com a comunidade escolar, nos Cursos de Especialização, Cursos de Extensão e Curso da Pedagogia, permitem pontuar questões, dúvidas e indagações no desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Mantoan (2005), a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais.





Porém, sabe-se que para a escola atender de fato os alunos com deficiência, faz-se necessário proporcionar condições, especialmente que não apresentem preconceitos e barreiras.

Talvez seja importante assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como é ensinado e avaliado.

#### 4. Considerações Finais

A proposta desta pesquisa foi realizar um estudo sobre o contexto histórico, político e social no que tange a Educação Especial e suas influências no processo de formação de professores para a Educação Especial nas Instituições de Ensino Superior - IES em Palmas-TO.

O presente estudo acende cogitações a respeito da relevância da mencionada pesquisa, a qual se elucida ainda pela carência desta formação e a ausência de reflexões mais profundas e efetivas, calcadas na política de formação de professores para a Educação Especial nas Instituições de Ensino Superior - IES.

Por conseguinte, a motivação e o determinismo do concernente estudo se desenvolveu com aportes teóricos e documentos oficiais da área da formação de professores para atuação na Educação Especial, sendo questão levantada neste artigo e que não se esgota em possibilidades de discussão, leitura e dissertação, bem como realização de diagnóstico por meio de questionamentos pertinentes à temática.

As reflexões realizadas indicaram a necessidade de se incluir na grade curricular e no projeto pedagógico dos Cursos da Pedagogia nas Instituições de Ensino Superior - IES, a discussão sobre como articular os conhecimentos, os fundamentos e práticas da Educação Especial, enquanto formação de professores.

Para Mantoan (2005), a formação de educadores para o Atendimento Educacional Especializado - AEE e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular não pode se distanciar do que propõem os teóricos da formação geral de professores, pois enfatiza uma formação envolvendo múltiplos saberes desde a formação pessoal e profissional, a formação inicial e continuada nas diferentes áreas do conhecimento, bem como saberes curriculares relacionados ao projeto de ensino, aos conteúdos, métodos, técnicas de ensino para a formação dos alunos e os saberes da experiência, da prática cotidiana que provém da cultura.

É preciso, então, punho e sustentação para enfrentar as fragilidades ainda existentes, inclusive garantindo a presença de professores capacitados e especializados, com formação





inicial e continuada em Educação Especial para atender às necessidades educacionais conforme a deficiência apresentada pelos alunos público alvo da Educação Especial.

## 5. Referências

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado - AEE**. Brasília - DF: Ministério da Educação – MEC, 2005.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB: Disposições Constitucionais. Lei Nº 9394**. Brasília - DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília - DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura e graduação plena**. Brasília - DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília - DF, 2008.

BUENO, J. G. S. **A Educação Especial nas Universidades Brasileiras**. Brasília - DF: Ministério da Educação - MEC / Secretaria de Educação Especial - SEESP, 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais), In: <http://unesdoc.unesco.org/images>. Página visitada em 04 de fevereiro de 2014.

590

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico. procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos**. 2006, 6 ed. 7 reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

MAZZOTTA, M. J. Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005.





## METODOLOGIAS LÚDICAS COMO FORMA DE HOMOGENEIZAR O ENSINO, DIANTE DA DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Simone Magna Menezes Carneiro Lopes

**Resumo:** A democratização do ensino para mais diversas classes sociais é um fato importante para a redução das desigualdades. Para tanto é necessário o desenvolvimento de alternativas de ensino que possam suprir as lacunas deixadas pela desigualdade social. Este trabalho teve como foco buscar maneiras de superar as dificuldades de aprendizagem da disciplina de física por grande parte dos alunos oriundos de escolas públicas. Isso pode ser atribuído à falta de alfabetização científica ainda nas primeiras séries do ensino fundamental. Notou-se na revisão bibliográfica, que uma vez alfabetizado cientificamente, o aluno desenvolve a capacidade de entender os fenômenos naturais e o mundo em que vive, para isso é explorada sua capacidade de questionar e resolver problemas. A fim de validar a eficácia da alfabetização científica, foi feita uma pesquisa, com uma turma do segundo ano do ensino fundamental de uma escola Municipal de Palmas-TO. A pesquisa consistiu em ministrar aulas com experimentos de física lúdicos, exposição de vídeos e leitura de livros com gravuras, buscando atender a curiosidade da turma. Foram feitas análises qualitativas a partir de atividades que envolviam a elaboração de desenhos, antes e depois das aulas. Também foram aplicados questionários objetivos a fim de coleta de dados para validação da metodologia por métodos estatísticos.

**Palavras-chave:** Alfabetização científica, desigualdade, ensino fundamental, escola pública.

### Introdução

Conforme Antunes et al. (2017), o principal motivo do despreparo apresentado por alunos de escolas públicas no Exame Nacional de Ensino Médio ocorre pelo fato de estes estudantes terem sido mal preparados durante todas as trajetórias escolares. Sabe-se que a formação escolar dos alunos está diretamente ligada à reprodução de desigualdades sociais. E o acesso ao ensino superior é peça chave para a redução de desigualdades.

591

Segundo Helene (2011), ao escolarizar mal as crianças e jovens mais desfavorecidos, o sistema educacional brasileiro está contribuindo para preservar ou mesmo acirrar nossas desigualdades econômicas, respondendo aos desígnios das elites econômicas, que consideram inaceitável qualquer destinação de recursos públicos para fins sociais, inclusive para a educação pública. Programas como o Bolsa Família e sua extensão, o Brasil Sem Miséria, ainda que sejam importantes instrumentos de distribuição de renda, têm efeitos apenas nos casos de pauperização extrema, pouco contribuindo para combater as raízes do problema da distribuição de renda. Para isso, seriam necessários instrumentos mais permanentes e mais sólidos, que viabilizassem a desconcentração de renda em longo prazo. E a educação é um deles, retomando-se então o incansável raciocínio que o investimento em educação é um ponto fundamental na redução das desigualdades sociais.

A atuação dos professores tem papel fundamental na formação dos alunos. Entende-se que a maneira como o professor lida com as desigualdades existentes dentro da própria sala de aula serve para homogeneizar o ensino, tornando o processo mais democrático. Dessa forma, Palhares (2015), entende que a atuação do professor deve ser tal, que possam deixar de





ser cúmplices dos processos escolares que levam à reprodução das desigualdades. Uma dessas maneiras de atuação é a utilização de processos lúdicos de ensino ainda nas séries iniciais do ensino fundamental.

Para tanto, foi observada e avaliada a curiosidade pela física em uma turma do segundo ano do ensino fundamental da Escola de Tempo Integral Padre Josimo Tavares, na cidade de Palmas, do Tocantins. Para isso, utilizou-se de aulas sobre o sistema solar e demais temas sobre Astronomia, que tem uma aceitação maior pelos alunos.

Estes conteúdos podem ser facilmente introduzidos, pois contam com uma área abrangente de subsunçores. Perguntas relacionadas sobre o tempo, o motivo do dia e da noite, a observação dos astros e a curiosidade natural do Ser Humano sobre este tema, foram utilizadas para despertar o interesse dos alunos.

A má formação escolar dos alunos tem papel importante na renda, pois estão sujeitos a trabalharem em empregos com as menores remunerações. A boa formação trará mais oportunidades para alunos de baixa renda. Um dos grandes problemas que permeiam a escola pública no Brasil é que esta não vem conseguindo atribuir a capacidade adequada de leitura e interpretação (ANTUNES, et al. 2017)

Conforme Paulo Freire (1980), a alfabetização é mais que ensinar a ler e escrever, mas sim formar seres que interfiram no seu contexto social e no ambiente em que vive. Retomando a ideia de alfabetização científica, constantemente usada por pesquisadores e professores no mundo inteiro. (Apud CARVALHO, RICARDO, et al. 2010)

Carvalho e Ricardo et al. (2010) apontam que o termo alfabetização científica foi utilizado pela primeira vez por Paulo Hurd, em 1958, sendo o último um grande estudioso do currículo de ciências (MARTINS, 2012);(LORENZETTI e DELIZOICOV, 2001).

Com a expansão da tecnologia busca-se mais o conhecimento científico. No Brasil isso não é diferente, e este interesse desencadeou uma série de incentivos públicos e privados em parcerias nas escolas para o ensino de ciências. Sendo importante para o movimento de alfabetização científica que tem como objetivo formar cidadãos capazes de entender vocabulários científicos, assim como também enfrentar desafios e entender conceitos utilizados no seu cotidiano (KRASILCHIK e MARANDINO, 2007).

Com base nos PCNs, o ensino de Física não foge das realidades exigidas no currículo, o mesmo sugere contextualização dos temas e debater com a realidade do aluno, a fim de







desenvolver saberes e habilidades utilizando-os em seu meio social. (CARVALHO, RICARDO, et al., 2010)

Segundo Carvalho e Ricardo, et al. (2010), com base nos objetivos dos PCNs, deve-se incentivar a criança a ser investigativa, para isso, a importância da alfabetização científica.

Lorenzetti e Delizoicov (2001), reforçam a necessidade de capacitar professores e formar materiais e métodos de ensino de ciências, uma vez que os professores de ciências do ensino fundamental não têm formação específica para o tema. Assim, é possível a alfabetização científica, que deve ser iniciada antes que o aluno aprenda a ler e escrever para que a mesma se torna uma aliada ao incentivo à leitura.

No tocante, o psicólogo biólogo e filósofo suíço construtivista Jean Piaget observou o desenvolvimento intelectual de suas filhas desde o início de suas vidas. Obtendo assim, informações sobre o desenvolvimento e capacidade de aprendizado em cada fase da vida de um ser humano. Ele escreveu os seus primeiros trabalhos baseando-se nestas observações. Não acreditando em teste de Coeficiente Intelectual, Piaget formula seus próprios pensamentos sobre a inteligência, definindo-as como um caso particular de adaptações biológicas sendo a forma e equilíbrio para a qual tendem todas as estruturas cognitivas (BIAGGIO, 2011).

Piaget obteve três funções importantes na teoria intelectual: Pensamento, resolução de problema e estrutura intelectual biológica. Para ele a intelectual biológica é a mais interessante, pois refere-se à estrutura intelectual do ser humano na qual está ligada diretamente a fatores biológicos (BIAGGIO, 2011).

593

Dessa observação Piaget transfere para a psicologia comparando situações do tipo: Uma criança que anda de velocípede que passa a andar de bicicleta. Buscando assim sempre o equilíbrio intelectual, porém este equilíbrio pode causar tédios em crianças familiarizadas com determinadas situações, causando o desinteresse por determinado brinquedo por exemplo. De forma análoga, deve-se observar o desenvolvimento científico da criança, com o cuidado de evitar aversões futuras para os conteúdos ensinados (BIAGGIO, 2011).

Baseado em estudos e observações, Piaget esquematiza o desenvolvimento intelectual em quatro fases, sendo: Sensório-motor (0 a 2 anos), pré-operacional (2 a 6 anos), operações concretas (7 a 11 anos) e operações formais (12 em diante). As operações concretas demonstram que a criança já possui uma organização assimilativa e rica e integrada funcionando em equilíbrio com o mecanismo de acomodação (BIAGGIO, 2011).





Vries e Sales, (2013), afirmam que é de extrema importância compreender como as crianças adquirem conhecimento e que Piaget ajuda a compreender esta questão preocupante para todo educador. Através de estudos e experimentos de física feitos por crianças, os autores afirmam ainda que elas não constroem apenas conteúdo desse conhecimento, como também constroem a inteligência que organiza o conhecimento.

De acordo com Piaget, as crianças aprendem se deparando com problemas que se sentem competitivas a resolver; experimentos emoções como perplexidade, curiosidade, surpresa e frustração; e se engajando no trabalho intelectual e emocional de superar obstáculos para resolver esses problemas envolventes. É por meio desse processo que as crianças realizam as conexões mentais (relações mentais), que são a própria construção de conhecimento ou inteligência. O papel do educador construtivista, portanto, é proporcionar às crianças um ambiente que torne esse processo possível. (VRIES e SALES, 2013)

Conforme Piaget, o despertar do interesse das crianças através da experimentação e cooperação é importante para a formação do conhecimento, demonstrando que para isso, o conteúdo tem que ser atrativo. A partir dessa ideia, Vries e Sales (2013), utilizou experimentos físicos de rampas e carrinhos, foi notado que o experimento levou as crianças a terem um interesse inicial em resolver o problema proposto, neste caso, montar o experimento (rampa com carrinhos), e fazê-lo funcionar. Por fim, foi identificado que a metodologia desenvolveu na criança o raciocínio necessário para adquirir novos conhecimento.

594

### **Procedimentos Metodológicos**

Inicialmente foi feita uma análise da turma para ver como eles se comportariam com diferentes metodologias e se o conteúdo os interessavam. Foi verificado o interesse pelos conteúdos e também que seriam obtidos resultados mais satisfatórios se estes conteúdos fossem trabalhados através de brincadeiras. Optou-se então, por escolher experimentos lúdicos.

Em seguida, foram analisados os livros didáticos que seriam utilizados no ensino e na elaboração das aulas, experimentos e questionários. Buscou-se livros com imagens, linguagem clara e ilustrações de experimentos que serão utilizados em sala. Em alguns livros estudados foram coletados conceitos e imagens para elaboração de aulas em Power point e confecções de experimentos lúdicos. Os livros escolhidos para tais atividades foram: “Física Lúdica e práticas para Ensino Fundamental e Médio” do autor Paulo Enrique de Souza e “Física mais que divertida” do autor Eduardo de Campos Valadares.





As metodologias utilizadas foram: leitura compartilhada, vídeos, apresentações em Power point, experimentos e visita à I Semana da Física no IFTO. Tais metodologias foram escolhidas de maneira que despertassem no aluno o interesse pelos conteúdos ministrados e com o intuito de tornar a aula atrativa e compreensiva para eles, uma vez que as aulas eram de cunho interativo onde o aluno poderia interromper em qualquer momento para perguntas.

Os conteúdos escolhidos para ministração das aulas foram: Astronomia, assunto este escolhido pela própria turma, por curiosidade sobre o mesmo, Leis de Newton por ter uma ligação mais direta com o cotidiano palpável dos alunos e Óptica Geométrica, por explicar o imaginário, desvendando assim mistérios.

Estudou-se como elaborar questionários para coleta de dados, e que tipo de questões seriam utilizadas para melhor avaliação por meio dos cálculos estatísticos. Deste modo, escolhendo-se a pesquisa descritiva e questionários qualitativos e quantitativos.

#### **Descrição do campo de pesquisa:**

A pesquisa, foi desenvolvida na Escola Municipal de Tempo Integral Padre Josimo Morais Tavares, figura 7, Localizada na Quadra 301 Norte, avenida LO 08, Plano Diretor Norte, no Município de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

A escola abrange turmas do primeiro ao nono ano do ensino fundamental e conta com boa estrutura física. Ela é composta de 34 salas de aulas, 13 salas administrativas (financeiro, pedagógico, administrativo), 2 salas de depósito, 2 salas de reforço escolar, 1 sala de recurso para alunos portadores de necessidades especiais, 2 salas de professores, 12 banheiros, 1 laboratório de ciências, 1 laboratório de informática, 1 auditório, 1 biblioteca, enfermaria, consultório odontológico, cozinha, refeitório, 2 piscinas, 1 quadra esportiva, 1 campo gramado esportivo, 1 ateliê de costura, 2 guaritas, 1 espaço recreativo, espaço para plantio (hortaliças e frutas), 1 tanque de criação de peixe.

#### **Descrição da turma:**

Para o desenvolvimento da pesquisa foi escolhida uma turma de segundo ano do ensino fundamental, sendo a professora regente a Senhora Flavia Braquine. A turma era composta por 30 alunos que sabem ler e escrever no nível esperado de uma turma de 2º ano. Conforme entrevista com o secretário da escola, foi possível identificar e traçar o perfil socioeconômico da turma, sendo que 66 % dos alunos eram de famílias com renda abaixo de 1 salários mínimos (receptoras do bolsa família) e os outros 21 % de alunos que pertenciam a famílias





com renda entre 2 e 3 salários mínimos e 13 % de alunos que pertenciam a famílias com renda superior a 4 salários mínimos.

### Descrição dos trabalhos realizados:

Após definir o trabalho a ser realizado, foi solicitada a autorização da escola para a realização pesquisa. Dando início a aplicação em outubro de 2016 e término em dezembro 2016, com o intuito de ensinar conceitos físicos básicos para os alunos de segundo ano, nas aulas de ciências e também em aulas vagas.

No conteúdo sobre o que é a Física, fez-se o uso desenhos e vídeos. Primeiro pediu-se aos alunos que desenhassem sobre o que eles compreendiam sobre a Física. Como já era esperado, eles confundiram-na com a disciplina de Educação Física, mesmo sendo explicado que ambas eram diferentes. No entanto, alguns alunos desenharam um laboratório com características mais semelhantes à de um laboratório de química

No dia 17 de outubro de 2016 foi projetado para as crianças o vídeo “O que é física” de Estevão Vanks, como mostrado na figura 1, que de maneira lúdica, mostra o que é estudado na Física. Em seguida houve um diálogo com os alunos sobre o conteúdo.



Figura 1 - Visualização do vídeo “O que é física”.

Fonte: acervo da autora.

Ao final da discussão sobre o vídeo foi pedido aos alunos que desenhassem novamente sobre o que a física estuda. Como destaque pode-se citar um aluno que fez outro desenho, deixando a entender que quando o raio solar reflete na água forma um arco íris, e ainda verbalmente explicou muitos conteúdos que estavam presentes no vídeo demonstrando assim interesse e compreensão.





Seguindo a programação de aulas, no dia 24 de outubro de 2016 foi realizada a visita à semana da física no IFTO-Campus Palmas. Onde alguns experimentos demonstrativos, como mostra a figura 2, expostos para visitação.

Nesta visita, os alunos curiosos com os experimentos fizeram muitas perguntas e responderam também algumas realizadas pelos expositores. Posteriormente, já em sala com a professora regente, eles relataram que gostaram muito, e que queriam ir outras vezes. Cabe ressaltar o relato da avó de um dos alunos: “*quando meu neto chegou em casa, ele disse que queria ser cientista*”, mostrando assim como a visitação foi impactante na vida deste aluno.

No dia 28 de outubro foi ministrada a aula do conteúdo de Astronomia, com o vídeo “Os movimentos e as fases da Lua”, que explica as fases da Lua e como identificá-las. Utilizando-se de bolas, foi montado uma maquete ilustrativa do sistema solar na sala para melhor compreensão do assunto. Após esta aula foi pedido que os estudantes fizessem desenhos sobre o conteúdo trabalhado, deixando claro que eles compreenderam que a Lua não tem luz própria.

Pode-se perceber a compreensão do aluno para com a formação das fases da Lua. A diferença entre os tamanhos da Terra em relação ao Sol foi explicada, e entendida, conforme o aluno desenha o Sol bem maior que a Terra.



Figura 2 - visita a I semana da Física IFTO, por uma turma do segundo do ensino fundamental.

Fonte: acervo da autora.





Continuando as aulas de astronomia foi feita a leitura, compartilhada com os alunos, de dois livros: “Meu livro Gigante do universo” (CÂMERA , 2016) e “Estrelas e plantas” (WINTERS, 2012), para um maior contato com as imagens de planetas, estrelas, meteoros e todos os corpos celestes que o livro traz. Em seguida, foi exibida uma apresentação de Power point com imagens de galáxias e outros corpos celestes como: estrelas, aonde moramos, reforçando de outra maneira o que havia sido lido nos livros.

Surgiram inúmeras perguntas, significativas e curiosas, tais como: “*Quando estiver viajando em uma nave é possível passar em um buraco negro?*”, “*Quando uma estrela morre para onde ela vai?*”, “*O que é um buraco negro?*” Estas perguntas estão ligadas diretamente com a teoria do Buraco Negro, na qual não foi mencionada até então.

Também cabe citar perguntas como: “*por que os planetas não se chocam com o sol?*”, outra pergunta: “*Porque os planetas emitem som?*”, relacionadas com assuntos ainda não abordados até então.

Todas as perguntas foram respondidas e questionadas a sua origem, sendo relatado pelos alunos que haviam visto sobre os respectivos assuntos na internet e em filmes. Percebeu-se que muitas dúvidas apresentadas não se tratavam de assuntos corriqueiros. Entende-se que os alunos já começavam a ter uma noção da finalidade da ciência, Física, em si. Analisa-se que alguns assuntos de Física são interessantes de tal maneira que os fizeram ir em busca de conhecimento fora da escola, o que condiz com a teoria construtivista. Na aula do turno vespertino foi aplicado um questionário para coleta de dados, mostrado no apêndice I.

A aula sobre o conteúdo Leis de Newton foi ministrada no dia 17 de novembro, explicando de maneira conceitual, e relacionando o conteúdo com o cotidiano dos alunos, tais como: A tendência de o passageiro ser projetado para frente quando o ônibus freia, o porquê que as coisas sempre caem no chão.

Utilizando do experimento e apresentação de slides foram explicadas as Leis de Newton para mecânica. Para a primeira Lei, utilizou-se de um carrinho e dois bonecos feitos de biscoito, que explica a inércia de um passageiro em um carro em movimento, ao sofrer uma parada brusca.

A segunda Lei de Newton, foi explicada com um dos alunos puxando uma mochila de rodinha com livros, e depois sem livros, explicando assim que a força exercida sobre algo vai depender da massa do objeto.





A terceira Lei, foi explicada com um experimento do carrinho e um balão, como mostra, em que ambos foram colados com um adesivo. Explicando assim que o ar ao sair da bolinha causa uma ação, que faz o carrinho se movimentar no sentido contrário do ar que sai do balão, que é a reação ocorrida após uma ação da saída do ar. No dia 18 foi aplicada um questionário, que segue no apêndice II, para coleta de dados.

No dia 22 de novembro, foi ministrado o conteúdo de Óptica, com apresentação de slides de imagens que explicavam os meios de propagação, fenômenos de refração e reflexão, e tipos de luz, como monocromática, explicada com o auxílio de um laser ou policromática explicada com um prisma.

Utilizando o experimento com espelhos e um nível a laser, explicou-se o fenômeno de reflexão. Como é possível visualizar, o aluno consegue entender de maneira prática o que é a reflexão da luz, como ela se propaga e como muda a direção com a mudança do meio de propagação.

#### **Ferramentas estatísticas utilizadas:**

Para validação desta pesquisa foram utilizadas as seguintes ferramentas estatísticas sobre os dados levantados com os questionários quantitativos aplicados após a realização das aulas: Distribuição Binomial, Distribuição Normal e Intervalo de Confiança.

599

A Distribuição Binomial é utilizada em variáveis aleatórias discretas para ser calculada a probabilidade de um sucesso ou fracasso em um determinado evento existente com  $n$  testes. É aplicada para se encontrar a probabilidade de que um resultado venha a ocorrer  $x$  vezes em  $n$  realizações de um experimento (MANN, 2012).

Segundo Montgomery e Runger (2013), a Distribuição Normal é uma distribuição muito utilizada em variáveis aleatórias contínuas, a mesma calcula a porcentagem de vezes em que um evento ocorre dentro de um intervalo. Este cálculo é feito através da Variável Aleatória Normal Padrão denominada por  $Z$ .

O Intervalo de Confiança trata-se de um intervalo calculado, para estimar a probabilidade de um determinado evento ocorrido em uma amostra, ocorrer em uma população. Sendo este evento repetido várias vezes para se obter o valor do parâmetro populacional desconhecido (FONSECA e MARTINS, 2011).

#### **Resultados e Discussão**

Os dados coletados nos questionários para avaliação da aprendizagem depois da metodologia aplicada, estão presentes no apêndice III:





Aplicando-se o conceito de Distribuição Binomial nos dados coletados, foi calculada a probabilidade de o aluno ter marcado aleatoriamente o questionário. Utilizando da opção acerto ou erro como sucesso e fracasso, sendo “n” o total de questões e “x” a média de acertos que os alunos obtiveram. Obtendo-se os resultados para cada questionário no apêndice IV.

Com os cálculos percebe-se que o aluno conseguiu absorver o conteúdo ministrados na aula, haja visto que a probabilidade de ele marcar aleatoriamente e acertar, era muito pequena. Com base nas médias (x) descritas acima, eles obtiveram bons resultados, concluindo assim que as questões foram respondidas com base no conhecimento adquirido de cada aluno.

Para utilizar a Distribuição Normal foi calculada a média ponderada entre os três questionários, transformando assim variáveis discretas em contínuas. Logo após, foi estipulado um intervalo, e com os cálculos a chance de encontrar um aluno dentro daquele intervalo, conforme o apêndice V.

Calculou-se a média ponderada que é 8,53, o desvio padrão da média ponderada foi 1,28 e estipulou-se o intervalo de  $(7 \leq X \leq 10)$ . A probabilidade de escolher um aluno aleatoriamente e ele estar dentro deste intervalo  $P(7 \leq X \leq 10)$  foi de 75%.

A partir do desvio padrão e da média geral obtida, tem-se que a média dos alunos foram relativamente próximas variando de 7,25 a 9,81. Demonstrando a homogeneização do aprendizado. Demonstrando que não houve diferenças significativas na aprendizagem dos alunos.

Analisando os cálculos, percebe-se que a maioria dos alunos estão com notas acima de cinco. E comparado com a chance que eles tinham de responder aleatoriamente e acertar, percebe-se que houve êxito na análise quantitativa da pesquisa. Considerando as boas notas obtidas, vê-se que os alunos absorveram de forma satisfatória os conteúdos ministrados.

Com o Intervalo de Confiança foi calculada a chance de aplicar o projeto em mais cem turmas e obter êxito. Sendo escolhida a Distribuição de Student para calcular o intervalo de confiança, pois o estudo foi realizado com 30 alunos, conforme tabelas 1 e 3. O nível de significância escolhido foi de 5%, e a média (da média ponderada) de 8,53 e o desvio padrão da média ponderada de 1,28.

Logo no Intervalo de Confiança calculado:  $P(8,05 < \mu < 9,00)$  a chance de aplicar este projeto em mais cem turmas e obter notas dentro do Intervalo de Confiança é de 95%. Com base nisso, conclui-se pela viabilidade do projeto, para ser aplicado em outras turmas.







Baseado nos dados coletados na pesquisa, percebe-se que foi possível ensinar física básica para crianças do segundo ano do ensino fundamental e elas compreenderem. Através das notas obtidas nos questionários, nota-se que os alunos obtiveram médias altas, comprovando assim, a compreensão dos conteúdos por eles.

Através das ferramentas de estatística, foi calculada a probabilidade de o aluno ter marcado aleatoriamente e ter acertado. Os valores obtidos ficaram abaixo de 16 %, afirmando assim que a chance de ela ter marcado sem saber o conteúdo era muito pequena, demonstrando sua compreensão dos conteúdos ministrados.

Com o uso da Distribuição Normal foi possível comprovar que 75% dos 30 alunos obtiveram notas entre 7 e 10, confirmando a eficácia da metodologia aplicada. Uma vez que a chance de marcar aleatoriamente era pequena e eles obtiveram boas notas, podendo-se ensinar de fato, a compreensão dos conteúdos ensinados.

### **Conclusão**

Pode-se concluir que apesar do perfil socioeconômico da turma de alunos estudada ser razoavelmente estratificado, o desempenho após a aplicação da metodologia foi muito próximo, demonstrando uma aprendizagem homogenia por parte dos alunos.

Não foi possível comparar o nível de conhecimento prévio dos alunos por faixa de renda, haja vista que por motivos éticos os dados não são divulgados pela direção da escola.

Observou-se que tema proposto neste trabalho beneficia uma criança a ter uma vida melhor e a melhorar o mundo, ou apenas compreender um determinado fenômeno natural. Logo entende-se que a alfabetização científica pode ajudar as crianças a desenvolver o sentimento crítico, ensinando-a a questionar e buscar soluções para os problemas.

Quanto ao interesse da turma por assuntos da disciplina de física, percebeu-se que a inclusão dessa disciplina no ensino fundamental é significativa para formação de um cidadão, concluindo que o aluno obterá sua própria opinião sobre temas cotidianos que envolvem a física em algumas situações direta ou indiretamente. Estas opiniões variam desde uma crítica ou elogio a um filme até uma discussão sobre energia nuclear ou viagem no tempo. A alfabetização científica pode construir um novo cidadão pensante, sobre problemas que o planeta possa vir a passar.

Levado em consideração os cálculos estatísticos efetuados, compreende-se que o projeto foi satisfatório, uma vez que o resultado obtido foi de 75 % de chance de que os alunos compreenderam os conteúdos. Ficando assim determinado que pode ser superado a





desigualdade social, através da educação de qualidade, e com suportes como o programa bolsa família, que vem a auxiliar na formação de um cidadão qualificado para um mundo melhor.

### Referências

- ANTUNES, C. C. et al. **A despreparação dos alunos de escolas públicas perante o ENEN**. Revista Eletrônica S@ber, v. 38, p. 01-08, 2017
- BIAGGIO, A. B. **Psicologia do desenvolvimento**. 22°. ed. [S.l.]: Vozes, 2011.
- CÂMERA, . **Meu livro gigante do universo**. Brasil: [s.n.], 2016.
- CARVALHO, A. M. P. D. et al. **Ensino de física**. São Paulo: Cengage Learning, v. I, 2010.
- HELENE, O. **Educação e desigualdade**. Site: Brasil de Fato, disponível em: < [www.brasildefato.com.br/node/7045/ttps://>](http://www.brasildefato.com.br/node/7045/ttps://>), acessado em: 09-nov-2017
- KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. 2°. ed. São Paulo: moderna, 2007.
- LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. **Alfabetização científica no contexto**. Pesquisa em Educação em Ciências, v. III, n. 1, junho 2001.
- MANN, P. **Introdução à estatística**. 5°. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- MARTINS, I. **A pesquisa em ensino de física em salsa de aula: articulações necessárias**. São Paulo: Livraria da física, 2012.
- MONTGOMERY, D.; RUNGER, G. **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenharia**. 5°. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- NASCIMENTO, C ; LIMA, M. **O ensino de física nas séries iniciais do ensino fundamental: Lendo e escrevendo histórias**. Rio de Janeiro.2006
- PALHARES, T. H. **As relações entre classe social e escolarização na formação inicial de professores(as): o caso do currículo do curso de Pedagogia da Unicamp**. Monografia, Uicamp, 2015.
- VRIES, R.; SALES, C. **Ensino de Física Para crianças de 3 a 8 anos uma abordagem construtivista**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- WINTERS, P. **Estrelas e planetas**. 2°. ed. São Paulo: Brinque book saber, 2012.





## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO E POBREZA

Simone Rosa de Marins Negreiros

Diógenes Alencar Bolwerk

**Resumo:** A pesquisa é uma proposta de TCC do Curso de Pós-graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social. A pesquisa qualitativa tem como objetivo conhecer o tratamento ofertado pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral Luiz Gonzaga, em relação aos alunos atendidos pelo Programa Bolsa Família. A pesquisa será documental e de campo, na metodologia da História Oral Temática com entrevista semiestruturada com pais, coordenadora pedagógica e diretor. A pesquisa pretende realizar uma revisão de bibliografia sobre o Programa Bolsa Família e o Projeto Político Pedagógico. O recorte temporal da pesquisa será o ano 2016, tendo como foco para as entrevistas pais dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental em que a pesquisadora desenvolve atividade de aconselhamento pedagógico, visto já haver um vínculo entre ambos. Outro fato relevante é que o Programa Bolsa Família corrobora e muito para a construção, avaliação e reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola, pois auxilia a dinamicidade do cotidiano escolar no que tange ao respeito as individualidades presentes em sala de aula e consequentemente em toda a comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico. Programa Bolsa Família.

### Introdução

Este trabalho busca refletir sobre a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola de Tempo Integral Luiz Gonzaga, no sentido de reconhecer ações que contemplem as necessidades, voltadas ao acolhimento e desenvolvimento educacional, dos alunos atendidos pelo Programa Bolsa Família.

Desde o primeiro momento que iniciamos as reflexões dentro desta temática, ficou claro que hoje existe a marginalização educacional imposta muitas vezes pelo poder público. Esta afirmação dá-se, pois, muitas vezes a vulnerabilidade está atrelada à localização da moradia, a condição da família, e, muitas vezes até mesmo a cor da pele. Ainda assim, este mesmo poder oferece a classe menos favorecida a possibilidade de “sustento” financeiro mínimo na idade escolar.

A escola por sua vez recebe este aluno carregado de contradições e faz-se necessário então que a mesma esteja preparada para atuar no dia a dia dinâmico destas crianças no ambiente educacional, não esquecendo de que sua família intrinsecamente também se faz presente ao longo de sua vida estudantil.

Esta atuação se dará a partir do planejamento de ações para o ano letivo ou anos de vida educacional. Vale lembrar que o país passa por um momento econômico tão veemente, que se torna nítido as necessidades mais simples de uma criança em idade escolar.





### **Procedimentos Metodológicos**

Para tanto, parte-se do conhecimento e compreensão da amplitude do programa Bolsa Família no Brasil (PBF) no que tange aos ambientes educacionais, seguido logo após, do referencial teórico norteador da construção do PPP da escola e as ações pedagógicas que atendem os alunos especificamente do 6º ano (turma 62.02) do ensino fundamental.

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa foi à história oral, que como afirma *Sebe (2011)*, trata-se de uma forma inovadora de validar experiências quase nunca registradas em anais. Esta pode se dá através de filmagens ou gravações que permitam reflexões mesmo que variáveis quanto aos registros documentais.

No caso desta pesquisa, houve o encontro e o confronto entre a história oral de vida, temática e testemunhal, recheada de tradição, visto que algumas das famílias começavam as conversas expondo suas tristezas e dificuldades vividas para então chegarem ao tema central.

Partindo-se dos documentos da própria escola ainda durante a matrícula, é feito o levantamento numérico de alunos no PBF. Ela (escola) atua ainda como fiscalizadora da frequência e assiduidade dos alunos implicados, dando suporte à manutenção ou não, do programa para cada família.

Foram também conhecidas cada situação através das reuniões pedagógicas, encontros pedagógicos pessoais interdisciplinares, segundo as peculiaridades, e visitação nos lares.

Todas estas atividades foram acompanhadas e direcionadas pelo serviço de orientação da unidade escolar, onde foi aplicado inicialmente um questionário socioeconômico dando embasamento as outras ações.

### **Resultados e Discussão**

Como toda pesquisa foi realizada tendo como base uma turma do ensino fundamental dois (2), o processo teve abrangência de “certa” forma tranquilidade e durou cerca de um ano aproximadamente, isso porque a pesquisadora teve que se afastar devido a problemas de saúde.

Como a turma pesquisada tem 32 alunos, dos quais 16, ou seja, 50% são usuários do PBF, chegamos ainda assim a resultados um tanto quanto conflitantes, pois as famílias, embora tivessem um grau de confiabilidade na pesquisadora, visto que a mesma é moradora da localidade, professora na instituição, sendo testemunha do desenvolvimento educacional e social de muitos, tiveram receio em responder ao questionamento inicial da pesquisa.

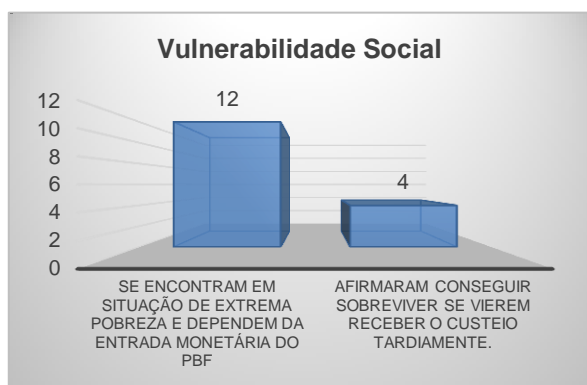




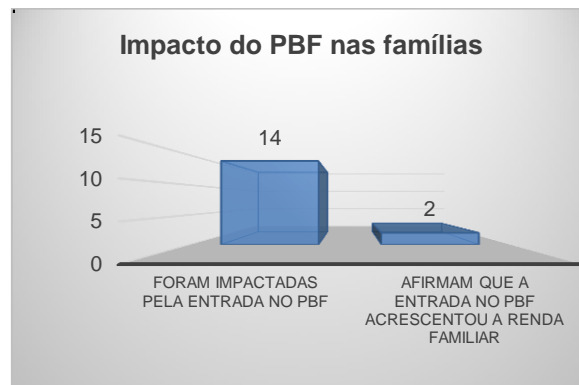
“Olha professora, posso te responder, mas a senhora promete que meus mininus não vão ficar sem ganhar o deles no final do mês não?” – pai de aluno entrevistado durante as visitas sociais.

Com o tempo foi solidificada a confiança já que perceberam que não deixaram de “receber” o valor monetário do programa, o que desde o início foi motivo de suspeita por parte dos entrevistados, e, assim nos outros encontros as conversas fluíram com maior moderação.

Após, encontros, entrevistas e levantamentos, os dados apresentados são:



Fonte primária



Fonte primária

605

Quando o educando vem de um lar onde seus pais não sabem nem os direitos e deveres que têm, como o filho chegará ao ambiente educacional e abraçará regras que nunca viu e nem sabe como exercê-las. Como vai conviver com normativas incomuns ao seu dia a dia ou que sua família e seus saberes não fizeram parte da construção. É muito difícil encarar essa dinâmica na escola todos os dias sem desde o início preparar-se e norteá-la.

Como afirma Diogo (1998, p. 17):

O Projeto Educativo é, claramente, um documento de planificação escolar que poderíamos caracterizar do seguinte modo: de longo prazo quanto à sua duração; integral quanto à sua amplitude, na medida em que abarca todos os aspectos da realidade escolar; flexível e aberto; democrático porque elaborado de forma participada e resultado de consensos.

A equipe pedagógica juntamente com o corpo docente e a comunidade têm encontros bimestrais onde conversam e discutem as atividades a serem executadas, as que não alcançaram êxito, as que devem continuar etc. Ou seja, há uma construção coletiva de conhecimento através do encontro de saberes, o que deixa todos bem próximos.





Dentre as ações dentro dos projetos realizados mensalmente e bimestralmente estão: Saúde na escola (SEMUS), Bazar Comunitário, Fanfarra escolar e Canto coral (Coral Asa Branca).

Embora muito tem sido feito em termos educacionais e a escola em pesquisa tenha subido em seus índices no cenário nacional (IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), encontra-se ainda em dificuldades de letramento matemático e da língua portuguesa segundo relatórios.

### Considerações Finais

É no dia a dia escolar que vem sendo colocado em prova o uso e a existência efetiva do PBF. É na permanência educacional de crianças na escola, que se encontram em situação de extrema pobreza, que vemos o quanto este incentivo monetário (PBF) pode fazer diferença na vida de uma família e conseqüentemente na escolarização de uma criança.

Os objetivos desta pesquisa quiseram refletir sobre a prática institucional entre o Projeto Político Pedagógico da escola em pesquisa e a realidade educacional dos alunos que são atendidos pelo Programa Bolsa Família, nela matriculados.

Embora toda a pesquisa tenha começado no ano de 2016, observou-se que tanto o PPP quanto o PBF passaram por transformações que tiveram impacto a reflexão até então observada, o que trouxe também algumas surpresas.

As mudanças inseridas pelo governo Federal no PBF, trouxeram a comunidade escolar algumas angústias e preocupações, proporcionando em dado momento da pesquisa certa desconfiança no que tange a veracidade das informações.

Já quanto ao PPP, foi reformulado e, ficou visível que se tornou mais acessível e dinâmico, melhorando o entendimento de todos os participantes na construção e execução do mesmo, facilitando até o convívio dentro da comunidade escolar.

Considerando os resultados acima relatados, chega-se a compreensão de que os objetivos da mesma foram sim alcançados a contento, chegando a constatação de características importantes para o desenvolvimento educacional da criança auxiliada pelo Programa Bolsa Família.

Outro fato relevante é que este trabalho corrobora e muito para a construção, avaliação e reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola, pois auxilia a dinamicidade do cotidiano escolar no que tange ao respeito as individualidades presentes em sala de aula e conseqüentemente em toda a comunidade escolar.





## Referências

- DIOGO, Fernando. **Por um projeto educativo de rede**. Lisboa: Asa, 1998.
- FERREIRA, I. Projeto político-pedagógico. Disponível em:  
<<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em 29 out. 2017.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

## A EFICÁCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE PALMAS-TO

Socorro Maria Modesto Corrêa

Ana Cristina Serafim da Silva

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo verificar a eficácia do Programa Bolsa Família numa escola pública municipal de periferia no Município de Palmas-TO, descrevendo a visão dos docentes a respeito do programa, buscando relacionar com observações em sala de aula de alunos do 6º ano que são beneficiados com a política social. Participam do estudo 9 professores e 26 alunos que apresentam algum grau de vulnerabilidade social. Os principais resultados indicam que os docentes apresentam uma visão míope do programa social que consideram de pouca contribuição no desempenho dos alunos.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Educação. Desempenho de alunos.

607

## Introdução

O trabalho discute que no Brasil, Programas de transferência de renda tem ganhado importância perante os desafios da sociedade. Destaca-se dentre eles o Programa Bolsa Família-PBF que auxilia as pessoas em seu processo de inclusão social, rebatendo a percepção preconceituosa que identifica a pobreza como fatalidade ou consequência de atitudes individuais.

O PBF vem contribuir para que os pobres e os extremamente pobres tenham maiores direitos e visibilidades na sociedade onde a prática de diversas ações são fundamentais para o crescimento social e econômico das famílias. Na educação é importante que os responsáveis acompanhem o aprendizado e o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes. Buscando cumprir as condicionalidades que o Programa exige como por exemplo a frequência do aluno na escola.

Como a educação é vista como um bem em si próprio e a escola, segundo Leite (EPDS módulo II, 2017) “uma instituição social que carrega as promessas da Modernidade relativas ao progresso e ao desenvolvimento individual e social de seus cidadãos”, o objetivo do artigo





é conhecer a visão de professores que ministram aulas no ensino fundamental em escola pública de periferia, a respeito da eficácia do Programa Bolsa Família, se o mesmo faz alguma diferença na vida escolar dos alunos.

A pesquisa traz brevemente ideias e teorias da eficácia do benefício no ensino fundamental e também analisa resultados obtidos através da visão dos docentes do ensino fundamental sobre a compreensão do benefício Bolsa Família na vida de seus alunos que são acompanhados de perto através das ocorrências registradas na sala de aula que serve de instrumento nas decisões pedagógicas.

As políticas públicas de países capitalistas vem de desdobramentos, trajetória e de perspectivas que irão sendo analisadas conforme as atitudes que governos executam diante das questões públicas que vão acontecendo. Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, porém a mais conhecida continua sendo a de Laswell, citado por Souza (2006), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

A Constituição Brasileira de 1988 ao trazer inovações no campo da proteção social institui cláusulas que preveem a estruturação de diversas políticas sociais a quem contribua ou não com a seguridade social. No panorama das políticas públicas do Estado Brasileiro, programas de transferência de renda tem ganhado importância perante os desafios da sociedade, tornando-se tópico recorrente aos debates e discussões, ocorrendo inúmeras críticas de como vem sendo monitorado o Programa Bolsa Família- PBF, tornando-se evidente ainda a ausência de uma política baseada verdadeiramente em direitos (Secretaria do Desenvolvimento Social, 2012).

### **Procedimentos Metodológicos**

A metodologia utilizada foi a quali-quantitativa, com trabalho de campo, exploratória e descritiva, e para análise descritiva foram aplicados dois instrumentos, um questionário para os professores e a avaliação de uma ficha individual para os alunos produzida pela Coordenação da escola.

No processo de levantamento de dados, foram entregues 10 questionários aberto a dez professores, de um universo de quinze professores do Ensino Fundamental, para averiguar se os professores observam uma relação direta da eficácia do PBF no desempenho de seus alunos do 6º ano analisando juntamente as fichas de ocorrências individuais destes mesmos alunos em sala de aula. Cabe ressaltar que alunos desta fase é significante, em decorrência do







aumento no número de professores, ampliação dos conteúdos curriculares, dos deveres de casa e trabalhos, sem contar que cada professor possui metodologia diferente para ensinar e formas diferentes de se relacionar com os estudantes (ANDRADE, 2011).

### **Resultados e Discussão**

A maioria dos docentes na escola em estudo, ou seja, 55,6% consideram o PBF como uma política positiva enquanto que 44,4% refletem uma visão negativa do benefício social. Outro ponto é que a maioria dos professores também não conhecem seus alunos do 6º ano que são beneficiados com o programa social.

No que diz respeito se o PBF impulsiona o desempenho dos beneficiados na escola, 66,8% consideram que o mesmo colabora, enquanto que 22,1% acham que o benefício não colabora no desempenho e 11,1% não responderam.

Quanto a respeito das dificuldades frequentes que os alunos bolsistas enfrentam, 55,6% observam que envolve leitura e escrita; 22,2% citam que é a fome, ou seja, alunos vão a escola devido a merenda; e 22,2% relatam ser o problema de concentração.

Mediante a pergunta se os bolsistas tem interesse em aprender e assimilam a escola como um bem na sua formação 33,2% responderam que eles assimilam; 55,6% não assimilam e 11,2% não souberam responder.

Outro ponto a ser realçado foi que a maioria, ou seja, 55,6% responderam que os pais são ausentes na vida escolar dos filhos, enquanto que 44,6% consideram que os responsáveis estão presentes. Nota-se que 100% dos docentes não souberam responder se os alunos que não são mais beneficiados com o programa tiveram desempenho na vida. Quanto ao acompanhamento dos alunos bolsistas em sala de aula pelos professores observa-se que dão a maioria deles refletem situações em comum que são: Não fazem as tarefas de casa, não fazem as tarefas em sala de aula, conversam demais durante as aulas, desrespeitam os colegas, desrespeitam os professores, frequentemente não trazem os materiais didáticos e apresentam comportamento agressivo. Em decorrência de tais situações a Coordenação vai tomando as seguintes decisões: Advertência verbal/Acordo, Retorno a sala de aula para retratação, Comunicado ao Responsável/Telefone/Escrito, Suspensão por três dias.

### **Considerações Finais**

Na educação são esperados que o PBF proporcione ao aluno mais oportunidades de melhorar o seu desempenho. Para tanto, os resultados da pesquisa que envolveram docentes e





alunos bolsistas do 6º ano de uma escola pública de periferia, apontam pontos de vista míope de professores a respeito do benefício.

Os docentes percebem pouca diferença da contribuição do Programa na vida dos seus alunos. Com base nos resultados alcançados, verifica-se que a maioria dos professores refletem uma visão míope sobre o conjunto de efeitos que o benefício traz consigo e em conjunto com outras políticas. O contexto escolar, ou seja, os alunos em vulnerabilidade social são vistos com pouca propriedade.

Quanto a maioria dos professores revelarem que os pais são ausentes na vida escolar dos filhos, a relação aparece no momento que na ficha de ocorrências dos alunos de não fazerem as tarefas de casa permite-nos observar uma relação direta dos fatos. Assim como na resposta da maioria dos docentes de que o benefício do PBF serve apenas para a manutenção da frequência da criança na escola. São várias as anotações “negativas” dos alunos bolsistas na sala de aula e que são pertinentes. Porém, no período que aconteceu a pesquisa não houve informações registradas sobre o acionamento do Conselho Tutelar.

Portanto, apesar de se tratar de um breve estudo realizado numa escola municipal de periferia, a pesquisa mostra que a visão que se tem de um programa social envolvendo a educação ainda é escassa, pelo número de perguntas que os professores não souberam responder. Daí a importância de novos estudos mais aprofundados acerca da reflexão do benefício na vida dos alunos e os resultados escolares. É importante declarar que pelas considerações apontadas subentende-se que a pobreza e a desigualdade social não estão inclusos como conteúdos em cursos de formação para os trabalhadores na educação, sendo necessário unir esforços para que os direitos fundamentais possam encontrar lugar na consciência das pessoas.

610

### Referências

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima et al. Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-2582013000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-2582013000300003&script=sci_abstract&tlng=pt)  
Acesso em out. 2017

ANDRADE, Mariza. Investigação sobre a transição dos alunos do ensino fundamental I para o ensino fundamental II. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARIZA%20ANDRADE.pdf>. Acesso em set. 2017

BRASIL. INEP. Censo Escolar. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em out. 2017

BRASIL. MEC. IDEB resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: ago. 2017.





IBGE. Portal do IBGE, 2010. Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em ago 2017

LEITE, Lúcia H. Alvares. **Escola:** Espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. UFT Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Modulo III.

PALMAS. SEMED. Escola Mul. Profª Sávia Fernandes Jácome. **Projeto Político Pedagógico 2017.** Palmas-TO, 2017.

## LÍNGUA MATERNA COMO DIMENSÃO IDENTITÁRIA E AFIRMAÇÃO DE PODER (CURRÍCULO E LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA)

Sueli Leolpodina de Souza Moura

Rosemary Negreiros de Araújo

**Resumo:** O estudo apresenta uma reflexão sobre a importância das línguas indígenas nos currículos escolares. A partir de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, em especial, no Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena (RCNEI), buscaremos identificar como a língua materna é abordada do ponto de vista teórico-metodológico na formação indígena. Nesse sentido, procuramos compreender as línguas indígenas como pontos de afirmação de identidade e de relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Os povos indígenas, que são povos originários, mantêm um sentimento de pertencimento com o tempo e o lugar, por meio de profundos significados coletivos e a língua materna é um importante dispositivo na produção destas significações. A Constituição Federal de 1988 é um marco, pois foi a partir dela que os povos indígenas tiveram a garantia de inclusão de seus direitos coletivos (LUCIANO, 2006). Some-se a isso a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, cujo texto reforça a necessidade de assegurar os direitos indígenas, enquanto povos. A orientação da OIT é que se promova a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições, dentre as quais a escola indígena e seu currículo diferenciado. (LUCIANO, 2006). Esses dispositivos legais, proporcionaram a inclusão de um ensino diferenciado, a partir do estabelecido e proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-9394/96). Através da elaboração e implantação do RCNEI (ano), os currículos escolares da educação indígena, garantiram uma educação diferenciada, respeitando sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (BRASIL, 2013). É sobre a língua enquanto dimensão de afirmação identitária na formação indígena que o presente artigo se organiza. Daremos enfoque na recomendação do RCNEI, quanto ao uso das línguas, notamos ainda hoje, brasileiros espantados ao ouvirem falar no grande número de línguas indígenas existentes no país. A imprensa e os livros didáticos dão informação errada: "os índios falam tupi (ou tupi-guarani). Mas, assim como não há um índio genérico, e sim muitos povos ou etnias indígenas distintas, não há apenas uma língua indígena. (RCNEI).

**Palavras-chave:** Línguas indígenas e identidade; Currículo e educação escolar; Constituição de 1988. RCNEI.

### Introdução

Precisamos entender currículo além de conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos estudantes; os planos pedagógicos elaborados por todo o sistema educacional conhecido; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino e os processos de avaliação que segregam os alunos. Desse modo, vemos que estão associadas à palavra currículo distintas concepções, que, certamente, provêm de como a educação é concebida historicamente e das influências teóricas presentes no seu entendimento. (SILVA, 1999)





O estudo sobre o currículo nas escolas indígenas, não nasceu de uma hora pra outra, mas é derivado de minha trajetória de vida pessoal. Como mulher, negra e pobre, sempre me sensibilizei por temáticas que envolvessem as chamadas “minorias”. Como pessoa, não aceitei as condições que quiseram me impor e só por isso estudei e trilhei meu caminho, superando os obstáculos, que não foram poucos.

Os estudos me fizeram perceber com clareza que a pobreza se tornou um problema social, que deve ter mais atenção dos poderes públicos. Diante de uma situação tão na “cara” da gente todos os dias, o dia todo, como podemos não notar que na verdade o colonialismo apenas mudou de nome ao longo dos anos? Os governantes do nosso país ainda são os burgueses, os ricos, e passam seu poder de pai para filho, reproduzindo a monarquia. Basta observarmos alguns sobrenomes de políticos eleitos nos municípios de todo o país; a nova safra de políticos vem por aí, mas os sobrenomes continuam os mesmos de sempre.

Foi em uma escola indígena que atentei para as divergências que há na História do Brasil. Nos anos de 1990 a 1992, trabalhei em uma escola indígena em Amabai- MS, quando em sala de aula discorriamos sobre Pedro Álvares Cabral ter descoberto o Brasil, um aluno do ensino básico se manifestou resmungando: “Como ele descobriu o Brasil, se os indígenas já estavam aqui, quando chegaram os portugueses?” Essa evidência está tão clara para os indígenas.

Acredito que o RCNEI foi uma resposta à essa e outras inquietações dos povos indígenas brasileiros, que depois de muitas discussões e auxílio de estudiosos interessados em fortalecer a língua e a cultura desses indígenas chegaram a um censo comum do uso de sua língua nas escolas indígenas e que os currículos se adequassem às festas culturais. A atitude desse aluno foi crucial para que eu pensasse essa e outras questões que dizem respeito aos indígenas e conseqüentemente à educação indígena. No decorrer de minha vida profissional, trabalhei com alguns povos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, o Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso com os Kurâ-Bakairi e, atualmente, com os Akwê-Xerente no Estado do Tocantins. Foi a partir dessa vivência que surge o interesse em conhecer mais sobre o currículo escolar indígena que vigora em nosso país, através do RCNEI.

O currículo pode fazer a diferença na visibilidade de um povo, uma cultura, ou ideologia. Ao analisarmos as culturas dominantes, podemos ver que na história mundial, os seus personagens, são retratados como heróis, desbravadores, autônomos e assim é ensinado nas escolas, dando-nos a ideia de que o que se aprende na escola é o único modelo de cultura





ideal, a do colonizador. O que me inquietou a refletir um pouco sobre o currículo das escolas indígenas, foi o fato de trabalhar por vários anos na escola indígena e não visualizar nos currículos enfoque à cultura dos povos indígenas brasileiros. O que temos é generalizado e sem nenhum enfoque nas diversidades culturais dos povos indígenas brasileiros.

Como professora de língua portuguesa, darei enfoque na recomendação do RCNEI, quanto ao uso da língua materna ou primeira língua nas escolas indígenas, o que por lei é assegurado aos estudantes indígenas, principalmente nas séries iniciais. Por longos anos o que vimos eram crianças indígenas sendo alfabetizadas em português, mesmo sem entender a segunda língua, a criança ficava exposta à língua portuguesa desde os primeiros dias nas escolas chamadas indígenas, com os professores não indígenas, vendo-se forçada a escrever e ler uma língua estrangeira, e infelizmente às vezes era discriminada como não inteligente, ou coisas piores. Com tristeza lembro que fiz parte desse processo de alfabetizar em português falantes de outra língua materna. O que constituiu uma agressão, não física, mas emocional e psicológica, levando o indivíduo a menosprezar ou inferiorizar sua própria língua e cultura. Quando senti a dificuldade do outro, quis introduzir leitura da língua materna, mas sob protesto dos adultos, que já haviam internalizado que escola é para aprender o português! Como fico feliz por ver a realidade de hoje: professores indígenas ensinando suas crianças fazendo uso da sua língua materna, respeitando o calendário do seu povo, transmitindo conhecimentos da cultura, acredito que há mais ganhos a serem conquistados, em relação à geografia da área, dos artesanatos (artes), etc. O uso da língua materna há que fortalecer o indivíduo e dar-lhe empoderamento por possuir uma língua, uma cultura de que se orgulhar. Sobre essa questão transcrevo a fala de alguns dos professores (as) Akwẽ Xerente abaixo:

613

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa é baseada em revisão bibliográfica e pesquisa documental.

### **Discussões**

No Brasil há uma diversidade cultural muito grande, e as populações indígenas ainda não são contempladas no que diz respeito à educação. Percebe-se, portanto, que há uma desqualificação de uns indivíduos em benefício de outros. O processo de educação para os povos indígenas vem se fortalecendo e se modificando no tocante à legislação. As conquistas são fruto de lutas, que resultaram em avanços nas políticas públicas em favor dessas comunidades, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o parecer 14





estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o decreto presidencial n° 6861/2009 sobre os Territórios Etnoeducacionais, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI).

A educação escolar indígena, porém, não vem consolidando os avanços significativos no que diz respeito à legislação, como o que apregoa o RCNEI (1998), um dos principais avanços que integra a série Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto objetivando pedagogias no interior de cada instituição escolar e a elaboração de projetos educativos, direcionados para a melhoria dessa educação indígena. Essa educação tem como princípio básico a interculturalidade, ou seja, deve ser pensada e tratada de acordo com os conhecimentos da cultura indígena, como tema das aulas nas aldeias, para que assim não sejam silenciados os elementos culturais que sustentam a identidade étnica dos povos. Sendo assim, a cultura, os rituais, a arte (artesanatos), que todo o seu modo de vida e práticas culturais podem ser pensados durante o processo de elaboração de uma prática curricular diferenciada, voltada para as escolas indígenas, propondo um currículo em que as práticas pedagógicas desenvolvidas efetivem um encontro com as necessidades e a realidade de cada etnia, respeitando o seu modo de ver a vida e de viver.

614

### **Considerações Finais:**

O currículo é um local onde, ativamente, se reproduzem e se criam significados sociais. Como sabemos, as sociedades indígenas têm suas vidas como integradas e a educação escolar, não pode ser diferente. Esses significados não se situam simplesmente no nível da consciência pessoal ou individual, estão estritamente ligadas a relações sociais de poder e desigualdade (SILVA, 1999).

As observações realizadas até o momento permitem adiantar algumas considerações, como a evidência de que há um grande empenho por parte dos indígenas em direção a um currículo que se volte para a interculturalidade. Para os povos indígenas, o RCNEI trouxe avanços, como cursos de formação de professores indígenas para o magistério e a nível superior; alavancando o progresso da educação escolar indígena, além da contratação de professores indígenas com qualificação.

É muito importante a participação desses professores, pois são eles que falam a língua e conhecem a cultura, aspectos fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento da interculturalidade, pelo fortalecimento da língua materna e pelo diálogo com o conhecimento tradicional.





## Referências

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
- GONDIM, L. M. P. A **técnica da entrevista**. Fortaleza, 2013 (mimeo).
- OLIVEIRA, M. R.R; RODRIGUES, N. R. D; CHAGAS, A. S. L; BRITO, J. S.S. **Questões Iniciais sobre Currículo nas Escolas Indígenas - A Educação Física nas Escolas Indígenas no Amapá**.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir. Educação como prática de liberdade**. São Paulo, 2013
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.páginas 55 e 56.
- MOURA, Sueli Leolpodina de Souza. **Memorial da EPDS Módulo III**. 2017.
- MOURA, Sueli Leolpodina de Souza. **Memorial da EPDS Módulo I**. 2017.

## O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS NA ESCOLA JOÃO PAULO II

Suely Mota Rodrigues

Diógenes Alencar Bolwerk

615

**Resumo:** As políticas públicas possibilitam significativos benefícios quanto a estrutura social, implicando na autonomia dos cidadãos de maneira gradativa, e surgem com o objetivo de melhorias da qualidade de vida das pessoas, possibilitando-lhes renda ou serviços. Dentre os programas sociais que atendem a população no Brasil, destaca-se o Bolsa Família, sendo um dos principais programas que combate a fome e a pobreza no Brasil. O enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais são um dos grandes desafios da sociedade brasileira. As famílias precisam exercer sua cidadania pelo menos se dispoendo de condições básicas de sobrevivência, como, por exemplo, alimentação, moradia digna, saúde e acesso à educação. O programa Bolsa Família é uma transferência de renda que ocorre de maneira direta, configurando-se como um complemento de renda para os cidadãos que o recebem e a permanência dos beneficiários na escola é uma das exigências obrigatórias para o recebimento do benefício. Nesse sentido, esse trabalho objetiva investigar de que maneira o Programa Bolsa Família pode contribuir na garantia dos direitos de cidadania, enfrentamento da pobreza e desigualdade social dos beneficiários na escola João Paulo II no município de Palmas-TO.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Combate a pobreza. Educação.

### Introdução

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em sua maioria, utilizam a renda do programa para pagar contas como água, luz, aluguel e produtos alimentícios. Sendo esta renda indispensável para a mínima qualidade de vida familiar.

Neste sentido, este estudo visa refletir sobre a realidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família dos alunos da Escola João Paulo II situada no município de Palmas-TO, observando a realidade familiar deste grupo. Sabe-se que para efetivar a garantia de direitos e





implementar políticas públicas que contribuam com a redução da pobreza e das desigualdades, é fundamental o trabalho interligado entre os entes Governo Federal e os governos Estaduais, municipais e do Distrito Federal, com a participação de diversas áreas e diferentes políticas e programas públicos.

Um dos graves problemas da população brasileira estão inseridos no caráter socioeconômico das famílias, assim, diante desse panorama, surgiu a ideia de estudar o Programa Bolsa Família, no tocante a melhoria de vida das famílias beneficiadas e como as mesmas utilizarão essa renda. O programa estabelece o direito ao acesso a serviços básicos, como saúde e educação, melhorando e elevando a qualidade de vida, refletindo assim na redução da pobreza extrema. Conforme apresenta Klein (2005, p. 31):

o surgimento do Programa Bolsa Família ocorreu sobre bases bem definidas, “a construção de uma democracia social que assegure condições de igualdade aos indivíduos”. Desta forma, o Programa Bolsa Família torna-se numa ação efetiva de transferência de renda para as famílias mais carentes e proporciona o rompimento do ciclo de transmissão da pobreza, sendo estes os dois objetivos básicos do programa. segundo os autores, o cumprimento das condições educacionais e sanitárias são mecanismo para o cumprimento dos objetivos de transferência monetária.

Dessa forma, o Programa Bolsa Família contribui no combate a fome e incentiva a segurança alimentar e nutricional; promove o acesso das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza à rede de serviços, em especial os de saúde, de educação e assistência social. Além disso, o programa apoia o desenvolvimento das famílias no enfrentamento à pobreza e a desigualdade, e incentiva órgãos e instâncias do poder público a atuarem de forma articulada na promoção e implementação de políticas sociais, que visem contribuir para superação da condição precária das famílias atendidas pelo programa.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este estudo visa compreender se o Programa Bolsa Família contribuirá na melhoria de vida dos indivíduos, verificando o real alcance de seus objetivos. Nesse contexto, será utilizado o método de estudo comparativo, estatístico e estudo de caso. Onde o primeiro busca comparar dados entre gêneros em diferentes grupos.

Para Gil (2002) o método comparativo é aquele que se investiga a pessoa, a classe, fenômenos ou fatos onde a finalidade é ressaltar as diferenças entre eles. Com isso o estudo fará comparação ou análise das condições de vidas de cada família beneficiada no Programa Bolsa Família da escola João Paulo II.







## Resultados e Discussão

O Programa Bolsa Família é inovador, e unificado, foram ampliados ao longo dos anos o atendimento às famílias pobres e integrou o acompanhamento do Estado brasileiro sobre o acesso dessas famílias aos serviços públicos. Como por exemplo, uma família acompanhada apenas na dimensão educacional, pelo Bolsa Escola, passou, com o PBF, a ser acompanhada também pelas áreas da saúde e assistência social. Assim com os programas remanescentes significou um novo modelo de atendimento, deixando de ser um acompanhamento isolado, só para indivíduos e passou a ter um acompanhamento de toda a Família. Com a unificação dos programas também impossibilitou a sobreposição do público a ser atendido, o que evitou situações de famílias beneficiadas por vários programas, enquanto outras não conseguiam participar de nenhum deles.

O Bolsa Família realiza o pagamento dos beneficiários preferencialmente às mulheres, com objetivo de contribuir para a ampliação do bem estar da família e, ao mesmo tempo da autonomia feminina no espaço doméstico e nas comunidades locais.

O Programa Bolsa Família como transferência de renda possui outra relevância importante também é à autonomia que os beneficiários têm para utilização dos recursos financeiros: é deles a decisão de como utilizar os recursos recebidos, conforme suas necessidades e sem a interferência de qualquer instância externa.

Assim, este estudo busca contribuir trazendo novas reflexões através do aporte de dados que explicitam opiniões de profissionais que atuam nos CRAs e dos sujeitos beneficiários. Os resultados sugerem que o programa tem contribuído para a autonomia dos sujeitos no sentido de que colabora para o desenvolvimento de suas capacidades, permitindo superar importantes formas de privação para construir uma vida mais próxima do que almejam e valorizam. Por outro lado, também fica claro que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia dos indivíduos.

## Considerações Finais

O programa Bolsa Família representa um avanço significativo no combate à fome no Brasil. Esse Programa tem possibilitado uma melhoria na alimentação de muitas famílias pobres brasileiras.

Para além das dificuldades, a fim de que a educação no Brasil consiga dar um salto de qualidade, não podemos esquecer que existem enormes barreiras entre as possibilidades de consumo da escola, quando pensamos nos grupos sociais mais pauperizados e vulneráveis.





Os pobres e miseráveis estão ainda distantes de alcançarem oportunidades efetivas de inclusão sustentada no mercado e encontram-se ainda apartados da sociabilidade dominante onde a educação escolar é primordial e gera possibilidades de inserção social.

Assim, o simples fato do PBF se voltar para a minimização das situações de pobreza e miséria já é por si só extremamente importante. Certamente não será um programa social de transferência de renda que isoladamente resolverá os problemas relacionados à difícil relação entre as populações pobres e a escola em nosso país.

Não se pode negar o impacto de um programa que atinge mais de 13 milhões de famílias (Brasil, 2012), a partir da transferência de renda. E exatamente por sua relevância, muitas são as produções sobre a temática que destacam aspectos positivos e negativos acerca do mesmo.

### Referências

GIL, A. C. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2009.

KLEIN, C. *A produção da maternidade no Programa Bolsa Família*. Estudos Feministas, Florianópolis, 2005.

SANTANA, J. A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: *Seminário População, pobreza e desigualdade*. Belo Horizonte: 5 a 7 de novembro, 2007.

618

## O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NA CIDADE DE SÃO VALÉRIO-TO

Tânia Graziela Kerber

Diogenes Alencar Bolwerk

**Resumo:** É importante analisar que as políticas sociais são voltadas para um público em situação mais crítica, onde a ideia de focalização abrange os direitos sociais e assume que os recursos não são suficientes para atender a todos. De modo geral, sabe-se que o quadro das desigualdades sociais dificulta o acesso das pessoas aos serviços básicos de saúde e educação. Assim, esse estudo buscou analisar os impactos do PBF em relação à melhoria de vida de cinco famílias que tem filhos cursando o ensino fundamental na Escola Municipal Getúlio Vargas, no município de São Valério – TO. Este artigo teve como objetivo a compreensão do PBF para analisar se o mesmo tem conseguido atingir seus objetivos em relação à melhoria das condições de vida, de cinco famílias beneficiárias que possuem filhos, na Escola Municipal Getúlio Vargas. Para a realização do presente trabalho, o estudo dividiu – se em dois momentos: sendo o primeiro, a realização da pesquisa bibliográfica sobre o percurso histórico do Programa Bolsa Família no Brasil, e especificamente no município de São Valério-Tocantins, e o segundo momento realizou-se através da pesquisa de campo por meio de questionários e entrevistas com as famílias selecionadas para a coleta das informações necessárias. Foram entrevistadas cinco





famílias beneficiárias do Programa no município de São Valério, objetivando conhecer os benefícios do PBF na melhoria das suas condições de vida. Após as entrevistas realizadas afirma-se que o perfil das famílias beneficiárias do município apresenta baixa escolaridade e elevado número de filhos o que dificulta ainda mais o custo de vida dessas pessoas. São famílias com pouco conhecimento formal, mas que tem conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos. E em relação ao PBF, pode-se afirmar que os impactos na vida dessas famílias são positivos tanto no aspecto financeiro quanto no social. Pois na medida em que se coloca comida na mesa dos que vivem na pobreza, quando a criança frequenta a escola ao invés do trabalho infantil, quando desenvolve a economia local, enfim, dando um pouco de alívio àquelas pessoas sofridas, confirma-se a importância desse Programa na vida dessa população.

**Palavras-chave:** Famílias. Programa Bolsa Família. Impactos financeiros

## INTRODUÇÃO

### O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONCEITO

É importante analisar que as políticas sociais são voltadas para um público em situação mais crítica, onde a ideia de focalização abrange os direitos sociais e assume que os recursos não são suficientes para atender a todos. Trata-se de uma política com elevado custo para a nação, principalmente porque se fala em transferir recursos, como é proposto nos programas de transferências de renda mínima. Se tratando do caso brasileiro, este custo é bem elevado, pois a parcela maior da população que é considerada pobre é a que recebe assistência destes programas.

Para Cohn (1995), deve-se entender que as políticas sociais que são voltadas para o alívio da pobreza, são aquelas que têm ação e resultado de imediato, direcionadas a classe mais necessitada, buscando a superação da pobreza, e possibilitando um crescimento sustentável destes indivíduos. Cohn (1995) sugere que as políticas sociais devem buscar:

A articulação entre aquelas (ações) de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizada naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho (COHN, 1995:6).

Conforme o autor é muito difícil fazer uma escolha ou eleger apenas um público beneficiário, pois as políticas sociais têm por obrigação apresentar um tratamento sem distinção e, mais ainda, devem proporcionar uma oportunidade de saída também para a situação vivida pela classe mais pobre.

O Programa Bolsa Família – PBF foi criado pelo Governo Federal do Brasil em 2004 tendo como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Erradicar a miséria no país é preocupação fundamental e um dos





grandes desafios dos governantes, sendo este assunto prioritário no plano de governo em todas as instâncias.

Como ferramenta de combate à pobreza criou-se no governo FHC programas de transferência de renda direta e com condicionalidades, posteriormente no governo Lula unifica várias modalidades e atualmente conhecido como Programa Bolsa Família. Este tem abrangência nacional, seu foco são famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, e que segundo o governo é responsável por beneficiar 33 milhões de brasileiros em situação de pobreza absoluta.

De modo geral, sabe-se que o quadro das desigualdades sociais dificulta o acesso das pessoas aos serviços básicos de saúde e educação. Assim, esse estudo buscou analisar os impactos do PBF em relação à melhoria de vida de cinco famílias que tem filhos cursando o ensino fundamental na Escola Municipal Getúlio Vargas, no município de São Valério – TO.

Este artigo teve como objetivo a compreensão do PBF para analisar se o mesmo tem conseguido atingir seus objetivos em relação à melhoria das condições de vida, de cinco famílias beneficiárias que possuem filhos, na Escola Municipal Getúlio Vargas localizada no município de São Valério –TO.

A escolha desse tema surgiu a partir do momento da realização da atividade ação – reflexão, proposta nos primeiros módulos desse curso. Pois até então, o conhecimento era insuficiente sobre a realidade e a importância do benefício do PBF, na vida das famílias beneficiadas do município de São Valério – TO.

O Programa Bolsa Família foi pensado como uma política social em que a transferência de renda seria apenas o início de um processo que levaria as famílias beneficiadas a buscar sua emancipação, ou seja, o benefício seria um meio, e não um fim (BRASIL, 2010). De acordo com Santana (2007, p. 04):

Ao se propor a integração se buscou estabelecer um novo marco para a política social do país que se distinguisse da tradição assistencial e fragmentada. O objetivo era integrar e direcionar as políticas para adquirir escala, massa crítica e arcabouço institucional adequado de modo a incorporar os avanços obtidos sem paralisar o pagamento dos benefícios para as famílias que realmente precisassem. Buscava-se, também, otimizar os mecanismos de gestão para que o uso dos recursos fosse mais racional e houvesse uma articulação de iniciativas de diferentes pastas bem como um estímulo para que a comunidade participasse da gestão.

Assim sendo, essa integração surgiu para incluir as famílias que encontram-se em vulnerabilidade, a fim de agilizar o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família, para atender-los com maior satisfação.





O Programa Bolsa Família trouxe uma qualidade nova ao sistema de seguridade social do Brasil. Em décadas de história, pela primeira vez, instituiu-se um programa em âmbito nacional para a redistribuição de renda para famílias pobres.

O município de São Valério – TO, encontra-se com o *Índice de Desenvolvimento Humano* – IDH um dos mais baixos do estado, a população estimada hoje é de 4.161 habitantes, com 599 famílias beneficiárias pelo PBF que são consideradas pobres e com perfil de beneficiários. Atualmente essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 35,16% da população total do município, e inclui 84 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de setembro de 2017 foram transferidos R\$ 90.174,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 150,54 por família. A estimativa foi calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2010, é que a cobertura do programa é de 97,40% em relação à estimativa de famílias pobres no município.

O pagamento do Bolsa Família é operado pela instituição financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é responsável pela emissão e entrega dos cartões e pelo atendimento aos beneficiários em seus canais de pagamento: agências, correspondentes lotéricos e correspondentes CAIXA. Atualmente o município possui, um canal para pagamento do benefício às famílias beneficiárias.

621

## METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, o estudo dividiu – se em dois momentos: sendo o primeiro, a realização da pesquisa bibliográfica sobre o percurso histórico do Programa Bolsa Família no Brasil, e especificamente no município de São Valério-Tocantins, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre os benefícios do PBF, principalmente na vida escolar dos beneficiários. Pois sabe-se que um dos objetivos do Programa é o melhoramento da educação para os mais pobres da população, sendo assegurada desta maneira a dignidade para todos. Em segundo momento realizou-se através da pesquisa de campo objetivando a compreensão dos diferentes aspectos das famílias em estudo, que concretizou – se por meio de questionários e entrevistas com as famílias selecionadas para a coleta das informações necessárias.

Entrevistou – se cinco famílias beneficiárias do Programa no município de São Valério, objetivando conhecer os benefícios do PBF na melhoria das suas condições de vida, uma vez que são vítimas, a ponto de sentirem excluídas da própria sociedade, considerando





que um dos graves problemas da população brasileira é a dificuldade socioeconômica das famílias. A entrevista com os beneficiários do programa foram realizadas 18 perguntas fechadas, que teve por objetivo traçar o perfil dos beneficiados no município, gênero, idade, escolaridade, composição de membros familiar, moradia e consumo médio em alimentação; impactos diretos do benefício na renda, na qualidade de vida, na alimentação; como avaliam o programa no município, conhecimento de seus direitos, deveres e garantias, condições de acesso aos serviços de saúde, educação e serviço social.

### COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Após as entrevistas realizadas afirma-se que o perfil das famílias beneficiárias do município apresenta baixa escolaridade e elevado número de filhos o que dificulta ainda mais o custo de vida dessas pessoas. São famílias com pouco conhecimento formal, mas que tem conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos. E em relação ao PBF, pode-se afirmar que os impactos na vida dessas famílias são positivos tanto no aspecto financeiro quanto no social.

### CONCLUSÃO

Concluiu-se a respeito do Programa Bolsa Família em São Valério-TO, que apesar de muitas críticas, o Programa é de fundamental importância para a vida dos beneficiários. Pois, como afirmado no estudo, muitas famílias apresentam unicamente a renda do PBF, devido não ter ofertas de trabalho ou oportunidades devido às condições em que encontram – se. Na medida em que se coloca comida na mesa dos que vivem na pobreza, quando a criança frequenta a escola ao invés do trabalho infantil, quando desenvolve a economia local, enfim, dando um pouco de alívio àquelas pessoas sofridas, confirma-se a importância desse Programa na vida dessa população.

### REFERENCIAIS

COHN, A. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas nº 12, jun./dez. 1995. Brasília.

SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**. Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007.





## A INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESCOLAS PÚBLICA

Tatiana Andrade dos Santos

Carlos Mendes Rosa

**Resumo:** O presente artigo busca apresentar uma breve análise bibliográfica sobre universalização do ensino e sua relação com a população em situação de pobreza como pré-requisito para finalizar o curso de Pós-Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, a partir do objetivo de compreender se o processo de integração de crianças e adolescentes em situação de pobreza da educação básica de escolas públicas proporciona autonomia aos mesmos, bem como, analisar os efeitos causados pelas desigualdades sociais no processo de formação do educando e os efeitos do fracasso escolar dentro das escolas públicas.

**Palavras-Chave:** Universalização do ensino. Pobreza. Fracasso Escolar.

### Introdução

A sociedade se desenvolve dentro da necessidade de efetivação de uma educação universal que possa favorecer todas as camadas sociais de forma igualitária. Entendemos que a educação é a forma mais eficaz de consolidar a autonomia/emancipação ao educando. Com isso, a importância deste assunto torna-se evidente, principalmente quando a realidade mostra formas concretas de negligência dos direitos, evidenciando formas desiguais no ensino, e o sucateamento na educação e exclusão daquilo que deveria ser de todos.

Discutir as nuances da universalização da educação não é uma tarefa fácil, este é um assunto que requer atenção de todo um conjunto, estado, família, escola e seus entornos – entrando aqui a sociedade – de modo que a busca pelo desenvolvimento intelectual e potencialidades individuais possa alcançar não somente um grupo específico, mas que possa chegar a população de um modo geral, fazendo-se uso de uma educação de todos, uma educação democrática. Verificamos que, “um sistema educacional de sucesso pode ser visto como aquele que garante o direito à educação de todos os cidadãos de seu território” (SAMPAIO, 2014, p. 2). Obviamente hoje os avanços são consideráveis em relação a um passado onde o ensino era focado a um determinado grupo, no entanto, muito ainda precisa ser pensado como forma de prevenção e garantia no que diz respeito a um ensino completo e de qualidade.

Hoje a educação é a forma mais eficaz de oportunizar igualdade a todos, esta é a base para o desenvolvimento pessoal de cada cidadão deixando-os propensos a novas oportunidades. Para tanto, o ensino deve ser ofertado com o máximo de qualidade possível,





pois sabemos que um sistema educativo desigual não produz os efeitos necessários na vida daqueles que esperam por mudanças. Segundo Saviani (1999):

O processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada. Conseqüentemente, aqui também vale o aforismo: democracia é uma conquista; não um dado. Este ponto, porém, é de fundamental importância. (SAVIANI, 1999, p. 87).

A desigualdade social gera interferências diretas no processo de formação do educando, sendo esta uma forma evidente de violação dos direitos da pessoa humana, fato que abordaremos ao decorrer do presente estudo.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a construção deste artigo utilizamos como instrumento metodológico a pesquisa bibliográfica por fazer uso de matérias já concretizadas. Tal pesquisa é formulada mediante a utilização de livros, artigos e outros materiais científicos já produzidos (GIL, 2002). Ainda neste sentido, completamos com a seguinte colocação. A referida pesquisa é essencial em qualquer material científico, no entanto, determinados tipos se baseiam apenas em pesquisas bibliográficas como forma de obtenção das informações necessárias (FONSECA, 2002).

Diante disso, será efetuado um levantamento do referencial teórico como modalidade de pesquisa, ao qual estará presente em todo o corpo do estudo. Temos como objetivo geral neste estudo compreender se o processo de integração de crianças e adolescentes em situação de pobreza na educação básica de escolas públicas proporcionam autonomia aos mesmos. Isso devido ao fato de entendermos que a educação quando ofertada com qualidade promove a pessoa humana a afirmação de sua identidade fazendo com que este se reconheça como cidadão detentor de direitos.

### **Discussão**

Na atual conjuntura muito se tem discutido sobre a educação presente e seus efeitos na vida do cidadão. Pois o que se entende é que mesmo a educação ocupando lugares primordiais nas leis, planos, projetos, acordos entre outros, muito ainda precisa ser feito para que de fato a educação passe a assumir um caráter universal.

A educação não pode se limitar apenas ao quantitativo de alunos formados, mas sim, buscar a qualidade destes alunos que estão sendo formados, para tanto é importante pensar em medidas que consolidem as propostas relacionadas a educação. Além disso, vemos que, o







resultado positivo na formação do educando conta também com a forma de como este internaliza o seu espaço escolar, pois, quando o aluno não compreende a escola como parte fundante do seu processo de formação os resultados favoráveis serão bem menos visíveis (ARENA, 2003 apud MELO, 2012)

Dentro deste contexto, a população em situação de pobreza torna-se aquela que mais vivencia os efeitos causados pelo descaso na aplicação dos direitos, de modo que, a qualidade no ensino, que deveria pertencer a toda população, passa a ser restrita somente a um pequeno grupo da sociedade ficando a maioria excluída e exposta a uma educação precária.

Mesmo com os grandes avanços existentes – um fato que não pode ser despercebido – a educação não tem conseguido alcançar todas as pessoas, deixando um vasto histórico de analfabetos, alguns devido ao fato de não terem acesso a escolarização ou ainda de analfabetos funcionais pelo fato de terem sido reduzidos a uma educação não emancipatória.

Os efeitos causados pela desigualdade na formação do educando são evidentes, as populações pertencentes aos grupos menos favorecidos vivem dentro dos limites da sua existência, sendo submetidos a situações de exclusão e ficando a margem da sociedade, deste modo esta é limitada a uma educação sucateada e não compartilha das mesmas condições que uma criança e/ou jovem oriundos de famílias economicamente capazes podem usufruir.

625

Neste cenário a busca pela igualdade e pela democratização no ensino se torna fundamental, assim, entendemos que ficar indiferente às diferenças é fortalecer ainda mais o cenário de vulnerabilidade educacional. Logo, “Aprender a reconhecer as diferenças ou a enxergá-las como legítimas manifestações do outro é o primeiro passo para a eliminação dos conflitos” (ROMÃO, 1994, p. 8). Neste sentido, permanecer em um contínuo estado de negação dos fatos é abrir mão de uma educação para todos, de um ensino democrático, de uma pedagogia autônoma e plural que compreende diversos grupo e etnias. Portanto, é essencial compreender a educação como o meio mais oportuno para a eliminação das desigualdades e disseminação dos direitos humanos, somente com vistas a efetivação do mesmo se pode pensar em um estado democrático.

A legitimidade dos direitos frente a população negligenciada é essencial para se alcançar o sucesso escolar, a escola precisa caminhar lado a lado com o estudante fazendo com o que seu potencial seja desenvolvido e que este possa formar sua identidade pessoal. Temos que pensar cada cidadão em suas particularidades, pois cada aluno que deixa de frequentar a escola possui uma determinada razão que somente condiz a sua situação.





A sociedade brasileira, desde a sua formação, é constituída por uma diversidade étnica e cultural, a qual deve ser contemplada no espaço escolar, para que se reconheça a pluralidade das vivências dos diferentes grupos sociais da comunidade onde a escola está inserida. (SCOPEL; GOMEZ, 2006, p. 3).

É notório que em muitos casos a formação do educando acaba sendo prejudicada por uma questão de não aceitação das diferenças, de forma que este aluno vitimizado pelas desigualdades acaba por ficar excluído dos direitos básicos a sua existência. A escola, no entanto, pode e deve intervir nesta realidade utilizando-se de ações pedagógicas que não se limitem as salas de aulas, ações que possam chegar as famílias dos estudantes e também a toda comunidade. A educação plena pode contribuir com práticas de respeito, igualdade e justiça, fazendo com o que a qualidade seja compartilhada por todos, e o ensino não caia em práticas inutilizáveis a cada demanda emergente.

Entendemos a educação como um processo essencial na vida do cidadão que não se limita aos muros da escola, mas que integra todos os espaços e percorre toda a vida, desta forma temos a educação como prática da liberdade<sup>3</sup> que tira o sujeito da condição de oprimido<sup>4</sup> e o transfere para a qualidade de cidadão autônomo. Os debates que envolvem a educação no Brasil não se limitam ao tempo presente, mas se fazem existentes por um longo período, diante disso vemos que o exercício profissional deve acompanhar as fases de cada tempo vivido, adaptando-se às novas realidades existentes.

As práticas pedagógicas contribuem para a transformação social, além disso, “a nova educação deve buscar todas as dimensões do ser humano, deve promover um desequilíbrio nos sistemas existentes, acelerando uma nova visão de mundo” (MATTOS; MATTOS, 2003, p. 5). O ressignificado do ensino está em sua capacidade de formar cidadãos politizados e críticos, sujeitos pensantes e formuladores de ideias. Não existe mais espaço para modelos de educação excludentes que adotam práticas de ensino americanizadas, a conjuntura presente necessita da universalização do ensino, mantendo-se acessível a todas as camadas populares

Considerações Finais

Ao longo do exposto vemos que a educação é um direito ofertado a toda população de forma igualitária, sem nenhum tipo de distinção, o que torna a mesma universal. No entanto, um dos fatores que torna a educação hoje um assunto merecedor de atenção é justamente devido a forma de como vem se dando a sua aplicação em meio a sociedade. Assim, a relevância de se pensar e discutir sobre a relação de tal universalização do ensino com a





população que historicamente tem sido submetida aos efeitos gerados pela má distribuição de renda torna-se fundamental.

A integração da população que vive uma situação de pobreza na educação, em muitos casos, não atende aquilo previsto nas leis vigentes, onde muitas crianças e adolescentes pertencentes a escolas públicas não conseguem aprimorar e/ou desenvolver suas potencialidades. O que se verifica é que as escolas necessitam de um contínuo apoio na construção de espaços que favoreçam o sucesso escolar, que oportunizem uma educação libertadora a toda população e que possa resistir a todas as formas de violação de direitos. Pois como bem diz Freire (2014b, p. 77) “não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora”.

A educação precisa ser início, meio e fim, de modo que, torna-se necessário pensar em ações de ingresso, formas de permanência e também em formas de emancipação, é preciso qualidade no ensino e valorização tanto do aluno quanto do profissional que por sua vez, são vítimas de um sistema desigual. Verificamos que a consolidação da autonomia dos alunos pertencentes a rede pública de ensino é algo que na maioria das vezes ocorre de forma mínima, que a sociedade desigual torna a educação desigual, favorecendo um lado com educação plena e desprivilegiando a maioria.

627

Com tudo, concluímos que a população continua a viver os impactos causados pela desigualdade, pela exclusão e pelo não acesso aos bens necessários a vida humana. Na educação os efeitos gerados pela desigualdade social tornam-se evidentes, uma vez que afetam diretamente o processo de formação do educando. As práticas pedagógicas contribuem diretamente na formação da identidade pessoal de cada educando, pois como bem coloca Freire a pedagogia é o caminho, no entanto esta deve ser humanizadora, composta por ações humanizadas para – entre outras coisas – concretizar dentro da sociedade a cultura do respeito, do amor ao próximo de justiça social. Por fim, entendemos que para avançar é preciso empenho na prevenção e erradicação dos efeitos gerados pelo fracasso escolar, que colocam as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e ainda é necessário olhar as particularidades de cada grupo e de cada cidadão como ser individual, que necessita de estímulos para o êxito de sua formação e vida plena.

### Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21 ed. São Paulo: Paz e terra, 2014a.





FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56 ed. rev. E atual – Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014b.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2002. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila\\_METODOLOGIA\\_DA\\_PESQUISA\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_METODOLOGIA_DA_PESQUISA(1).pdf). Acessado em 3 de setembro de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. MELO, Larissa Gomes. **Arquitetura escolar e suas relações com a aprendizagem**. Monografia de Graduação em Pedagogia: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012, 34 p. Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/lgm.pdf>. Acessado em 15 de agosto de 2017.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de; José Roberto Linhares de MATTOS. **Em busca de um novo educador para a nova educação**. 2003. Disponível em: <http://www.ufrj.br/leprans/arquivos/educador.pdf>. Acessado em 26 de agosto de 2017.

ROMÃO, José Eustáquio. **Escola cidadã no século XXI**. 1994. Disponível em: [http://www.unopar.br/2jepe/escola\\_cidada.pdf](http://www.unopar.br/2jepe/escola_cidada.pdf). Acessado em: 20 de agosto de 2017.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. **Estatísticas sobre analfabetismo no Brasil**: audiência pública – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. INEP. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2014/03/17/estatisticas-sobre-o-analfabetismo-no-brasil>. Acessado em: 02 de setembro de 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32 ed. Campinas – SP: autores associados, 1999.

SCOPEL, Delza Tonole; GOMEZ, Mercedes Silverio. **O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira**. Revista Educação e Tecnologia, ano 2, número 1. 2006. Disponível em: [http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006\\_01/edutec\\_delza\\_preconceito\\_2\\_006\\_1.pdf](http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2_006_1.pdf). Acessado em 2 de setembro de 2017.

628

## A IMPORTÂNCIA DE INCORPORAR O TEMA POBREZA NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tatiane Ribeiro Mota

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo estudar e avaliar a importância da incorporação do tema pobreza nos currículos escolares tendo em vista o grande número de alunos considerados pobres ou em vulnerabilidade social e financeira que chegam às escolas e que precisam se sentir representados nos documentos que regem a educação, bem como contribuir para uma releitura e ressignificação dos conceitos, muitas vezes, preconceituosos e sem fundamento que permeiam as falas de muitos educadores e gestores em busca de uma educação democrática e de qualidade para todos. O estudo será feito com base nos textos de autores como José Gimeno, Miguel Arroyo, Paulo Freire, Roque Strieder, Antonio Moreira entre outros sobre currículo e a educação e contará ainda com a participação dos alunos do oitavo e nono anos da escola IPES – Instituto Presbiteriano Educacional e Social que através de roda de conversa responderam a questões relacionadas à educação e à pobreza com o objetivo de conferir a visão destes em relação ao atual modelo de educação para uma analogia entre as respostas obtidas e os conceitos atuais sobre a educação e a sua relação com a pobreza.

**Palavras-chave:** Educação, Currículo, Pobreza e Transformação Social





## Introdução

Segundo MOREIRA e SILVA (1999, p. 191) os currículos escolares são como o conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos /às estudantes – que estão no centro da atividade educacional. Dessa forma, considerando essa visão de currículo e analisando o número cada vez maior de crianças e adolescentes pobres que chegam às escolas o presente artigo pretende estudar a necessidade de incorporarmos o tema pobreza no currículo escolar e pesquisarmos de forma aprofundada sobre o conjunto de experiências empíricas trazido com eles e que faz parte do seu cotidiano a fim de que as circunstâncias, os processos históricos, políticos, geográficos, culturais, bem como, as consequências da pobreza sejam transformados em material de amplo estudo para que os alunos carentes após a concepção crítica da sua história assumam seu papel perante a escola, a sociedade e o governo na busca pela transformação social, econômica e política de cada um.

A pesquisa foi organizada em subtítulos sendo o primeiro nomeado como: a resistente educação tecnicista, nessa parte o texto nos traz informações acerca dos tradicionais processos de ensino-aprendizagem. Observamos que vários movimentos aconteceram na tentativa de tornar educação mais igualitária, hoje a educação é objeto priorizado de estudos científicos com vistas à definição de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento efetivo das sociedades. As lutas contra a exclusão, o racismo, a discriminação cultural, bem como, a exploração econômica iniciadas pelos movimentos sociais que começaram os questionamentos em relação às políticas educacionais de caráter universalistas norteiam o trabalho dos atuais educadores e pensadores.

É pedagógico que resistam aos currículos, às instituições da ciência moderna tão cercadas com a mesma lógica política com que lutam contra as cercas da propriedade privada do agronegócio, que aproximem a luta da reforma agrária com as lutas pela reforma educacional. Que articulem as lutas pelo direito a terra, e a vida com direito ao conhecimento, à escola, à universidade. (ARROYO, 2012, p. 33)

No segundo subtítulo: a importância do diálogo na educação entenderemos a visão de alguns educadores sobre como deve se dá o processo de ensino-aprendizagem por meio do diálogo. Veremos que para (Freire, 2012) a educação deve ser dialógica e se basear no diálogo entre professores, alunos num processo do qual todos são sujeitos ativos e cuja finalidade é ampliar a consciência social de todos especialmente dos alunos para que se viabilize a revolução que acabará com a opressão.





A base da comunicação é o diálogo. E para que haja um verdadeiro diálogo, as duas partes têm que estar dispostas a falar e escutar, é uma via de mão dupla. Não é apenas o professor que fala e os alunos escutam, como era a prática das aulas magistrais do ensino tradicional. O pressuposto do diálogo é sair de si mesmo e abrir-se ao outro. No diálogo, segundo Freire (1987) “não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais [...] A educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B”. Neste contexto fazem pleno sentido as palavras tão conhecidas de Freire: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (1987, p. 68).

Ainda em relação à função do diálogo temos a visão de (IMBERNÓN 2000, p.85) que afirma “facilitar a flexibilidade curricular; mudar a cultura da instituição e das estruturas educativas; superar a cultura do individualismo; estabelecer relações pessoais entre professores, comunidade e alunos” é aceitar a diversidade cultural e de ideia e contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia dialógica que possibilite o estudante situar-se diante da realidade em que vivencia.

Nessa perspectiva de participação e diálogo, a escola assume a função de produzir sentidos, permitindo que cada indivíduo seja autor e construtor do seu pensamento a fim de que suas ações sejam moldadas por meio da reflexão da sua própria vivência. Ainda segundo o autor

630

uma escola cidadã deve possuir dois objetivos essenciais: “contribuir no plano público, para o desenvolvimento de uma cultura do discurso crítico sobre a realidade concreta; Socializar os valores e as práticas da democracia nos âmbitos institucionais cotidianos que facilitem a participação ativa e crítica e as experiências de organização. (IMBERNÓN, 2000, P. 189)

O próximo subtítulo: o currículo escolar hoje nos traz informações acerca das dificuldades encontradas na sala de aula devido à forma como se apresenta o currículo atualmente. O currículo tal como se apresenta defasado e sobrecarregado de conteúdos e absolutamente elitista constantemente é citado por educadores como causa de evasão escolar, principalmente dos alunos carentes da rede pública de educação que não se veem refletidos nos conteúdos ministrados na escola, tão pouco entendem a importância de se estudar tais conteúdos. As políticas educacionais são assim, em parte, fomentadoras do processo de evasão e de fracasso escolar como afirma Arroyo (1997). “Neste sentido, podemos afirmar que o sucesso ou o fracasso escolar são produzidos deliberadamente pelo sistema de ensino”.





Arroyo (1997) nos fala ainda dos limites estruturais do sistema escolar como um dos fatores determinantes do fracasso escolar: "A cultura da exclusão está materializada na organização e na estrutura do sistema escolar. Ele está estruturado para excluir". É fato que a organização da escola com suas disciplinas, seu tempo rígido, suas grades, a obrigatoriedade da seriação, limitando-se por ensinar suas próprias produções fragmentadas e desconexas, tem como consequência a sua contribuição na produção do fracasso escolar, uma vez que, aprova ou reprova segundo seus próprios critérios.

No quarto subtítulo: nova reforma do ensino médio temos algumas informações sobre as mudanças previstas para o ensino médio e as suas contribuições de fato para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. O primeiro ponto discutido é como se deu esse processo, ou seja, por meio de uma Medida Provisória 746/2016, sendo assim, percebe-se que não foi fruto de profundas discussões com a sociedade, professores, alunos, comunidade a fim de que todos fossem ouvidos sobre essas mudanças tão importantes para o futuro da educação brasileira. Na teoria, a reforma com a promessa da flexibilização do currículo permitirá discussões interessantes sobre diversos temas transversais a escolha da própria escola e dos profissionais de educação, oportunidade de os educadores incorporarem o tema pobreza nos conteúdos programáticos para que sejam estudados pelos alunos, a dúvida reside na prática dessas teorias na vivência diária da sala de aula. A própria LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe de leis interessantes sobre a educação, como por exemplo o artigo 26 que dispõe sobre os currículos da educação infantil, ensino fundamental e do ensino médio que devem ter base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais, da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

O quinto subtítulo: escola e contexto social nos mostra a visão de alguns pesquisadores e educadores sobre distância entre a escola e o contexto social dos alunos inseridos nela o que tem provocado a evasão escolar de muitos estudantes considerados pobres por não se verem refletidos nos conteúdos ministrados na sala de aula e tão pouco entenderem a importância e utilização destes nas suas vivências.

O texto menciona uma discussão sobre o tema realizada no teatro Folha em São Paulo em 2006 ocasião em que o colunista do Jornal Folha de São Paulo Gilberto Dimenstein apontou que o problema da sala de aula é o fato de ser desconectada do cotidiano do aluno preparando-os não para a vida, mas para provas. Já o especialista em educação Rubem Alves, outro





convidado para a discussão, afirmou: “o erro das escolas é ensinar coisas que os alunos nunca vão usar e, mais que isso, estão longe da realidade de vida deles”.

Tal concepção de educação já vem sendo discutida há muito tempo, Freire (1982) nos fala sobre a importância de incorporarmos nos métodos de ensino e aprendizagem a pesquisa de campo para discutirmos as opiniões, as observações feitas pela comunidade da qual a escola faz parte em relação a diversas atividades e problemas que envolvem a sociedade local a fim de aproximar a escola da vida dos alunos.

Esta decodificação ao vivo implica, necessariamente, em que os investigadores, em sua fase, surpreendam a área em momentos distintos. É preciso que a visitem em horas de trabalho no campo; que assistam a reuniões de alguma associação popular, observando o procedimento de seus participantes, a linguagem usada, as relações entre diretoria e sócios; o papel que desempenham as mulheres, os jovens. É indispensável a visitem em horas de lazer; que conversem com pessoas em suas casas, registrando manifestações em torno das relações marido-mulher, pais-filhos; afinal, que nenhuma atividade, nesta etapa, se perca para esta compreensão primeira da área. (FREIRE, 1982, p. 124)

Ainda nessa parte do texto há a participação de alguns alunos do 8º e 9º anos da rede pública de educação que por meio de roda de conversas responderam às questões relacionadas à educação, à pobreza e à desigualdade social. As respostas foram analisadas e comparadas às novas teorias sobre educação dos estudiosos em educação citados na pesquisa.

O próximo subtítulo: modelos de escolas inspiradoras nos mostra exemplos de algumas escolas que se tornaram inspiração devido a forma de organização dos espaços, do tempo, dos conteúdos, bem como, a forma de interação entre alunos e professores que refletem positivamente no processo ensino-aprendizagem, tornando-o mais interessante, dinâmico, diversificado tanto para o aluno, o principal beneficiado por esse modelo de educação, quanto para os professores que entendem-se não como detentores do conhecimento mais como compartilhadores e socializadores do saber.

O texto cita o caso do projeto âncora em Cotia/Sp que surgiu como uma iniciativa de assistência social e em 2012 conquistou o status de escola de ensino fundamental de período integral. Não há divisão por séries ou idade, os alunos de anos diferentes aprendem de forma interativa em momentos e espaços de aprendizagem livres, há também uma forte integração com a comunidade e ainda o exemplo da Escola Municipal André Urani/RJ onde os alunos são divididos em grupos de aprendizagem chamados “famílias” constituídas de 6 alunos com idades diferentes, cada grupo de três famílias compõem um time. O professor é chamado de professor-mentor que orienta os alunos no caminho do conhecimento.







Por fim o último subtítulo: currículo, pobreza e educação para a vida nos fala sobre a importância dos conteúdos propostos nas estruturas curriculares para o processo de formação ou deformação dos alunos sujeitos ao conhecimento apresentado pelos documentos que regem a educação na maioria das escolas no Brasil. O texto nos traz ainda informações sobre como a educação pode ser disseminadora da pobreza e da desigualdade social mazelas presentes em várias regiões do país.

É fundamental para transformação da educação que as mudanças se manifestem, sobretudo, nos currículos escolares, uma vez que, este reflete as práticas educativas das escolas, dos educadores, dos gestores e de todos os que fazem a educação acontecer de fato. Para isso, precisamos entender o currículo não como um conjunto de conceitos abstratos e descontextualizado que mais incomodam os alunos e provocam indagações a respeito da necessidade de se aprender certos conhecimentos, mas sim como um conjunto de todas as possibilidades do saber que envolvem a diversidade dos conhecimentos dos sujeitos multifacetados envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Sacristán afirma que:

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades do conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (GIMENO, SACRISTÁN, 2013, P. 10)

633

Assim, a pesquisa nos conscientiza sobre a necessidade de estudarmos o currículo, a pedagogia e a docência a fim de que estes tenham suas funções questionadas em relação aos seus processos de formação-deformação e humanização-desumanização dos milhões de sujeitos cujas vivências estão submetidas à pobreza.

Vimos que o currículo nunca é vazio, através dele é possível se educar para vida e formar cidadãos críticos, conscientes dos seus atos e responsabilidades, capazes de produzir mudanças concretas nas suas realidades sociais, indivíduos ativos e participantes das discussões políticas e econômicas que movem o país, bem como formar cidadãos omissos, passivos, manipuláveis, que produzem e reproduzem a pobreza e a desigualdade social.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para alcançar o objetivo desta pesquisa mencionado na introdução do texto o estudo foi feito com base nos textos de autores como Antonio Flávio Barbosa Moreira, José Gimeno, Miguel Arroyo, Paulo Freire, Roque Strieder, Tomaz Tadeu da Silva, Francisco Imbernón entre outros educadores que acreditam na necessidade de mudança no atual modelo de





educação a partir da implantação de temas relacionados à vivência dos alunos dentro e fora da sala de aula nos currículos escolares.

Além da pesquisa bibliográfica foram analisados documentos cedidos pela escola IPES – Instituto Presbiteriano Educacional e Social que participou da elaboração desta pesquisa como o PPP – Plano Político e Pedagógico da escola bem como as Estruturas Curriculares vigentes para uma análise sobre como o tema pobreza aparece nesses documentos que norteiam os trabalhos dos educadores e direcionam os conteúdos que deverão ser vistos na sala de aula.

A pesquisa contou ainda com a participação dos alunos do 8º e 9º anos da referida escola que através de roda de conversa responderam às perguntas relacionada à educação, à pobreza e à desigualdade social para uma analogia entre as respostas e os conceitos atuais sobre educação.

Para entender ainda sobre as atuais mudanças no ensino e como estas afetarão o currículo da educação básica, foi pesquisada ainda a Medida Provisória 746/2016 que dispõe sobre as mudanças prevista no ensino médio. A análise foi realizada e socializada juntamente com os alunos citados acima para o esclarecimento sobre as contribuições de tais modificações nessa fase da educação tão importante para os estudantes que visam um futuro profissional.

634

### **Resultados e Discussão**

A partir dos estudos bibliográficos feitos observou-se que para todos os estudiosos em educação citados na pesquisa os contextos sociais dos alunos devem fazer parte do processo ensino-aprendizagem a fim de que a escola se aproxime dos estudantes e faça sentido para eles. Sendo assim a pobreza como parte da realidade de milhares de indivíduos que chegam à escola hoje precisa fazer parte dos currículos da educação básica de forma que todos os fatores relacionados à pobreza sejam profundamente estudados, garantindo a todos o direito de saber-se e entender-se dentro de seus ambientes de aprendizagem.

Entretanto, percebemos que embora os vários conceitos sobre educação que surgiram a partir do início do século XX por meio dos estudiosos em educação e das lutas de muitos movimentos sociais para a implantação de políticas públicas que garantissem uma educação de qualidade para todos a realidade é que poucas contribuições de fato ocorreram na educação de forma que os atuais modelos de ensino-aprendizagem presentes na maioria das escolas





brasileiras ainda estão moldados nos conceitos clássicos de educação elitista, conteudista, tecnicista e segregadora.

Muitos educadores ainda possuem uma visão preconceituosa e fatalista dos pobres que frequentam a sala de aula colocando neles a culpa pelas suas realidades sociais, Tal visão fatalista dos pobres como seres desprovidos de valores, cultura, inteligências, habilidades e até de direitos é incorporada aos currículos de forma que os conteúdos vistos não os conduzem ao conhecimento, isso porque são vistos como incapazes de aprender. (ARROYO, 2013) deixa claro que a caracterização dos(as) pobres como inferiores em moralidade, cultura e civilização tem sido uma justificativa histórica para hierarquizar etnias, raças, locais de origem e, desse modo, alocá-los(as) nas posições mais baixas da ordem social, econômica, política e cultural. Freire complementa o que disse Arroyo quando afirma que o processo de escolarização ainda se dá de forma mecânica e bancária (FREIRE, 2012) e entende o aluno como um recipiente no qual o professor deposita o conhecimento e o reduz a um indivíduo passivo do processo e inferior ao professor que detém todo o conhecimento ignorando absolutamente os conceitos empíricos adquiridos pelos alunos nas suas vivências.

Na busca por uma educação de qualidade que dê centralidade ao sujeito os autores citados na pesquisa concordam que o diálogo assume papel fundamental nesse processo. Ao propor uma pedagogia que permita ao educando fazer uma leitura crítica do mundo, em que todos os significados possam ser descobertos e entendidos, Freire (2001, p.58) esclarece que a chave para o diálogo crítico é ouvir e conversar, sendo uma das virtudes do educador democrático, para isso

635

É preciso saber como ouvir, ou seja, saber como ouvir uma criança negra com a linguagem específica dele ou dela como a sintaxe específica dele ou dela, saber como ouvir o camponês negro analfabeto, saber como ouvir um aluno rico, saber como ouvir os assim chamados representantes de minorias que são basicamente oprimidas. Se não aprendermos como ouvir essas vozes, na verdade não aprendemos realmente como falar. Apenas aqueles que ouvem, falam. Aqueles que não ouvem acabam apenas por gritar, vociferando a linguagem ao impor suas ideias.

Segundo IMBERNÓN (2000, p.85) “facilitar a flexibilidade curricular; mudar a cultura da instituição e das estruturas educativas; superar a cultura do individualismo; estabelecer relações pessoais entre professores, comunidade e alunos” é aceitar a diversidade cultural e de ideia e contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia dialógica que possibilite o estudante situar-se diante da realidade em que vivencia.





Nessa perspectiva de participação e diálogo, a escola assume a função de produzir sentidos, permitindo que cada indivíduo seja autor e construtor do seu pensamento a fim de que suas ações sejam moldadas por meio da reflexão da sua própria vivência. Ainda segundo o autor

uma escola cidadã deve possuir dois objetivos essenciais: “contribuir no plano público, para o desenvolvimento de uma cultura do discurso crítico sobre a realidade concreta; Socializar os valores e as práticas da democracia nos âmbitos institucionais cotidianos que facilitem a participação ativa e crítica e as experiências de organização. (IMBERNÓN, 2000, P. 189)

Outro fator importante mencionados pelos autores citados na pesquisa que contribui para a qualidade da educação é o contexto social em que estão inseridos os alunos e a importância de levar a escola ao encontro dessas realidades. Freire (1982) nos fala sobre a importância de incorporarmos nos métodos de ensino e aprendizagem a pesquisa de campo para discutirmos as opiniões, as observações feitas pela comunidade da qual a escola faz parte em relação a diversas atividades e problemas que envolvem a sociedade local a fim de aproximar a escola da vida dos alunos.

Esta decodificação ao vivo implica, necessariamente, em que os investigadores, em sua fase, surpreendam a área em momentos distintos. É preciso que a visitem em horas de trabalho no campo; que assistam a reuniões de alguma associação popular, observando o procedimento de seus participantes, a linguagem usada, as relações entre diretoria e sócios; o papel que desempenham as mulheres, os jovens. É indispensável a visitem em horas de lazer; que conversem com pessoas em suas casas, registrando manifestações em torno das relações marido-mulher, pais-filhos; afinal, que nenhuma atividade, nesta etapa, se perca para esta compreensão primeira da área. (FREIRE, 1982, p. 124).

636

Para Streider a escola precisa fazer sentido para o aluno, preocupar-se mais com o ser humano diverso e multifacetado que pensa, que sonha, que participa, que critica e que não é apenas um ser racional, mas sim essencialmente emotivo.

Refletir a condição humana e perspectivar uma educação para o entendimento é permitir-se o direito de admirar a fantástica aventura da vida e, em particular, a aventura vivencial dos seres humanos. É desejar ensinar um ser humano bem mais diverso do que a racionalidade e o economicus pretendem. Humanizar requer manter acesa a chama da vivência criativa, regada pela afetividade, pela sensibilidade, pelo riso, pelas lágrimas, pelo fervor da participação, pelas luzes do respeito e pelo desejo de cultivar, no jardim da vida, a vivência da beleza. (STREIDER, 2002, P.13)

Em fim para os estudiosos citados no trabalho é fundamental para a garantia de uma educação de qualidade que prioriza todos os indivíduos inseridos no processo ensino-





aprendizagem que os currículos escolares contemplem a diversidade de contextos, de saberes, de culturas que chegam à escola.

Sacristán afirma que:

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades do conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (GIMENO, SACRISTÁN, 2013, P. 10)

Santos (2010 p 31) diz: “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra humanidade se afirmar enquanto universal”.

Ainda segundo Boaventura de Souza Santos:

O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir (SANTOS, 2009, p. 44).

Freire lutou por uma Pedagogia que possibilitasse a afirmação de direitos historicamente negados. “O direito de conhecer melhor o que já se conhece e o direito de conhecer aquilo que ainda não se conhece” (2001, 22)

Assim as ideias dos educadores citados nesta pesquisa são complementares e entendem que uma educação de qualidade é o caminho para garantir uma sociedade mais justa e igualitária, para tanto é necessário porém, que haja um compromisso de todos envolvidos no processo de construção do saber para a garantia de uma educação que compreenda os alunos como indivíduos sujeitos ativos, participantes do seu processo ensino-aprendizagem.

### **Considerações Finais**

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma análise sobre a importância de se incorporar o tema pobreza aos currículos escolares da educação básica tendo em vista o número bastante significativo de crianças, jovens e adultos pobres que frequentam a escola hoje e que precisam ser representados neste documento de extrema importância que direciona as práticas educativas da escola e de todos aqueles que fazem parte dela.

Para constatar a importância das mudanças nos documentos que norteiam a escola hoje foram estudados e citados autores como Miguel Arroyo, Paulo Freire, Francisco Imbernón, Roque Strieder dentre outros estudiosos e pesquisadores sobre a educação que entendem a necessidade de se romper com os paradigmas da educação para que a escola possa ser de fato





formadora de indivíduos críticos, politicamente ativos e participantes das transformações da sociedade da qual fazem parte.

Por meio dos estudos feitos sobre o atual modelo de ensino resistente às mudanças, a importância do diálogo na educação, o currículo escolar com se apresenta hoje, as mudanças em alguns documentos que regem a educação, a relação entre escola e contexto social, os modelos de escolas inspiradoras e o currículo em relação à pobreza e à educação para a vida entendendo a necessidade urgente de a educação buscar novos rumos que atendam as demandas do aluno contemporâneo, diverso, dinâmico, tecnológico, e sobretudo advindo de contextos sociais empobrecidos.

Entendo que se a escola permanecer com seus conceitos engessados, fechada ao conhecimento, ao novo, aos saberes empíricos dos seus próprios alunos a educação continuará sendo disseminadora da pobreza e da desigualdade social e não conseguirá cumprir a sua função social de formação dos sujeitos.

Este trabalho contribui para transformação das políticas curriculares através da inspiração dos educadores que pretendem a partir deste incorporar os temas sociais aqui abordados nas suas práticas educativas, além de romper com as concepções tradicionais da(s) escola(s) em que trabalham disseminando assim, as ideias dos estudiosos e pesquisadores aqui citados sobre a educação libertadora, formadora da criticidade na busca por uma educação democrática e de qualidade para todos.

Tendo em vista o caráter formador e deformador dos currículos escolares e a complexidade dos processos educativos marcados pelas variáveis pedagógicas e sociais entendo que o tema deve servir ainda de profundas pesquisas a todos aqueles que se preocupam com o futuro da educação no Brasil.

Para que haja de fato mudanças nas políticas curriculares em relação a forma de perceber o aluno pobre e suas particularidades como cultura, saberes, valores, condições sociais é necessário que se reivindique a implantação destes conhecimentos nos documentos que direcionam o processo de ensino-aprendizagem, sendo este um trabalho de todos escola, educadores, gestores e pedagogias.

### Referências

ARROYO, Miguel G. **A Escola e o Movimento Social: revitalizando a escola**. In: ANDE. São Paulo, n. 12, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.





\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas do currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

IMBERNÓN, Francisco (org). A educação no século XXI: **Os desafios do futuro imediato.** 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução.** In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. **Currículo, cultura e sociedade.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 7-37.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2009.

STRIEDER, Roque. **Educação e Humanização: por uma vivência criativa.** Florianópolis: Habitus, 2002.

## O ENSINO DE INGLÊS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ALMEIDA EM TAGUATINGA-TO: UMA ANÁLISE DO ACESSO À LÍNGUA ESTRANGEIRA

Tatiara José dos Santos

Luzani Cardoso Barros

639

**Resumo:** Neste artigo, objetiva-se analisar o processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa (LI), na segunda fase do Ensino Fundamental. As dificuldades enfrentadas por alunos e professores que contribuíram de forma significativa para a escolha do tema. A pesquisa foi do tipo qualitativo, baseado em autores como (GIL, 2009), que define como fazer uma pesquisa bibliográfica, e Tasca *et al* (2010), que define como é a análise do contexto, a definição de um problema e das questões direcionadas, que dão início ao processo de pesquisa científica, motivando assim os pesquisadores a procurarem informações sobre determinada temática em bases bibliográficas. Para a coleta dos dados foram aplicados questionários semiestruturados, o que possibilitou compreender o contexto educacional da Escola Municipal José de Almeida, situada em Taguatinga – TO, sobretudo as dificuldades em aprender a LI pelos alunos e as metodologias usadas pela professora. A pesquisa foi realizada tendo embasamento em várias teorias, dentre as quais se destaca Arroyo (2006) que reflete sobre a importância do trabalho coletivo na educação para a construção de parâmetros de ação pedagógica e Gómez (1999), que aponta a motivação como instrumento para o processo de ensino e aprendizagem da LI, trabalho esse que resulta no aprendizado dos alunos. É necessário que a escola se transforme, e haja uma interação entre professores, diretores e o sistema educacional; que a escola ofereça recursos materiais, proporcionando um ensino de qualidade na LI, qualifique o professor com capacitações e salários dignos para que assim o currículo tenha uma nova dinâmica.

**Palavras-chave:** Língua Inglesa. Aprendizado. Ensino. Dificuldades. Público.

### Introdução

O presente artigo teve como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, durante o processo de aprendizagem da Língua Inglesa na segunda fase do Ensino Fundamental, da Escola Municipal José de Almeida.





A elaboração do artigo aconteceu por meio do estudo de material bibliográfico diverso, observação de alunos do sexto ao nono ano da segunda fase do Ensino Fundamental durante as aulas de Inglês, professor de Língua Inglesa, das respectivas turmas, coordenadora pedagógica da segunda fase, e com a secretária da própria escola.

Um dos objetivos foi analisar as dificuldades de aprendizado dos alunos da segunda fase, as metodologias usadas pelo professor nas aulas de LI, e se as mesmas favorecem ou não o aprendizado de uma nova língua.

Inicialmente esse artigo apresenta os objetivos do trabalho, sua importância e o contexto onde a pesquisa foi realizada. Na seção seguinte, será abordado de forma mais detalhada sobre o contexto da Língua Inglesa no nosso meio, que apesar de muito importante, ainda não tem o devido valor dentro dos currículos.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal José de Almeida, ela atende um total de 558 alunos. Sendo Pré-escolar (119), Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano (328) e Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano alunos (111).

A escolha da instituição se deve ao fato de se tratar de uma escola de bairro carente, sua clientela são alunos de classe baixa. Com o objetivo de investigar as relações entre currículo e a luta contra a pobreza, tema do último módulo do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFT) foi desenvolvida essa pesquisa.

O currículo afeta a organização do trabalho na escola, pois estabelece os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, sua hierarquia e carga horária. Decide o tempo e o espaço na organização escolar, ou seja, existe uma interdependência entre currículo e escola. Sendo assim, ambos devem trabalhar juntos, visando o aprendizado do aluno.

Para concretizar uma educação de qualidade para todos, na Escola Municipal José de Almeida, e é necessário lutar contra a pobreza, os currículos devem ter mais pertinência e permitir o aumento de equidade entre os educandos. Quando a educação é entendida como forma de melhorar a qualidade de vida, as famílias passam a ter uma motivação mais forte para enviar os seus filhos à escola. O interesse das crianças, e sobretudo dos adolescentes, em ficar na escola também aumenta. O ambiente de trabalho em plena mudança e o rápido desenvolvimento das novas tecnologias têm um papel cada vez mais central no processo educativo e requerem uma definição das qualificações necessárias aos alunos.







Foi realizada uma pesquisa analisando as dificuldades enfrentadas pelos alunos na segunda fase do Ensino Fundamental da rede pública municipal, sobre a aprendizagem da LI e das metodologias na Escola Municipal José de Almeida.

Baseado em um estudo bibliográfico, que segundo Tasca etc al (2010), é a análise do contexto, a definição de um problema e das questões direcionadas dão início ao processo de pesquisa científica, motivando assim os pesquisadores a procurarem informações sobre determinada temática em bases bibliográficas, foi realizada uma pesquisa analisando as dificuldades enfrentadas pelos alunos na segunda fase do Ensino Fundamental da rede pública municipal, sobre a aprendizagem da LI e das metodologias utilizadas na Escola Municipal José de Almeida.

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em três etapas: a primeira foi o embasamento na teoria de Arroyo (2006) e (2013), com o objetivo de argumentar sobre o currículo e pobreza com as dificuldades dos alunos em aprender a LI.

A segunda etapa foi a coleta de dados, realizada com uma professora e quatro alunos, sendo um de cada série. A opção foi por alunos de faixa etária entre doze a quinze anos, com grau de dificuldade maior e menor no aprendizado de LI. O instrumento utilizado na coleta dos dados da pesquisa foram dois questionários contendo questões abertas e fechadas. Um contendo seis questões direcionadas aos alunos e outro contendo sete questões voltadas à professora.

E a terceira e última etapa foi a análise desse questionário, para compreensão e explanação sobre as maiores dificuldades dos alunos em aprender a LI.

### **Resultados e Discussão**

A prioridade é se trabalhar no desenvolvimento de um quadro de referência curricular que permita integrar nos currículos de educação de base os conteúdos e as abordagens pedagógicas mais pertinentes para a luta contra a pobreza.

Os sistemas de educação, suas políticas e seus currículos devem ser pensados de modo que possam suprir as carências de conhecimento, de valores, de hábito, de moralidade e dignidade dos alunos.

Os alunos e professora responderam ao questionário, e será explanado de maneira descritiva. Com o intuito de preservar a identidade dos alunos e da professora, eles receberam nomes de letras e ela nome fictício. A primeira questão do questionário, que se referia às maiores dificuldades encontradas no Ensino da LI, de acordo com a resposta da professora





Clara foi que os alunos não entendem o que é falado em inglês, então isso acaba atrasando o andamento dos conteúdos. Essa resposta está ligada à questão dos livros didáticos, e a professora enfatiza que não vem de acordo com a realidade dos alunos, pois não conseguem ler e compreender tudo que está escrito, e todas as atividades e explicações estão em inglês. O que está relacionado à dificuldade dos alunos com a LI, que foi uma das questões do questionário, a professora afirma que a maior dificuldade dos alunos se deve ao fato de começarem a estudar a LI a partir do sexto ano do ensino fundamental. Antes dessa etapa não faz parte do currículo da rede pública municipal de ensino. Destaca também a questão da carga horária, pois na rede municipal há apenas uma aula semanal de LI.

Para Arroyo (2013, p. 12):

Na cultura pedagógica e curricular vigente, o caminho escolar teria como ideal apropriar – se do conhecimento, da ciência e das tecnologias; reconstruí outros espaços, outros tempos e outras formas de pensar e de trabalhar, com valores de esforço, superação empreendedorismo. Logo, esses currículos não dialogam com os (as) pobres ou com a pobreza, nem para entendê-la nem para que os (as) pobres compreendam sua própria condição. Os currículos têm ignorado a pobreza e os (as) pobres como coletivos, e isso resulta exatamente no oposto do que se promete, pois contribui para manter os indivíduos atolados em formas de viver distantes.

E a professora finaliza com a última questão sobre o que ela pode fazer para ajudar seus alunos com o aprendizado na LI, dizendo que adota várias metodologias em uma mesma aula para alcançar seu aluno. E que faz todo seu planejamento pensando neles, nas suas dificuldades, e sempre que necessário muda de metodologia para conseguir um bom resultado.

642

Já no questionário do aluno A do sexto ano (12 anos), diz gostar de inglês, porém, não entende o que a professora fala quando é questionado do que acha sobre estudar a LI. No oitavo ano, a aluna C (14 anos) diz que tem muitas dificuldades em entender, mas, o que não entende ela pergunta para a professora.

Quanto ao material didático, um aluno D do nono ano (15 anos) afirma não gostar do livro porque não entende nada que está escrito. Toda a explicação e as atividades estão em inglês, e ele só entende se a professora explicar. Quando se pergunta sobre o que precisa mudar na escola nas aulas de LI, um aluno B (13 anos) do sétimo ano, diz que queriam mais aulas, porque tem apenas uma aula semanal e queria mais dicionários de inglês na escola. E por fim, quando é questionado sobre porque tem tantas dificuldades com a LI, todos falam que o principal motivo é por começarem a estudar a partir do sexto ano.

Segundo Arroyo (2006, p. 35):





Ainda de acordo com o escritor, os currículos organizam o conhecimento por disciplinas, áreas e recortes, sem levar em consideração, que os alunos não são os mesmos. ‘A forma de viver a infância e adolescência mudou muito. Violência, transgressões e indisciplina inquietam profundamente as escolas e isso tem a ver com o que é ensinado. Será que as nossas crianças e jovens estão desinteressados pelo conteúdo escolar? Creio que essa falta de interesse é causada pelos pratos do conhecimento oferecidos no currículo, por isso é necessário dar importância à formação ética do educando. Nós podemos mudar isso se atuarmos de forma mais coletiva por meio da realidade e dos aspectos da escola vigente. As faculdades têm de preparar os profissionais para atuar com a diversidade cultural, de raça e de gênero presente na nossa sociedade’.

Por meio dessa observação e análise de dados coletados foi constatado o uso de diferentes metodologias no processo de ensino/aprendizagem da LI na segunda fase da rede pública. A professora domina a parte oral, mas focaliza mais na leitura e escrita (por ser mais cobrado nas provas de vestibulares), porém, não tem como trabalhar as quatro habilidades, pois a escola conta com o recurso humano, mas falta muita coisa, desde sua estrutura aos dicionários, à internet, aos livros didáticos de difícil acesso, entre outros aspectos.

Essa situação deve ser revista por parte das secretarias, dos governos e investir mais recursos na Escola Municipal José de Almeida, de modo a valorizar mais seus alunos, proporcionando a esses uma educação sem desigualdade, e, principalmente, pautada em valores dignos de cidadãos.

643

As dificuldades maiores no aprendizado da LI estão na carga horária (apenas uma aula semanal) e a inserção da LI no currículo da rede pública na segunda fase começar apenas a partir do sexto ano. Fatos esses que prejudicam e muito o desempenho dos alunos nas aulas de LI.

### **Considerações Finais**

A partir da análise, foi detectada a presença de alguns pontos sobre a pobreza e desigualdade, e como os pobres são pensados nos currículos, nas teorias pedagógicas, no material didático e na cultura escolar. A questão do currículo precisa ser modificada, uma vez que pobreza não aparece nos livros, só é estudada a riqueza e como aumentá-la, isso tem que ser mudado. Para que as instituições escolares não sejam um instrumento de desigualdade, precisa envolver nos assuntos a pobreza, é necessário tirar os alunos das ruas, dando-lhe algum tipo de atividade, envolvendo-os dentro da própria escola.

E em busca de atender as necessidades de uma clientela menos favorecida economicamente, a aprendizagem de Língua Inglesa que aproxima os alunos de realidades distantes da realidade em que vivem, e possibilitar o acesso ao conhecimento cultural de





outros povos que foi realizado esse trabalho. Deve-se ter uma organização de um currículo voltado a atender e orientar os alunos, desenvolver atividades artísticas e culturais no ambiente escolar, atividades esportivas e de integração social, além de outras atividades complementares de enriquecimento curricular, dentre as quais as oficinas curriculares de Língua Inglesa.

Apesar disso, o aprendizado também depende muito da vontade do aluno, pois se o mesmo não quiser, não vão adiantar novos métodos de ensino. Por esse motivo é importante que o professor conheça cada método e saiba lidar com cada um, em diferentes realidades, resultando assim em um ensino de qualidade.

É necessário que a escola transforme, e haja uma interação entre professores, diretores e sistema educacional. E que a escola ofereça recursos materiais, proporcionando um ensino de qualidade na LI. Qualificando o professor com capacitações e salários dignos. Só assim, de forma coletiva, o currículo ganhará uma nova dinâmica, valorizando escola, alunos e professores. Com essas formações os professores de LI, serão capacitados a atuar na educação, mudar se for preciso nas suas metodologias, formando cidadãos críticos, conscientes e atuantes no mundo, Motivando-os para o aprendizado da LI, e que um dia quem sabe deixe de ser apenas uma disciplina no currículo, e passe a ser parte da vida cotidiana do aluno.

644

### Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas: Pontes, 1993.

ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo**: Uma Complexa Articulação. 2013. Disponível em: <<http://portoeduca.blogspot.com.br/>> Acesso em: 24 out. 2017.

ARROYO, Miguel G. Secretaria de Educação Básica (Org.). **Os Educandos, seus Direitos e o Currículo**. Documento em versão preliminar, 2006.

COELHO, Hilda Simone H. “É possível aprender inglês na escola?” Crenças de professores sobre o ensino de inglês em escolas públicas. In: BARCELOS, Ana Maria F., VIEIRA ABRAHÃO, Maria Helena (Orgs.). **Crença e de línguas**: foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas, Pontes, 2006.





## COLETIVOS EMPOBRECIDOS NO SISTEMA ESCOLAR E O CURRÍCULO: LIMITES E POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Thaira Rosana Alves Paz

Doriane Braga Nunes Bilac

**RESUMO:** A relação entre currículo e pobreza é bem complexa, podendo limitar ou possibilitar o desenvolvimento dos alunos em situação de pobreza que frequentam os centros de ensino. Assim, este artigo busca uma discussão e aprofundamento deste assunto para que se possa transformar de maneira significativa a vida de milhares de brasileiros que vivem em condições de pobreza. A educação se faz presente como o meio de viabilizar esta transformação e formação de seres capazes de mudar sua realidade social. Tentar através desta discussão a inserção de coletivos empobrecidos na sociedade de forma humana e digna. Alguns questionamentos são necessários para este enfrentamento, bem como, sua discussão. Objetiva-se discutir a relação currículo/pobreza para que entenda-se que atitudes poderá ser tomadas para que esta condição mude. Pretende-se discutir os efeitos que o desenvolvimento do currículo pode ter na redução da pobreza? Que situações de pobreza o currículo permite resolver ou melhorar? Como a grade curricular adotada na educação básica das séries iniciais, com ênfase a escola Gonçalves Dias, integra conteúdos e abordagens pedagógicas pertinentes para a luta contra a pobreza? Para isto foi aplicada uma metodologia exploratória e qualitativa em detrimento as questões abordadas, procurando fundamentar este trabalho em estudiosos que discutem este assunto. Portanto, pensar a relação currículo e pobreza é buscar uma inserção dos milhares de alunos pobres espalhados pelas escolas, sempre muito carentes de atenção a suas experiências de vida e seus saberes experienciados em seus locais de vivencia.

**Palavras-chave:** Educação.Pobreza.Desigualdade Social.

### Introdução

Atualmente o sistema escolar enfrenta muitos desafios, uma vez que, encontra diversos coletivos de extratos sociais diferentes, que estão inseridos nos diversos centros de ensino espalhados pelo país. Muitos desses coletivos se encontram em situação de pobreza e desigualdade social, situação que limita as possibilidades de desenvolvimento educacional e intelectual de muitos alunos espalhados nas escolas brasileiras. O currículo se insere neste desenvolvimento escolar como um meio de limitações e possibilidades, uma vez que, não se apresenta como um modelo neutro, mas reprodutor de ideologias e métodos. A partir da aplicação do currículo nos centros de ensino pode-se analisar: o tipo de cidadãos que se pretende formar para inserção na sociedade atual, as relações que serão estabelecidas no ambiente escolar e as oportunidades desenvolvidas no processo de aprendizagem. Diante desta análise, faz-se necessário à percepção das relações de poder que o currículo escolar traz em sua estrutura. De acordo com Sacristán (2000, p. 15-16):

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tão pouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma





prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

Quando se fala em currículo é necessária à observação do perfil de sociedade que se pretende formar e a importância que este tem na formação educacional de inúmeros cidadãos espalhados pelos Brasil. Haja vista, que o mesmo precisa buscar a formação e atuação dos sujeitos históricos para que sejam capazes de perceber criticamente o contexto social em que estão inseridos havendo uma atitude de mudança.

### **Relação entre currículo e pobreza**

O ponto de partida da relação entre currículo e pobreza é a abordagem das vivências da pobreza nos currículos aplicados na educação básica atual. No currículo é abordada a construção de um sujeito crítico e capaz de perceber as transformações ocorridas nas relações interpessoais e no espaço, mas não é claro quanto à questão da pobreza como gerador destas desigualdades. Para Cracetti (2008, p.6) o currículo “[...]constrói significados e valores sociais e culturais, que dependendo de como o conhecimento transformado em saber escolar é desenvolvido, é determinante para a formação dos sujeitos da escola”.

Pode-se perceber que as práticas cotidianas de ensino, não mostra de maneira clara a questão da pobreza, pois esta está sendo negligenciada como fator importante para o entendimento tanto de transformações ocorridas no espaço como um todo, como para o entendimento da realidade local vivenciada pelos alunos.

A inserção de conhecimento acerca da pobreza através do currículo é importante para que os alunos e alunas pobres possam desde cedo entender e transformar sua realidade, pois muitos vivem em situação de pobreza e nem sequer sabem o que quer dizer isto e que implicações podem acarretar mais a frente na construção de sua identidade, pois convivem alheios a sua realidade. A inserção da temática da pobreza nos currículos escolares pode ajudar a transformar a situação de muitos alunos e alunas que estudam no ensino regular, para que possam mudar sua situação social atual.

### **Limites e possibilidades na relação currículo e pobreza**

A relação entre currículo e pobreza é um fator relevante no ambiente escolar, pois pode trazer aprendizados positivos e negativos para o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos coletivos empobrecidos que frequentam o ensino regular. A escola é o local onde os alunos tem a oportunidade de aprender e ser capazes de entender a realidade que estão





inseridos e quais fatores leva a esta situação. A produção do conhecimento através do currículo adotado nas escolas tem esse papel de transformação e inserção na sociedade atual. Porém a omissão da pobreza nos currículos escolares pode ocasionar uma retração do aprendizado. De acordo com Arroyo (2016, p.12):

A concepção de conhecimento e de cultura sintetizada nos currículos está marcada por uma noção linear do tempo e do espaço, que culmina em uma visão desenvolvimentista, pela qual há uma promessa de progresso por meio do processo escolar. Ainda de acordo com essa visão, a escola tem a tarefa principal de formar profissionais para o mercado de trabalho e, para isso, acaba por desenvolver nas pessoas uma mentalidade utilitarista e produtivista. Isso significa que a escola sustenta um discurso de que ela mesma seria um rito de passagem capaz de romper o círculo vicioso da pobreza. Assim, o sistema educacional pretende estimular que se mire o futuro, que se tenha vontade de avançar, progredir, controlar o espaço e o tempo, acelerar a mudança.

Os alunos que antes se encontravam presos a sua realidade de pobreza, agora também estão presos a condições de aprendizagens adversas e submetidas a modelos curriculares viciosos e segregadores, colocando em risco a superação da pobreza através da mudança de relações sociais existentes.

### **Procedimentos Metodológicos**

A ciência ajuda a entender a realidade e o faz através de metodologias que visam o desenvolvimento da pesquisa científica, chegando assim, ao pleno conhecimento do assunto abordado. Este trabalho se desenvolve através de pesquisa bibliográfica, documental, de natureza exploratória e qualitativa. Para Oliveira (2008, p.7):

O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos. [...]os objetos de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas e suas atividades, considerando-os “não apenas agentes interpretativos de seus mundos, mas também compartilham suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas.

Pode-se dizer que a pesquisa qualitativa possui algumas características importantes a serem levadas em consideração, assim:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que





defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Este trabalho possui natureza exploratória, já que, está tem o objetivo de tornar o assunto familiar ao seu problema, tentando deixá-lo mais explícito ou construir novas indagações.

A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. [...] Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

A pesquisa explicativa como diz Gil (2007) “preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Outro tipo de pesquisa utilizada para se obter informações e realizar MO como objeto de estudo. A questão da pobreza e currículo precisa ser estudado e explorado para que se possa discutir e propor novas possibilidades e para isto as pesquisas e os tipos de metodologias são indispensáveis.

### **Resultados e Discussão**

O quadro de referência curricular adotado na educação básica das séries iniciais da Escola Gonçalves Dias, localizada no município de Estreito-MA, integra conteúdos e abordagens pedagógicas pertinentes para a luta contra a pobreza?

A educação é um instrumento de transformação que permeia a vida de milhares de alunos da rede de ensino regular. Muitas crianças e jovens pautam na educação um meio de mudança de sua situação de pobreza.

Na Unidade Escolar Gonçalves Dias a educação também se mostra como uma ferramenta capaz de transformar a vida de diversos coletivos empobrecidos. Para estes educandos a escola por mais simples que seja é um espaço de bem estar para os mesmos e de esperança de mudança de vida. Sendo assim, os coletivos empobrecidos da Unidade Escolar Gonçalves Dias necessitam alcançar uma visão crítica proporcionada pelo currículo, mas para isto precisam ter suas vivências consideradas e representadas nos conteúdos contemplados para a educação básica. As diretrizes curriculares da educação básica no Estado do Maranhão ajudam os alunos a ter um desenvolvimento intelectual aceitável, no entanto, não é capaz de suprir as necessidades de ensino dos coletivos empobrecidos havendo ainda um reconhecimento das situações de pobreza e sua inserção nos modelos de ensino. Os currículos precisam reconhecer as diversidades existentes nas escolas, aceitando seus saberes







vivenciados, experiências de vida, modos diferentes de vida, heterogeneidade de tempos de aprendizagem. Fatores que podem contribuir para uma articulação entre currículo e pobreza trazendo reflexões dos problemas sociais e a perpetuação da pobreza.

### Considerações Finais

A existência de milhares de alunos e alunas nas escolas tem obrigado os currículos a repensarem suas práticas e seus conhecimentos do espaço. Encontramos um coletivo de crianças-adolescentes frequentando as escolas e sendo negligenciados pelo sistema de ensino, recusando-se a observar e incluir suas experiências de vida no processo de aprendizagem e formação. Os modelos atuais de ensino estão tão fragilizados, pois se deparam com realidades diferentes dos paradigmas que compõem o mesmo.

Atualmente os currículos não contemplam a diversidade de corpos sociais presentes nas escolas, não observando as ações humanas trazidas pelas multiplicidades de vivências. Mas, com os milhares de alunos chegando às escolas, o currículo precisa se adequar e se adaptar para atender estas necessidades de seu público alvo.

Portanto, é necessário que haja uma apropriação, por parte dos currículos, dos diversos saberes trazidos para as escolas, almejando assim um local mais adequado ao processo de aprendizagem. Para escola e o currículo tem a tarefa de socializar as vivências da pobreza articulando uma ressignificação a realidades empobrecidas dos alunos que frequentam as escolas atualmente. É preciso repensar as formas de socialização adotadas nos ambientes escolares, proporcionando valores e experiências adequadas à realidade de todos os sujeitos sociais. Os coletivos empobrecidos buscam a construção de suas identidades, através, de inúmeras lutas para conseguir um mínimo de dignidade, para tanto, os currículos necessitam incorporar essas histórias de lutas para que haja realmente uma escolarização, pautada na dignidade e na garantia dos direitos destes cidadãos.

649

### Referências

- ARROYO, Miguel G. Pobreza e currículo: **Uma complexa articulação**. Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social, 2016, Módulo 4.
- CROCETTI, Rosângela Maria de Borba. **O currículo como forma de enfrentamento do fracasso escolar**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, 2008.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENEZES, Ana Célia Silva; ARAÚJO, Lucineide Martins. **Currículo, contextualização e complexidade: Espaços de interlocução de diferentes saberes**. Pós-graduação – Ensino Superior e





Docência no Contexto do Semi Árido, Senhor do Bonfim – BA, 12 Ago. 2017. Disponível em: Acesso em 12 Ago. 2017.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico conceitual sobre a pesquisa qualitativa: Técnicas e características.** Travessias, v.2, n.4, 2008.

SACRISTÁN, J.Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEDUC. **Diretrizes curriculares.** Secretaria de Educação do Maranhão. 3 ed. São Luís, 2014.

**MÉTODOS DE PESQUISA.** Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (Org's); coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POBREZA, CIDADANIA E ESCOLA

Thatiane Sousa Silva

**Resumo:** O presente estudo é de suma importância e identifica-se a necessidade em conhecer mais profundamente sobre o Programa Bolsa Família, um assunto que possui relevância social, haja vista que consiste em um problema que está no seio da população, considerando que o programa bolsa família garante às pessoas uma redução da pobreza e conseqüentemente, uma situação de vida menos precária. Assim, o Programa Bolsa Família se trata de um benefício concedido à famílias brasileiras que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entendendo-se vulnerabilidade social, para os efeitos do referido programa situações de carência, decorrentes da incapacidade de acessar bens e serviços mínimos para garantia da vida social e familiar. A pesquisa de campo foi desenvolvido no mês de dezembro de 2016, com uma instituição de ensino (CMEI) da rede Municipal de Palmas. A atividade de pesquisa de campo proporcionou me aprofundar nos detalhes em relação ao Programa Bolsa Família. Durante as entrevistadas foram perguntados sobre as condicionalidades somente levar seus filhos a escola ou ao posto de saúde. Outro dado interessante a destacar que as entrevistadas sabem o que são as condicionalidades, mesmo parcialmente, mas pela via de perder o benefício do que pela via de conhecimento. O Programa Bolsa Família é uma Transferência de Renda que garante complementar a renda familiar, mas percebe-se nos depoimentos das entrevistadas que esse programa não é suficiente para suprir as necessidades básicas da família. O trabalho tem como objetivo conhecer o Programa Bolsa Família nos seus diversos aspectos e como objetivos específicos Traçar o percurso histórico do Programa Bolsa família; Apresentar as condicionalidades do Programa Bolsa Família; Analisar a relação do Programa Bolsa Família com a educação.

**Palavras-chave:** Programa bolsa família. Condicionalidades. Educação

### Introdução

Tem-se como objetivo geral Conhecer o Programa Bolsa Família nos seus diversos aspectos e como objetivos específicos Traçar o percurso histórico do Programa Bolsa família; Apresentar as condicionalidades do Programa Bolsa Família; Analisar a relação do Programa Bolsa Família com a educação.

O tema foi escolhido em decorrência de se perceber as dificuldades que envolvem a pobreza, bem como pelas várias discussões que pairam sob o tema abordado.

Identifica-se a necessidade em conhecer mais profundamente sobre o Programa Bolsa Família, um assunto que possui relevância social, haja vista que consiste em um problema que





está no seio da população, considerando que o programa bolsa família garante às pessoas uma redução da pobreza e conseqüentemente, uma situação de vida menos precária. Porém, é necessário buscar sanar alguns questionamentos sobre: o que é o Programa Bolsa Família? Quem são os beneficiários do Programa? Quais são as condicionalidades do Programa Bolsa Família? Quais as mudanças e melhorias do programa bolsa família desde o ano de 2004 quando o Programa passou a ser previsto por lei até os dias de hoje? Quais as responsabilidades da família em relação à saúde, à educação e à assistência social? Que resultados o programa bolsa família tem apresentado a educação?

Deve-se destacar ainda a relevância acadêmica, já que contribuirá para o acervo acadêmico que trata sobre o assunto. Os aspectos relevantes aqui informados justificam o desenvolvimento deste estudo.

Para um melhor entendimento desse estudo utilizou-se como metodologia a pesquisa de cunho bibliográfico e pesquisa de campo, buscando-se em revistas, artigos, jornais, livros e questionários voltados para o assunto, à fundamentação necessária para que o estudo seja desenvolvido.

### **Procedimentos Metodológicos**

651

#### **Histórico do programa bolsa família**

O Programa Bolsa Família faz parte do Programa Fome Zero criado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002, logo quando assumiu seu primeiro mandato. Instituído no ano de 2003, pela Medida Provisória n. 132, o Programa Bolsa Família se caracteriza como um programa de transferência de renda que, desde o início, se mostrou determinante para ampliação, articulação e consolidação da rede de proteção social do Brasil.

No ano de 2004 o Programa Bolsa Família passou a ser previsto por Lei Federal n. 10.836, não devendo ser entendido como um direito do cidadão, mas como um programa que visa a redução da pobreza dentro de suas condicionalidades. Sobre o assunto, Soares e Satyro (2009, p. 11):

Ao contrário de uma aposentadoria, um seguro-desemprego ou o pagamento de um título da dívida pública, o Bolsa Família é um programa de orçamento definido. Uma vez esgotada a dotação orçamentária, ninguém mais pode passar a receber o benefício, pelo menos até que haja crédito suplementar.

Assim, o Programa Bolsa Família se trata de um benefício concedido à famílias brasileiras que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entendendo-se





vulnerabilidade social, para os efeitos do referido programa situações de carência, decorrentes da incapacidade de acessar bens e serviços mínimos para garantia da vida social e familiar.

A Lei n. 10.836/2004 informa que o Programa Bolsa Família consiste na unificação de outros programas sociais de transferência de renda vigentes no país até sua promulgação, conforme traz em seu Parágrafo Único do artigo 1:

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

### **Resultados e Discussão/Pesquisa de campo**

Para o desenvolvimento deste trabalho optei por realizar uma pesquisa de campo, além dos levantamentos de dados. Deste modo, ressalto que o desenvolvimento e a análise aqui discutida ocorreu com base nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado ao grupo participante. Quanto à descrição dos dados quantitativos, estes foram tabulados considerando os resultados obtidos, logo, indicados em percentual, com o objetivo de facilitar a interpretação, foi ainda utilizado a análise gráfica: a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família; a resistência das famílias em responder ao questionário.

652

### **O contexto da pesquisa: os sujeitos**

O questionário da pesquisa foi aplicado no mês de dezembro de 2016, com uma instituição de ensino (CMEI) da rede Municipal de Palmas (que preferiu não se identificar) e 8 famílias que tem filhos nesta mesma instituição de ensino (que preferiram não se identificar). Esta instituição oferece atendimento a 265 crianças na faixa etária de 11 meses a 5 anos, distribuídos em turmas de Creche: Berçário II, Maternal I “A” e “B” e Maternal II “A” em horário integral das 7h30min às 17h30min, e 1º período e 2º período em horário parcial.

A comunidade escolar a qual o CMEI atende faz parte de uma comunidade composta de pessoas com baixo poder aquisitivo e baixo nível de escolaridade, com renda geralmente de aposentadoria ou de alguma bolsa do Governo Federal, como também alguns estão desempregados e sobrevivem da economia informal, possui também um contingente de mães





solteiras que trabalham de domésticas e trabalhadores temporários, diaristas em imigração constante. Sendo que a maioria é oriunda desta clientela. Além disso, o CMEI também atende a outra parcela da Sociedade de classe média baixa, onde pais, mães ou responsáveis trabalham fora empregados no comércio, construção civil, Prefeitura Municipal e Estado, com renda basicamente entre um a três salários mínimos e ainda aos filhos de pequenos comerciantes, onde os pais têm a formação de nível fundamental e médio.

O Programa Bolsa Família é de suma importância para as famílias pobres, pois há casos de famílias que tem apenas essa renda. A pobreza realmente existe isto é fato é algo que não podemos esconder ou fechar os olhos, a mesma está nas escolas e em outros lugares isso é uma realidade, nos deparamos com muitos sobreviventes do Programa bolsa família. Tornando assim um desafio para as escolas que precisam encontrar soluções para lidar com a desigualdade social diariamente. Sobre o assunto, Pinzani e Rego (2017, p. 13):

As pesquisas sociológica e filosófica sabem, há tempos, que os pobres, exatamente por serem pobres, têm dificuldade de ter voz, isto é, de formular, organizar e, sobretudo, expressar suas necessidades, transformando-as em demandas por justiça. A pobreza os joga, sem piedade, no mundo dos “incapacitados”, uma vez que não lhes foi dado o direito de se capacitarem para exercer a própria voz. Esse fato, por se, constitui a expropriação de sua humanidade. Sem o exercício da voz, não é possível interferir na marcha do mundo. Instala-se, assim, um círculo de fogo que não se pode atravessar, imperando, então, a surdez e o silêncio no âmbito do Estado e das instituições públicas.

653

É importante ressaltar que a pobreza não é uma questão moral, e sim, uma irresponsabilidade da administração pública, ser pobre depende de condições e oportunidades que são oferecidas as pessoas, a pobreza é uma situação social e econômica caracterizada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas, como educação, moradia, água potável, assistência médica, etc.

É visível que o programa Bolsa Família é desejo humano de minimizar os sofrimentos de quem realmente necessita deste auxílio. No entanto, o auxílio não é suficiente para que a família saia da extrema pobreza ou situação de risco e junto a ela a parte mais difícil, oportunizar educação de qualidade e melhor qualidade de vida, dar condições de a família sair da extrema pobreza.

Assumir que pobreza é uma questão social, política e econômica é o primeiro passo pra diminuir esse abismo entre ricos e pobres e não dizer que pobre é pobre por falta de valores, falta de cultura, falta de vontade de mudança.





### **Considerações Finais ou Conclusão**

Conclui-se que o programa bolsa família é um dos benefícios destinados às pessoas de baixa renda, objetivando a redução da desigualdade e do combate à pobreza.

Portanto, diante do exposto, identificamos neste estudo a partir dos usuários que foram entrevistados, que o Programa Bolsa Família proporciona não somente apenas um recurso financeiro que os possibilita uma condição de vida mais digna, mas sobretudo apresenta a perspectiva de superar sua condição de vulnerabilidade, posteriormente se inserindo no mercado de trabalho e conseguindo garantir sua própria subsistência e de seus familiares. O Programa Bolsa Família proporciona não somente um recurso financeiro, mas um programa social que possibilita uma esperança, ou seja, uma perspectiva de futuro, de sair daquela situação de vulnerabilidade. Portanto, mediante esta análise salientamos que este benefício os possibilita uma melhoria na sua condição de vida.

Quando se pensa e se reflete em educação e pobreza em termos de nosso país, é fácil lembrar que desde sua colonização, fomos levados a pensar e agir enquanto dependentes de “poderes” ditos maiores e soberanos no que tange a liberdade, seja ela de pensamento ou de decisões. Tudo isso levou-nos a acreditar que desde sempre somos pobres e sem direitos natos. É visível que a distribuição de renda no Brasil é muito desigual e faz com que as pessoas que vivem na pobreza ou na pobreza extrema, não tenham seus direitos básicos assistidos e muito menos respeitados. As políticas e programas sociais tem com objetivo reduzir as desigualdades dando uma ênfase maior nas áreas de educação, saúde e combate a fome. O Programa bolsa família é um programa que efetivamente contribui muito na erradicação da pobreza extrema.

A escola que vem como mecanismo de transformação está em constantes mudanças em busca de novos desafios principalmente ao compromisso com o direito de todos à educação. A educação prepara o indivíduo para a vida, para o mercado de trabalho. Quanto mais educação menor o índice de pobreza. A mesma é uma necessidade básica para todas as pessoas, nesse sentido, é importante que uma sociedade tenha/busque maior escolaridade possibilitando mais crescimento, mais renda e menos pobreza. Ao mesmo tempo, possibilitará também redução na desigualdade, pois tornará o trabalho menos escasso.

Concluimos então que o Programa Bolsa Família tem efeitos muito mais relevantes do que aqueles normalmente explicitados. Percebe-se que mesmo com todos os obstáculos o programa tenta amenizar o problema dando possibilidades de frutos melhores para a nova





geração, tentando reduzir a miséria evidenciada nas classes mais desfavorecidas do nosso país.

### Referências

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Presidência da República

PINZANI Alessandro e REGO Walquiria Leão, **Pobreza e Cidadania**. Curso de especialização EPDS. UFT. 2017. Retirado do site: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/course/view.php?id=42>. Acesso em : 26/07/2017.

SOARES Sergei e SÁTYRO Natália. **O Programa bolsa família: Desenho institucional, Impactos e Possibilidades futuras**. Brasília, outubro de 2009.

## PROJETOS SOCIAIS: MIRACEMA SOLIDARIA MÃOS QUE ABRAÇAM

Telles Gabriel Leite Araújo

João Nunes da Silva

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar a forma de atuação do projeto de cunho social, *Miracema solidaria mãos que abraçam* que atua na cidade de Miracema do Tocantins - TO. E por meio deste estudo tornar visível sua ação em meio à sociedade e seus resultados, principalmente nas zonas menos afortunadas da cidade. Para auxiliar as zonas de pobreza extrema, foi então proposta a criação de um projeto social que pudesse amenizar a situação cotidiana destas diversas famílias, a forma encontrada para contribuir foi distribuindo cestas básicas em um período especial do ano, o natal. Miracema é um município com um índice de pobreza que chega há 39.65% segundo o IBGE, então a atuação de apenas um projeto social não consegue mudar esta situação, principalmente e quando se atua apenas uma vez por ano. Ou seja, o projeto social não tem por objetivo modificar totalmente a situação social do município de Miracema do Tocantins - TO, mas sim durante o natal e a véspera de ano-novo atenuar as dificuldades encontradas nos lares mais carentes.

655

**Palavra-chave:** Projeto Social. Miracema do Tocantins. Natal.

### Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar o projeto social *Miracema solidária mãos que abraçam* projeto este que está presente no município de Miracema do Tocantins-TO, cidade situada há 86 km da capital do estado do Tocantins. A cidade de Miracema do Tocantins de acordo com o IBGE, atualmente tem população estimada de 19.055 pessoas, com base no senso de 2010.

Com o intuito de apresentar o projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam*, se faz essencial apresentar a atuação dos programas sociais do governo federal. Além de ser necessária a contextualização do município de Miracema do Tocantins-TO, onde atua o projeto social.





Num contexto municipal onde um terço da população se encontra na área de vulnerabilidade social é quase impossível não notar a existência desse problema. Fazendo-se então necessário entender o porquê desse alto índice e meios para combatê-lo.

Em meio a formas de diminuir o atual índice e mudar o contexto do município de Miracema, está o projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam* o projeto que visa diminuir a fome das famílias na faixa de pobreza extrema durante o período natalino.

### Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica da pesquisa consiste em um trabalho descritivo tendo como fonte primária livros, artigos e endereços eletrônicos que tiveram suas datas de publicação entre: 2002 e 2017, como fonte secundária relatos de um dos seus idealizadores e coordenador do projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam*; desta forma desempenhando uma pesquisa qualitativa.

### Resultados e Discussão

O contexto social do município de Miracema é bem carente, não só por ser uma cidade interiorana, mas sim pelo alto índice de pobreza do município que pelo que indica o IBGE é de atingindo 39.65% totalizando 7.555 habitantes, ou seja, mais de 1/3 da população se encontra em uma situação de dificuldade financeira.

Em meio a tanta dificuldade pela parte menos favorecida da sociedade, destes 7.555, existe um total de 1.359 habitantes cadastrados no cadastro único que tem de sobreviver com até 85,00 reais como renda per capita, algo que é quase que impossível nos dias atuais.

Em um contexto difícil como este é nesse momento que é perceptível a atuação de projetos sociais, pois até uma cesta básica pode auxiliar de grande forma estes lares que tanto necessitam.

O projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam* atua então nos períodos de natal, na distribuição de cestas básicas, roupas e brinquedos para estas famílias que passam por tamanha dificuldade, para que isso seja possível é então feito um trabalho que se inicia dois meses antes do natal.

Um trabalho que envolve marketing e muito trabalho duro que envolve viagens, divulgação do projeto e o cadastramento das famílias necessitadas através de visitas nas suas residências, além da distribuição dos pontos de doações de donativos, que não ficam apenas não somente após todo o trabalho duro é que começa a distribuição dos donativos que







ocorrem nas residências dos cadastrados, pois os voluntários levam todas as doações até a casa de cada um dos beneficiados cadastrados através de caminhões e caminhonetes.

Assim é feita toda a atuação do projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam* no município de Miracema do Tocantins, um trabalho totalmente voluntário e que tem o objeto de levar a felicidade a quem tanto necessita. Desta forma se faz uma análise a respeito deste problema social para que se possa obter o porquê de tamanha complexidade.

De acordo com Pena (2014, p.01).

O Brasil, em função de seu histórico de colonização, desenvolvimento tardio e dependência econômica, além dos problemas internos antigos e recentes, possui uma grande quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Assim, por representar um país subdesenvolvido emergente, a pobreza no Brasil apresenta elevados patamares.

Pena (2014, p.01) aponta diversos fatores que explicam o porquê do elevado estágio da pobreza no Brasil, desta forma é possível notar que o problema da pobreza não é um mal social que se desenvolveu atualmente, mas que na verdade vem desde a colonização pelos portugueses.

Em virtude do que foi mencionado é notável que o combate à pobreza não seja algo que pode ser feito do dia para a noite, mas sim algo que exige tempo e trabalho, trabalho esse que vem sendo feito através dos programas e projetos sociais, estes governamentais ou não. Outro aspecto da pobreza que dificulta cessa-la é pelo estado de miséria que se encontram as pessoas dessa parte da sociedade.

A pobreza é um estado de miséria que causa sofrimentos por insuficiência de alimentação, que por sua vez gera problemas de saúde e, esses dois fatores influem no aprendizado e conseqüentemente na profissionalização, que possa levar a pessoa a uma remuneração melhor e sair do estado de miséria Fisher (2008, p.01).

Nos três anos de atuação do projeto nenhuma família deixou de ser auxiliada, apenas foram acrescentadas mais famílias de acordo com o crescimento do projeto. Desta forma também é possível observar que nenhuma dela conseguiu sair da zona de pobreza extrema.

Ponderando desta forma assim como Fischer (2008, p.01) afirma, a pobreza de forma indireta acaba por gerar mais pobreza, isto também pode ser notado pelo fato de que as famílias auxiliadas pelo projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam*, continuam tendo de ser auxiliadas a cada ano.





Em face dessa realidade, a forma de crescimento adotada pelo projeto social para que fosse possível melhorar seu desempenho foi através de buscar uma maior arrecadação de alimentos. Pois se tais famílias não conseguiram deixar a zona de alta vulnerabilidade, o que poderia ser feito seria buscar auxiliar de forma mais quantitativa.

Portanto tem-se em mente para as próximas edições superação, tanto para o numero de donativos arrecadados quanto ao numero de famílias atendidas pelo projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam*. Portanto a cada ano sendo capaz de ajudar cada vez mais as famílias carentes do município de Miracema do Tocantins-TO.

### Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo analisar a atuação do projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam* que atua no município de Miracema do Tocantins-TO, município onde mais de um terço da população se encontra na área de vulnerabilidade social.

Analisou-se através das afirmações de Fischer (2008) e Pena (2014), o porquê de a pobreza ser algo tão difícil de ser cessada, chegando então à conclusão de que a pobreza é um mal que vem se arrastando desde a época de colonização brasileira.

Observou-se que a atuação do projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam*, ajuda a atenuar a situação de pobreza durante as épocas natalinas, principalmente com o combate à fome através a doação de cestas básicas.

Porém uma cesta básica para uma família que não tem acesso a uma educação de qualidade, a saneamento básico e que vive à margem da desigualdade social não faz com que ela saia da área de alta vulnerabilidade social, tendo uma condição de vida digna.

Ou seja, para que as famílias que se encontram num caso de alta vulnerabilidade, o essencial para essas famílias seria ter condições para que num futuro mesmo que distante, pudessem ascender de classe social através de se trabalho. E não ter que depender de programas e projetos sociais governamentais ou não para que possam sobreviver em meio a tantas dificuldades.

Caso não sejam tomadas medidas que possam trazer mudanças efetivas, o caso da pobreza continuará, pois os atuais programas que atuam em prol da área de alta vulnerabilidade ou pobreza extrema, apenas busca auxiliar quem se encontra naquela situação, algo que já é caritativo. Porém as pessoas nesta situação utilizam destes benefícios e muitas vezes acabam por depender de tais auxílios como da Bolsa Família, e em alguns casos por dependência não buscam formas de ascender socialmente.





Assim a melhor forma para mudar a pobreza no Brasil não seria realizar um corte em programas sociais como o citado acima, mas sim buscar ideias para que fosse possível a criação de programas sociais que incentivem essa parte da população a buscar melhores condições de vida. Entende-se então que a partir de melhorias como esta seria notáveis mudanças quanto à pobreza.

Até que seja possível a criação de programas sociais que possibilitem tamanha transformação é necessária à atuação dos programas e projetos sociais, pois eles conseguem trazer mudanças, mesmo que de uma forma mais complexa, mas em longo prazo suas mudanças são amplamente visíveis.

Desta forma foi apresentado o projeto social *Miracema solidaria mãos que abraçam*, analisando sua atuação, contextualizando seu local de atuação, indicando o porquê da sua existência, apresentando então os seus métodos e resultados quanto á colaboração com a sociedade do município de Miracema do Tocantins.

### Referências

CAMPOS, Aminda Eugênia Marques; ABEGÃO, Luís Henrique; DELMARO, Maurício César. O Planejamento de Projetos sociais: dicas técnicas e metodologia. IN: **Caderno da Oficina Social**. Centro de tecnologia, Trabalho e Cidadania. Rio de Janeiro, n. 9.2002.

CERATTI, Mariana Kaipper. EBC: Relatório do Banco Mundial aponta que Brasil praticamente erradicou a pobreza extrema. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/04/relatorio-do-banco-mundial-aponta-que-pais-praticamente-erradicou-pobreza-extrema> >. Acesso em: 28 de set. 2017.

Correio Braziliense. Pobreza cresce no Brasil pelo segundo ano consecutivo. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/06/25/604736/pobreza-cresce-no-brasil-pelo-segundo-ano-consecutivo.shtml>>. Acesso em: 28 de set. 2017.

FISHER, João. Pobreza: O problema, causas e consequências, disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/diario/diarios\\_anteriores/980615/opiniaio.htm](http://www.al.rs.gov.br/diario/diarios_anteriores/980615/opiniaio.htm)>. Acesso em 31 de out. 2017.

Governo do Brasil. Economia e Emprego: CadÚnico Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>. Acesso em: 31 de out. 2017.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: transformando ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 1977.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Mundo Educação**: Pobreza no Brasil, disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm>>. Acesso em 04 de nov. 2017.

PERCURSO DA PSICOLOGIA. Thorndike Edward Lee, disponível em: <[http://percursodapsicologia.blogspot.com.br/2009/10/edward-lee-thorndike\\_18.html](http://percursodapsicologia.blogspot.com.br/2009/10/edward-lee-thorndike_18.html)>. Acesso em 07 de nov. 2017.

RELATÓRIO de Programas e Ações do MDS (v.2017) em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>>. Acesso em: 28 de set. 2017.





SANTOS, Luiz Carlos. **Projetos Sociais**: fragmentos de ensinamentos. Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Programa Gestão de Organizações – PGO. 2003.

## ESCOLA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SUPERAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS

Thais de Maria Cunha Sousa

**Resumo:** Historicamente, a educação formal em nosso País se caracterizou pela dualidade na/da escola. De um lado, temos uma escola voltada para as classes que detêm o domínio do poder político e econômico, que se apropria de toda a riqueza produzida, que exige e paga por uma educação de qualidade para seus filhos. De outro, uma escola que atende à classe trabalhadora, voltada para instrumentalizar o trabalhador a exercer funções mais rudimentares no mercado de trabalho. A escola destinada à classe trabalhadora pouco investe na formação do professor, além de oferecer espaços que limitam possíveis estratégias de aprendizagem voltadas para uma educação humanizadora. Essa escola retira das pessoas pobres a chance e o direito de descobrirem-se vítimas da negação do acesso aos conhecimentos universais sobre a língua portuguesa, a matemática, a história a geografia, a biologia e tantos outros conhecimentos, imprescindíveis para a conquista da autonomia e da dignidade humana. Nesse estudo, utiliza-se da pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, como ferramenta para analisar de forma crítica, como a ausência de uma clara referência teórico-metodológica na escola, a orientar as práticas de ensino- aprendizagem, tem contribuído para a perpetuação e persistência de uma escola reprodutora das condições sociais, para a maioria das pessoas pobres, sujeitas à condições de vida e de trabalho desumanos. Toma-se como referências as obras de SAVIANI (1991, 2012; MIZUKAMI, 2011) e outros. As considerações finais apontam a necessidade de construção de novas referências teórico-práticas a orientar a prática escolar, nas escolas públicas.

**Palavras-chave:** Escola Pública. Teoria e Prática. Ensino-aprendizagem. Pobreza

660

### Introdução

Este estudo se justifica pela atualidade do debate acerca da necessária qualidade da educação ofertada à classe trabalhadora, em especial aos milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza em nosso País. Vários trabalhos tem buscado elucidar a relação intrínseca entre educação e pobreza e os efeitos dessa última na superação da primeira (ASSIS, S.; FERREIRA, K.; YANNOULAS, S.,2012; SOARES,.; SOUZA, 2013). Contudo, ainda são em número reduzido os trabalhos que buscam compreender o que leva a escola e os profissionais que nela trabalham a oferecer uma educação reprodutivista, que pouco ou nada contribui para que os alunos, na sua grande maioria, superem as condições de miseráveis em que estes e suas famílias vivem, com altas taxas de desemprego, alimentação de pouco valor nutricional, moradias precárias etc, sendo, ainda, as principais vítimas do descumprimento de políticas públicas e inúmeros abusos cometidos contra sua dignidade.

Grande parte dos estudantes das escolas públicas não adquire os conhecimentos pertinentes às séries em que estão matriculados, conforme se verifica na evolução histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (MEC/INEP, 2017). Não têm muito





apreço pela escola, não desenvolvem o gosto pela leitura e pelos conhecimentos da área da matemática, por exemplo.

Nesse sentido, parte-se neste estudo, do pressuposto de que práticas educacionais que não privilegiam o ensino de conteúdos que são importantes para desenvolver conhecimentos científicos sobre a relação entre natureza e sociedade, trabalho e desenvolvimento, organização social e produtiva, organização política etc., prejudicam principalmente os sujeitos pobres e corrobora para a manutenção e o aumento das desigualdades sociais.

A partir dessas considerações iniciais, toma-se nesse estudo, o despreparo da escola pública, como objeto de reflexão, cuja análise tem como princípio norteador as referências teórico-práticas que orientam historicamente, o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e suas implicações na formação das classes populares, especialmente para aquelas que vivem em situação de pobreza.

Dentre as referências bibliográficas que orientam as análises empreendidas, neste estudo bibliográfico, de caráter exploratório, destacam-se as obras de Libâneo (1990), Misukami (2011) e Saviani (1991, 2012), entre outros.

Vale destacar ainda, que este estudo é fruto das leituras, análises e debates oportunizadas no curso de Pós-graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal do Tocantins, e, das experiências pessoais e profissionais desta pesquisadora como professora da rede pública de ensino, cujo *lôcus* de trabalho suscita de forma recorrente questões acerca dos limites e possibilidades de contribuição da educação escolar para a superação da pobreza e das desigualdades sociais e educacionais das crianças e adolescentes pobres em nosso País.

Espera-se com este estudo contribuir para que o papel atribuído à escola seja analisado à luz da teoria que as orienta e das práticas que a sustentam, visando, sobretudo, assegurar, nos limites da sociedade capitalista em que estamos inseridos, que se vá construindo, com todos aqueles que veem na escola pública uma importante ferramenta de transformação da realidade, as possibilidades de erigir uma nova sociedade, onde não haja lugar para a pobreza e a desigualdade social.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para esse estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, baseada na análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, ensaios críticos e artigos científicos. Considera-se que esse metodologia de pesquisa possibilita principalmente





que o pesquisador tenha contato com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo, cujas obras são reconhecidamente do domínio científico. As análises procuram contextualizar o objeto de estudo em questão: as práticas pedagógicas e sua relação com o enfrentamento à pobreza e a desigualdade social.

### **Resultados e Discussão**

A pesquisa bibliográfica realizada evidencia que a educação pode se dirigir-se caminhos distintos: contribuir para o processo de emancipação humana, ou para ensinar a ser passivo diante da realidade que está posta. Nesse sentido, observa-se que, no atual contexto social, de acirrada exclusão social, sob o discurso humanista e de democratização da escola, a opção majoritária das instituições escolares tem sido a de seguir os ditames dos poder instituído, mantendo um relação de dependência da escola, com as demandas de mercado, o que coaduna com uma prática pedagógica fragmentada da realidade, sem sentido para a classe trabalhadora e para os que vivem em situação de pobreza.

Considerando o caráter classista que permeia a prática pedagógica no contexto das escolas públicas, e a subordinação dessas práticas ao processo de trabalho, presente na sociedade capitalista, já sinalizado nas teorias crítico reprodutivistas elencadas por Saviani (2012), fica evidente que há limites impostos a estas práticas educativas, diretamente relacionadas à função ideológica exercida pelas escolas, no interior do sistema de relações capitalistas de produção.

Assim, para que se possa pensar uma prática educativa alinhada aos interesses da classe trabalhadora, em especial, daqueles que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza é importante considerar a posição dos professores, dos trabalhadores em educação, dos alunos e suas famílias na estrutura produtiva.

A contribuição da Pedagogia Histórico Crítica, neste sentido, se materializa na crítica sobre a sociedade capitalista, analisando-a como um sistema de classes, na busca de fomentar uma consciência acerca do papel político e econômico que a maioria da população exerce nesta sociedade. Isso corresponde a uma compreensão em que não se distingue teoria e prática, Educação e sociedade, e que, considera perfeitamente factível estabelecer uma relação entre a situação objetiva dos segmentos oprimidos da população, e a consciência sobre as necessidades e sobre as tarefas futuras da classe trabalhadora, dos pobres e oprimidos nessa sociedade.





Nesse sentido, os instrumentos da Pedagogia Histórico- Crítica (prática social, problematização, instrumentalização, catarse, prática social) podem ser considerados como uma proposta de prática pedagógica, que se insere no contexto mais amplo da luta da classe que precisa vender sua força de trabalho, mas que pretende abrir espaços de diálogo acerca das contradições expostas pelo capitalismo, voltados para o avanço da consciência de professores, alunos e comunidade, em uma proposta que dê conta de refletir sobre as necessidades inscritas na vida das populações pobres, tendo como referência social a desnaturalização da desigualdade social.

Observa-se, que no contexto da proposta da Pedagogia Histórico Crítica, os professores ocupam um papel estratégico no processo de construção de uma educação que se coloca a serviço das populações pobres, numa perspectiva de fato emancipadora. Ainda que estes também sofram os processos de exploração, próprio da dinâmica capitalista, isso não impossibilita a elaboração de alternativas para a prática docente numa perspectiva emancipadora.

Não se trata, aqui, de uma super valorização da função atribuída ao professor no processo de transformação social, mas sim de fomentar algumas ações e posicionamentos para a realização de uma prática pedagógica progressista, analisada para além da condição técnica do educador e compreendida a partir de um posicionamento ético - político.

Neste sentido, o trabalho progressista dos professores não encontra seus limites nas paredes de uma sala de aula, pelo contrário, inicia-se pelas relações com os alunos e se estende pela mobilização acerca de melhores condições de atuação profissional. Isto inclui um diálogo voltado para uma reflexão em torno do impacto que está dinâmica social exerce na atuação docente, da necessidade de mobilização e organização dos docentes nas críticas às reformas neoliberais e à própria resistência às mudanças - fator característico da nossa sociedade -, na melhoria das suas condições de trabalho e de planos de carreiras mais consistentes e bem remunerados (FREIRE, 2001; 2003).

As reivindicações docentes podem se constituir como elemento deflagrador da consciência sobre os caminhos que precisam ser percorridos com vistas à prática pedagógica efetivamente capaz de contribuir para a superação da sociedade de classes. A adoção da Pedagogia Histórico- Crítica como teoria da educação nas escolas públicas, pode se constituir como uma orientação para a reflexão coletiva sobre a tarefa de modificação da estrutura social





vigente. Ela engloba alunos, professores e todos aqueles que desejem a superação das históricas desigualdades sociais em nosso País.

### **Considerações Finais**

A escola tem sido lócus das mais variadas atribuições, o que tem descaracterizando-a e a desviado de sua especificidade primeira: a socialização dos conhecimentos produzidos historicamente pelos homens. A falta de reflexão e de embasamento teórico-prática, como de um claro horizonte de sociedade que se deseja, terminam por contribuir para a reprodução do sistema hegemônico, já que a escola não encontra espaço e tempo para discutir seus problemas, terminando por ceder à rotina e ao ecletismo pedagógico, em atividades sem sustentação teórica.

Nesse sentido, a falta de clareza em relação as concepções pedagógicas é um desafio já que a teoria é fundamental em todo processo pedagógico. Compete à escola se contrapor a esta condição de reprodutora, que perpetua a exclusão de parcela significativa da população do acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela humanidade. Ela pode se constituir coletivamente, como espaço de reflexão, seja das condições reais de transformação da sociedade, articulando com outras instituições e segmentos sociais, ou colocando a educação a serviço da transformação social por meio da socialização dos conhecimentos, conforme propõe a Pedagogia Histórico Crítica.

664

A identificação dos seus problemas e a organização do trabalho pedagógico é o ponto de partida para a prática pedagógica que se pretenda transformadora, fundamentada numa perspectiva crítica. Assim, é fundamental que sejam debatidas as múltiplas funções atribuídas à escola na contemporaneidade, buscando assegurar a sua função social precípua, lutando para que ela se cumpra no interior das instituições escolares.

Ainda que condicionada à sociedade, a escola, à medida que cumpre sua função social, pode influir sobre seus condicionantes, numa relação que é dialética. Partindo dessa pressuposto, entendemos que a Pedagogia Histórico Crítica, se constitui como uma possibilidade de uma prática pedagógica contra hegemônica, empenhada em colocar a educação a serviço da transformação das relações de produção, ou seja, empenhada em superar a pobreza e a desigualdade social, fruto das relações de exploração e expropriação de uma classe sobre outra.

É necessário articular a teoria e a prática dentro da concepção pedagógica Histórico Crítica na tentativa de reorganizar e encaminhar o trabalho pedagógico, através de







embasamento teórico que dê sustentação na realização e reformulação dos documentos que foram construídos no coletivo que constam no instrumentos pedagógicos de gestão democrática da escola, como o Projeto Político Pedagógico, de tal feita que a escola possa assegurar e assumir definitivamente sua função social que é: transmitir de forma sistematizada e organizada o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade às novas gerações para sua continuidade e preservação.

### Referências

- ASSIS, S.; FERREIRA, K.; YANNOULAS, S. Educação e pobreza: limiões de um campo em (re) definição. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 329-351, maio/ago. 2012.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa, 1970.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. (9ª ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Política e Educação** (7ed.) São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Educação para a liberdade**. Porto: Escorpião, 1973.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 9.ed. – São Paulo: Loyola, 1990.
- MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. 2017. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>, acessado em 10 de outubro de 2017.
- MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino**: As Abordagens do Processo. São Paulo: E.P.U., 2011.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Ed. 42ª. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

## BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUA INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA

Thâmbata Wânia Santos Farias

Célia Maria Grandini Albiero

**Resumo:** O presente artigo busca apresentar uma breve análise bibliográfica sobre a interlocução do Programa Bolsa Família com a escola pública como pré-requisito para finalizar o curso de Pós Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, a partir do objetivo de conhecer como se dá essa interlocução, bem como, analisar a relação entre pobreza, desigualdade social, Serviço Social e processo educacional, propiciando assim, debater a relevância do Programa Bolsa Família (PBF) como elemento importante na política pública dentro da escola pública. O estudo demonstra que é necessário a presença do Assistente Social dentro da escola pública, pois, suas ações estão voltadas para a garantia e efetivação do acesso à educação e permanência do aluno, fortalecimento do controle social, articulação com serviços, programas e projetos que visam a garantia dos direitos sociais e políticos, tanto no individual quanto no campo coletivo na perspectiva de enfrentar a pobreza e a desigualdade social evidentes na realidade atual.

**Palavras-Chave:** Educação. Programa Bolsa Família. Pobreza. Serviço Social.





## Introdução

O presente artigo busca apresentar uma breve análise bibliográfica sobre a interlocução do Programa Bolsa Família (PBF) com a escola pública a partir do objetivo de conhecer como se dá essa interlocução e analisar a relação entre pobreza, desigualdade social, Serviço Social e processo educacional, propiciando assim, debater a relevância do Programa Bolsa Família como elemento importante da política pública dentro da escola pública e como o profissional de Serviço Social intervém frente a essa realidade.

O Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003 pelo Governo Federal como um programa de transferência de renda objetivando combater à pobreza e às desigualdades sociais no Brasil, tendo como público alvo famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (MDS, 2016), bem como, propiciar às famílias beneficiárias um apoio no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Durante o ano de 2015 somavam mais de 14 milhões de famílias beneficiárias, apresentado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) como bons resultados, pois todas essas famílias saíram da linha da extrema pobreza (BRASIL, 2015).

Os beneficiários do PBF devem seguir alguns critérios para sua permanência no programa, e um desses critérios é que as crianças estejam regularmente matriculadas e frequentando a escola, porém, não existe uma atenção especial, ou um debate crítico dentro da escola sobre a pobreza e o próprio programa.

Segundo Campello (2013) o Bolsa Família ao se passar dos anos “[...] se consolidou como uma política de Estado e hoje se configura como um dos elementos centrais das políticas sociais brasileiras, em um patamar incontornável dentro da proteção social” (CAMPELLO, 2013, p. 17).

Nesse sentido, evidencia-se que a relação do PBF com a escola pública será real mediante o acompanhamento de um profissional especializado para intervir junto às expressões da questão social e as políticas públicas e sociais, ou seja, através da presença de um Assistente Social dentro da unidade escolar.

## Procedimentos Metodológicos

O presente estudo fez uso da pesquisa bibliográfica, sendo essa, um tipo de pesquisa a ser realizada a partir de um “[...] apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 158). Para melhor explorar o





assunto em questão, o artigo foi dividido em três eixos teóricos. No primeiro momento discutiremos sobre pobreza, desigualdade social e processo educacional, apresentando suas definições e interligações entre elas. No segundo momento apresenta-se um resgate histórico sobre o Serviço Social no Brasil, evidenciando-se o Assistente Social, este, um profissional crítico e historicamente instigado para intervir no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social nas mais diversas áreas e na implementação das políticas sociais e políticas públicas. No terceiro eixo buscou-se debater sobre a Política Nacional de Assistência Social e educação, ou seja, a interligação da política pública, por meio do Programa Bolsa Família dentro da escola. Finaliza-se o presente artigo com as considerações finais.

### **Resultados e Discussão**

O Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003 pelo Governo Federal como um programa de transferência de renda objetivando combater à pobreza e às desigualdades sociais no Brasil, tendo como público alvo famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (MDS, 2016), bem como, propiciar às famílias beneficiárias um apoio no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Durante o ano de 2015 somavam mais de 14 milhões de famílias beneficiárias, apresentado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) como bons resultados, pois todas essas famílias saíram da linha da extrema pobreza (BRASIL, 2015).

667

Destaca-se que ao indivíduo que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza, lhe são negados os direitos sociais básicos, por parte do Estado, o direito à alimentação, teto, trabalho e renda, sendo que tais direitos o Estado deveria e deve garantir. A Constituição Federal do Brasil de 1988, considerada a Constituição Cidadã, expõe em seu artigo 6º os direitos sociais dos cidadãos brasileiros, logo, se a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho não é “ofertado”, fere a própria Constituição (BRASIL, 2016).

Frente a esse cenário o debate sobre as desigualdades sociais e a pobreza devem estar presente nas escolas, pois as crianças e adolescentes (pobres e ricos) devem saber e entender como se deu/dá essa relação de poder.

Os beneficiários do PBF devem seguir alguns critérios para sua permanência no programa, e um desses critérios é que as crianças estejam regularmente matriculadas e frequentando a escola, porém, não existe uma atenção especial, ou um debate crítico dentro da escola sobre a pobreza e o próprio programa.





Assim, é importante que tenha a presença de um profissional de Serviço Social dentro da escola. De modo que, “[...] o Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas” (IAMAMOTO, 2010, p. 20). De modo que, o profissional de Serviço Social é um profissional apto para atuar em diversas áreas, bem como na educação, pois o mesmo possui um caráter sociopolítico, crítico e interventivo, e sua intervenção se faz junto às múltiplas expressões da questão social, utilizando-se de seu saber técnico-operacional, seu conhecimento teórico-metodológico e seu comprometimento ético-político.

Pontua-se que, a atuação do Assistente Social na educação tem suas ações voltadas para a garantia do acesso à educação escolarizada dos indivíduos, através de uma educação emancipadora, ou seja, que propicie “[...] aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano” (CFESS, 2011, p. 33).

Nesse sentido, o processo educacional se apresenta como uma estratégia importante para se alcançar os objetivos do PBF, pois, “[...] os estudos realizados sobre o acesso e a permanência dos estudantes na escola vêm demonstrando que a desigualdade social e econômica tem dificultado a universalização da educação básica” (CRAVEIRO; XIMENES, 2013, p. 110).

668

### **Considerações Finais**

Observou-se mediante o estudo que o Programa Bolsa Família visa uma intervenção imediata por meio da transferência de renda às famílias que estão dentro do perfil estabelecido pelo programa, e que, não adianta ter uma condicionalidade ligada à educação e saúde, se não existe uma atenção especial por parte dos serviços e do Estado a esses usuários.

No que se refere à educação, a relação do beneficiário do PBF e a escola deve ser a próxima possível, de modo que a família veja a escola como um local de garantia de direitos e a escola veja a criança como um sujeito de direitos, a fim de que de fato se tenha uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, conclui-se que a interlocução do Programa Bolsa Família com a escola pública somente será possível mediante o acompanhamento do aluno bolsista, à família e uma atenção específica dentro da escola por um Assistente Social e uma equipe técnica especializada.

A atuação do Assistente Social na escola vai além da elaboração de estudo socioeconômico, de modo que, o referido profissional tem por objetivo propiciar a efetivação do direito social do acesso à educação de cada indivíduo, bem como, o envolvimento de





alunos, professores, familiares junto às lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação do acesso e permanência da educação pública.

O Assistente Social é um profissional que possui um caráter sociopolítico, crítico e interventivo, e sua intervenção se faz junto às múltiplas expressões da questão social, utilizando-se de seu saber técnico-operacional, seu conhecimento teórico-metodológico e seu comprometimento ético-político, propiciando assim, criar ações e estratégias para os diferentes níveis (individual e coletivo, público ou privado) (CFESS, 2011). Logo, é necessário a presença do mesmo dentro da escola pública, pois, suas ações estão voltadas para a garantia e efetivação do acesso à educação e permanência do aluno, fortalecimento do controle social, articulação com serviços, programas e projetos que visam a garantia dos direitos sociais e políticos, tanto no individual quanto no campo coletivo na perspectiva de enfrentar a pobreza e a desigualdade social evidentes na realidade atual.

### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pobreza, desigualdade e educação**. Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação: SECADI, 2016, 37 p.

BRASIL. **Bolsa Família**: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasília: MDS: 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: 2016. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/constituicaoafederal1988.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS. 2011.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. Dez anos do programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 109-124.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Como funciona**. 2015. Disponível em: <https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acessado em 20 de novembro de 2016.





## EDUCAÇÃO COMO MEIO TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE

Valdemir Lacerda Santos

José Lauro Martins

**Resumo:** Este trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica com o objetivo de analisar a contribuição do Programa Bolsa Família no desenvolvimento da educação de seus beneficiários. Percebe-se que mesmo com a criação de programas voltados para o combate à pobreza valorizando a promoção da dignidade humana, como o Programa Bolsa Família, o resultado ainda se confunde na falta de conhecimento, de seus direitos, do currículo e ações de transformação do sujeito. Nesse sentido, a educação como meio de informação e formação, está atrelada na construção de políticas públicas e estas compreendem sua relevância para a sociedade como importante foco no aspecto que incide sobre a qualidade de vida de todos, vivenciadas nos mais diferentes contextos sociais.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Direitos. Currículo. Políticas Públicas.

### Introdução

Este artigo consiste no resultado do estudo sobre a educação como meio transformador da sociedade. Esta abordagem é a reprodução das desigualdades que significa conhecer e compreender como se dá a aquisição e a construção do conhecimento onde a sociedade busca na educação, meios para se desenvolver no âmbito político, cultural, social e moral, através de políticas públicas criadas para as classes sociais desfavorecidas, para que isto aconteça reconhecer a pobreza é fundamental e indispensável para a evolução e caracterização do sujeito como ser transformador social.

670

De acordo com o Arroyo (2015), a partir do momento em que a pobreza é reconhecida como concreta e que está impregnada em todas as partes da sociedade, envolve se movimentos da sociedade capazes de modificar ou erradicar-la. Esses movimentos são constituídos através da educação formal e da educação em direitos humanos, onde o sujeito passa a se ver com autonomia e democracia.

Portanto a formação social é um fenômeno de natureza humana, necessário à inclusão de cidadãos no meio social condizente à sua existência, sua finalidade é promover condições na assimilação de conhecimentos através de políticas públicas criadas e desenvolvidas para fins de atuação na sociedade acerca da aprendizagem sistematizada de elementos e a articulação entre o prazer e o fazer, essenciais à prática educativa.

### Procedimentos Metodológicos

O instrumento de estudo se deu por meio de leituras textuais, leituras de vídeos e observações, para composição da pesquisa bibliográfica e conclusão dos resultados obtidos. Os métodos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e documental dos Módulos: Pobreza,





desigualdades e educação; Pobreza e Cidadania; Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação; Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza; Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação da Pós Graduação Educação Pobreza e Desigualdade Social, foram analisados também materiais diversos, como: publicações e vídeos para a composição da revisão de literatura.

### **Resultados e discussões**

Ao analisar a pobreza como questão social, avançamos no quesito: reconhecimento das falhas existentes no glossário do poder, o desenvolvimento de políticas públicas para extinguir a pobreza é fundamental, porém é necessário estudos, análise e investimentos para que sejam desenvolvidas de forma adequada a cada peculiaridade da mesma, assim, é possível melhorar e mudar o comportamento da população em situação de pobreza e conseqüentemente o indivíduo terá meios próprios para conquistar bens morais e materiais.

Desta forma entende se que as políticas públicas devem ser desenvolvidas direcionadas não só as classes desfavorecidas, mas também as classes sociais mais elevadas, para que estas possam reconhecer a pobreza e que todos contribuem para seu crescimento, e que também podem contribuir para sua erradicação através de mudanças estruturais e moralizantes por meio da educação.

Na educação o PBF vem se tornando a garantia de permanência das crianças em sala de aula, havendo um desenvolvimento significativo da aprendizagem e bem estar dessas crianças, em meio a sociedade, a taxa de mortalidade infantil vem caindo consideravelmente e são geradas condições favoráveis para redução do índice de pobreza e a conquista da autonomia e democracia.

Nesse sentido compreendemos que a educação tem o poder de construir cidadãos críticos para o enfrentamento de uma realidade individualista e coletiva, repleta de desigualdades que transformam uma sociedade e ao longo dos anos houve uma evolução da Educação em Direitos Humanos, a busca por igualdades sociais nos leva a uma dimensão pedagógica voltada à formação do caráter do sujeito dentro das escolas e comunidades.

### **Conclusão**

A educação se dá através de políticas públicas voltadas para a regionalidade do sujeito, ações planejadas de acordo com realidades únicas, com o propósito de contribuir para





erradicar a pobreza e desenvolver mentalidades para formação e transformação de uma sociedade mais justa e igualitária em um ambiente marginalizado, sem condições mínimas de sobrevivência humana e favorecer o currículo em função da realidade local é importante e necessário para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

É a partir da educação por meio do princípio ativo de construção no processo social que as transformações são geradas e estão além da idealização de conceitos do sujeito e visa alcançar a plenitude de forma a contemplar a aprendizagem como decorrência de desenvolvimento através da educação. No entanto a falta de conhecimento e de oportunidade leva as classes sociais desfavorecidas a permanecer na condição de pobreza, muitas vezes extrema, essa falta de conhecimento conduz o sujeito ao comodismo, ao desinteresse profissional e de sua condição social, o mesmo espera que as outras pessoas pensem por todos e desenvolvam o papel que é seu, tornando-o irracional diante do contexto social da pobreza.

### Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 10 de Maio de 2017.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza Desigualdades e Educação**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 24 de Outubro de 2016.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. Bolsa Família, Escolha Ocupacional e Informalidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 327 – 339, 2013.

UNDIME. Video Bolsa Família - **Tutorial Presença**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eEBg4YSbXw0&list=UU1ZOhrZjfG2ymzUcCGyA12g>. Acesso em 04 de Setembro de 2017.

CAMPELLO, Tereza. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 15 – 24, 2013.

COHN, Amélia. Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 455 – 466, 2013.

CONAE 2014: **Conferência Nacional de Educação**: documento – referência / elaborada pelo Fórum Nacional de Educação, Brasília, 2013.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel Aquino. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO,







Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 109 – 124, 2013.

GRIGOLO, Adriana. Estado do Tocantins. SETAS. Trabalho e Assistência Social. Palmas, 2016. Disponível em: <http://setas.to.gov.br/noticia/2016/6/24/ex-beneficiarios-do-bolsa-familia-sao-exemplos-de-superacao/>. Acesso em 15 de Julho de 2017.

LEITE, Lúcia. H. A. Escola: **Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 03 de Maio de 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Desktop/Educa%C3%A7%C3%A3o/Procedimentos%20metodologicos%20da%20pesquisa%20bibliografica%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/Educa%C3%A7%C3%A3o/Procedimentos%20metodologicos%20da%20pesquisa%20bibliografica%20(1).pdf). Acesso em: 24 de outubro de 2017.

MENDONÇA, Erastos Fortes. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. MEC/SECADI, Brasília, 2015. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2017.

OLIVEIRA Luís Felipe Batista; SOARES, Sergei S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 341 – 358, 2013.

673

CAGED - Ministério do Trabalho. Libertar - **Relatos de Guaribanas do Bolsa Família**. Guaribas, Piauí 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTSXuuSeNV0>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

AGÊNCIA PÚBLICA. **As Severinas**. Guaribas, Piauí 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheABw>. Acesso em 04 de Setembro de 2017.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Pobreza e Cidadania**. MEC/SECADI, Brasília, 2014. Disponível em: <https://sistemas3.uft.edu.br/palmas/>. Acesso em 15 de Dezembro de 2016.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 359 – 366, 2013.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira.; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, Tereza (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, p. 139 – 156, 2013.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC / Rio / 005. Rio de Janeiro, 2009. V.005. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 23 de Fevereiro de 2017.





## O ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Valder Almeida Nogueira

Ademir Brandão Costa

Ritianne de Fátima da Silva Oliveira

José Wilson Rodrigues de Melo

**Resumo:** Realizou-se uma pesquisa com 30 alunos do Centro Municipal de Ensino da Educação de Jovens e Adultos - José de Deus Andrade (CMEJA), no município de Canaã dos Carajás -PA, com objetivo de realizar um estudo científico, identificando a presença do álcool na vida dos adolescentes da EJA, através dos questionários verificou-se algumas variáveis tais quais: características sociais e demográficas dos adolescentes e de seus familiares (idade, sexo, ingestão ou não de álcool, participação em grupos de jovens, relacionamento com a família, comportamento na escola como (ir bêbado à intuição de ensino); conhecimentos dos adolescentes sobre a experiência da primeira ingestão de bebida alcoólica: ocasiões em que ocorre a ingestão de bebida alcoólica e também averiguamos quem dos adolescentes consome bebida alcoólica e com que frequência faz uso em seu dia a dia. Tratou-se de um estudo descritivo, baseado em uma abordagem quantitativa. E através dela temos os seguintes resultados: 77% dos adolescentes entrevistados afirmam que já ingeriram bebida alcoólica e seu consumo pela primeira vez, deu-se com maior constância entre os jovens com faixa etária de 13 anos, representando 23,3%, aos 15 anos 16,6% e aos 17 anos 13,3%. E destes, 52% continuam consumindo bebida alcoólica, sendo que 10% deles confirmaram que já foram à escola bêbado. Esses percentuais nos apontam e confirmam o que tem dito a literatura especializada, que o álcool ingressa na vida da juventude bem cedo. Além disso, percebemos que o incentivo ao consumo de bebidas alcoólicas pode ocorrer, entre os familiares e amigos, pois 80% deles afirmam que convivem direta e cotidianamente com pessoas que consome esse tipo de droga.

**Palavras-chave:** Álcool. Adolescente. Família. Escola.

674

### Introdução

Na atual conjuntura social em que vivemos, os adolescentes, por falta de perspectiva, acabam tentando camuflar suas frustrações em drogas (lícitas ou não), que por alguns instantes, dão-lhes a ilusão de alívio, satisfação, prazer e bem-estar.

Nessa presente condição em que o ser humano se encontra, tentando escapar da persistência de uma vida monótona, aparece à figura do jovem adolescente frágil às mudanças interna e externa, que estão acontecendo em si e para si. E, além disso, sendo um “fenômeno social”, como cita (MATHEUS 2004, p. 27). Segundo (SILVA, 2006) o adolescente atravessa um período em sua vida, enquanto ser humano, que permeia a puberdade e a idade adulta e sendo nesse período que, de maneira satisfatória incide o desenvolvimento anatômico e mental, da até então considerada criança. Tais desenvolvimentos trás consigo várias percepções e descobertas, tanto físicas quanto psicológicas. É também no campo psicológico, onde evidenciam o momento das dúvidas afetivas, sexuais, profissionais, dentre outras, um período de conflitos no âmbito familiar e social.

No Brasil, devido à grande vulnerabilidade desse ser, nessa conturbada fase de mudança da vida infantil para a vida adulta, foi criado um estatuto próprio para estabelecer





direitos às crianças e aos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069, instituída em 1990, traz em seu 1º Artigo, a confirmação de que esse dispositivo foi criado para dar proteção total à criança e ao adolescente, além do mais, o Art. 4º, desta mesma lei, determina que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Esse tipo de lei se torna necessária, pois, atualmente a identidade da criança e do adolescente está sendo construída através de uma cultura caracterizada pela existência de uma indústria da informação, de bens culturais, de lazer e de consumo onde a ênfase está no presente, na velocidade, no cotidiano, no aqui e no agora, e na busca do prazer imediato. Dessas características citadas anteriormente, a que mais intriga a sociedade contemporânea é a ‘busca do prazer imediato’, por a mesma está diretamente relacionada, também, com o mundo das drogas (bebidas alcoólicas, tabaco, entorpecentes, etc.), pois o jovem adolescente, aquele com idade compreendida na faixa etária de 12 a 18, assim estabelecido no Artigo 2º do ECA, é facilmente seduzido pelos prazeres imediatos que a vida lhe oferece. Assim, esse indivíduo, possivelmente construirá um mundo, no qual, suas relações com os outros será num tempo e num espaço social específicos. Nesse sentido, a escola juntamente com a família, se instituirá como uma agência socializadora de transmissão de significado e de cultura, ficando também a seu encargo os processos disciplinadores, educativos e de guarda das crianças (LASCH, 1991). Assim, a escola como entidade edificadora do saber, deverá trazer para si a grande responsabilidade de direcionar valores há esses frágeis adolescentes.

675

### **Procedimentos Metodológicos**

Está pesquisa tratou-se de um estudo descritivo, baseada em uma abordagem quantitativa, no qual os dados foram obtidos através da aplicação de questionário estruturado composto por 33 perguntas fechadas, realizada em uma escola pública municipal, situada na cidade de Canaã dos Carajás, PA. Segundo Silva e Menezes (2000, p.21), “*a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento*”.

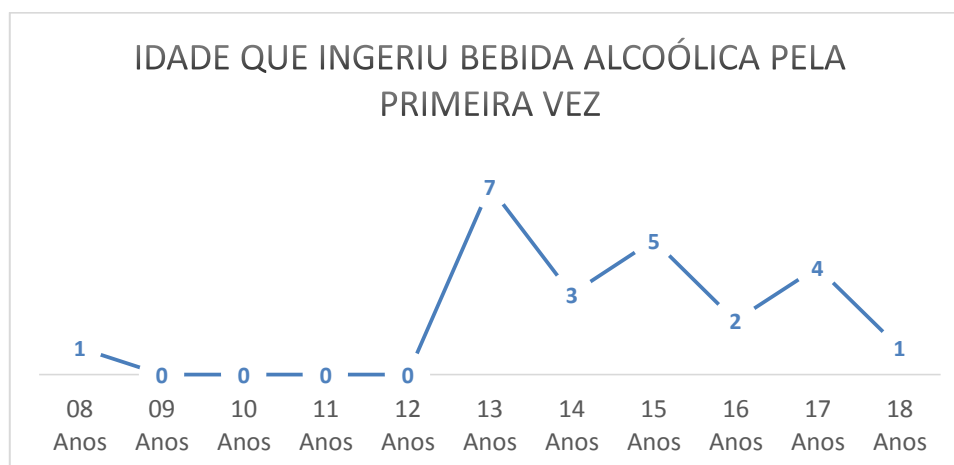




## Discussão e resultados

Não é de hoje a relação adolescente versus drogas. A realidade e a história ratificam que essa dualidade não é muito remota. As pessoas – e especialmente os adolescentes – sempre consumiram substâncias psicoativas desde as origens da história da humanidade, como se fosse um costume, um hábito, presentes no convívio em sociedade. Conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), substâncias psicoativas são consideradas todas aquelas de origem natural ou sintética, incluindo álcool, que uma vez utilizadas, modificam as percepções sensoriais. Além do álcool, o tabaco e os medicamentos em geral, cuja produção, promoção, comercialização, e o consumo são legais, perante os conceitos de contravenções penais e as temáticas de legalidade jurídica.

Através da pesquisa, percebemos que as pessoas aqui entrevistadas, realmente iniciaram bastante cedo o uso e o convívio com bebidas alcoólicas. De acordo com o gráfico abaixo:



676

Imagem 01: Idade que ingeriu bebida alcoólica pela primeira vez

Por meio do gráfico, podemos perceber que as maiores incidências de consumo de álcool, pela primeira vez, deu-se nos jovens com faixa etária de 13 anos, equivalente a (23,3%), 15 anos representando (16,6%) e 17 anos correspondente a (13,3%). Esse jovens adolescentes representam 53,3% do total de entrevistados. Porém, um (01) estudante afirmou que consumiu bebida alcoólica, pela primeira vez, aos 8 anos de idade, ou seja, quando ainda criança. Neste caso, incentivado por familiares: pai, mãe, irmãos mais velhos e etc.

Muitos desses amigos ou familiares desconhecem as problemáticas que a criança pode adquirir precocemente, prejudicando à saúde do mesmo, por causa da ingestão de bebidas





alcoólicas no período em que a idade é inferior a 15 anos. Pois, conforme SILVA 2006, nessa idade alguns órgãos vitais, como o fígado...

... não conseguem fazer o metabolismo do álcool eventualmente ingerido, na totalidade. Assim, capacidades como inteligência, memória, raciocínio e atenção, que se desenvolvem durante a infância poderao ficar seriamente afetadas. Da mesma forma, na fase de crescimento, os orgaos e estruturas do sistema nervoso são particularmente sensíveis aos efeitos das bebidas alcoolicas. (SILVA, 2006, p. 59).

O incentivo ao consumo de bebidas alcoólicas pode ocorrer, pois, os adolescentes convivem direta e diariamente com pessoas que consomem esse tipo de droga, seja em ocasiões especiais como (aniversários, cerimoniais em geral, festas e etc.), aos fins de semana ou no dia-a-dia. Nestes casos, 77% dos familiares dos adolescentes entrevistados consomem bebidas alcoólicas, sendo que, 40% deles consomem aos finais de semana e 23% diariamente. No ranking de influência estão os amigos em segundo lugar, o percentual de amigos que consomem bebidas alcoólicas chega ao índice de 69%, na maioria adolescentes de mesma faixa etária.

Dos 30 alunos entrevistados, 23 estudantes afirmaram que já ingeriram bebida alcoólica e destes, 52% continuam consumindo. Essa porcentagem nos mostra e comprova, o que a literatura especializada vem nos afirmando, que o álcool ingressa na vida da juventude bem cedo, como confirmado anteriormente, e por meio da necessidade de interação entre grupos sociais, do individuo ou de um grupo de indivíduos, por motivos de questões psicológicas, por razão da própria natureza transgressora da fase de rebeldia do jovem adolescente, na vertente da quebra de regras e condutas, também como uma opção de lazer veiculada nos meios de comunicação em massa, dentre outros fatores (SILVA, 2006 e DIAS, 2008).

677

Motivos que me fazem consumir bebidas alcoólicas	Percentual (%)
Sinto necessidade de beber	5
Sinto-me mais adulto	0
Porque os meus amigos também bebem	41,5
Porque gosto do sabor	2,5
Para não ser ridicularizado pelos colegas	0
Para me divertir mais	14
Para impressionar as/os garotas/os	0
Para ficar embriagado	0
Para esquecer meus problemas	2,5
Para confrontar a autoridade dos responsáveis	0
Para confrontar a autoridade dos pais	0
Para adquirir confiança na interação com as pessoas	0





Par confrontar a autoridade dos professores	0
Discordam desses motivos	34,5

Tabela 01: Motivos que levam os adolescentes a consumirem bebidas alcoólicas

Como dito anteriormente, a adolescência é a fase da vida do ser humano de grande vulnerabilidade, tanto psíquica quanto emocionalmente. Daí uma vez em contato com bebidas alcoólicas ou outras drogas, torna-se mais fácil a dependência. Analisando por esse ponto, podemos dizer que as afirmativas referenciadas no quadro acima, são pertinentes, pois nos remete as possíveis principais razões e causas que levam o jovem a se tornarem dependentes. E essas razões ou causas estão diretamente ligadas a curiosidade, a imitação, a sugestionabilidade e também, a brincadeira por parte do grupo.

### Considerações Finais ou Conclusão

A presente pesquisa apontou que uma parcela considerável de adolescentes, 77%, de estudantes da EJA, no Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos – CMEJA, no Município de Canaã dos Carajás/PA, ingeriram bebida alcoólica e seu consumo pela primeira vez, deu-se com maior constância entre os jovens com faixa etária de 13 anos, representando 23,3%, aos 15 anos 16,6% e aos 17 anos 13,3%. Resultado alarmante que mostra o consumo de maneira acentuada e precoce. Tal consideração fica evidente no aspecto que marca esta problemática em relação à frequência da faixa etária de consumo.

Os resultados demonstraram que o índice de consumo do álcool entre os adolescentes se apresentou alto, visto que 52% continuam consumindo bebida alcoólica, sendo que 10% deles confirmaram já terem ido à escola bêbado. Notamos também, que a iniciativa se deu pela primeira vez, sobretudo com os familiares e a companhia de amigos. Outro fator importante elencado pelos jovens é que bebem devido os familiares e amigos beberem normalmente.

Considerando que o consumo de álcool é um problema mundial de saúde pública e que cada vez mais jovens vêm consumindo bebidas alcoólicas, independente de classe social e raça, é que se verificou a necessidade de identificar a presença do álcool na vida dos adolescentes da EJA, vale ressaltar que a presente pesquisa está em processo de conclusão e com isso apresentamos parcialmente esses resultados.

### Referências

BRASIL. Lei 8.069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acessado no dia 15/10/2017





DIAS, A. C. G. da C. **Prevenção do consumo de álcool em jovens escolarizados de Cabeceiras de Basto: Um estudo efectuado com professores e com manuais escolares de Ciências Naturais;** 2008. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9530>.

LASCH, C. Refúgio num mundo sem coração. *A família: santuário ou instituição sitiada?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1991, p.139).

MATHEUS, T. C. Adolescência: conceito adolescente?. **Pulsional rev. psicanál**, v. 17, n. 179, p. 26-32, 2004. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=477082&indexSearch=ID>

SILVA, K. B. da F. **O consumo de álcool entre adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal – RN, 2004-2005;** 2006. Disponível em: <http://www.bdae.org.br:8080/handle/123456789/1882>

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. (2000) **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, 118p

GONDIM, A. P. S.; SOUSA, C. R. S. de; LEITE, F. T. S. **Prevalência da primeira experiência com a ingestão de bebida alcoólica em duas escolas, pública e privada,** Fortaleza-CE. **Cad. saúde colet.,(Rio J.)**, v. 16, n. 4, 2008. Disponível em: [http://www.cadernos.iesc.ufrrj.br/cadernos/images/csc/2008\\_4/artigos/Art2\\_2008-4\\_AnaPaula.pdf](http://www.cadernos.iesc.ufrrj.br/cadernos/images/csc/2008_4/artigos/Art2_2008-4_AnaPaula.pdf)

## DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

679

Vanda Elizete Vieira da Costa

Vonio Lira Mendes

**Resumo:** Pretende-se neste trabalho apontar e apresentar as características gerais dos tipos de discriminação racial a fim de averiguar as consequências refletidas no processo de ensino e aprendizagem para melhor lidar com situações advindas do racismo na escola. O método aplicado é de pesquisa bibliográfica. Justifica-se pela importância do tema por ser debatido a muito tempo e ainda hoje não se venceu o preconceito. Percebeu-se que a escola quando não está preparada acaba por fomentar essas ações.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Escolar. Racismo. Preconceito.

### Introdução

O estudo desta temática tem como objetivo apresentar as características gerais dos tipos de discriminação racial no Brasil. Características essas que é discutida desde a era colonial, imposta pelos europeus. A discriminação racial é uma das grandes questões que se ouve falar com bastante frequência na sociedade brasileira.

Trata-se de uma dimensão de extrema importância, pois o agrupamento de pessoas formadas pela escola acolhe todo tipo de raças, crenças e etnias. Com um único objetivo que é a escolarização, possibilitando o compartilhamento de culturas.





No país em que vivemos é possível perceber que os tempos da colonização pelos europeus ainda nos persegue. A discriminação está presente em vários lugares, e em grande maioria na rua, no trabalho e, principalmente, em escolas. O racismo é praticado contra diversos, por exemplo: negros, asiáticos, índios, mulatos ou por classes econômicas.

É nas escolas que acontece a grande maioria das discriminações raciais excludente. Promovendo uma discussão pela sociedade brasileira a práticas racista e discriminatória que acontece dentro da sala de aula.

Justifica-se a realização deste trabalho pelo interesse do pesquisador em estudar assuntos relacionados à discriminação racial a fim de enfrentar essa luta e combater essa injustiça para se chegar mais perto da equidade. Como diz Sant'Ana (2005, p.40)

“Todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido e eliminado. E a sua postura crítica diante dessa luta e denúncia é de fundamental importância”.

Assim busca-se apontar as consequências refletidas no processo de ensino e aprendizagem para melhor lidar com situações advindas do racismo na escola.

### **Procedimentos Metodológicos**

680

O projeto apresentado foi desenvolvido através de método de pesquisa bibliográfica e pesquisa ação, observando a prática docente de forma clara e constante no trabalho de combater qualquer prática que venha evidenciar característica de desigualdades socioculturais no contexto escolar. Assim a pesquisa bibliográfica: é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, com foco na temática da discriminação racial, então para melhor compreensão trabalha-se também com a pesquisa-ação, pois a mesma revela a pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.14).

Portanto o trabalho posto de combate as práticas que geram descriminação racial, acontece no decorrer do ano de forma interdisciplinar, no desenvolvimentos de ações sistemáticas cotidianas que contribui para o fortalecimento dos saberes dos agentes envolvidos.

### **Racismo e Preconceito no Ambiente Escolar**







Segundo estudos realizados as atitudes racistas e preconceituosas são históricas no Brasil e no mundo e estão evidentes até hoje nas diferentes sociedades. Para melhor contextualizar o assunto buscou-se o conceito de Racismo e de Preconceito. Pimentel, Silva e Santos (2013) conceituam preconceito como “o conceito formado antes de se ter os conhecimentos necessários; é a opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação”. Pacifico (apud Munanga, 2006) aponta o racismo como “uma ação que é resultado da aversão, algumas vezes ódio, para com as pessoas que tem uma pertença racial que é possível observar, por meio de traços como cor da pele, tipo de cabelo, forma dos olhos, entre outras [...]”. Pimentel, Silva e Santos (2013) também subdivide o racismo em dois tipos mas que atuam de formas entrelaçadas que é o individual: e quando são praticados diretamente de sujeito para sujeito; e o institucional: aqui existe muitas outras formas de revelação como bem os autores exemplificam, nos filmes, no mercado de trabalho e nas escolas, esta última é a que nos debruçamos no presente projeto . Os autores ainda dissertam que

O preconceito racial sustenta a ideia da superioridade de uma raça em relação à outra, é algo formado a partir de crenças e juízos de valor que o homem sustenta sobre as diferenças raciais. É uma atitude sem reflexão, uma prática fundamentada na superioridade racial e consequentemente ignora e tem como inferior tudo que está relacionada à outra etnia. A diferença de cor neste caso torna-se uma justificativa para que pessoas preconceituosas a utilizem para julgá-los (Pimentel, Silva e Santos, 2013).

681

Podemos crer que esses valores negativos quando são praticados no ambiente escolar deixa marcas profundas nas relações educacionais prejudicando o processo de ensino-aprendizagem, motivo do próximo tópico. Com essa prática alunos perdem, professores perdem, a sociedade perde.

### **Reflexos no processo de ensino e aprendizagem**

Como discutido no tópico anterior o preconceito racial afeta negativamente os processos de educação provocando a quem é alvo um baixo rendimento escolar, isolamento, medo, ódio e outros, atingindo o desenvolvimento de aprendizado do indivíduo e também a quem presencia, assim aponta Pimentel, Silva e Santos, (2013)

O racismo não só prejudica quem sofre, mas a todos os alunos presentes nas salas de aula de todo o país. A sua prática pode gerar conflitos, desunião, principalmente quando a professora não toma atitudes frente a estes fatos. A negação ou apatia das educadoras em procurar soluções, as situações preconceituosas entre as crianças, reforçam os estereótipos e preconceitos (Pimentel, Silva e Santos, APUD ORTIZ, 2005).





Ou seja, a falta de amor pelo diferente leva à falta de respeito. Paulo Freire diz que não existe educação sem amor, então para combater o racismo e o preconceito é importante refletir sobre o afeto pelo outro Paulo Freire ainda diz que: “o amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto”.

Quando os professores não se dão conta que a escola é o lugar primordial para levantar discussão a respeito das diferentes culturas, acabam ignorando as dificuldades dos alunos advindas do choque cultural entre a sua origem e onde estão se inserindo como podemos ver nos estudos de Rocha e Braga (2016):

O preconceito racial afeta o desempenho escolar do aluno, já que esse é um problema que envolve uma questão social que influencia a aprendizagem e a vida do indivíduo. [...]quando a criança comenta sobre uma situação de racismo sofrido por ela e os pais dão pouca importância ou nem acreditam, isso acaba gerando um mal-estar na criança. E também o contrário é prejudicial, que é quando não se corrige as práticas racistas. Contudo, vemos que a escola, quando trata da caracterização do país e do reconhecimento de sua formação cultural apresenta uma série de equívocos disseminando ainda mais o preconceito (ROCHA e BRAGA, 2016).

Assim, quando a escola fecha os olhos para o assunto toda a comunidade sofre os vestígios da discriminação e do preconceito.

682

### **Resultados e Discussão**

Percebe-se, através dos referências, como o racismo e o preconceito afeta diretamente o desenvolvimento escolar e social da criança que sofre sobre si essas ações. Quando a escola é omissa, essa situação se agrava pois, percebe-se que, os pais muitas vezes não consegue lidar com a temática, impondo aos seus filhos para enfrenta-las. Às vezes a ignorância sobre o assunto é fruto da falta de conhecimento e de preparo profissional por partes dos educadores. A pesquisa mostra que depois de alguns apontamentos de estudos os professores se mostram interessados na causa.

### **Considerações Finais ou Conclusão**

Dessa forma, o trabalho evidenciado vem sendo desenvolvido na Escola Estadual José Damasceno Vasconcelos, nas turmas do Ensino Fundamental II, o mesmo está em andamento sendo coordenado pelo orientador Educacional, em parceria com os docentes, busca-se a conscientização da comunidade escolar, através do conhecimento para construir um mundo melhor para todos.





## Referências

- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa – ação. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- PIMENTEL, J. J. C.; SILVA, J. L.; SANTOS, N. A. M. Racismo na Escola: Um Desafio Ser Superado. **Espaço Acadêmico**. Disponível em: <[http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Racismo\\_Escola\\_um\\_desafio\\_ser\\_superado\\_ped.pdf](http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Racismo_Escola_um_desafio_ser_superado_ped.pdf)>. Acesso em outubro de 2017.
- PACIFICO, T. M. Racismo e Aprendizagem Escolar. **Dia a Dia Educação**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/517-2.pdf>>. Acesso em outubro de 2017.
- ROCHA, F. R. L; BRAGA, N. L. Os Reflexos do Preconceito na Escola e sua Influência na Aprendizagem do Aluno. **Relpe**. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/issue/view/188>>. Acesso em outubro de 2017.

## EXECUÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS: CAMINHOS A PERCORRER

Vanessa Pereira Costa

Maristela dos Santos Mousinho

683

**Resumo:** O propósito deste trabalho é trazer uma reflexão a respeito da execução da segunda parte da meta 1 do Plano Municipal de Educação – PME, a qual trata da Educação Infantil de 0 a 3 anos, no município de Araguatins, a qual foi avaliada, monitorada e submetida a consulta pública por meio de audiência pública. Aborda-se de forma sucinta: o texto da meta 1 do PME, a definição da Educação Infantil e seu aspecto legal conforme a LDB, o ideal de infraestrutura para atendimento desse público e a situação das creches recebidas pelo FNDE. Ao longo do ano de 2017 a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação passou por formações por meio de técnica da SASE e ao trabalhar com os dados do município foi feito cálculo para averiguar a execução da meta, a qual foi comparada à projeção constante no plano. Para o monitoramento, utilizou-se o quantitativo populacional de crianças nessa faixa etária, o número de crianças atendidas no município de acordo com o censo escolar. A avaliação e o monitoramento mostraram uma triste realidade, ou seja, além do não cumprimento do atendimento de pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches, o número de atendimento diminuiu em relação ao ano anterior.

**Palavras-chave:** Plano Municipal de Educação. Avaliação. Monitoramento.

### Introdução

A educação é um direito constitucionalmente garantido, responsabilidade conjunta da família e do Estado, a ser ofertada em instituições escolares públicas e de forma gratuita.

O município em análise conta com lei aprovada dispondo sobre o Plano Municipal de Educação com um conjunto de 20 metas, das quais a meta 1 trata da Educação Infantil. A análise deste trabalho se dá sobre a execução da segunda parte da referida meta.

A Educação Infantil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9.394/96 é a etapa inicial da educação básica e tem como objetivo o





desenvolvimento integral da criança, devendo ser ofertada pelo ente federado município, podendo ser ainda ofertada por instituições particulares, porém sob a supervisão do Conselho Municipal de Educação.

Neste trabalho foram analisados: a garantia legal da Educação; o censo demográfico; censo escolar; os relatórios do PNE e, sobretudo, a meta 1 do PME.

### **A Educação como garantia legal**

A Constituição Federal - CF de 1988 no artigo 6º traz no rol dos direitos sociais a educação estreado a lista. A "Constituição Cidadã", como assim ficou conhecida, foi mais ousada que as suas antecessoras ao elevar a educação ao patamar de direito fundamental, objetivo fundamental e direito social da República Federativa do Brasil, seguindo, desse modo, a moderna tendência das atuais Nações Democráticas cujas políticas encontraram-se centradas no bem-estar e na dignidade da pessoa humana.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O artigo 11, inciso V da mesma traz a responsabilidade somente do ente federado município pela oferta da Educação Infantil.

684

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, conforme pode ser verificado abaixo.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O PME de Araguatins foi aprovado sob o número de Lei nº 1.190, de 23 de junho de 2015. É composto de 20 metas, das quais uma retrata a Educação Infantil. Segue abaixo o texto da meta na íntegra:





Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a **atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**

No entanto, objeto de estudo do presente trabalho é apenas a segunda parte, ou seja, ao que diz respeito ao atendimento das crianças de até 3 anos de idade, o qual deve acontecer especificamente nas creches, estando assim em consonância com o texto legal da Lei 9.394/96 em seu artigo 30, inciso I: “Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade”.

### **Situação de creches no município de Araguatins**

O município em análise foi contemplado no ano de 2012 com 4 (quatro) obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, projetos-padrão do FNDE “Tipo B”, dentre as quais somente 1 (uma) foi concluída, as demais estão paralisadas e custaram aos cofres públicos R\$ 4.225.704,37 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil e setecentos e quatro reais e trinta e sete centavos).

A creche em funcionamento está localizada à Rua G. Foi criada em pela Lei Municipal nº 1.090, de 24 de agosto de 2012. Atende atualmente 197 (cento e noventa e sete) crianças em tempo integral de acordo com relatório informado pela instituição. A infraestrutura está em conformidade com padrão estabelecido pelo visto que a mesma foi financiada pelo órgão. No entanto, a referida instituição está atendendo muito além de sua capacidade, pois conforme visto no item anterior, a capacidade de atendimento do Projeto Padrão “Tipo B” é de até 224 crianças em dois turnos (matutino e vespertino), e 112 crianças em período integral.

685

### **Organização e a metodologia do monitoramento.**

A equipe reuniu para estudo do Plano Municipal de Educação - PME, análise do Plano Plurianual – PPA, busca pelos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e-SUS Atenção Básica, Censo Escolar, dentre outros.

Após estudos e discussões, ocorreu o preenchimento das fichas de monitoramento do Plano, sendo que na ficha A foram somente dados gerais da sistematização da equipe organizadora, número da lei e prazo para avaliação e monitoramento.





Em seguida, foi preenchido a parte B, que trouxe as metas e estratégias seguidas dos respectivos prazos, finalizando com as dotações orçamentárias para a Educação que estavam relacionadas com as metas do PME.

Nesse interim, foi elaborada uma nota técnica sugerindo a redução do prazo de avaliação do Plano Municipal de Educação.

A parte C da ficha consta as projeções das metas do PME e suas respectivas execuções em atendimento aos prazos.

Concomitantemente ao preenchimento da ficha C, foi elaborado relatório das metas, com demonstrativo gráfico, o qual foi apresentado em audiência pública.

### **Execução da meta 1 do PME em Araguatins**

A meta 1 do PME traz dois indicadores, porém o presente trabalho analisa apenas o “Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/ creche (Taxa de atendimento escolar)”.

De acordo com dados do IBGE a população de 0 a 3 anos em 2010 era 2.471 crianças.

A matrícula registrada no censo do ano de 2014 era de 224 crianças, representando 9,06% de atendimento.

A matrícula nessa faixa etária registrada no censo do ano de 2015 era 270 crianças, representando 10,92% de atendimento.

A matrícula nessa faixa etária registrada no censo do ano de 2016 era 241, representando 9,75% de atendimento.

A projeção de atendimento ao público de crianças de 0 a 3 anos deverá chegar ao final da vigência deste PME com 50% de atendimento. O atendimento observado no município no ano de 2015 foi superior a 2014, no entanto, houve uma queda no ano de 2016. A queda se justifica porque no ano de 2015 a creche atendia crianças na faixa etária de 4 e 5 anos em tempo parcial, deixando de atender em 2016.

O município não alcançou a projeção da meta no referido indicador, devido as condições estruturais, contudo, a SEMED informa que já discutiu algumas estratégias para alcançar a meta ao final da vigência deste PME.

O indicador 1B, que trata do público de 0 a 3 anos, a demanda do município se encontra tanto na zona rural quanto na zona urbana, sendo que nesta última há 1 creche em funcionamento e 3 creches paralisadas.





Já na zona rural não há nenhuma ação voltada para esse público, no entanto, há pretensão de adaptar salas com o objetivo de atender a demanda.

### Considerações Finais

Houve coerência do órgão financiador (FNDE) ao contemplar o município com as 4 obras de creches, pois seguiu a demanda conforme o sistema de nascidos vivos - SINASC. No entanto, deixou a desejar no acompanhamento dos gastos públicos assim como o legislativo, Ministério Público e, a sociedade civil: fiscais da lei.

É lamentável saber que há mais de quatro milhões investidos em construções inacabadas e sem a devida responsabilização dos responsáveis.

E ainda, o fato de a lei do PME definir um quantitativo percentual mínimo de 50% das crianças para serem atendidas não se configura como reforço da exclusão/restrição ao direito positivo à educação garantido na magna carta? Afinal o direito é de todos.

Se o município continuar atendendo conforme o descrito no monitoramento, certamente não atenderá a projeção de 50% de atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade conforme preconiza a meta 1 do PME.

Enfim, necessário é que o município trace novos caminhos a percorrer para oferecer com qualidade a etapa que foi confiada somente ao município constitucionalmente.

687

### Referências

ARAGUATINS. **Lei nº 1.190. Plano Municipal de Educação.** Prefeitura Municipal de Araguatins, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 48 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Lei nº13.005. **Plano Nacional de Educação - PNE.** de 25 junho de 2014. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acessado em 13/04/2016.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília: DF, 1996.

BRASIL. Resolução Nº 6, de 24 de abril de 2007. Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA.** Disponível em [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000006&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2007&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000006&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC). Acessado em 10/11/2017.

Sites pesquisados:

Ide.mec.gov.br; cidades.ibge.gov.br; inep.gov.br  
ideb.inep.gov.br; E-sus Atenção Básica;





## POLÍTICA EDUCACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA: IMPASSES E PERSPECTIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Walisson Mariano Carvalho Silva

Juciley Silva Evangelista Freire

**Resumo:** A cidade de Augustinópolis possui uma concentração de renda altíssima, com quase a metade da população desse município recebendo até 1/2 salário mínimo mensal. Situação que amplia as desigualdades sociais que se refletem na educação, apresentando 22,3% da população de 15 anos ou mais não sabem ler e escrever (CENSO, 2015). Essa condição social determinou o foco desta pesquisa que são as políticas educacionais direcionadas a alfabetização dos jovens e adultos e suscitou a elaboração do seguinte problema: quais os impasses das políticas educacionais direcionadas a alfabetização na EJA em Augustinópolis? A pesquisa tem como objetivo compreender os impasses das políticas educacionais direcionadas a alfabetização da EJA em Augustinópolis. Para tanto, será necessário, conhecer a realidade da alfabetização da EJA em Augustinópolis, identificar as ações, programas e projetos voltados para a alfabetização da EJA em Augustinópolis, verificar como o Plano Municipal de Educação (PME) de Augustinópolis assiste à alfabetização da EJA. A pesquisa foi realizada no município de Augustinópolis, que faz parte da Microrregião do Bico do Papagaio, marcada por grandes desigualdades sociais. Utilizou-se a pesquisa de campo, na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas que atendem a alfabetização da EJA. Com instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada. A abordagem qualitativa foi usada para analisar os dados da entrevista.

**Palavras-chave:** EJA. Alfabetização. Política Educacional.

### Introdução

O município de Augustinópolis se localiza no extremo norte do Tocantins, na microrregião do Bico do Papagaio obtém o PIB *PER CAPITA* de R\$ 9.860,91, porém, o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo é de 44,9% (BRASIL, 2015). A concentração de renda minimiza as atuações cidadãs do povo pobre e extremamente pobre.

O reflexo da desigualdade social, promovida pela concentração de renda, na educação escolar resulta em 2.458 pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, formando uma taxa de analfabetismo da população de Augustinópolis de 15 anos ou mais de 22,3%, porcentagem maior do que a do estado do Tocantins que é 13% (BRASIL, 2010).

Esse problema social determinou o foco da pesquisa que são as políticas educacionais direcionadas a alfabetização dos jovens, adultos e suscitou a elaboração do seguinte problema: quais os impasses das políticas educacionais direcionadas a alfabetização na EJA em Augustinópolis?

A pesquisa tem como objetivo compreender os impasses das políticas educacionais direcionadas a alfabetização da EJA em Augustinópolis. Para tanto, será necessário, conhecer a realidade da alfabetização da EJA em Augustinópolis, identificar as ações, programas e projetos voltados para a alfabetização da EJA em Augustinópolis e verificar como o Plano Municipal de Educação (PME) de Augustinópolis assiste à alfabetização da EJA.







A pesquisa pretende colaborar com as discussões sobre as políticas educacionais da EJA que tem como público as pessoas pobres e/ou extremamente pobres que ainda estão sendo excluídas de alguma forma da educação escolar.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi realizada no município de Augustinópolis por fazer parte da Microrregião do Bico do Papagaio marcadas por grandes desigualdades sociais. Utilizou-se a pesquisa de campo, na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas que atendem a alfabetização da EJA. Com instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada e como sujeitos da pesquisa: o responsável pelo setor da EJA na secretaria municipal, um professor que atua na turma de 1º segmento de EJA no município e uma das voluntárias do Programa Brasil Alfabetizado. A abordagem qualitativa foi usada para analisar os dados da entrevista.

### **Resultados e Discussão**

As Consequências das lutas sociais a favor da educação para todos inseriram na Constituição de 1988 e posteriores regulamentações a garantia legal da Educação direcionadas aos que não tiveram acesso ou não concluíram em idade própria.

689

É importante insistir neste ponto: a incorporação dos direitos à Constituição é apenas um momento inicial na luta pela extensão dos direitos educacionais. A efetivação desses direitos continua sendo uma questão eminentemente política ou, em outras palavras, um dos desdobramentos da luta política mais ampla pela expansão e consolidação dos direitos da cidadania como diz (BEISIEGEL, 1996, p. 9).

As políticas educacionais para a Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) a partir da década de 90 tem como base legal a Constituição de 1988, que em seu artigo 208, inciso I, diz: “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria [...]”

Por meio da descentralização acometidos por diminuição do financiamento da educação em 1996, aos municípios e aos estados foram induzidas as responsabilidades da educação Jovens e Adultos.

[...] o governo federal ampliar sua responsabilidade por programas nacionais de alfabetização, os governos municipais atuarem nos quatro primeiros anos do ensino fundamental, e os governos estaduais assumirem os quatro últimos anos do fundamental, além do ensino médio (HADDAD, 2007, p. 198).





Os jovens e adultos que não tiveram acesso na idade própria estão aptos a frequentar a modalidade EJA em seus diversos segmentos. O 1º segmento, foco da pesquisa, atende o 1º e 2º ciclo que correspondem aos primeiros anos do ensino fundamental, no qual se encontram os alunos em processo de alfabetização que são contemplados no artigo acima citado. O 2º Segmento (Ciclo 3 e 4) corresponde aos anos finais do ensino fundamental e o 3º segmento corresponde ao ensino médio, esses são de responsabilidade do Estado.

Consta no PME(2015-2025) a meta 8 que está direcionada a alfabetização da população de 15 anos ou mais, erradicar os analfabetos absolutos e reduzir em 50% a taxa dos funcionais

O município dispõe da oferta do 1º segmento da EJA, porém, há dificuldades de formação das turmas, tendo 22,3% da população de 15 anos ou mais sem saber ler e escrever. Os servidores da escola fazem visitas nas casas para identificar o público alvo e estimulá-los a aprender. Nessa luta anual o governo municipal disponibiliza um carro de som para ajudar na divulgação da abertura de matrículas. Atualmente, só funciona uma turma do 1º segmento da EJA, com 16 alunos no 2º ciclo porque foi aproveitada a turma do 1º ciclo do ano passado.

O Plano Municipal de Educação de Augustinópolis (PME) na estratégia 8.2, da meta 8, tem-se: “realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos”. A efetivação dessa estratégia possibilita identificar os alunos que necessitam estar na escola e desenvolver políticas públicas municipais que colaboram com o acesso e permanência desses alunos.

A estratégia 8.3 do PME (2015-2025) trata de “implementar, em regime de colaboração com a União e o Estado, ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica”.

O município tem ativas três salas de aula do programa Brasil Alfabetizado, duas na zona urbana e uma na zona rural, coordenado pelo estado. Os voluntários do programa Brasil Alfabetizado, possuem o curso magistério e participam de formações coordenadas pela secretaria estadual de educação, enquanto o professor da EJA, pedagogo, é desprovido de formação voltada para a sua área de atuação.

Um financiamento mais adequado é pré-condição para superar a situação vigente na atualidade, pela qual, sob o biombo artificial do “voluntariado”, pessoas sem a necessária formação pedagógica são convocadas a atuar como alfabetizadoras com remuneração inferior ao piso salarial nacional da categoria (DI PIERRO, p. 954).





Mão de obra barata, porém desqualificada para trabalhar em uma educação complexa com o público complexo. O financiamento desse programa poderia ser transferido para o 1º ciclo da EJA que alfabetiza.

Cada aluno do programa Brasil Alfabetizado ganhou material completo (caderno, caneta, pincel, lápis de cor, borracha e apontador) e o livro didático. O programa faz com que o professor da EJA fique confiante em formar as turmas do 1º ciclo para o ano de 2018.

O ano letivo está terminando e os alunos da EJA ainda não receberam os livros didáticos e nenhum tipo de material escolar e até o momento da pesquisa ainda nenhum incentivo para tentar garantir a permanência. Tão pouco há a verificação da aprendizagem como diz a estratégia 8.5 do PME (2015- 2025) “aplicar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade”.

O professor com quase dez anos de experiência na EJA, foi muito elogiado pelo setor da SEMED responsável pela EJA porque motiva os alunos com aulas dinamizadas, conseguindo por ele mesmo, diminuir a evasão. Só desistiram até o momento três alunos porque conseguiram emprego no horário da aula que é no período noturno.

A estratégia 8.9 do PME (2015-2025) diz que:

implantar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

A EJA funciona em uma escola climatizada e apesar de conter um laboratório de informática, falta o instrutor noturno. O professor utiliza de sua experiência de quase 10 anos na EJA para mediar o processo de ensino e aprendizagem, pois não é disponibilizado a formação continuada, apesar de estar na estratégia 8.11 do PME (2015-2025).

### **Considerações Finais**

O Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Augustinópolis traz a meta 8 e suas estratégias que quando colocarem em ação colaborará com a melhoria do acesso e permanência dos jovens e adultos na escola e do processo de ensino e aprendizagem com a formação adequada aos professores da EJA.





Todavia, as ações do PME (2015-2025) ainda estão tímidas pelos resultados das entrevistas. Os servidores da escola estavam sem representantes na secretaria de educação, que agora foi removido um servidor para esta função. Com o olhar da SEMED mais de perto acompanhando o processo, supõe que o PME (2015-2025) tem possibilidades de sair de fato do papel, entretanto é necessário financiamento.

Os impasses das políticas educacionais direcionadas a alfabetização na EJA no município pesquisado estão imbuídos por questões políticas, sociais, culturais e econômicas que entrelaçadas dificulta a execução do PME (2015-2025).

A educação obrigatória é direito subjetivo, porém os que precisam dela são desfavorecidos socialmente e sem forças para pressionar o governo. Este, não possui verbas diretas suficientes e necessitaria de retirar do tesouro municipal para executar as estratégias do PME (2015-2025). São alguns impasses determinantes para a execução das políticas educacionais para alfabetização na EJA.

### Referências

AUGUSTINÓPOLIS. Secretaria de Educação. **Plano Municipal de Educação 10 anos**. educação pública de qualidade: direito e responsabilidade de todos. 2015.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 4, p. 26-34, jan./abr. 1997.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **IBGE**. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/augustinopolis/pesquisa/23/25124?detalhes=true>. Acesso em: 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **IBGE**. PNAD, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/augustinopolis/panorama>. Acesso em: 20 set. 2017

DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.** Campinas, p.939-959, jun-set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 out. 2017.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, p.197-211, maio/ago. 2007.





## DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ANÁLISE DO CONTEXTO DOS ALUNOS DO CAMPO DA ESCOLA ESTADUAL SILVA DOURADO EM ARRAIAS-TO

Walkiria Oliveira Bueno Batista Sena

**Resumo:** O presente artigo almejou conhecer e refletir sobre as reais condições a que os alunos do campo, estudantes na Escola Estadual Silva Dourado, em Arraias-TO são submetidos. Para tanto, verificou-se a importância da educação no sentido de despertar consciência acerca dos direitos sociais. Como fundamentação teórica de embasamento da pesquisa reportou-se a alguns autores, dentre os quais Brandão (2007); Caldart (2004 e 2009); Kolling (2002); Freire (1996). A abordagem metodológica foi realizada com o estudo do material bibliográfico e para a coleta dos dados aplicou-se questionário aberto, instrumento cujas respostas permitiram conhecer o cenário desses alunos, de seus pais ou responsáveis, bem como o ponto de vista dos professores. Dessa forma, percebeu-se que as leis são importantes instrumentos de organização social porque fundamentam o processo de equidade e de transformação, mas precisam ser aplicadas. O estudo demonstrou a necessidade de compreender o universo dos alunos e pais e instigou a realização de ações que contemplem esse contexto, perpassem a preocupação com os conteúdos mas também vislumbrem o ser humano como sujeito merecedor de respeito, justiça, fraternidade e acesso a uma educação pública de qualidade, haja vista que se constataram profundas desigualdades. Para tanto, verificou-se a importância da educação escolar, no sentido de despertar consciência acerca dos direitos sociais.

**Palavras-chave:** Alunos do Campo. Educação. Direitos Sociais. Desigualdades.

### Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso da Pós-graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, tem como por título de pesquisa “*As dificuldades de aprendizagem: análise do contexto dos alunos do campo da Escola Estadual Silva Dourado em Arraias – TO*”. Tem-se por hipótese de pesquisa as dificuldades de aprendizagens dos estudantes do campo que são decorrentes da falta de acompanhamento aos estudos por parte da família.

O fato determinante para a escolha do tema da pesquisa foi motivado pelas reflexões no decorrer do curso, por meio das leituras e debates bem como pelas conversas especialmente no horário do intervalo com os alunos, e ao ouvir as suas histórias de vida percebe-se as dificuldades enfrentadas por eles, o que corroborou com o desejo de descortinar essa realidade.

A pesquisa versa sobre a educação como um importante espaço de processos de mediações de saberes e de conhecimentos. Ressaltando a relevância do acesso e permanência dos estudantes na escola, pois estes são sujeitos históricos, de relações sociais que aprendem na experiência diária a importância da educação na vida deles. Busca-se a necessidade de uma educação libertadora, emancipatória, política, histórica e crítica. Como nos esclarece Paulo Freire (1995, p. 125) “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser





opressor”, ou seja, uma educação comprometida com a mudança faz-se necessário que seja politicamente pensada aos sujeitos que a ela destina.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender o direito à educação e sua relação com as dificuldades de aprendizagem dos alunos residentes no campo da Escola Estadual Silva Dourado.

Como objetivos específicos foram definidos os seguintes: identificar na legislação federal, estadual e municipal a questão do direito à educação; investigar a existência de aspectos existentes no processo de ensino que dificultam a aprendizagem; conhecer a relação entre alunos do campo, família e escola pesquisada quanto a questão do ensino e aprendizagem.

É imprescindível destacar que apesar do acesso à educação ser um direito garantido na Constituição Federal de 1988, os alunos que moram no campo para estudar enfrentam longas e cansativas distâncias, estradas ruins, por isso a escola deve ter um novo olhar sobre estes e deve compreender os seus contextos respeitando as suas culturas, seus saberes, seus sonhos e angústias, além de perceber que as condições de cansaço, desânimo, desconcentração nas aulas, entre outros, são fatores agravantes que contribui para as dificuldades de aprendizagem constatadas na pesquisa.

694

Neste contexto, o presente artigo aborda os caminhos trilhados pelos alunos que são marcados por profundas desigualdades sociais, no qual verifica-se o dualismo das políticas educacionais que delinea a escola de ricos e pobres.

Sob esta perspectiva, buscou-se compreender a realidade existente no processo educacional dos alunos, as percepções dos pais ou responsáveis e dos professores nesta árdua tarefa de ensinar e educar.

Assim a pesquisa apresenta as seguintes seções: A introdução, na qual consta uma reflexão sobre as reais condições em que os alunos que moram no campo são submetidos para estudar na cidade; Em seguida a seção dois, discute a educação do Campo e o Direito à educação no Brasil; O Direito à Educação, à participação na gestão escolar; A seção três que é composta pelo cenário da pesquisa, apresenta a educação do campo em Arraias-TO e, por fim, a conclusão.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa a qual este trabalho se insere compreendeu em refletir e conhecer as dificuldades de aprendizagem dos alunos que moram no campo e estudam na escola Estadual





Silva Dourado, em Arraias-TO, que cursam os 6º e 9º anos, com faixa etária que varia de 11 (onze) a 17 (dezessete) anos.

O estudo foi pautado na pesquisa bibliográfica e qualitativa que tratou o direito à educação para todos com ênfase nos alunos que moram no campo; E, investigou as condições em que estes são submetidos cotidianamente para estudar, bem como seus desafios e dificuldades.

O estudo consistiu em consultar documentos disponibilizados na Escola, na Secretaria Municipal de Educação entre outros, bem como conversas informais com alunos, pais e comunidade escolar para conhecer as suas vivências e as questões legais que regem o universo educacional do campo.

Para levantamento de dados da pesquisa foram utilizados as seguintes técnicas e instrumentos: pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário aberto para os alunos moradores do campo, bem como com os pais ou responsáveis destes e professores.

Como fundamentação teórica de embasamento da pesquisa reportou-se a alguns autores, dentre os quais Brandão (2007); Caldart (2004 e 2009); Kolling (2002); Freire (1996).

695

### **Resultados e Discussão**

A partir de dados coletados constatou-se que os alunos que moram no campo enfrentam diversas situações que comprometem o aprendizado como: cansaço, longas distâncias, sono, falta de conforto do ônibus entre outros fatores que levam o aluno a não ter bom desempenho.

Os pais foram unânimes em externarem suas preocupações com a viagem, pois os filhos ao saírem de casa e viajarem de ônibus ficam sugestivos a sofrerem acidentes, além de medo de más companhias, vícios, entre outros.

Os professores relataram que verifica-se que a maioria dos alunos são prejudicados pelo contexto de vida que possuem, viagem exaustiva, falta de acompanhamento dos pais nas atividades, talvez por não terem tempo ou não saberem ensinar. São prejudicados por não poder frequentar a escola no contra turno, perdem oportunidade de frequentar reforço e todos os projetos que a escola realiza nesse sentido. E mostraram-se indignados com a falta de políticas públicas sérias que preocupem com a educação e em especial a do campo.





Dessa forma percebe-se que os alunos do campo precisam de um olhar mais humano e solidário, por isso necessitam, de ações efetivas e eficazes, que possibilitem uma educação de qualidade para todos e melhores oportunidades na construção de um futuro.

### **Considerações Finais**

No percurso da presente pesquisa foi possível compreender como o aparato legal é um fator fundamental no processo de desenvolvimento educacional, e despertar a consciência realidade vivenciada pelos alunos que moram no campo e estudam na Escola Estadual Silva Dourado, que apesar de terem seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, na LDB nº 9394/1996, na lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014/2024 do PNE (Plano Nacional de Educação), são submetidos a determinadas condições que reforçam a existência de desigualdades sociais, assim como a maioria dos brasileiros.

Considera-se a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, um elemento fundamental e indispensável na formação do indivíduo, como sujeito que necessita de respeito, atenção e não sejam vistos como meros números, mas que sejam valorizados como parte na construção de uma história e exerça plenamente a cidadania.

Ao longo das leituras realizadas percebeu-se que no âmbito de uma educação de qualidade voltada para o campo ainda há muito que avançar, haja vista que vive-se em uma sociedade democrática, e como tal espera-se que todos tenham acesso a uma qualidade de vida, que vá além das questões econômicas, mas que possibilite o acesso aos bens que todos têm direito como: saúde, segurança, lazer, informação, entre outros.

Assim sendo, entende-se que a culpa desse emaranhado de problemas é a falta de políticas públicas voltadas para a educação em todas as instâncias, e no campo perceptível que só agora começou a despertar uma atenção ainda que mínima, mas já insere o campo num cenário passível de transformação.

Com base no exposto, nota-se que a educação se encontra aquém dos direitos previstos na legislação, pois as escolas revelam não estar preparadas para acolher os alunos do campo, bem como incluí-lo nos projetos desenvolvidos, por isso é necessário exigir dos órgãos públicos maiores investimentos e ações que garantam uma oferta de uma educação pública de qualidade.

No caminhar desse estudo, buscou-se conhecer a realidade dos alunos que moram no campo e estudam na cidade, e nessa busca foi constatado que são necessários investimentos







educativos ininterruptos para que os mesmos possam ter acesso a uma educação pública de qualidade, conforme estabelecido por lei.

Espera-se que o presente estudo seja mais uma alternativa que possibilite refletir e compreender a realidade acerca das condições a que os alunos residentes no campo são submetidos na busca do saber, para assim construir novos questionamentos, novos projetos, descobertas e modos de agir com a proposição de ações que priorizem o ser humano de um modo geral.

### Referências

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Goiânia: Kelps, 2000.

BRANDÃO, C. R.. **O que é Educação**, 41º ED. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 1993.

BRASIL. Lei nº 13.005. **Plano Nacional Educação (PNE)**. Brasília: DF, 25 de junho de 2014/2024.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CBE nº 1, de 3 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Complementar para a Educação Do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Resolução CNE/ CBE 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção1. p.32.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069/90.





## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Walter Albino da Silva

Ana Cristina Serafim da Silva

**Resumo:** O presente trabalho busca refletir a respeito do Programa Bolsa Família (PBF) como um instrumento de combate a pobreza e enfrentamento a desigualdade social no Brasil. Metodologicamente, é um artigo de cunho teórico-analítico, que vale-se da pesquisa bibliográfica, com considerações de autores como Rocha (2011), Cohn (2010), Campello (2013) e Senna *et al.* (2007) e dados estatísticos sobre o PBF. Ao final, conclui-se que o programa é um instrumento de combate à desigualdade social, porém, necessita de mudanças em sua estruturação, como meios que viabilizem a educação básica de qualidade, a capacitação profissional, com a condução da inserção no mercado de trabalho e o incentivo ao desligamento do cidadão da dependência econômico-financeira da máquina estatal.

**Palavras-chave:** Pobreza. Desigualdade Social. Bolsa Família.

### Introdução

A pobreza é um fenômeno complexo, marcado por uma condição em que as necessidades individuais ou familiares não são atendidas. Envolve situações subjetivas, econômicas, sociológicas e políticas, que variam segundo cada localidade. Os critérios costumam se focar em aspectos econômicos, considerando que o indivíduo está na linha da pobreza se tem como renda US\$ 2/dia e em extrema pobreza se tem como renda US\$ 1/dia (ROCHA, 2003).

O enfrentamento a este problema vem assumindo caráter internacional, sendo seu combate um dos principais desafios mundiais. Juntamente com os aspectos econômicos, tem-se realizado esforços no sentido de incluir a educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano em programas de combate à pobreza (AZEVEDO; BURLANDY, 2010). Observa-se no Brasil um movimento para reorganizar programas sociais que promovam a transferência de renda, para alívio imediato da pobreza, com programas com enfoque de longo prazo, englobando as esferas renda e cidadania, assistência social e segurança alimentar, é o caso do Bolsa Família (PBF).

O presente trabalho tem o objetivo de discutir alguns dos avanços alcançados pelo programa Bolsa Família, do Governo Federal, em relação combate à pobreza e desigualdade social. Para tanto, faz-se o uso da pesquisa bibliográfica, com discussões de autores como Rocha (2011), Cohn (2010), Campello (2013) e Senna *et al.* (2007); e dados estatísticos que demonstram a evolução do programa e seu papel na diminuição da desigualdade social no país.





### **Procedimentos Metodológicos**

Como percurso metodológico para o desenvolvimento deste estudo, foi adotada a pesquisa bibliográfica, através da consulta de livros e artigos científicos. Marconi e Lakatos (2006) afirmam que a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses material cartográfico [...]” (MARCONI, LAKATOS, 2006, p.71).

### **Resultados e Discussão**

O Bolsa Família, programa que tem o objetivo de combater a pobreza e desigualdade social, foi criado em 2003 pelo Governo Federal, sendo resultado de modificações do programa Fome Zero e unificação de outros programas – Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás (ROCHA, 2011). Pode ser conceituado como programa de transferência condicionada de renda, em que famílias selecionadas em cadastro único recebem mensalmente quantia monetária que varia de acordo com a composição familiar e com a situação financeira preestabelecida. Como contraprestação a este auxílio na composição da renda, as famílias devem cumprir condicionantes indicados pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentadas pelo Decreto nº 5.209/2004. Assim serão beneficiadas pelo programa as famílias com renda mensal per capita de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro) reais, e extremamente pobres, aquelas que perfazem apenas R\$ 77,00 (setenta e sete) reais.

699

Para Weissheimer (2010), o Governo trouxe para si a função de garantir àqueles que estão em condições subumanas o mínimo para sobreviver com dignidade, e para tanto, criou a estratégia baseada em três pilares que envolvem a transferência de recursos, a facilitação de acesso destas famílias aos serviços de saúde, educação e assistência, além de maior integração destas em outras ações do Governo e da Sociedade.

Em 2003, segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, apenas 3,6 milhões de famílias eram acolhidas pelo programa, já em 2014 estima-se que mais de 14 milhões de famílias foram beneficiadas por este complemento de renda. Houve maior aplicação de recursos financeiros no Bolsa Família, ou seja, em 2003 o Governo Federal disponibilizou 5,8 bilhões de reais para complemento de renda, enquanto em 2014 fora o montante de 26,3 bilhões, o que corresponde a quase cinco vezes o valor inicialmente despendido, reforçando a importância desta medida na agenda política brasileira. Portanto,





houve um aumento em quatro vezes do número de famílias consideradas pobres ou extremamente pobres para o programa num período de dez anos.

Após ser selecionada como beneficiária deste Programa que conta com o financiamento exclusivo de recursos provenientes do orçamento fiscal, a família deverá cumprir as condicionantes estabelecidas em lei. Neste ponto, ressalta Cohn (2010), que estas condicionantes não devem ser vistas como forma de constrangimento para aqueles que dependem do benefício, jamais podem ser comparadas a punições em caso de descumprimento. Devem, isto sim, ser meio viabilizador da interrupção da reprodução intergeracional da pobreza. As condicionantes são contraprestações exigidas das famílias para que continuem a receber o incremento financeiro e estão, sobretudo, correlacionadas a ações vinculadas a saúde, educação e assistência social.

Devem ser observadas como maneira efetiva de aproximar aqueles que vivem em condições desumanas dos direitos sociais expressos na Constituição Federal, no artigo sexto. Possuem dupla perspectiva, pois, além de exigirem dos beneficiários a comprovação de cumprimento, também impõem ao Poder Público a obrigatoriedade de fornecer os serviços correlacionados. Frise-se que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome age de maneira articulada com os Ministérios da Educação e da Saúde para acompanhar e fiscalizar o cumprimento destas.

700

Ao tratar do assunto, Campello (2013) evidencia que o Bolsa Família, além de permitir o acesso das famílias pré-selecionadas ao complemento de renda, garante a efetivação dos direitos sociais. Ultrapassado o período de dez anos, já é possível analisar alguns resultados desta política social por meio de estudos quantitativos de órgãos oficiais. Não resta dúvida de que houve a redução da miséria quando em perspectiva o número de pessoas que foram beneficiadas com o alívio imediato da extrema pobreza, principalmente com o auxílio advindo do Bolsa Família. Estudos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apontam que 22 milhões de pessoas superaram esta mazela e que é o valor monetário recebido mensalmente aquele que permite o mínimo de dignidade.

Ante tal perspectiva, e após analisado o fato de que as condicionantes da Lei Federal que institui e regulamenta o Bolsa Família apenas ressaltam a importância de incremento nas áreas da saúde e educação, percebe-se a ausência de incentivo do Estado Brasileiro à emancipação financeira do cidadão dos cuidados estatais por meio do trabalho. Tem-se uma





projeção da melhora das condições de vida das famílias a longo prazo, entretanto, para viabilizar esse objetivo, é preciso haver capacitação e investimento no capital humano.

Na atual conjuntura e com foco na emancipação humana, o Programa Bolsa Família, conforme Senna *et al.* (2007), apenas tem se interligado com outros programas complementares, tais como microcrédito, apoio à iniciativa de economia solidária, dentre outros. Essa realidade reflete tímido investimento em habilitação dos receptores do benefício às condições exigidas.

### Considerações Finais

O programa de transferência de renda criado em 2004 com vistas a coadunar e sistematizar programas sociais já existentes tem como fim primordial o rompimento intergeracional da pobreza enraizada na sociedade brasileira e como objetivo suplementar melhorar, principalmente, as condições de saúde e educação da parcela mais vulnerável da população.

Estudos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome retratam que, em 2014, mais de 14 milhões de famílias foram beneficiadas com o complemento de renda. Ademais, demonstraram que houve incremento satisfatório no decorrer destes anos em fatores como a redução da mortalidade infantil, melhoria na educação, na saúde e na desnutrição infantil. O Programa em foco minimizou o índice de evasão dos alunos nas escolas.

É imprescindível, contudo, reforçar a ideia de que, apesar de ter havido melhorias sociais neste lapso superior a dez anos de existência do Programa, ainda há muito o que ser reformulado nesta política de transferência de renda condicionada, para que esta atinja o objetivo de erradicar a pobreza e a marginalização e garantir aos brasileiros e estrangeiros residentes no País há mais de cinco anos o indispensável para a sobrevivência com qualidade de vida.

Ante o todo o analisado, pode-se concluir que é viável a defesa da manutenção do programa de complementação de renda condicionada Bolsa Família. Alterações substanciais, entretanto, devem ocorrer em pontos, como o caráter populista do benefício com impactos eleitorais de manipulação de massa, a caracterização da pobreza levando em conta apenas critérios de renda, a eleição de condicionantes que não estimulam a emancipação do indivíduo da dependência estatal, o chamado “efeito preguiça”, em que o Governo não garante a busca pelo pleno emprego, da falta de estruturação da máquina administrativa para controle sobre este gasto público.





É indispensável haver o cuidado de criar mecanismos que evitem a pessoa passar a ser sustentada pelo Estado e criar a imagem de que o Governo tem o dever de reparar a exclusão outrora sofrida. Outrossim, não se instituiu o direito de renda aos socialmente excluídos. Estes cidadãos devem ser habilitados a concorrer no mercado de trabalho, pois, se assim não for, continuarão desprezados pelo sistema capitalista.

Conclui-se, também, que ante o descaso histórico governamental aos direitos básicos do homem, elencados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, e com vistas a minimizar o sofrimento de parcela da população marginalizada, programas como o Bolsa Família são importantes como alívio imediato da pobreza, porém devem ter duração certa, para que não sejam condicionantes na preservação do ciclo da miséria.

Isso posto, imprescindível é a reestruturação do programa social Bolsa Família, para que trate o vértice da exclusão e da preservação da pobreza extrema entre gerações, meios que viabilizem a educação básica de qualidade, a capacitação profissional, com a condução da inserção no mercado de trabalho e o incentivo ao desligamento do cidadão da dependência econômico-financeira da máquina estatal.

## Referências

- AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, 2010.
- CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010. p. 217-240.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SENNA, Mônica et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálysis**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 10, n.1, p. 86-94, 2007.
- WEISSHEMER, Aurélio. **Bolsa Família, avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Perseu Ábramo, 2010.





## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS EM SÃO VALÉRIO – TO

Walter Pereira de Sousa

Luzani Cardoso Barros

**Resumo:** Considerando que um dos graves problemas da população brasileira é a dificuldade socioeconômica das famílias, a ideia de estudar as condicionalidades do Programa Bolsa Família no processo de melhoria de vida das famílias deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito ao acesso aos serviços básicos, como educação e saúde. O objetivo do presente artigo foi analisar os motivos do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF pelas famílias beneficiárias do Programa através da frequência Escolar de alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada em São Valério – TO. Para isso fez-se a pesquisa bibliográfica sobre o percurso histórico do Programa Bolsa Família e acompanhamento seguido de entrevista com quatro famílias beneficiárias do PBF, e constatou-se os motivos da infrequência escolar. O desenvolvimento da investigação aconteceu em dois momentos: o primeiro momento ocorreu por meio de pesquisa embasada na teoria de PIRES (2013); no segundo semestre do ano de 2017, foi realizada a pesquisa de campo, com quatro famílias beneficiárias do PBF que possuem filhos matriculados no ensino fundamental da Escola, e que apresentavam descumprimentos das condicionalidades. Não houve dificuldades para a realização da investigação e a coleta de dados consistiu na aplicação de questionários objetivos e subjetivos para as famílias selecionadas. Nesse segundo momento aconteceu a pesquisa de campo objetivando a coleta, análise e compreensão dos principais motivos que levam as famílias ao descumprimento das condicionalidades do PBF. A partir da realização da pesquisa, pode-se concluir que a maioria das famílias beneficiárias possui pouca escolaridade, elevado número de membros, e os principais motivos da infrequência escolar são a falta de transporte e doença. Apesar de serem famílias simples e sem o conhecimento formal, relatam a importância da condicionalidade exigida pelo Programa na área da educação. Assim como para as famílias pesquisadas, que possuem filhos na Escola Municipal Getúlio Vargas, o PBF tem sido a solução financeira na vida de muitos brasileiros, principalmente dos que estão em estado de vulnerabilidade. Mas, para ter acesso a esse benefício é necessário às famílias cumprirem com as condicionalidades do Programa Bolsa Família.

703

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Famílias. Condicionalidades. Escola.

### O CUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES PARA COM O PBF NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO – TO

Para que as famílias beneficiárias possam receber o benefício financeiro do PBF, exige-se o cumprimento de determinados compromissos por parte das mesmas, que são chamados de condicionalidades, sendo esses compromissos nas áreas de educação e saúde, pois a realização desses cumprimentos necessita o acompanhamento das condicionalidades do PBF que envolve um complexo mecanismo institucional que demanda a articulação dos três entes federativos nas diferentes áreas (saúde, educação e assistência social), mobilizando diversos atores sociais. É de responsabilidade do município operacionalizar as ações relacionadas à gestão das condicionalidades, tais como a oferta dos serviços, o registro dos acompanhamentos, o desenvolvimento de ações para localização de famílias e a realização de visitas domiciliares e do trabalho socioassistencial com os beneficiários do programa.





Considerando que um dos graves problemas da população brasileira é a dificuldade socioeconômica das famílias, a ideia de estudar as condicionalidades do Programa Bolsa Família no processo de melhoria de vida das famílias, deve-se à perspectiva estabelecida pelo programa quanto ao direito ao acesso aos serviços básicos, como educação e saúde.

A escolha deste tema partiu no momento em que realizei a primeira atividade ação – reflexão, proposta nos primeiros módulos desse curso de Especialização, pois até então, não conhecia de perto a importância do benefício do PBF na vida das famílias beneficiadas do município de São Valério – TO. Sabe-se que o Programa Bolsa Família – PBF foi criado pela Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 para enfrentar o problema da sociedade brasileira, que é combater a fome e a miséria, promovendo a emancipação das famílias mais pobres do país. A partir desse conceito tornou-se relevante a busca pela resposta ao seguinte questionamento: Quais foram às causas que contribuíram para o descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família pelos alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas? Para essa busca fez-se necessário pesquisar as principais causas que levam os beneficiários do Programa Bolsa Família ao descumprimento das condicionalidades da educação. De imediato percebeu-se que são os fatores de origem socioeconômica, como baixo nível escolaridade é o que distancia a família e a escola.

704

O objetivo do presente artigo foi analisar os motivos do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF pelas famílias beneficiárias do Programa através da frequência Escolar de alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas, localizada em São Valério – TO. Para isso fez-se a pesquisa bibliográfica sobre o percurso histórico do PBF e acompanhamento seguido de entrevista com quatro famílias beneficiárias, e constatou-se os motivos da infrequência escolar.

De acordo com Ribeiro (2007, p. 31), os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus usuários, são:

[...] promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (Lei nº 10.836, 09/01/04).

Nesse sentido, os benefícios do PBF são de grande relevância para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, pois, além de combater a fome, facilita o acesso aos serviços públicos e incentiva os beneficiários a buscar sua independência financeira.







Para refletir sobre usos, até certo ponto não previstos das condicionalidades, por parte de quem recebe o benefício são apresentadas algumas considerações da pesquisa realizada em 2017 com os beneficiários do Programa Bolsa Família residentes em São Valério (TO). A principal motivação dessa investigação foi compreender a importância do PBF levando-se em consideração as visões dos próprios destinatários e de suas famílias.

O município em estudo possui um acompanhamento da frequência escolar muito bom, acima da média nacional. Porém, é fundamental que a gestão municipal do PBF continue procurando identificar os beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola em que estudam, realizando ações de orientações às famílias para que informem nas secretarias escolares quando suas crianças e jovens forem beneficiários do PBF e para que atualizem o Cadastro Único quando eles mudarem de escola, ou ainda realizando a busca ativa de beneficiários que estejam fora da escola. Faz-se necessário tentar identificar e registrar adequadamente os motivos que levam os alunos com baixa frequência a descumprirem a condicionalidade, pois a identificação desses motivos deve servir de base para a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde a fim de que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias.

As condicionalidades em relação à escolarização das crianças foram pensadas como uma forma, a longo prazo, de romper o ciclo intergeracional de pobreza. Nesse sentido, o benefício auxiliaria na inserção e na permanência na escola de crianças em situação de vulnerabilidade social, que, sem esse auxílio, tenderiam a evadir da escola e ocupar, futuramente, postos pouco qualificados e mal remunerados no mercado de trabalho, como afirma Aguiar & Araújo (2002, p. 35):

Os beneficiários são crianças de famílias muito pobres, que se evadiriam do sistema escolar sem a bolsa mensal, mantendo a mesma baixa escolaridade dos pais e, conseqüentemente, no futuro ingressando no mercado de trabalho, na melhor das hipóteses, nas mesmas condições da maioria de suas famílias. A lógica é elevar o grau de escolaridade das crianças para aumentar e mesmo equilibrar as oportunidades.

Conforme o autor supracitado, o Programa prevê a garantia da permanência dessas crianças na escola, para que desenvolvam habilidades/competências essenciais para a obtenção de trabalhos qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho e, assim, romperiam o ciclo intergeracional da pobreza.





## Metodologia

O município de São Valério – TO encontra-se com 599 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Atualmente essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 35,16% da população total do município, e inclui 84 famílias que, sem o benefício estariam em condição de extrema pobreza. No mês de setembro de 2017 foram transferidos R\$ 90.174,00 (noventa mil, cento e setenta e quatro reais) às famílias beneficiárias, sendo que o valor médio repassado foi de R\$ 150, 54 (cento e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos) por família.

O desenvolvimento da investigação aconteceu em dois momentos: o primeiro momento ocorreu por meio de pesquisa embasada na teoria de PIRES (2013), com o objetivo de fundamentar os conhecimentos sobre as condicionalidades do PBF relativas à educação dos alunos do Ensino Fundamental.

A pesquisa realizou-se no segundo semestre do ano de 2017, com quatro famílias beneficiárias do PBF que possuem filhos matriculados no ensino fundamental da Escola Municipal Getúlio Vargas que apresentavam descumprimentos das condicionalidades no momento, não houve dificuldades para a realização do estudo.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários objetivos e subjetivos e realizadas entrevistas com quatro famílias que têm filhos cursando o ensino fundamental, as quais foram selecionadas por apresentar descumprimento nas condicionalidades no que se refere à educação.

O segundo momento aconteceu por meio da pesquisa de campo objetivando a análise e compreensão dos principais motivos que levam as famílias ao descumprimento das condicionalidades do PBF.

## Resultados e Discussões

A análise dos depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa considerou a representação que esses possuem acerca de temáticas relacionadas ao PBF, sendo essa o descumprimento das condicionalidades no momento. Durante o processo de pesquisa, foram feitos alguns questionamentos para as famílias beneficiadas do município de São Valério-TO, cujos filhos são estudantes da Escola municipal Getúlio Vargas e que precisam do benefício do PBF para manter seu processo de educação mais eficaz. Essas mesmas passam por necessidades relacionadas à situação de pobreza em que vivem.





## Conclusão

Assim como para as famílias pesquisadas, que possuem filhos na Escola Municipal Getúlio Vargas, o PBF tem sido a solução financeira na vida de muitos brasileiros, principalmente dos que estão em estado de vulnerabilidade. Mas, para ter acesso a esse benefício é necessário às famílias cumprirem com as condicionalidades do Programa Bolsa Família.

## Referências

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C.H. **Bolsa-Escola: Educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, nov. 2002, p 152. Disponível em: . Acesso em: 12 de nov. de 2017.

BRASIL. Programa Bolsa Família. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm) .Acesso em: 10 nov. 2017.

PIRES, A. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, 2013.

RIBEIRO, Eveline Alves. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO NA VIDA DE MULHERES DO BARRA DA GROTA EM ARAGUAÍNA -TO

707

Wanessa Lorena de Sousa Miranda Costa Mota

**Resumo:** O presente trabalho resulta das leituras e debates ocorridos por ocasião da participação no curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, realizado pela Universidade Federal do Tocantins. Versa fundamentalmente sobre o significado e o impacto do Programa Bolsa Família – PBF, na vida das mulheres beneficiárias desta política social. Para o desenvolvimento do estudo, que tem caráter exploratório, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo, com a aplicação de questionários à quatro mulheres beneficiárias do PBF, residentes no Setor Barra do Grotá, pertencente ao Município de Araguaína, no Estado do Tocantins. As considerações finais do estudo informam que o PBF tem significados contraditórios para essas mulheres, uma vez que ao mesmo tempo em que fortalece a sua autonomia, especialmente no que tange às difíceis condições materiais de existência de suas famílias, reforça a lógica tradicional da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, vinculando os cuidados domésticos e com a educação dos filhos, de forma exclusiva, como tarefa feminina, diretamente relacionada à maternidade. Apontam ainda, que a despeito das melhorias vinculadas ao acesso a alguns bens materiais, essas mulheres, que trazem essas suas histórias as marcas da humilhação e do “esmagamento de suas potencialidades”, tendem a reproduzir com os filhos as suas desilusões, e a resignação de quem sempre esteve submetida a violência que representa a pobreza.

**Palavras-chave:** Pobreza. Relações de Gênero. Bolsa Família. Autonomia Feminina

## Introdução

A pobreza e a desigualdade social historicamente atingem muitos lares brasileiros. A despeito de uma redução no número de pobres em períodos recentes da história do país, o





número de pessoas vivendo em situação de pobreza no Brasil tem aumentando nos dois últimos anos. Estudo do Banco Mundial (2017) estima que essa população aumentaria entre 2,5 milhões e 3,6 milhões até o fim de 2017. Trata-se de famílias que vem sofrendo com a crise econômica e política do País, que perderam seus empregos, e que se somam a outros tantos que já vivenciavam essa condição e que precisam de moradias dignas, alimentação, emprego e renda entre outros direitos sociais, dos quais essa parcela da população sempre esteve excluída. Para mitigar os impactos da recessão sobre a população, o Banco Mundial recomendou a expansão do Programa Bolsa Família, que deveria ter seu orçamento ampliado caso o governo quisesse cobrir os “novos pobres” com a proteção social.

No trabalho que ora apresentamos não nos deteremos no debate sobre as reais motivações do Banco Mundial quanto ao controle da pobreza no País. Mas, de modo especial na forma como essa política impacta a vida de mulheres beneficiadas pelo Programa. Para dar conta desse objetivo, foi realizado um trabalho de campo, com aplicação de questionário semiaberto junto à quatro mulheres, residentes de um bairro pobre do município de Araguaína do Tocantins, conhecido como Setor Barra do Grotá.

Vários estudos já têm demonstrado como no contexto de pobreza, a falta de oportunidades traz prejuízos graves para a vida das pessoas, bem como contribui para perpetuar o ciclo de pobreza que caracteriza a história de muitas gerações de famílias. Estes estudos destacam ainda que crianças e mulheres são o grupo social mais atingido pela pobreza.

A situação de desigualdade social imposta a esses grupos faz com muitas crianças, mesmo frequentando a escola, se encontrem sem condições de nela permanecerem com sucesso na aprendizagem. Sem o apoio e o incentivo das famílias, com uma alimentação pobre do ponto de vista nutricional, sem material escolar, uniforme, etc., essas crianças ainda sofrem a discriminação por sua condição social. Pinzani e Rego (2014) tecem as seguintes considerações sobre o ciclo vicioso da pobreza em que as crianças são acometidas:

[...] a pobreza leva à falta de instrução, uma vez que as crianças são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família, enquanto a falta de instruções perpetua a pobreza, pois, sem instruções e qualificação, não há como entrar no mundo do trabalho e sair dessa condição. A exclusão econômica resulta, por sua vez, em exclusão social e política, visto que os pobres passam a viver à margem da sociedade, com pouca capacidade de se organizarem para fazer com que suas vozes sejam ouvidas. (PINZANI; REGO, 2014, p. 07)





No que se refere à situação das mulheres pobres e secularmente abandonadas pelos poderes públicos do País, evidencia-se, ainda com mais ênfase a necessidade de políticas públicas desenhadas e voltadas à sua formação para a cidadania, que pode ser simultânea a sua qualificação para o trabalho.

A triste realidade de muitas famílias que vivem essa situação de pobreza e não tem oportunidades de ter uma vida digna, evidencia que a pobreza acaba gerando problemas ainda mais graves, como doenças, decorrentes da desnutrição, das condições sanitárias, violência de toda ordem, etc. O desemprego, a falta de qualificações profissionais que permitam acessar os postos de trabalho, a discriminação social e de gênero, dessa forma, tendem a reproduzir e perpetuar a exclusão social de inúmeras famílias no Brasil afora.

Assim, no contexto do combate à pobreza e a desigualdade social, a política social criada no ano de 2003, intitulada Bolsa Família, constitui-se como um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob certas condicionalidades, que apresenta como objetivo, em curto prazo, aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano, interrompendo o ciclo Inter geracional da pobreza.

Nesse estudo, que possui caráter de pesquisa exploratória, procura-se analisar como esse programa de transferência de renda, denominado Programa Bolsa Família, influi na vida de mulheres, beneficiárias dessa política de combate à pobreza e desigualdade social, realizando-se algumas reflexões sobre o alcance e os limites do PBF na vida dessas mulheres.

709

### **Procedimentos Metodológicos**

Para o desenvolvimento da investigação, optou-se pela pesquisa de campo, de caráter exploratório, tendo em vista que esta visa aproximar o pesquisador do seu objeto de estudo. Foram selecionadas 04 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, residente num bairro pobre do município de Araguaína – TO para participarem do estudo. Através da visita às famílias e da aplicação de questionário semiaberto foram desenvolvidas as análises apresentadas, à luz da pesquisa bibliográfica realizada, a qual possibilitou eleger que eleger pobreza e gênero como os conceitos orientadores das reflexões feitas.

### **Resultados e Discussão**

Destaca – no estudo realizado a baixa escolaridade das mulheres participantes da pesquisa, o que representa, na nossa sociedade, a “sociedade do conhecimento”, uma barreira que dificulta o acesso ao mercado de trabalho. Possuem um grande número de filhos, não





possuem emprego e apenas uma das participantes exerce o trabalho informalmente, com o diarista. Para três das quatro entrevistadas a única renda que possuem refere-se à oriunda do Programa Bolsa Família.

Ao serem questionadas sobre quais eram seus sonhos para o futuro, foi possível perceber que elas se culpabilizam por não “terem estudado”. Projetam para os filhos um futuro melhor, a partir dos estudos. Mas, contraditoriamente, não acompanham a vida escolar dos filhos, como as tarefas escolares, as notas etc. Almejam ainda, mesmo demonstrando passividade frente às péssimas condições materiais de existência, o sonho de uma casa digna para morar.

**Foto 1** – Moradia de participante da pesquisa.



**Fonte:** arquivo pessoal da pesquisadora. 2017.

As mulheres participantes da pesquisa consideram que o PBF é muito importante para elas, pois a maioria não exerce trabalho formal e consideram que os companheiros “não dão oportunidades para que possam comprar o que precisam para os filhos”. Ao responderem ao questionamento sobre a importância do PBF em suas vidas, de forma unânime demonstraram satisfação por serem as titulares do Programa, evidenciando que se sentiam importantes por poderem gerir pelo menos esta renda, já que em sua maioria não possuíam trabalho formalmente remunerado.

Os questionários abertos aplicados, evidenciam que estas mulheres naturalizam as relações patriarcais de gênero e a divisão sexual do trabalho, entendendo que por serem responsáveis pelo cartão do benefício, se tornam as administradoras do lar, à medida que também atribuem aos homens o papel de provedores do lar.





Assim, para as mulheres pesquisadas, a responsabilidade pelos cuidados com família, bem como com a formação moral dos filhos é única e exclusiva delas, que recorrem ao auxílio divino para perseverarem na vida que possuem, já que foi possível perceber, através do trabalho de campo, que as condições de pobreza em que se encontram e a falta de perspectiva de melhores dias reproduz nestas mulheres uma resignação e uma desesperança em relação há dias melhores. Como afirmam Pinzani e Rego (2014):

Uma mulher que depende ou de seu marido, ou da sua família patriarcal, ou de sua própria força de trabalho (que condena, por exemplo, a empregos mal remunerados dada a sua falta de qualificação) não tem nenhuma possibilidade real de sair sozinha de seu meio e procurar por outro ambiente onde possa, efetivamente, desenvolver uma maior autonomia. (PINZANI e REGO, 2014, p.40)

Desta maneira, elas se resignam à vida de sacrifícios, acreditando ser esta a ordem natural das coisas. A pobreza, nesse caso, além de excluir economicamente essas mulheres, agudizam as inúmeras violências praticadas contra a mulher, seja pela ausência de condições dignas de sobrevivência, seja pela desesperança e falta de perspectiva que em última instância, aprofunda e torna ainda mais difícil o caminho da autonomia feminina.

Segundo Pinzani e Rego (2014) o reconhecimento dos direitos de cidadania das mulheres, sobretudo as que vivem na pobreza extrema implica, ainda uma vez, no reconhecimento das várias injustiças que as atingem. Daí a necessidade de se conceber políticas públicas que perpassem pelas históricas questões de gênero, se se pretende de fato uma política que alivie a pobreza. Ao ignorar as demandas colocadas pelo movimento feminista, as atuais políticas têm reforçado a divisão sexual do trabalho e criado uma série de obstáculos para que as mulheres possam adentrar o mercado de trabalho e, pela atividade produtiva e pelo acesso ao conhecimento possam ir modificando as condicionantes reais da pobreza que tem perpassado inúmeras gerações de famílias, pelo País afora.

### **Considerações Finais**

As considerações finais apontam que que o PBF tem significados contraditórios para as mulheres, uma vez que ao mesmo tempo em que fortalece a sua autonomia, especialmente no que tange às difíceis condições materiais de existência de suas famílias, reforça a lógica tradicional da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, vinculando os cuidados domésticos e com a educação dos filhos, de forma exclusiva, como tarefa feminina, diretamente relacionada à maternidade. Apontam ainda, que a despeito das melhorias vinculadas ao acesso a alguns bens materiais, essas mulheres, que trazem essas suas histórias





as marcas da humilhação e do “esmagamento de suas potencialidades”, tendem a reproduzir com os filhos as suas desilusões, e a resignação de quem sempre esteve submetida a violência que representa a pobreza.

### Referências

BANCO MUNDIAL. **Desafios e oportunidades da igualdade de gênero na América Latina e Caribe**, 2003. Disponível no site [www.obancomundial.org](http://www.obancomundial.org). Data do acessado em outubro de 2004.

BANCO MUNDIAL. **Salvaguardas contra a reversão dos ganhos sociais durante a crise econômica no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-pobres-no-brasil-tera-aumento-de-no-minimo-25-milhoes-em-2017-aponta-banco-mundial/> acessado em 10 de outubro de 2017.

BRASIL. **O Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS. 2004.

CASTRO, J. A.; MOSTAFA, J.; HERCULANO, P. **Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. Comunicados Ipea, n. 75. Brasília, 2011.

GERHARDT Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUANAIS, Frederico. **Programa Bolsa Família: Financiando famílias para o desenvolvimento**. São Paulo: ENAPE – Casoteca de Gestão Pública. 2010.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, André.../ et. al. **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1986.

712

LAVINAS, Lena; COTO, Barbara. Bolsa família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero. In: **13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica**. São Paulo: [S.n.], 2010.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Pobreza, transferência de renda e desigualdade de gênero: conexões diversas. **Parcerias estratégicas**, n. 22, junho 2006.

LOPES, Lorena da Silva; AZEVEDO, Renata Custodio. A pobreza numa perspectiva de gênero: reflexões no contexto latino-americano. In: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA. 2005.

MARIANO, Silvane Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e Combate à Pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

OSORIO, R.; SOUZA, P. H. G. F. **O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema**. Brasília: Ipea, 2012.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquíria Leão. Pobreza e Cidadania. In: MEC/SECADI. **Módulo I: Pobreza e Cidadania**. 2014. Disponível em: [egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1/pdf](http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1/pdf), acessado em abril de 2017.







SANTOS, Jociane Trindade. **Violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus (AM): dois anos antes e depois da Lei Maria da Penha.** São Paulo: FFLCH/USP. 2011 (dissertação de mestrado).

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v.16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

STREETEN, Paul P. **Thinking about development.** Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1995.

VILELA, O. **A violência no mundo atual.** São Paulo: Loyola, 1977.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** ONU/OPAS/OMS./SPM/FLASCO. Brasília. 2015.

## PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIAL

Zaylla Miranda da Silveira

Viviane Drumond

**Resumo:** O presente trabalho visa compreender como adolescentes e jovens percebem sua condição social, como compreendem a desigualdade social e quais perspectivas para melhorias futuras. Foi realizada pesquisa bibliográfica e, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema determinado. A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas, uma municipal e outra estadual da zona urbana de Dois Irmãos do Tocantins, com os educandos beneficiários do Programa Bolsa Família, delimitado por uma faixa etária a partir de 10 anos de idade até 23 anos. Os resultados mostram que não se consideram pobres, por serem beneficiados pelo Programa Bolsa Família, principalmente, em relação aos que não possuem o benefício. Sobre o futuro, abordaram os direitos que são iguais para todos e que depende do esforço individual. Para os participantes, a conquista de uma vida melhor depende mais de seus esforços para continuação dos estudos.

**Palavras-chave:** Pobreza. Desigualdade Social. Bolsa Família. Educação.

### Introdução

Pode-se perceber que a pobreza é uma condição constante na sociedade brasileira, porém os jovens, essa nova geração, tem visto uma nova perspectiva através da educação para quebrar esse meio, que é a pobreza. Sendo que a exclusão econômica resulta na exclusão social, política, ou seja, na condição da pessoa participar integralmente na cidadania.

Segundo Érico (2013) a capacidade de identificação de si mesmo com a iniciativa de realizar suas escolhas, com liberdade de cuidar da sua própria família, onde o Estado deve reconhecer a individualidade da pessoa e que depende de auxílio para suprir essas necessidades, em que a consciência do voto contribui na construção dessa perspectiva. Pois os benefícios e assistências do governo, dependem de políticas adequadas e efetivas, através de análise apropriadas de bons representantes políticos, escolhidos através do voto.





A pobreza implica na incapacidade de voz, sendo realidade em nosso cotidiano, o pobre é estereotipado como incapaz, onde o Estado e as instituições públicas se tornaram insensíveis a essa emergente situação.

Ainda existe uma escravidão na modernidade, onde o pobre é dotado de características ruins, sendo o culpado pela sua condição. O pobre é visto como incapaz de se tornar responsável pelo seu progresso e crescimento, onde suas dificuldades são vistas como intrínsecas, enquanto que o rico é visto quando comete algum delito ou tem atitudes inesperadas ninguém atribui essa característica a sua condição elevada, e essa concepção tem a possibilidade de ser transformada através da educação.

É notável a oportunidade de acessibilidade do pobre a condições financeiras, sociais e políticas, através do PBF, microcréditos auxiliados pelo governo, porém ainda existe uma desigualdade tão evidente, principalmente educacional, de informação, do que é ser cidadão, da falta de conhecimento da pessoa como integrante da sociedade, existem muitas pessoas na margem, fora dos contextos políticos, sociais e educacionais, há muitos impedimentos, começando pelos órgãos públicos, onde deveriam ser o principal agente igualitário, a falta de conhecimento é alarmante e impeditivo para uma plena cidadania e democracia.

De acordo com Cobo et al (2014), o Brasil foi na contracorrente do passo implacável da apropriação das políticas públicas pelas elites financeiras e pelas corporações, fazendo uma trajetória de crescimento com inclusão social. Este ponto é confirmado através da análise dos dados da última década da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com característica o texto mostra a queda de forma significativa do índice de Gini passando de 0,591, em 2001, para 0,502, em 2011. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o índice de Gini, foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, consiste num instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Segundo Sposati (1999), ao referir sobre a exclusão diz que não é um fenômeno novo. Transcorre do processo de acumulação capitalista, apresentando caráter estrutural com agravamentos recorrentes, portanto, é próprio da sociedade capitalista incluir e excluir.

Ainda conforme Silva e Silva (2010) a temática da pobreza tem sido objeto de preocupação no campo teórico-conceitual e de intervenção social, verificando-se explicações sobre a emergência, persistência e sua ampliação globalizada. Nesse processo, sua redução ou





regulação é considerada necessária para permitir a manutenção do sistema de produção capitalista.

Porém, no processo da pesquisa de campo realizada no município de Dois Irmãos do Tocantins, em duas escolas, uma municipal e a outra estadual. A pesquisa foi realizada com alunos beneficiários do bolsa família, no que concerne a percepção dos alunos quanto a sua condição social e perspectivas de vida.

### **Procedimentos Metodológicos**

Trata-se na etapa inicial deste trabalho científico o embasamento bibliográfico, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema determinado.

Após foi realizado uma pesquisa de campo onde houve a coleta de dados, seguida da análise e interpretação. Essa é uma etapa importante da pesquisa, pois é responsável por extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo. Ela também define os objetivos e hipóteses da pesquisa, assim como define a melhor forma para coletar os dados necessários, como o uso de entrevistas ou questionários avaliativos, que darão respostas para a situação ou problema abordado na pesquisa. Foi utilizado questionário com 3 (três) questões objetivas, e 4 (quatro) discursivas.

715

A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas, uma municipal e outra estadual da zona urbana de Dois Irmãos do Tocantins, situado na região oeste do Araguaia, com os educandos beneficiários do Programa Bolsa Família, delimitado por uma faixa etária a partir de 10 anos de idade até 23 anos. Após o preenchimento por parte dos pais, do consentimento dos filhos para participação na pesquisa com suas respectivas respostas, através de um questionário com sete perguntas: três delas objetivas e quatro discursivas. Responderam 43 alunos de nível fundamental, de âmbito municipal, 34 alunos do fundamental no âmbito estadual, 42 alunos do Ensino Médio, totalizando 119 alunos que responderam o questionário.

### **Resultados e Discussão**

Responderam ao questionário 76 alunos da rede estadual e 43 da rede municipal. Eles se mostraram receptivos e colaborativos com a pesquisa. Apresentaram questionamentos e dúvidas sobre as questões, principalmente os alunos entre 10 a 13 anos de idade do turno vespertino. Nesse grupo foi observado grau de dificuldade maior de compreensão das questões, bem como de escritas nas respostas.





As entrevistas foram estruturadas com o objetivo de investigar suas concepções em relação a pobreza. Portanto, buscamos identificar o conhecimento dos jovens e adolescentes a respeito dos programas que auxiliam na renda da família? Obteve maior número de ~~marcação~~ respostas, nas duas escolas pesquisadas, o Programa Bolsa família (PBF) e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), os outros eram Pro Uni, Minha casa, Minha vida, Garantia Safra.

Sobre o que acham sobre as pessoas que recebem recursos do Programa Bolsa Família, se são considerados pobres? Os participantes de ambas escolas, responderam que não considera que quem é beneficiado do PBF, é considerado pobre.

Com relação a sua condição social, a maioria deles se consideram de classe média.

Com relação ao seguinte questionamento: “você tem dificuldades para aprender na escola? Quais os principais problemas que você encontra em relação ao seu aprendizado na escola?” A maioria deles disseram não ter dificuldades de aprendizado, e outros que responderam sim, relataram que eram nas disciplinas de: matemática, português. Além disso, apontaram outras dificuldades, como: problemas psicológicos, conversas e bagunça, transporte da zona rural inadequado, calor, falta de estrutura da escola, e fome.

Para a pergunta: “Você acha que tem mais chance de aprender e continuar os estudos em relação aos colegas que não recebem recursos do Programa Bolsa Família?” As respostas foram diferentes nas escolas, na rede municipal eles associaram que teriam mais possibilidades de continuar a estudar, devido possuírem o benefício, porém relataram que era pouco o valor. Na escola estadual prevaleceu a opinião que dependia do esforço de cada um, e que os direitos são iguais, foram as justificativas apresentadas.

Eles consideraram, a escola importante, pois através dela eles aprendem a ler e escrever e tem possibilidades de terem um futuro melhor.

Com relação as expectativas em relação ao futuro, ficou evidente que muitos sonhavam com uma formação já pré-determinada como: veterinária e medicina em maior destaque, outros colocaram que queriam uma formação sem especificar, que tinham boas expectativas, e que eram as melhores possíveis.

Conhecer a percepção dos jovens e adolescentes pobres sobre sua realidade, bem como identificar a concepção de pobreza e desigualdade social dos educandos, contribuiu fortalecer a perspectiva de que através da educação e do ensino nas escolas, pode-se enxergar uma possível mudança para esse cenário de negligência aos direitos humanos, pois o conhecimento





empodera o pobre. Através da sua própria percepção social ele ganha conhecimentos e instrumentos para lutar, por seus direitos e ter melhores condições de vida e garantir sua cidadania.

### Considerações Finais

A análise ressaltou conhecer a percepção dos jovens e adolescentes sobre sua realidade social sobre seu conhecimento dos programas que auxiliam na renda familiar, com base em suas experiências vividas na escola, sua visão das perspectivas para o futuro, como um ser capaz de conquistar um futuro melhor.

A percepção da pobreza é compreendida a partir de suas condições de vida, porém os alunos não demonstraram essa consciência de desigualdade social, por estarem sendo beneficiados pelo PBF. De acordo com Euzébios Filho(2007), ideologicamente, com a lógica social que é atribuída, e isso ocorre, basicamente, pela ausência de um recorte de classe em suas análises.

As respostas chamam-nos a atenção a forma como esses jovens reagem frente suas condições. Mostrou que os jovens considerados como pobre, não possui essa percepção, de desigualdade social, não vêem dificuldades quanto sua condição social, ou aponta para outro quesito: será que estão realmente enquadrados de forma correta no PBF? Ou então, a desinformação e a consciência da pobreza, desigualdade social, está pouco esclarecida, devido as poucas discussões durante as aulas, mídia, entre outros meios de informação. É necessário suscitar essa consciência e percepção através da educação, para que realmente os direitos possam ser iguais, bem como a acessibilidade de ascensão social e financeira. Se não tem percepção, não haverá ação para mudança de condições melhores de vida.

717

### Referências

- ÉRICO, F. Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo, Editora da Unesp, 2013. 241 pp.
- COBO, Bárbara; LAVINAS, Lena; WALTERBERG, Fabio; VEIGA, Alinne, MÉNDEZ, Yasmin Salazar. MELO, Hildete Pereira. PERCEPÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE E POBREZA – O QUE PENSAM OS BRASILEIROS DA POLÍTICA SOCIAL? Resenha. Disponível em :<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/viewFile/25679/13868>>, acesso em 15/08/17.
- EUZÉBIOS, Filho, A.; Guzzo, R. S. L. A desigualdade social vista por seus atores. In I. O. Dobles, S. B. Arróliga,; V. L. Zuñiga (Org.), **Psicología de Lalliberación em el contexto de laglobalización neoliberal.** p. 336-352. San José: UCR. 2007. Disponível em <https://www.google.com>. Acesso em: 17/11/17.





SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.). O debate com Serge Paugan. Por uma sociologia da exclusão social. São Paulo: EDUC, 1999, p. 126-138.

SILVA E SILVA, M.O. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>, acesso em 31/10/17.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS NA COMUNIDADE DE LUZIMANGUES EM PORTO NACIONAL-TO

Zeli Pereira da Silva

Júlio Cesar Rocha

**Resumo:** O programa bolsa família tem ajudado milhares de brasileiros nos últimos anos e contribuído para a redução das desigualdades sociais presentes há séculos nesse País. Este é um dado que este trabalho tem como premissa essencial para seguir numa breve explicação de como isso tem ocorrido e como é possível continuar. E por que é tão importante garantir que essas pessoas continuem usufruindo dos próprios direitos constitucionais. Faz-se necessário mantê-lo em curso independentemente de quais sejam os líderes políticos ou gestores públicos – a abrangência do programa vai muito além da simples influência política. Milhares de pessoas trabalham atualmente na administração da base sob a qual se sustenta o que mantém de pé todo o programa. A qualidade de vida mudou a perspectiva e abriu um leque de oportunidades para estes indivíduos que anteriormente viviam em situação de miséria. Este artigo será mais bem enriquecido diante da realidade destas pessoas que dependem do programa, que no caso escolhido residem na vila Luzimangues, distrito de Porto Nacional – TO. Assim a teoria e a prática se encontram para apresentar ao leitor resultados que demonstram o valor que essa grande conquista popular significa para o Brasil dessa gente.

**Palavras-chaves:** Qualidade de vida, Direitos sociais, Bolsa Família.

### Introdução

Este artigo partiu da necessidade de compreendemos melhor se o programa “Bolsa Família” está atingindo a necessidade das famílias empobrecidas, com a melhoria e qualidade de vida, dos beneficiários. Atualmente o número desejado de famílias, na Vila - Luzimangues que vivem na extrema pobreza, não têm, nem mesmo a chance de escolher seus parceiros e planejar os números de filhos que querem ter, não se pode culpar diretamente o individuo de vivenciar em tais condições, pois vivemos em um sistema capitalista, onde dependem certas condições financeiras para melhorar de vida.

Muitas famílias brasileiras beneficiadas pelo o programa bolsa família vêm ao longo do tempo melhorando sua qualidade de vida através do programa, este recurso está resolvendo a questão da fome e redução da pobreza das famílias que vivem na Vila – Luzimangues. A renda monetária e autônoma dessas famílias, vale ressaltar que essas que vivem na extrema pobreza, são mais vulneráveis e tem menos capacidades de autonomizar, cuja maioria tem





dificuldades em melhoria de renda e qualidade de vida, depender sempre de benefícios com Programa Bolsa Família para complementa sua renda. O Programa Bolsa Família do Município de Porto Nacional, onde as famílias da Vila Luzimangues fazem parte da efetivação e implementação de Políticas Públicas visando como objetivo reduzir a pobreza á àquelas famílias, que vivem em situação de extrema pobreza melhorando a qualidade de vida.

Tendo em vista neste mesmo contexto levantar dados que comprovem as afirmações ressaltadas no texto, referentes às entrevistas com famílias beneficiárias do programa bolsa família na comunidade do distrito de Luzimangues, em Porto Nacional.

Entende se que existem famílias em condições de sobrevivências precárias, e que na maior parte vivem com menos de um salário mínimo, e que utiliza os recursos recebidos do programa para alimentação dos filhos e a manutenção dos mesmos na escola.

A ‘selva’ da exclusão mostra-se aí intensa e generalizada, com poucos ‘acampamentos’ de inclusão social, pontuando uma realidade marcada pela pobreza e pela fome, que atinge famílias extensas, jovens, população pouco instruída e sem experiências assalariada formal (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 25).

De acordo com o argumento de Fleury (2003, p. 11), um modelo assistencial: “muitas vezes são medidas estigmatizastes, visto que, para ter acesso a determinados programas, é necessário comprovação da situação de pobreza”. E com base nisso que o autor usou a expressão “cidadania investida”. Já que o individuo tem que prova que fracassou no mercado de trabalho para ter acesso à proteção social.

719

A escola e o programa bolsa família têm um papel fundamental na vida das crianças e adolescentes que frequenta a escola, mantendo o acesso regular, facilitando a aprendizagem e superando a pobreza, levando o conhecimento para a vida adulta e contribuindo em diminuir a pobreza de sua família.

### Métodos

A pesquisa foi aplicada com cinco famílias beneficiarias, devido à dificuldade de compreensão das famílias não foi possível entrevistar um percentual maior de beneficiários do programa bolsa família, todas as crianças 04 a 13 anos do ensino fundamental estudam na Escola Municipal Jacinto Bispo Arantes na região da zona rural distrito de Luzimangues - Porto Nacional.

A pesquisa tem o intuito de conhecer a condições de sobrevivência das famílias, as quais a renda das mesmas, e aonde aplicam os recursos recebidos do programa.





A pesquisa apontou que são famílias compostas entre cinco e dez pessoas, e que apenas o genitor trabalha, as profissões são pedreiros, carreteiros, autônomos e serviços gerais. O mesmo com grau de escolaridade esta entre a quinta serie do ensino fundamental a ensino médio completo, e apenas três (03) tem moradia própria e duas (02) mora de aluguel, tem uma renda familiar entre um 880,00

Todas são beneficiarias do programa bolsa família, e com o recurso recebido, relatam utilizar na compra de alimentação, vestimentas e materiais escolares, entre outra que diz utilizar em medicamentos, e compra de materiais escolares.

### **Desenvolvimento**

Vivemos em um País em que a desigualdade social afeta milhões de brasileiros, que vivem na extrema pobreza sem condições nenhuma de se qualificar, e nem mesmo de escolher seus parceiros e quantidades de filhos que querem ter, contudo essa falta de planejamento familiar contribui para o acréscimo da desigualdade e da pobreza em nosso país. A grande maioria tem uma família acima de cinco pessoas, sem nenhum ter uma renda fixa, moradia própria, sem saneamento básico ao qual evoluem de forma a desenvolver certas patologias, enfraquecendo e tornando cada vez mais vulnerável, e dependente do poder público, e políticas públicas.

720

Neste mesmo contexto podemos enfatizar, o Programa Bolsa família como um dos meios que veio trazer aos beneficiários, uma fonte de renda. Em todo o País são milhões de famílias atendidas pelo programa bolsa família, e muitas vive na extrema pobreza, é mais vulnerável, não possuir nenhuma possibilidade de sobrevivência rentável, e nem trabalhar por conta própria, ou se qualificar para enfrentar o mercado de trabalho.

De acordo com Schmidt (2006) sabendo que a pobreza é o maior flagelo que a humanidade enfrenta na atualidade. Flagelo de enorme magnitude e complexidade que estar associada à exclusão e desigualdade social, até que ponto se pode afirmar que todos os cidadãos têm a mesma oportunidade ante a uma sociedade desigual e meritocrática, baseada em um modelo neoliberal.

A pesquisa realizada na Escola Jacinto Bispo Arantes as famílias responderam que o benefício recebido é gasto em comida, material escolar, roupas, remédios, além de garantir a qualidade de vida e melhora no desempenho escolar das crianças e adolescente beneficiaria do Programa Bolsa Família. Muitas mulheres dependem dos seus companheiros, outra parte delas vive sozinha com filhos sem nenhuma remuneração fixa, são elas que sustentam a casa e







os filhos na escola, e depende do programa bolsa família, para garantir o sustento alimentar, muitas de sua própria força de trabalho que ainda seja mal remunerada para complementar a renda, mesmo que sejam mais remuneradas atividades estas que estão ligadas aos serviços domésticos, sem adequação de seus direitos trabalhistas, isso por que não tem qualificação e não podem comprometer seu integral ao trabalho devido aos cuidados que devem ter para com os filhos, os mesmos que estudam apenas um período .

As famílias que recebem a bolsa família garantem o direito à alimentação e o acesso à educação e a saúde. E durante a pesquisa foram orientadas que para garantir o benefício é importante sempre está com os dados atualizados em caso de mudanças, de telefones, endereço, morte, casamento, separação, sempre informar á prefeitura para atualizar seu cadastro. O benefício para as pessoas que vivem na extrema pobreza tem renda mensal entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00 por pessoa, recebe benefício de R\$ 85,00 por pessoa.

O programa bolsa Família, como qualquer outra iniciativa governamental envolto num caráter político, além da preocupação social, desperta critica de todas as naturezas, e neste caso não há diferença. Considerando por muitos como “um programa que vicia” e que peca por não exigir contrapartidas das famílias, o bolso família nos faz também refletir acerca da possibilidade de promoção do comodismo e do contentamento com renda mínima. Pergunta-se: o referido auxilia erradica de fato a pobreza ou mantém, amparada pela “acomodação” dos seus beneficiários? Zimmermann (2007, p.19)

721

A família beneficiaria do Programa bolsa família (PBF), estão cada vez mais comprometidas em manter seus filhos com as vacinas em dias, frequentando cada vez mais as unidades básicas de saúde, melhorando e acompanhando cada vez mais no crescimento das crianças menores de sete anos (07), para crianças e adolescente beneficiaria da bolsa família, está sendo bastante gratificante, pois as mesmas consegui manter seus filhos frequentando a escolas e mantendo o cartão de vacinas em dias, além de ajuda na renda onde a maioria tem mais de quatro (04) filhos e vivem somente com salário de 880,00 para todo o sustendo da família.

Para Klein (2005) o governo Fernando Henrique Cardoso, instituído alguns Programas de Proteção Social aos quais dentre eles estão: os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás dentre outros programas de assistência e geração de renda. O Programa Bolsa Escola foi criado com o objetivo de proporcionar um compromisso das famílias em manter seus filhos estudando, sendo esta a contrapartida para ter acesso ao benefício.





## Conclusões

Considerando todos os dados obtidos na pesquisa, percebemos dificuldades das famílias em participar da entrevista para coletar dados, a família beneficiária do programa bolsa família, a maioria ter residência, apesar de receberem o benefício, a maioria se negaram a colaborar, por que não querer expor seus dados , provavelmente por medo do benefício ser cortado. As famílias que vivem na comunidade de Luzimangues - Porto Nacional, uma parte significativa dessas famílias vive na extrema pobreza, muitas são compostas por mais de cinco pessoas e apenas um tem a capacidade de se qualificar , não tem um emprego fixo, vive da mão de obra mal remunerada, ou do programa bolsa família, a falta de qualificação pode ser o grande gargalo entre a capacidade de introduzir no mercado de trabalho.

Tendo em vista que as mães, são as que têm mais dificuldades de empreender, vivem de atividades domésticas, as quais a região não proporciona um ambiente favorável a esse tipo de atividade econômica, levando-as a se deslocarem para cidade vizinha para trabalhar, como não temos na região escolas de tempo integral e creches as mesmas sentem dificuldades, por que não tem com quem deixar seus filhos.

Percebe – se, ao desencadear essa pesquisa pude notar que necessitamos de políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento da região e também aplicadas às famílias tais como: capacitação dos jovens e adultos, escolas de tempo integral, creches, por que somente atendendo a necessidades básicas, pode refletir em um futuro melhor a essas crianças que hoje necessitam do programa bolsa família para garantir seu direito de frequentar a escola. Pois com o bolsa família veio para auxiliar na alimentação vestimenta e material escolar.

Por fim, houve um avanço significativo no combate à fome na vida das famílias beneficiárias da bolsa família na vila Luzimangues, esse Programa tem possibilitado uma melhoria significativa no combate à fome, facilitando melhor qualidade de vida não só na alimentação, mas também ao desenvolvimento das crianças na escola e mantendo em dias seus cartões de vacina.

## Referências

- BRASIL. Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003, 2003. Cria a Bolsa Família, 2003.
- \_\_\_\_\_. Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, DF, 2008.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Manual de Gestão de Condicionalidades. 1. Ed. Brasília – DF. 2006.
- \_\_\_\_\_.; Presidência da República. Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamentam o Programa Bolsa Família, 2004.





\_\_\_\_\_; Presidência da República. Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Instituem o Programa Bolsa Família, 2004. <<http://tinyurl.com/discursodilmapdf>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Discupresidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento do plano de superação da extrema Pobreza – Brasil Sem Miséria. Brasília: MDS, jun. 2011:

CAMPELLO, T.; Neri, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea; MDS, 2013.

COHN, A. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 12, jun./dez. 1995. Brasília.

